



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



Emiliano Côrtes Barbosa

**ENGENHARIA, CULTURA, PODER E POLÍTICA
NA BAHIA (1896 – 1937)**

2020

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESCOLA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Engenharia, cultura, poder e política na Bahia (1896 – 1937)

Emiliano Côrtes Barbosa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências.
Orientador: Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro
Marinho

Rio de Janeiro, março de 2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Larissa Costard Soares Antunes (UFRJ) – Titular

Prof. Dr. Marcos Felipe De Brum Lopes (UFMG) – Titular

Prof.^a Dr.^a Marta de Almeida (MAST) – Titular

Prof.^a Dr.^a Heloísa Meireles Gesteira (MAST) – Titular

Prof.^a Dr.^a Heloísa Bertol Domingues (MAST) – Suplente

Prof.^a Dr. Ricardo Henrique Salles (UNIRIO) – Suplente

Ficha Catalográfica

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

B238	Barbosa, Emiliano Côrtes Engenharia, cultura, poder e política na Bahia (1896 ? 1937) / Emiliano Côrtes Barbosa. -- Rio de Janeiro, 2020. 388 Orientador: Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho . Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2020. 1. Bahia. 2. Política. 3. Engenharia. 4. Hegemonia. 5. Escola Politécnica da Bahia. I. , Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

A Jorgina Côrtes (*in memorian*) e Maria Emília (*in memorian*).

A minha Mainha e Mãe (Avó), mulheres guerreiras e, sobretudo, pelo amor transmitido por toda minha trajetória de vida.

A Leni Barbosa, pelo amor, carinho, força e incentivo ao longo destes últimos anos
Gratidão Eterna.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, assinado apenas por um autor, contou, entretanto, com a ajuda, cooperação, suporte e sugestões de algumas pessoas. Seja opinando sobre a pesquisa, seja dando apoio emocional, esses amigos e colegas tornaram possível a feitura dessas linhas. Assim, gostaria de mencionar alguns desses agentes queridos.

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida e pelas certezas de que o sacrifício de Seu Filho me confere.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho que, nas orientações acadêmicas e vida, sempre será uma grandiosa referência. Obrigado!

Agradeço a Bruno Oliveira (Nobre Garoto) e Francisco (Chico) pelas conversas via whatsapp, sempre divertidas e, ao mesmo tempo, sérias e críticas. Além do conhecimento, surgiu dessas experiências um bem maior: amizade.

Sou eternamente grato à Professora Sônia Regina de Mendonça, pelas críticas sempre pertinentes na banca de qualificação, e pela grata confiança depositada em mim. Foi minha verdadeira mãe no meu desenvolvimento intelectual ao longo de minha vida acadêmica, seja como seu bolsista de iniciação, seja como mestrando e doutorando. Sou eternamente grato pela sua sóbria e dedicada iniciação à pesquisa acadêmica.

Agradeço a Leonardo Lusitano, que, além de trazer à tona a vanguarda dos anos 1980, foi e é um ombro onde sempre encontrei apoio e compreensão. A Marcos Felipe Lopes de Brum - Billy – pelas agradáveis conversas, críticas, amizade, consideração e respeito apesar de todos esses anos passados. A toda turma 2003.02, (graduação) em especial a Fabio Afonso Frizzo, Rodrigo da Silva, Larissa Costard, Vanessa Brunow, Éder Ribeiro, Letícia Ferreira, Cecília, Camila Marques, Luiz Antônio Cavalcante, Pedro Cassiano e Ludmila Gama: serei eternamente grato a vocês por tudo, pelo respeito e carinho. Aos amigos da República, em especial a Vinicius Mota da Costa – Mota – parceiro e amigo – o que você acha Mota ?? - Thiago Panica, Kelly Perrou, Bernardo, Eliel, Vinícius Rocha,

Leonardo Freitas e Renato Silva, grandes colegas, amigos e parceiros para todos os momentos. Obrigado galera! Foi aí que tudo começou!!!!!!

Sou grato aos funcionários da Escola Politécnica da Bahia: Paulo, Edielson, Margarida “Margô”, Carmem, Levy, Leny, e, especialmente, ao ex-diretor Professores Luiz Edmundo e atual diretora Tatiana Bittencourt Dumê. Presto uma homenagem especial à insubstituível “Ana Lacerda” (*in memorian*): que você descanse em paz, e a Louise de Oliveira, por ter me prestado socorro em momentos de desespero, acredito que sem o seu auxílio esse trabalho não seria finalizado. Muito obrigado. Gratidão Eterna.

Recebam meus afetuosos agradecimentos por me acolherem e fazerem com que o ofício de pesquisador se tornasse mais divertido e instigante.

Agradeço aos funcionários, colegas e professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, particularmente à Professora Maria José Rapassi, pelas orientações e incentivo. Aos colegas Poliana Cordeiro, Halysson Fonseca, Herasto, Jacira e Cândido, pelo convívio, aprendizado, discussões, sugestões em épocas eternizadas durante o mestrado. Obrigado pelo acolhimento.

Agradeço, ainda, a todos os funcionários das instituições em que pesquisei e, sob a gafe de me esquecer de alguém, os faço representar pelas próprias instituições. Sendo assim, agradeço ao Instituto Geográfico Histórico da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Biblioteca Municipal de Salvador e Instituto Politécnico da Bahia.

À querida prima sergipana Paula Varjão Cruz, meu sincero agradecimento pela revisão impecável e criteriosa!!!!!! Se não fosse você, com seu olhar crítico de leitora leiga, minha percepção teria sido das mais equivocadas. Muito obrigado!!!!!! Não posso esquecer da amiga e querida Liana Lewis, pela leitura crítica e detalhada.

Agradeço a amizade e afeto, à Rita Almico, Luiz Antônio Araújo e, especialmente, a Luiz Fernando Saraiva: sempre disponível a me auxiliar nas indicações bibliográficas, nas discussões, sugestões e solidariedade nos momentos mais difíceis da pesquisa. MUITÍSSIMO obrigado amigo Luiz!!!!!!

Agradecimento especial aos colegas Fernanda Barbosa – me salvou em várias ocasiões – , Laura Roberta (Laurita), Gabriel e Clarice Ferreira. Assim como todos do grupo de pesquisa do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Não posso deixar a minha eterna gratidão à querida secretária do Programa de Pós Graduação da UNIRIO, Priscila Luvizzotto.

Sou grato à Dona Maria D´ajuda (Garotinha), Jamile, Amanda e Antônio Corrêa (*in memorian*), pelo carinho e acolhimento como filho e como mais um membro da família Multary, onde trilhei meus primeiros passos em terras baianas. Serei eternamente agradecido. Obrigado!

Agradecimento especial a Jordan Campos e Sandra Valéria, por terem me orientado nos momentos de receio e angústia. Suas palavras amigas e esclarecedoras me fizeram acreditar a todo o momento que esse momento seria possível e vitorioso. Devo a vocês minha sincera gratidão. Obrigado!

Pelo amor e suporte, sou grato a minha família. Agradeço a minha mãe Jorgina Côrtes (*in memorian*) pelo seu eterno amor e carinho, que sempre acreditou em minha capacidade de vencer e que me ensinou sobre as contradições da vida e que me deu sempre a palavra amiga. Te amo para toda a eternidade. A minha insubstituível avó Maria Emília de Jesus (*in memorian*), pelo suporte material e emocional, e por todos os anos de minha vida: sem a senhora, minha trajetória acadêmica não seria possível. A minha irmã, Emiliana – Mila -, pelos momentos fraternos divididos e vividos juntos. Obrigado! Te Amo! A Matheus Davi, cunhado e parceiro. E, a pequena e amada Helena, linda do titio hein!!!!!!

Agradeço a Leni Silva Barbosa por todos os momentos inesquecíveis e maravilhosos, momentos partilhados, pela dedicação a mim, e pela fé depositada nos meus esforços; por sua eterna capacidade de ouvir, motivar e amar. Te amo, obrigado por tudo!

RESUMO

Avaliar o processo de institucionalização da Escola Politécnica da Bahia — EPBA — é a diretriz do presente estudo. Esta investigação tem como foco analisar e discutir as razões pelas quais a Escola Politécnica da Bahia foi criada, bem como a sua trajetória nos seus primeiros quarenta anos de existência. Trata-se de uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência — IPBA —, composta por agentes vinculados à sociedade civil e à sociedade política, situação que nos traz à luz as estratégias das frações da classe média urbanas em ascensão preocupadas em alcançar representatividade e, a partir daí, em inscrever seus projetos de “visão de mundo”. Portanto, tentaremos mostrar parte do cenário “*jogo*” político na Bahia, destacando todo o processo de crise de hegemonia, ocorrido na transição para o regime republicano. Apontaremos as principais agências e agentes nas disputas, inserindo todo o processo de criação da EPBA e suas primeiras décadas. Logo, mostraremos a sua consolidação como um aparelho “privado de hegemonia”, assim como seus representantes dentro deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Bahia. 2. Política. 3. Engenharia. 4. Hegemonia. 5. Escola Politécnica da Bahia.

ABSTRACT

The aim of the present study is to evaluate the process of turning institutional the Escola Politécnica da Bahia— EPBA —. This research focuses on analysing and discussing the reasons why the Polytechnic School of Bahia was created, as well as its course during its first forty years of existence. It is about an educational institution training engineers, founded and maintained by an agency — IPBA — composed by agents attached to the civil and political society. This sheds light on the strategies of the rising urBan middle class in order to reach representativity, and, therefore, aiming to insert its “worldview” projects throughout society. Thus, the author tries to reveal part of the “game” scenario in Bahia, highlighting the whole process of the hegemony crisis occurred during the transition to the republican regime. The author indicates the main agencies and agents in these confrontations. This research also includes an analysis of the entire process of EPBA foundation and its early decades. Thus, the author shows EPBA consolidation as a “private hegemony” apparatus by the study of its representatives during this process.

KEYWORDS: 1.Bahia 2.Politics 3.Engineering 4.Hegemony 5.Bahia Polytechnic School

RESUMÉ

Le but de cette étude est d'évaluer le processus de transformation institutionnelle de l'école polytechnique de Bahia – EPBA –. Cette recherche se concentre sur l'analyse et la discussion des raisons pour lesquelles l'école polytechnique de Bahia a été créée, ainsi que son parcours au cours de ses quarante premières années d'existence. Il s'agit d'un établissement d'enseignement formant des ingénieurs, fondé et maintenu par une agence – IPBA – composée d'agents rattachés à la société civile et à la société politique. Cela nous éclaire sur les stratégies de la classe moyenne urBaine en ascension, désireuse d'atteindre une représentativité, et, dès lors, d'inscrire ses projets de “vision de monde” dans l'ensemble de la société. Ainsi, l'auteur tentera de montrer une partie du scénario “jeu” politique à Bahia, en mettant en relief tout le processus de crise d'hégémonie souvenu lors de la transition vers le régime républicain. L'auteur indique les principales agences, ainsi que les agents de ces affrontements. Cette recherche inclut également une analyse de tout le processus de formation de l'EPBA et de ses premières décennies. Ainsi, l'auteur montre la consolidation de l'EPBA en tant qu'un appareil “privé d'hégémonie”, en dévoilant ses représentants dans ce processus.

MOTS-CLÉS: 1. Bahia 2. politique 3. école d'ingénieurs 4. hégémonie 5. école polytechnique de Bahia

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ACBA – Associação Comercial da Bahia

EAB – Escola Agrícola da Bahia

EMOP - Escola de Minas de Ouro Preto

EPBA – Escola Politécnica da Bahia

EPRJ – Escola Politécnica do Rio de Janeiro

EPSP – Escola Politécnica de São Paulo

FAMED – Faculdade de Medicina da Bahia

FLDB – Faculdade Livre de Direito da Bahia

IIBA – Imperial Instituto Baiano de Agricultura

IPBA – Instituto Politécnico da Bahia

SEAGRIBA – Secretária de Agricultura da Bahia

SAIVCOP-BA – Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação, Comércio e Obras Públicas

SVOP-BA – Secretaria de Viação e Obras Públicas

SBA – Sociedade Baiana de Agricultura

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Diagrama I

Diagrama dos partidos Políticos da Bahia na Primeira República	71

Tabelas

Tabela I: Primeira Diretoria do IPBA – 1896	73
Tabela II: Primeiro Conselho Administrativo do IPBA – 1896	73-74

Quadros

Quadro I	114 - 115
Quadro II: Diretorias Públicas (Federal - Estadual - Municipal)	147 - 148
Quadro III: Cargos no Executivo (Federal, Estadual e Municipal)	148 - 149
Quadro IV: Cargos no Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)	150 - 151

Professores 1ª Geração

Quadro V: Cargos no Executivo Estadual	166
Quadro VI – Cargos no Executivo e Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)	168

Figura I	175

Alunos 2º Geração

Quadro VII - Diretorias, Superintendências, Comissões, Inspetorias e Chefias Públicas (Federal - Estadual - Municipal)	210 - 212
Quadro VIII - Cargos no Executivo (Federal, Estadual e Municipal)	213
Quadro IX – Cargos no Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)	215

Professores 2ª Geração

Quadro X – Cargos no Legislativo e Executivo Estadual.....	234

Quadro XI – Cargos no Executivo Federal e Estadual (gerências, diretorias e superintendências)	234-235

Gráficos: 1ª geração de Alunos – 1897 – 1920

Gráfico I: Origem dos estudantes Matriculados na EPBA por - UF – 1887 - 1920	123
Gráfico II: Origem dos estudantes matriculados por regiões na UF – 1897 - 1920.....	124
Gráfico III: Nascimentos por regiões na Bahia – 1897 – 1920	124
Gráfico IV: Profissão dos pais – 1897 – 1920 – Total quantificado	128
Gráfico V: Profissão dos pais – Total qualificado	128
Gráfico VI: Matrículas x Concluintes x Formados e/ou Transferências – 1897 – 1920	133
Gráfico VII: Matrículas civis x Militares – 1897 – 1920	137
Gráfico VIII: Matrículas e Formatura por cursos – 1897 – 1920	139
Gráfico IX: Atividade Profissional Alunos – 1897 – 1920	142
Gráfico X: Cargos Públicos e Políticos – 1897 – 1920	145

Gráficos Professores 1ª Geração – 1897 - 1920

Gráfico XI: origem dos docentes da EPBA por UF - 1897 – 1920	153
Gráfico XII: Procedência dos docentes da EPBA- Bahia “Regiões da UF” 1897-1920	154
Gráfico XIII: Procedência social dos pais – 1897-1920	154
Gráfico XIV: Procedência da formação do corpo docente da EPBA – 1897-1920	156
Gráfico XV: Ingressos de docentes por ano da EPBA – 1897-1952	159
Gráfico XVI: Distribuição do professorado por categoria funcional da EPBA – 1897-1952 ...	162
Gráfico XVII: Cargos públicos ocupados por docentes da EPBA – 1897 – 1920	164

Gráficos: 2ª geração de Alunos – 1921 – 1937

Gráfico XVIII: Origens estudantes 1ª Geração x 2ª GERAÇÃO	183
Gráfico XIX: Origem dos estudantes Matriculados na EPBA por UF 1921 – 1937	183
Gráfico XX: Origem dos estudantes matriculados por regiões da UF 1921 – 1937.....	185
Gráfico XXI: Nascimentos por regiões na Bahia – 1921 - 1937.....	186

Gráfico XXII: Profissão dos pais – 1921 – 1937.....	188
Gráfico XXIII: Profissão dos Pais 1897 – 1920 x 1921 – 1937.....	189
Gráfico XXIV: Nº DE Matrículas X Concluintes x Não concluintes e/ou Transferências por ano 1921 – 1937.....	196
Gráfico XXV: Matrículas “Civis x Militares” – 1921 – 1937.....	200
Gráfico XXVI: Formados por Curso 1921 – 1937.....	201
Gráfico XXVII: Atividade Profissional – 1921 – 1937.....	203
Gráfico XXVIII: Cargos Públicos e Políticos – 1921 – 1937.....	207

Gráficos Professores 2ª GERAÇÃO

Gráfico XXIX: Origens dos docentes 1ª x 2ª Geração.....	218
Gráfico XXX: Origens dos docentes EPBA 1921 – 1937.....	218
Gráfico XXXI: Procedência dos docentes “outras UF – 1921 – 1937.....	220
Gráfico XXXII: Instituição de Formação do corpo docente 1921 – 1937.....	221
Gráfico XXXIII: Origem Social dos pais dos docentes – 1921 – 1937.....	224
Gráfico XXXIV: Ingresso de Docentes por ano da EPBA 1921 – 1937.....	226
Gráfico XXXV: Distribuição do professorado por categoria funcional da EPBA 1921 - 1937.....	229
Gráfico XXXVI: Cargos ocupados pelos docentes no funcionalismo público 1921 – 1937.....	231
Gráfico XXXVII: Cargos públicos e políticos 1921 – 1937.....	232

SUMÁRIO

Introdução.....	16

Capítulo 1:

O lastro do “centauro imperial”: a organização da cultura na Bahia Republicana via Escola Politécnica da Bahia	24

1. Um Balanço historiográfico: *Estado, poder e “violência simbólica”*. 25
2. A “ciência” como estratégia: panorama histórico, “correlação de forças” e disputas “intraclasse”. 45
3. O jogo e a “regra” – Política, ação, embates e projetos - (1889 – 1920). 57

Capítulo 2:

A Formação dos “engenheiros” politécnicos na Bahia: a monopolização da “Violência Simbólica” e seus “agentes”	72

1. Escola Politécnica do Rio de Janeiro: a construção de um “*capital cultural*”. 76
- 2.O “*politécnico*” Arlindo Coelho Fragoso – origem social, ideais e projetos – à luz de um intelectual orgânico. 87
3. Escola Politécnica da Bahia: administração, política e estrutura material nos primeiros anos. 104

Capítulo 3:

Consolidação do Centauro? EPBA um perfil institucional	113

1. Reconfigurando a regra do “jogo” J. J Seabra a Juracy Magalhães (1920-1937). 113

2. Corpo discente: perfil e procedência da 1ª geração.	121
3. Corpo docente: perfil e procedência da 1ª geração.	152

Capítulo 4:

Engenheiros politécnicos “nova geração”. Consolidação e/ou acomodação aos novos tempos? Uma nova Bahia “ <i>Salvador</i> ” para velhas “práticas”	171

1. EPBA: mudanças e consolidação.	171
2. Corpo discente: perfil e procedência da 2ª geração.	180
3. Corpo docente: perfil e procedência da 2ª geração.	216
4. Primeiro Congresso de Urbanismo e Arquitetura em 1935.	237

Conclusão	250

Bibliografia	252

Anexos	261

Introdução

A ideia de escrever sobre uma instituição de ensino, mais precisamente sobre uma escola formadora de engenheiros, surgiu quando ainda cursava a graduação durante minha participação como bolsista de Iniciação Científica, o que me proporcionou oportunidades de trabalhar com variados tipos de fontes e de leituras sobre o tema.

Após levantamentos prévios de dados em instituições públicas, em sua grande maioria detentoras de acervos importantes para quem trabalha com História Social e História Institucional, percebi uma carência de trabalhos acadêmicos sobre a temática em questão. Diante desta constatação, elaboramos um primeiro projeto e o desenvolvemos durante o período de 02 (dois) anos enquanto mestrando no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. Esse projeto acabou sendo publicado em formato de livro em duas edições: a 1ª pela editora 2 de julho em 2012, a 2ª edição em 2017 sob a coordenação da Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA.

Contudo, ao finalizarmos nossa pesquisa de mestrado, percebermos que algumas lacunas ainda não haviam sido contempladas. Essa inquietação nos levou a elaborar um novo projeto para o doutorado com o intuito de procurar responder algumas questões não solucionadas durante o mestrado. Logo, ao nos debruçarmos novamente sobre o nosso objeto, procuramos perfazer de maneira mais criteriosa a trajetória de uma escola de ensino formadora de engenheiros no estado da Bahia. Procuramos entender as verdadeiras razões que levaram um grupo de engenheiros baianos graduados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (doravante chamada EPRJ), ao retornarem à Bahia, e já atuando como docentes em uma instituição com foco na formação de Agrônomos, localizada no principal eixo econômico do estado — o Recôncavo baiano —, a romperem com as frações da classe dominante¹ e fundarem uma nova instituição escolar para a formação de

¹ Pang, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira)*. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, Tourinho. Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982, Sampaio, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Ed UFBA, 1998, Dias, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia – 1896 – 1968*. Tese de Doutorado, USP, 2002, Araújo, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006.

Engenheiros Civis e Geógrafos. Para debatermos algumas questões, é necessário compreender que, durante a formação social brasileira, ao final do Império, a conflituosa correlação de forças que sustentava o “bloco no poder” passou a indicar uma perda na capacidade de formar intelectuais com a capacidade de articular reformas compatíveis ao momento histórico. E, neste caso, a escola formadora de agrônomos do Recôncavo tinha a primazia e o papel de formar esses intelectuais, na tentativa de manter o status quo vigente para as antigas frações dominantes da região do Recôncavo.

Importante contextualizar que, naquele momento histórico, os caminhos que levariam à extinção do modelo da mão-de-obra escrava norteariam as frações da classe dominante a um estado de apreensão. Temerosas pela desconstrução do modelo econômico que, por décadas, as beneficiou, este fator elevou o tom e a complexidade da luta política no interior de tais frações – parte delas escravistas e outras progressistas –, que, por sua vez, se subdividiam em diversas frações. Essas diferenças às vezes se apresentavam de acordo com a região do país e constituíam o resultado da própria diversidade de interesses econômicos, que contribuía para tornar aquele processo cada vez mais embaraçado. É quando uma nascente crise de hegemonia passa a se conjugar, também, a uma crise política.

Com este objetivo, procuramos entender as complexas relações entre as frações dominantes na Bahia ao final do Império, seus vínculos e ligações junto a algumas instituições como o “*Imperial Instituto Bahiano de Agricultura*” (doravante chamado IIBA) e sua escola. Instituto este criado a partir da iniciativa dessas frações² pertencentes à região do Recôncavo baiano — área historicamente ligada à produção de açúcar —, com o intuito de amenizar a crise açucareira por meio do projeto de criação e manutenção da Escola Agrícola da Bahia (doravante chamado EAB), fundada em São Bento das Lajes (atual São Francisco do Conde). Com efeito, ambas as instituições, criadas na segunda metade do século XIX, serviam de ponto de partida para a compreensão das relações sociais e políticas entre os “coronéis” amalgamados junto ao poder na província e no Império. Apesar de criada por um grupo seletivo de grandes proprietários do Recôncavo, com o propósito de “modernizar” a agricultura baiana, que então atravessava momentos difíceis, o IIBA e o EAB conviveram ao longo de sua existência com diversas crises financeiras. Ao que tudo indica, só não fecharam suas portas devido a constantes

² Segundo Eul-Soo Pang, tais frações da classe dominante são denominadas de “clãs”, conceito com o qual não concordamos, mas consideramos pertinente mencionar. *Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira)*. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, pp.19-63.

subvenções provinciais e imperiais, face à influência política de alguns grandes proprietários e políticos, ligados a cargos públicos e dotados de vínculos pessoais com o imperador D. Pedro II.

Com a fundação da EAB em 1877, o principal objetivo dos dirigentes do IIBA passou a ser o funcionamento da Escola, destinada à formação de Agrônomos. Cabe destacar que grupos ligados ao comércio de exportação já se encontravam inseridos junto a vários cargos da diretoria do IIBA, constituindo-se em alguns dos principais patrocinadores, apesar de seu controle ser exercido por grandes proprietários rurais. O clima de otimismo que cercou a inauguração da EAB logo se modificaria, na medida em que apareceram alguns problemas, dentre eles o acirramento das contradições entre tais grupos³ e as primeiras discussões sobre seu nível de ensino, bem como sobre a pertinência de seu funcionamento⁴. Um dos principais críticos à manutenção da Escola, o engenheiro politécnico graduado na EPRJ e Professor da EAB Arlindo Coelho Fragoso, em 1893, escreveria uma série de artigos sobre a EAB, publicados no periódico local “*Jornal de Notícias*”, nos quais o autor defendia a necessidade de reformas, dentre elas a transferência da Instituição para Salvador. Após vários apelos, inclusive de ex-diretores da escola, deputados e diretores do próprio IIBA, nada foi feito até os primeiros anos da era republicana, apesar da Instituição ter passado por diversas transformações, seja de ordem estadual, seja de ordem federal⁵, após a derrocada do IIBA em 1902.

Arlindo Coelho Fragoso, catedrático de Engenharia Rural da EAB, assumiria, em 1892, o posto de Secretário de Agricultura no governo de Rodrigues Lima (1892 – 1896), aliando-se politicamente a Luiz Viana, conservador ligado ao grupo dos Viana da região do Vale do São Francisco. Luiz Viana, apesar de ser juiz de direito no Recôncavo — cargo adquirido por influência do Barão de Cotegipe, seu padrinho político — foi membro

³ Problemas curriculares nos quais se incluem a definição do ensino na escola, se de caráter eminentemente teórico ou prático. Nesse sentido, por ser uma instituição fundada pela sociedade civil, caberia a ela subsidiar a escola, o que não acontecia, sendo sempre patrocinada pelo dinheiro público. Se o dinheiro público é o que realmente prevalecia, por que então não passar o controle da escola para a província? São essas algumas das questões contraditórias, dentre várias outras levantadas por membros ligados à EAB, deputados provinciais e diretores do IIBA.

⁴ Tourinho. Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982, p.150.

⁵ Criada pelo governo provincial, central e pelo IIBA, entidade ligada à sociedade civil (1877), transformada em Instituto Agrícola da Bahia (IAB) pelo governo estadual após a derrocada do IIBA, foi federalizada em 1911 como escola média e se tornando sob a jurisdição do governo da Bahia na sua transferência em 1930, para Salvador. Cf Araújo, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*.

fundador do IIBA⁶ e chefe político do tradicional Partido Conservador⁷, sendo ligado à fração agrocomercial da região⁸. Arlindo Fragoso, aproveitando suas alianças com políticos tradicionais — tais como a família dos Calmon — e seu prestígio como Secretário de Agricultura, exonerou-se do cargo de catedrático da EAB em 1895 e fundou, em Salvador, o Instituto Politécnico da Bahia (doravante chamado IPBA) e, logo depois, a Escola Politécnica da Bahia (doravante chamada EPBA) – nosso objeto de estudo. Mantido como Diretor da Secretaria de Agricultura do governo Luiz Viana (1896 -1900), Arlindo Fragoso liderou o grupo de engenheiros politécnicos que fundou o IPBA e a EPBA, tornando-se o primeiro presidente do Instituto (1896-1899) e o primeiro diretor da escola (1897-1907). A partir de então, o IPBA, através de sua escola, se tornaria a principal instituição formadora de engenheiros, em detrimento da EAB, agregando catedráticos egressos desta última.

As histórias do IPBA e EPBA evidenciam e nos trazem a reflexão de que é preciso pensar as instituições não apenas no mundo das ideias de valores e normas, ou seja, no mundo abstrato. Mas sim, deve-se pensar que elas representam um conjunto complexo caracterizado por certa organização e fixação no meio social de forma concreta, destinado a formular e a efetivar um dado “*projeto de mundo*”.

Pensar em instituições num sentido ampliado, como instituições profissionais, de ensino, corporativas etc., significa refletir que as mesmas trabalham em sentido exequível, no intuito de formar uma teia de relações objetivas entre agências e agentes. Sendo assim, investir na nossa proposta impõe um procedimento metodológico capaz de explicar essa espécie particular de produção e reprodução de projetos e de saberes como é o caso do “*objeto*” a ser aqui investigado; num determinado período estava a criação e a consolidação de uma instituição, com suas práticas, regras e especificidades, noutro, percebem-se diferentes campos de saber – Medicina, Direito e Agronomia – se constituindo, se diferenciando e adquirindo certa autonomia. Essa dicotomia facultou o acesso destes agentes institucionais a postos burocráticos no seio do aparato estatal.

Para compreender o objetivo empregado, e a lógica de como funciona uma instituição, entendemos ser fundamental perceber as tensões sociais que a circundam, as

⁶ TOURINHO, Antonieta de Campos. *Op. cit.*, p.236.

⁷ Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira)*. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, p.64-68.

⁸ Assumo este termo da obra de Consuelo Novais Sampaio, em que a autora entende que a república é que se legitima com o comércio agroexportador mais diversificado, via alianças com agentes que antes só eram ligados ao comércio.

práticas sociais dos grupos nela contidos e o pensamento preponderante⁹. Seus discursos, pensamentos e suas trajetórias – dirigentes, docentes e ex-alunos – nos informam sobre as práticas individuais, e, conseqüentemente, sobre as coletivas. A junção dessas histórias nos revela um referencial social construído a partir dessas experiências, que são também alteradas por estes elementos.

Partindo destes pressupostos, nosso estudo se propõe a mostrar que a Escola Politécnica da Bahia, através de seus dirigentes, docentes e ex-alunos, alcança destaque na sociedade civil e na sociedade política, passando então a inscrever seus projetos de visão de mundo no interior da sociedade política. O resultado desta relação em um dado momento é a transformação destes projetos em políticas públicas para o estado da Bahia, e principalmente Salvador. Veremos que vários destes agentes se tornaram nomes importantes, tanto na sociedade política local, quanto na nacional.¹⁰

A esse contexto é que pretendemos nos ater daqui por diante, e cremos ser esta uma importante contribuição não apenas para o amadurecimento e enriquecimento da historiografia específica sobre o tema, mas também para a própria história das agências envolvidas e, por que não, à história política baiana para o período investigado.

Abrimos o Primeiro capítulo com um debate e análise sobre a historiografia relativa ao tema, principalmente a que evidencia seus engenheiros e suas escolas de formação dentro de um panorama social. Discutiremos as principais interpretações acerca da institucionalização da engenharia no Estado Brasileiro no século XIX, com ênfase na abordagem teórica sobre o tema. O percurso será o de uma historiografia tradicional, conservadora até a abordagem de trabalhos mais recentes e inovadores. Neste mesmo capítulo, delimitaremos as opções teóricas e metodológicas, baseados em conceitos desenvolvidos por Antônio Gramsci, com o auxílio e os métodos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Esta proposta conceitual tem por finalidade nos distanciar tanto da perspectiva que entende o Estado como “*sujeito*”, quanto daquela que o concebe como “*objeto*”. Tanto uma visão quanto a outra amalgamam a complexidade de se estudar o Estado como relação social. Em outras palavras, não há mesmo um Estado que possa ser visto como “*poder absoluto*” na tomada de decisões, nem mesmo a pairar acima de todos os interesses sociais e suas respectivas correlações de forças. Todo “*bloco no poder*” tem

⁹ Destacamos o “conjunto” ou “grupo” social, no qual pautaremos, no caso do nosso estudo, os engenheiros da EPBA.

¹⁰ Faziam parte do quadro de catedráticos do IPBA: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, Octávio Cavalcante Mangabeira, dentre outros.

que negociar, em algum grau e/ou momento, com outros agentes e agências, o que demonstra a existência de um mecanismo de legitimação das decisões e construção de consenso. Entendemos que a aplicação das ideias desses dois pensadores seja condição *sine qua non* para a construção do estudo apresentado.

Em seguida, tomaremos os primórdios da inserção histórica das ciências no Brasil, situando-a dentro de uma institucionalização e estudando sua relação dentro de um contexto das relações sociais e seus conflitos. Para um embasamento mais completo, finalizaremos com a reconstrução do cenário “*jogo*” político na Bahia republicana, destacando todo o processo de crise de hegemonia, apontando os agentes principais das disputas, inserindo a criação da EPBA dentro deste processo.

No segundo capítulo, privilegiaremos mostrar e contextualizar o momento histórico que precede o recorte cronológico do estudo, no intuito de procurar entender de maneira clara e objetiva a importância e a ascensão do ofício de engenheiro no Império brasileiro, assim como a sua escola de formação EPBJ. Ao mostrar a inserção dos engenheiros, passamos então a detalhar parte da trajetória das escolas formadoras — a princípio sob a tutela militar —, suas mudanças e reformas, até a criação da Escola Politécnica da capital do Império, saindo da chancela militar e se instituindo como profissional civil *stricto sensu*. Neste tempo, os engenheiros já se encontravam imbuídos de um respeitado “*capital simbólico*” e inscritos em um novo projeto de Estado em ascensão dentro do país. Na sequência, faremos a trajetória do engenheiro politécnico professor Arlindo Coelho Fragoso e sua origem social, pensamento e projetos. Finalizamos o capítulo com o esforço metodológico de tentar apresentar o ambiente das disputas e das correlações de forças no qual a Escola Politécnica da Bahia está inserida, e a um projeto de visão de mundo que a entidade está propagando junto a seus pares. Para tanto, entendemos que percorrer esse caminho seja de importância fundamental para compreender os caminhos da EPBA para seus anos subsequentes.

Iniciamos o terceiro capítulo com uma análise dos primeiros anos da EPBA e de suas respectivas mudanças: sejam de cunho administrativo e financeiro, sejam as de natureza espaço-física. Dando prosseguimento às análises, discutiremos o estabelecimento da escola como agência formadora de engenheiros, sua estrutura curricular e o perfil social do alunato, que, neste, por questões didáticas, nomeamos de 1ª geração. Encerramos com a quantificação dos dados, que nos mostra o contingente dos alunos: qual o curso mais solicitado, o nível das evasões, a procedência e quais os anos com maior procura na instituição dentro do recorte para o ano de 1920. Não deixaremos

de levar em consideração os embates políticos que de alguma forma tinham reflexo na manutenção da escola, já que a ascensão da escola constantemente dependerá dos resultados destas disputas, principalmente nos seus primeiros 20 (vinte) anos de existência. Continuando a análise, voltamos nossas investigações para o corpo docente da 1ª geração, passando a expor suas origens e seus projetos para a instituição. É importante destacar a ascensão e a distribuição destes intelectuais na organicidade das frações dominantes, encampados na sociedade civil, dentro de seus aparelhos e na sociedade política, por meio das instituições públicas.

Encerramos a nossa pesquisa no capítulo quatro, onde primeiramente trataremos da reconfiguração política na Bahia para o período entre 1921 e 1937. Nessa seção mostraremos as novas acomodações, os novos atores sociais e os grupos políticos em expectativa e chegada ao poder. Destacaremos os motivos da queda de um dos mais longevos líderes da política baiana para o período da República: José Joaquim Seabra. A queda do seabrismo em 1924 levou ao poder o grupo liderado pelos irmãos Calmon e Octávio Mangabeira. Nesse contexto, a escola de engenheiros já se encontrava consolidada junto à sociedade política, e os administradores da entidade já não tinham mais o receio de penalidade alguma a depender do grupo que estivesse no poder. Os engenheiros politécnicos e seu *“aparelho privado”* já estavam engajados em todas as instâncias do poder público. Não por acaso, esses agentes a partir dos anos de 1920 passaram a ocupar a intendência de Salvador quase que ininterruptamente, além de já estarem em *“pastas”* relevantes como as das Secretarias de Agricultura, Obras e Viação. Seguindo com nossas análises, apresentaremos o perfil social dos alunos, agora para o período de 1921 a 1937, categorizado por nós como 2ª geração. Ancorados na mesma metodologia que aplicamos junto à 1ª geração de alunos e docentes, ao codificarmos os dados desse contingente – alunos e docentes –, nos atentamos para perfazermos, também, o cruzamento dos 02 (dois) períodos analisados, e, assim, podermos confirmar a consolidação da EPBA. Apesar de ainda identificarmos alguns poucos momentos de dificuldades, principalmente com a ocorrência dos fatores que levaram ao movimento de 1930, esta circunstância, para a nossa surpresa, acabou sendo oportunista para seus agentes e para a própria instituição. Na última seção do nosso estudo, mostraremos a atuação e as apresentações desses agentes politécnicos no *“1º Congresso de Urbanismo e Arquitetura”* – um evento subsidiado pela prefeitura de Salvador, governo da Bahia e Escola Politécnica, que, com seus professores e ex-alunos, atuou como protagonista por toda agenda do evento –. É nesse congresso que esses agentes realmente se abrem ao

público e externam suas ideias e percepção de mundo. Lembramos que o prefeito da capital José Americano da Costa era docente efetivo dos quadros da instituição.

Portanto, alguns desses alunos que se graduaram na Escola Politécnica da Bahia se tornaram grandes personalidades no cenário intelectual e político, seja nos limites da Bahia, seja no cenário nacional, em alguns casos, como por exemplo: Otávio Mangabeira, Leopoldo Afrânio do Amaral, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho dentre outros. Dessa forma, realizou-se uma análise na tentativa de explicar essa espécie própria de ação e produção de saberes para um dado momento histórico, no qual estavam em jogo, por um lado, a consolidação desses agentes engenheiros com suas práticas e regras peculiares e, por outro, o processo através do qual diferentes campos do saber foram se constituindo, diferenciando-se e adquirindo capacidade de representação política e ideológica. Esse duplo movimento possibilitou o acesso desses agentes, que, num primeiro momento, se mantiveram vinculados a instituições ou associações, ou seja, à sociedade civil – no caso dos engenheiros na Bahia, a EPBA – e, num segundo momento, galgando a postos de direção significativos junto à sociedade política, tanto na instância local quanto na nacional.

Sendo assim, ao fazermos o caminho desses agentes, constatarmos que seus projetos e visão de mundo condiziam com os da instituição na qual se formaram; podemos então provar a hipótese principal do nosso estudo: que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus dirigentes, construiu e discerniu projetos de visão de mundo. Conclui-se então que a instituição formadora de engenheiros da Bahia é, portanto, um *“aparelho privado”* de hegemonia.

Capítulo 1 - O lastro do “centauro imperial”¹¹: a organização da cultura na Bahia Republicana via Escola Politécnica da Bahia

“Eu não estou aqui”!!!
Mário Quintana.

A proposta deste primeiro capítulo é circundar os acontecimentos históricos que levaram à criação do Instituto Politécnico da Bahia (doravante – IPBA), que, durante os seus primeiros anos, além de patrocinar a criação da Escola Politécnica da Bahia (doravante – EPBA), também se apresentou como um dos porta-vozes políticos do grupo de agentes ligados às frações sociais em ascensão, dentre elas os engenheiros¹². Para elucidarmos melhor os nossos objetivos nesse estudo, colocaremos algumas ponderações para compreendermos as arenas de disputas, que resultaram na criação da EPBA e nas suas estratégias enquanto agência difusora de projetos de visão de mundo, do grupo social que a compõe, como também do seu monopólio do saber/poder no período estudado.

¹¹ Faço aqui uma correlação ao 1º capítulo da tese de doutoramento de Pedro Marinho, que primou por demonstrar a correlação de forças que sustentou o “bloco no poder”, ao final do século XIX – período final do Império –, e que passou a expressar a sua incapacidade de produzir intelectuais capacitados a fim de articular e negociar nos embates intraclasses dominantes e nos projetos compatíveis com aquele momento histórico. O autor analisa os engenheiros civis, reconhecidos como “intelectuais orgânicos” alocados em seus “aparelhos privados”, os quais atuaram na organicidade dos projetos das frações do complexo agroexportador, praticando e propagandeando novos projetos de “visão de mundo”, passando então a ocupar pastas estratégicas nos Ministérios do Império, principalmente os ligados à construção de estradas de ferro, reformas urbanas e expansão de portos. Estes agentes trazem em seus discursos a vanguarda do “civilizar e modernizar”, passando a propagandear com o objetivo de extrapolação da sociedade civil em direção à sociedade política, caracterizando-se parte de um caminho na ampliação do Estado brasileiro naquele momento histórico. E, para dar início a essa estratégia, o Instituto Politécnico Brasileiro e, logo em seguida, o Clube de engenharia foram fundamentais dando organicidade e consenso junto às frações sociais dominantes. Portanto, entendemos que este processo se enquadra da mesma maneira no caso baiano, porém, em períodos diferentes. Por este fato, entendemos que o braço do “centauro Imperial” se apresenta em terras baianas por um pequeno estrato social – grupo de engenheiros – formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

¹² Um estudo preliminar sobre o tema já foi realizado, o qual resultou em minha dissertação de mestrado defendida em 2010, publicada em formato livro em 2012 pela editora “2 de Julho”, em uma 1ª edição e se encontra já publicado em uma 2ª edição pela Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA. BARBOSA. Emiliano Côrtes. *Saber, poder e política na Bahia Republicana: Escola Politécnica da Bahia 1896 – 1920*. 2ª Ed., Salvador: EdufBa, 2017.

1. Um Balanço historiográfico: Estado, poder e violência simbólica.

A necessidade de compreendermos a dinâmica social e o tempo histórico do período abarcado pela nossa proposta temática tem como princípio fecundo objetivar a necessidade de se trabalhar e pensar a acepção do Estado. Via de regra, é colocada e mostrada como uma temática “*ultrapassada*” e “*estéril*”, que sucessivamente é posta em um plano secundário, ou seja, banida. Talvez, em muitos casos, esse exercício seja praticado por questões de descuido e/ou de ingenuidade, como também, pelos mais sutis, visando estratégias de habilidade. Dito isto, entendemos que a negação de se tentar perceber e compreender o “Estado” – e seus meandros – para a nossa temática específica, nos leva a um entendimento de uma história “*institucional*” *stricto sensu*, o que, no âmbito das ciências sociais aplicadas, empobrece e contribui muito pouco, sobretudo nos tempos atuais, para a concepção de tentarmos compreender as virtudes e as contradições da sociedade em que estamos inseridos nos dias de hoje.

Partindo para uma análise mais elucidativa nas nossas ponderações iniciais, entendemos ser fundamental optarmos por uma preferência conjugada a pesquisadores adeptos do *mote* de pensar, idealizar e codificar o Estado brasileiro. Concomitantemente, no que circunda a idealização de projetos e políticas públicas (implementadas ou não), a partir da matriz conceitual idealizada pelo pensador italiano Antônio Gramsci, que significa conceber, refletir e significá-lo enquanto Estado Ampliado¹³. Ao fazer esta opção, conseqüentemente, nos afastamos de pesquisadores e teóricos que ensejam, articulam, metrificam suas pesquisas, com uma concepção de “perceber o Estado” como uma “orientação própria” que se ajusta, direciona e se articula como uma entidade acima da sociedade como um todo e coerente.

Sobre esta orientação, Sônia Mendonça nos diz:

[...] quanto dos que costumam atribuir ao Estado brasileiro um papel axial em nossa própria formação histórica, muitas vezes considerando-o como responsável pela “moldagem” ou até mesmo a “produção” de nossa sociedade, tendo em vista nossa forte “carga genética” ibérica. [...] **num Brasil como o atual e, menos ainda, numa academia que dele é reflexo, assumir e exercer, com coerência e**

¹³ Para orientar nossas investigações, tomaremos como referências principais os trabalhos dos historiadores e pesquisadores: Sônia Regina de Mendonça e Pedro Eduardo M. Monteiro Marinho.

autenticidade, a filosofia da práxis. Além do preço político que nos é cobrado, comumente somos relegados a espaços de reflexão tidos como “**superados**” ou “**menores**”. Tudo isso, sem falar no próprio campo das esquerdas onde, em lugar de *homoioi*, comumente convive-se com lobos encobertos por peles de ovelha, tamanho o seu esforço por fazer subsumir o capitalismo e as classes sociais aos ditames da “nova pluralidade” característica da **sociedade dita pós-moderna**.¹⁴ (Grifos Nossos)

Consideramos para a nossa análise matriz conceitual gramsciana dada para sociedade civil, em que esta pode ser entendida como um espaço onde as instituições e cooperações sociais se articulam, atuam e propagandeiam seus projetos de “*visão de mundo*”, ou seja, seus “*aparelhos privados de hegemonia*”. Esses aparelhos definem a cartilha ética do “*Estado*” permitindo que o caráter moral atinja a sua forma mais requintada.

Já o conceito de *sociedade política*, ou “*Estado estrito*”, é indicado por Gramsci como uma instância onde o “*aparelho de coerção e subtração estatal se apresenta de forma a assegurar ‘legalmente’ a disciplina das frações sociais que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente*”¹⁵. Entendemos que Gramsci apresenta esta hipótese apenas para um fator de condições extremas. Para tanto, considera não haver apenas um Estado estritamente coercitivo - ou seja, uma sociedade política pura.

Ao ponderar e enunciar esta possibilidade, Antônio Gramsci nos indica que a superioridade de uma fração de classe se apresenta em duas circunstâncias: ora como poder de autoridade e dominação; ora como direção moral e intelectual. Logo, a primeira etapa equivale ao Estado, assimilado e percebido em sentido restrito, e a segunda se traduz pela personificação hegemônica. Para Gramsci, o que organiza e potencializa a conquista de um projeto hegemônico é a figura do “*intelectual orgânico*”. Este agente atuaria no sentido de discernir, propagandear, dar organicidade e consenso aos discursos e projetos das personalidades envolvidas no interior de seus aparelhos privados.

Gramsci tem como base para o desenvolvimento de seus conceitos o conjunto de ideias apresentadas por Lenin. Para tanto, o teórico italiano parte para uma ressignificação dos conceitos colocados pelo revolucionário russo, também entendido por nós como um

¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e educação rural no brasil: alguns escritos*. Niterói: Vício de Leitura/FAPERJ.2007, p.11.

¹⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.p. 21.

significativo avanço para os manuscritos de Karl Marx, principalmente na questão que trata dos preceitos economicistas. Sobre a crítica de Gramsci ao economicismo de Marx, Pedro Marinho nos mostra que:

“Em Gramsci, o enfoque das “ideologias” (religião, censo comum, ideias, crenças etc.) é um dos mais amplos e profundos no marxismo, assim como seu estudo sobre a função dos intelectuais na sociedade. Já se pretendeu que o ponto de vista de Gramsci subvertia as relações que Marx havia verificado entre a base e a superestrutura, passando esta a determinar aquela. Na verdade, Gramsci mantendo o postulado marxista, combateu as interpretações sobre o pensamento de Marx que – segundo a expressão de Croce – faziam da economia um “Deus oculto” e tem sempre em conta a unidade material “espiritual” que constitui todo regime social.”¹⁶

Iniciando um sucinto balanço sobre a historiografia que circunda o nosso objeto de estudo, observamos leituras e contribuições das mais variadas matrizes teóricas. Analisamos historiadores e cientistas políticos de elevado cabedal, como também os de menor capital científico, mas não menos importantes no meio científico-acadêmico. Alguns desses autores trabalham no sentido de preservar no “estatismo” uma condição *sine qua non* – senão a principal – matriz interpretativa para a nossa formação social, ou seja, privilegiar a figura do Estado a um protagonismo soberano. Neste caso, suponhamos que essa razão vem no lastro e na influência do processo colonial de raízes lusitanas.

Porventura, talvez seja exatamente por esse motivo que essa matriz axiológica se preserva como um dos grandes eixos orientadores na historiografia brasileira.

Contudo, a ideia de construir a concepção do Estado brasileiro a partir do resultado de um amálgama entre os “setores” público e privado, que juntos são capazes de determinar, na ordem de cima para baixo, de maneira coercitiva, impondo a partir daí seus projetos e cartilhas. Outrossim, em contrapartida, há os que aderem e passam a possuir inúmeras benesses e privilégios, principalmente nas estruturas do aparato estatal. Raymundo Faoro foi um dos grandes idealizadores e corolários desta matriz teórica, de referência weberiana e elitista, que o ajudou a orientá-lo para o desenvolvimento de um de seus principais conceitos: o “patrimonialismo”¹⁷.

¹⁶ Cf. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro, Tese de Doutorado. Op. Cit. p. 40

¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato brasileiro*. 5ª ed. Vol.2, Porto Alegre: Globo, 1979.

Nessa linha de pensamento, e dentro da nossa vertente de estudo – instituições e profissionais engenheiros –, destacamos o trabalho de José Murilo de Carvalho, sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, editado ao final dos anos setenta, com nova edição revisitada, em 2002.¹⁸ Neste ensaio, o autor empreendeu com grande afinco uma nova abordagem no trato da temática. Pois, por se tratar de um estudo específico sobre uma instituição formadora de engenheiros, Carvalho invoca uma proposta metodológica de estudo da instituição científica que rompe com uma dimensão comemorativa e elogiosa da história das instituições científicas presentes até então no Brasil.¹⁹ O estudo de José Murilo trabalha a questão social da escola, seus métodos e sua vocação prática em detrimento do saber teórico. Um trabalho de matriz teórica elitista, mas não menos importante, já que a escola mineira é de grande importância para a afirmação da engenharia como campo de conhecimento prático.

Seguindo em nossas ponderações teórico-metodológicas, podemos afirmar que entender e codificar uma visão do Estado de filiação gramsciana equivale a entendê-lo em seu sentido ampliado, incorporando sociedade civil e sociedade política, cujas relações, sempre tensas e conflituosas, redundam, em cada conjuntura histórica, na hegemonia de uma fração de classe integrante do bloco no poder²⁰, implicando, necessariamente, o exercício de sua direção sobre as demais.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ªEd. Revisada: Ed UFMG, 2002.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Congregamos aqui a concepção do conceito “bloco histórico” às suas extensões conceituais, tais como a de “bloco no poder” e a concepção de “bloco intelectual”. Para Pedro Marinho, esse conceito é capaz de penetrar ainda mais nas relações sociais, o que nos auxilia e norteia nossas análises para o período proposto do nosso estudo. Contudo, a composição e a organização da fração dominante, ainda longe de ser consenso, homogênea e/ou monolítica, é formada por diversas frações, principalmente pela via de atuação de um intelectual e/ou de intelectuais. De acordo com Gramsci, “a relação entre intelectuais e massas populares, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados ocorre por meio de uma adesão orgânica na qual o sentimento ‘paixão’ se torna ‘compreensão’ e, portanto, “saber (não mecanicamente, mas de forma viva)”, apenas então se cria uma relação real de representação e “se realiza a vida em conjunto, a única que é força social” e se cria assim, o “Bloco Histórico”. Dessa forma, na definição de “bloco no poder”, se apresenta como uma unidade marcada por conflitos, todavia, cooptada por uma fração que em algum momento deterá o consenso, e logo, exercerá papel hegemônico, assegurando assim o controle unitário do aparelho estatal. A conjugação prática desta estratégia seria a garantia do atendimento imediato de seus interesses “particulares” pelas políticas públicas implementadas, vistas de forma tendencial como de interesse geral pelas outras frações sociais a elas conjugadas. Cf. LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017, GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, 4 v. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008.

Outro importante trabalho que consideramos referencial para tratarmos da trajetória dos engenheiros²¹ no Brasil e seus embates, até a conquista de devido prestígio junto às frações da classe na segunda metade do século XIX, é o desenvolvido por Pedro Carlos da Silva Telles. Neste justo ensaio, o autor refaz todo o percurso da engenharia ao longo da história do Brasil. Apesar de Telles ter formação acadêmica na área das Ciências Exatas – Engenharia – e seu texto ter um desenvolvimento técnico na narrativa sem privilegiar análises sociológicas específicas, o autor é leitura obrigatória aos pesquisadores interessados na história dos engenheiros no Brasil²².

Um estudo não menos importante publicado no final dos anos 1990 foi o trabalho idealizado por Edmundo Campos Coelho. Em sua pertinente análise, Coelho busca circunscrever as relações de alguns grupos profissionais e o aparelhamento estatal no Brasil imperial. A partir de então, o sociólogo propõe salientar a institucionalização da Medicina, Engenharia e Advocacia, perpassando por todo o século XIX.²³ O objeto da pesquisa de Coelho é mostrar o processo de formação e a estabilização das práticas profissionais ligadas à medicina, à engenharia e à advocacia, à luz do projeto “modernizador” que chegou ao país e aos pontos que credenciaram e alavancaram essas atividades profissionais mediante uma sociedade caracterizada pelo escravismo e pela agroexportação²⁴.

Assim como Telles e Coelho, outras pesquisas tomaram forma e destaque na historiografia sobre a trajetória da Engenharia e sua institucionalização no Brasil ao final dos anos 1980 e posteriormente nos anos 2000. Os novos estudos seguiram a rota aberta pelos trabalhos anteriores sobre a inserção dos engenheiros na dinâmica da sociedade brasileira e o seu papel nas correlações de forças dentro de uma sociedade civil em formação a partir da segunda metade do século XIX.

Partindo destes pressupostos, destacamos a dissertação de mestrado de Luís Otávio Ferreira²⁵, que parte da suposta influência da filosofia “positivista” comteana na

²¹ Lembremos que a profissão de engenheiro no Brasil, até a segunda metade do século XIX, se fazia por exclusividade dos militares. Apenas em meados da década de 1870, é que de fato haverá o reconhecimento da profissão engenheiro civil, com a criação da Escola Politécnica, desvinculando a profissão da alçada exclusiva dos militares. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Op. Cit.* Capítulo 2.

²² TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – séculos XVI – XIX*, V. 1, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

²³ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822 – 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁴ Idem.

²⁵ FERREIRA, Luís Otávio. *Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro 1862 – 1922*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Destacamos o artigo do historiador Sérgio Buarque de Holanda, no qual o autor destaca a

formação dos engenheiros: uma abordagem que foi praticamente suprimida pela historiografia. Ferreira defende que o positivismo foi a principal matriz ideológica na formação intelectual dos engenheiros e os auxiliou no reconhecimento como agentes difusores da ciência no Brasil.²⁶ O discurso da “educação científica” é destacado pelos engenheiros como divulgadores de uma intelectualidade de novo tipo, concretizando, coroando e personificando um ícone social civilizador e moderno. Luís Ferreira chega a essa conclusão notando semelhanças entre os discursos de grupos alocados tanto no Instituto Politécnico Brasileiro quanto nos grupos pertencentes à Academia Brasileira de Ciências.

Voltando às nossas incursões teóricas, concordamos com a historiadora Sônia Mendonça, que nos diz:

“A fala que se pretende legítima sobre a questão do Estado no Brasil – de viés claramente liberal – assenta-se numa estrutura argumentativa quase sempre desqualificadora da ação pública, posto que “atavicamente” marcada pelo desperdício, pela corrupção, pela hipertrofia dos próprios organismos estatais, em suma. E na medida em que tais “denúncias” extrapolam, em muito, os meios empresariais e até mesmo acadêmicos, tem-se na mídia uma “caixa de ressonância” dessas análises, resultando numa **brutal padronização das visões acerca do Estado, metamorfoseado, por tal estratégia**, uma espécie de “ser reificado” ou numa enorme e complexa **“engrenagem de aparelhos” externa e acima da Sociedade, sendo capaz, ele próprio, “criá-la” e “recriá-la”!**”²⁷ (Grifos Nossos)

Sendo assim:

[...]diante de um “Estado Sujeito” segundo a lúcida reflexão de Poulantzas²⁸, imune e infenso a conflitos – e, certamente, movimentos - sociais de vários níveis. E aqui, por mais paradoxal que possa parecer, assistimos à transmutação da “negatividade” em “positividade” do Estado, posto que, diante da imensa “fragilidade” da Sociedade – civil - ele se erige no centro atuante e dinâmico da vida social.

[...] as tentativas de analisar o processo **histórico brasileiro a partir da centralidade do Estado** produzem uma conveniente e **confortável segmentação entre ele e a Sociedade em geral**, já que o primeiro se torna, ao mesmo tempo, **objeto e sujeito da História**, entidade continente de uma dinâmica peculiar, dotada de lógica e práticas imanentes, sempre percebida em separado dos conflitos que

influência do positivismo no meio dos engenheiros militares. HOLANDA, Sérgio Buarque. “Resistências as Reforma”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. VII. São Paulo: Difel, 1977, PP. 283-359.

²⁶ *Idem*.

²⁷ MENDONÇA, *Op. Cit*, p.12-13.

²⁸ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

perpassam a vida social em seus múltiplos níveis, até mesmo - e sobretudo - aquele que envolve as **próprias frações da classe dominante**.²⁹ (Grifos Nossos)

Assim, ao nos debruçarmos sobre o nosso objeto³⁰, deixaremos sempre em transparência as acepções conceituais de Estado Ampliado³¹. Gramsci se propôs a pensar uma concepção de Estado, após ter vivenciado mudanças significativas do capitalismo ocidental. Neste sentido é seu o olhar de perplexidade pela ascensão do fascismo de Mussolini ao poder, considerando, principalmente, o apoio irrestrito da classe proletária italiana. Ainda que incrédulo, Gramsci se viu motivado a procurar entender a realidade da Itália de seu tempo histórico; sendo assim, o pensador italiano partiu da linha de raciocínio de não pensar o Estado como uma mera instituição incontestável e absoluta – uma entidade colocada acima de qualquer sociedade –, conforme conceituado pela matriz “marxiana”³²; e sim perceber o Estado como uma relação social. Assim sendo, pensá-lo como junção das relações sociais presentes numa dada sociedade. Consequentemente, o Estado é concebido pelo conjunto das relações sociais existentes numa sociedade, amalgamando, em si própria, as correlações de forças, presentes nesta mesma sociedade constituída. Desse modo, Gramsci entende a necessidade de se reelaborar os conceitos de sociedade civil e sociedade política.

Contudo, partindo dessas premissas, o teórico recria um novo modelo de Estado, nomeando-o Estado Ampliado. Ao tratar a sociedade civil de forma diferenciada em relação aos seus antecessores, Gramsci assinala que a sociedade civil deve ser entendida e percebida como “*hegemonia política*” e “*cultural*” de uma fração ou grupo social sobre

²⁹ MENDONÇA, Op. Cit, p.13.

³⁰ Destacamos que o teor de análise do nosso estudo se dá no âmbito da criação da Escola Politécnica da Bahia, à luz de seus objetivos, de seus projetos, e de seu papel na formação e reprodução das frações da classe na Bahia para o momento histórico estudado. Trata-se igualmente de uma tentativa apontamentos distantes de indicar a construção do *habitus* da EPBA.

³¹ Entre variados escritos de Antônio Gramsci, ver especificamente: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: “*Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*”. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

³² Complementando a citação de Pedro Marinho, dizemos que na matriz marxiana, a infraestrutura – modo de produção – prevalece e, consequentemente, a vontade e os interesses das classes dominantes detentoras dos meios de produção. Sendo assim, podemos dizer que o determinismo econômico prevalece em detrimento da política, do social e do ideológico. A expressão “marxiana” refere-se às noções e aos conceitos articulados e desenvolvidos pelo autor Karl Marx, diferente da já conhecida expressão “marxista”, que é referência ao pensamento e às ideias desenvolvidas por seus seguidores.

todas as esferas da sociedade, como conteúdo ético do Estado³³. Sobre esse ponto, Gramsci nos diz:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido em que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja”³⁴

As reflexões do pensador italiano sobre sociedade civil avançam muito além do poder exclusivo de dominação, pois:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica³⁵

Para tanto, a condensação da sociedade civil³⁶ por meio de seus aparelhos privados de hegemonia³⁷ deve ser vista com a percepção de superioridade de determinadas frações sociais, dando-se na seguinte frente de ação: a tomada da direção moral e intelectual –

³³ Lembramos que Gramsci conceitua aqui uma percepção de sociedade civil na qual os organismos e instituições sociais e políticas, “*aparelhos privados de hegemonia*”, definem o “*conteúdo ético do Estado*”, ou seja, na qual o caráter moral alcança sua forma mais organizada.

³⁴ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol.3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”*. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.p. 225.

³⁵ *Idem*. p. 48.

³⁶ Podemos dizer de forma sumariada e vulgar que sociedade civil é o espaço onde os indivíduos se organizam nos chamados aparelhos privados de hegemonia, sob a liderança de um intelectual, com o fim de se instituírem organicamente para a elaboração de projetos de visão de mundo.

³⁷ Concordamos aqui com o conceito de aparelho de hegemonia de Christine Buci-Glucksmann, que o identifica como o “conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’). O aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em/e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio-ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais)”.BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1980. p 70.

ação sempre articulada por um intelectual³⁸ – via poder de dominação, na qual este provém do próprio Estado em sentido restrito, ou seja, da própria sociedade política.

Ainda acerca da historiografia sobre o tema, podemos afirmar que grande parte destes estudos aponta para duas direções: a primeira, para a ideia do projeto modernizador e civilizatório que tem início na segunda metade do século XIX; e a segunda, para a institucionalização das ciências-tecnológicas no Brasil, principalmente as ligadas às Engenharias. As duas vertentes têm como ponto de partida a capital do Império, a partir do último terço do século XIX.

Dando sequência aos estudos que permeiam a nossa temática, e considerados por nós, relevantes, chamamos um trabalho publicado ao final dos anos setenta, que avança no entendimento da ação dos engenheiros como agentes divulgadores de projetos de visão de mundo, agora analisados dentro da matriz “*gramsciana*”: é o estudo de Lili Katsuco Kawamura. A pesquisadora analisa os engenheiros inseridos no seio das classes fundamentais vistos por dois aspectos conjuntos: ora intelectuais se reproduzindo e empenhados a praticar ações intelectuais autênticas, ora propagandeando o ofício no qual essas frações se inscrevem no modo de produção burguês. Ao dissertar sobre o reconhecimento dos engenheiros na função orgânica, a autora aponta também o gelatinoso processo no qual a “Escola” formadora de engenheiros se encontrava, impondo aos aspirantes engenheiros uma condição de mundo dúbia.

Diz a autora:

“...conteúdo ideológico vinha a favorecer tanto os interesses dos grupos agroexportadores, quanto os da incipiente burguesia industrial e principalmente os da burguesia dos países centrais, [...] de um lado o engenheiro subordinava-se, de outro, expressava-se favoravelmente aos interesses específicos da incipiente burguesia industrial”.³⁹

Citamos agora dois estudos acadêmicos, especificamente voltados aos engenheiros civis, e também pensados dentro da metodologia adotada por nós. São os

³⁸ O intelectual, para Gramsci, não é aquele agente detentor do saber letrado e erudito, e sim, o agente responsável pela organização, que deve estar diretamente relacionado à vida prática, e deve ser, sobretudo, um “persuasor permanente”. O processo de transformação social requer assim “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral. Para saber mais, ver: Gramsci, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

³⁹ KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiros: trabalho e ideologia*. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1979, p. 16-18.

estudos defendidos por Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho em 2002 – dissertação de mestrado – e 2008 – tese de doutoramento. Marinho baliza suas hipóteses por meio do conceito gramsciano de “Estado Ampliado”. Marinho demonstra que a correlação de forças que sustenta o bloco no poder, ao final do século XIX, passou a expressar a sua incapacidade de produzir intelectuais capacitados com o fim de articular e negociar, nos embates intraclasses dominantes, os projetos compatíveis com o momento histórico. O autor analisa os engenheiros civis reconhecidos como “intelectuais orgânicos” alocados em seus “aparelhos”⁴⁰, os quais irão atuar na organicidade dos projetos das frações do complexo agroexportador, praticando e propagandeando novos projetos de visão de mundo⁴¹, passando então a ocupar pastas estratégicas nos Ministérios do Império, principalmente os ligados à construção de Estradas de Ferro, a reformas urbanas e à expansão de portos.

Marinho conclui que o discurso do “civilizar e modernizar”⁴² objetivava a extrapolação da sociedade civil em direção à sociedade política, caracterizando-se parte de um caminho na ampliação do Estado brasileiro.

Calcando para uma abordagem mais específica, venho dialogar com os estudos de Rômulo de Araújo Lima⁴³ e Heloi José Fernandes Moreira⁴⁴, que trazem em seus trabalhos uma nova modalidade teórico-acadêmica que vem ganhando espaço relevante nos últimos anos, em diversos Programas de Pós-Graduação pelo país: a vertente “História das Ciências”.

O trabalho defendido por Rômulo Lima, em 2009, parte da tese que a criação, nos anos de 1950, da Escola Politécnica da Paraíba – com sede fixa na cidade de Campina Grande – proporcionou para além de um desenvolvimento significativo do “campo” científico-tecnológico para a região, também auxiliou, mesmo de forma refratária, no progresso econômico de todo o estado da Paraíba. Lima ainda procurou demonstrar que

⁴⁰ Vale lembrar que os objetos de análise dos trabalhos de Pedro Marinho são: primeiramente, o Instituto Politécnico Brasileiro em sua dissertação e, posteriormente, o Clube de Engenharia em sua tese de doutoramento.

⁴¹ Assinalamos que esses projetos vão ao encontro do ideal de um Estado moderno e civilizado, o que canaliza o ideal do capital internacional.

⁴² De acordo com Marinho, dentro do Clube de Engenharia se discutiam variados ideais de modernização do Estado imperial, dentre eles a construção de ferrovias, projetos de saneamento urbano, dentre outros.

⁴³ LIMA, Rômulo de Araújo. *A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ensino, Filosofia e História das Ciências – PPGEFHC. Feira de Santana/Salvador: UFBA/UEFS, 2009.

⁴⁴ MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Escola Central: a academia do Largo de São Francisco de Paula que consolidou o ensino de engenharia civil no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia - HCTE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

a instituição paraibana atuou durante os seus primeiros anos norteadas pelas demandas específicas, principalmente, aquelas ligadas às frações dominantes locais de Campina Grande; seja nas agendas político-econômicas, como também, nas científicas-tecnológicas. Tendo como sua principal referência pedagógica a Politécnica de Pernambuco, Rômulo Lima demonstra em seu trabalho de doutoramento que a entidade paraibana foi também usada como um dos tentáculos de reprodução social da fração da classe dominante local. Mesmo sendo orientado pelo corolário da linha “História das Ciências”, o autor trabalha com categorias metodológicas do sociólogo Pierre Bourdieu, assim como com conceitos gramscianos de “intelectual” e de “econômicos” apresentados por Marx. Entendemos que o trabalho é bem fundamentado com foco em demonstrar o desenvolvimento científico-tecnológico regional. O estudo de Lima não se propõe a aprofundar análises macrossociais, ficando tão somente na exaltação da entidade escolar paraibana e na sua importância na difusão da ciência voltada à tecnologia. Ainda assim, o autor, mesmo não guardando um olhar objetivo para as observações e análises sociológicas, nos deixa uma forte impressão: a de como um “*campo científico*” pode ser cooptado e instrumentalizado como uma ferramenta de dominação social, mesmo que em instância regional.

Outro estudo defendido no âmbito da linha “História das Ciências”, no ano de 2014, é apresentado por Heloi José Fernandes Moreira. O autor tem como objeto principal a “*Escola Central*”, que, posteriormente, será renomeada Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O cerne da pesquisa circunda a trajetória institucional da primeira entidade formadora de engenheiros civis no país – perpassando pela pioneira “*Academia Real Militar*” – que teve a incumbência de introduzir no Brasil a “ciência engenhar⁴⁵” de maneira institucionalizada e formalizada. Moreira traz para sua pesquisa um vasto *corpus* documental sobre a instituição, mas sempre trabalhando no intuito de trazer à luz a história da genitora “Escola Central”. O pesquisador mostra como o arcabouço de “leis da época” desencadeou e favoreceu a criação da primeira escola formadora de engenheiros civis do Brasil. Heloi também mostra como essa conjuntura de leis construiu condições essenciais para o amálgama e a diretriz do nascimento da entidade escolar com sede na capital do Império, e também para o estopim inicial do desenvolvimento de uma

⁴⁵ Quando colocamos o termo “ciência engenhar”, trabalhamos na ideia de conglomerar as mais diversas disciplinas ligadas à formação de profissionais da engenharia: as matemáticas e suas especificidades, as físicas e suas especificidades. O termo “engenhar” se caracteriza por uma expressão de época muito usada entre os engenheiros deste momento histórico.

engenharia de cunho “nacional”. Essas condições favoráveis, argumenta Moreira, levaram à necessidade da constituição e criação de uma escola especialista em ensinar as diretrizes da profissão de engenheiro civil no Império. Um trabalho de fôlego, no entanto, voltado desde a trajetória da entidade formadora de engenheiros do Rio de Janeiro até seus dias atuais. Moreira não se atenta para conjunturas sociológicas e/ou políticas “*stricto sensu*”. Talvez Moreira tenha essa linha de desenvolvimento, justamente, por não ter uma formação acadêmica ligada às Ciências Humanas, já que Moreira tem toda sua trajetória intelectual ligada à engenharia. Mas ainda assim, consideramos este um trabalho importante, e com o tempo ocupará um espaço de referência para quem se propuser a estudar os caminhos das entidades formadoras de engenheiros, como também a da “ciência engenho” no Brasil.

Dando sequências às nossas inserções teóricas, com a expansão da sociedade civil na época contemporânea, alguns grupos nem sempre conseguiram se desenvolver e discernir seus projetos de visão de mundo, seja por falta de uma organicidade ou mesmo por ter seus discursos suprimidos por outros grupos melhor organizados dentro da sociedade civil. No entanto, adotam como estratégia assimilar outros projetos das frações dominantes como seus próprios.

Essa dinâmica de um projeto de uma fração sobrepor a outra é o que Gramsci nomeou de “hegemonia”, ou seja, é quando uma visão de mundo – cultura⁴⁶ – de um determinado grupo ou fração se impõe sobre as demais classes – ainda que inconscientemente – e passando assim a ser compartilhado por todos. Ainda dentro dessa configuração destacamos que a “cultura” é tomada como viés organizativo dos grupos e do próprio Estado. A partir deste momento, ganha importância a figura do intelectual, não aquele caracterizado enquanto monopólio da erudição, investido de caráter iluminista, mas sim aquele agente que, no interior de uma fração dominante, atua na organização e direção – moral e intelectual –, explicitando, solidificando e propagandeando o arcabouço de normas culturais a ele ligado, ora por pertencimento de classe, ora por consenso. Neste instante, esses grupos já se encontram inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas. É a partir daí que o Estado, através destes agentes, investe-se de um projeto de visão de mundo, passando assim a perpetrá-lo como um consenso dentro de uma dada sociedade. Dentro desta perspectiva, o Estado, a política, – ou seja, as ações do Estado – adquire a “Carta Magna” que dará ordem e

⁴⁶ Cultura para Gramsci não é investimento de erudição e sábios, mas sim, um conjunto de visões de mundo – crenças, valores e autopercepção de seu lugar em uma dada sociedade – concedida por agentes sociais.

organicidade às modificações sociais, fundindo à “cultura” como sua principal ferramenta de ação. Sendo assim, é a partir deste momento que o Estado será percebido em seu todo e como um conjunto ampliado que agrega sociedade civil e sociedade política.

Podemos então dizer que a política e a cultura se juntam de maneira simbiótica para a conformação deste novo projeto estatal, pois, para além do caráter coercitivo das agências públicas, já programadas a consumir a violência física, há também o que Bourdieu chamou de violência simbólica. No entanto, esta reconfiguração do Estado é, acima de tudo, direção e consenso.

Sobre violência simbólica, Sônia Mendonça nos diz:

[...] a mais profunda e estrutural modalidade de violência perpetrada pelo Estado: **a violência simbólica**, cujo *modus operandi* se dá à sombra da permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente “estado de violência”, **onde o que está em jogo não é a integridade física de indivíduos e/ou grupos, mas sim a integridade de sua participação cultural**⁴⁷. (Grifos Nossos)

Assim,

[...] tocamos num ponto fundamental para a compreensão dos aparelhos do Estado enquanto reprodutores da hegemonia de um grupo: **o da regulação de seu monopólio legítimo**. Senão, vejamos. Justamente porque a publicização - ou seja, o procedimento que torna público, que leva ao conhecimento de todos - encerra sempre a possibilidade da **usurpação do direito de exercício da violência simbólica por parte do poder público, ela implica na definição de formas de censura mediante as quais o Estado** procura regular as formas de publicação em geral - impressão de livros, representações teatrais, caricatura, etc. - legislando a seu respeito, i.e., normatizando-as⁴⁸. (Grifos Nossos)

Caso esse ciclo não se concretize, teremos então uma inevitável e persistente crise de legitimidade⁴⁹.

A inexistência de legitimidade do Estado tem como consequência o não coroamento hegemônico. Sendo assim, não há hegemonia instituída sem as correlações de forças e disputas com a sacralização vitoriosa de um dado projeto, ou seja, a conquista de uma representação, reconhecida como legítima, de uma determinada fração social. Os

⁴⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Tempo. RJ, UFF/Relume-Dumará, 1, Abr., 1996, p. 99.

⁴⁸ Idem, p. 99.

⁴⁹ GRAMSCI. pp. 12-109.

conceitos explicitados perpassam a dinâmica que Gramsci nomeou como guerra de posições permanente⁵⁰ e que sempre se constituirá de forma político-cultural.

Concordamos com a afirmação de Mendonça quando diz que “Estado, hegemonia e cultura são, portanto, dimensões inseparáveis e intercambiantes de uma mesma problemática: a do exercício da dominação de classe e da reprodução social.”⁵¹. Ao refletirmos sobre estas prerrogativas, ainda que com percepção “oculta” e/ou abstrata, só nos investimos de forma suscetível quando se reconhece que uma das evidentes obrigações do “Estado” equivale, principalmente, a fornecer e instituir⁵² variadas regras e categorias que passamos a exercer muito das vezes inconscientemente em nossas rotinas; quando nos referendamos a conceitos, a uma visão de mundo e, até mesmo, ao nosso objeto aqui tomado para investigação.

Avançando em nossas análises, entendemos que a constituição do Estado caminha em conjunto com a edificação de um dado “campo de poder”, compreendido por nós como disputas de gêneros de “*capital*”⁵³, que lutam insistentemente pelo controle do Estado e pela sua própria reprodução.⁵⁴ Por meio de suas agências, o Estado se mune de variadas informações – condensa, realoca, opera e propagandeia – e as redistribui, num trabalho conjunto que podemos chamar de uma “unificação teórica”⁵⁵.

Ao enxergarmos a cultura como algo que agrega e unifica o Estado em seu sentido restrito, é importante dizer que a conjectura estruturante do Estado nos sugere personificá-la como “*capital simbólico*”⁵⁶, o que significa dizer que a ordem e as classificações e/ou hierarquização de uma dada sociedade se investem de uma determinada forma de poder conceituado, de acordo com Pierre Bourdieu, como formas de “*capital*”⁵⁷.

⁵⁰Idem. pp. 13-48.

⁵¹ MENDONÇA, *Op. Cit.* p.101.

⁵² Destacamos que as instituições escolares são as principais agências que trabalham de forma a divulgar e perpetrar normas, cultura, costumes e instruções aos quais nos atemos nas práticas do nosso cotidiano. Essas agências imbuídas do saber/poder são regulamentadas e instituídas pelo Estado. Cf: MENDONÇA. Sônia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed:Vício de Leitura, 1998.

⁵³ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* 1975.

⁵⁴ Além das lutas travadas no interior do poder constituído, as variadas frações investidas por seu próprio capital batalham interminavelmente pela reprodução da sua própria fração. E uma das maneiras pelas quais essas frações se investem para se reproduzir é por meio de “*instituições escolares*”. Através destas instituições é que essas frações propagandeiam e investem seus futuros agentes para encampar, via de regra, seus aparelhos privados em um primeiro momento e, em um segundo momento, suas agências estatais.

⁵⁵MENDONÇA. Sônia Regina de. *Estado e Classe dominante Agrária no Brasil pós-30*. Curitiba: Editora Prima, 2016.

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004.

⁵⁷ Entendemos que Bourdieu, em sua definição de *capital*, amplia a concepção marxista, onde, não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas é determinante para a dominação *stricta* do poder, e sim, todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, ou seja, além do capital econômico, é decisivo

Após expormos nossas opções de matriz teórica, entendemos que certamente o sentido ficará mais claro se as compilarmos em uma determinada metodologia para a aplicação, ainda que seja apenas um estudo de caso.

Ao contextualizar parte da historiografia sobre a Engenharia no Brasil, em conjunto com as nossas opções teóricas-metodológicas, partimos agora para uma análise restrita à Bahia. No entanto, na historiografia baiana, poucos estudos dão atenção especial aos engenheiros, sobretudo os de matriz teórica gramsciana.

Verificamos a existência de diversos trabalhos referentes à expansão da malha ferroviária no estado da Bahia⁵⁸. Grande parte destes trabalhos aponta para o projeto modernizador e civilizatório, germinado na capital do Império. Com novos estudos e abordagens, acreditamos que possamos então avançar no debate em torno deste grupo de agentes tão importantes no contexto social e histórico do Brasil.

Nos estudos específicos sobre a Bahia, trazemos com destaque o estudo pioneiro de Antonieta de Campos Tourinho⁵⁹, que tem como objeto as razões e os motivos pelos quais foi criado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, instituição que anos mais tarde redundará na criação da Escola Agrícola da Bahia – (doravante – EAB).

Antonieta Tourinho reconstituiu toda a trajetória do IIBA e de seus principais agentes, defendendo a hipótese de que o instituto foi criado como parte de uma estratégia política definida pelos setores mais “progressistas” das frações dominantes conservadoras. Essas frações, então ligadas à agroexportação⁶⁰, no intuito de superar a crise econômica açucareira frente ao mercado internacional, optam – por meio do IIBA –

para Bourdieu na compreensão de *capital cultural* – saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos – e *capital social* – relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. Assim, está dada a definição de Bourdieu para *capital simbólico*. Bourdieu, Pierre. Op. Cit. 1975.

⁵⁸ Citamos alguns trabalhos importantes no estudo da expansão das ferrovias na Bahia. ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e Rede urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2001, ZUZA, José Vieira Camelo F.º. *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2000, SIMÕES, Lindinalva. *As Estradas de Ferro do Recôncavo*. Dissertação de Mestrado Salvador: UFBA. 1970.

⁵⁹ TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

⁶⁰ Parte dos sócios do IIBA são ligados à agroexportação e também à importação e à exportação de outros gêneros agrícolas. Constata o aumento das correlações de forças entre as frações das classes dominantes na busca de um novo projeto ideológico, já que as tradicionais frações se encontravam enfraquecidas naquele momento histórico. Para tanto, da presença de agentes de outra natureza econômica em uma instituição ligada às tradicionais frações, pode-se concluir o início de uma crise hegemônica, que terá seu ponto máximo nas duas primeiras décadas do regime republicano.

pela criação e pela manutenção de um estabelecimento de ensino que formasse uma mão de obra especializada, ou seja, formar profissionais de novo tipo: os agrônomos⁶¹.

Entendemos, no entanto, que o estudo das instituições – IIBA e EAB – é uma contribuição para a análise das ações, projetos políticos e visão de mundo das frações dominantes que se remodelam e/ou se acomodam conforme a conjuntura específica do momento histórico. Tourinho é um referencial fundamental para a pesquisa da institucionalização da primeira entidade ligada à terra criada pelas frações dominantes na Bahia, que fomentou a formação de novos profissionais, agora especialistas no trato com a terra.

Nesta direção, a dissertação de Nilton Araújo tenta complementar a análise de Tourinho, tornando-se leitura obrigatória para que se compreenda a institucionalização de um novo ramo científico no Brasil e na Bahia: o Ensino Superior Agrônômico. A partir da análise da documentação produzida pela Escola Agrícola da Bahia, Araújo argumenta ser possível definir o processo de construção da hegemonia dos grupos agroexportadores do Recôncavo baiano, tendo a escola agrícola como seus principais instrumentos⁶².

Dando sequência a seus estudos, Araújo, em sua tese de doutoramento⁶³, aprofunda e amplia suas análises sobre a institucionalização da agronomia enquanto uma modalidade do “campo científico”, com destaque para dois movimentos: o primeiro, no que tange ao projeto de visão de mundo desses agentes – agrônomos e as frações sociais ligados a eles –; o segundo, quanto às suas ações estratégicas de dominação.

Nilton Araújo trabalha com a hipótese de que, com a emergência da “ciência agrônômica” no “campo científico”, emerge também um projeto hegemônico das frações dominantes proprietárias do Recôncavo baiano. Ao investigar e mapear a sociedade civil e a sociedade política na Bahia para o período de 1832 a 1911 e seus respectivos aparelhos privados – Sociedade de Agricultura; Comércio e Indústria da Província da Bahia; o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e sua escola; a Sociedade Baiana de Agricultura e Secretaria de Agricultura da Bahia – essas duas últimas, já no período republicano) –, Nilton conclui que a estratégia iniciada pelas frações proprietárias do Recôncavo se tornou bem sucedida, principalmente pela construção de relações

⁶¹ Destacamos que a historiadora Sônia Regina de Mendonça tem grande parte de sua obra e pesquisas recentes pautada na investigação da institucionalização da agronomia no Brasil.

⁶² ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006, p.5.

⁶³ ARAÚJO, Nilton de Almeida. *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia 1832-1911*. Tese de Doutorado – PPGH. Niterói: UFF, 2010.

propositivas a partir de espaços alcançados pela via do “campo científico”. Ou seja, havia uma introjeção no poder estatal – projeto fomentado pelas frações proprietárias do Recôncavo ligadas à lavoura canavieira – a partir do campo da “ciência agrônômica”, que tinha como seu principal braço de ação: a Escola Agrícola da Bahia – EAB.

A partir de nossas primeiras ponderações sobre o tema, concluímos um caminho diametralmente contrário ao do pesquisador Araújo. Em nossa primeira impressão, enquanto análise, destacaremos uma observação no período cronológico **estendido** na pesquisa de Araújo – 1832 à 1911. Nesse sentido, podemos considerar dois aspectos fundamentais: primeiro, atentar-se para as transformações sociais para o período cronológico analisado, principalmente no que perpassa as complexificações sociais no período e suas peculiaridades; segundo, no âmbito da mudança de regime de governança, o Brasil sai de um modelo monárquico para o modelo republicano. E com a chegada da República, a sociedade brasileira potencializa as correlações de forças intraclasses dominantes, assim como a ascensão de novas frações sociais, nesse caso, as frações médias urbanas⁶⁴. Não percebemos estas ponderações no estudo de Araújo para o período pós-monarquia.

Nesse aspecto, nossa proposta de estudo inova e contribui de maneira considerável junto à historiografia sobre o tema, sobretudo, no que tange às estratégias e às correlações de forças intraclasses dominantes, como também quanto ao papel desempenhado pelas frações médias urbanas no cerne dessas disputas.

Outro fato nos chamou a atenção: se o principal aparelho – “partido”, chamado pelo próprio historiador – deste projeto, se apresentava no seio da EAB, por que a entidade, já na era republicana, foi rebaixada à escola-médio prática, por determinação da agência estatal – Secretária de Agricultura da Bahia – SEAGRI-BA? Teoricamente a mesma agência estatal que rebaixou a EAB em apenas uma entidade médio-prática, a partir de 1904, terá sequencialmente suas atividades institucionais interrompidas em 1911. Os agentes envolvidos em todo esse processo eram, em sua grande maioria, ligados à “antiga EAB”, os mesmos que tiraram o monopólio da formação superior de técnicos especialistas, no caso: a formação de agrônomos. Parte desses mesmos professores e dirigentes foram capitaneados pelo ex-docente da EAB Arlindo Coelho Fragoso, levando à derrocada do “projeto” apresentado no estudo de Araújo.

⁶⁴ Na próxima seção desse estudo discutiremos este ponto mais profundamente.

Portanto, ao discordar das considerações finais no estudo de Araújo, daremos em nossa pesquisa mais lucidez e enfoque nas disputas inerentes ao processo de reconfiguração do controle pelo monopólio do saber/poder⁶⁵ patrocinado, sobretudo, pelos “politécnicos⁶⁶” sob a tutela das frações dominantes ligadas ao “grande capital”, a partir da chegada do regime republicano. Nesse sentido, a supressão da EAB e o nascimento do Instituto Politécnico e sua escola, – que foram de certa forma negligenciados por Araújo – com o patrocínio de uma agência oficial – SEAGRI-BA –, não podem ser entendidos como fator ao acaso. Destacaremos o papel articulador político de Arlindo Coelho Fragoso naquele momento histórico, como também qual projeto de “visão de mundo” ele e seus agentes representavam ao criar e estruturar a primeira pasta da “agricultura” nos primeiros anos da República. Ao fim e ao cabo, foi o projeto capitaneado pelos politécnicos – sob a gerência do professor Fragoso – que representou, propagandeou e impetrou de maneira gradativa, impondo-se frente ao “projeto” representado pelas frações dominantes tradicionais do recôncavo da Bahia⁶⁷; estas tendo como eixo estratégico e alternativo do saber/poder a EAB, sobretudo, por ter estrategicamente um consentimento social e político ampliado por segmentos sociais pertencentes de complexos agrários de menor dinamismo para o período.

E, para dar “corpo” e “materialidade” a esse “novo projeto”, Fragoso, sob a chancela das frações dominantes mais progressistas, se tornou uma das vozes representantes dos novos tempos, que tinha em foco, além da refundação e da reconfiguração da primeira “Secretaria da Agricultura” da era republicana, a criação do Instituto Politécnico da Bahia – IPBA e da sua entidade escolar.

⁶⁵ Uma de nossas orientações para o desenvolvimento desse estudo será fincada na diáde “saber/poder”. Para nós, ela parte de premissas de que a relação entre elemento instituinte e instituído do próprio Estado enquanto espaço de variadas tensões entre grupos sociais organizados junto à sociedade civil e inseridos – ou em vias de inserção –, junto às agências ligadas à sociedade política, visa, em um dado momento, se organizar e se operacionalizar de modo a intervir na definição/redefinição das políticas públicas no seio do Estado. Na prática, a diáde “saber/poder” se entrelaça, no intuito de promover a configuração de um corpo de agentes (qualificados/habilitados) a ocupar as posições de poder no aparato burocrático do Estado. Toda esta ação tem início em entidades escolares competentes, ou seja, nas chamadas “escolas padrão”. Tomamos esta dialética a partir dos escritos da historiadora Sônia Regina de Mendonça. Cf: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro* (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997, _____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed Vício de Leitura, 1998 e _____. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Revista Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. V1, EDUFF, Niterói, RJ, 1996.

⁶⁶ Designamos a expressão “politécnicos” para os baianos que adquiriram sua formação técnica e intelectual na Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ.

⁶⁷ O trabalho desenvolvido pelo historiador Nilton Araújo é primoroso em reconstituir e mapear as velhas frações sociais dominantes do recôncavo da Bahia, principalmente as famílias ligadas exclusivamente à terra e à monocultura para exportação.

Mas, a importância do trabalho de Nilton Araújo não se minimiza para quem se propuser a estudar entidades escolares e suas atuações junto à sociedade civil na Bahia, principalmente, para a segunda metade do século XIX; o consideramos uma referência obrigatória. Talvez, o principal equívoco do pesquisador tenha sido avançar suas análises para o período republicano, descuidando-se das variáveis apontadas por nós. Nilton Araújo escreveu um trabalho de fôlego, pautado em uma metodologia única, consistente e segura.

Para uma abordagem mais específica dentro da nossa proposta de estudo, venho dialogar com o estudo de André Luís Mattedi Dias⁶⁸, que também está pautado no viés “História das Ciências”. Mattedi tem como ponto de partida para suas análises a institucionalização do Ensino da Matemática, e entende que o Instituto Politécnico da Bahia – IPBA –, através de sua Escola, teria sido um agente difusor da Ciência Matemática.

Em um capítulo o autor trabalha a criação da Escola Politécnica da Bahia – EPBA–, porém, não aprofunda as correlações de forças intraclasses dominantes, mas ressalta a importância da história da primeira instituição da Bahia em formar engenheiros “civis e geógrafos”.

Mattedi destaca que a história da EPBA se confunde com os embates políticos da época sem, porém, articular ambos os processos de correlações de forças, nem tampouco aprofundar as motivações das mesmas. Tal perspectiva decorre do fato de seu trabalho ter como prioridade a institucionalização da Matemática, em um recorte cronológico que se prolonga até meados de 1968.

Voltando para as indagações teórico-metodológicas, ao aplicarmos nossas linhas de investigação, temos como premissas algumas prioridades. Primeiro, iremos pautar e construir um perfil social da entidade escolar e seu cotidiano burocrático. Para essas incursões, acreditamos que investigar e traduzir o panorama político da Bahia no período histórico a ser analisado seja uma condição *sine qua non* para ditarmos alguma possível conclusão no nosso estudo. Logo, a Bahia na primeira década da recém-inaugurada república passou por período intenso de disputas e reconfigurações políticas, sobretudo no âmbito das frações sociais dominantes, assim como as novas frações sociais – médio-urbanas – em ascensão.

⁶⁸DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2002.

Vale dizer, isto nos leva a ter mais cuidado no trato com o escopo documental, no sentido de evitarmos erros interpretativos. Lembrando que as fontes não fornecem informações neutras, sendo uma parcela diluída em periódicos com conteúdo em forma de discursos⁶⁹ e, como tais, não podem ser lidos acriticamente, como se refletissem diretamente o quadro histórico que pretendem “reproduzir”. Assim, cada grupo de fontes possui uma natureza, um modelo de composição, um vocabulário característico, elementos que, em conjunto, compõem a análise do texto como um todo.

Nosso segundo viés de investigação localiza e organiza os agentes que se encontravam de alguma forma envolvidos, ora no IPBA, instituição política que administrava a EPBA, ora na EPBA, esses, em sua maioria, compostos pelo corpo docente da instituição. Assim, construiremos um perfil completo sobre esses agentes, no intuito de mostrar o seu lugar de fala junto à sociedade civil e sociedade política. A partir destas informações exploraremos alguns discursos dos agentes intra-instituição, pois, só a partir destas análises entendemos ser possível enxergar a quem esses agentes representam e as frações que estampam. Com o entendimento dessas informações será possível traduzir o seu projeto de visão de mundo.

Nossa terceira e última linha de investigação tem como objetivo articular as duas primeiras análises com a inserções de trajetórias de alguns docentes e ex-alunos – através de planilhas, gráficos e quadros. Deste modo, concluiremos se a EPBA é realmente uma agência representativa e reprodutora das frações a elas ligadas, ou seja, se é um “aparelho privado de hegemonia”.

Concluindo, como essas abordagens, entendemos que o nosso estudo inova nas abordagens teórico-metodológica, como também contempla várias lacunas negligenciadas pela historiografia específica ao tema, assim como contribui para a própria historiografia baiana *stricto senso*. Entendemos que a história da política baiana na Primeira República e do EPBA fornece elementos de vital importância para o entendimento da formação social da Bahia e das suas respectivas agências, em construção no decorrer de suas primeiras décadas na era republicana.

⁶⁹ Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS, “História e análises de textos” in: Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS. (org). *Domínios da História*. 5. ed. Campus. 1997, p. 377.

2 - A ciência como estratégia: panorama histórico e correlação de forças e disputas intraclasses.

Ao final do século XIX, a capital baiana se apresentava como um dos maiores centros urbanos do Brasil. Além de sede do centro político-administrativo, Salvador era, ao mesmo tempo, capital de um estado complexo e dotado de características distintas no que tange a suas fronteiras regionais⁷⁰. Mesmo não experimentando a dinâmica e as transformações sucedidas nos estados do centro-sul do país, a Bahia se destacou no norte-nordeste pela produção de alguns artigos tropicais⁷¹ voltados para exportação. Logo, estes artigos se integravam na pauta da estrutura capitalista internacional, o que lhe assegurava uma peculiar condição: a possibilidade de estar inserida na rede de intercâmbio agromercantil contínuo com os mercados mundiais, tendo ainda a possibilidade de tornar-se alvo de investimentos para o grande capital estrangeiro.

Pelo porto de Salvador se fazia o escoamento da produção do agro-comércio, sendo um dos primeiros a operar no Brasil, cuja demanda só era superada pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos⁷². Em contrapartida, as carências e as deficiências regionais de produção de subsistência e de bens de consumo industrializados alimentavam e impulsionavam o fluxo das importações. Estes fatores promoveram os limites para uma expansão do comércio e a formação de uma nova fração de classe, que, ao final do período imperial, já barganhava representatividade nas instituições de classe na sociedade civil, em todos os seus níveis e ramos.⁷³ Percebe-se esse novo *status* da sociedade baiana quando fazemos o levantamento dos sócios das principais entidades de classe da Bahia, ao final do Império e de todo o período da Primeira República⁷⁴.

⁷⁰ Mesmo Salvador sendo a sede do governo baiano, vale destacar que a Bahia tem diversas regiões com características bem próprias, seja na política ou na economia. Lembramos que a Bahia tem uma sociedade dotada de variadas peculiaridades no que diz respeito às frações dominantes destas distintas regiões. Ex: Região de Lavras de Diamantina, o sul, com destaque para Ilhéus e Itabuna. Cf: Pang, Eu Sool, *Coronelismo e oligarquias* (1889-1943). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

⁷¹ Destaque para a lavoura fumageira, cacaueteira, cafeeira e açucareira. Cf. Sampaio, Op.Cit.

⁷² SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro* (1898 - 1927). Bauru, SP: Edusc, 2010, p.24.

⁷³ Idem, p.23.

⁷⁴ Destacamos a presença significativa de agentes ligados ao agrocomércio nas entidades de classe, já em meados da segunda metade do século XIX ainda sob a égide Imperial. Instituições como: Imperial Instituto Baiano de Agricultura - IIBA, Associação Comercial da Bahia - ACB e, já sob o regime republicano, a Sociedade Baiana de Agricultura - SBA e Instituto Politécnico da Bahia, com uma menor representatividade.

As tradicionais frações sociais ligadas à monocultura latifundiária escravista, sobretudo à produção açucareira, haviam se transformado em proprietários de uma forma de exploração bastante ultrapassada, se compararmos com o novo padrão de desenvolvimento econômico internacional. Os novos setores socioeconômicos em ascensão – ou mesmo os velhos grupos que necessitavam de uma nova configuração – precisavam revigorar suas relações com o atual cenário local e internacional, o que implicava a imperiosa valorização de um ambiente eminentemente urbano.⁷⁵

Com o objetivo de aprofundarmos nossas análises sobre tal configuração histórica, empregaremos os conceitos de “classes sociais” e “poder político” do teórico Nicos Poulantzas⁷⁶, na perspectiva apropriada por Renato Perissinotto⁷⁷ e Alexandre Macchione Saes.⁷⁸ Para os autores, as disputas entre as frações de classes e as relações sociais, expostas e citadas no parágrafo anterior, são evidenciadas, principalmente, no campo da política econômica. Não obstante, Poulantzas nos diz:

(...) a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decide questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação de forças entre as frações dominantes.⁷⁹

Partindo deste conceito e ao investigar pressupostos junto às frações de classe dominantes no interior do “bloco de poder”, Perissinotto, em seu estudo, considera que a conquista de hegemonia pela fração cafeeira paulista durante a Primeira República deve ser vista com cuidado. Neste sentido, o autor considera que o bloco de poder da economia agroexportadora formou-se numa ordem extrema e complexa, ou seja, a intensificação na

⁷⁵ A partir do século XVIII, a velha sociedade colonial pertencente às premissas do Antigo Regime, caracterizado pelo “*absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial*”, ao possibilitar uma ampla acumulação de capital nas mãos da classe empreendedora e ao expandir crescentemente os mercados para os produtos manufaturados, criou-se os indícios para sua própria superação, galgando caminhos para a ascensão do capitalismo moderno, ou seja, o produto mais franco da Revolução Industrial. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p.66. A Crise do Antigo Sistema Colonial desencadeou e reproduziu uma nova situação para o Brasil no mercado internacional, a autonomia “independência” política, e conseqüentemente, a formação de novas frações de classe. Acreditamos que a transição para o século XX, a transformação do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no plano mundial é outro importante momento de inflexão para a economia e política no Brasil, forçando uma mudança no *status quo*, confirmado, portanto, com a própria Proclamação da República, cujo resultado, depois de um período de transição, foi a emergência de reconfigurações sociais, assim como novas frações dominantes no Brasil e, no nosso caso específico, a Bahia.

⁷⁶ POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

⁷⁷ PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

⁷⁸ SAES, Op.Cit.

⁷⁹ POULANTZAS, 1977, p.27.

organização de uma estrutura com diferenciação de agentes políticos e vantagens econômicas⁸⁰. Logo, foi nessa diferenciação que se iniciariam os conflitos e a edificação de diferentes planos econômicos, vinculados normalmente àquele grupo que desempenhava a função de fração hegemônica, por já se encontrarem inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas; constituindo uma unidade dentro do conflito⁸¹. É a partir daí que o Estado através destes agentes se investe de um projeto de visão de mundo, passando assim a divulgá-lo como um consenso.

Assim nos diz Perissinotto:

O bloco de poder representa uma unidade, mas não uma unidade monolítica e homogênea. Ao contrário, uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante. É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder, através do controle do aparelho estatal que concentra o poder de Estado, e se constitui na fração hegemônica.⁸²

Portanto, as variantes evidenciadas no bloco de poder dessa sociedade em mutação nos permitem reconhecer e apontar as “frações autônomas de classe”⁸³. Frações estas que mantêm entre si uma relação contínua de conflito, subordinação e, ao mesmo tempo, consenso. Na relação intraclasses dominante existem frações autônomas – autonomia que não se refere somente ao sentido econômico, mas também a uma direção política, moral e intelectual, assim como o monopólio do saber/poder, ou seja, uma visão ideológica própria – agindo e confrontando-se em diferentes níveis na dinâmica social. Para melhor entendimento das relações entre as frações dominantes e sua respectiva ordem e subordinação em um dado *status quo* é necessário precisar dois momentos. Para o primeiro, é indispensável identificar qual seria a “fração” investida do poder hegemônico, isto é, a fração cujos interesses passam a ser atendidos de modo prioritário pelo Estado. No segundo, deve-se identificar o Estado passando a congregar variadas informações, operacionalizar e propagandear insistentemente projetos desta fração, e ao mesmo tempo sua própria reprodução pelo Estado.

Foi neste período de mudanças no contexto internacional que a estrutura voltada para o capitalismo concorrencial deu gradativamente lugar ao capitalismo monopolista,

⁸⁰ Idem, Ibidem, Op. Cit.

⁸¹ PERISSINOTTO, 1994, p.25.

⁸² Idem, p.26.

⁸³ SAES, op. Cit. p. 8.

que se expandia devido aos frutos da expansão da Segunda Revolução Industrial para os países da periferia⁸⁴. No contexto nacional, já eram dados os limites de ruptura, desencadeando o passo inicial para a dinamização dos elementos necessários para a formação de uma economia estritamente capitalista. Durante a última década do século XIX novos grupos entrariam em conflito pelo controle do Estado brasileiro,⁸⁵ dentre os quais destacamos, por exemplo, a grande burguesia cafeeira, que, em sintonia com o grande capital estrangeiro, passam a ditar as regras na elaboração das políticas públicas e econômicas.⁸⁶

Em seu estudo para o período da Primeira República, Perissinotto analisou que os dois grupos que agiram com mais influência dentro das decisões estatais: primeiro, o grande capital cafeeiro que assumia papel decisivo na produção e reprodução do capital, além de assumir o papel de fração hegemônica no poder local – São Paulo –, subordinando os interesses regionais a interesses nacionais⁸⁷. O autor assinala que o capital estrangeiro, conduzindo especialmente as decisões junto ao Governo Federal, pôde implementar as políticas cambiais e de valorização da moeda nacional. Dentro desta conjectura, Perissinotto afirma:

O capital estrangeiro se fez presente em vários setores da economia nacional. Monopolizou a comercialização dos nossos principais produtos agrícolas, participou com peso no setor de serviços públicos, assumiu posições importantíssimas no financiamento de atividades comerciais e das atividades financeiras do setor público nacional. Tal ascensão econômica, sobretudo através do controle das finanças públicas, conferiu ao capital estrangeiro a capacidade de conquistar sólidas posições políticas que lhe deram o poder de intervir nas decisões do Estado brasileiro acerca das políticas econômicas.⁸⁸

No esteio da política nacional, a fração dominante que assumiu em um dado momento a hegemonia no bloco de poder no decorrer das primeiras décadas da Primeira

⁸⁴ Idem, p.20.

⁸⁵ Idem, p.21.

⁸⁶ Idem, p.22.

⁸⁷ PERISSINOTTO, Op. Cit. Capítulo 3. Informamos que o “capital comercial na Bahia” originário das atividades agrícolas, mas que se difunde para outras atividades como o alto comércio - exportação/importação -, através da Associação Comercial da Bahia - ACBA faz prática de uma política protecionista, contra a entrada do grande capital estrangeiro, no entanto, esta ação se desmorona com a ascensão de J.J. Seabra, quando ocorreu a implementação de políticas claras para a entrada do grande capital estrangeiro. Cf. SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.

⁸⁸ PERISSINOTTO, 1994, p.167.

República foi o “grande capital”. Era o grande capital cafeeiro o mais preponderante, financeiramente e politicamente, apesar de em meados dos anos de 1910, outras frações representadas pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e suas confederadas já galgarem representação nas agências do poder público⁸⁹. Entretanto, de maneira geral, os interesses do grande capital dos mais diferentes estados – inclusive na Bahia pós 1912⁹⁰ – eram reafirmados por meio do caráter agromercantil da economia nacional.

Pela conjuntura deste quadro, o “grande capital” se expressa, por sua vez, como impulsionador da formação de frações médios-urbanas identificadas em se lançar no processo de modernização, cujo objetivo era incorporar as inovações – principalmente criar a necessidade de padrões de consumo – advindas efetivamente da Segunda Revolução Industrial, em curso na Europa a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, essas novas frações de caráter urbano-regional sustentavam suas bases econômicas, principalmente, pelos negócios urbanos.

Essa mudança estrutural não nega a existência de conflitos intraclases, como os debates parlamentares atestam durante a construção de políticas públicas locais – por exemplo, a reivindicação por políticas protecionistas na Bahia liderada pela Associação Comercial da Bahia⁹¹ – ou a política de valorização do café em São Paulo. O que sugerimos neste estudo é defender a presença da EPBA como um grande representante do projeto das frações dominantes conectadas ao novo ideário “modernizar e civilizar” tendo, sobretudo, as frações médio-urbanas como eixo estratégico. Ainda que alguns desses grupos médios urbanos se apresentem de forma desorganizada, seus “*intelectuais*” buscam estratégias para se afirmarem enquanto agentes ativos nas arenas de disputas no interior das correções de sociais de forças. Logo, temos que ter uma análise cautelosa para esses grupos, sobretudo por não nos mostrar características perceptíveis padronizadas. Para Melo, “*há muitas referências a esses estratos, mas sua fluidez é tal que muitos estudiosos, ao se depararem com o conceito classes(s) média(s), fugiram à tentativa de defini-lo*”⁹². No cerne desse debate temos Décio Saes, que defendeu tratar esses grupos como “camadas médias urbanas” – a mesma terminologia adotada por nós. Já Paulo Sérgio Pinheiro nos esclarece que: ‘o conceito “camadas médias urbanas”, em vez de padronizar e simplificar a análise, abre ainda mais arestas, “*pois o marco da*

⁸⁹ Cf: MENDONÇA, 1998.

⁹⁰ Cf: SANTOS, 1989.

⁹¹ Fato ocorrido na administração de J.J. Seabra.

⁹² MELO, Rita de Cassia Guimarães. *Lima Barreto: a experiência social e cultural de formação dos remediados*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2008.p.8.

estratificação social, ao qual alguns de seus aspectos estão ligados, é incapaz de dar conta dos aspectos relacionais entre as classes sociais”⁹³. Portanto, como já indica Pinheiro, não é prudente definir e conceituar grupos e/ou frações médias sem levar em conta “as definições e axiomas da teoria da estrutura de classes”. Sobre essa orientação, Pinheiro afirma que:

Caberia lembrar que as classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com as outras classes – relações de antagonismo e de complementariedade – e definidas segundo critérios situados em diversos níveis de estrutura sociais – econômico, político, ideológico. **É impossível concebê-las num vácuo:** somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só **classe, individualizada**. Se esse aspecto é essencial para o estudo de outras classes, como a burguesia e o proletariado, é condição indispensável numa análise das classes médias, verdadeiras “**basculantes**”, para usarmos a metáfora de Poulantzas, entre aquelas duas classes⁹⁴. (grifos nossos)

Esses agentes sociais – as frações médio-urbanas⁹⁵ – compostos, principalmente, por grupos de profissionais liberais – engenheiros, médicos, advogados, farmacêuticos, pequenos e médios comerciantes, militares e funcionários públicos em geral – se faziam ascender com a acelerada urbanização, cada vez mais intensa na cidade de Salvador. Todo esse processo vem potencializado pelo fim da escravidão, aumento da demanda por novos serviços, elevando a expansão da economia, o que leva, conseqüentemente, ao aumento da necessidade do aparato burocrático do estado.

Lembrando que neste momento histórico estas frações já reivindicam representação e ascensão no jogo do poder⁹⁶, e uma das formas de alcançar êxito nesse

⁹³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. IN Fausto, Boris(org.). *História Geral da Civilização Brasileira (HGCB)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, Tomo III, Vol. IX, pp. 14-15.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Não temos a intenção ou proposta de estabelecer, neste estudo, uma linha conceitual sobre a definição de classe média urbana. Uma orientação mais apurada e classificatória faria mais sentido para uma análise sociológica específica. Para fins de orientação, consideraremos como frações médias urbanas a categoria de profissionais liberais em geral, funcionários públicos e militares. Para saber mais, ver: SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira – 1889-1930*. Petrópolis: Ed Vozes, 1975, capítulo 2.

⁹⁶ O grupo de intelectuais engenheiros “*politécnicos*” é uma grande evidência desse processo.

processo seria passar pelas instituições superior de ensino. A aliança com as frações dominantes conjugadas junto ao capital bancário, comercial, agroexportação e ao grande empresariado investidor, vai para além da conhecida “política dos governadores”, o pacto político de Campos Sales.

O significado dessa aliança – ideário – que se estabelece frente a questões materiais, de manutenção de uma política pública alicerçada nos projetos de modernizar e civilizar a sociedade baiana, evidencia que a dinâmica sempre se apresenta materializada por outros projetos de modernização – Rio de Janeiro e São Paulo principalmente – das cidades brasileiras. Portanto, o pano de fundo vai para a ideologia de preparar o Brasil para a inserção e a consolidação do “grande capital”.

Indiferentemente das preocupações peculiares de cada região, esses grupos urbanos de maneira geral buscavam defender políticas e programas macroeconômicos normalmente semelhantes, que visavam garantir a contínua importação de bens de luxo, e, conseqüentemente, tornar exequível a inserção de novas tecnologias no processo de urbanização das grandes cidades.

Dito isto, ilustramos a ação para que Salvador⁹⁷ e Rio de Janeiro tivessem seus centros urbanos como sendo os primeiros na América Latina a eletricarem suas linhas de bondes, poucos anos após esta modernidade tecnológica estar disponível na Europa e logo em seguida nos Estados Unidos⁹⁸. Assim sendo, como justificativa de se acelerar o projeto de urbanização das principais cidades brasileiras na era republicana destacamos: abertura de avenidas, introdução de serviços públicos como bondes, construção de prédios públicos, iluminação elétrica, modernização de portos, construção de ferrovias, dentre várias outras realizações. Mas não podemos perder de vista que esse processo obedeceu à intensidade e a dinâmica de cada cidade, concordante com seus meios e conforme a relevância econômica local. Foi sem dúvida a conciliação de interesses entre os grupos dominantes urbanos e o grande capital financeiro internacional que permitiu o financiamento dessas reformas urbanas nos maiores centros urbanos brasileiros e sedimentou a modernização segundo os padrões da *Belle Époque*, tendo como ponto de partida a capital federal Rio de Janeiro.⁹⁹

⁹⁷ Salvador teve a sua linha de bondes eletrificada em 1897, sendo a segunda cidade brasileira a se inserir nesta modernidade. Cf: SAMPAIO, Consuelo. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, SAES, Alexandre Macchione, Op.Cit.

⁹⁸ Idem, pp. 23-24.

⁹⁹ Idem.

No caso específico da Bahia, ao final do período imperial já identificamos indícios de acontecimentos que desencadeariam um processo de crise de hegemonia, principalmente, após a ascensão do regime republicano. Este fato nos leva a ter que analisar os conflitos entre as velhas frações¹⁰⁰ ligadas aos latifúndios escravistas e à monocultura de exportação com os novos grupos em ascensão ligados às atividades comerciais, bancárias e urbanas.

Informamos que a economia baiana a partir da segunda metade do século XIX beirava a estagnação e a decadência. Para justificar este processo, convém destacarmos alguns fatores: a queda das exportações do principal produto da pauta da Província, o açúcar, em função da concorrência internacional e por práticas rudimentares na produção; soma-se a isto ainda o empobrecimento relativo da região frente às províncias do centro-sul; e os efeitos da extinção do tráfico negreiro em 1850, desencadeando um processo de redirecionamento do capital, antes investido no comércio de escravos, para novas atividades comerciais¹⁰¹. Por essas mudanças nas atividades econômicas, a Bahia conseguiu ensaiar uma importante fase de introdução de inovações e formação de companhias de caráter urbano-industrial¹⁰².

Diante desta nova realidade, há uma necessidade de redistribuição do capital na Bahia, o que acabou por fortalecer ainda mais as frações de classe ligadas às atividades agromercantis, levando esses agentes a conquistar espaços de poder e representatividade na sociedade civil e sociedade política, como um todo e, conseqüentemente, nas instâncias financeiras¹⁰³. Para traduzir essa nova realidade, Gabriel Kraychete Sobrinho nos diz:

“(...) numa época de baixos preços e com a concorrência do açúcar de beterraba, vieram para as mãos de grandes negociantes estabelecidos em Salvador, sobretudo José de Cerqueira Leite, principal importador de escravos, e Antonio Pedroso de Albuquerque, grande fornecedor e ‘banqueiro’ dos senhores de engenho e também mercador de escravos”.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Essas frações de encontravam, principalmente, na região do Recôncavo da Bahia.

¹⁰¹ Com a entrada da Bahia no regime republicano, já era pauta dos grandes comerciantes a prática do “alto comércio”. Prática comercial ligadas à importação e à exportação de variados produtos, via de regra, manufaturados locais. Cf: SANTOS, 1989. Op. Cit.

¹⁰² Dentre essas atividades industriais desenvolvidas, destacamos algumas fábricas ligadas à cultura fumageira e fabricação de tecidos em diversas regiões de Salvador. Cf: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

¹⁰³ Lembramos que parte desta nova “fração de classe” era composta por “ex-traficantes de escravos”, que, a partir da proibição do tráfico negreiro, passaram a reinvestir seus capitais acumulados em outras atividades econômicas. Cf: MATTOSO, Op.Cit.

¹⁰⁴ KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. *O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930*. Salvador: dissertação de mestrado - UFBA, 1988, p.27.

Portanto, os ex-trafficantes, além do papel de protagonistas no comércio, vinham assumindo importante papel ora de credores dos fazendeiros decadentes, ora de exportadores dos produtos locais.¹⁰⁵ E desse capital, então acumulado com o tráfico durante algumas décadas, é que surgiram os recursos para novos investimentos que também tinha auxílio em alguns casos de capital estrangeiro.¹⁰⁶

Assim, os limites da agricultura no Recôncavo, como a falta de investimento, a carência de novas tecnologias, e uma prática rudimentar no lidar com o solo, e até mesmo a concorrência com outros produtores e outras culturas, fez com que os velhos latifundiários tivessem que recorrer cada vez mais aos comerciantes de Salvador para empréstimos. Em meio a esta situação, um grupo seleto de grandes proprietários, com ligações estreitas junto ao Imperador D. Pedro II, investiu-se na estratégia de criar o Imperial Instituto Baiano de Agricultura - IIBA, com o fim de gerenciar e organizar um centro de ensino para formação de mão de obra qualificada.¹⁰⁷ Na carteira de sócios do Instituto encontravam-se os mais importantes “fazendeiros¹⁰⁸” da Região do Recôncavo,

¹⁰⁵ MATTOSO, 1978, Op. Cit.

¹⁰⁶ Um caso peculiar de investimento de capital, tanto baiano quanto estrangeiro e público, diz respeito à reforma e abertura da companhia Docas da Bahia reinaugurada em 1906, sendo gerida por meio de empresários locais e com apoio de capital inglês. SOBRINHO, 1988 Op. Cit., SILVA, 1989 Op. Cit., SAES, 2010 Op. Cit.

¹⁰⁷ TOURINHO, Op.Cit.

¹⁰⁸ Livro da Inscrição dos sócios que compõem o Imperial Instituto Baiano. Alguns nomes destacam-se como Ignácio Borges de Barros, neto de Domingos Borges de Barros e filho de Alexandre Borges de Barros, Luís Paulo de Araújo Bastos, Sancho Bittencourt de Berenguer César ou Antonio Calmon du Pin e Almeida; famílias tradicionais da sociedade colonial Baiana como os Muniz Barreto de Aragão com Egas, Pedro e Salvador (Barão de Paraguaçu); os Rocha Pita e Argolo com Antonio e Francisco Antonio, conde e Barão de Passé, respectivamente; com cinco membros a família Teive e Argolo com José, José Joaquim, Manoel, Miguel e Miguel José Maria (Barão de Paramirim); da parte dos Viana Bandeira há Custódio Pereira, bem como Francisco Ferreira e Pedro Ferreira; os Araújo Góis, representados pelo Barão de Camaçari (Antonio Calmon de Araújo Góis), assim como por Joaquim Gomes e pelos magistrados Francisco Marques e Inocêncio Marques; os Gonçalves Martins com Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço e seu filho Dionísio; os Pereira Marinho, todos negociantes nobilitados, como o patriarca Joaquim Pereira Marinho (Visconde de Pereira Marinho) e seus filhos Antonio (Barão de Pereira Marinho) e Joaquim Elísio (Barão de Guai). Os Costa Pinto tiveram quatro membros com passagem pelo IIBA (Antonio da Costa Pinto - Visconde de Sergimirim, Antonio da Costa Pinto Jr. - Visconde de Oliveira, Manuel Lopes - Visconde de Aramaré, e José Costa Pinto). Os Tostas também associaram quatro dos seus membros - Carolino, Jerônimo, Umbelino e Francisco, Barão de Nagé (é preciso mencionar a participação na diretoria de Joaquim Ignacio Tosta, filho de Francisco na fase final do IIBA e que não consta na lista, mas nas atas das reuniões da Diretoria). Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, 3º Barão de S. Francisco e presidente do IIBA por quase um quarto de século, foi a culminância da presença dos Bulcão com José de Araújo de Aragão Bulcão (1º Barão de S. Francisco), Joaquim Ignácio (Barão de Matoim, também presidente do IIBA por cinco anos), de Baltazar e de Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão. Ainda contando com a família Maurício Wanderley, chefiada pelo Barão de Cotegipe. Para saber mais ver: ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2010.

inclusive alguns ligados ao grande comércio e ao capital bancário, como a família Calmon. No entanto, a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura Instituto (doravante - IIBA, em 1859) e de sua escola (EAB, 1877) tinha como tática reformar, criar e reproduzir espaços privilegiados para que esse conjunto de agentes se constituísse, se organizasse organicamente em prol da reafirmação de seu projeto ideológico, já que as tradicionais frações se encontravam em acentuada decadência.

Em contrapartida, com a expansão e a complexificação da sociedade civil brasileira ao final do Império alguns grupos já não conseguem desenvolver e difundir seus projetos – principalmente as frações tradicionais –, talvez pela perda de organicidade, causada em parte pela decadência econômica, que consequentemente desencadeia perda de representatividade na sociedade política. Mesmo com a criação do IIBA e sua escola, vários agentes ligados ao comércio foram, aos poucos, encampar as listas de associados e se tornaram seus principais contribuintes, mesmo que os grandes fazendeiros ainda ditassem as regras¹⁰⁹.

Só a presença de comerciantes nos quadros do IIBA já fornece indícios de conflitos intraclasses, pois estamos falando de frações de classes de interesses distintos. Neste sentido, temos um grupo representando as velhas estruturas, principalmente no que diz respeito a lutar para manter o tradicional modelo latifundiário escravista; e outro grupo composto por uma nova fração em expansão, reproduzindo a nova ordem capitalista, preocupado em criar uma cultura de consumo, sintonizado ao cotidiano urbano. Os intelectuais orgânicos ligados às frações agrárias hegemônicas deste período, no decorrer do exercício da direção política, perceberam a necessidade de enfatizar o bom planejamento de suas formulações e ações. Sendo assim, esses grupos deram a solda necessária para que os interesses de uns se conjugassem aos interesses dos outros – direcionavam o projeto político e ideológico traçando assim uma tentativa de reconfiguração social na sociedade baiana. A aliança orgânica dessas frações possuía um papel importante na manutenção e na expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos na Província e no próprio finado Estado Imperial¹¹⁰.

¹⁰⁹ Cf: TOURINHO, 1981, capítulo II.

¹¹⁰ Dentro da historiografia, há consenso em caracterizar a classe dominante nesse período; assim, é certo que a hegemonia pertencia às frações proprietárias de terras e de escravos, mais especificamente da região do recôncavo, que se fizeram em comunhão com o aparato estatal.

Nesse decurso, a criação e a administração de agências privadas da classe dominante – no caso o IIBA – e seus projetos misturavam-se aos interesses das agências públicas. Apesar disso, o interesse na modernização da Província estava intimamente relacionado aos interesses dessas frações – principalmente aos das frações ligadas às atividades urbanas – que, por sua vez, fortaleciam o poder da administração provincial. Logo, atuar conjuntamente faz com que as atividades desses agentes referendassem essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”, baseada na edificação de um Estado “moderno” nos moldes do novo capitalismo internacional¹¹¹. Assim, a construção e a configuração do “modernizar” para o “progresso” pelos dirigentes provinciais aprofundavam-se nesse momento.

Para Nilton Araújo, na medida em que essa mesma fração de classe dominante buscou promover, controlar os caminhos da sociedade civil, via Imperial Instituto, a difusão de conhecimentos “científicos” – agrônômicos – por sua escola – EAB, 1977 –, emergiu em outro processo: a apreensão da institucionalização de um movimento científico com o fim de alcançar um processo de construção de hegemonia na Bahia¹¹².

Entendemos, no entanto, que Araújo ao analisar e concluir que essas frações conseguem, por meio de um “campo científico”¹¹³ – agrônômico –, via instituto e sua escola, introjetar e encampar o aparato administrativo estatal baiano, é no mínimo simplificar todo processo da dinâmica social em curso, como já pautamos no segmento anterior. Já que neste momento a sociedade civil se encontra em um estágio bem complexo se comparado com o período precedente, somos levados a pensar em outras considerações pontuais: primeiro, entender quais são os meios de ação da sociedade política e seus mecanismos, e como são tomadas as decisões; segundo, qual é a relação entre poder local e poder central; terceiro, a partir de quando e como as decisões se formam e como chegam ao destino; e, quarto, como tais decisões são recebidas. Ainda assim, para todas essas reflexões, temos que levar em conta as peculiaridades locais.

Portanto, entender as frações ligadas aos latifúndios escravocratas, em aliança com os grandes comerciantes, banqueiros e ex-traficantes de escravos, engajados em uma proposta de ensino agrícola, proporcionando debates de ideias discernidos na produção científica do período, para assim impor junto aos grupos privados seus projetos na

¹¹¹ Apontamos que esse processo conjunto entre agências privadas e administração estatal será de fato efetivado na Bahia após 1912, quando J.J. Seabra consegue o consenso dentro das instâncias sociais baianas. Neste ínterim, Seabra a EPBA como um de seus principais aliados.

¹¹² ARAÚJO, Nilton de Almeida, 2010, Op. Cit.

¹¹³ BOURDIEU, 2004, Op. Cit.

formulação de políticas estatais, tendo em vista a conquista de hegemonia, é no mínimo simplificar toda estrutura de uma dada sociedade. Compreendemos que se representar no “campo científico” por meio de agentes intelectuais não foi uma ação suficiente para dar conta de uma mudança tão complexa, como é a de um grupo social sobrepor a outro conquistando a hegemonia. A conquista de um dado “campo científico” num processo de correlação de forças intraclasses seria uma das etapas e não a única. Pensando nas ponderações teórico-metodológicas gramscianas de “Estado ampliado”, ou seja, Estado como relação social, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos, organizados a partir da sociedade civil, nos faz pensar como é sinuoso e complexo o projeto de construção hegemônica. Mesmo essas frações conseguindo um pouco de organicidade por meio de um “campo científico”, não foram capazes de impor seus projetos, conquistar consenso e instituir sua hegemonia no estado baiano. Isso fica claro quando percebemos que o IIBA e sua escola, após o início do regime republicano, viram seus interesses serem suprimidos e superados. O IIBA foi suprimido e a EAB foi renomeada como Instituto Agrícola da Bahia – IBA em 1905, transformando-se em escola médio-prática, agora sob a tutela do governo estadual, sob a gerência da Secretaria de Agricultura da Bahia – SEAGRI-BA¹¹⁴. Ainda que transformada em escola técnica, a instituição por pressão de agentes ligados à sociedade civil e à sociedade política, já em sintonia com outros projetos, fecha suas portas em 1911.

¹¹⁴ Informamos que apesar da EAB ter sido administrada pelo IIBA até os primeiros anos da República, a instituição praticamente sobreviveu sob subsídios públicos, já que os sócios do IIBA não contribuíam continuamente com as mensalidades do Instituto, o que justifica as constantes subvenções para a EAB. Existiam também as relações de proximidade dos dirigentes do Instituto com o governo central, facilitando em alguns momentos as verbas oficiais. Após a entrada do Regime República, o estado oficializa a estatização da escola, e remodela o seu ensino para formação técnica.

3 - O jogo e a regra – Política, ação, embates e projetos - (1889 – 1920)

Após termos exposto algumas considerações iniciais sobre nosso objeto, procuraremos analisar e discutir as razões pelas quais a EPBA foi criada e a sua trajetória nas suas duas primeiras décadas de fundação¹¹⁵. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta por agentes encampados na sociedade civil e sociedade política, traz à luz uma estratégia das frações de classe de alcançar representatividade. No entanto, ao se reunir e atuar para a propagação de visão de mundo, por meio de seus estabelecimentos, irão também caminhar para a gestação e inclusão dessas frações em diferentes esferas do poder do Estado.

Ao conseguir unificar interesses e divulgar concepções de mundo, dentro de um processo de crise e de reconfiguração dos espaços de poder na Bahia em fins do século XIX e início do XX, as frações de classes distintas pugnavam entre si e acordavam na construção de alianças que as colocassem em posição de assumir a condução de um novo projeto ideário. Para tanto, a respeito do desenrolar da crise hegemônica ocorrida na Bahia no período a ser estudado, não cogitamos analisar toda a complexidade daquele instante, mas sim dar conta da correlação de força que desencadeou a criação da EPBA e o projeto no qual seus agentes estavam inseridos. Os engenheiros politécnicos baianos, por meio de sua escola, atuaram na produção e na reprodução das frações da classe dominante na Bahia durante o período da Primeira República.

Pontuamos na seção anterior a importância dos estudos já existentes acerca do conjunto das relações sociais existentes na sociedade baiana, reunindo, em si mesma, as correlações de forças políticas e a institucionalização de agências e agentes presentes que remontam ao arcabouço social na Bahia, nas últimas décadas do século XIX. Para tentarmos traduzir o ambiente político na Bahia e a sua crise política – iniciada nos últimos anos do Império e acentuada nos primeiros anos da era republicana –, situação que só se “harmoniza” com a chegada de J. J. Seabra ao poder, é de fundamental importância traçarmos um rápido panorama do “jogo” político na Bahia na Primeira

¹¹⁵ Vale ressaltar que esse estudo, por questões metodológicas, está dividido em duas gerações de alunos e professores. A primeira é referente às duas primeiras décadas de criação; a segunda analisará as duas décadas subsequentes.

República e suas “regras”. Consideraremos nessa análise os embates e o grupo político, na qual Arlindo Coelho Fragoso – fundador da EPBA – e seus seguidores estão inseridos.

Analisando esse período, a historiadora Consuelo Novais Sampaio¹¹⁶ demonstrou, em um de seus trabalhos mais importantes, que a arena de disputas políticas na Bahia se encontrava numa situação bem diversa em comparação a outros estados¹¹⁷ em que as frações dominantes se encontravam de forma “coerente”, não havendo uma correlação de forças tão acentuada por um projeto de visão de mundo, e as disputas ocorriam mais dentro de um círculo consensual, mesmo ocorrendo divergências. Esse consenso faz garantir um ciclo de estabilidade principalmente às agências ligadas à sociedade civil e à sociedade política. Para Sampaio, as disputas e os conflitos entre as frações da classe dominante marcaram o regime republicano na Bahia em seu início. O novo regime, na Bahia, não desfrutou da força que o marcara em outras unidades da federação, e o executivo acabou nas mãos de antigos nomes do Império, monarquistas convictos e conservadores, mas republicanos de última hora, por pura estratégia de acomodação e sobrevivência política.

Um dos nomes históricos ligados ao movimento republicano na Bahia e uma das vozes a protocolar o novo ideal, o médico Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), só comandou o estado por cinco dias; logo após, entregou o cargo ao monarquista e ex-membro do Partido Liberal Manuel Vitorino Pereira (1853-1902), por indicação do ministro da Fazenda, o “baiano” Ruy Barbosa.

Dado a derrocada do regime imperial, entretanto, este processo só se institucionaliza de fato nos anos iniciais da era republicana. O processo de crise se instala quando o governador Manuel Vitorino¹¹⁸ apresentou a chapa dos candidatos baianos à Assembleia Nacional Constituinte. Logo, as discordâncias e as correlações de forças entre os estratos das frações dominantes, comandado pelo conselheiro José Luiz de Almeida

¹¹⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

¹¹⁷ Consuelo Sampaio demonstrou a conjuntura da sociedade Baiana em comparação a outros estados da federação – Minas Gerais e São Paulo – onde, as frações dominantes tinham certo consenso em relação a seus projetos.

¹¹⁸ Destacamos que o médico Manuel Vitorino foi um legítimo membro representante da fração médio-urbana de Salvador, mas vinculado aos substratos das frações dominantes pertencentes ao setor bancário-agro-industrial, o qual estava associado à Associação Comercial da Bahia- ACB, agência historicamente representativa do setor agro-comércio-exportador de Salvador. Essa fração social galgou grande espaço, via suas agências representativas. As frações dominantes ligadas às atividades bancário-agro-industrial tinham em seu foco a sintonia com projeto “civilizatório” e “progressista”.

Couto¹¹⁹ (1833-1895), último nome a presidir a província da Bahia, rompe com Vitorino e cria o Partido Nacional, com outros agentes ligados aos dois partidos tradicionais do Império. A partir desse jogo político, fica claro o imbróglio da crise de política pela hegemonia do estado. Portanto, não foi coincidência o fato de o Partido Nacional já ter nascido com certas divergências: na primeira linha, estava um crítico severo da “Águia de Haia”, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (1850-1903), que fora chefe de polícia, juiz de direito e ministro do Supremo Tribunal Federal, egresso das fileiras do histórico Partido Conservador, representado pelo periódico *Gazeta da Bahia*, substituído anos mais tarde pelo *Estado da Bahia*. Na segunda linha, encontrava-se José Luiz de Almeida Couto, correligionário de Ruy Barbosa e tradicional membro do antigo Partido Liberal, que tinha como porta-voz o jornal *Diário da Bahia*, o órgão representativo na imprensa local dos liberais desde 1868. Por conseguinte, o Partido Nacional, ainda agregou em seus quadros os membros do Partido Católico, também fundado em 1890, mas logo se dissolveu, cedendo espaço ao Partido Nacional Democrata, também de curta duração.

A partir de maio de 1892, uma nova reconfiguração na política baiana ocorre, acarretando a criação do Partido Republicano Federalista, tendo como porta voz o jornal *Diário da Bahia*. A nova agremiação seria presidida pelo já ex-governador José Gonçalves da Silva (1838-1911). O novo partido, contava em seus quadros, com personalidades como Severino Vieira (1849-1917) e o conselheiro Luiz Viana (1846-1920), ambos advindos das “fileiras” do Partido Conservador imperial.

Por disputas entre os dois líderes políticos – cada qual representando sua fração¹²⁰ – pelo poder no estado, vão divergir entre si em torno das eleições, donde surgiram duas novas representações: o Partido Republicano Federal, congregando os

¹¹⁹ O conselheiro José Luiz de Almeida Couto, nome histórico do período imperial, havia presidido a província de São Paulo (1884-1885) e ocupou a cadeira de último presidente da província da Bahia, dentre variados cargos políticos no Império, ocupou o cargo de lente da Escola de Medicina da Bahia. Era um dos maiores defensores das mais tradicionais frações dominantes ligadas à lavoura canavieira e à escravidão.

¹²⁰ O personagem Severino Vieira representava as antigas frações da classe ligadas à grande propriedade agroexportadora e escravocrata. Aliado de Cícero Dantas Martins, o “Barão de Jeremoabo”, um dos maiores fazendeiros e escravocratas de toda a região do Nordeste com 61 propriedades na Bahia e Sergipe, Vieira, antes de chegar ao cargo de governador em 1900, ocupou o cargo de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas na presidência de Campos Sales, que representava o projeto agroexportador ligado à burguesia paulista, ficando claro o seu projeto de Estado. Luiz Viana, apesar de ter raízes políticas ligadas ao Partido Conservador, com a transição para o regime republicano, tendeu a se alinhar aos setores mais progressistas – ligados aos setores bancários-agro-industrial – com inclinação a mudanças, principalmente no que diz respeito a seu ideal de Estado, passando então a se alinhar ao projeto “contra-hegemônicos” liderado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). A prova dessa tendência seria a sua presença nos quadros de associados da Sociedade Bahiana de Agricultura-SBA, instituição associada à SNA.

partidários de Luiz Viana, doravante chamados de “vianistas”; e o Partido Republicano Constitucional, reunindo os antigos proprietários escravistas e antiflorianistas partidários de José Gonçalves da Silva, denominados de “gonçalvistas”¹²¹.

Contudo, as incertezas de um processo de crise e das disputas de qual projeto se tornaria hegemônico trazem consigo a necessidade da condensação da sociedade civil em agências representativas, e a adesão de Arlindo Coelho Fragoso – num primeiro momento –, ao grupo político ligado ao conselheiro Luiz Viana evidencia a opção de Arlindo naquele momento histórico¹²². A luta de Fragoso para a criação de uma instituição de ensino, já que seus protestos para a transferência da EAB não surtiram efeito, pode ter como pano de fundo a criação de uma agência para auxiliar na reprodução e organização de parte de um estrato da fração dominante – as ligadas ao projeto modernizador e civilizatório – bem como do próprio Estado.

Devemos ter sempre em vista que a função dessas agências não teria o mesmo valor sem o papel do intelectual¹²³, aquele agente que, no interior de uma fração de classe, atua na organização e direção – moral e intelectual –, explicitando, solidificando e propagandeando o arcabouço de normas culturais a ele ligado, seja por pertencimento de classe, ou por processo via consenso¹²⁴. Entendemos que Arlindo Fragoso ocupou um espaço relevante no interior da fração na qual estava inserido.

Além de ser reconhecido catedrático pela comunidade docente, apresentava-se como excelente orador e se articulava muito bem com a classe política baiana. Arlindo tinha trânsito livre entre as variadas frações, mas se ligou ao grupo vianista, após ocupar

¹²¹ Segundo Consuelo Sampaio, a política baiana durante toda fase da Primeira República tem como característica designar aos partidos nomes de seus líderes, marcando uma linha bastante personalista, ou seja, os chefes políticos que, via de regra, eram fundadores das agremiações e seus articuladores, tendo seus correligionários que seguem a sua linha de ação. Ex.: vianistas, gonçalvistas, marcelinistas, severinistas, seabristas. Essa tendência vem acompanhando a política na Bahia até os dias atuais, em que um líder vem muito mais investido de personalismo do que uma ideologia partidária. Tomamos como exemplo Antônio Carlos Magalhães e o movimento denominado “carlismo”, que dominou a política na Bahia por quase quarenta anos.

¹²² Veremos nos parágrafos seguintes que as escolhas de agentes por um dado projeto se apresentam nesse momento histórico de forma muito tênue. No entanto, a escolha de Arlindo nesse período não vai evidenciar de fato suas convicções quanto ao seu projeto de visão de mundo. Entendemos essas “nuances” como parte do processo de correlação de forças entre as frações que disputam um dado projeto e o poder do estado.

¹²³ Entendemos que Arlindo Fragoso seria uma peça importante no auxílio da reprodução e organicidade da fração, na qual está inserido. Veremos adiante que o docente Arlindo é o principal nome da EPBA em seus primeiros 20 anos, ora como professor, ora como administrador e como articulador junto da sociedade política.

¹²⁴ Há evidências de que os apoiadores de Fragoso – em maior parte composta por seus colegas politécnicos – articularam nesse momento ideais tangenciais do projeto nomeados por nós como “contra-hegemônicos. Esse projeto se apresentava mais pavimentado aos valores “liberais” ligados, sobretudo, ao “grande capital” que propunham e discerniam ideais mais conectados à modernidade para o desenvolvimento civilizatório.

e criar a Seagri-BA no governo Rodrigues Lima (1892-1896) e logo em seguida ocupa a diretoria da mesma agência, já na administração Luiz Viana (1896-1900). Não foi por acaso que o IPBA foi criado na sede da Seagri-BA, marcando assim o grande prestígio que o professor Fragoso detinha na sociedade política da época.

Em 1900, ocorre uma nova ruptura, dessa vez entre os vianistas, que tinham seus ideais representados no *Diário de Notícias*, e os severinistas, seguidores de Severino Vieira, que, com apoio de Viana, elege-se para a cadeira do executivo estadual. Após tomar posse no cargo de governador, Severino Vieira desfaz a aliança com o grupo vianista, desagradando o presidente Campos Sales (1898-1902) e sua “política dos governadores”¹²⁵. Essa nova ruptura entre vianistas e severinistas, em 1900, na análise de Sampaio, motivou a criação do Partido Republicano da Bahia (PRB), a primeira legenda partidária na qual os agentes ligados a Severino Vieira conseguem relativa homogeneização e apaziguamento com as velhas frações dominantes – ligadas à grande propriedade escravocrata – do interior do estado.

Ao analisar o domínio severinista, entendemos que sua liderança como governador não foi tão consensual, de acordo com Sampaio, já que, ao término de seu mandato, Severino encontrou uma grande resistência junto da sociedade civil soteropolitana, principalmente entre as frações ligadas ao setor bancário-comercial, tendo uma relevante oposição da Associação Comercial da Bahia-ACB, causando grandes problemas para o cotidiano da cidade¹²⁶. Segundo José Alfredo de Araújo:

Severino Vieira teve um governo problemático, pois sua política foi de desarme e perseguição a todos aqueles que fossem contra o seu poder, levando dessa forma um descontentamento das classes interessadas no seu governo, desarticulando-as, o que enfraqueceu seu governo ao ponto de terminar o mandato marcado pelo fechamento do comércio a três dias de sua saída, insatisfeito com as altas taxas de impostos cobrados pelo governo¹²⁷.

¹²⁵ Para melhor entender a *Política dos Governadores* Cf: FAUSTO, Boris. Op. Cit. pp.258-259.

¹²⁶ Ao final do seu mandato, Severino Vieira encontrou grande resistência com as frações ligadas ao comércio. Após algumas reformas e aumento de impostos, a ACB resolveu juntar forças juntamente a de outros grupos médios urbanos, passando a protestar, chegando até a fechar o comércio por dias. Para maiores informações, ver: TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987. Capítulo XXI.

¹²⁷ ARAÚJO, José Alfredo. “José Marcelino de Souza, sua marca na política dos coronéis e sua primeira semana de governo” in: Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. (org) *Bahia: Construindo nossa história recente*. Salvador, Ucsal, 2001, pp. 63-70.

Portanto, mesmo com todo aparato de oposição a Severino Vieira, o governador conseguiu, ainda assim, fazer o conservador José Marcelino de Souza seu sucessor, contando com o apoio principalmente das frações proprietárias escravistas do interior do estado e o frágil sistema de votação da Velha República, em conjunto com o voto de cabresto, típico da região.

Os anos da administração severinista foram os quatro anos mais difíceis da EPBA, chegando ao ponto de a escola quase ter que fechar suas portas por corte da subvenção estadual. As razões alegadas por Vieira para a suspensão da ajuda financeira à instituição de ensino são sustentadas pela falta de esclarecimento nos relatórios da instituição ao estado, quanto ao uso da subvenção, ou seja, a prestação de contas contestada. Mas, como já destacamos, a verdadeira motivação para o corte das subvenções estaduais foi uma retaliação à fração social que Arlindo Fragoso representava, que até aquele momento se afeiçoava às frações dominantes ligadas ao ex-governador Luiz Viana.

Lembramos que Arlindo Fragoso, principal líder dos fundadores do IPBA e primeiro diretor da EPBA, idealizou e ocupou a cadeira de secretário da Agricultura do governo Rodrigues Lima (1892-1896), logo em seguida ocupou o cargo de diretor dessa mesma secretaria no governo Luiz Viana, quando a EPBA foi criada. Após a institucionalização da escola, foi imediatamente aprovada pela Lei 149/1896, que ordenava “subvencionar, anualmente, com a quantia de 60:000\$000, pagos em prestações mensais de 5:000\$000, a escola de engenharia que fundar neste Estado o INSTITUTO POLITÉCNICO”¹²⁸.

A suspensão dos pagamentos das subvenções, por parte do governador Severino, alegando problemas com a prestação das contas do exercício anterior, causou grande desconforto e articulação entre os membros da diretoria do Instituto, que, diante da apontada desorganização, tomaram ações com objetivo de sanar o ocorrido. Foi necessária a convocação de uma assembleia geral do IPBA em dezembro de 1902, por exigência do Tribunal Administrativo do Estado, para a aprovação das contas relativas aos exercícios de 1900 e 1901. No entanto, mesmo com as devidas explicações, não se evitou que o pagamento das subvenções baixassem para 50:000\$000, em 1901 e 1902, e

¹²⁸GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia* p. 29-34.

36:000\$000, em 1903.¹²⁹ Esse momento de crise vivenciado pela escola foi lembrado em um discurso do engenheiro Cornélio Daltro de Azevedo em 1943:

[...] Era em 1900, se não me falha a memória; dificuldades havidas não permitiam o pagamento mesmo da insignificante e mesquinha importância com a qual eram remunerados os professores; veio a crise, os lentes resolveram não dar mais aulas enquanto não aparecesse a verba para o seu pagamento.

Era o fechamento da Escola.

O fato chega ao conhecimento do *Dr. Arlindo Fragoso [...] procura os professores, pede, suplica, implora que não abandonassem a Escola que seria fechada, e ninguém lhe atende; cria-se o seguinte dilema; dinheiro ou suspensão das aulas.*

[...] Arlindo, reunindo os estudantes em uma das salas da Escola [...] nos poz a par da situação dizendo: apenas ficaram ao meu lado, ao lado da Escola, o velho Maia e o Dionysio; o Maia, como sabem, só pode dar, como me confessou, o curso anexo e arquitetura e nada mais; Dionysio só poderá dar física; se a Escola ficar sem aulas durante 20 dias será fechada e naturalmente não mais se abrirá; enquanto, porém, existir. Arlindo Coelho Fragoso, a Escola Politécnica da Bahia não se fechará; peço que todos compareçam diariamente às 7 horas e eu darei todas as aulas, exceção feita das que ficam com o Maia e o Dionysio.

No dia seguinte, manhã cedo, todos os alunos se acham presentes; Arlindo entra para a sala [...] chama o Coelho, encarregado da Secretaria, indaga qual a aula daquela hora, pede o livro de registro das aulas, manda tocar a sineta, lê a última aula e programa em punho, dá 45 minutos de aula, findo os quais manda tocar nova aula; nova consulta é feita, 45 minutos de aula e assim, Arlindo dava diariamente, sem sair da sala, das 7 da manhã às 5 da tarde, interrompendo apenas para o almoço, todas as cadeiras do curso, porém todas, cumprindo à risca o programa durante uns 10 dias, nos trazendo presos pelo encanto da sua palavra fácil, fascinado por aquele talento impar, eletrizados pela sua vastíssima cultura e pela *vontade férrea de sustentar a Escola*, numa demonstração hercúlea de um devotamento sem igual, até que começaram os nossos lentes [...] a voltar à Escola, retomando as suas cadeiras. E voltaram quasi todos.¹³⁰

Ao analisar o jogo político, verificamos a ocorrência a todo o momento de rupturas de facções, fato característico de um processo de crise e vácuo de poder. Com a expansão da sociedade civil na Bahia republicana, alguns grupos nem sempre conseguem

¹²⁹ Idem, pp. 27-29, p. 34, p. 40.

¹³⁰ AZEVEDO, Cornélio Daltro. *Discurso: dia do engenheiro*. Apud, DIAS, André Luís Mattedi, *Op.*, Cit., pp. 48-49.

desenvolver e discernir seus projetos de visão de mundo, por falta de uma organicidade, via suas agências privadas¹³¹, – até mesmo pelo encerramento de suas atividades¹³² – ou por terem seus discursos suprimidos por outros grupos melhor organizados dentro da sociedade civil. Daí vem o processo de acomodação dos agentes, ação tão divulgada pela historiografia baiana do período. As “velhas frações” tinham que, de alguma maneira, se reestruturar, tendo como opção a escolha de um novo projeto, dado que o anterior já não se sustentava e nem mesmo se legitimava mais no seio da sociedade política – a justificativa de variadas rupturas. No entanto, é normal que, no interior de um estado de crise, as frações em disputa adotem como estratégia a introdução de outros projetos de visão de mundo como seus. Nos parágrafos seguintes, veremos que essa estratégia foi adotada por J. J Seabra ao ascender ao poder na Bahia em 1912. Ao se apropriar do discurso do progresso e civilizatório, ele consegue neutralizar, principalmente, as antigas frações escravocratas durante doze anos.

Ainda falando das frações alojadas no PRB – severinistas, principalmente –, ao adotar como estratégia a defesa dos interesses da burguesia bancária e agroexportadora, o PRB abrigou em seus quadros as antigas tendências políticas baianas – conservadora, liberal, federalista e constitucionalista. Diante deste cenário bastante heterogêneo, além do contexto de criação do PRB já mostrado, agrega-se o ex-deputado geral pelo Partido Conservador José Marcelino de Souza (1848-1917), empossado presidente da Comissão Executiva, e o ex-governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1892-1896), que ficou com a presidência do Conselho Geral. José Joaquim Seabra e Francisco de Paula Oliveira Guimarães foram eleitos delegados do PRB na Capital Federal. Logo, surgiram as facções dos marcelinistas e dos seabristas. Constatou-se que, mesmo sendo um partido dominante nesse momento, o PRB não construiu um projeto consensual de “visão de mundo”, o que acarretará uma nova ruptura nos anos seguintes.

No ano de 1907, os dois principais líderes do partido – os ex-governadores Severino Vieira (1900-1904) e José Marcelino de Souza (1904-1908) – não chegaram a um acordo sobre a indicação de quem chefiaria o executivo baiano nos próximos quatro

¹³¹ Entre algumas agências podemos destacar algumas: EAB, ACB, SBA, IPBA, EPBA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) dentre outros.

¹³² Destacamos o caso da EAB, que representava um dos eixos estratégicos de dominação, via saber/poder, das antigas frações dominantes escravocratas, sobretudo, da região do recôncavo. Contudo, com a mudança de regime, advêm as disputas intraclasses, o que catapultou a EAB ao rebaixamento para escola médio-prática 1904, levando ao encerramento de suas atividades em 1911. Ao perder o monopólio na formação de engenheiros e especialistas da terra, as frações dominantes escravocratas perdem em parte a sua capacidade de reproduzirem e de se organizarem no epicentro do poder estatal. Nas próximas seções desenvolveremos mais profundamente sobre o tema.

anos (1908 a 1912). O nome que terminou prevalecendo foi o de João Ferreira de Araújo Pinho (1851-1917), mais um velho representante das frações proprietária escravista do Recôncavo, bacharel em Direito e promotor de justiça que, sob o Império, havia sido eleito deputado provincial pelo Partido Conservador; ocupou o cargo de governador até 1911, renunciando antes do fim de seu mandato, sendo sucedido, interinamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados do Estado Aurélio Rodrigues Vianna¹³³.

Diante do processo de crise, o conflito entre severinistas e marcelinistas fez ruir as bases já enfraquecidas do PRB e facilitou a ascensão de J. J Seabra e da agremiação criada pelo mesmo: o Partido Republicano Democrata (PRD). J. J Seabra, político pragmático e de grande prestígio na capital, ascendeu ao poder na Bahia engrenado no esteio da “política das salvaçãoes” do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). Com Seabra galgando ao poder, o seabrismo se transformou na primeira força hegemônica da política baiana da era republicana, pois Seabra conseguiu um primeiro mandato de governador (1912-1916) e logo em seguida conseguiu eleger seu sucessor e maior aliado, Antônio Ferrão Moniz de Aragão – catedrático de economia política da EPBA –, para o período seguinte (1916-1920) e voltou ao governo para um segundo mandato (1920-1924).

Podemos dizer que o período seabrista foi o de maior prosperidade para a EPBA. Não por acaso o professor Arlindo foi nomeado para a cadeira de Secretário Geral do Estado após Seabra assumir o governo, cargo mais importante do estado abaixo do governador, depois de passar por graves dificuldades financeiras com a escola e passar alguns anos no ostracismo político, sem grandes articulações na sociedade política.

Fragoso na prática foi o grande gerente do primeiro governo seabrista. O prestígio de Arlindo perante o governador é traduzido em variadas subvenções para instituição de ensino, e ocupação de cargos no governo por alguns docentes da escola aliados de Fragoso. J. J Seabra era um político de grande destaque e prestígio na capital federal, e segundo Silvia Noronha Sarmento¹³⁴, Seabra tinha como *“estratégia assumir posições destacadas, através dos seus recursos de oratória e da disposição de se expor sem*

¹³³ Em 1911 e 1912, podemos dizer que o processo de crise atinge o mais alto grau de tensão. Dos eventos mais inesperados ocorridos durante esse período, destacamos a existência de duas assembleias legislativas em funcionamento: uma em Salvador e outra em Itabuna. Outro evento de grave tensão e um dos mais marcantes da história da Bahia republicana: o bombardeio por parte do exército na sede do governo baiano. Esse evento ocorreu justamente por problemas de reconhecimento da eleição do então ministro da Viação e Obras Públicas do governo Hermes da Fonseca J. J Seabra. (SAMPAIO, 1998; TAVARES, 2001).

¹³⁴ SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Salvador, UFBA, 2009, p. 31

restrições, firmar alianças nacionais e, através disso, fortalecer sua posição na Bahia”. O tirocínio por dentro do poder central rendia a Seabra capital político, ou seja, além de se investir de grande prestígio, conquistou o poder na Bahia, articulando alianças pela capital federal e não por dentro da política baiana.

Seabra, antes de chegar ao poder no estado da Bahia, ocupou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), vivenciou e trabalhou no Ministério a favor da reforma da capital federal – reforma urbana de Pereira Passos –, ocupou anos mais tarde o Ministério da Viação e Obras Públicas na presidência de Hermes da Fonseca, se credenciando nesse momento para a cadeira de governador.

Em um dos discursos mais famosos por J. J Seabra, publicado pelo periódico *O democrata*, um de seus braços políticos na capital, Seabra exalta suas realizações como governador, como se diz:

o quanto e muito concorreu para a construção das obras do porto desta capital, fazendo esquecer o tempo em que se desembarcava em arrebatados e maltratados saveiros, com risco de vida, em um cais onde as cascas de banana de misturavam com toda sorte de imundícies.

Pouco depois, ao entrar na cidade, outra comissão de ricos e importantes comerciantes agradeceu, sensibilizada, a V. Exa. ter mandado destruir o Santa Bárbara, o beco da Garapa, o grande mictório que era todo o bairro comercial, e transformado toda aquela montoeira em ruas arejadas, largas e salubres.

Ao fim da Rua da Montanha, obra do paulista Homem de Melo, encontrou ainda V. Exa uma enorme multidão que lhe bateu palmas frenéticas, por lhe haver V. Exa facilitado a passagem e condução em automóvel por uma avenida asfaltada, arborizada e limpa, que se destina da baixa de São Bento ao Rio Vermelho, e, que já está pronta até o Farol da Barra, lugar onde precisamente V. Exa se recordou de haver tomado, quando criança, belos banhos, lembrando-se bem de uma senhora que, em certa ocasião, deixou a mercê das ondas a cabeleira postiça que trazia, mas esquecendo-se, ou não, querendo relatar, as piculas que brincou ali mesmo, com o Araujão e outros. (*O democrata*, 16 abr. 1919)

Ao analisarmos a sua trajetória e alguns de seus discursos como o citado, fica claro que, quanto ao seu projeto de visão de mundo, Seabra era um grande entusiasta do projeto modernista e civilizatório em voga na capital da República. Ao assumir o cargo de governador, transforma a capital baiana em um grande canteiro de obras, com

alargamento de avenidas, construção de novas edificações, modernização do porto, saneamento básico, ampliação da malha ferroviária, instalação de bondes elétricos dentre outras realizações¹³⁵, além de elevar a EPBA, e seus agentes a outro patamar de importância. Contudo, o homem que vai gerenciar todo esse processo será Arlindo Fragoso e seus auxiliares, quase todos ligados à EPBA¹³⁶.

A relação de J. J Seabra com a EPBA e sua direção vem de período anterior, quando ainda como deputado federal conseguiu aprovar em 1909 a primeira subvenção federal para a Escola, de 50:000\$000 anuais.

No mesmo discurso citado, Seabra se exalta ao se referir à colocação de seu busto no salão nobre da EPBA, provando a sua ligação de tempos com a instituição e, em tom de ironia, o governador aproveita e provoca seu maior oponente na política baiana nesse momento: Ruy Barbosa, apesar de toda a tradição intelectual e ligação com as frações mais conservadoras. Nos dizeres de Seabra, “[...] a visitar a Escola Politécnica, no salão nobre e ao subir para os doutorais, à esquerda, observe se lá não encontra um busto em bronze, praticamente igual ao da Escola de Medicina!” (*O democrata*, 16 abr. 1919).

Podemos dizer que, no caso específico da Bahia republicana, a trajetória das ciências esteve sempre associada de alguma forma política, e a política na maioria das vezes se apropria das ciências como uma das formas de galgar ao poder, sobretudo, para as frações médio-urbanas nesse momento histórico. Logo, entendemos que essa relação ocorre de maneira simbiótica, produzindo prestígio e status. O grande exemplo desse processo seriam as relações de J. J Seabra no meio político ao se referir à colocação de seu busto no salão nobre da EPBA e na escola de medicina. Em outra vertente, encontramos Arlindo Fragoso, um acadêmico de grande prestígio – representante das frações urbanas –, ocupando o segundo cargo em importância no estado. Em ambos os casos, essas posições rendem capital simbólico, cada um à sua maneira. No caso da ciência “pura” simplesmente, dificilmente renderia tal conquista de prestígio, *status* e reconhecimento, tanto no meio acadêmico quanto no meio político simultaneamente.

¹³⁵ Destacamos também o trânsito fácil de Seabra com algumas agências ligadas à sociedade civil, dentre elas a ACB, o IPBA, empresários ligados à importação e à exportação bem como às companhias multinacionais como a Light, relações construídas ainda quando era ministro de Estado. Para saber mais, ver Sarmento (2009).

¹³⁶ Dentre os agentes – professores da EPBA – que pertenciam ao grupo de intelectuais e políticos ligados a Arlindo Fragoso temos: Francisco Lopes da Silva Lima, que ocupou a intendência de Salvador em 1896 dentre outros cargos; Francisco de Souza, que foi diretor do Serviço de Águas e Esgotos durante o domínio seabrista, chegando a ser intendente (prefeito) de Salvador em 1930; e Thyrsos Paiva, engenheiro-chefe da Inspetoria da Iluminação, tendo exercido interinamente diversas vezes o cargo de intendente de Salvador.

Como Secretário Geral, Arlindo Fragoso articulou decisivamente em favor da aprovação da Lei nº 1.087, de 31 de julho de 1915, que concedeu um auxílio de 161:000\$000 para a aquisição do prédio vizinho da sede do largo de São Pedro, permitindo a ampliação das instalações da EPBA, que foi também reconhecida como instituição de “utilidade pública”¹³⁷. Octávio Mangabeira – ex-aluno e professor catedrático da instituição, político é outro representante das frações médias –, como Deputado Federal, também garantiu subvenções para a entidade por meio de emenda ao orçamento federal em 1912, como também em de 1916 a 1921, no valor de 50:000\$000, 1922 na quantia de 50:000\$000 e 1923 no valor de 60:000\$000. Em 1920, Mangabeira conseguiu subvenções anuais de 100:000\$000 para a implantação do curso de química industrial em 1920 e nos três anos subsequentes.

Sobre as novas instalações da escola, Arlindo fez a leitura de parte do relatório oficial do Biênio 1915-1916, em Assembleia Geral do Instituto, diz Fragoso:

afirmando ser de “relativa prosperidade” a situação da entidade. [...] “Do edifício agora bastante ampliado pela aquisição de um prédio novo, e muitíssimo melhorado por uma série de reformas, de tódo o gênero, às novas instalações, de mobiliário e material ensino, e, a mais, mantidos, com os possíveis progressos, todos os seus cursos, rigorosamente praticados, a ESCOLA POLITÉCNICA está assinalando as vantagens da sua instituição pelos serviços prestados, com honra para o seu nome, à causa do ensino superior do país” ...

Mais vastas, neste memento, as acomodações da ESCOLA POLITÉCNICA, graças ao novo prédio adquirido, de área igual ao antigo e que com as reformas realizadas ficou constituído em um só edifício, tornou-se maior o número de salas de aula e cresceram, a par do espaço reservado aos gabinetes e laboratórios, as dependências, propriamente, à administração, melhorando, ainda, o salão de honra, a biblioteca, a Secretária e o Arquivo”¹³⁸.

No governo Antônio Moniz (1916-1920), período ainda de predomínio seabrista, foram restabelecidos os pagamentos das subvenções estaduais, que tinham perdido a regularidade já há algum tempo, e foram transferidas para a EPBA, a biblioteca e parte dos gabinetes de química da EAB, agora sob tutela do governo estadual¹³⁹. Todavia, podemos dizer que, por conta destes e de outros benefícios conseguidos para a EPBA

¹³⁷ GUIMARÃES, Op. Cit. p. 63 e 141.

¹³⁸ Idem, p.105.

¹³⁹ Idem, p. 141 e 197.

quase sempre oriundos da via pública, todos esses políticos, agentes e representantes de agências ligadas à sociedade civil e à sociedade política, em alguns casos também catedráticos da escola – caso do governador Antônio Moniz, catedrático de Economia Política –, foram homenageados pela EPBA e pelo IPBA, tendo seus nomes exaltados em discursos, seus bustos e retratos passando a ocupar um lugar de destaque no salão nobre da escola e seus nomes batizando salas, laboratórios e gabinetes. Assim consta da ata da entidade um voto de congratulação ao governador e professor catedrático Antônio Moniz:

[...] ilustre professor catedrático deste estabelecimento, pela segurança com que vai exercendo seu patriótico programa de Governo, especialmente no tocante à defesa dos interesses da coletividade¹⁴⁰.

Vários desses agentes que de alguma forma contribuíram em benefício da EPBA, como já mostramos, encontram-se inseridos na sociedade civil e sociedade política, ocupando diversos cargos em agências privadas e em instituições públicas. Um dos principais representantes se materializa na figura de J. J Seabra, que, ao iniciar seu mandato, traz consigo uma visão de mundo e trabalha para a propagação desse ideal por meio de seus agentes, que também são representantes de aparelhos privados e estão imbuídos do mesmo projeto; Arlindo Fragozo é o maior exemplo, mas não o único.

A partir daí, esses agentes que antes se encontravam em seus aparelhos privados, agora já se encontram investidos no interior do aparelho estatal, propagandeando seu projeto de visão de mundo, passando assim a perpetrá-lo como um consenso no interior das correlações de forças entre as frações e a sociedade como um todo. A consequência desse processo é a perda do discurso por outras frações que se encontram em oposição ou introjetando o “novo” projeto em voga. Passando o discurso dos agentes alocados no interior do estado, a se legitimar tornando-se, então, o “bastão” oficial.

Partindo dessas premissas, o papel do Estado, a prática política, adquire feições de “constituição”¹⁴¹, conferindo ordem e organicidade às transformações sociais, amalgamando também a “cultura” como sua principal ferramenta de ação. Nesse

¹⁴⁰ Idem, p.104.

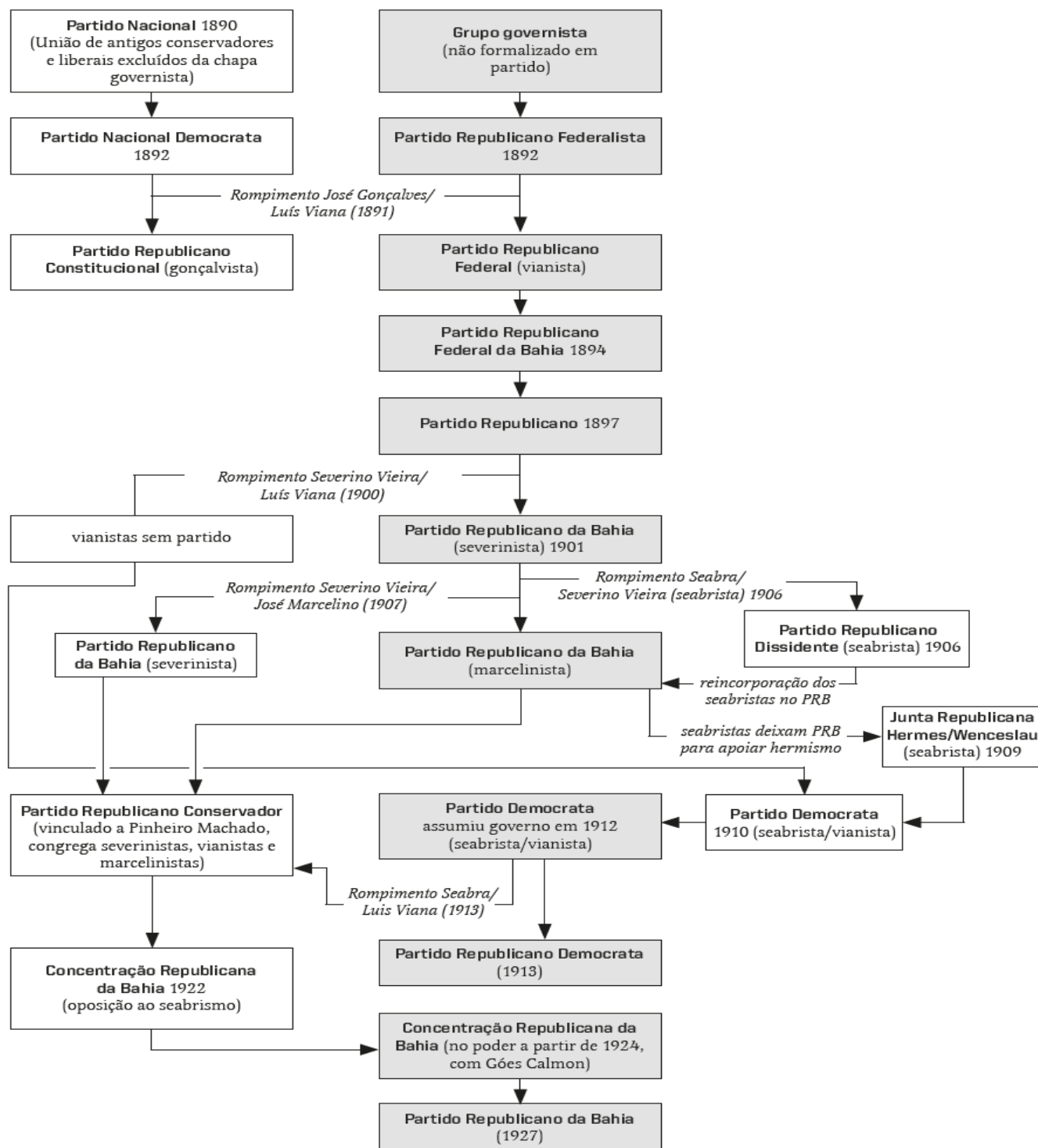
¹⁴¹ Destacamos que, no seu primeiro mandato de governador, J. J Seabra, dentro de seu projeto político e visão de mundo, conseguiu raro poder de dominação na história da Bahia republicana. Em 1915, foi feita uma grande reforma na constituição do estado da Bahia, fato que deixou as velhas frações proprietárias e conservadoras “de joelhos” perante o governador. Para saber mais, ver Pang (1979) e Sampaio (1998).

momento, podemos dizer que a política e cultura se unem de maneira conjunta, visando a dar conformação a esse novo projeto estatal, uma vez que, além do caráter coercitivo das agências estatais, já programadas a consumir a violência física. Essa reconfiguração ocorrida na Bahia, após a chegada de Seabra ao poder, é acima de tudo direção e consenso, o que quer dizer conquista de legitimidade para mudanças. Caso esse ciclo não se concretizasse, o processo de crise de hegemonia persistiria dando margem a outras rupturas políticas como ocorreu em momentos anteriores e ocorrerá, com o próprio Seabra, ao final de seu segundo mandato em 1924, com ascensão do grupo político dos irmãos Calmon, assim como, Octávio Mangabeira – esse na esfera federal –, todos vinculados à EPBA.

A existência de legitimidade para com o novo projeto seabrista coopera diretamente com a conquista da hegemonia, pois não há hegemonia instituída sem as correlações de forças e disputas – ainda que essas disputas ocorram no interior da própria fração da classe dominante –, auxiliando na sacralização de um dado projeto, ou seja, a conquista de uma representação, reconhecida como legítima e oficial, de uma determinada sociedade ou fração. Podemos então dizer que os conceitos explicitados coincidem com a dinâmica que Gramsci nomeou de “guerra de posições permanentes”, na qual essas dinâmicas sempre se dão de forma político-cultural. Além das lutas travadas no interior do poder constituído, as diversas frações investidas por seu próprio capital lutam incessantemente pela reprodução da sua própria fração. E uma das maneiras que essas frações se investem para se reproduzirem é por meio de instituições escolares, neste caso, a EPBA. Por meio destas entidades é que as frações propagandeiam e investem seus futuros agentes para ocupar, via de regra, seus aparelhos privados em um primeiro momento, e as agências estatais em um segundo.

Portanto, veremos que nos próximos anos, principalmente, após o movimento de 1930, esses agentes já guardavam uma relação direta com a expansão capitalista e as concepções ideológicas burguesas de progresso, técnica e competência, que demandavam a formação de agentes técnico-científicos condicionados às funções mais complexas e, dessa maneira, dotados de capacidade para a execução e direção de atividades vinculadas ao desenvolvimento econômico.

Diagrama 1: Diagrama dos partidos políticos da Bahia na Primeira República



Fonte: Diagrama elaborado a partir de informações de Sampaio (1998).

*Foram marcados em cinza e situados ao centro do gráfico os partidos que ocupavam o governo da Bahia.

OBS: Diagrama organizado por Sílvia Noronha Sarmiento para sua dissertação de mestrado tendo como base o trabalho de Consuelo Sampaio.

Capítulo 2 - A Formação dos engenheiros politécnicos na Bahia: a monopolização da “Violência Simbólica” e seus *agentes*

O seu mundo externo é um reflexo do seu mundo interno!!!
Paige Bartholomew

Como foi mostrado na sessão anterior, podemos perceber que vários dos agentes citados e envolvidos no processo de correlação de forças sociais intraclasse, que desencadeou e levou à criação da EPBA, demonstram que os personagens envolvidos possuíam diversas formações de cunho profissional¹⁴², mas o grupo mais coeso e orgânico no epicentro desta gestação foi o grupo formado pelos Engenheiros Politécnicos. Por trás da formação intelectual adquirida por esses agentes na instituição carioca, há todo um processo de vivência, introjeção e interiorização de um conjunto de ideias advindas de novo projeto de visão de mundo. Ao retornar à Bahia, esses indivíduos levam para a prática certo estilo de agir e pensar – *habitus*. Investidos também de um dado “capital cultural” que lhe permite também abrir portas para liderar, organizar e construir consenso, sobretudo junto às frações médio-urbanas, com ambições de conquistar representatividade.

Copilando informações em atas e periódicos da época, podemos constatar a presença maciça de “*politécnicos*” na primeira administração do IPBA e sua escola.

¹⁴² Vários personagens envolvidos no processo de criação da EPBA possuíam formação das mais variadas. Profissionais como bacharéis (Advogados), comerciantes, banqueiros, fazendeiros, funcionários públicos, etc.

Tabela I: Primeira Diretoria do IPBA - 1896

Membros	Formação	Ex-EAB	Docente da EPBA	Atividades Econômicas e Políticas
Arlindo Coelho Fragoso – Presidente	Politécnica-RJ	Sim	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político
Austricliano Honório de Carvalho – 1ª Vice-Presidente	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político
Alexandre Freire Maia Bitencourt – 2ª Vice-Presidente	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político/Banqueiro/Investidor/Membro da ACB
Salvador Pires de Carvalho e Aragão – Secretário	Politécnica-RJ	Não	Sim	Militar/empresário/político

Informações retiradas das atas de congregação manuscritos diversos e Almanak administrativo da Bahia na Base da biblioteca Nacional.

Tabela II: Primeiro Conselho Administrativo do IPBA - 1896

Membros	Formação	Ex-EAB	Docente da EPBA	Atividades Econômicas e Políticas
1 - Aristides Galvão de Queiroz	Politécnica-RJ	Sim	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político/Membro Fundador do Clube de Engenharia-RJ
2 - Affonso Glycerio da Cunha Maciel	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político
3 - Jacome Martins Baggi	Politécnica-RJ	Não	Não	Empresário/Funcionário Público/Político
4 - Augusto Bittencourt de Carvalho Meneses	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político/Banqueiro/Investidor/Membro da ACB
5 - Antônio Luiz Freire de Carvalho	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político
6 - Dionysio Gonçalves Martins	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político/Grande Proprietário/Investidor
7 - Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político
8 - John Parker Littlilton	Estrangeiro	Não	Não	Empresário/Funcionário Público/Político
9 - Affonso Pires de Carvalho e Albuquerque	Politécnica-RJ	Não	Não	Empresário/Funcionário Público/Político

10 - José Allione	Politécnica-RJ	Não	Sim	Empresário/Funcionário Público/Político

Informações retiradas das atas de congregação, manuscritos diversos e Almanak administrativo da Bahia na Base da biblioteca Nacional.

As informações, quantificadas nas tabelas I e II foram elaborados com base em variados tipos de fontes, mas, principalmente, de correspondências, manuscritos, atas de congregação, periódicos, memórias e para alguns casos, dicionários biobibliográficos. Ainda que algumas fontes estejam em condições precárias, conseguimos informações suficientes para elaboração e qualificação das tabelas apresentadas.

Entretanto, os agentes que compunham a primeira diretoria e conselho do IPBA – agência que patrocinou a criação da escola de engenheiros da Bahia –, tinham como norteador um dado projeto ideológico, que vinha sendo implementado desde meados do último quarto do século XIX na capital do finado Império brasileiro. Esse projeto de visão de mundo perpetrado por tais agentes foi interiorizado durante suas respectivas formações na Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ. Não por acaso, dos 14 (catorze) membros fundadores do IPBA, 13 (treze) adquiriram seus diplomas na escola carioca, o que já nos dá uma dica fundamental dos caminhos os quais a escola baiana iria implementar ao longo de sua trajetória¹⁴³.

Dentre os sócios fundadores do IPBA que figuram nas tabelas acima, é possível notar a presença de nomes significativos, tais como Augusto Bittencourt de Carvalho Meneses, Alexandre Freire Maia Bitencourt, Dionysio Gonçalves Martins, Aristides Galvão de Queiroz, Arlindo Coelho Frago, dentre outros¹⁴⁴. De imediato, evidencia-se que todos são nomes de personalidades que tiveram destaque e influência na crescente sociedade civil baiana, principalmente durante o período de transição do Império para a República. Observamos que, dentre os fundadores do IPBA, encontram-se os irmãos Bitencourt, que nesse momento histórico ocupavam uma posição de destaque no meio empresarial, com grande atuação no mercado Bancário, bem como no comércio de

¹⁴³ Na seção a seguir, discutiremos as ideias e projetos interiorizados por esses agentes.

¹⁴⁴ Por se tratar de muitos nomes, 14 (catorze) no total, não conseguimos contemplar informações mais precisas e completas sobre os 09 (nove) nomes restantes, – escassez de fontes – optamos por destacar apenas 05 (cinco) agentes no corpo do texto, por considerá-los os nomes mais relevantes em nossa avaliação entre todos os presentes. No entanto, isso não suprime a importância dos outros nomes presentes nas tabelas, que possuíam destacada importância na sociedade civil baiana.

importação e exportação; consequentemente, tinham cadeira cativa na direção da Associação Comercial da Bahia – ACB.

Contudo, mesmo com seus diplomas de engenheiros, os irmãos Bitencourt mantinham como matriz principal profissional atuação em investimentos e “alto comércio”¹⁴⁵. A família Betencourt possuía uma das maiores fortunas da sociedade baiana para o período de transição de Império para República. Mesmo com foco no mundo empresarial, os irmãos Bitencourt atuaram como sócios ativos durante os primeiros anos do IPBA, na direção administrativa, como também na EPBA com a atuação na docência. Outra figura de proa, presente nos primeiros anos da entidade, vem na participação de Dionysio Gonçalves Martins¹⁴⁶, grande proprietário com investimentos em capital bancário, atuando também na agroexportação. Dionysio, durante os primeiros anos do IPBA e EPBA, também atuou como sócio e dirigente administrativo, assim como docente da entidade escolar. Já Aristides Galvão de Queiroz, foi membro fundador do Clube de Engenharia no Rio de Janeiro, agência que teve a primazia de propagandear, implantar e levar à capital do Império o projeto de modernidade vinculado a um processo civilizador.

O protagonismo do Clube de Engenharia, em conjunto com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ, proporcionou aos diplomados uma organização concisa, orgânica e consensual a partir do início da implementação das grandes obras de infraestrutura da capital do Império. Aristides Galvão, ao voltar para Bahia, esteve presente nos negócios, na política – Intendente de Valença em 1898 a 1899 – e atuou como docente na Escola Agrícola da Bahia – EAB. Por influência de seu colega de instituição Arlindo Fragoso, se juntou ao grupo que fundou o IPBA, e, posteriormente, ocupou e ministrou à docência na escola de engenheiros da Bahia nos seus primeiros anos.

Entre os fundadores do IPBA, destacamos a participação do engenheiro Arlindo Coelho Fragoso¹⁴⁷. Fragoso foi uma das figuras mais destacadas na organicidade desse grupo de personalidades que patrocinou a criação do IPBA em 1896¹⁴⁸.

Contudo, a característica comum a esses sócios fundadores se apresenta pelas suas funções como “funcionários públicos” e “políticos”, comprovando que a escola de

¹⁴⁵ Designamos “alto comércio” para operações ligadas à agroexportação e à importação. Terminologia usualmente praticada pela historiografia baiana.

¹⁴⁶ Descendente de Francisco Gonçalves Martins (Barão e Visconde de São Lourenço), uma das famílias mais tradicionais da Bahia Imperial. Saber mais: nota 108.

¹⁴⁷ Nas próximas seções, apresentaremos a importância da atuação do politécnico Arlindo Coelho Fragoso.

¹⁴⁸ É claro que, após a fundação do IPBA, outros nomes importantes da sociedade civil e sociedade política baiana aderiram ao projeto capitaneado pelos politécnicos. Portanto, ao longo das próximas seções iremos pontuar de maneira gradativa alguns desses agentes.

engenheiros da capital, tinha em seus preceitos uma vocação muito além de formar engenheiros especialistas. Logo, a escola imperial – a EPRJ – fomentou e difundiu no interior de seus muros, um conjunto de axiomas de representações, ou seja, fazer valer um código de valores culturais aceito e partilhado – ainda que inconscientemente –, por todos, mesmo com algumas pautas conflituosas. Dito isto, podemos afirmar que esses valores foram fundamentais e significativos no processo de construção, interiorização, expansão, ampliação e implementação de um dado projeto de visão de mundo.

Portanto, ao interiorizar esses preceitos, os diplomados politécnicos iniciam, ao retornar para seus locais de origem, de forma gradativamente seus caminhos no propósito de se tornarem dirigentes e/ou técnicos especializados na administração estatal. Sendo assim, a partir de relevante destaque em funções diretivas, conquistam também, espaços de representação política, inclusive se projetando para a esfera política *stricto sensu*, o que se dá em dimensões mais amplas do que aquelas pretendidas pelos partidos políticos, por exemplo, os cargos técnicos especializados ligados a ministérios e secretarias.

1 - Escola Politécnica do Rio de Janeiro: a construção de um *capital cultural*¹⁴⁹

Com a reformulação da antiga escola formadora de engenheiros na capital do Império, – Escola Central¹⁵⁰ –, a mesma será rebatizada de “Escola Politécnica do Rio de Janeiro”, em 1874. A partir deste momento histórico, se inicia um processo de especialização da engenharia brasileira. O modelo de orientação para a nova instituição será o modelo francês da “*École Polytechnique*” de Paris que, de acordo com Paulo Pardal, tinha como objetivo prático de ensino “*preparar alunos para os serviços públicos, para a artilharia e para o exercício das profissões liberais que necessitassem de conhecimentos de matemática e física*”¹⁵¹. Sendo assim, o modelo francês já se apresentava para as mudanças dos novos tempos – a inserção do ensino da engenharia –

¹⁴⁹ O termo faz referência ao conjunto de ideias desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, já explicitado na “nota 57” e que serão ressaltadas e inseridas ao longo do trabalho.

¹⁵⁰ Para um estudo mais aprofundado e coeso sobre a Escola Central, ver: MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Escola Central: a academia do Largo de São Francisco de Paula que consolidou o ensino de engenharia civil no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia - HCTE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

¹⁵¹ PARDAL, Paulo. *140 anos de doutorado e 75 de livre-docência no ensino de Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Engenharia da UFRJ, 1986. p. 74.

que antes era calcado nos ensinamentos e construções de fortificações militares, ou seja, o ofício de engenhar era um monopólio do exército francês. A mesma lógica ocorria no Brasil¹⁵², até a reformulação da Escola Central¹⁵³.

Sobre esse ponto, Heloi Moreira nos diz:

“...aspecto que diferencia a Academia Real Militar foram as suas sucessivas modificações, adaptando-se as necessidades e exigências militares, mas nunca perdendo o foco também na engenharia civil. Mesmo nas principais transformações ocorridas na Academia Real Militar, em 1832 (BRASIL, 1832a), 1839 (BRASIL, 1839a), 1842 (BRASIL, 1842) e em 1846 (BRASIL, 1846), seu conteúdo programático sempre manteve, em novas cadeiras e com pequenas diferenças, como objeto, a engenharia civil. Este foco chega até a Escola Central, em 1858, pois um dos objetivos dessa última era ensinar as “doutrinas próprias da engenharia civil”.

Após sucessivas transformações, ocorrendo a separação das engenharias militar e civil, descendem hoje da Academia Real Militar, em linha direta e contínua, a Escola Politécnica da UFRJ e a Academia Militar das Agulhas Negras.”¹⁵⁴

Instituída e homologada como profissão em março de 1842¹⁵⁵, sob a égide das escolas militares, a engenharia civil brasileira, paulatinamente, inicia o seu processo de especialização e amadurecimento como ofício profissional. A sua independência frente aos militares, ainda nos anos de “Escola Central”, vem a partir da segunda metade do Século XIX, partindo da necessidade da presença de engenheiros civis para atender ao aumento e à necessidade de grandes obras públicas, principalmente estradas de ferro e portos. Esse processo vem capitaneado em função da relativa estabilidade política que se

¹⁵² Para uma discussão historiográfica mais aprofundada sobre a trajetória da engenharia no Brasil, ver: MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Op. Cit.* Capítulo II, BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Op. Cit.* Capítulo I, 2017.

¹⁵³ De acordo com Mário Barata, a “Escola Central” de 1842-1858 formou agentes civis sob a administração do Exército para os seguintes profissionais: para os quatro primeiros anos, o discente saíria com o título de Engenheiro Geógrafo, cursando mais dois anos, saíria com o título de Engenheiro Civil. O título de bacharel em ciências matemáticas e físicas seria concedido para o discente que obtivesse aprovação plena nos quatro primeiros anos, mais a segunda cadeira do quinto ano. Para a obtenção do grau de Doutor, todos os interessados haveriam de defender uma tese. BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo São Francisco: berço da engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica / Clube de Engenharia, 1973, p. 62.

¹⁵⁴ MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Op. Cit.* p.45.

¹⁵⁵ MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Op. Cit.* Capítulo I. Mário Barata também destaca que os anos “de 1842-1858, da Escola do Largo de São Francisco, destacando no final a transformação em Escola Central, que marcou momento importantíssimo na evolução da engenharia brasileira e na história da nossa Politécnica”. BARATA, *Op. Cit.* p 60.

estabeleceu no Brasil – pós-guerra do Paraguai –, possibilitando à administração do Segundo Império promover uma série de medidas que alavancaram o país a um período de desenvolvimento social – político – econômico.

Aprofundando nesta contextualização, a fração de classe que dominava o aparato estatal, neste momento histórico¹⁵⁶, se apresentava basicamente por proprietários de terras e de escravos que, por conseguinte, já estavam inseridos na economia da agroexportação. Os donos da terra, conglomerados a comerciantes e negociantes¹⁵⁷ logo passam a ocupar espaços de destaque na burocracia estatal. Esses agentes sociais, “unidos”, deram a amálgama necessária para que os interesses de uns se combinassem aos negócios dos outros, proporcionando um projeto político comum que primou pelo que a pesquisadora Maria Inês Turazzi chamou de “*melhoramentos*”¹⁵⁸ materiais na construção social do Brasil Império.

Para Marinho:

“Esse setor possuía um papel importante na manutenção e expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos do Estado Imperial. Nesse processo, a administração pública misturava-se aos interesses particulares da classe dominante. A **“modernização” do Estado** estava intimamente relacionada aos interesses dessa classe que, por sua vez, fortalecia o poder da administração central. **Atuavam conjuntamente e a atividade dos engenheiros referendava essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”**, baseada na construção de um Estado **“moderno”** nos moldes dos saberes científicos do século XIX. [...] a construção e a configuração da **“ordem”** e do **“progresso”** pelos dirigentes imperiais aprofundavam-se nesse momento”¹⁵⁹. **(Grifos Nossos)**

¹⁵⁶ Consideraremos como “classe dominante” para o período – apesar da falta de consenso na historiografia especializada – as frações sociais ligadas à terra e escravocratas da região cafeeira fluminense, que se fizeram presentes de maneira sistemática no aparato burocrático do Estado Imperial. Para saber mais: SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, Capítulo I.

¹⁵⁷ O termo negociante é definido por Théo Piñeiro como “o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. [...] Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc”. PIÑEIRO, Théo L. *Negócios e Política no Brasil Império*. In: VALENCIA, Marta, MENDONÇA, Sônia R. (org) Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001, p. 123-124).

¹⁵⁸ O termo cunhado “*melhoramentos*” é melhor desenvolvido e apresentado pela pesquisadora Maria Inês Turazzi. TURAZZI, Maria Inês, *As artes do ofício: fotografia e memória da engenharia no século XIX*. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1997. Levamos em consideração o que Pedro Marinho nos apresenta; pois ao elaborar seus estudos sobre os engenheiros, a partir da segunda metade do século XIX, nos mostra que “se deve reter que o termo “*melhoramentos*”, na designação de época, referia-se a um largo campo de significados, desde “*Obras Públicas*” até uma noção próxima de “*Civilizar*”. MARINHO. Op. Cit. 2008. p. 108.

¹⁵⁹ Idem, p. 108.

As frações sociais que davam liga e “governabilidade” ao Império, somadas à imagem política do Imperador D. Pedro II, alavancaram no seio da burocracia estatal um novo projeto de “visão de mundo”, que deveria corresponder às demandas para aquele momento histórico, ou seja, os “*melhoramentos materiais*” estavam entre as prioridades. Claro que a codificação *sine qua non* deste “novo projeto” estaria na primeira pauta, as “obras públicas” emergenciais, conjugando as duas ações: primeiro – levar ao Império as necessárias políticas públicas para a manutenção do *status quo*; segundo – manter a centralização do poder político e administrativo como o portfólio principal, após o período de reestruturação do segundo Império.

Para os historiadores Pedro Marinho e Ilmar Rohloff de Mattos, os princípios que norteavam e orientavam a construção do Estado imperial brasileiro partiam do viés operativo marcado pela “manutenção da Ordem”, conjugando a “difusão da Civilização”. Esses valores, levados como fundamentais na construção de uma nova sociedade para o Império brasileiro, só se concretizariam, por uma busca incessante e paulatina, dentro dos moldes de uma sociedade empenhada e investida dos preceitos do modelo “civilizador”, o que, conseqüentemente, os levaria à “riqueza da nação” imperial. E para colocar em prática todo esse arcabouço processual, o investimento maciço em obras públicas se apresentaria como fator fundamental.

Para Ilmar R Mattos, era necessário:

[...]a **construção de prédios públicos**, realização de **melhoramentos, materiais**, levantamento de dados e confecção de mapas, **exercícios de vigilância** e controle punham em contato, a cada passo, o elemento particular e o governo, até mesmo porque não raras vezes este último era obrigado a recorrer ao primeiro, como decorrência da escassez de recursos, da extensão do território e da dispersão da população[...]

Todavia, não nos parece que o mais importante neste contato consiste na colocação em relevo dos “**obstáculos**” ou “**entraves**” que se erguiam, como uma pesada herança do passado impedindo a plena constituição de um **Estado Moderno**. Se estamos preocupados em compreender o que se passa, devemos pôr em evidência, antes de tudo, o elemento que efetiva este contato: o agente da administração pública [...] **o agente da centralização**¹⁶⁰. (Grifos Nossos)

Dentro desta contextualização, a atuação dos engenheiros civis, a partir da segunda metade do século XIX, já se apresentava consideravelmente de maneira

¹⁶⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 212.

organizada, concisa e intrínseca junto às frações dominantes. Aí, todavia, percebe-se que os interesses das frações sociais dominantes, – mesmo que divergindo em alguns pontos – em grande parte, se complementavam em prol de um novo projeto de “visão de mundo”; e o papel dos engenheiros na construção do consenso seria fundamental para a implementação das ideias dos novos tempos.

A influência desses agentes, com o ofício de “engenharia” junto à fração dirigente da nação, foi aumentando substancialmente, não obstante as mudanças de reestruturação econômica e social, como também a ascensão de novas frações ao poder. Ainda assim, os engenheiros foram mantendo e ampliando sua esfera de atuação e barganha, em muito por possuírem o monopólio do conhecimento do “saber engenharia”, que os credenciou e os alavancou a exercerem funções em diversos espaços de poder na administração do Império brasileiro.

Não foi por acaso que, durante o início da segunda metade do século XIX, as sucessivas reformas enfrentadas pela “Escola Central” até 1858 não levaram a instituição formadora de engenheiros a um processo de total autonomia frente ao controle do Ministério dos Negócios da Guerra no Império brasileiro¹⁶¹. A autonomia legítima e a constituição de uma escola de formação de engenheiros civis só ocorreu com a reestruturação da “antiga Escola Central”, que foi refundada com o nome Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874¹⁶².

É importante enfatizarmos que a remodelação da “*antiga Escola Central*” renomeada Escola Politécnica vem no lastro de interesses semelhantes e/ou projetos, que só terão força e viabilidade, uma vez organizados no seio da Sociedade Civil e que, tal composição organizativa tem como foco principal dar voz a seus “aparelhos privados” e a seus agentes nela inseridos.

Parafraseando a historiadora Sônia Mendonça¹⁶³, o primeiro passo de construção para analisar – estudo científico – qualquer proposta de política pública – seja ela agrária ou educacional, por exemplo – é condição *sine qua non* o mapeamento dos “aparelhos” de Estado a ela interligados, num dado momento histórico. Por conseguinte, é preciso averiguar como se ordenam suas possíveis reivindicações, como também suas trincheiras de ações. O objetivo é obter para si o passaporte para os seus agentes ligados a seus

¹⁶¹ Cf: MOREIRA, Heloi José Fernandes. Op. Cit. Capítulo I, 2014.

¹⁶² BRASIL. Decreto N° 5.600, de 25 de abril de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil.

¹⁶³ MEDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Sociedade* in: Mattos, Marcelo Badaró (org), Rio de Janeiro, *História: Pensar e saber*, Laboratório Dimensões da História, 1998.

quadros junto a este ou aquele organismo do aparelho estatal, ainda que esta estratégia represente, em muitos dos casos, a necessidade de criação de novos órgãos representativos. Essa tática de trincheira foi nomeada por Gramsci de “*guerra de posição*”¹⁶⁴, onde as correlações de forças intraclasse disputam de forma permanente no seio da sociedade civil a primazia de se alcançar os caminhos para se chegar a espaços de poder na burocracia do Estado.

Sobre a luta política e “guerra de posição”, teoriza Gramsci:

[...] a **luta política** é muitíssimo mais complexa: em certa medida pode ser comparada às **guerras coloniais** ou às **velhas guerras de conquista**, quando o exército vitorioso ocupa ou se propõe ocupar permanentemente todo ou uma parte do território conquistado. Então o exército vencido é desarmado e dissolvido, **mas a luta continua no terreno político** e da preparação militar¹⁶⁵ (Grifos Nosso)

Sendo assim, é a partir desse momento decisivo que, efetivamente, ocorreu a consolidação da prática profissional do engenheiro civil no Brasil Império e sua crescente e prestigiosa atuação no interior das correlações de forças da fração da classe dominante, principalmente no grupo dos escravocratas donos das terras da Região do Vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro. Não foi coincidência, como nos mostra Marinho, que “*na mesma proporção em que os engenheiros civis eram convocados a dotar o comércio cafeeiro de vias de comunicação e construção de portos, as reformas escolares auxiliavam na sua construção profissional*”.¹⁶⁶

Marinho, nos coloca que:

[...] a forte demanda para a formação de profissionais em “profissionais especializados” em **obras públicas** e a decorrente **necessidade de**

¹⁶⁴ Assumo aqui o conceito de “*Guerra de Posição*” exposto na obra de Antônio Gramsci. No verbete que define “guerra de posição”, no recém lançado dicionário Gramsciano, temos a orientação que: “A noção de guerra de posição interage diretamente com as principais categorias do pensamento político gramsciano, caracterizando seus momentos essenciais e orientando sua análise histórica, a partir do conceito de “hegemonia” resultado de uma ação intelectual, moral e política dos dirigentes sobre os dirigidos”. LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano 1926-1937*. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis. 1ª Edição - São Paulo: Boitempo, 2017. p. 360.

¹⁶⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”*. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000

¹⁶⁶ MARINHO, Op. Cit. p. 109.

ampliação do próprio curso de engenharia, bem como o interesse já demonstrado **em deixar a preparação militar** numa só escola e a ineficácia em submeter os aspirantes a engenheiros civis à rigidez da disciplina militar como horizonte profissional **levaram, em 1874, à alteração da estrutura da Escola Central**. Com a reforma em seus estatutos, o nome da instituição foi alterado para **Escola Politécnica**, ficando agora subordinada ao **Ministério do Império**¹⁶⁷ **(Grifos Nossos)**

Pelas variáveis apresentadas nos parágrafos anteriores, o aumento por demanda de engenheiros civis cresce de forma exponencial – apesar da quantidade de formados nesta especialidade, na antiga Escola Central, ser um contingente razoável, não atenderia à exigência do esperado –. Por esse fato, a campanha que leva à aprovação da mudança da antiga “Escola Central” para uma entidade voltada exclusivamente para a formação de engenheiros civis, naquele momento histórico, se tornaria vitoriosa.

A conquista de autonomia frente aos militares, como também, o monopólio da formação do ofício de engenhar¹⁶⁸ eleva a categoria de engenheiro civil para uma nova esfera na crescente sociedade civil no Brasil Império. O modelo de referência a ser seguido, como já mostramos, será o da Escola francesa: a “*École Polytechnique*” de Paris, com algumas adaptações. O novo estatuto da Politécnica carioca previa um “curso geral”, completados em dois anos, “comum a todos os cursos”; e três anos voltados para a especialização¹⁶⁹. Mário Barata nos traz alguns dados mais precisos sobre a reelaboração da antiga Escola Central, para o novo modelo a ser adotado pela Escola Politécnica:

“O Decreto 5.600, de 25 abril de 1874, estabeleceu: Artigo 1^a – A atual Escola Central, passará a denominar-se Escola Politécnica e se comporá de um curso geral e dos seguintes especiais”¹⁷⁰

Esta nova instituição, recriada a partir do modelo francês¹⁷¹, é o pontapé inicial para a construção de um novo monopólio do saber, em que a escola formadora de

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Vale lembrar que a formação de engenheiros civis até a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro tinha a gerência e o comando do Exército imperial. Para dados mais precisos sobre a campanha que resultou na criação da EPRJ, ver: MARINHO, 2008, MOREIRA, 2014.

¹⁶⁹ PARDAL, *Op. Cit.*

¹⁷⁰ BARATA, *Op. Cit.* p. 64.

¹⁷¹ MARINHO, *Op. Cit.*

engenheiros marcaria a sua entrada definitiva no que Marinho e Mattos nomeou de “círculo dos mais próximos”¹⁷², mesmo gozando de uma relativa autonomia institucional.

Não por acaso, ao dar início a suas atividades como instituição de ensino, a Escola Politécnica, por exigência estatutária, viu-se a cumprir a obrigatoriedade – até mesmo por uma questão de controle – de uma congregação institucional¹⁷³. O objetivo era claro: manter a entidade estudantil inserida nas relações sociais das frações da classe dominante e, conseqüentemente, assegurar posições no seio da sociedade política, auxiliando e colaborando na elaboração de políticas públicas postas em prática no Império brasileiro.

A partir desta estratégia, seriam construídos, pelos agentes ligados à máquina estatal do Império, atalhos que a pequeno e a médio prazo os levariam à ascensão e ao controle pela via das entidades escolares. Ao pesquisar sobre o sistema educacional francês, o sociólogo Pierre Bourdieu nos coloca uma questão que podemos realocar a este momento histórico. Bourdieu destaca que: “*máquinas de excelência e competência que diferenciam, segregam, mistificam e elitizam, conferindo prestígio*”¹⁷⁴. Logo, podemos afirmar que a Escola Politécnica, neste momento histórico, já carrega consigo um relevante e ascendente “*capital simbólico*”. Portanto, não à toa, alguns dirigentes ligados à administração do Império, queriam de certa forma se aproximar num primeiro

¹⁷² Para Ilmar de Mattos, algumas variáveis são importantes para elucidar e produzir uma cultura identitária entre aqueles agentes que se encontravam nos círculos dos “mais próximos”; por exemplo podemos citar: “relações pessoais”, “formação”, “construção de carreiras”, como também, “titulações”. Saber mais em: MATTOS, Ilmar R de Mattos. “O lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 201). Pedro Marinho nos indica os escritos de Gramsci sobre o mesmo conceito. Para Gramsci, “círculo dos mais próximos” é “o elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna mais eficiente e poderoso um conjunto de forças; [...] este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isto, inventiva” GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 317.

¹⁷³ De acordo com o estatuto da Escola Politécnica: “à Congregação competia organizar os programas de estudos de cada uma das cadeiras, as tabelas de pontos, exercer a inspeção científica no tocante ao método de ensino e “organizar e submeter à consideração do Governo todos os regulamentos especiais e programas que forem necessários para a boa inteligência e execução deste estatuto.” (BRASIL. Estatutos da Escola Politécnica. Art. 10).

¹⁷⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. *La Nobleza de Estado: Educación de elite y espíritu de cuerpo*. Traducido: Alicia Beatriz Gutiérrez. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013. _____ Homo Academicus. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle; Revisão técnica Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2. Ed - Florianópolis: Ed. EDUFSC, 2013. Capítulo III.

momento, e assim, a partir de um segundo momento, cooptar¹⁷⁵ a instituição e/ou investir nos próprios *habitus*¹⁷⁶ e projetos desta entidade de ensino.

Ao enfatizarmos nossas análises, podemos perceber que os agentes nomeados para ocupar a direção da “Escola Politécnica”, entre os anos de 1874 – 1897, passavam pelo crivo da administração do Império¹⁷⁷ e estavam submetidos ao Ministério dos Negócios. Avançando sobre as reflexões dos engenheiros, Marinho apresenta uma tabela com os dados de todos os (ex-diretores) da instituição¹⁷⁸. No entanto, o pesquisador faz uma ressalva importante, e destaca:

“...que, até o final do Império, todos os diretores daquela instituição pertenceram aos quadros dirigentes do Instituto Politécnico Brasileiro e após a República, prevalecem os diretores agremiados no Clube de Engenharia, atestando a forte imbricação entre os postos de direção da Politécnica, os aparelhos privados de hegemonia dos engenheiros civis e ainda as esferas de atuação profissional¹⁷⁹.”

Portanto, podemos afirmar que as ações com a intenção de congregar materializam e compõem parte de um estratagema, que tinha como objetivo principal: construir consenso, dar organicidade, reforçar e consolidar uma entidade escolar que, em sintonia com as novas diretrizes dos novos tempos, passa a cooptar, junto aos dirigentes imperiais, representação nos espaços de poder. A partir daí, seria feita a implementação dos projetos das frações agrárias hegemônicas.

Após a legitimação da escola de formação de engenheiros da capital do Império, os projetos formulados por esses profissionais – muitos já engajados em diretorias de

¹⁷⁵ O termo “cooptar” usado ao longo do estudo, não tem, neste caso, o significado literal da palavra. Esse vocábulo é inserido no intuito de representar o método onde atores sociais se aproximam de determinado “grupo” e/ou “fração social” com o intuito de associação, e a partir daí, paulatinamente, passam a propagandear suas ideias e práticas, fazendo com que seus métodos sejam incorporados e aceitos de forma gradativa junto ao “grupo”, passando esses valores a serem identificados como o de todos. Claro que esse processo requer um certo período, que em alguns casos podendo ocorrer disputas e correlações de forças para se sobrepor por completo.

¹⁷⁶ O conceito de “*habitus*”, elaborado por Pierre Bourdieu, é um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais – tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras. O “*habitus*” vai, no entanto, além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num “campo” quanto seu conjunto de “capitais”. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Perspectiva, 1975, p.191.

¹⁷⁷ BRASIL. Decreto N° 5.600, de 25 de abril de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil.

¹⁷⁸ Tabela pode ser consultada em: MARINHO, *Op. Cit.* p.p. 111-114.

¹⁷⁹ MARINHO, *Op. Cit.* Capítulo 2.

ministérios do Império¹⁸⁰ – deveriam apresentar atribuições de execução por meio de conhecimentos especializados, mas também, que levassem às consequências efetivas ligadas à ciência em benefício para toda sociedade, ou seja, perspectivas objetivas conjugadas para a prática. Outrossim, podemos afirmar que as tarefas praticadas e desenvolvidas pelos engenheiros do Império, para além da utilização de conhecimentos científicos, ajudaram a transformar e a alavancar o projeto “modernizador” e “civilizatório”, auxiliando também a legitimar, para além do ofício de “engenheiro”, as iniciativas de implementação de políticas públicas voltadas às “grandes obras”.

Os profissionais engenheiros, por meio de seus “aparelhos privados” – a Escola Politécnica e o Instituto Politécnico Brasileiro (doravante IPB¹⁸¹) –, passaram a ter, por meio de suas atuações, um importante conjunto de saberes e práticas; representam um papel imprescindível, que cada vez mais os tornariam essenciais para os trâmites de implementação de políticas públicas circundando as ideias de um Império brasileiro “moderno e civilizado”. Logo, os engenheiros do IPB passam a atuar e a inscrever suas ideias por via dos “aparelhos privados¹⁸²” que atuavam, dando organicidade aos seus projetos e discursos. Note-se que toda esta ação se dá em consenso junto à administração do Império, ou seja, com a chancela da sociedade política – Estado restrito.

É neste momento histórico, marcado pela “*ampliação do Estado*”¹⁸³, que ocorre a confirmação da atuação desta confraria dos profissionais da engenharia, que além de integrar e atuar, para além do campo da ciência de engenhar, passa também a reivindicar para si o monopólio da autoridade científica, a partir desta amálgama de interesses próprios, enquanto uma nova categoria de intelectuais, que se credenciam pela capacidade de formular “projetos” no seio de uma realidade social em crise e transformação.

¹⁸⁰ Os engenheiros atuavam junto a vários Ministérios; dentre os principais, destacamos: Ministérios dos Negócios do Império, Ministérios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e outros.

¹⁸¹ De acordo com Pedro Marinho, o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) foi criado, oficialmente, em 11 de setembro de 1862, em uma sala da “Escola Central” no Rio de Janeiro; destacando em seu primeiro artigo “Artigo 1º de seus Estatutos, ter por objeto o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos. Por motivos óbvios não nós ocuparemos em fazer uma análise mais aprofundada do Instituto Politécnico Brasileiro, no entanto, o historiador e pesquisador Pedro Marinho desenvolveu a temática em seu trabalho de dissertação de mestrado, defendido no ano de 2002. Pedro desenvolveu um trabalho mais objetivo sobre a atuação da entidade na sociedade civil imperial para aquele momento histórico. Cf: MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880. Dissertação de Mestrado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: UFF, 2002.

¹⁸² Além do IPB, após alguns anos, os engenheiros cariocas fundaram uma nova associação nomeada Clube de Engenharia, nova confraria em cujo quadros, praticamente, todos os associados já se encontravam envolvidos junto à administração do Império. Portanto, a partir do último quarto do século XIX, a classe de profissionais engenheiros já estava investida por um prestigioso “capital político”, principalmente, os que estavam engajados nos grandes projetos ligados a obras públicas, como por exemplo: a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

¹⁸³ Tomamos aqui o conceito de “Estado Ampliado” teorizado por Antônio Gramsci.

Contudo, é neste momento de confirmação e afirmação de “*capital simbólico*” que tem seu início, logo, na inauguração da antiga Escola Central, e anos mais tarde renomeada Escola politécnica. Os profissionais da engenharia, paulatinamente, passam a ter, por meio de suas agências¹⁸⁴, vozes ativas junto à sociedade civil e à sociedade política, como também, construindo e facultando, ao longo da segunda metade do século XIX, modalidades de intervenções práticas para esses profissionais que se investiram por um saber portador de “*habitus*” escolares próprios e diferenciados.

É neste cenário que os aspirantes a engenheiros, vindos da província da Bahia, chegam. Outrossim, ao longo de sua formação acadêmica, esses agentes, gradativamente, mesmo que inconscientemente, passam a adquirir, interiorizar, perpetrar valores específicos da classe profissional de engenheiros intelectuais da capital do Império brasileiro. Isso na *práxis* é traduzido por um capital de novo tipo, “o capital cultural”, o qual é divulgado de forma igualitária pela entidade de formação, que auxilia, por essa trajetória, a própria construção do espaço social.¹⁸⁵ Sobre esse conceito, Bourdieu nos ensina:

“A função técnica evidente de formação e transmissão de uma competência técnica e de seleção dos tecnicamente mais competentes, mascara uma função social, a saber, a consagração dos detentores estatutários de competência social, do direito de dirigir (...) Assim, a instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira **nobreza de Estado**, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar ”¹⁸⁶ (Grifos do autor).

É dessa maneira que os candidatos a engenheiros da Bahia interiorizaram, ao longo de suas formações, o novo “projeto de visão de mundo”, já em curso na capital do Império. Essas ideias virão a ser discernidas e propagandeadas a todo tempo, via entidade escolar, como também por suas agências ligadas à sociedade civil. Parte dos filhos da

¹⁸⁴ Reivindico aqui a termo “agência” para incluir o Instituto Politécnico Brasileiro e, anos mais tarde, o Clube de engenharia. Os dois espaços foram criados e organizados por intelectuais engenheiros, com o fim de dar organicidade às suas ideias junto à sociedade civil no Império brasileiro.

¹⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad: Mariza Corrêa: Campinas, SP: Ed Papirus, 1996. p.35-36.

¹⁸⁶ Idem, p. 39.

nobreza baiana, como Miguel Calmon Du Pin e Almeida, José Antônio Costa, José Joaquim Rodrigues Saldanha, Frederico Pontes etc. passaram pela entidade escola da capital, assim como os filhos das frações sociais em ascensão, por exemplo, Arlindo Coelho Fragoso e o seu primo Sérgio de Carvalho.

Portanto, ao retornar à sua terra natal, esses agentes investidos de um “novo capital cultural”, naturalmente, já se encontravam engajados e envolvidos junto aos projetos dos “novos tempos”. Sendo assim, iniciam toda uma articulação no seio das frações intraclasses dominantes, para a partir daí, galgarem espaços gradativos nas esferas do poder público, que agora se apresentam pelo modelo Republicano. O maior exemplo da implementação dessa estratégia se materializa com a criação do IPBA e logo em seguida a EPBA, em 1896.

2 - O *politécnico* Arlindo Coelho Fragoso – origem social, ideais e projetos – à luz de um intelectual orgânico

Os fatores que desencadearam a criação da EPBA se iniciam após a saída do ex-professor catedrático de Mecânica Aplicada da EAB, Arlindo Coelho Fragoso.

Mas perguntamos: Quem é Arlindo Coelho Fragoso? Ao fazermos o levantamento de suas ações junto à sociedade civil e à sociedade política, chegamos à conclusão de que se trata de uns dos intelectuais mais influentes da Primeira República na Bahia. Sua ação e atuação junto aos agentes sociais ligados às frações dominantes se fazia de forma habilidosa e diplomática. Arlindo transitava com facilidade por várias frações sociais, e gradativamente foi adquirindo um respeitável “*capital político*”, durante toda sua trajetória no seio da sociedade civil baiana, assim como em sua vida pública.

Dito isto, vamos ao preâmbulo histórico de Arlindo Coelho Fragoso. O ex-docente da EAB era filho de Antônio Coelho Fragoso e Bernardina de Sena Fragoso. Os Fragoso

vêm de um núcleo tradicional de médios proprietários da região do Recôncavo baiano, mais precisamente, da cidade de Santo Amaro da Purificação¹⁸⁷.

Nascido em 30/10/1865, Arlindo adquiriu seus primeiros ensinamentos escolares, de acordo com sua biografia, escrita pelo Professor Caiuby Costa, na cidade do Porto, em Portugal. Volta ao Brasil com 13 (treze) anos de idade em 1878, onde terminou sua formação básica; no ano seguinte partiu para a capital do Império – Rio de Janeiro – onde se matriculou em um curso preparatório de acesso para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ.

Durante a sua formação na EPRJ, Arlindo já manifestava estar em sintonia com os novos tempos: o discurso abolicionista, republicano e lampejos liberais. Durante a sua estadia na capital do Império, durante o período da graduação, Fragoso tornou-se um membro atuante nas comissões discentes, inclusive, foi fundador em conjunto com o também baiano André Pinto Rebouças – professor de Arlindo na EPRJ, na ocasião – do “*Centro Abolicionista da Escola Polytechnica*”. Com atuação ativa na militância discente, Arlindo, durante seu período na EPRJ, esteve em contato direto com os maiores nomes do movimento abolicionista e republicano na capital do Império. Fragoso era considerado pelos colegas e até mesmo pelos seus docentes, um jornalista nato, a ponto de colaborar com seus escritos para o Jornal “*Gazeta da Tarde*”, periódico dirigido por José do Patrocínio. Sobre a atuação de Arlindo já nos tempos de graduando, temos o que diz o recorte da época:

Centro Abolicionista da Escola Polytechnica

[...] no **salão do Club Polytechnico** reuniu-se ante-ontem, sob a presidencia do illustrado Sr. Dr. Alvaro de Oliveira, o centro cujo nome encima estas linhas.

Entre as diversas deliberações tomadas, **destacamos as propostas: do Sr. Arlindo Fragoso pedindo à associação que ella manifestasse ao Sr. Conselheiro Dantas** a sua satisfação pela attitudo brilhante assumida por S. Ex. diante da causa dos escravos; do Dr. Frontin solicitando que fosse inserido em acta um voto de louvor ao governo e nomeada uma comissão para ir a casa do Sr. Presidente do conselho entregar-lhe o título de sócio honorário que lhe fôra conferido pelo Centro.

[...] **A primeira commissão ficou composta dos Srs.: Drs. André Rebouças e Paulo de Frontin, Arlindo Fragoso e Silveira Lobo; a**

¹⁸⁷ COSTA, Caiuby Alves da. *Arlindo Fragosos: o construtor de futuros*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA, 2015, p.29.

segunda dos Srs.: conselheiro Maia, **Drs. Agostinho dos Reis e Frontin, Castilho, Urbano de Vasconcellos e Braga.**

Todos os membros manifestaram-se por vezes favoráveis ao projeto do governo, afirmando que, se admitte emendas. Devem ser ellas no sentido de tornarem mais rápida a emancipação da pátria¹⁸⁸.
(Grifos Nossos)

Pelas personalidades citadas no trecho, percebemos o quanto Arlindo já se encontrava atuante junto aos movimentos abolicionistas e republicano, naquele momento histórico.¹⁸⁹

Fragoso finaliza sua graduação e obteve o título de bacharel em ciências matemáticas, assim como o de engenharia civil e as duas formações pela EPRJ em 1885. Ao retornar à Bahia, deu início à sua vida acadêmica ingressando como catedrático da Escola Agrícola da Bahia, onde defendeu a tese *“Estudo sobre analyse cinemática”*¹⁹⁰. Em conjunto com a sua atuação acadêmica, Arlindo também inicia sua vida de agente público ao assumir a intendência – prefeitura – de sua cidade natal Santo Amaro, de 1889 a 1891.

Frente à administração de Santo Amaro, Fragoso conseguiu dar dinamismo à burocracia da cidade que também presou por dar ênfase e dinâmica à economia local, assim como à área da cultura, criando a primeira biblioteca pública da cidade.

Neste momento, Arlindo já chamava atenção pelo seu dinamismo com a coisa pública e pela sua capacidade em dar organicidade e consenso aos conflitos políticos – lembramos que o Brasil passava por um processo de transição de regime de governança – Monarquia para República. Em paralelo à vida pública e acadêmica, Fragoso atuava como jornalista na região do Recôncavo. Primeiro ele iniciou com artigos de notícias junto ao periódico *“A Gambiarra”*, jornal de pequena tiragem, porém bem recebido pela intelectualidade santamarense, do qual Fragoso era o chefe de redação. A partir de 1890 a 1895, Arlindo fundou junto com Leonídio Monteiro, o Jornal *“O Commercial”*, periódico que tinha como foco o noticiário político e agrícola da região. Arlindo ocupava a posição de Redator-Chefe do mesmo, periódico este, que mantinha um convênio com o jornal carioca *“Gazeta da Tarde”*. Neste, Fragoso já colaborava desde os tempos de estudante na EPRJ.

¹⁸⁸ Jornal Gazeta da Tarde: *apud*, COSTA, *Op. Cit.*, p. 32.

¹⁸⁹ COSTA, *OP. Cit.* p. 29.

¹⁹⁰ DIAS, 2002, *op. Cit.*

Com sua inserção no meio jornalístico, o professor Fragoso foi convidado a ocupar a chefia de redação do periódico soteropolitano “*Jornal de Notícias*” e “*Correio da Tarde*”, além de ainda colaborar com o jornal “*A maçonaria*”.¹⁹¹ Lembramos que foi por meio do periódico “*Jornal de Notícias*” que Arlindo publicou os seus 96 (noventa e seis) artigos, criticando a atuação da EAB, como também manifestou todo o seu apelo para a sua transferência em direção à capital do Salvador. Nos parágrafos adiantes colocaremos inserções sobre o fato.

Talvez, por todas essas características e qualificações – era um homem “*multifacetado*”, usando o termo definido por seu biógrafo Prof. Caiuby Costa –, Arlindo se tornou um agente de grande importância em seu tempo.

Logo, o prof. Arlindo foi convidado pelo governador Rodrigues Lima (1892-1896) a assumir o cargo de Secretário da Viação; mas a missão dada era de “*organizar*” e “*remodelar*” a velha agência da agricultura, para os novos tempos e parâmetros republicanos. Com toda orientação do Prof. Fragoso e seu grupo político, nasce a “*nova*” agência para assuntos ligados à agricultura na Bahia Republicana: a Secretaria da Agricultura da Bahia – SEAGRI-BA.

No governo seguinte do Conselheiro Luiz Viana (1896-1900), Fragoso continuou como um dos organizadores da mesma pasta, agora como Diretor, quando organizou e liderou um grupo de engenheiros e fundou o IPBA e logo em seguida a EPBA, ocupando, respectivamente, a primeira presidência (1896-1899); a primeira diretoria (1897-1907), além de ter sido o primeiro catedrático de mecânica aplicada (1897-1926).

Após a administração de Luiz Viana, Arlindo se dedicou a dar organicidade a EPBA, para tanto, convidou seu contemporâneo e colega de graduação na escola do Rio de Janeiro, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, para ocupar a cadeira de cálculo e geometria analítica. A proximidade de Fragoso com os Calmon lhe rendeu bons frutos políticos, como por exemplo, em 1907, quando Calmon, ao assumir a pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, convida Arlindo para lhe auxiliar nos ofícios políticos e administrativos da pasta.

Já para a EPBA, a presença de Calmon no quadro docente poderia se traduzir em ganho político para a instituição, já que Miguel Calmon ocupava a pasta da SEAGRI-BA, na administração de Severino Vieira (1901-1904). No entanto, para a escola esse possível “capital político” não se concretizou em benesses, pelo contrário, os anos da

¹⁹¹ COSTA, *Op. Cit.* p.p. 25-54.

administração de Severino Vieira foram os mais difíceis para a instituição do Professor Arlindo, como era conhecida por muitos, na época. Momentos difíceis, a ponto de Fragoso cogitar o fechamento da escola por corte de subvenções pelo chefe do executivo estadual. Situação criada pelo fato de Arlindo ser partidário do agora ex-governador Luiz Viana, um velho representante das tradicionais frações latifundiárias, mas um agente em sintonia com os novos tempos, o que podemos afirmar de um perfil mais progressista. Severino Vieira era um representante “*puro sangue*” das velhas frações proprietárias escravistas. Entretanto, Arlindo, hábil no trato com a política, sabia dos possíveis ganhos e perdas dentro de uma arena de correlações de forças intraclasse e, posteriormente, das suas consequências políticas, ainda mais no curso de um processo de crise hegemônica.

Os anos difíceis do governo Severino levaram Fragoso a se dedicar exclusivamente à escola, dando organicidade e consenso, e difundindo seus discursos, principalmente, junto ao corpo discente¹⁹². Arlindo tinha a instituição como uma plataforma política e ideológica. O suposto eventual fechamento da instituição poderia causar talvez a supressão dos ideais do estrato social, na qual Fragoso estaria em sintonia: as frações médios-urbanas de Salvador e região norte-nordeste. Passados os tempos difíceis, no período seguinte, seus esforços renderiam grandes frutos.

Creemos que o projeto de Arlindo em criar uma instituição de ensino formadora de engenheiros parte desde os seus anos na EAB, quando ainda era catedrático da escola imperial formadora de agrônomos. Sendo assim, a partir de 1893, Fragoso iniciou uma série de artigos criticando a estrutura da escola e sua localização geográfica.¹⁹³ Os artigos escritos pelo professor traduzem a sua sintonia com a nova ordem do capital, que não transita nem em um discurso de aclamação da instituição, e nem de condenação generalizada.

O que Arlindo pregava era a modernização do modelo, principalmente, no sentido de torná-la prática em detrimento de uma linha mais teórica. Arlindo também defendeu a transferência da instituição para a cidade do Salvador e a sua estatização pelo governo estadual. Assim diz Fragoso:

¹⁹² No capítulo 2 de nosso primeiro trabalho, já publicado em formato de livro, mostramos alguns episódios sobre o qual o Prof. Arlindo, após a suspensão das subvenções oficiais do governo estadual, passou a ministrar 9 cadeiras do curso de engenharia. Saber mais ver: BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Saber, poder e política na Bahia Republicana: Escola Politécnica da Bahia 1896 – 1920*. 2ª Ed., Salvador: EdufBa, 2017. Capítulo II.

¹⁹³ BARBOSA, Capítulo 2.

(...) a **Escola Agrícola da Bahia, por sua criação e manutenção, é obra dos poderes públicos do paiz, e não da iniciativa particular de alguns de seus filhos.** Invertidos os papeis, tal o facto, *o governo creou, manteve e está mantendo* a Escola Agrícola da Bahia; e o Instituto, que perante o derradeiro Imperador copromettera seus esforços de toda a ordem ao sucesso do nobre empreendimento, se limitou, por uma minoria de dedicados a quem a sorte reservou todas as amarguras do desalento, ante as dificuldades com que, perennemente, sitiou-a a maioria dos indiferentes, **a auxiliar a acção do poder público, administrando**, antes que custeando, nas phases todas de sua existência, a bella instituição.¹⁹⁴ (grifos nossos)

Inaugurados em 1876 os trabalhos da Escola Agrícola, já em 1879, três annos depois, contra a sua situação em S. Bento das Lages (...) **a sentença condenaria: Não foi acertada** a escolha, feita em 1863, pela directoria e conselho fiscal, do engenho das Lages, propriedade dos religiosos beneditinos, para a situação do instituto, **visto que além de distante d'esta capital, se acha em logar isolado e nas condições de só se visitado por quem positivamente** ali vae.¹⁹⁵ (grifos nossos)

Ainda,

Ignorancia, má intuição ou ardil, não o sabemos bem, a celebre e incansável minoria dos reactores tem insinuado à opinião - ser uma lembrança original, extravagante, disparatada, a que, acudindo à provada necessidade da remoção da Escola Agrícola, de S. Bento das Lages, indica, para **transferência d'ella, um dos subúrbios d'esta capital.**¹⁹⁶ (grifos nossos)

Os fragmentos de textos selecionados traduzem uma verdadeira estampa do cotidiano da instituição de ensino e a situação de penúria da escola. No entanto, Arlindo, já percebendo a perda de “*capital político*” por parte das frações tradicionais latifundiárias escravistas que controlavam a EAB, passou a criticar os velhos agentes diretamente, e os identifica como temerosos reaccionários às mudanças de *status quo*, como segue:

A mudança, em que pese ao desespero **reaccionario dos cabalistas do statu quo**, cujos zelos rançosos de caturras se **alarmam em espumeas**

¹⁹⁴ FRAGOSO, Arlindo Coelho. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893, pp. 125-126.

¹⁹⁵ Idem, p. 53.

¹⁹⁶ Idem, p.67.

iras, ameaçadoras e ridículas, sempre que a opinião independente se lembra de aventurar, em público, a perigosa idéia, é, precisamente, indisputavelmente, um dos complementos mais indispensáveis, essencial, deve-se dizer-lo, ao êxito da **reforma que connosco pretendem, para a Escola Agrícola da Bahia**, quantos, patrioticamente, se interessam pelo seu alevantamento, pelo seu bom nome e pelo seu futuro.¹⁹⁷ (grifos nossos)

Pelos textos de Fragoso podemos afirmar que as velhas frações tradicionais proprietárias escravistas são chamadas para o *front* intraclasse¹⁹⁸, e que o professor de mecânica é representante de um novo “*projeto*” de visão de mundo, que já vem sendo percebido pelo Estado brasileiro: o projeto de “modernizar” e “civilizar” para a chegada do grande capital. Fragoso também criticava a formação de agrônomos na escola imperial, argumentando que seu ensino era limitado e desnecessário, carecendo, portanto, de uma reforma:

Não há que contestar: conservado ou não o ensino superior, o ensino agrônômico theorico da Escola Agrícola **precisa ter orientação nova**. Reorganizado e aperfeiçoado, si aos dos expedientes escapar incolume a organização dada áquella escola de instituto superior de agricultura. Substituido e limitado, mas em todo o caso bem ordenado, si prevalecer a Idea por muitos sustentada, que sem maiores attritos pode co-existir com a que antes enumeramos, de preparar **somente a Escola peritos agrícolas, e não agrônomos**.¹⁹⁹ (grifos nosso)

Fica, contudo, evidente a intenção de Arlindo em reformar a EAB, para um ensino prático, ou seja, formar técnicos no ofício com a terra e ao mesmo tempo enfraquecer a instituição como formadora e reprodutora das frações conservadoras escravistas, já que o público alvo da EAB era os filhos dos tradicionais latifundiários escravistas. Logo, a EAB era a chamada “grande porta” para as antigas frações proprietárias da região do recôncavo. Outrossim, a escola de agrônomos do recôncavo se distinguiu, no decorrer do último terço do século XIX, pelo fato de não possuir as ferramentas necessárias para se constituir enquanto instituição detentora dos efetivos mecanismos de consagração pelo mérito – tais como a Escola Livre de Direito e a Escola Livre de Medicina, localizadas na

¹⁹⁷ Idem, pp. 51-52.

¹⁹⁸ Lembramos que Arlindo vem de família média proprietária da região do recôncavo, mas, seus discursos vão ao encontro das pretensões de um estrato social das mesmas frações dominantes, que já se encontravam em sintonia com os ideais liberais “modernos” e “civilizadores” perpetrados pelo grande capital comercial e financeiro.

¹⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 25.

capital Salvador –, mas sim de consistir numa escola tipicamente voltada para a formação de filhos das frações dominantes localizada na região produtora de açúcar.

A opção pela agronomia seria uma estratégia de obter o título de doutor e ao mesmo tempo se manter no “*bloco do poder*”, para dar procedimento às regras do jogo. A mudança da EAB para uma escola médio-prática viria carregada de um enfraquecimento de seu “*capital simbólico*”, vendo que a formação em prático agrícola não daria o *status* necessário para uma manutenção de organicidade no interior da sociedade civil, e também a consequente perda de debilidade na sociedade política, ou seja, uma tendência à diminuição de representatividade. E isso era tudo o que as frações tradicionais temiam.

O esforço de Arlindo em enfraquecer a EAB não findou apenas com seus artigos publicados no periódico “*Jornal de Notícias*”; quando já ocupava o cargo de Diretor da SEAGRI-BA, o catedrático continuou criticando a instituição, mas agora com uma nova orientação: a junção da escola imperial com a recém criada EPBA – como não poderia ser diferente, instituição que o próprio Fragoso administrava. Assim Arlindo escreveu no **Boletim Oficial da SEAGRI-BA**:

Sucedendo agora, a retirada pelo Congresso Federal, em seu orçamento para o ano de 1897, da subvenção dada ao Instituto Bahiano de Agricultura, é urgente que o Estado, de acordo com a sua Diretoria, **promova a reforma da Escola Agrícola, preferindo fazer a fusão dela com a Escola Politécnica da Bahia**, onde o ensino da agronomia vai instituir-se com preciso desenvolvimento.

Sem isso a Escola Agrícola correrá o risco de ter fechadas as suas portas, desde que ao Congresso do Estado não é lícito aumentar a subvenção liberalizada a uma instituição, que nenhuns resultados há produzido até agora, não sobrando ao Instituto Bahiano de Agricultura recursos para mantê-la sem os auxílios que lhe dava o governo federal.²⁰⁰ **(Grifos Nossos)**

Portanto, fica evidente a estratégia de Fragoso em trazer para o controle das frações dominantes antagonistas esse importante “*aparelho privado*” pertencente às frações tradicionais, mas a solicitação não se concretizou por completo, apesar da tomada do controle da entidade imperial²⁰¹. O que ocorreu foi a reforma e a transformação da

²⁰⁰ FRAGOSO, Arlindo Coelho, *Boletim da SEAGRIBA*, 1897, p.141, *apud* ARAÚJO, Nilton de Almeida, Op. Cit. p. 134.

²⁰¹ A aprovação da possível transferência do Instituto Agrícola da Bahia para o controle da EPBA não se concretizou pela negativa dada pela Câmara Legislativa Estadual. Fato concretizado muito pelo

EAB em uma escola médio-prática a partir de 1905, dentro de uma disputa intraclasses; vitória para as frações dominantes ligadas ao grande capital.

Como destacamos em parágrafos anteriores, Arlindo traz uma formação intelectual adquirida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Portanto, o catedrático que vivenciou, adquiriu e interiorizou todo o conjunto de ideias advindas de novo projeto de visão de mundo, – assim como mostramos nos parágrafos anteriores nesta seção.

Ainda no preâmbulo da trajetória do Professor Arlindo Fragoso, destacamos a sua relação próxima junto ao literário Machado de Assis; o resultado dessa relação se concretizou na criação da Academia baiana de Letras em 1917. Arlindo foi um correspondente eventual do “Bruxo do Cosme Velho”, como assinala seu biógrafo, o professor Caiuby Costa²⁰².

Podemos considerar o catedrático Fragoso um “*intelectual*” em sentido orgânico, que tem a capacidade de trazer aos seus representados as questões conflitantes e divergentes lançadas por outros agentes de frações de classes distintas e de importância em contextos peculiares.

Para Gramsci, esse intelectual tem a sensibilidade de assinalar e perceber que a capacidade de construir uma hegemonia e garanti-la, por uma determinada fração, no interior do “*bloco no poder*” reunido a uma dada sociedade, só se torna praticável mediante a já precedente capacidade de exercício e condição de mando e gerência²⁰³.

Continuando, os intelectuais orgânicos devem ter a autonomia necessária para contrariar os interesses econômicos imediatos das frações a que se encontram vinculados para com isso alcançarem um propósito maior: “lograr a capacidade de tornar-se orgânico e firmar sua representação”. Nessa dinâmica, tanto para os intelectuais, como em relação ao aparelho do Estado, percebe-se que, ao contrário de algumas ponderações da historiografia percorrida, é possível pensarmos que, ao fim do século XIX no Brasil e especificamente na Bahia – momento em que frações de classes distintas no interior da mesma classe dominante com reivindicações diversas exigiam ser ouvidas e, a partir daí,

corporativismo ainda resistente dos grandes proprietários tradicionais, que ocupavam a maior parte das cadeiras de Deputados.

²⁰² COSTA, Op. Cit. p.p. 105-115.

²⁰³ Segundo Gramsci, para a conquista de uma hegemonia presume-se levar em consideração que “os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” GRAMSCI, 2006, Op. Cit. p.41.

construírem estratégias para viabilizarem suas demandas – as relações sociais demonstram uma maior complexidade do que se tem estudado.

A figura atuante e militante do professor Fragoso nos traz à luz a capacidade daquele agente que é capaz de dar consistência teórica e dialética às novas concepções morais e éticas que emergem das práticas dos novos grupos sociais, ao mesmo tempo em que elabora a sua organicidade e coerência lógica e prática, além de sistematizar a ideologia “instintiva” de um grupo social fundamental.

O grupo liderado por Arlindo era composto por intelectuais que compartilhavam uma mesma visão de mundo – os politécnicos – , portanto, ao conseguir reunir esses agentes com o objetivo de criar uma instituição de ensino para formação de engenheiros, é natural que esta mesma instituição também passe a reproduzir as frações nelas vinculadas. Então, em 1896, com o apoio incondicional do governador Luiz Viana e da SEAGRI-BA, agência na qual Fragoso ocupava o cargo de Diretor, é criado o Instituto Politécnico da Bahia, agência vinculada junto à sociedade civil que um ano após institui-se e tornar-se-á a Escola Politécnica da Bahia. Uma entidade que foi ocupada, principalmente, pelas frações médio-urbanas ao longo de suas primeiras décadas²⁰⁴. Então perguntamos: O que dizem as diretrizes que nortearam as práticas da EPBA? Qual era o seu projeto de visão de mundo? Ao analisarmos o estatuto do IPBA²⁰⁵ percebemos que a criação e a manutenção da EPBA não se constituíram apenas na primeira das finalidades do IPBA, como está bem exposto no primeiro capítulo do seu estatuto:

1º. Criar e manter com os seus recursos e auxílios que possa conseguir dos poderes públicos, sob o nome de Escola Polytechnica da Bahia, uma escola de engenharia, theorica e pratica, que formará agrimensores e engenheiros civis, admitindo, posteriormente, cursos especiaes de engenharia industrial, mecânica, de minas e agronomica.²⁰⁶

A escola, no entanto, concretizou as engenharias – civil e geográficas – como as suas principais atribuições. Mas observamos que o documento aponta para uma escola bem mais ampla e com atividades diversificadas. Não é surpreendente o **projeto de**

²⁰⁴ Cf. BARBOSA, *Op.Cit.* Cap II.

²⁰⁵ Analisamos o estatuto do IPBA para identificar as práticas que nortearam a EPBA, já que não conseguimos identificar o estatuto da própria escola, mas cremos que o estatuto encontrado é uma fonte que pode ser interpretada sem causar distorção nas interpretações.

²⁰⁶ Sobre uma análise mais aprofundada sobre o “Instituto e seus fins”, que consideramos também como da Escola, veremos em um tópico mais adiante. Estatuto do Instituto Polytechnico da Bahia. Imprensa Official do Estado, Bahia, 1917, p.5.

criação de um curso de engenharia agrônômica²⁰⁷, talvez pela expectativa da transferência e/ou junção com a EAB, o que acabou não ocorrendo. Ao contrário, além de ter sido reformulada e rebatizada a uma escola médio-prática em 1905, por decreto emitido pelo próprio Arlindo, ainda assim, a antiga escola imperial não resistiu aos novos tempos, encerrando suas atividades em 1911.

Igualmente, note-se a ênfase em cursos ligados a grandes obras: além da engenharia civil e geógrafos, cursos já tradicionais, temos a proposta de criação dos cursos de engenharias industrial, mecânica e minas. Como podemos perceber, encontramos uma tendência de formar profissionais qualificados para atuar em grandes empreendimentos, ou seja, profissionais para alavancar a Bahia para a modernização.

Como agentes imbuídos da missão de criar e organizar a escola, esses mesmos agentes já gozavam de razoável prestígio na sociedade civil; além de contarem com representação e apoio da sociedade política, era garantida a participação constante do poder estatal na manutenção da escola. A presente frase *“criar e manter com os seus recursos e auxílios que possa conseguir dos poderes públicos”*²⁰⁸ não nos deixa dúvida de que os grupos vinculados à escola já se faziam representar junto ao poder público.

Lembramos que a cerimônia de lançamento da escola ocorreu na sede da Secretaria de Agricultura da Bahia - SEAGRI-BA, sendo que, no interior de uma disputa intraclasse, um ato nestas condições representa um ganho de *“capital político”* considerável, em detrimento dos antigos projetos.

Arlindo e seus companheiros, idealizadores e fundadores do IPBA e EPBA, apresentaram em seu estatuto outras finalidades mais amplas, ambiciosas, e, claro, por se tratar de uma escola voltada para um projeto ideológico, para as frações vinculadas a esse ideário; tal estatuto nos diz:

2º. Discutir e elucidar todas as questões que, **directa ou indirectamente, possam interessar à engenharia e á industria**, bem como ás artes e sciencias que lhes dizem respeito, **estabelecendo para este fim debates, conferencias e uma Revista tecnica**, em que largamente se instituirá o exame de seus respectivos assumptos, sob as garantias indeclináveis da mais absoluta **responsabilidade moral** por parte das competências que a si tomarem o encargo de estudal-os e esclarecel-os. (grifos nossos)

²⁰⁷ O curso de **engenharia agrônômica** está presente no “Estatuto de Fundação do IPBA” como uma das possibilidades a serem criadas na EPBA. Neste caso, esse curso só foi oficializado pelo governo federal a partir da reforma do Estatuto da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, em 1896. Decreto 2.221 de 23/01/1896. Portanto, a Antiga escola imperial EAB não formou engenheiros agrônomos e sim Agrônomos.

²⁰⁸ Idem, Ibidem.

3º. Promover o **progresso do Estado**, estudando, em **auxílio aos particulares e ao Governo**, as questões técnicas mais importantes de sua actualidade, propagando ao mesmo tempo, por todos os meios de vulgarização, os princípios, normas e práticas mais convenientes e oportunos ao traçado e **construção de sua vias-ferreas, melhoramento de seus portos e rios navegáveis, aperfeiçoamento de suas construções architectônicas, exploração racional de suas minas, desenvolvimento de sua agricultura e industria, e aproveitamento de suas variadas e opulentas riquezas naturais**, bem como disseminando o conhecimento de todas as questões que estão hoje resolvidas ou somente encaminhadas pela engenharia e pela industria. (grifos nossos)

4o. Estimular a iniciativa particular para todos os **commettimentos do progresso, auxiliando-a em suas tentativas, secundando-a em seus esforços e amparando-a em seus desfalecimentos; assim como promover, por meio de exposições no Estado e fóra delle, o conhecimento de seus recursos, em busca de attrahir capitaes que os fecundem, abrindo ao futuro da Bahia uma nova era de prospera felicidade e fortuna.**²⁰⁹ (Grifos nossos)

Os artigos 1º, 2º, 3º, e 4º do estatuto do IPBA trazem nas entrelinhas as diretrizes nucleares sobre “*seus fins*” e a orientação que a sua escola teria na prática. É interessante ter em vista que o estatuto do IPBA, pelo que podemos perceber, seguiu o da sua congênere do Rio de Janeiro. O primeiro destaque advém do seu papel no estabelecimento dos princípios, meios, sistemas, métodos e processos da engenharia, todos em sintonia com a modernidade. A segunda ponderação delega o seu papel de representar junto ao Estado os meios de atender as demandas da classe burguesa dominante e auxiliar o “*grande capital*”. A próxima orientação viabiliza a prestação de serviços técnicos de interesse do governo com levantamentos e pareceres – especialmente em questões técnicas, estatísticas e possibilidades de investimento.

Destacamos também três questões relevantes que pontuam de maneira clara a estratégia de como viabilizar seu projeto ideológico²¹⁰. São elas: a organização de debates, conferências, trabalhos de divulgação sobre as engenharias e ciências; editoração

²⁰⁹ Idem, Ibidem.

²¹⁰ Quando falamos em projeto de “**visão de mundo**” e/ou **projeto ideológico**, no caso do grupo de agentes interligados à EPBA, estamos nos referendando ao ideário “**civilizatório**” e “**progresso**”. Baseado nas diretrizes de um Estado “**moderno**” – pautados pelo “**grande capital ocidental**”. Assim como apontamos vários momentos, ao longo de nossas análises, o objetivo era o de construir e configurar o projeto “**modernizar**” para se alçar o “**progresso**”. Portanto, a EPBA junto ao seu grupo de agentes, operaria como fator consensual e aglutinador, principalmente na elaboração dos projetos de políticas públicas pós 1912. Esse projeto contemplou por meio de seus porta-vozes “engenheiros”, também conglomeravam agentes das velhas frações tradicionais sociais, tinham entre si **um projeto ideológico** comum: alçar a Bahia à “**modernidade**” para só então poder se abrir ao “**grande capital**”.

de uma revista técnica da instituição que *“largamente se instituirá o exame de seus respectivos assuntos, sob as garantias indeclináveis da mais absoluta responsabilidade moral por parte das competências que a si tomarem o encargo de estudá-los e esclarecê-los”*²¹¹ e finalizando, o incentivo e o convite explícito do IPBA às classes burguesas para investirem nos projetos de modernização da Bahia com o apoio irrestrito da classe engenheira via EPBA. Ou seja, o amparo total da escola de engenharia e seus agentes; bem como o apoio total e irrestrito do estado, com a chegada de José Joaquim Seabra ao executivo baiano, que ocorre a partir de 1912.

Após nossas ponderações sobre os fragmentos citados do Estatuto do IPBA²¹², podemos concluir que o projeto dos agentes vinculados à instituição, vem ao encontro de uma ideologia que engloba a modernização do estado Bahia, especificamente, sua capital Salvador; alçando a partir daí a “civilização” moderna, para assim permitir a entrada do *“grande capital”*²¹³.

Como já afirmamos em parágrafos anteriores, o caminho para se chegar à representatividade suficiente para a mudança de mentalidade do aparelho estatal passa pela sociedade civil, e principalmente pela direção de um intelectual orgânico. No caso peculiar do nosso estudo, identificamos o professor Fragoso como um dos *“intelectuais”* mais atuantes desse processo, para os primeiros anos da EPBA²¹⁴, mas gostaríamos de distinguir os intelectuais de tipo tradicional que reconhecemos serem os agentes ligados à grande propriedade.

Pela perspectiva gramsciana, existem diferenças entre dois tipos de intelectuais: os que consideramos intelectuais tradicionais estariam vinculados à determinada classe tradicional – as frações vinculadas aos latifúndios e o sistema econômico agroescravista e tendo como um de seus aparelhos privados a EAB – ou seja, os grupos sociais remanescentes de formação social precedente que não mais ocupam a direção principal para o novo momento histórico. Gramsci critica os idealismos dos intelectuais tradicionais e a sua própria percepção da realidade, pois se consideram uma fração à parte da classe social dominante:

²¹¹ Idem, *Op., Cit.*, p. 5.

²¹² Lembramos que, ao longo da trajetória das instituições - IPBA e EPBA -, ambas funcionaram como um todo “coerente” e “orgânico”, portanto, não havendo diferenças discrepantes entre as duas. Na leitura das atas das duas instituições, praticamente não encontramos divergências entre as instituições, com rara exceção.

²¹³ Saber mais Cf: BARBOSA, *Op. Cit.* Capítulo III.

²¹⁴ Ao avançar deste estudo, mostraremos outros agentes importante para a consolidação da EPBA como um “aparelho privado” das frações dominantes ligadas ao “grande capital”.

Todo grupo social “essencial”, contudo, surgido na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura econômica, encontrou - pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias - categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.²¹⁵

Diferentemente, os intelectuais orgânicos se prendem às classes fundamentais de uma formação social na qual se pretende ocupar uma posição emergente:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]²¹⁶

Para Gramsci, o intelectual não obrigatoriamente vem da mesma origem social da classe fundamental que ele se faz representar, e sim pela posição de classe que ele se coloca ou assume. Diante destas premissas, podemos então entender o caso do professor Arlindo Fragoso: um filho de médios proprietários da região tradicionalmente conhecida pela economia canavieira e escravista, ao se formar em engenharia civil, retorna à Bahia e assume como um dos porta-vozes das frações dominantes progressistas, como também dos grupos médio-urbanos concentrados na capital baiana. Entretanto, é neste momento histórico que essas frações urbanas se encontram em um processo de articulação com intuito de galgar representatividade. Portanto, é claro e evidente que ao iniciar esse decurso o objetivo é a conquista por espaço no “*bloco no poder*”.

Dando prosseguimento a sua estratégia de ocupação do aparato estatal, após a criação da EPBA, Fragoso se alia a agentes de origens de variadas frações sociais. Neste momento havia a necessidade de conquista de “*capital político*”, tanto para **si próprio**, quanto **para a EPBA**. É só observarmos os nomes que ocuparam os primeiros quadros de docentes na escola: nomes como o de Frederico Ferreira Pontes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Alexandre Freire Maia Bittencourt, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, Américo Furtado de Simas, Affonso Glicério da Cunha Maciel, Aristides Galvão de Queiroz, Arthur de Sá Menezes, Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes, Augusto

²¹⁵ GRAMSCI, 2006, Op Cit. p. 16.

²¹⁶ Idem, p.15.

César Berenguer, Dionísio Gonçalves Martins, dentre outros. Todos os nomes citados eram pertencentes a famílias tradicionais de grande importância na sociedade baiana e na sociedade do Império.

É interessante a presença de professores que atuavam em outros aparelhos privados como Frederico Pontes, que era agente de prestígio renomado na sociedade civil, sócio da Sociedade Baiana de Agricultura – SBA, instituição ligada aos grupos tradicionais, membro do primeiro escalão do governo estadual, com ligações estreitas com Miguel Calmon, tendo até lhe substituído em uma viagem de estudos e pesquisas no exterior.²¹⁷

Já os professores Augusto César Berenguer, Dionysio Gonçalves Martins, ocuparam a **diretoria de Obras Públicas do estado**, ligadas à **SEAGRI-BA**²¹⁸, além de serem sócios fundadores do IPBA. Esses agentes também eram vinculados a famílias tradicionais baianas. No caso de Gonçalves Martins, seu pai era Francisco Gonçalves Martins, Barão e Visconde de São Lourenço. Alexandre Freire Maia Bittencourt e Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes eram membros de uma das famílias mais poderosas da Bahia: “os Bittencourt”, sócios da Associação Comercial da Bahia – ACB. Tinham suas atividades econômicas diversificadas: das exportações a negócios bancários – investidores. Podemos dizer que os Bittencourt se adaptaram aos novos tempos.

Aristides Galvão de Queiroz é ex-docente da EAB, da cadeira de Agricultura, sócio fundador do IPBA. No caso de **Galvão de Queiroz**, temos uma peculiaridade, o **docente foi um dos fundadores do Clube de Engenharia**²¹⁹ no Rio de Janeiro e participante da Sessão Solene de inauguração do “*Primeiro Congresso de Estradas de Ferro do Brasil*”.²²⁰

No caso de Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Ministro da Agricultura (1922 - 1926), foi um dos políticos mais influentes da Primeira República. Os Calmon foram sem dúvida uma das famílias mais poderosas do Império, sobrinho do Marquês de Abrantes, Miguel também era um representante das velhas frações ligadas à terra, mas com um pensamento liberal e progressista. Calmon era membro da SBA, Associação Comercial, além de operar negócios financeiros junto com seu irmão Francisco Góes Calmon, futuro governador da Bahia (1924-1928). Miguel foi o protagonista de um

²¹⁷ ARAÚJO, 2010, Op. Cit. p. 227.

²¹⁸ Idem, p. 298.

²¹⁹ MARINHO, 2008, Op. Cit. p.367.

²²⁰ Idem, 2010, Op. Cit. p.191.

movimento iniciado por frações “dominadas” da classe dominante agrária brasileira, especialmente da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros estados, que **empreendeu uma disputa com as frações agrárias hegemônicas de São Paulo sobre os rumos da agricultura nacional**; esta contenda foi conceituada pela historiadora Sônia Mendonça **como Ruralismo**.²²¹

No momento histórico abordado, Miguel ocupava a pasta da SEAGRI-BA, e nada mais interessante do que convidar o titular da pasta da agricultura para ocupar uma cátedra na EPBA. Nomear Calmon catedrático seria, teoricamente, um ganho de certo “*capital político*”.

Outro intelectual engenheiro muito ligado ao professor Fragoso é Américo Furtado Simas. Filho de negociantes, Simas se destaca como coordenador e um dos elaboradores da “*Comissão do Planejamento Urbano da Cidade do Salvador*” em 1935, o que vai impulsionar a realização da “*1ª Semana de Urbanismo de Salvador*”, onde parte do evento foi sediado nas instalações da própria EPBA²²². Por essas ponderações, e seguindo nossas orientações teórico-metodológicas, podemos afirmar que esse evento é o triunfo da legitimação das frações ligadas à escola, que a partir deste momento passou a ditar as regras como agência propagandeadora e organizadora do ideário das frações urbanas, que agora eram pertencentes ao “*bloco no poder*”.²²³

O único com formação em direito no quadro dos intelectuais docentes engenheiros, citados por nós, é Antônio Ferrão Moniz de Aragão, oriundo da família de escravocratas e negociantes “Moniz de Aragão”. Antônio Moniz, além das práticas advocatícias, foi político e partidário do futuro governador da Bahia J. J Seabra. Por essa fidelidade Moniz chega ao cargo de governador (1916 - 1920) por indicação de Seabra.

Assim, perguntamos: Por que esses agentes, praticamente todos vinculados a grandes famílias proprietárias escravocratas, ligadas ao agrocomércio da região do Recôncavo, se juntariam em prol de um projeto ideológico tão distinto, se comparado ao que norteava a EAB do Império? Notamos que todos esses agentes, exceto Antônio Moniz, são graduados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Este fato, entretanto, já nos leva a interpretar para um mesmo eixo ideológico.

²²¹ MENDONÇA, 1997, Op. Cit.

²²² UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935- 1945)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2006.

²²³ Destacamos que faremos algumas inserções nos tópicos adiante sobre a 1ª Semana de Urbanismo de Salvador, pois, por de trás desse evento encontra-se toda cúpula da EPBA.

Destacamos que esses grupos de engenheiros se graduaram em um período no qual a sociedade civil da capital do Império se complexifica e as alianças entre as classes tradicionais e os novos grupos sociais em ascensão ocorrem a todo o momento, principalmente as frações vinculadas aos engenheiros da politécnica do Rio de Janeiro.

Portanto, com a criação do Clube de Engenharia, a propagação do ideário “modernizar” e “civilizar” com o objetivo de salvaguardar o país para a entrada do “grande capital” se tornou a bandeira dos principais grupos médio-urbanos no país. Por esses agentes terem vínculos precedentes junto às famílias ligadas à terra, não por acaso, o portal de entrada desses agentes foi a SEAGRI-BA, agora no regime republicano, e com uma nova orientação arquitetada e organizada por politécnicos, com destaque para Arlindo Fragoso. Lembramos que o domínio dos diplomados no Rio de Janeiro no *“primeiro escalão”* da pasta da agricultura nas duas primeiras décadas republicanas foi inquestionável. Dos primeiros titulares da pasta da agricultura da era republicana, Arlindo Fragoso, José Antônio Costa, José Rodrigues Saldanha, Miguel Calmon e Frederico Pontes, todos foram diplomados pela EPRJ. E todos se encontravam instalados no **corpo docente da EPBA ou em alguma comissão no IPBA**. A privilegiada posição política dos professores da EPBA levou-os a **ocupar por 12 (doze) anos o cargo de Secretário de Agricultura da Bahia**, ou alguma **diretoria estratégica na pasta**. Afirmamos que a SEAGRI-BA foi um dos principais palcos desta coexistência conflituosa com as frações tradicionais. Os graduados pela EPRJ e os agentes vinculados a seus projetos fizeram da EAB e SEAGRI-BA uma arena de disputa intraclasses, objetivando gradativamente ocupar seus espaços de representação no aparato estatal.

As disputas ocorrem até 1912, quando Arlindo Coelho Fragoso, neste momento aliado de J. J. Seabra, ascende ao poder executivo e o convida para ocupar a principal pasta da administração seabrista: a Secretaria Geral de Governo. Arlindo se tornaria o “grande gerente” da administração seabrista. A partir desta nomeação, o “projeto modernizador e civilizatório” se consolidaria ao longo dos anos seguintes e, junto a este fato, ocorre a solidificação da principal agência difusora desse mesmo projeto: a EPBA.

3 - Escola Politécnica da Bahia: administração, política e estrutura material nos primeiros anos.

Antes de adentrarmos de fato na administração *stricto sensu* da EPBA, entendemos ser importante mostrarmos algumas ponderações sobre a estrutura administrativa – Estatuto – da agência que lhe daria corpo: o IPBA.

Desde as primeiras tratativas que levaram à criação do IPBA e sua escola, dentre elas, definidas pelo Estatuto de 1896, a sua vocação quanto ao caráter voltado a “*promover o progresso do Estado, estudando, em auxílio aos particulares e ao Governos, as questões technicas mais importantes de sua actualidade (3º Art. já citado por completo em seção anterior)*”²²⁴. Ao analisar a fonte, o Estatuto do IPBA, em suas primeiras inserções, o documento nos deixa uma forte impressão em direção a dois caminhos objetivos: primeiro, promover as ciências ligadas à prática da engenharia, – em todas áreas e níveis – agora no seio da capital baiana; segundo, a sempre contribuição generosa – subvenções – do poder público, conjugado em um acordo com a confraria de sócios do IPBA, fato este que nunca se concretizou na prática. Vejamos o que nos diz o “Estatuto” de 1896, no que tange a sessão “*fundo social, renda e custeio*”:

Capítulo II **Fundo social, renda e custeio**

Art. 2º. **O fundo social** será constituído:

- 1º. com o produto das joias de admissão dos sócios efetivos;
- 2º. com os donativos de outras joias e quaisquer anuidades;
- 3º. com os donativos em dinheiro sem aplicação especial;
- 4º. com o saldo anual havido entre a receita e a despesa;
- 5º com o valor dos livros, mapas, desenhos, collecções, documento, móveis, instrumentos, utensílios e quaisquer outros bens comprados por conta do Instituto ou a ele oferecidos.

§ 1º. A parte do **fundo social em dinheiro será convertida em títulos da dívida pública** ou **acções de estabelecimentos bancários**, que ofereçam garantia, a juízo da Diretoria do Instituto.

§ 2º. O fundo social começará a ser instituído depois de organizada a Escola Polytechnica da Bahia e abertos os seus cursos.

§ 3º. A alienação dos títulos que adquirir o Instituto só poderá realizar-se em virtude de resolução da Assembleia Geral e com o fim de ser aplicado o seu produto à compra, **beneficiamento ou construção de**

²²⁴ Estatuto do Instituto Polytechnico da Bahia, 1896, p.6.

um prédio em que funcionem o Instituto e a Escola Polytechnica da Bahia²²⁵. (Grifos Nossos)

No intuito de assegurar a criação do IPBA e sua entidade escolar, os princípios e regras apresentadas foram todas cooptadas para atender a sua congênere do Rio de Janeiro – EPRJ. A conjuntura histórica apresentada nas seções anteriores levou à reunião de vários agentes hábeis e com expectativas de ocupar novos espaços de poder junto à nova agência recém criada – agentes que compunham, principalmente, as frações médio-urbanas em acessão, por exemplo, Arlindo Fragoso. Claro, que sem as habilidades do trato com a política, o professor Fragoso e seu grupo político, talvez, não conseguiriam angariar sucesso com tanta destreza, rapidez e sem grandes conflitos. Ainda assim, parte destes personagens eram pertencentes a famílias tradicionais ligadas à terra²²⁶.

Mas o fato novo, se apresentava na mudança do regime de governança, – Monarquia para República – fez com que as regras do jogo político se reconfigurassem. E, assim sendo, o projeto de criação do IPBA no interior do gabinete da Secretária de Agricultura – SEAGRI-BA, definitivamente, não foi um fato isolado. Alguns destes agentes, com um olhar mais apurado, no tabuleiro político, vislumbravam uma oportunidade única apoiando a criação do IPBA. Na verdade, o que estava em disputa seria assegurar uma voz ativa na nova agência instalada no interior do gabinete da SEAGRI-BA. Esta mesma agência foi composta por personagens de grande relevância da sociedade civil baiana. Outro fato seria uma proximidade íntima junto aos espaços de poder no novo modelo recém implantado: a República.

É importante observarmos a estratégia mostrada nas opções propostas no documento estatutário do IPBA, onde veiculada por uma entidade do gênero, com vínculos estreitos ao ofício de engenhar, uma vez que é sempre em nome das “ciências” e “progresso” que tais agentes falam, em alguns casos sem as devidas credenciais de qualificação que faça *jus* ao termo.

Ainda parafraseando a sessão “*fundo social, renda e custeio*” do Estatuto da IPBA, é clara e definitiva a menção às “subvenções” do poder público:

²²⁵ Idem, p. 6 -7.

²²⁶ Sobre algumas dessas famílias tradicionais já comentamos na seção 2 do capítulo 1. Nota 108.

Art. 3º Constituição a renda do Instituto com aplicação ao seu custeio, de acordo com os seus fins:

- 1º. Quaesquer anuidade;
- 2º. os juros do fundo social;
- 3º. **as subvenções concedidas pelos poderes públicos: federal, estadual ou municipal;**
- 4º. os donativos feitos com este destino;
- 5º. as contribuições de matrícula dos alunos, nos diversos cursos da Escola;
- 6º. O produto de quaisquer publicações do Instituto;
- 7º. as joias de laudos e pareceres;
- 8º. A renda de quaisquer bens do seu patrimônio;
- 9º. os emolumentos das tabelas do Instituto e da Escola;
- 10º. **A receita eventual ou outras rendas que ele venha a criar**²²⁷.
(Grifos Nossos)

Apesar do subtítulo “**fundo social, renda e custeio**” ser bem sugestivo para uma confraria de agentes efetivos e beneméritos, com o sempre discurso da boa vontade e aspirações voltadas ao fomento à “ciência” e “progresso”, na verdade, a prerrogativa que se preservou durante o período de 36 (trinta e seis anos), onde o IPBA foi o responsável institucional pela escola de engenheiros – EPBA, foi o bom e bem-vindo recurso das subvenções públicas – Estado e União. Fica evidente a harmonia nos discursos pregados entre os agentes envolvidos, muitos deles ligados ao IPBA, EPBA e ao poder público, por meio dos mais variados cargos que ocupavam. É a partir de 1912 que a Escola Politécnica baiana realmente se consolida como um verdadeiro “partido²²⁸”; é neste momento que a colaboração, as diretrizes e os projetos técnicos se materializam como necessários, ou seja, se tornaram a agenda do dia. Outrossim, vindo em vias de organização e afirmação identitária que se transformou, lentamente, ao longo da Primeira República, construindo espaços tanto para atuação política e/ou profissional, com auxílio *full time* do “*intelectual orgânico*”: o professor Frágoso.

Neste ínterim, como toda entidade ligada à sociedade civil, não seria diferente com o IPBA o fato de ser composto por um quadro social bem extenso e variado, conforme afirma seu Estatuto:

²²⁷ Idem, p. 7.

²²⁸ Quando nos referimos a “partido”, nos identificamos com as definições teóricas apresentadas por Antônio Gramsci.

art. 4º O Instituto se comporá se sócios, em número ilimitado, sem distinção de nacionalidades, que serão assim classificados:

- a) **Socios fundadores;**²²⁹
- b) Socios effectivos;
- c) Socios correspondentes;
- d) Socios honorários;
- e) Socios beneméritos;
- f) Socios auxiliares.²³⁰

No topo da lista de sócios daremos destaque à (opção a) que são os fundadores, os signatários da assinatura de criação do IPBA, que tinham para si a prerrogativa de convocar as assembleias da entidade, com colaboração conjunta com aos sócios efetivos. Apesar de ter sido uma instituição pensada e criada por membros ligados a uma fração social em ascensão, já intelectualizada, o (art. 6º) não deixa dúvida sobre o seu caráter social dominante e burguês. Vejamos o que diz o art. 6º:

art. 6º Só poderão ser admitidos como socios efetivos:

- 1º. os engenheiros, os doutores e bacharéis em sciencias phisicas, matemáticas ou naturaes; os agrimensores e os agrônomos; os titulados nos cursos militares de terra e mar; e os indivíduos, que embora sem título, exerçam ou tenham exercido, com proficiência notória, qualquer dessas profissões;**
- 2º. os que exercem industrias, que tenham relação com a engenharia;**
- 3º. os diretores, gerentes e representantes de companhias, bancos, associações de credito, empresas de transporte e de outros melhoramentos materiaes, de indústria extractiva, fabril ou mecânica, bem assim os empresários e empreiteiros de trabalho ou serviços públicos de avultada importância;**
- 4º. os indivíduos que por seus escriptos ou trabalhos hajam prestado serviços à engenharia ou à indústria.**

§ 1º. Estes socios pagarão no acto de sua entrada, de uma só vez, 150000 de joia.

²²⁹ Relação de fundadores do IPBA em 1896: Arlindo Coelho Fragoso – Presidente, Austricliano H. de Carvalho – 1º Vice-presidente, Alexandre Freire Maia Bittencourt – 2º Vice-presidente, Salvador Pires de Carvalho e Alburquerque – 1º Secretário, Fortunato Fausto Gallo – 2º Secretário, Justiniano da Silveira Franca – Thesoureiro, Affonso G. C. Maciel, Aristides Galvão de Queiroz, Jaccome Martins Baggi, Augusto de Bittencourt Menezes, José Antônio Costa – Secretário de Agricultura – SEAGRI-BA, Francisco Lopes da Silva Lima, Dionyso Luiz de Carvalho, Luiz Thomaz da Cunha Navarro, John Parker Littleton e Antônio Augusto Machado.

²³⁰ Idem, p. 8.

§ 2º. São considerados remidos para todos os fins da sociedade os socios effectivos inscriptos até 5 de agosto de 1905²³¹. **(Grifos Nossos)**

Clarividente, que os engenheiros, definitivamente tinham o controle da instituição, a conferir pelo (no 1º parágrafo); mas paralelo a este controle, havia também a abertura de espaços para os agentes ligados às velhas frações ligadas à terra, e principalmente, aos que estavam integrados ao grande capital “*burguesia*” industrial e financeira. De acordo com o mesmo Estatuto, estes indivíduos seriam muito bem-vindos na confraria de sócios da entidade capitaneada pelos engenheiros, como é colocado (no parágrafo 2º, 3º e 4º).

É justamente por meio destas correlações de forças intraclasse, – entre as frações sociais ligadas à terra e as frações médio-urbanas em ascensão –, no momento de criação do IPBA e sua entidade escolar, ocorre uma congregação de porta-vozes de variadas frações sociais cujos interesses nem sempre se afeiçoavam, no tocante a seus projetos de visão de mundo.

Mas, o fato “novo” – a República – em conjuntura com o fortalecimento das novas frações sociais, demonstra, neste momento histórico, a capacidade de congregar, articular, mobilizar e, principalmente o enfretamento, seria a condição *sine qua non* para adentrar e conquistar espaços de poder nas novas agências estatais na recente implementada República na Bahia.

Como já sinalizamos em seções anteriores desta pesquisa, o IPBA só teve protagonismo em seus primeiros anos. Contudo, após a criação da EPBA, gradativamente, a instituição escolar foi se sobrepondo às determinações que vinham das assembleias do Instituto Politécnico, por exemplo – as atas da EPBA passaram a ser praticamente cópias das atas do IPBA. Todas as decisões importantes já eram deliberadas independentemente de autorizações e/ou consulta à diretoria do IPBA. A impressão ao analisarmos a documentação seria na verdade de uma sobreposição da escola frente ao Instituto, o que podemos afirmar de uma inversão de papéis institucionais. Depois de alguns anos – uma década –, o único papel efetivo do IPBA, se constituiu a cumprir o papel protocolar de quitar as contas de sua instituição escolar. A ideia inicial de construir uma agência pungente e atuante junto à sociedade civil e sociedade política seria gradativamente transferida para a EPBA.

²³¹ Idem, p. 8.

A perda de legitimidade do IPBA frente à escola formadora de engenheiros vem seguida de alguns fatores determinantes: primeiro, vem das obrigações financeiras não cumpridas pelo quadro de associados da entidade, logo, os custos para manter o IPBA e, principalmente, a EPBA a levou a uma condição caótica de funcionamento, mesmo com o pagamento de mensalidades por grande parte do alunado da escola.

Segundo, devido às constantes dificuldades financeiras – por falta de pagamento das cotas de associados –, a EPBA passou a trilhar seu próprio caminho, mesmo tendo em seu quadro docente, vários associados vinculados à confraria do IPBA. Essas condições levaram o Instituto a uma perda progressiva de um controle mais direto sobre a sua própria instituição de ensino, levando o IPBA a uma quase fusão institucional, como já sinalizamos no parágrafo anterior. Outrossim, a ausência destes recursos, conseqüentemente, levou a um esvaziamento significativo do quadro de associados, como afirma em seu estatuto:

Capítulo IV

Art. 17º São deveres dos socios, com exceção dos de que trata o art. 4º.; f, destes Estatutos:

4º. satisfazer as contribuições devidas;²³² (Grifos Nossos)

Terceiro ponto, e o mais importante, diz respeito às sucessivas subvenções públicas recebidas pelo IPBA, via EPBA, também já pontuado nos primeiros parágrafos desta seção. Tal fator nos leva a entender que o projeto de criação do IPBA e da EPBA só não refugou, devido à grande proximidade de seus agentes, principalmente os ligados à escola, vinculados junto aos órgãos públicos estatais e federais²³³.

Essas constantes subvenções – ainda que sendo uma instituição privada – ajudaram a alavancar a construção de toda a estrutura administrativa e material da EPBA ao longo de todo o período da Primeira República. Mas, ainda sim, por alguns momentos, por exemplo – administração Severino Vieira 1900-1904 – a EPBA por pouco não encerrou suas atividades devido ao corte das subvenções estaduais. O fato só não ocorreu

²³² Idem, p. 12.

²³³ Neste caso, podemos citar docentes e ex-alunos da EPBA, tais como: Octávio Mangabeira, Francisco de Souza, Arlindo Coelho Fragoso, Antônio Muniz Ferrão de Aragão, dentre outros.

devido a uma ação inesperada do Prof. Arlindo: tomou para si, quase todas as regências das cadeiras do curso de formação de Geógrafos e de Engenharia Civil.²³⁴

Um ponto evidente que marca o declínio do IPBA, em tão pouco tempo, são as sucessivas reformas de seu estatuto, por exemplo – a diminuição do número de comissões científicas que, num primeiro momento, se apresentavam subdivididas em 27 (vinte e sete) áreas de conhecimento, com eleições via diretoria, de dois em dois anos. Porém, na primeira reforma estatutária, em 1905, estas mesmas comissões científicas ficaram reduzidas a 09 (nove) e designadas de forma permanente. Portanto, entendemos que essa mudança drástica se traduz na falta de sócios efetivos e credenciados para ocupar essas comissões, assim como na falta de recursos financeiros para dar sequência às mesmas. Outro indício a se destacar são as sucessivas flexibilizações nas regras para admissão na confraria de notáveis do IPBA. Os valores impostos – taxa financeira – para admissão, passam a ser facilitados, e com um bônus a mais: uma transição direta, a depender do caso, para seletos grupo de sócio efetivos e “remidos da agremiação”²³⁵.

O IPBA – mesmo enfraquecido – e sua instituição escolar instituíram-se, ao longo da Primeira República, na mais expressiva “confraria” de agentes políticos e intelectuais atuantes, face à organização de suas bases – em âmbito efetivamente local – e ao seu papel de fato “dirigente”, na categoria profissional de engenheiro. Contudo, as atuações e ações desses agentes congregavam e a sua gradativa influência só crescia – principalmente após passar a primeira década do regime republicano – junto aos núcleos decisórios no seio do aparelho estatal. O grupo de intelectuais engenheiros, com o auxílio de sua escola, fora paulatinamente ocupando espaços nas mais variadas agências tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, assim como todo o processo de correlação das forças intraclasse, com vistas estratégicas de galgar aos postos de poder. A fração social ascendente – que os engenheiros representavam –, ainda que já tendo consciência

²³⁴ Os anos da administração “severinista” foram os quatro anos mais difíceis da EPBA, chegando a escola a quase ter que fechar suas portas, por corte da subvenção estadual. A motivação para o corte das subvenções estaduais foi uma retaliação ao grupo de Arlindo Fragoso, que até aquele momento militava junto às frações políticas ligadas ao ex-governador Luiz Viana. Lembramos que Arlindo Fragoso, principal líder dos fundadores do IPBA e primeiro diretor da EPBA, idealizou e ocupou a cadeira de Secretário da Agricultura do governo Rodrigues Lima (1892-1896), logo em seguida ocupou o cargo de diretor dessa mesma secretaria no governo Luiz Viana, quando a EPBA foi criada. Após a institucionalização da escola foi imediatamente aprovado pela Lei estadual 149/1896, que ordenava “subvencionar, anualmente, com a quantia de 60:000\$000, pagos em prestações mensais de 5:000\$000, para **a Escola de Engenharia**. Saber mais Cf: GUIMARÃES, Op. Cit. pp. 29-34.

²³⁵ Os sócios efetivos e remidos, possuíam algumas benesses na diretoria do IPBA. Dentre elas, a possibilidade de ver seus parentes diretos com gratuidade nos cursos de graduação da EPBA.

de seu papel dirigente, teve a todo momento que negociar, conglomerar e assentar as velhas frações proprietárias dos tempos de outrora²³⁶.

É importante novamente destacar que, mesmo sendo entidades privadas, o estatuto do IPBA foi lavrado já prescrevendo sobreviver com o patrocínio das finanças públicas, como já mostramos em outros “*artigos*” do documento. O **art. 23** já não nos deixa dúvidas quanto a essa hipótese, quando afirma:

Capítulo V Da administração

art. 23. **O governador do Estado é considerado Presidente honorário do Instituto, cabendo-lhe o primeiro lugar em todas as suas reuniões.**

Art. 24. Tomará parte em todas as reuniões da Directoria, como membro effectivo, o Director da Escola Polytechnica, **que, tendo voto em todas as suas decisões, não poderá acumular as funções de Presidente da Directoria**²³⁷. (Grifos Nossos)

O **art. 23** do estatuto nos reafirma uma forte impressão de apelo. O fato da convocação simples e direta do Governador do Estado da Bahia a ocupar um lugar cativo “*primeiro lugar*” nas assembleias deliberativas da diretoria do Instituto, assim como a sua automática nomeação como presidente honorário da entidade, já nos deixa uma evidência clara de convocação ao poder público ao se “associar” à entidade.

É evidente que este artigo foi colocado propositalmente com um intuito de angariar recursos públicos ao longo das administrações futuras. Já no **art. 24**, observa-se uma contradição, mesmo que o próprio **art. 24** o impeça: a de que o agente que ocupar a cadeira de presidente do IPBA seja proibido automaticamente de ocupar a cadeira de diretor da EPBA.

No entanto, não é essa prática que percebemos ao analisarmos a documentação das duas instituições. Notamos que o prof. Arlindo Fragoso – mentor de todo o processo de criação do IPBA e da EPBA – ocupou a cadeira principal das duas instituições por

²³⁶ Mesmo perdendo a sua hegemonia frente às agências estatais, as frações sociais ligadas à terra, por exemplo; os grupos ligados, principalmente, à lavoura cacaueira, que teriam suas demandas atendidas, devido à sua relevante importância para a “balança comercial” do Estado a partir de 1910. Os que diferem das antigas frações do recôncavo seriam pela sua posição geográfica, já que os grandes produtores de cacau se fixavam ao sul da Bahia.

²³⁷ Idem. Ibidem, p.13.

vários momentos, principalmente, na primeira década das entidades. No ato de criação do IPBA, Arlindo ocupou a cadeira de presidente pelos 04 (quatro) primeiros anos da agremiação (1896 – 1900). Já na EPBA, Arlindo foi o primeiro diretor da entidade (1897 – 1907) quando foi convidado a assessorar o Deputado Federal e futuro governador da Bahia J.J Seabra, no Rio de Janeiro. Talvez essa quebra de protocolo tenha sido proposital, pois caso Fragoso não tivesse permanecido por mais tempo, tanto na EPBA, quanto no IPBA, a entidade “escolar” não teria prosperado nos anos seguintes ao seu afastamento. Do mesmo modo, o prof. Arlindo tinha a percepção de que sem a sua presença *in loco* na instituição escolar, o seu grupo político não teria a oportunidade de implementar, a partir de 1912, seus projetos e ideais de visão de mundo.

Capítulo 3 - *Consolidação do centauro?* EPBA, um perfil institucional

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil.

Antonio Gramsci

1 – Reconfigurando a regra do jogo – J. J Seabra a Juracy Magalhães (1921-1937)

A chegada de J. J Seabra e do seu Partido Republicano Democrata (PRD) ao executivo baiano se deve a um conjunto de fatores, mas, principalmente, à “política das salvaçãoes²³⁸” do presidente Hermes da Fonseca. Desde então, o seabrismo tornou-se hegemônico na política baiana, conquistando seu primeiro mandato de governador no quadriênio (1912-1916), fazendo seu sucessor Antônio Ferrão Moniz de Aragão para o período seguinte (1916-1920) e dando sequência ao seu segundo mandato nos anos de (1920-1924). No entanto, a partir dos anos de 1920, o seabrismo já apresentava evidentes

²³⁸ O chamado termo “Política das Salvações” teve como objetivo oficial eliminar e combater a corrupção das instituições republicanas, principalmente nos estados. No entanto, o objetivo na prática era outro. Na realidade, Hermes da Fonseca tinha como objetivo diminuir o poder das oligarquias nos estados, que lhe eram oposição, retirando cargos dos governadores oposicionistas através de força militar, enfraquecendo, assim, grupos oligárquicos que eram contrários ao seu governo.

sinais de enfraquecimento, muito pelos sucessivos episódios ocorridos na administração do seu sucessor Antônio Moniz²³⁹. Esse desgaste levou o seabrista a não conseguir mais emplacar um discurso, porém, isso se evidenciou após uma frustrada campanha para o pleito presidencial de 1922, na qual Seabra almejava a vice-presidência na chapa de Nilo Peçanha. A ausência de Seabra em seu próprio governo permitiu que seus opositores se rearticulassem em torno de seus pontos mais vulneráveis. Com essa estratégia, a oposição alavancou e logrou ocupar o executivo na Bahia, após 12 (doze) anos de domínio seabrista. Sendo assim, o usineiro e banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon, irmão de Miguel Calmon du Pin e Almeida, um dos representantes da mais alta casta sanguínea em terras baianas, lhe sucedeu depois de um apoio irrestrito do presidente Artur Bernardes, levando ao término do domínio de uma das mais importantes lideranças políticas do período republicano na Bahia²⁴⁰.

Já governador, Chico Calmon (1924-1928), como era conhecido, tinha como objetivo implantar uma ampla reforma fiscal e melhorias no sistema de infraestrutura e de saneamento básico da capital Salvador. Nesse momento, entram os agentes politécnicos, que, desde o início dos anos de 1920, ocupavam de forma constante a administração da intendência (prefeitura), sob a batuta do poder executivo estadual. Verificamos no quadro I:

Quadro I

Intendentes (Prefeitos) Salvador - BA – 1921 - 1937			
Nomes	Profissão	Partido	Período
Epaminondas Torres	Engenheiro (Professor da EPBA) e Empresário	Partido Republicano Democrata - PRD	1921 - 1924
Joaquim Wanderley de Araújo Pinho	Bacharel e Empresário	Concentração Republicana da Bahia – CRB	1924 - 1926
Francisco Elói Paraíso Jorge	Não Informado	Concentração Republicana da Bahia – CRB	1926 - 1927
Francisco de Sousa	Engenheiro (Professor da EPBA) e Empresário	Partido Republicano Baiano - PRB	1928 - 1930

²³⁹ Lembramos aqui as “greves operárias” na capital e as revoltas coronelistas de 1919, conhecidas na historiografia como “Revolução Sertaneja” e/ou “Reação Sertaneja”. Para saber mais, ver em: PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b e CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado). Salvador: UFBA, 2008.

²⁴⁰ Para saber mais, ver em Sampaio (1998) os seguintes verbetes da mesma autoria: *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* (2001), p. 1843-1844 e 1847-1848, respectivamente. Os dados biográficos dos políticos baianos podem ser encontrados em: <http://archive.is/86GW0>.

Tirso Simões de Paiva*	Engenheiro (Professor da EPBA) e Empresário	Partido Republicano Baiano - PRB	1930 - 1931
Leopoldo Afrânio do Amaral**	Engenheiro (Professor da EPBA) e Empresário	Aliança Liberal (partido criado pós 1930)	1930
José Americano da Costa	Engenheiro (Professor da EPBA) e Empresário	Aliança Liberal (partido criado pós 1930)	1932 - 1937

Fonte: BATALHA, Silvio. *Cartilha Histórica da Bahia*. Salvador: 8ª Edição do Autor. 2008.

OBS: Só consideramos na tabela os intendentes que ocuparam o cargo por mais de 12 (doze) meses.

*Ocupou o cargo de intendente por mais de uma vez, sendo o segundo período no mês de janeiro a fevereiro de 1931.

**Ocupou o cargo de intendente durante 7 (sete) dias em dezembro de 1930. Após esse período, foi nomeado interventor (governador) da Bahia em 1931 por Getúlio Vargas.

No quadro I, observamos que os engenheiros politécnicos já ocupavam a intendência da capital de maneira contínua²⁴¹. Essa presença permanente na administração municipal se deve circunstancialmente a dois fatores: primeiro, por esses agentes já possuírem um *capital* de pertencimento junto aos estratos sociais hegemônicos através de sua escola; segundo, pelo aumento e pela necessidade cada vez mais urgente da engenharia civil e de seus profissionais, que demandavam e multiplicavam as frentes de trabalho, com o relevo sempre voltado para as contingentes e relativas obras infraestruturais, principalmente, as gerenciadas pela intendência da capital.

Ao mesmo tempo em que se reivindicava o trabalho dos engenheiros civis para as grandes obras estruturais, o crescimento e a expansão das cidades ampliavam sua atuação em diferentes campos e, conseqüentemente, aumentavam a necessidade de novos e maiores espaços para as suas discussões e projetos. Não foi por acaso que, em meados de 1934, o intendente e professor da EPBA, José Americano da Costa, em conjunto com a escola politécnica e o executivo estadual, representado na figura de Juracy Magalhães, promoveram a “*1ª Semana de Urbanismo de Salvador*”, em que grande parte do evento teve como sede a própria EPBA. Diante desse quadro, os engenheiros politécnicos baianos passam a se envolver de maneira intensa na viabilização das grandes obras que auxiliam na imbricação e na ampliação do complexo econômico local e nacional. Desse modo, esses agentes se organizavam, negociavam, disputavam no epicentro das correlações de forças das frações sociais dominantes, passando a estabelecer alianças no âmbito da sociedade civil, enquanto, ao mesmo tempo, viabilizavam seus representantes na sociedade política. Uma dessas evidências se confirma com a presença constante dos engenheiros na intendência da capital, ou seja, esse seria um fator determinante com vistas

²⁴¹ Ressaltamos que a indicação para o cargo de intendente era uma atribuição exclusiva do governador no exercício do mandato.

a realizar ações particulares e a salvaguardar os seus próprios interesses e os das frações que representavam, quaisquer que fossem as frações hegemônicas dentro do projeto de visão de mundo compartilhado por ambos.

A administração Góes Calmon ficou marcada pelos conflitos recorrentes junto aos médios e grandes fazendeiros devido à proposta de cobrança do imposto territorial de terras²⁴². Calmon, a fim de resgatar as finanças do estado, propunha a cobrança do imposto territorial em substituição aos impostos de exportação, causando um enorme desgaste em sua gestão e nas casas legislativas²⁴³, onde esses agentes atuavam com seus grupos de pressão²⁴⁴. Os grupos com maior força e atuação seriam os representantes da lavoura cacaueira e os tradicionais fazendeiros da região de Lavras Diamantinas. Dito isto, a administração de Góes Calmon não sofreu com oposição partidária – grupo derrotado seabrista –, tanto que após o reconhecimento da derrota, Seabra, chefe político do PRD, optou por se recolher ao exílio na Argentina. No entanto, a maior oposição sofrida por Calmon foi a do próprio partido – PRB, especificamente, a da ala ligada a Octávio Mangabeira, que se encontrava em maior sintonia com o governo central. Consagrada a derrota do *seabrismo*, o PRB das alas *calmonista* e *mangabeirista* se torna a principal força política na Bahia, até os acontecimentos que levaram ao movimento de 1930.

No interior do PRB, Góes Calmon conseguiu pacificar os ânimos a partir da nomeação de Octávio Mangabeira para o Ministério de Relações Exteriores na administração Washington Luís (1926 – 1930), como também fazendo a velha tática de distribuição de cargos na administração estadual, atendendo aos correligionários e aos mandatários do interior do estado. Ou seja, apesar dos novos tempos, as velhas práticas se perpetuavam. Portanto, pacificadas as querelas políticas, o estado continuou a ser, agora em uma escala ainda maior, o principal atrativo para os grupos empresariais. E, de novo, temos os engenheiros politécnicos adentrando e tomando para si a tutela das grandes obras no estado, principalmente na intendência da capital Salvador, que agora

²⁴² Esse conflito com os grandes os médios e grandes fazendeiros foi o calcanhar de Aquiles dos 04 (quatro) anos da administração Chico Calmon. Na verdade, Chico Calmon queria substituir o imposto de exportação e importação pelo imposto territorial.

²⁴³ Lembrando que durante a Primeira República havia a existência do sistema bicameral, ou seja, a existência de duas casas legislativas: a câmara e senado estadual. Esse sistema foi extinto, após o movimento de 1930.

²⁴⁴ Muitos desses fazendeiros “coronéis” eram parlamentares.

encontra uma injeção de capital norte-americano²⁴⁵, em substituição ao capital francês dos tempos de domínio seabrista²⁴⁶.

Com a eleição de Vital Soares (1928-1930), os engenheiros politécnicos chancelam um protagonismo ainda maior no meio empresarial na sociedade civil e nas instâncias da sociedade política. Esses agentes, via de regra, quase sempre tinham algum vínculo direto ou indireto com a Escola de engenheiros, e, geralmente, ocupavam os cargos técnicos das pastas vinculadas às políticas públicas designadas à infraestrutura. Os politécnicos, nesse momento histórico, já se investiam de uma dada posição e organização mais orgânica, tendo a EPBA um papel fundamental e estratégico na organização desse grupo. Vale ressaltar que boa parte de ex-alunos e professores da EPBA eram sistematicamente designados para ocuparem altos cargos junto ao primeiro e ao segundo escalão de secretarias e de suas respectivas diretorias, pastas estas fundamentais para elaboração, organização, planejamento e licitação de obras. Inúmeros desses engenheiros politécnicos – professores e ex-alunos – preenchiem cargos-chave na maioria de cunho técnico, tais como Francisco de Souza (prof. e diretor da EPBA, técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas – SVOP e ex-intendente da capital nos tempos da administração seabrista); Mário de Souza Dantas (prof. da EPBA, Secretário de Agricultura, Indústria, Viação, Comércio e Obras Públicas - SAIVCOP); Lauro de Andrade Sampaio (ex-aluno da EPBA, prof. da EPBA, chefe do gabinete da SAVCOP e chefe da seção técnica da mesma secretaria); Mário Tarquínio (prof. da EPBA e membro efetivo da diretoria de viação); Albano da França Rocha (prof. da EPBA e membro efetivo da diretoria de viação), dentre tantos outros²⁴⁷.

Definitivamente, a EPBA não esteve voltada única e exclusivamente para a reprodução de classe, diferindo da escola agrícola, e configurando-se como uma escola

²⁴⁵ Devido ao aumento significativo das exportações norte-americanas para o porto de Salvador, grandes investidores americanos perceberam que havia, naquele momento, uma grande oportunidade para investimentos e negócios. A partir desse momento, o capital americano passa a inundar a economia baiana com empréstimos para expansão de redes elétricas e de suas respectivas hidrelétricas e obras de infraestruturas. Todos os investimentos tinham como foco atender as demandas da capital Salvador. Lembramos que, com a passagem de Góes Calmon pelo executivo, o controle das concessionárias do setor de energia, transportes e telefones mudou para as mãos da iniciativa privada, incentivando ainda mais os investimentos estrangeiros.

²⁴⁶ Para saber mais, conferir: CUNHA, Joaci de Souza. *O fazer política da Bahia na República Velha 1906-1930*. Tese (Doutorado). Salvador: UFBA, 2011, BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: Um às no jogo político da Primeira República – 1920-1926*. Dissertação. Salvador: UFBA, 2014, UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935- 1945)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2006.

²⁴⁷ Na próxima seção, onde analisamos os perfis e a procedência social de alunos e professores, apresentaremos informações sistematizadas desses dados.

que transferiu um dado *habitus*, e uma certa condição de pertencimento de classe aos seus respectivos alunos e dirigentes.

Com o movimento de 1930, nota-se que poucas mudanças ostensivas ocorreram junto à cúpula de engenheiros que ocupava cargos na administração pública. Já o núcleo político, no caso da Bahia, segundo o historiador Luiz Henrique Dias Tavares, “*não fosse pela atividade conspirativa de alguns poucos militares e civis obscuros, a revolução de 1930 teria chegado à Bahia como surpresa ainda maior*²⁴⁸”. Esse fato se deve ao acerto firmado com as lideranças políticas paulistas, para que a vaga de vice-presidente na chapa de Júlio Prestes à presidência da República fosse ocupada pelo governador baiano Vital Soares. Desta feita, Júlio Prestes e Vital Soares vencem as eleições ao derrotar a chapa concorrente encabeçada pelo governador gaúcho Getúlio Vargas e pelo governador paraibano João Pessoa. Portanto, com a eclosão do movimento de 1930, a Bahia foi um dos estados da federação onde os acontecimentos tiveram um efeito mais refratário em comparação a outros estados do Nordeste. Com o desenrolar dos acontecimentos, o grupo político legalista liderado pelo PRB conquistou adesões e apoio dos velhos “coronéis” do interior e de suas milícias particulares. Conseguindo resistir na primeira hora, esses mesmos coronéis foram aos poucos mudando de posição até que as tropas revolucionárias chegassem à capital baiana, sem qualquer tipo de resistência, pelo contrário, como nos informa Dias Tavares:

“... os batalhões revolucionários chegaram à cidade do Salvador e foram recebidos com ovações e manifestações de apoio”²⁴⁹

Implantada a intervenção na Bahia, sob a liderança do capitão Juarez Távora, este nomeia como interventor federal o intendente *pro tempore*, o engenheiro, ex-aluno, professor e diretor da EPBA, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. Leopoldo Amaral era ligado ao grupo político de Seabra e, por apoio ao movimento de 1930, obteve a indicação para ocupar o cargo de governador interino. Contudo, podemos afirmar que os engenheiros politécnicos baianos, a depender da corrente política a que viesse ascender,

²⁴⁸ TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998, p.379.

²⁴⁹ Idem, p. 385.

teria o seu dado “grupo de politécnicos” ocupando cargos estratégicos e lideranças na administração pública do executivo municipal e estadual²⁵⁰.

Como governador interino, Leopoldo Amaral (1930 – 1931) liberou, pelo decreto nº 7243 de 3 janeiro de 1931, uma quantia significativa para a instituição relatada pelas atas da congregação:

[...] o **Interventor Federal, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral**, reforçada com **3.000:000\$000**, em apólices inalienáveis de 1:000\$000 cada uma, juros de 6% ano, o patrimônio da escola politécnica. Decidiu-se pela colocação do retrato de Leopoldo no salão nobre, e de uma placa de bronze, com significativa expressão...[...]²⁵¹
(grifos nossos)

Na mesma gestão, Elysio de Carvalho Lisboa (prof. da EPBA e Secretário de Agricultura) também foi citado na mesma ata:

“Agracia-se a Elísio a inclusão, no orçamento do Estado, pela Secretaria da Agricultura, de uma **verba de 100.000\$000** para o ensino técnico-profissional.”²⁵² (grifos nossos)

Após as polpudas subvenções, a Escola de engenheiros adquiriu sua nova sede na atual Avenida sete de setembro, no centro da cidade. O próprio Elísio Lisboa assumiria a intendência de Salvador anos mais tarde, pelo período de 1942 a 1945.

Mesmo com os episódios que levaram à queda da Primeira República, a Escola de Engenheiros sempre se manteve alinhada ao novo projeto em ascensão, exceto pelo período da administração de Severino Vieira, onde a instituição, por pouco, não fechou suas instalações. É importante frisar que a EPBA, por se tratar de uma instituição privada, desde seus primórdios – que só se tornaria pública em 1934 pelo Decreto nº 23.872 de 14 de fevereiro –, permaneceu subsidiada por subvenções públicas por mais de trinta anos. Contudo, a EPBA, por meio de seus quadros dirigentes – o primeiro deles representado na figura de Arlindo Fragoso –, conseguiu, num primeiro momento, construir um

²⁵⁰ Destacamos que existia uma “elasticidade” nessa dinâmica, já que dentro da própria EPBA ocorreria divergências quanto ao apoio de correntes e projetos políticos, como por exemplo: os que apoiavam o seabrismo, liderados por Leopoldo Amaral, e os que apoiavam o calmonismo, liderados por Octávio Mangabeira. Portanto, haveria um revezamento quanto a presença desses agentes politécnicos junto a administração pública. O importante a destacar é que a presença deles se tornou quase que permanente e obrigatória nos cargos técnicos.

²⁵¹ GUIMARÃES, Archimedes Pedreira. *Escola Politécnica da Bahia 1896 - 1942*. 1972, p. 189.

²⁵² Idem.

consenso interno sobre determinadas prioridades, dentre as quais a tarefa de organizar e de representar os interesses convergentes entre os seus pares e o grande empresariado. A partir dessa estratégia, esses agentes galgaram de forma gradativa uma capacidade de convencimento e de influência significativa, na habilidade de persuadir e de conduzir disputas e, ao mesmo tempo, inscrever determinadas demandas específicas junto às agências da sociedade política ligadas às Obras Públicas. Vale ressaltar que a grande maioria desses quadros exerciam atividades empresariais paralelas à vida pública. Essa afirmação ficará evidenciada ao apresentarmos nossas análises sobre o corpo de discentes e docentes nas próximas seções.

Com a nomeação de Juracy Magalhães para o executivo estadual, ocorreriam várias mudanças na estrutura organizacional da EPBA, a começar pela separação da Escola do Instituto Politécnico - IPBA, com a criação da Fundação Escola Politécnica em 1932. Já na administração pública, as relações entre os agentes politécnicos e a administração de Juracy Magalhães se aprofundam ainda mais com a nomeação do engenheiro e professor da EPBA, José Americano da Costa, que irá exercer o cargo de prefeito da capital de 1932 a 1937. É durante o mandato de Americano da Costa que os agentes politécnicos e sua escola passam a ter na pauta um exclusivo projeto de cidade para a capital baiana. Retomaremos o assunto no fechamento desse estudo.

Podemos descrever que o movimento de 30, ainda que na prática não tenha sido uma revolução no sentido clássico, em todo o seu processo, auxiliou e modificou as tratativas e dinâmicas da ordem política brasileira e a sua organização na política econômica, gerando vários efeitos e impactos culturais, sociais, demográficos, materiais e educacionais. Esses efeitos levaram as principais capitais brasileiras a se inserirem sob uma nova égide burguesa, que alentou e transformou a cidade de Salvador para uma nova forma de configuração urbana.

Portanto, num contexto geral, nos anos perpassados pela chamada Primeira República, com efeito, a Engenharia Civil encontrava-se, primeiramente, vinculada à expansão e diversificação das condições e à ampliação da produção agrário-exportadora, portanto, ligada igualmente aos agentes nela implicados. Todo esse processo ocorreu concomitantemente no âmbito urbano, com o crescimento das necessidades por serviços de locomoção, calçamento, saneamento, rede elétrica, gás, ampliação do abastecimento de água. Já no meio rural, as prioridades se materializaram em prol da ampliação e construção das estradas de ferro e de suas respectivas linhas telegráficas. Com a chegada da Segunda República, essas demandas se diversificavam e se ampliavam por meio do

fomento à indústria, e o papel do engenheiro e de suas escolas passou a ser fundamental no planejamento das grandes capitais brasileiras. No caso da EPBA, esse protagonismo junto aos seus agentes se potencializa.

2 - Corpo discente: perfil e procedência da 1ª geração – 1897-1920

A partir desta seção, nos pautaremos em traduzir o perfil social da EPBA. Buscaremos entender as características do corpo discente da instituição quanto à sua identidade própria enquanto escola formadora de engenheiros – civis e agrimensores – no estado da Bahia. Para tanto, para a sequência do estudo, elegemos como corpo documental privilegiado as Pastas do Alunato da instituição referentes ao período de 1897 a 1920. Entendemos que essas fontes sejam fundamentais para esta pesquisa, tendo sido levantadas junto ao Memorial da atual “Escola Politécnica-UFBA”, no segmento Arquivo Histórico, que hoje se encontra em espaço adequado, organizado, catalogado e climatizado no 4ª andar da entidade.

Essas pastas contam cerca de 528 (quinhentos e vinte e oito) estudantes para a primeira parte do período investigado²⁵³, revelando resultados bastante expressivos e específicos. Normalmente essas pastas contêm “ficha descritiva do estudante”, assim como alguns dados de sua trajetória escolar, caracterizando-se, no entanto, por ser um material tão “rico” como “irregular”, em muito pela ocorrência de precário estágio de conservação de algumas “pastas” devido ao extremo abandono decorrido por décadas, fator este sanado hodiernamente, conforme informado no parágrafo anterior.

Nas Pastas, encontramos ainda, por vezes, boletins escolares, recibos de pagamento de taxas, havendo um documento extremamente importante para nossos propósitos iniciais: a certidão de nascimento, documento que nos permite identificar a origem dos estudantes bem como a profissão paterna²⁵⁴. É possível também nos depararmos com registros de transferência, que são muito frequentes durante o período

²⁵³ Por questões metodológicas elegemos analisarmos os perfis de alunos e docentes em duas partes. A 1ª parte o período de 1896 - 1920 e 2ª parte o período de 1921 – 1937.

²⁵⁴ Os dados da profissão paterna não constam em todas as certidões verificadas por nós, além de serem encontradas várias pastas de alunos sem qualquer outra identificação que não o nome e históricos de notas, sem mesmo qualquer informação de procedência regional.

de 1900 a 1912 na EPBA²⁵⁵. Esses dados foram sistematizados e serão comentados a seguir.

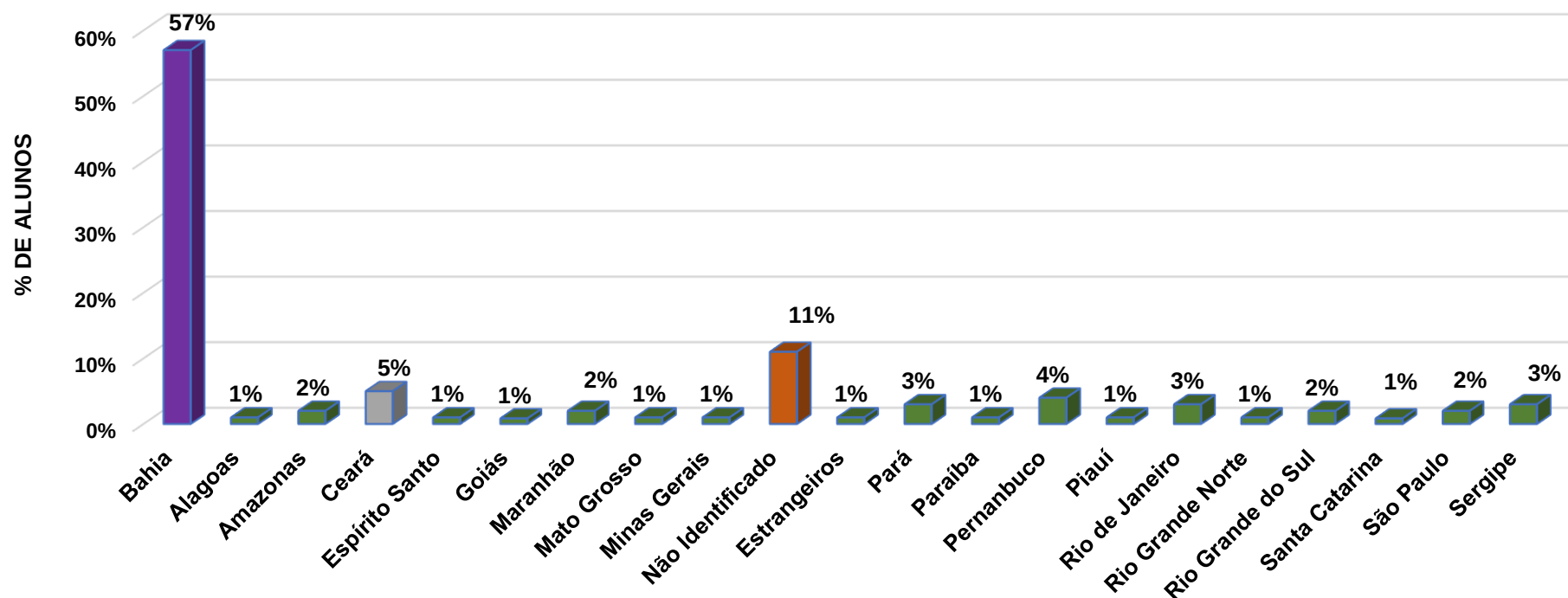
Ao elaborarmos os Gráficos I, II e III, que nos permitem identificar a procedência desses graduandos, nos restou clara uma das mais importantes peculiaridades da EPBA: o fato de se tratar de uma instituição de forte caráter regional e com grande diversidade na procedência de seus estudantes. As informações quantificadas evidenciam outra peculiaridade da escola baiana: formar os filhos das frações sociais tradicionais ligadas ao agro comércio, assim como os das frações sociais que outrora se investiam de riqueza²⁵⁶, além de profissionais liberais e militares. Sendo assim, os primeiros anos de existência da EPBA se pautaram por formar estratos sociais fixados no maior centro urbano da Bahia: sua capital Salvador. Obviamente, durante a triagem da documentação das “Pastas”, percebemos que a instituição bonificava alguns alunos de baixa renda, com bolsas de estudo, acordos de honra e isenção de taxas diversas, entretanto, tal costume, bastante difundido em instituições congêneres²⁵⁷, não revelou, na prática, uma medida de democratização do ensino no sentido de uma abertura significativa aos estratos socioeconômicos menos abastados da sociedade baiana.

²⁵⁵ Quanto aos registros de transferência identificados, quase em sua totalidade dizem respeito à transferência de militares. Pelas características da carreira militar, esses agentes muitas vezes passam por várias regiões durante suas carreiras, e, quando transferidos, muitos ainda estão cursando suas graduações. No caso da Bahia, esses militares, ao serem alocados para a praça de Salvador, os cadetes acabavam se matriculando na EPBA. Primeiro, pela histórica ligação que a engenharia possui junto aos militares, segundo, pela EPBA ser a única instituição que forma engenheiros na Bahia; terceiro, não podemos deixar de lembrar que, pelo grande problema de crise hegemônica que assolava a Bahia, quase sempre estourava um conflito mais sério, e quando acontecia, sempre havia a convocação de contingentes militares para tentar amenizar e manter a ordem na capital baiana.

²⁵⁶ Tomaremos o conceito de “alta classe média” para esse estrato social, definido por Paulo Sérgio Pinheiro, como “originária das ricas classes médias agrárias que se orientara para profissões liberais, a alta administração”. Ex: Engenheiros, Bacharéis, Juizes, Cônsules, Diplomatas, Conselheiros e Desembargadores. Esse estrato social ocupava, principalmente, cargos públicos em instâncias da “alta administração” do Estado. Saber mais: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. IN Fausto, Boris(org.). *História Geral da Civilização Brasileira (HGCB)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, Tomo III, Vol. IX, pp. 12-15.

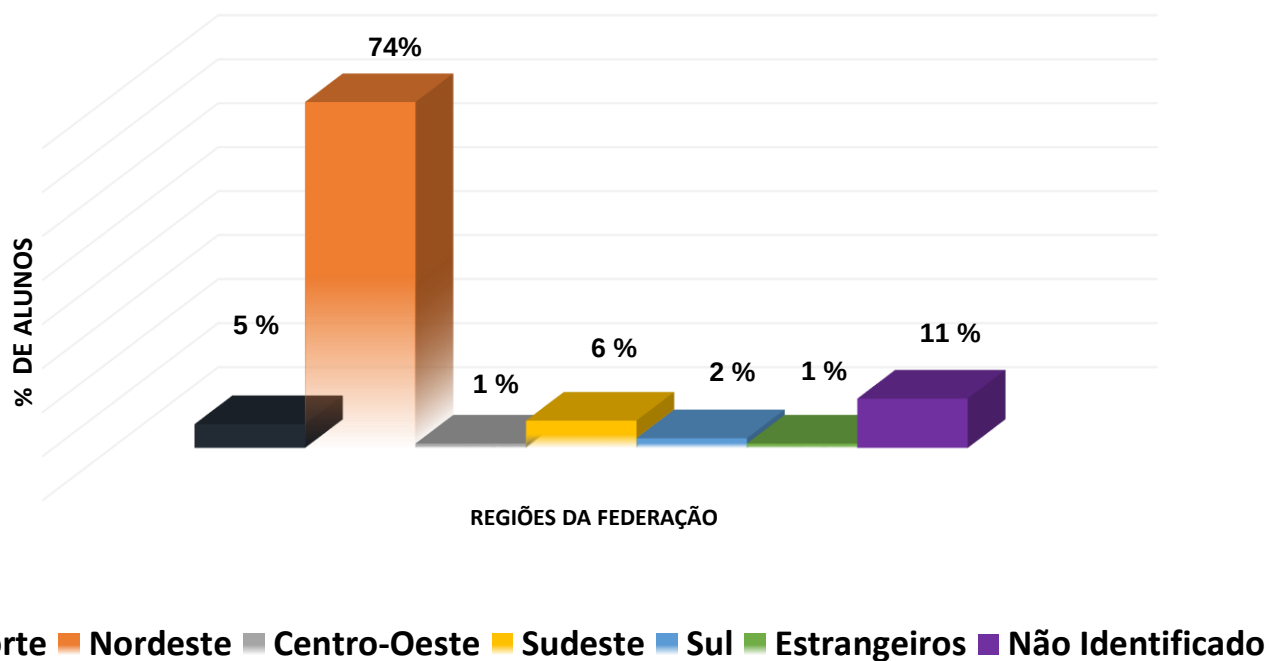
²⁵⁷ Sobre as políticas de concessão de bolsas para alunos de baixa renda (MENDONÇA 1998).

Gráfico I: Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por UF - 1897-1920



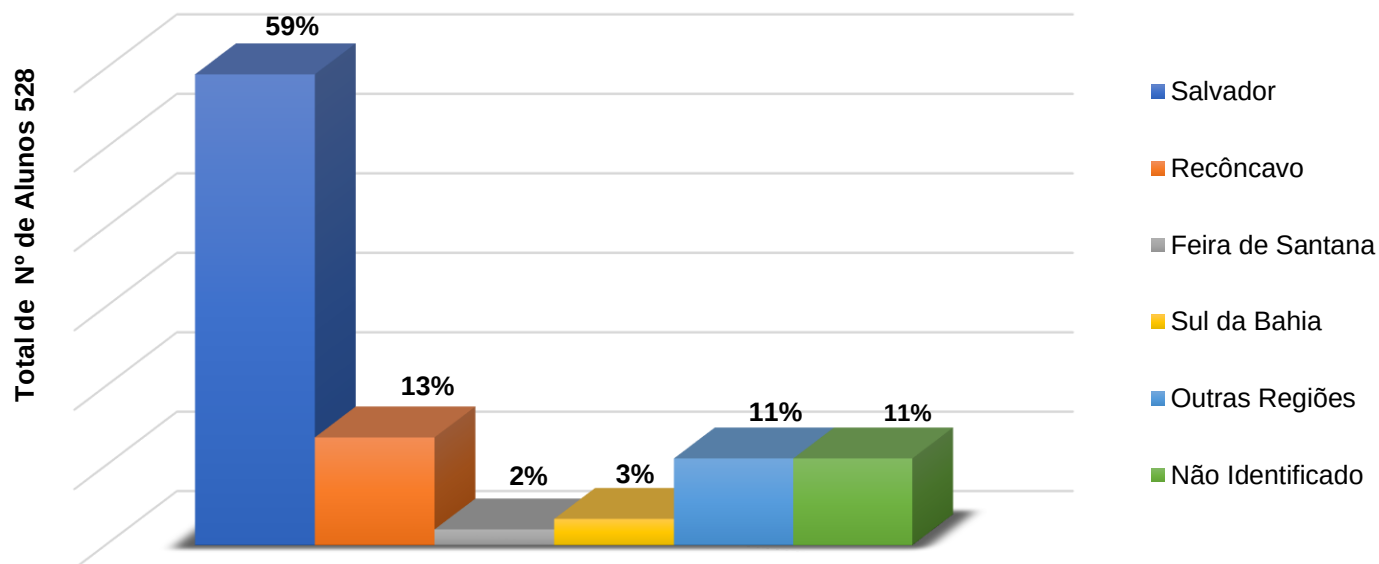
Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920.

GRÁFICO II: ORIGEM DOS ESTUDANTES MATRICULADOS POR REGIÕES DA UF 1897-1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Gráfico III: NASCIMENTOS POR REGIÕES NA BAHIA - 1897 - 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

O primeiro dado a se destacar junto aos gráficos I, II e III é a predominância maciça de baianos e soteropolitanos na composição do corpo discente da instituição. No entanto, pela proporção com que essa característica se confirmou, podemos dizer que a escola baiana foi uma entidade de forte cunho estadual (com 57% do total dos alunos), como nos mostra o gráfico I, e, mais especificamente, uma escola que trabalhou para formar os soteropolitanos (com 59%), indicado no gráfico III.

Ainda assim, percebemos uma relevante porcentagem de contingente advindo de outros estados, totalizado em 35%, sendo que, dentro desses 35%, 23% são provindos dos estados do Norte e Nordeste, exceto a Bahia, como indica o gráfico I. O destaque significativo fica para a presença de 5% de cearenses, 4% de pernambucanos e 3% de sergipanos e paraenses, respectivamente. Ainda observando o gráfico II, podemos perceber que a região Centro-Sul²⁵⁸ agrega o percentual de 9% dos graduandos, sendo 3% para Rio de Janeiro e 2% São Paulo e Rio Grande do Sul. O restante dos estados é representado com percentuais de 1%.

O gráfico II nos confirma que, apesar da mínima diversidade regional e de ter em seus bancos uma presença constante de alunos advindos da região Norte-Nordeste, a tendência é de uma instituição de ensino “regionalizada”²⁵⁹.

Os dados do gráfico III trazem informações da procedência dos alunos baianos *stricto sensu*: percebemos a grande presença de soteropolitanos, logo em seguida, aparecem as cidades localizadas no Recôncavo, e por fim, o restante do estado em proporções mínimas, o que mostra pouca influência da escola em outras regiões do estado Bahia, principalmente na região sul, que em porcentagem representa apenas 2% de diplomados sendo que nenhum vindo da cidade de Itabuna, a principal cidade produtora de cacau na época. Esse dado nos chama a atenção, pois a ausência dos filhos dos produtores de cacau pode estar associada à preferência pela formação nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Lembramos que a região cacaueira ao longo da República Velha se tornará a região mais importante economicamente do estado baiano em detrimento da região açucareira no Recôncavo.

Continuando na Bahia, gostaríamos de voltar e confirmar algumas hipóteses levantadas nas seções anteriores. Primeiramente, a ascendência das frações médias urbanas, fruto do

²⁵⁸ Por questões didáticas, nomeamos de “Região Centro-Sul” para agregar os estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

²⁵⁹ Mesmo com a participação de alunos de outras regiões do país, o padrão verificado na EPBA é a presença maior de nordestinos, isto pelo fato de a Escola estar localizada em um centro-regional do Norte-Nordeste. O estado que mais ocupou cadeiras na EPBA, fora do eixo Norte-Nordeste, foi o Rio de Janeiro. Mesmo assim, esses alunos vindos da capital federal, em sua grande maioria, apresentavam vínculo com o Exército.

processo das correlações de forças *intraclasse* dentro de um processo de crise hegemônica, pela qual a Bahia vivenciava naqueles primeiros anos da república. Os dados compilados também nos deixam a impressão da decadência das velhas frações tradicionais da região açucareira, mesmo sendo a segunda maior região a frequentar a escola (13%), entendemos que, por sua importância, o contingente de alunos vindos das cidades do Recôncavo da Bahia se revelou pela pouca presença na escola de engenheiros. Assim, conforme nos mostrou o caso da região sul da Bahia, os dados revelados sobre a antiga região produtora de cana-de-açúcar devem ser explicados pelo fato de que grande parte dos filhos dos antigos produtores de cana estão nesse momento fixados na cidade de Salvador. Outro indício são os sobrenomes de velhas famílias tradicionais ligadas ao plantio da cana, ocupando os bancos da EPBA. Contudo, entendemos que, mesmo por essas mudanças de localização dos filhos dessas famílias, há uma perda de prestígio por parte desses antigos proprietários.

Para melhor compreender, mostraremos a seguir os gráficos IV e V, nos quais se percebe a procedência dos pais dos alunos, que, em sua grande maioria, são profissões ligadas à vida urbana – médicos, pequenos comerciantes, farmacêuticos, dentre outras –, o que mostra uma tendência de mudança no meio social.

Outra hipótese que levantamos e que pode ser confirmada parcialmente com a quantificação dos dados do contingente baiano diz respeito à afirmação do historiador Cid Teixeira²⁶⁰. Este afirma que um dos possíveis fatores de criação da EPBA diz respeito à decadência econômica das frações açucareiras baianas ao final do século XIX, cujos filhos – com residência em Salvador – necessitavam de uma formação superior adequada para ocupar os “cargos públicos” disponíveis, mas que, em muitos casos, não podiam ser enviados às escolas e faculdades dos grandes centros ou até mesmo da Europa, por causa da decadência financeira de suas famílias. As faculdades já existentes, de Medicina e de Direito, respondiam parcialmente a essa demanda, mas, como Teixeira destacou, a formação de profissionais para a ocupação de certos cargos técnicos especializados somente poderia ser atendida com a fundação de uma escola formadora de engenheiros. Claro que a criação da EPBA não está atrelada apenas a essa hipótese, mas sim, a uma sequência de fatores, dentre eles, o apontado por Cid Teixeira. Entendemos que a ocupação dos bancos da escola pelos filhos das velhas frações conservadoras nos soa como uma estratégia de sobrevivência e de representatividade, já que várias delas se encontravam em grande declínio econômico, restando apenas o prestígio do nome para tentar

²⁶⁰ TEIXEIRA, C. *Conferência Pública: Sessão especial comemorativa do 75º aniversário da morte de Arlindo Fragoso, fundador da Escola Politécnica da Bahia*. Salvador: Reitoria da UFBA, 05/01/2001.

pela via da formação em novos nichos científicos em ascensão como, por exemplo, as engenharias; seria um novo recomeço²⁶¹.

Outro aspecto revelado diz respeito à presença de estrangeiros na EPBA. Vale notar que a participação de alunos estrangeiros perfaz um total de apenas 1% do total quantificado, ou seja, apenas cinco alunos diplomados pela EPBA, nesse primeiro segmento de análise²⁶².

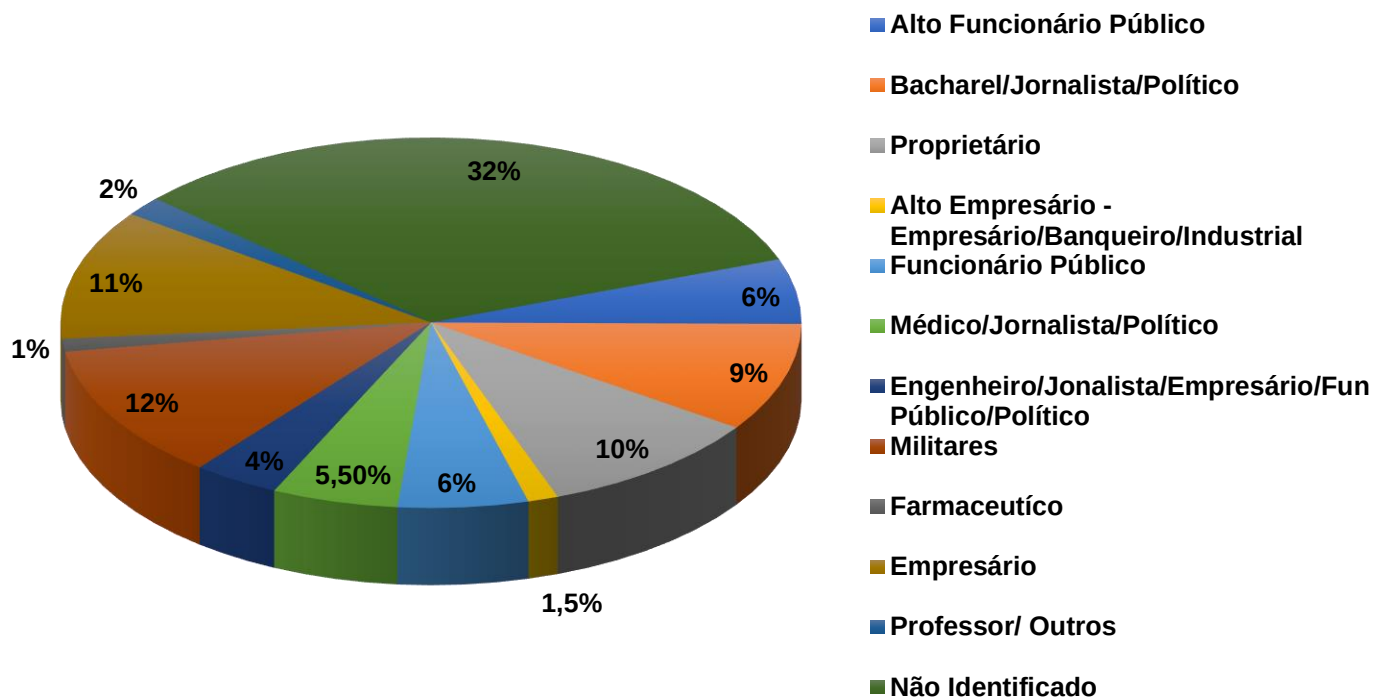
No tocante à origem socioeconômica do corpo discente da EPBA, podemos dizer que se apresenta de forma bastante eclética. Do total de 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos quantificados, apenas 355 (trezentos e cinquenta e cinco) apresentam essa informação, o que em porcentagem representa somente 67% dos estudantes. Ainda assim, acreditamos que 67% seja uma amostragem bastante significativa do perfil do alunato da EPBA. Entendemos que a instituição foi, de fato, uma escola voltada para a produção e reprodução social das frações urbanas soteropolitanas e de setores tradicionais, muito embora decadentes das frações agrárias do Recôncavo, imbuídos de um novo projeto de visão de mundo, já que as principais profissões informadas estão relacionadas a atividades urbanas, que já encontravam representatividade por meio de suas agências específicas²⁶³. Pelo fato de 32% das Pastas não trazerem os dados referentes à atividade econômica do pai, resolvemos elaborar dois gráficos: o gráfico IV, que traz o *total quantificado* e o gráfico V, que levaremos como referência nos próximos parágrafos.

²⁶¹ Informamos que o estudo do sociólogo Sérgio Miceli é pioneiro em usar a metodologia de Pierre Bourdieu para traçar as trajetórias individuais. Portanto, Miceli, por meio do método de Bourdieu, procurou fazer algumas trajetórias de agentes das frações médias urbanas. Entendemos que esse método enriqueceria nosso estudo, aplicando principalmente a alguns agentes vindos da região do Recôncavo. Lembramos que o autor foi um dos precursores dos estudos de Bourdieu no Brasil. Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clínico dos anatólios*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1977, p.18-19.

²⁶² Quanto à nacionalidade desses alunos temos: dois franceses, dois ingleses e um português. Quanto às informações da profissão do pai temos: dois diplomatas, dois comerciantes e um profissional liberal.

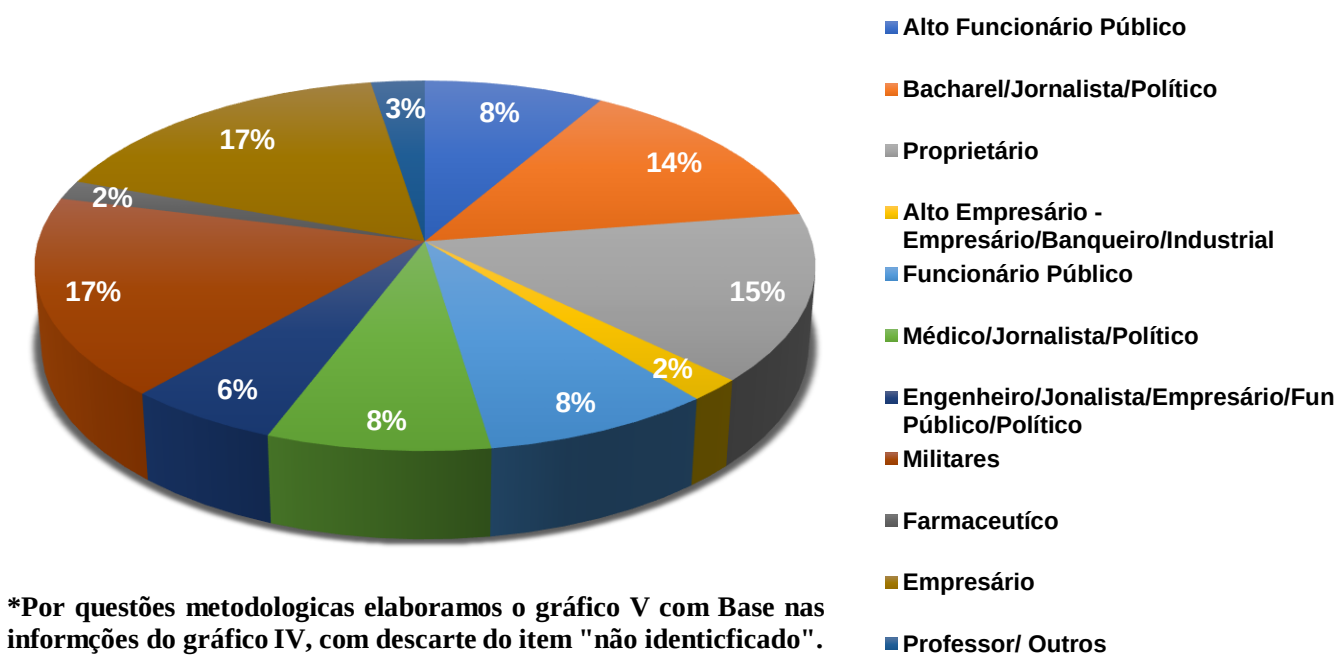
²⁶³ Dentre algumas agências, podemos citar: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, Associação Comercial da Bahia – ACBA, dentre outras. Lembramos que essas agências, de acordo com a historiografia baiana, aderiram ao projeto modernizador e civilizatório que foi implementado com efeito no governo de J. J. Seabra.

Gráfico IV: Profissão dos Pais - 1897 - 1920 - Total Quantificado



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Gráfico V: Profissão dos Pais 1897-1920 - Total qualificado*



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920.

Pontuaremos no gráfico V categorias “típicas”, em sua grande maioria, como as de empresários, proprietários, militares, bacharéis e funcionários públicos²⁶⁴. Os agentes foram agrupados em novas categorias para que se apresentassem o mais próximo do possível tangenciando o seu meio social. Sendo assim, resolvemos agregar às tradicionais categorias as formações de médico, farmacêutico, professor e engenheiro, no lugar de usar uma categoria muito usual por outros estudos similares: a categoria de “profissional liberal”. Observamos também que todas essas categorias eram ligadas ao meio urbano.

Para não deixarmos de fora outras tipologias profissionais, e por questões metodológicas, como também pela sua relevância, associaremos outros ofícios profissionais junto a categorias com maior visibilidade. Vejamos, por exemplo, a categoria de “jornalista”, que sempre virá associada à profissão de bacharel, médico e engenheiro. Era muito comum nesse momento histórico agentes investidos por outras atividades profissionais exercerem como segundo ofício o jornalismo. A função jornalística sempre viria a ser associada a atividades de militância política, assim como a publicações em diversos periódicos diários, sejam elas em instâncias locais, regionais e nacionais. Aplicaremos em conjunto uma outra tipologia a essas categorias: as atividades “políticas”.

Ao iniciar a qualificação dos números mostrados no gráfico V, chamou-nos a atenção os 17% de filhos de militares, 17% empresários e 14% filhos de bacharéis²⁶⁵, totalizando quase a metade do alunato quantificado 48%. Por esse dado, pode-se confirmar quem a EPBA esteve atendendo até então: os grupos vinculados aos estratos médios urbanos em expansão. Porém, ao investigar melhor esse quantitativo, percebemos que, dentro desse universo de militares, existem também agentes pertencentes à Marinha, mas em número bem reduzido. Podemos perguntar: por que a presença de tantos filhos de militares nas primeiras décadas da EPBA? Ao analisar a historiografia, chegamos a algumas possíveis respostas. Primeiro, como já explicitamos, a Bahia passava por um período intenso de disputas e conflitos políticos, dentro do contexto de uma crise de hegemonia. Esse fato levou à necessidade de uma presença permanente de militares na

²⁶⁴ Consideramos também, pelo grau de importância e de prestígio, a categoria de “Altos funcionários públicos”, que são os desembargadores, os conselheiros, os comendadores e os diplomatas. No gráfico IV, mostramos os dados totais quantificados, mas, para fim de análises mais precisas, analisaremos os dados qualificados do gráfico V, que exclui os 32% de dados “**não identificados**”.

²⁶⁵ Ao nos referirmos à atividade de bacharel, estaremos automaticamente nos referindo ao item tipificado em: bacharel/jornalista/político. A mesma lógica equivale para os médicos, que serão quantificados em: médicos/jornalista/político, assim como para os engenheiros, codificado por nós como: engenheiro/jornalista/empresário/funcionário público/político.

cidade do Salvador, o que levou alguns militares – alta oficialidade, na grande maioria – a terem o direito de domiciliar suas famílias na capital baiana. Segundo, destacamos os casos de oficiais que já se encontravam reformados e optaram por residir em Salvador²⁶⁶.

Um dos grupos com o maior percentual, a categoria dos “bacharéis” totalizando 14%, leva-nos a refletir sobre uma tendência de mudanças na sociedade baiana nessa época²⁶⁷. O fato de bacharéis terem seus filhos ocupando os bancos de uma escola de engenharia nos instiga a um momento de inflexão, dado que, via de regra, nesses casos os filhos seguiam a carreira do pai. O mesmo caso ocorre com os filhos dos diplomatas, conselheiros, magistrados e desembargadores, que, por questões didáticas, categorizamos como altos funcionários públicos, que aparecem em 8% do contingente analisado. Entendemos que a opção pela engenharia por parte dos filhos desses profissionais – que pertenciam a uma fração mais abastada – em detrimento das tradicionais formações jurídicas –, vem ao encontro de duas questões: primeira, como já exemplificamos, tem relação com a demanda de ocupação de cargos públicos, a segunda vem ao encontro da efetiva conquista de capital simbólico por parte dos engenheiros nos estratos sociais por todo o Brasil ao longo das últimas décadas do regime imperial.

Os filhos dos proprietários, ou seja, fazendeiros, também marcam presença nessa lista com 15%, e sua maioria advinda das regiões tradicionalmente produtoras de açúcar. Acreditamos que essa clientela do recôncavo traz uma mudança de perfil dos filhos da terra, para além de já se encontrarem ambientados na capital, sua principal escola de formação a “EAB”, apresentava condições decadentes – como já pautamos em seções anteriores –, vindo a fechar suas portas em 1911. No entanto, ter a oportunidade de adquirir uma formação voltada a atuar nas principais obras públicas, principalmente nas de infraestrutura era uma credencial irrevogável para ocupar cargos técnicos muito privilegiados na estrutura administrativa do Estado. Outro fator é que a formação de engenheiro, neste momento histórico, também os habilitava a uma grande oportunidade no mundo empresarial, que, nesse caso, vale para todos os que conquistassem a primazia da formação em engenharia, independentemente da fração social de origem.

²⁶⁶ Constatamos essa informação pelo fato de que, em algumas certidões, há dados referentes à data de nascimento do pai e, em alguns casos, dados em que o pai já se encontrava reformado, não estando mais na ativa dentro da corporação.

²⁶⁷ Referimos à “sociedade baiana” por considerar que a EPBA é de fato uma instituição que trabalhou para formar os baianos, como vimos no Gráfico I (57%). O restante está diluído principalmente nos estados do Norte-Nordeste, mas nunca passando de 5% para outros estados.

Com a chegada do regime republicano, uma parte significativa desses estratos sociais perdeu a capacidade de organicidade nas instâncias da sociedade civil, como também na sociedade política, portanto, as novas gerações dessas frações sociais enxergaram no ofício de engenheiro uma oportunidade de se reorganizarem e reconquistarem seu espaço e privilégios de outrora. Já os filhos de médicos se apresentam em 8%, engenheiros em 6%, funcionários públicos em 8%, professores/outros em 3% e farmacêuticos em 2%.

Podemos perceber que o perfil socioeconômico do corpo discente da escola é caracterizado por uma diversidade social, o que, agregando-se aos dados quantificados, significa um total de 85%²⁶⁸ de filhos de pais ocupantes das mais diversas posições sociais, não ligadas diretamente à propriedade fundiária. Esse fato nos mostra uma tendência de menor elitização do acesso a esse tipo de formação, assim como uma sincronização e adequação ao perfil populacional da capital baiana, marcado pela acentuada presença de setores médios urbanos ligados ou/ não ao aparato administrativo Estatal.

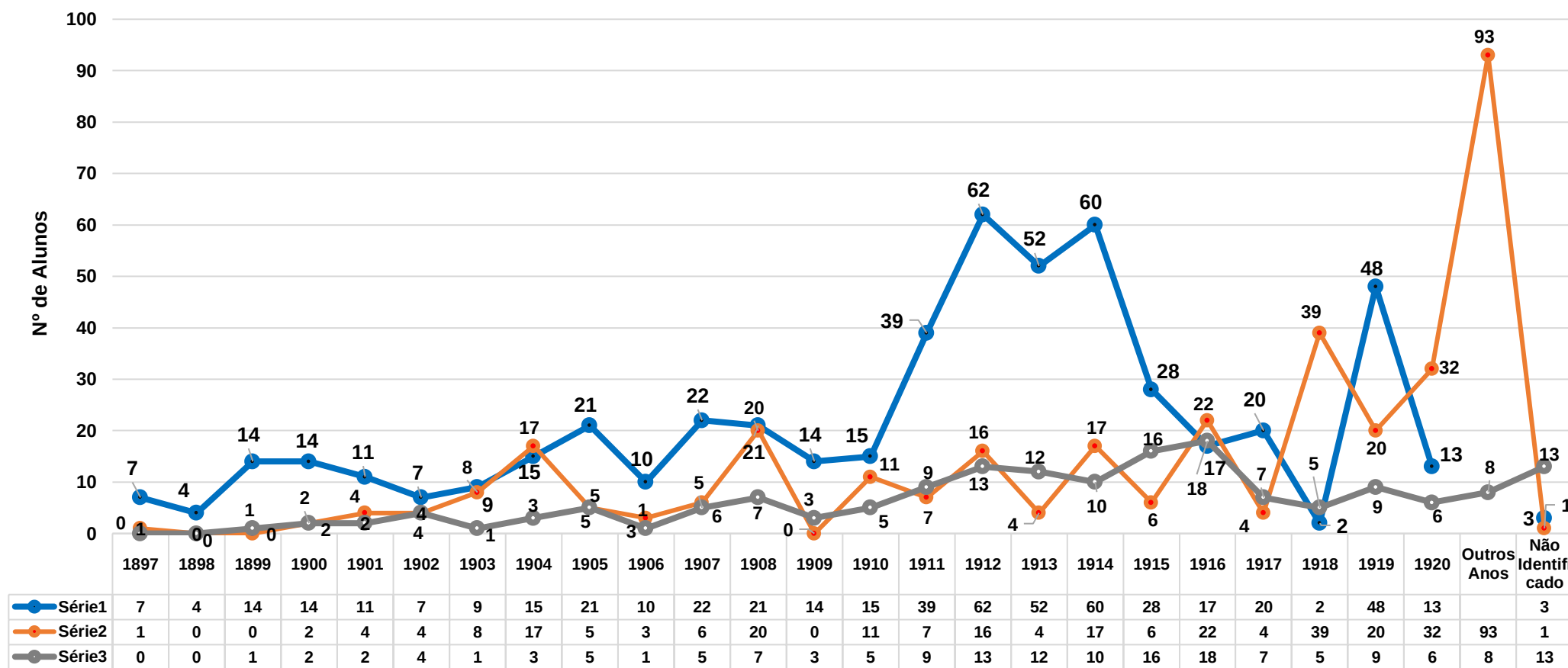
Dito isto, destacamos que a mais importante característica do corpo discente da EPBA, nas suas primeiras décadas de existência, não pode ser definida e qualificada como uma escola voltada para a reprodução das velhas frações da classe dominante, como ocorreu na EAB. Logo, a EPBA foi um estabelecimento de ensino voltado à pluralidade social, ou seja, frequentavam suas cadeiras, tanto os estratos sociais abastados, como também oportunizavam uma formação superior para filhos das frações sociais médios urbanos do Norte-Nordeste, mas principalmente os que residiam na capital baiana. Portanto, podemos afirmar que a EPBA se materializou num instrumento potencial de ascensão social por meio do diploma, em muito no tocante à composição tão diversificada de seu alunado, e que explica o alto grau de inserção de filhos de profissionais de menor prestígio socioeconômico junto de seus diplomados²⁶⁹. Após a análise desses primeiros gráficos, podemos dizer que a EPBA é uma escola que tem como uma de suas vocações

²⁶⁸ Ligados a esse percentual temos: bacharéis 14%, Militares 17%, Alto Funcionário Público 8%, Alto Empresário 2%, Funcionário Público 8%, Médico 8%, Engenheiro 6%, Farmacêutico 2%, Empresário 17% e Professor/Outros 3%.

²⁶⁹ Constatamos, durante a triagem das Pastas dos Alunos, haver pedidos de isenção de taxas de matrículas e de diversas naturezas. Não havia um auxílio mensal, mas sim isenções de taxas que a todo início de ano seria obrigatório. Entendemos que beneficiar alguns alunos, os chamados “bolsistas”, com a isenção dessas taxas, caracteriza uma forma de subsídio estudantil, ou seja, uma bolsa auxílio. O percentual desses alunos alcançava aproximadamente 2%. Normalmente, esta era uma contrapartida das instituições de ensino que recebiam subsídios públicos. Só a partir de 1920 é que se implanta a isenção total da graduação para casos bem específicos.

a de formar estratos médios urbanos dentro da ideologia do projeto modernizador e civilizatório, como já expusemos nas seções anteriores. A partir da próxima amostragem, indicaremos o momento no qual a Escola Politécnica se afirma como uma instituição formadora de nível superior da Bahia, principalmente quando as correlações de forças se acalmam com a chegada de J. J Seabra ao poder. Podemos dizer que os dados a serem expostos nos gráficos VI e VII são os números para nossas comprovações empíricas em relação à política na Bahia nesse período histórico.

Gráfico VI: Matrículas x Concluintes x Não Formados e/ou Transferência - 1897 - 1920



Série 1 = Matrículas/Ano x Série 2 = Concluintes/Ano x Série 3 = Não Concluintes e/ou Transferência

Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Como se pôde perceber ao longo das seções anteriores, uma das mais marcantes características da EPBA foi a sua dependência do poder público, a ponto de lhe serem impostos momentos de dificuldades, sendo o pior deles no período da administração de Severino Vieira.

Naquele contexto, o governador, por entender que Arlindo Fragoso estava ligado politicamente a Luiz Viana (1896-1900), decretou o corte total de subvenções para a entidade, levando-a a quase fechar suas portas. Podemos verificar esse fato ao observarmos no gráfico VI os anos de 1900 a 1904, quando Severino Vieira (1900-1904) iniciou a escalada de cortes das subvenções da escola. Essa fase fica clara no gráfico quando observamos o número de matriculados na instituição.

No ano de 1902, esses números chegam ao seu menor valor no período investigado, e correspondem ao ápice desse momento de crise, quando as suas subvenções são cortadas de forma sumária e total, após o governador alegar problemas na prestação de contas por parte da direção do IPBA. É então que Arlindo Fragoso assume a regência de 09 (nove) disciplinas, o que garantiu as portas da EPBA abertas, contrariando a decisão de alguns membros da congregação do IPBA, que referendou pelo fechamento da instituição por falta de pagamento aos docentes e funcionários.

Sobre a decisão da congregação do IPBA, temos:

[...]o Conselho Administrativo do Instituto, sob a presidência de Maia, que disse: “*para a continuação ou não da Escola*”. Freire faria uma longa exposição, afirmando que uma comissão fôra pedir ao Governo do Estado uma resposta sôbre o pagamento das subvenções em atraso, num total de 182:000\$000, segundo o parecer de Maia, ou de 212:000\$000, na opinião de Arlindo, tendo-se em vista os créditos não votados.

Freire propunha o fechamento da Escola, caso o Estado não satisfizesse os pagamentos. Arlindo foi contrário a essa proposta, declarando que a Escola funcionaria [...], independentemente da atitude do Governo Estadual, o que foi aprovado. Freire pediu demissão de sócio do INSTITUTO e de lente da ESCOLA, caráter irrevogável.”²⁷⁰

No entanto, Fragoso assumiu todas as responsabilidades pelas regências das disciplinas. Ainda que Miguel Calmon du Pin e Almeida já se encontrassem nos quadros da escola, e, na crise, ocupassem a cadeira de secretário de Agricultura da Bahia, o

²⁷⁰ GUIMARÃES, Op. Cit. P. 43.

secretário nada argumentou ou reivindicou junto ao governador para a volta das subvenções à entidade, mostrando a sua tênue ligação com a EPBA.

No período posterior a Severino Vieira, as subvenções retornam gradativamente – com José Marcelino (1904 -1908) – aos cofres da escola, e podemos observar no gráfico VI que o número de matrículas volta a crescer, junto de formandos. No entanto, os anos de 1906 e 1907 levam a instituição a mais um período de crise, agora desencadeado por dificuldades econômicas do estado e mais um problema de crise política, nas articulações para a sucessão de José Marcelino.

Nos anos seguintes, a EPBA, mesmo sem ter grandes conquistas, consegue se manter estável de 1909 a 1912. Durante esses anos, Seabra inicia sua estratégia de aproximação da entidade e se torna um dos maiores beneméritos da instituição²⁷¹. No entanto, só podemos dizer que a EPBA conquista respeito e prestígio junto à sociedade civil e à sociedade política quando J. J Seabra (1912-1916) ocupa o cargo de governador e escolhe de imediato Arlindo Coelho Fragoso para o cargo de secretário geral do Estado. O gráfico VI indica de forma clara a ascendência da entidade, marcando o aumento de demanda por matrículas e o acréscimo de diplomados. Como secretário geral, Arlindo Fragoso articulou decisivamente a aprovação de leis que iriam beneficiar ainda mais a EPBA.

Os anos da administração seabrística garantiram à instituição a aquisição de uma nova sede, permitindo a ampliação das instalações da escola e, conseqüentemente, a contratação de mais docentes e abertura de novas turmas, potencializando de imediato o número de ingressantes. Ao observarmos o gráfico VI, essa informação é clara. Outro personagem que se tornou grande benemérito da instituição foi Octávio Mangabeira, ex-aluno diplomado em 1905, professor catedrático da instituição, e, a partir de 1907, como deputado federal, também garantiu sucessivas subvenções à entidade por meio de emendas orçamentárias da União, o que ajudou ainda mais na estabilização da escola de engenheiros.

No período do governador Antônio Moniz (1916 1920), a escola não passou por nenhuma turbulência, mesmo porque o próprio governador ocupava uma cátedra na escola. No entanto, chamam-nos a atenção os dados dos anos de 1917 e 1918. No referido período, há queda drástica de matrículas e formaturas. São intrigantes tais números, pois a EPBA no momento não passava por nenhuma crise com relação às finanças. Contudo,

²⁷¹ Em 1909, o deputado federal Seabra conseguiu aprovar a primeira subvenção federal para a Escola, de 50:000\$000 anuais, dentre outras posteriores.

ao buscarmos alguma justificativa na historiografia baiana sobre o período estudado para compreender uma queda tão acentuada, constatamos alguns fatos que podem nos ajudar a explicar tal ocorrência.

Durante a administração de Antônio Moniz, período que a literatura considera sob a influência do seabrismo, ocorreu um grande movimento sob o comando das velhas frações proprietárias do interior do estado. Esse movimento, nomeado pela literatura especializada de “Revolução Sertaneja”, se caracterizou pela revolta das velhas frações proprietárias do interior contra o próprio estado. Liderado pelo chefe local da região de Lavras Diamantina, Horácio de Matos, esses agentes lutaram contra o poder central da capital baiana, pela volta de antigos privilégios extintos pela reforma constitucional conduzida por J. J Seabra. Esse movimento revoltoso, em conjunto com um processo de várias greves do movimento operário da cidade do Salvador, associado ao período da Primeira Grande Guerra, pode ser a justificativa para o decréscimo das matrículas e formaturas durante esses dois anos. Mas, entendemos que essas hipóteses necessitam ser melhor analisadas²⁷².

Podemos dizer que a codificação desses dados nos leva à prova empírica do que já afirmamos nas seções anteriores: que o período seabrista para a escola se traduz em estabilidade e crescimento, e afirmamos que, certamente nesse período, a entidade consolida o projeto de visão de mundo, ao qual J. J Seabra está vinculado.

Vários desses agentes que de alguma forma contribuíram em benefício da EPBA, como já pontuamos, encontram-se inseridos na sociedade política, ocupando diversos cargos em agências e em instituições públicas. Seabra, ao iniciar seu legado político, traz consigo uma visão de mundo, e trabalha para a propagação desse ideário por meio de seus agentes, que também são representantes de aparelhos privados, imbuídos no mesmo projeto. Podemos destacar dentro desta lógica o professor Arlindo Fragoso e Octávio Mangabeira, este que anos mais tarde ocupou o cargo de governador, introduzindo o mesmo tipo de projeto praticado por J. J Seabra.

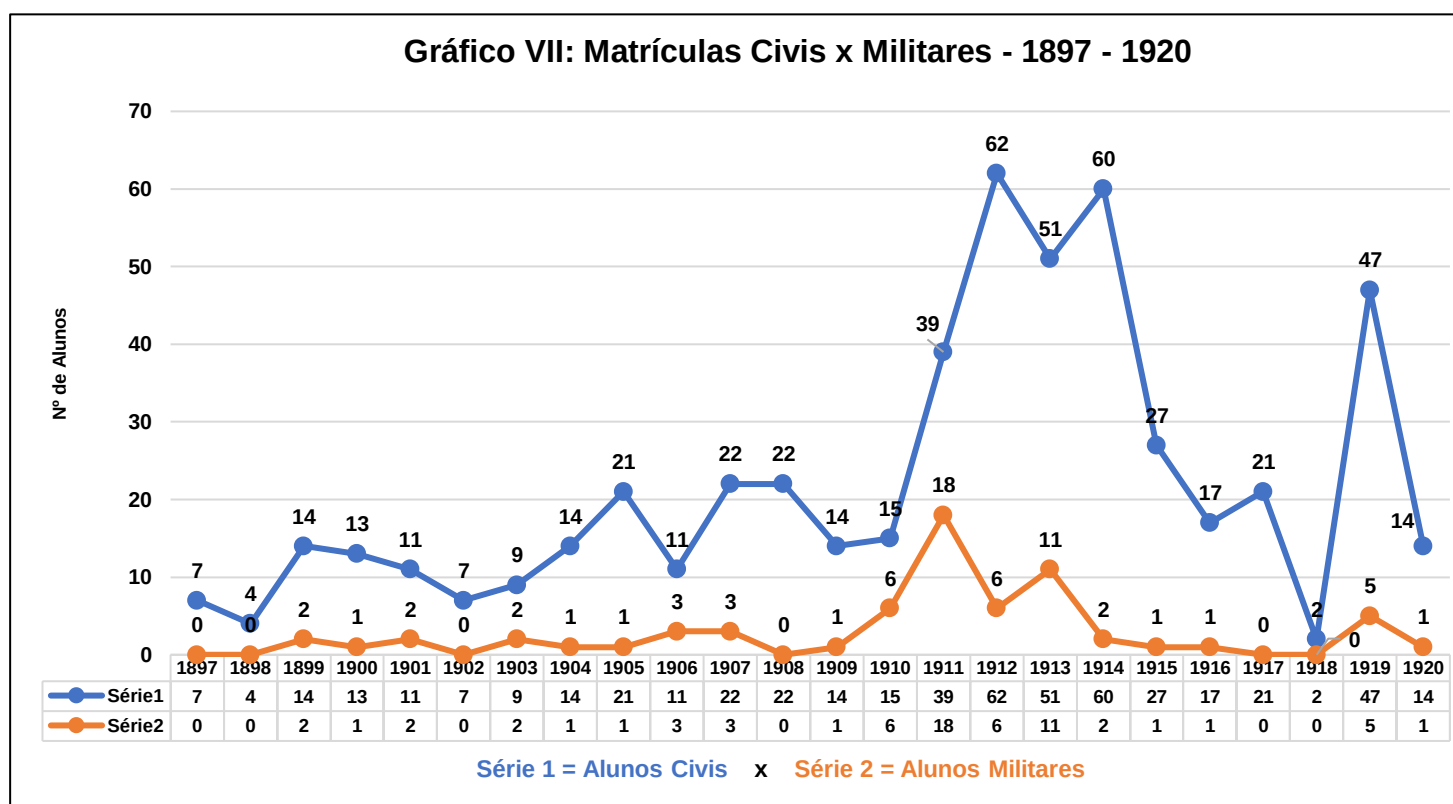
Sendo assim, o Estado investido como protagonista, em conjunto com a política, configurando a ação prática, adquire nesse momento poderes de “carta magna”, dando organicidade às transformações sociais, amalgamando também a “cultura” como sua principal ferramenta de ação.

²⁷² PANG, Op. Cit., Sampaio, Op. Cit.

Mais do que nunca, “saber e poder” engendram-se promovendo a configuração de um corpo de agentes habilitados a ocupar as posições de poder na burocracia estatal.

Nesse instante, podemos reconhecer que a confrontação se justifica na prática, passando a EPBA a ser um instrumento dentro desse processo de reconfiguração da sociedade baiana. Diante desse cenário, a EPBA se legitima no papel de “escola padrão” na formação de quadros técnicos especializados para ocupar em grande parte os cargos nas agências públicas, o que potencializa também a ascensão das frações médias urbanas aos quadros estatais, como já mostrou o gráfico V. No item “Não Concluintes e/ou transferências” fica claro que está diretamente vinculada à presença de contingente de militares nos bancos da escola; discutiremos esses dados no próximo gráfico.

Continuando as análises do perfil do alunado, destacamos a presença constante, nos bancos da escola, de cadetes do exército até os anos de 1910 a 1913. Para sistematização desses dados, organizamos o gráfico VII:



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Fica claro nesses dados que o ápice da presença dos militares na escola é quando as correlações nas disputas políticas saem do controle, havendo assim a necessidade constante da presença militar na capital baiana. Percebemos que esse período se passa nos

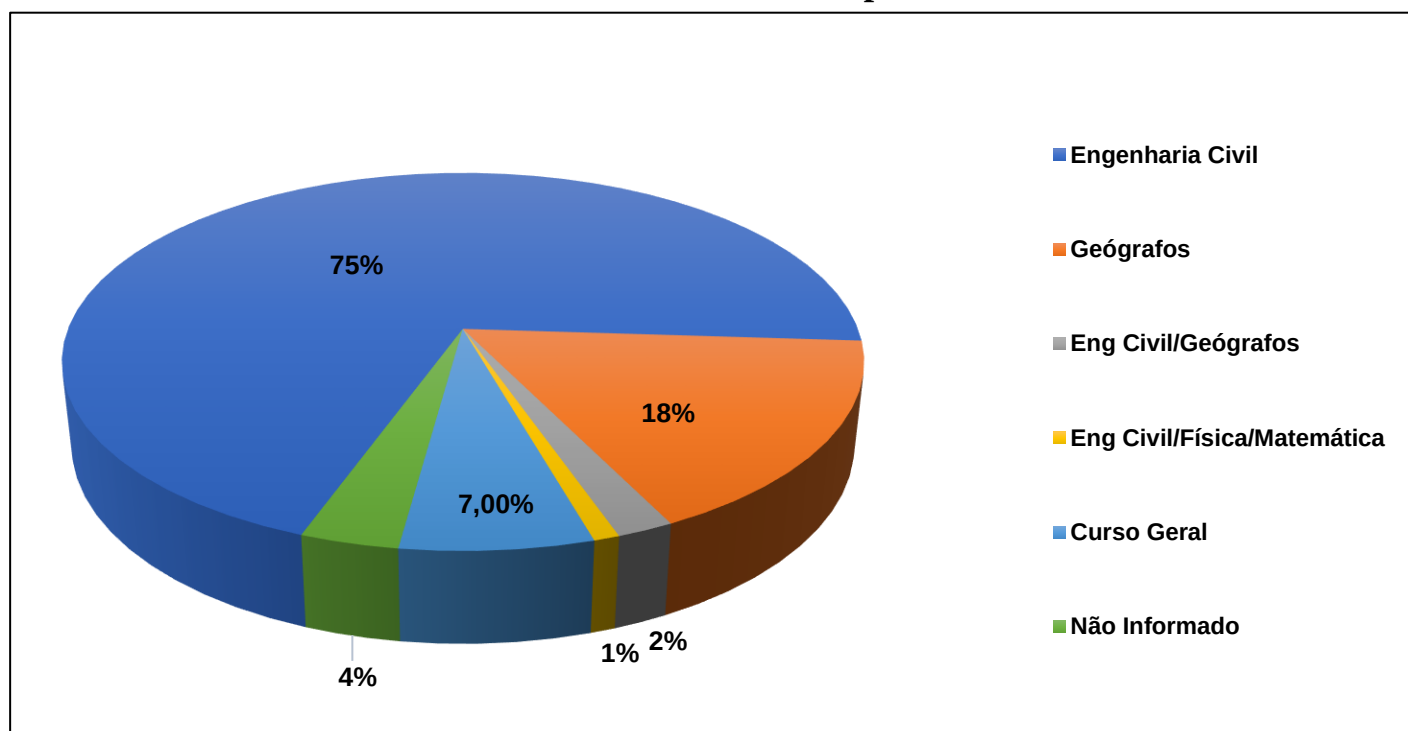
anos de 1910 a 1913, momento de maior turbulência, potencializado com a renúncia do governador Araújo Pinho (1908-1911), aumentando ainda mais as disputas pelo poder na capital baiana. Diante desse quadro, um contingente razoável de militares precisava se fazer presente na capital, e muitos desses militares eram jovens cadetes em formação. Além disso, não interrompia o seu processo de formação intelectual, e, pela proximidade histórica que a engenharia tinha com a formação militar, resta claro então a presença desses cadetes na escola baiana. Essa hipótese se justifica, ainda mais, pelo fato da maioria esmagadora desses oficiais não finalizarem a graduação na EPBA, ficando no máximo um ano ou dois e logo se transferindo para outras instituições. Ao pesquisar alguns periódicos da época, encontramos vários indícios do crescente contingente de militares da capital baiana, como informou o periódico “*A gazeta do povo*” do dia 23 de março de 1911, da presença do general J. J Rego na capital da Bahia, com o argumento de “estudar os canhões existentes do Forte São Marcelo”²⁷³ considerando até então imprestáveis. O periódico também informava a chegada de um grande batalhão de 700 homens em “*Scout*”, um “cruzador-torpedo”.

Diante dessas informações, resta justificada a presença dos militares nos bancos da escola durante esse intervalo temporal marcado por conflitos no qual Salvador se encontrava. Com a chegada de Seabra à cadeira de governador, os ânimos se acalmam e, conseqüentemente, a presença militar na EPBA praticamente desaparece, só se acentuando quando outro conflito eclode na Bahia, em meados de 1919, como já comentamos, o conflito protagonizado pelas velhas frações chefiado pelo “coronel Horácio de Matos”²⁷⁴. Na tentativa de refletir sobre as demandas por cada curso na instituição, elaboramos o gráfico VIII.

²⁷³ A Gazeta do Povo de 23 de março de 1911.

²⁷⁴ PANG, Op. Cit. Capítulo V.

Gráfico VIII: Matrículas e Formatura por cursos – 1897-1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Ao analisarmos os 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos que passaram pela Escola Politécnica ao longo do período dos seus 23 (vinte e três) primeiros anos, percebemos com clareza que a grande demanda foi pelo curso de engenharia civil em 75%, como se pode perceber no gráfico VIII. Ao interpretarmos essa informação, percebemos que a procura vem ao encontro de duas hipóteses já levantadas por nós, e com a qualificação dos dados, essas questões são confirmadas. São elas: a tese do historiador baiano Cid Teixeira, que afirma que os verdadeiros motivos de criação da escola vêm da necessidade da formação de mão de obra especializada para a ocupação de cargos públicos, nesse caso, a formação em engenharia civil seria imprescindível principalmente depois das várias intervenções urbanas orquestrada por J. J Seabra a partir de 1912; a segunda hipótese se confirma pela grande demanda por engenheiros fora dos limites do estado da Bahia. Ressaltamos que o país no momento passava por uma grande demanda por obras públicas, principalmente no que concerne à construção de ferrovias e barragens, assim como à modernização de portos nas regiões Centro-Sul²⁷⁵.

Quanto aos dados de engenheiros geógrafos ou agrimensores, percebemos que a procura pela formação é bem diminuta em relação à engenharia civil, quantificada em

²⁷⁵ Cf. Marinho, Op. Cit.

apenas 18%. Outro dado é que o tempo de formação para essa carreira também é menor: enquanto a engenharia civil tem período de formação de 05 (cinco) anos, para os aspirantes a geógrafos são necessários 03 (três) anos para se graduar. Uma particularidade que nos chamou a atenção quanto ao perfil do candidato à formação em agrimensura é sua origem social, pela qual percebemos que os futuros engenheiros geógrafos em sua grande maioria tinham suas origens relacionadas às velhas frações da região açucareira²⁷⁶. Logo, ao fazer a trajetória de alguns deles, percebemos que esses agentes, ao se formar, irão de fato ocupar cargos públicos com a chancela do estado, corroborando mais uma vez a tese de Teixeira, embora o funcionamento de algumas graduações em engenharia – civil, de minas, industrial, mecânica e agrônômica (IPBA, 1917) – estivesse previsto nos estatutos do IPBA, aos quais antecederia um curso geral comum a todos os alunos ingressantes.²⁷⁷

Como já mostramos no gráfico VIII, somente quantificamos graduandos com formação de engenharia civil e geográfica, pelo menos durante o período investigado por nós. Outrossim, também foram atribuídos títulos de bacharel em ciências físicas e matemáticas; de doutor em ciências físicas e matemáticas; ou de doutor em ciências físicas e naturais. No entanto, embora essas concessões não estivessem referidas no estatuto e não tenhamos encontrado vestígios nas atas sobre como esses títulos eram obtidos, ou sobre as teses ou trabalhos produzidos com essa finalidade específica, como se mencionou, por exemplo, as teses defendidas por circunstância dos concursos para docente catedrático ou livre-docente. Mas, como podemos observar no gráfico VIII, os alunos graduados na peculiaridade têm um percentual mínimo de 1%.

O gráfico VIII nos mostra também o quantitativo de alunos que passavam apenas 02 (dois) anos nos bancos da escola – fase chamada de “curso geral”²⁷⁸, marcada por disciplinas introdutórias à engenharia, mas fundamental para a sequência do curso. Esse percentual se apresentou em 7% do quantitativo analisado. Sendo assim, percebemos que a maioria dos alunos que frequentava essa etapa da graduação eram militares que ficavam na escola durante um ano ou dois no máximo e se transferiam para outras instituições.

²⁷⁶ Encontramos filhos de famílias com sobrenomes bem tradicionais.

²⁷⁷ Apenas a partir de meados dos anos de 1920 é que a EPBA inicia a criação de outras graduações em engenharia.

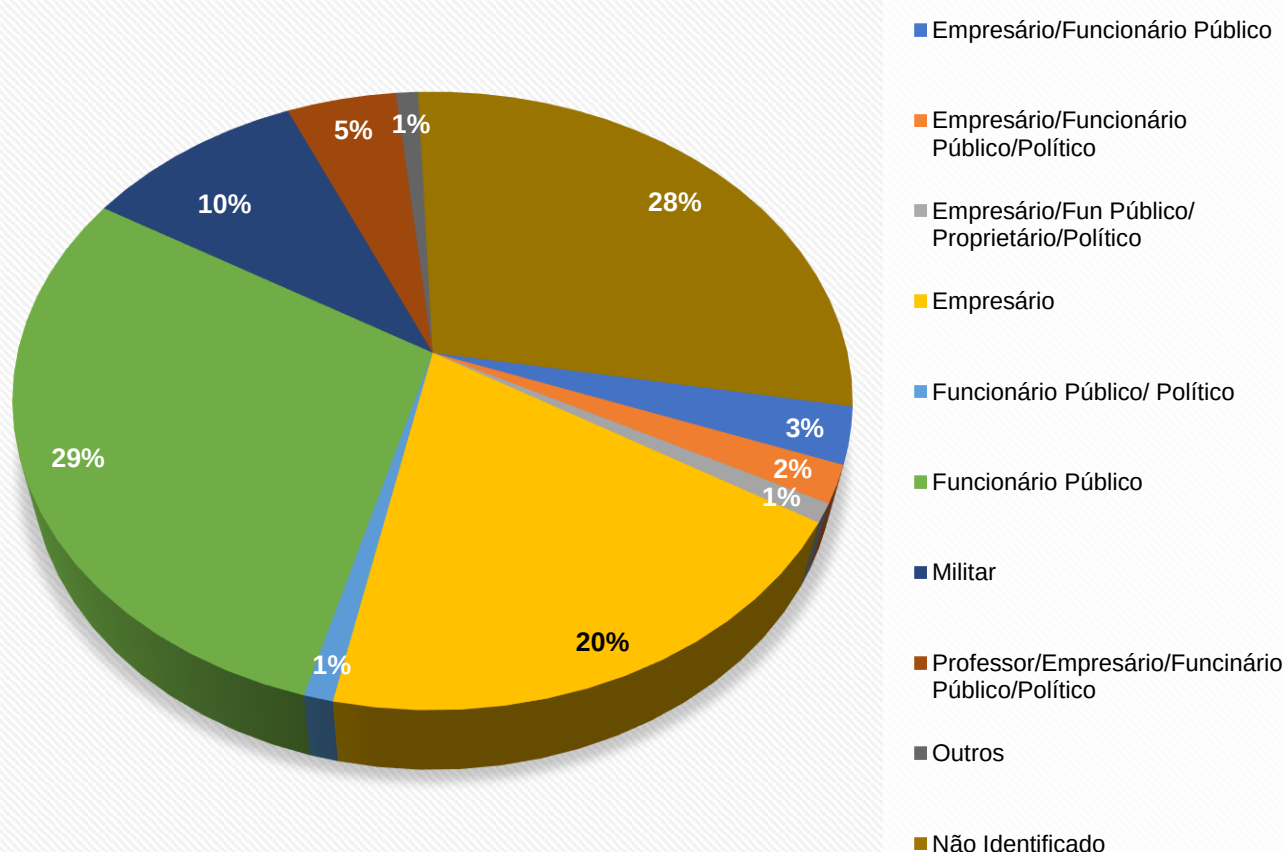
²⁷⁸ As disciplinas que compunham o “curso geral” são: Primeiro ano – 1ª Cadeira de Cálculo, 2ª Cadeira Geometria Descritiva, 3ª Cadeira Física, 4ª Cadeira de Desenho e 5ª Cadeira de Exercícios Práticos. Segundo ano – 1ª Cadeira de Topografia, 2ª Cadeira de Mecânica Racional, 3ª Cadeira de Química, 4ª Cadeira de Desenho, 5ª Cadeira de Exercícios Práticos de Topografia. Fonte: Pastas dos alunos.

Vale destacar, no mesmo percentual, os casos de abandono, mas com contingentes bem reduzidos.

Encontramos casos de alunos que conseguiram se formar em duas carreiras, por exemplo, os que conquistavam o diploma de engenheiro geógrafo e anos depois retornavam e cursavam mais dois anos na escola, adquirindo o diploma de engenheiro civil. Percebemos que, no universo de 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos, apenas 2% conseguiram êxito na dupla formação. Outro caso de dupla formação são os que conseguiram se formar em engenharia civil e, com o complemento de mais algumas disciplinas e uma defesa de tese, obtiveram o diploma de matemático e física e/ou ciências, como se dizia na época. Apenas 1% dos que saíram com essa dupla formação se tornou professor da escola imediatamente.

Indicaremos agora os gráficos IX, e na sequência, X, que irão mostrar as trajetórias profissionais pós-formação em engenharia dos discentes quantificados.

Gráfico IX: Atividade Profissional Alunos - 1897-1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

Os gráficos IX e X mostram a inserção profissional dos diplomados em duas vertentes: o gráfico X traz uma amostragem de cunho diversificado no que tange às variadas tipologias de atuação no mundo do trabalho. Já o gráfico X mostra uma parte específica desse percentual, que atinge em 29% os que se enquadram na tipologia de “funcionário público”²⁷⁹.

Analisando o gráfico XI, o maior quantitativo se apresenta em 29% de “funcionários públicos”, o que confirma mais uma evidência da argumentação explanada nos parágrafos anteriores: a de que uma das principais funções sociais da escola baiana corrobora a sua vocação em formar mão de obra especializada para ocupar um “certo nicho” de cargos na esfera pública. Portanto, tratava-se de uma nova “nobreza de Estado”

²⁷⁹ Nas informações apresentadas no gráfico X, separamos o percentual de 29% dos alunos que tiveram suas atuações e inserções no “funcionalismo público”. Desses 29%, 21,4% foram rastreados e identificados ocupando cargos políticos no Executivo, como também no legislativo, como indicam as informações no gráfico X.

consolidada no ofício de “engenheiro especialista”, para atuar nas variadas obras de infraestrutura. Assim, a capacitação em engenharia civil seria uma condição fundamental para a ocupação desse espaço.

Dissertando sobre a mesma temática, a historiadora Sônia Mendonça nos esclarece que:

“Essa “nobre de Estado”, constituída enquanto “nobreza de escola” por sua vez, ao se construir, construí também o Estado, bem como uma dada “filosofia política” do que seja o “serviço público”, tido como “serviço do Estado”, i.e., em sua aparência, desinteressado. Para legitimarem-se, no entanto, esses **“dominantes dominados”** no seio do campo do poder, careciam de novos mecanismos de reprodução, centrado sobre valores como o mérito, a crítica aos privilégios de nascimento ou exaltação da Ciência, os quais, em suma, são produtos típicos da reprodução escola”²⁸⁰ **(grifos nossos)**

Dito isso, argumentamos que a EPBA se materializa no que Mendonça chamou de caso “paradigmático²⁸¹”, ou seja, que a escola de engenheiros da Bahia se tornou estratégica no intuito de viabilizar possibilidades de acesso a cargos na administração pública, principalmente para os estratos sociais fixados nos maiores centros urbanos do país.

Prosseguindo com o gráfico IX, apresentamos o percentual de 28% de diplomados que não foram identificados em suas atividades profissionais. Entretanto, para um universo total de 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos, e, considerando o período histórico mapeado e as dificuldades em obter informações individuais, entendemos que, apesar de ser um percentual relevante, isto não inviabiliza nossas conclusões no que tange à formatação do perfil da entidade e do seu alunado, assim como do papel social e político para o período investigado.

Outro dado, mostrado no gráfico IX, confirma novamente nossas argumentações nos parágrafos anteriores, que diz que: a diplomação em engenharia alavancaria as possibilidades desse contingente de graduados para oportunidades no mundo empresarial. Não foi por acaso que 20% dos formandos partiram para desenvolver suas atividades profissionais no meio empresarial, ou seja, desenvolviam variadas atividades de consultoria ligadas a práticas da engenharia, principalmente, as vinculadas às obras de

²⁸⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed: Vício de Leitura, 1998, p. 167.

²⁸¹ Idem.

infraestrutura fomentadas pela administração estatal²⁸². Uma outra atividade frequente que esses agentes estavam vinculados se remete à ampliação e à expansão de empreendimentos ligados à construção civil privada. Dito isso, ao mapear alguns ex-alunos, constatamos que pelos menos 04 (quatro) deles, se tornaram grandes empresários da construção civil, como também atuavam em outros ramos do mundo dos negócios²⁸³.

Apesar do percentual de 20% de ex-alunos conectados diretamente ao mundo dos negócios, podemos considerar que esse quantitativo se apresenta em valores ainda maiores se considerarmos as tipologias apresentadas adiante. Logo, para as próximas categorias visualizadas no gráfico IX, mostramos que as atividades empresariais estão presentes em quase sua totalidade, mas como atividade secundária. Nesse sentido, quantificamos 5% de (professores/empresários/funcionário público/político), 3% de (empresário/funcionário público), 2% de (empresário/funcionário público/político), 1% de (funcionário público/político) e 1 % de (empresário/funcionário público/proprietário/político). Outra peculiaridade é a presença da atividade política acrescida em 04 (quatro) tipologias distintas. A exceção à regra se apresenta no percentual de 10% de militares e num percentual mínimo de 1% na categoria (outros)²⁸⁴.

Concluimos que o eixo de atuação profissional dos diplomados se estabelecia, principalmente, por duas vias: a primeira pelo funcionalismo público, através do qual, a partir das especializações dos serviços e obras de infraestrutura²⁸⁵, esses agentes conquistaram *status* de privilegiados por amplos grupos sociais ligados ao poder decisório estatal do país. Segundo, pelo caminho de atuação no mundo empresarial. Vimos que frequentemente essas duas vias se fundiam, o que potencializava a importância sociopolítica desses agentes na administração do Estado. Tal premissa acabaria elevando esses agentes a uma posição de porta-vozes, passando a marcar pautas com suas presenças em “pastas oficiais”, o que, conseqüentemente, influenciaria diretamente na elaboração e na construção de políticas públicas ligadas à infraestrutura.

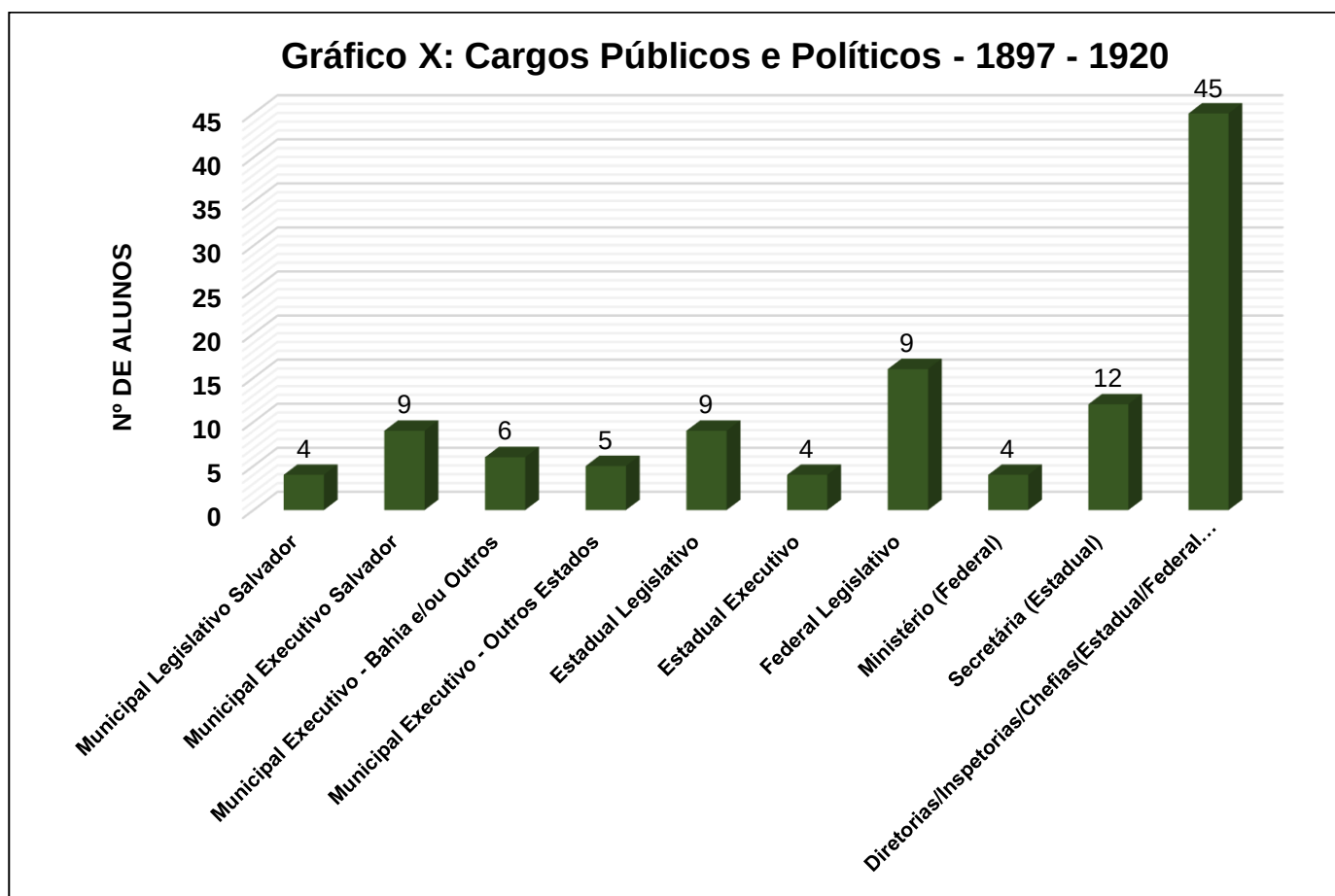
²⁸² Essas grandes obras poderiam estar ligadas à administração municipal, estadual ou federal.

²⁸³ Com o sucesso no ramo da construção civil, alguns ex-alunos diversificavam seus ganhos em ativos de seguros, mercado financeiro, comércio etc. Para além da presença no mundo dos negócios, esses agentes se faziam presentes de forma ativa em organismos ligados à sociedade civil como: Associações Comerciais e outras diversas entidades de classe.

²⁸⁴ Denominamos a categoria “outros” para ex-docentes falecidos e que não atuavam em atividades ligadas à engenharia ou ao funcionalismo público.

²⁸⁵ As grandes obras de infraestrutura apresentavam-se nas mais variadas linhas como: habitações populares, irrigação, túneis, pontes, canais, saneamento básico, distribuição de água, aqueduto, barragens, portos, docas e ampliação e modernização das estradas de ferro.

No gráfico X, damos discernimento sobre o quantitativo desses diplomados na administração pública, sejam essas atuações na esfera do executivo seja na do legislativo.



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897-1920

O gráfico X nos informa a inserção profissional de parte dos ex-alunos, que optaram por se alojarem em agências do poder público – federal, estadual e municipal –, atuando tanto no executivo, como também no legislativo. Nota-se, em grande parte, a presença desses diplomados em diretorias de obras e saneamento da prefeitura – intendência – de Salvador, nas Secretárias da administração estadual e diretorias do Ministério de Viação e Obras Públicas²⁸⁶. Não por acaso, essa tipologia apresenta o maior quantitativo informado no gráfico X, totalizado em 45 (quarenta e cinco) agentes.

Não obstante serem cargos burocráticos e especializados, alguns casos se impunham por indicações de cunho político, por exemplo, as nomeações ocorridas com

²⁸⁶ Os dados apresentados e analisados pelos gráficos I até X são referentes aos diplomados do período 1897-1920. Por questões metodológicas, nomeamos de 1ª geração. Portanto, os formados no período 1921-1937 serão codificados de 2ª geração, que, adiantamos, terá uma outra configuração.

a chegada de J. J Seabra (1912-1915) ao executivo estadual²⁸⁷. Esse fator consagrou a EPBA a uma posição institucional responsável por fornecer “quadros” para as principais “pastas” na administração municipal e estadual, em concorrência com a tradicional Escola Livre de Direito. Tal confirmação evidencia-se com a nomeação do Professor Arlindo Fragoso – professor da EPBA – para a “Secretaria Geral do Estado”, um “cargo” que conglomerava todas as secretarias, ou seja, uma espécie de “Casa Civil” da época. Na prática, o secretário geral tinha o papel de gerenciar e influenciar indicações de cargos por toda estrutura burocrática do executivo estadual e municipal. Portanto, a nomeação de Fragoso elevou a escola de engenheiros da Bahia a uma espécie de “reserva técnica” do estado, o que promoveu ainda mais o interesse dos estratos sociais médios urbanos da capital; seja enquanto condição social e profissional, seja em função das possibilidades estratégicas de representatividade política. Essa sequência de episódios permitiu a construção de um corpo social de agentes que se legitima, baseando-se sobre uma composição e harmonização de princípios de dominação respaldados essencialmente pelos mecanismos da reprodução escolar. Logo, tal composição edifica a exaltação da “Ciência” como uma das possibilidades de ascensão social, não a única.

Contudo, a EPBA expandiu-se para além do “espaço acadêmico” onde, durante um período de cinco anos, esses engenheirandos tiveram a oportunidade de formular, organizar, interiorizar e consolidar suas perspectivas de visão de mundo, como também fortalecer a entidade de formação. Dito de outra forma: ajudando-a a construir e solidificar um autêntico e significativo aparelho hegemônico dos interesses das frações hegemônicas²⁸⁸.

Tal evidência é confirmada com o quantitativo de 85 (oitenta e cinco) diplomados distribuídos nas três esferas do executivo – municipal, estadual e federal – partilhado na seguinte ordem: 45 (quarenta e cinco) diplomados ocupando as diretorias como já fora colocado em parágrafos anteriores. É relevante ressaltar que uma parte significativa desses 45 (quarenta e cinco) diplomados viria a ocupar cargos em “diretorias/inspetorias” importantes na hierarquia pública, seja na instância federal e estadual, seja na municipal, tal como mostra o quadro II a seguir.

²⁸⁷ Lembremos que, naquele momento histórico, não existiam eleições para as prefeituras por todo o país; esses cargos ficavam disponíveis para livre escolha do governador, e por consequência todo o corpo de secretários e conselheiros – vereadores.

²⁸⁸ Apesar da EPBA atender em grande escala às frações médio urbanas, principalmente as da capital baiana, não devemos nos esquecer que o controle e os principais intelectuais que deram discernimento à escola de engenheiros pertenciam às frações dominantes locais, que já se encontravam na sintonia dos novos tempos.

Quadro II – Diretorias Públicas (Federal - Estadual - Municipal)

Diplomados 1897 - 1920	Cargo
Álvaro Gonçalves Guimarães	Diretor de Obras e Aviação da Prefeitura de Santos 1912.
Celso Torres	Diretor de Viação - MIVOP-BA
Aurélio Britto de Menezes	Diretor Obras do Município de Salvador (1920-1924)
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	Diretor da Estrada de Ferro de Nazaré
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	Diretor de Obras Públicas do Ceará. Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana. Superintendente da Fundação da Casa Popular.
ElBa Pinheiro Dias	Diretor do Serviço Telegráfico Oficial, cujo sistema restaurou totalmente durante sua gestão, e diretor do Plano Postal Telegráfico.
Mário Leite Leal Ferreira	Diretor do IPASE; Diretor (Organizador) do Laboratório do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e Diretor de Engenharia Sanitária dos Serviços de Saúde do Estado do RJ.
Durval Neves da Rocha	Diretor-geral do Departamento de Saneamento do Estado; Diretor do Serviço de Águas e Esgotos Superintendente da Navegação Baiana; Diretor do Departamento dos Serviços Industriais
João da Matta Barros	Diretor da - Seção Estradas de Rodagens
José de Freitas Jatobá	Diretor-Financeiro da Companhia Vale do Rio Doce (1951-1952)
Lauro de Andrade Sampaio	Inspetor Técnico da Secretária da Agricultura, Indústria, Viação, Comércio e Obras Públicas - BA - 1929-1930
AnniBal Torres Costa	Diretor da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina
Edmundo da Silva Visco	Diretor De Obras Públicas - SEAGRIBA - BA - 1929
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	Diretor-Geral do DNOCS entre 29 de junho de 1953 a 14 de setembro de 1954.
Durval Martins Muylaert	Diretor da Estrada de Ferro de Sorocaba de 1951 até 1955, quando sucedeu a Álvaro de Souza Lima
José Gonçalves de Sá	Diretor-presidente da Companhia Indústria e Viação de Pirapora
Pérciles Fabrício de Barros	Rede de Viação e Obras Públicas do Ceara (1930-1945)
José Soares de Senna	Diretor e Inspetor Técnico de Obras (Municipal)
Francisco Augusto dos Santos Souza	Diretor de Obras Pública – MVOP
Aristides Milton da Silveira	Diretor de Obras e Jardim da Prefeitura de Salvador; diretor do Patrimônio Municipal de Salvador.
Oswaldo Augusto da Silva	Diretor Superintendente da Cia de Navegação da Bahia
Rubens Pereira Reis de Andrade	Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, no Rio de Janeiro.
Adolpho Espinheira Freire de Carvalho	Diretor da Companhia Construtora Bahiana.
Luiz AlBarelli Rangel	Membro do Departamento de Estradas e Rodagens
Emilie Tornillon	Diretor de Saneamento da Bahia
Leandro Maynard Maciel	Diretor de Obras Públicas. Diretor da Energipe (serviço de Luz e Força) Presidente do Iaa (álcool e Açúcar). Fiscal do Serviço de Águas e Esgotos de Aracaju.
Affonso Cesar Cabussú	Diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana
Josué Baptista de Jesus	Diretor do Departamento de Obras Pública do MVOP em Sergipe.
Lauro Farani Pedreira de Freitas	Diretor da Viação Férrea Leste Brasileiro.
Alcides Moreira Benjamim	Diretor do Departamento de Estrada de Rodagens-BA
José Antônio Saraiva	Diretor da Navegação Mineira do Rio São Francisco
Aguinaldo das Chagas Carneiro	Diretor geral do DER-PA (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará)
Eunapio Peltier de Queiroz	Diretor Presidente da Coelba e da Chesf (Cia. Hidroelétrica do São Francisco), tendo sido o idealizador do complexo energético de Sobradinho.
Manoel dos Passos Barros	Diretor Geral do DER/ES (Depto de Estradas de Rodagem do ES).

Oswaldo Cesar Rios	Diretor da Rede Ferroviária Federal S. A. - R.F.F.S.A., 1928-1968; Diretor da Viação Férreo Federal Leste Brasileira, 1956; diretor da Comissão do Vale do São Francisco, 1960

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Conforme mostra o quadro II, a ocupação das diretorias e inspetorias das “pastas” oficiais era vinculada, via de regra, à infraestrutura. Podemos perceber que esses cargos eram predominantemente frequentados, em maior número, por esses agentes diplomados, que prevaleciam nas áreas geográficas que circundam a Bahia, Salvador e região Nordeste. Mas, ainda assim, os politécnicos baianos se apresentavam em um número considerável para a região sudeste, neste caso, em diretorias ligadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas – MVOP. De frente a esses dados, confirmamos uma de nossas ponderações sustentadas em seções e parágrafos anteriores: de que a EPBA se afirmou pós-1912 como uma entidade responsável pela reprodução de condição de classe e, principalmente, daquelas voltadas para a preparação de “quadros” especialistas para burocracia estatal, ou seja, qualificar e formar uma nobreza de Estado.

Avançando, apresentamos o quantitativo referente aos diplomados que exerceram cargos no executivo “estadual” e “municipal” para o estado da Bahia e outras regiões do país. O quadro III nos mostra a seguir:

Quadro III – Cargos no Executivo (Federal, Estadual e Municipal)

Nomes	Cargos
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Governador da Bahia (1948-1952)
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	Governador da Bahia em (1930 – 1931)
Leandro Maynard Maciel	Governador de Sergipe de 1955 a 1959. Em 1960 foi indicado para ser vice-presidente da República na chapa de Jânio Quadros, mas renunciou em favor de Milton Campos
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	Governador do Pará (1930 a 1935). Governador no Pará eleito em 1955
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Ministro da Relações Exteriores no Governo Washington Luiz
Joaquim Licínio de Souza Almeida	Ministro da Viação e Obras Públicas em 1936
Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres	Ministro interino do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1950
Eduardo Cesar Rios Filho	Ministro da Educação e Saúde, no Gaspar Dutra em de 1950
Adalberto Pedreira	Prefeito de Manaus – AM
Thyrso Simões de Paiva	Prefeito de Salvador (1930 - 1930)
Joaquim Wanderley de Araújo Pinho	Prefeito de Salvador (1924 - 1926)
José Americano da Costa	Prefeito de Salvador 1932-1937 e Jequié - BA
Agenor Pedreira de Freitas	Prefeito de Serrinha – BA
Aurélio Britto de Menezes	Prefeito de Salvador 1931-1932
Armando Rêgo Carneiro da Rocha	Prefeito da Salvador (1946 - 1946)
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	Prefeito de Salvador em 1930

Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	Prefeito de Fortaleza – CE
Aristóteles Góes	Prefeito de Salvador 1954 – 1955
Octávio Alves de Araújo	Prefeito de Vila Velha 1923 a 1925
Durval Neves da Rocha	Prefeito de Salvador 1938 – 1942
José de Freitas Jatobá	Prefeito da cidade de Senhor do Bonfim - BA
Aristides Milton da Silveira	Prefeito de Salvador, em 1945.
Elysio de Carvalho Lisboa	Prefeito de Salvador (1942 - 1945)
Odilon Borges de Carvalho	Prefeito da Cidade de Jataí (Atual Jataizinho – PR)
Humberto Pacheco de Miranda	Prefeito da Cidade de Cachoeira (1933-1935)
José Antônio Saraiva	Prefeito das cidades de Montes Claros - MG e Oliveira - MG
Eunápio Peltier de Queiroz	Prefeito de Nazaré e de Ilhéus - BA.
Cícero Simões da Silva Freitas	Prefeito da Cidade de Simões Filho - BA (1963-1969)

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Com o quadro III, podemos perceber a presença significativa dos politécnicos baianos no executivo federal, estadual e municipal. Para esse quantitativo, totalizamos 04 (quatro) diplomados para o executivo estadual, em que 02 (dois) ocuparam a cadeira de governador da Bahia, seguidos por 20 (vinte) diplomados no executivo municipal, sendo que 09 (nove) para a prefeitura de Salvador, 06 (seis) ocupando prefeituras pelo estado baiano e 05 (cinco) politécnicos exercendo mandatos de prefeito em outras regiões do país. Temos ainda 04 (quatro) diplomados que ocuparam cargos de ministros na esfera federal²⁸⁹.

No que tange à qualificação dos dados apresentados pelo quadro III, fica clara a preferência desses ex-alunos em ocupar o executivo municipal, principalmente, após 1920, momento no qual a EPBA já se confirmava como uma agência oficial credenciada a formar quadros dirigentes para as instâncias estatais. É claro que esses agentes, ao ocuparem a cadeira de prefeitos da capital, passariam a investir, implementar e propagandear projetos interiorizados por seus pares durante seu ciclo de formação.

Nos quadros II e III, também podemos evidenciar que a EPBA e a titulação de engenheiro por ela homologada garantiam a esses agentes uma espécie de “credencial”, que, além do ofício de engenheiro, lhes garantia a presença no “jogo do poder”, e que passam nesse momento a contribuir diretamente na organização e na construção de consenso no seio das frações dominantes. No entanto, esses engenheiros passam a participar na formulação de concepções ideológicas próximas à representatividade

²⁸⁹ É importante destacar que a maior parte desse grupo de ex-alunos que construiu relevante carreira na política tem suas origens sociais advindas das frações médio urbanas, por exemplo, Octávio Cavalcante Mangabeira, filho de farmacêutico; Leopoldo A. Bastos do Amaral, filho de militar; Eduardo Cesar Rios Filho, filho de bacharel; Leandro Maynard Maciel, filho de bacharel, dentre outros.

cultural em voga, fomentando e propagandeando as mudanças e as transformações iniciadas pelas grandes obras públicas para o último quarto do século XIX²⁹⁰.

Quadro IV – Cargos no Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)

Nomes	Cargos
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Senador Federal – BA –1959
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	Senador Federal – CE –1946 – 1955
Durval Neves da Rocha	Senador Federal – BA – 1954 a 1959
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	Senador Federal – PI – 1935-1937
Leandro Maynard Maciel	Senador Federal – SE – 1935-1937 e 1967 – 1975
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	Senador Federal – PA –1945
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Deputado Federal BA – 1912, 1946, 1955
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	Deputado Federal CE – CE em 1935 a 1937
José de Freitas Jatobá	Deputado Federal Suplente pela Ba em dezembro de 1945 (UDN), tendo exercido o mandato de abril de 1947 a julho de 1950. Foi sucessivamente reeleito suplente nos pleitos de 1950 a 1954, ocupando uma cadeira na Câmara Federal de novembro de 1955 a fevereiro de 1956; de maio a julho de 1956 e de abril a junho de 1958.
Gentil Tavares da Motta	Deputado Federal em 1922 na vaga aberta com a saída do Dr. Graccho Cardoso para o Senado após o falecimento do General Oliveira Valadão.
Albano da Franca Rocha	Deputado Federal Suplente do Estado da Ba nas eleições de 1947 pela UDN
Aristides Milton da Silveira	Deputado Federal Suplente 1946, assumiu o mandato em 15 de agosto de 1946.
Leandro Maynard Maciel	Deputado Federal nos anos de 1930-1930 / 1933-1935 / 1946-1951
Lauro Farani Pedreira de Freitas	Deputado Federal pela Ba, em 1945, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), pela qual concorreu, em 1950, ao Governo da Ba
Eunapio Peltier de Queiroz	Deputado Federal em 1945, exercendo importante papel na expansão viária do País e em medidas que beneficiaram os estados localizados no Polígono das Secas. Voltou a se eleger deputado depois em 1955
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Deputado Estadual – BA
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	Deputado Estadual – CE – 1946 – 1946
Sifredo Pedral Sampaio	Deputado Estadual (suplente) em 1945
Oscar Spinola Teixeira	Deputado Estadual em 1925-1926, reeleito 1927-1928; Deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional – UDN, 1947-1951, suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático-PSD, 1951-1955, assumiu por diversos períodos.
José de Freitas Jatobá	Deputado Estadual em 1935 e, após a promulgação da Constituição, continuou a exercer o mandato legislativo, até o golpe de estado de novembro de 1937.
Álvaro Ribeiro Sanches	Deputado Estadual (1935-1937)
Aristides Milton da Silveira	Deputado Estadual Suplente do Partido Social Democrático - PSD, 1955-1959, assumiu o mandato por diversos períodos, efetivou-se em jan. 1959. Na Assembleia Legislativa, suplente da Comissão de Serviço Público (1957-1958).
Humberto Pacheco de Miranda	Deputado Estadual (1935-1937)
Oswaldo Cesar Rios	Deputado estadual Constituinte pelo Partido Social Democrático - PSD, 1947-1951; reeleito, PSD, 1951-1955 e 1955-1959.
Octávio Cavalcanti Mangabeira	Vereador (Conselheiro Municipal), de Salvador nos anos 1908 - 1912
Lucillo Wolfgang Nascimento	Vereador (Conselheiro Municipal) 1924 – 1928

²⁹⁰ Lembramos que a EPRJ e o Clube de Engenharia foram as agências pioneiras - “aparelhos privados” - que fomentaram esse ideário no interior de suas instalações a partir do último quarto do século XIX.

Oscar Spinola Teixeira	Vereador (Conselheiro Municipal), em Guanambi pela Ala Autonomista em 1934
Joaquim dos Santos Pereira Filho	Vereador na Cidade de Presidente Epitácio – SP - 1965-1969

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Na apresentação dos quadros II, III e IV elaborados a partir do gráfico X, constatamos que a EPBA é exatamente o cerne da relação que a credenciou enquanto uma agência precursora de um projeto ideário, ou seja, a entidade baiana ao longo dos seus primeiros anos se tornou um “aparelho privado” de hegemonia pertencente à sociedade civil. Sendo assim, tal “aparelho privado” foi impulsionado e auxiliou na formação de quadros dirigentes. Essa afirmação está evidenciada nos dados exibidos pelos gráficos e quadros, elaborados a partir do corpo discente da entidade para as suas duas primeiras décadas de fundação. Logo, elucidamos que uma fração considerável desses diplomados integrou e ocupou cargos tanto no executivo, como também no legislativo. Ao término do ciclo na escola de engenheiros, e da entrada nas esferas do “poder”, destacamos outro aspecto significativo para esses agentes: a junção e a parceria entre os politécnicos – agora membros ativos na sociedade política – e as oportunidades junto a conglomerados empresariais. É claro que esse fator teria um reflexo imediato na elaboração de políticas públicas, principalmente no que se refere a propostas e debates para implementação de obras de infraestrutura.

A capilaridade da EPBA em dar conotação e organicidade a novas possibilidades e projetos demandam de seus fundadores e, a partir daí, perpetra-se e interioriza-se por seus alunos ao longo dos anos. Para além de todas as considerações já apresentadas, é evidente a compreensão dos mecanismos através dos quais as “grandes escolas” se encarregam em determinado momento. A *praxis* se dá na elaboração, construção e consenso, dentro de um processo de correlações de forças sociais, com o objetivo de implementar seus projetos de “visão de mundo”, calcificando assim sua hegemonia.

Concluindo, as transformações econômico-sociais e políticas investigadas na sociedade baiana para o período investigado por nós, sinalizam, evidentemente, a complexificação e a expansão da sociedade civil na Bahia. Tal afirmação pode ser verificada através da propagação de discursos e vontades coletivas organizadas junto a aparelhos privados de hegemonia, os quais disputam entre si, a todo o momento, a imposição de um dado projeto enquanto hegemônico, gerando tensões e embates entre projetos antagônicos, ou seja, contra hegemônicos. Mas, para tanto, é indispensável que

o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de hegemonia – dando voz e importância destacada a seus intelectuais – busque e insira gradativamente representantes seus junto à sociedade política. É dentro dessa estratégia que a EPBA e seus primeiros dirigentes se impõem frente a outras instituições, como por exemplo, à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Livre de Direito, entidade considerada o panteão da mais fina flor da sociedade baiana em momentos de outrora.

3 - Corpo docente: perfil e procedência social 1ª geração 1897 - 1920

A tentativa de reconstituir o perfil do professorado da EPBA, suas lutas, sua origem social e projetos²⁹¹ não foi fácil devido à escassez de pastas individuais, fontes institucionais e registros. Essa ausência de dados nos dificultou bastante.

Nossa investigação junto ao arquivo da escola de engenheiros da Bahia não nos possibilitou localizar os processos relativos aos docentes da Escola em livros de protocolo, nem no arquivo morto da atual Universidade Federal da Bahia; tampouco encontramos uma fonte específica, ou alguma notícia com foco sobre algum membro do corpo docente nas duas primeiras décadas de existência da escola, tratado por nós como “1ª geração”; encontramos apenas pequenos registros em atas de congregação, periódicos de época e trabalhos acadêmicos com abordagens em outros contextos²⁹².

Tratamos, então, de cruzar informações das mais variadas origens, de modo a resgatar alguns aspectos do professorado em análise; informações que vieram do arquivo histórico da instituição (EPBA/UFBA), onde localizamos uma listagem geral de docentes da escola, sem qualquer discriminação, exceto seu ano de ingresso na carreira docente junto da instituição. Essas informações basicamente consistiram no ponto de partida para nossas observações.

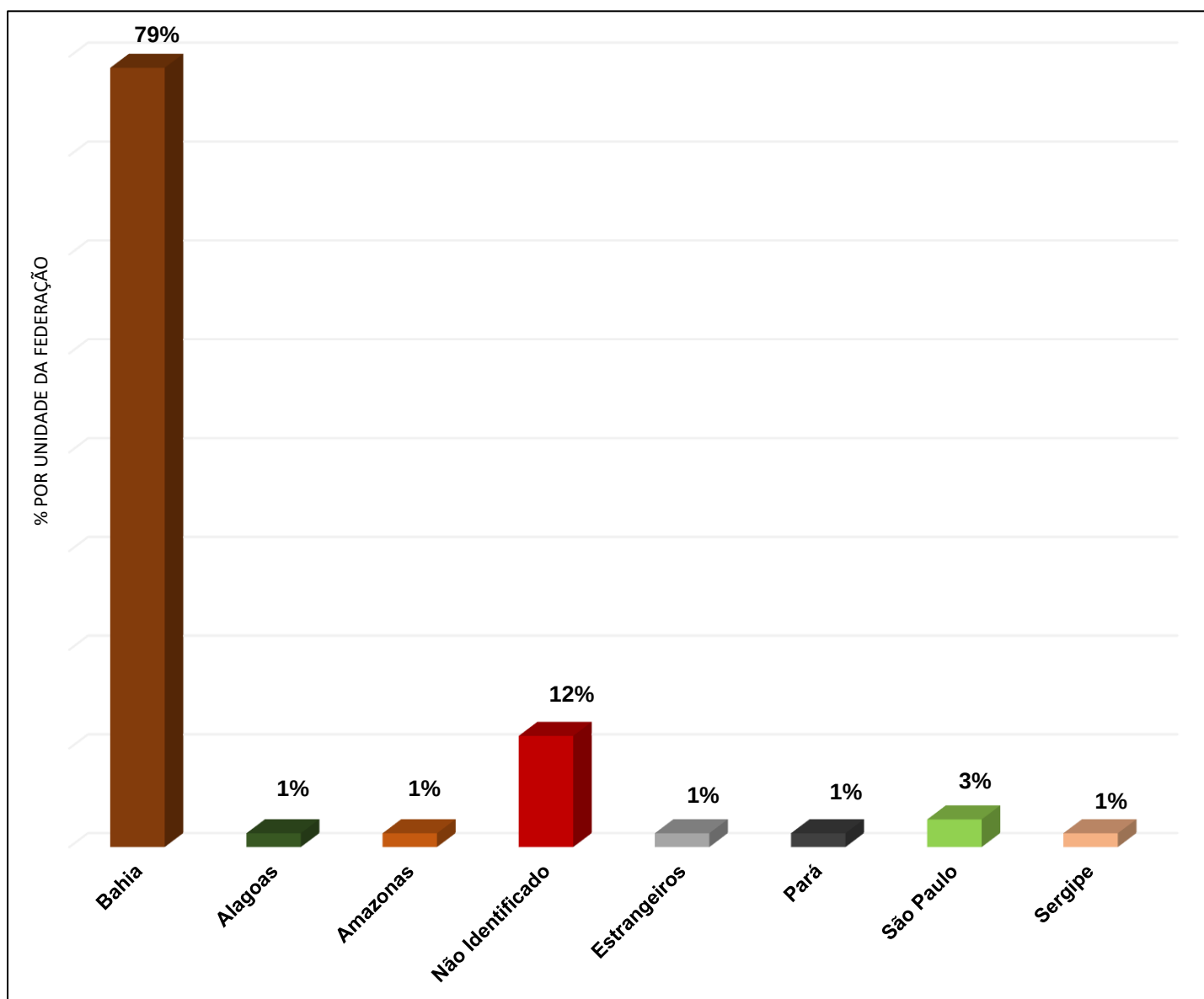
De posse desses dados, quantificamos e elaboramos uma listagem de total de 72 (setenta e dois) docentes. Colhemos dados junto aos Programas de Disciplinas, nos quais se discriminam, em alguns casos, seus catedráticos e assistentes. Em seguida,

²⁹¹ O tema já abordado em seções anteriores desse estudo.

²⁹² Encontramos algumas teses e dissertações que nos trouxeram algumas informações sobre vários membros que pertenciam ao corpo de docentes da EPBA. No entanto, esses trabalhos acadêmicos tinham como foco de investigação outras questões, como projetos de urbanização para a capital baiana, o projeto de modernização e projetos políticos para Bahia.

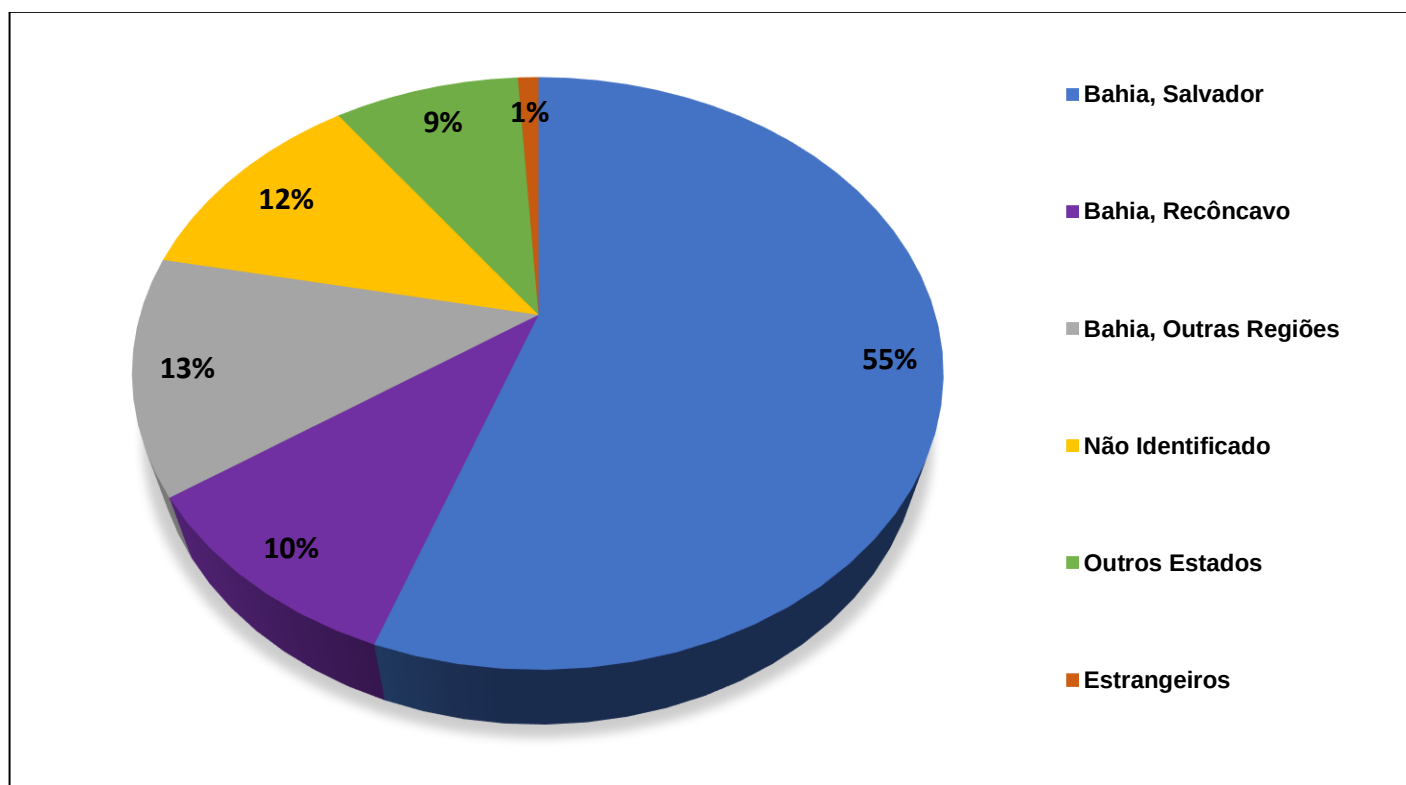
complementamos, comparamos e cruzamos as informações junto às atas de congregação da Escola, onde normalmente se encontravam pequenos textos biográficos de alguns docentes. Ainda nas atas de congregação, nós nos deparamos com outras informações sobre diversos docentes e sua inserção junto ao corpo de professorado da Escola, dentre outros expedientes. Mesmo havendo a escassez de informações, elaboramos os gráficos XI, XII e XIII, que dizem respeito à procedência regional do corpo docente da Escola.

Gráfico XI: origem dos docentes da EPBA por UF - 1897 – 1920



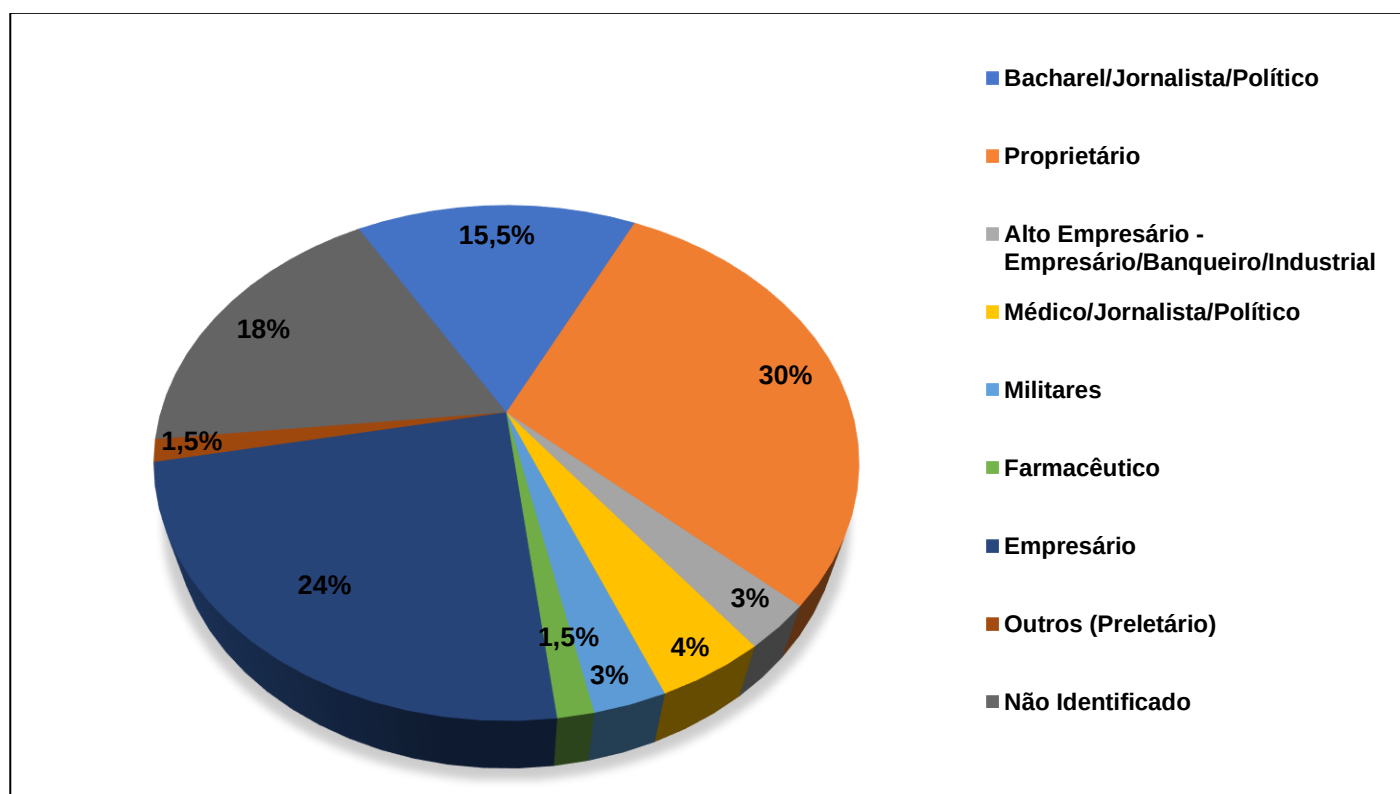
Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920.

Gráfico XII: Procedência dos docentes da EPBA- Bahia “Regiões da UF” 1897-1920



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920

Gráfico XIII: Procedência social dos pais – 1897-1920



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920

O primeiro aspecto que salta aos olhos no tocante à origem regional dos professores observados do gráfico XI é o quantitativo de professores advindos do próprio estado da Bahia 79%, sendo que esse dado também é verificado com relação ao corpo discente, reforçando mais uma vez seu caráter de cunho regional. No entanto, se considerarmos os 12% sobre os quais as informações não foram extraídas, esse percentual poderia ser ainda maior. Diante da qualificação desses dados, podemos dizer que a EPBA é uma instituição legitimamente baiana, e especificamente soteropolitana, já que o gráfico XII nos mostra que 55% desses agentes são nascidos na capital baiana.

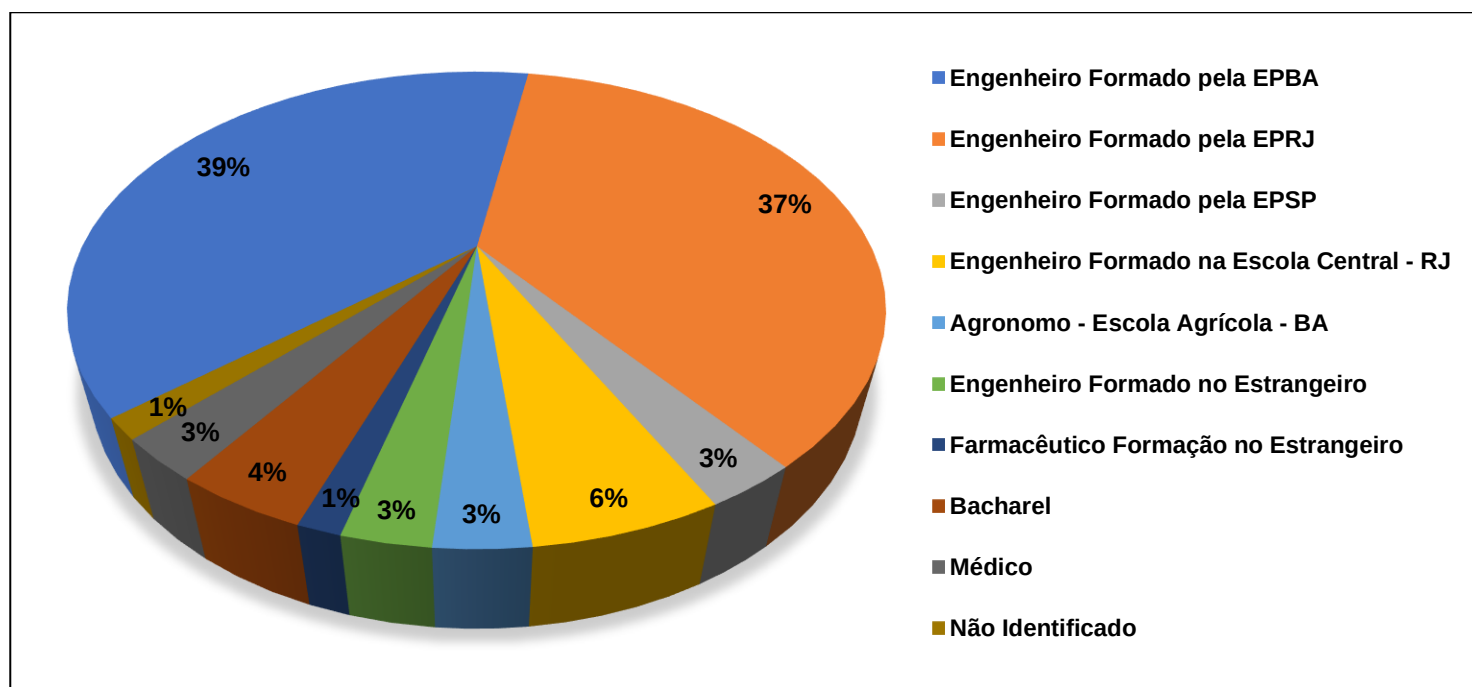
Ainda referente ao gráfico XI, este nos mostra que cerca de 12% dos dados dos professores não foram localizados em nenhum dos *corpus* documentais percorridos. Mesmo entendendo se tratar de uma amostragem significativa, não se alteram nossos parâmetros de análise, na medida em que, para os restantes 88% do corpo docente, contamos com informações precisas e seguras quantificadas de variadas fontes.

O que se evidencia a partir do gráfico XIII é o caráter diversificado e mais “aberto” no que concerne à origem social dos docentes da Escola da Bahia: ainda que 30% dos professores fossem ligados à grande propriedade, tal grandeza não é daquelas que podemos chamar de característica para uma instituição voltada à reprodução das velhas frações da classe dominante, como ocorreu na EAB. Podemos, no entanto, reafirmar, como foi evidenciado no tópico anterior, que as informações sobre o corpo docente da EPBA confirmam a tendência de um estabelecimento de ensino voltado para os filhos das camadas médios urbanas do Norte-Nordeste – como mostrado nas análises do alunado – principalmente para Salvador.

Outro aspecto não menos relevante no que se refere à composição diversificada do professorado da EPBA ratifica uma tendência já sinalizada na análise dos discentes, na seção anterior, confirmando essa maior abertura da Escola, tanto com alunado, quanto com professorado. Sendo assim, pautamos uma de suas mais marcantes características para o período investigado: o de uma escola que teve suas raízes e seus quadros – discentes e docentes – ligados principalmente aos estratos sociais médios urbanos, apesar de sua composição inicial ter a presença relevante de representantes das frações dominantes antagonistas aos estratos ligados à grande propriedade escravista, dominantes de outrora.

Mostraremos no gráfico XIV que vários desses docentes são ex-alunos da mesma instituição, evidenciando sua característica endógena e ratificando uma tendência metodológica: a da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Gráfico XIV: Procedência da formação do corpo docente da EPBA – 1897-1920



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920.

OBS: Informamos que a escola imperial EAB tinha a premissa de formar Agrônomos, mas para fins didáticos optamos pela terminologia “engenheiro agrônomo”. Ver nota 207.

O primeiro dado revelado pelo gráfico XIV é o alto índice de endogenia na reprodução do corpo docente, característica marcante logo após a diplomação das primeiras turmas. Além da configuração mostrada nos gráficos, destacamos que se deve buscar uma visão da estrutura, ou seja, do conjunto inteiro do corpo docente da EPBA – para os seus primeiros 23 (vinte e três) anos de existência –, o que pode ser materializado a partir dos gráficos XI, XII, XIII e XIV.

Entrementes, o primeiro aspecto a ser observado nos gráficos é o caráter endógeno da reprodução do professorado da instituição. Na grande maioria, 39% dos docentes da escola baiana são formados por ex-alunos. Além dessa informação, é igualmente claro

que, desse quantitativo de ex-alunos, 49,5%²⁹³ são filhos das frações médios urbanas, sobretudo nascidos na capital baiana.

Sendo assim, a possibilidade de estar lidando com uma instituição de ensino ligada ao aparato estatal, mesmo a escola sendo de caráter privado, como já tratamos, vários de seus ex-alunos e docentes chegaram e ocuparam variados cargos no campo do poder na sociedade política²⁹⁴. Bourdieu nos diz que as escolas superiores consideradas de “grande porta”, edificadas numa posição de maior proximidade com os principais núcleos sentenciários e/ou decisórios do poder, elaboram dispositivos para reunir e recrutar seu professorado, levando em conta sobretudo os princípios de cooptação, ainda que este ganhe variadas formas²⁹⁵. Logo, isso explica a inclusão de concursos para o cargo de docente para a EPBA, a partir do ano de 1917. A importância desse aspecto, que se estabelece na ação dos docentes encarregados, *“de alguma maneira, pelo recrutamento, trabalharem para defender a constância social do corpo docente, operando uma série de substituições funcionais, destinadas a impedir a “degradação” do “corpo”, ou seja, a impedir o que segundo o sociólogo francês chama de “efeitos disruptivos”*²⁹⁶.

Sendo assim, podemos dizer que o aparato composto pelo ensino superior tende a garantir sua reprodução construindo um professorado dotado de características escolares e sociais cada vez mais constantes e homogêneas, visando à perpetuação de um *habitus*.

A EPBA pareceu se adaptar e encontrar perfeitamente os critérios apontados na hora de selecionar seus pretendentes ao cargo de docente na instituição. Ainda na primeira década de sua existência, a seleção do professorado era feita por meio de nomeação, no entanto, mesmo após a reforma estatutária de 1917, quando o ingresso passou a ser via concurso, os mesmos critérios foram mantidos, quando verificamos a severidade das regras que passaram a vigorar nos concursos seletivos. Porém, as regras eram bastante rígidas e claramente corporativistas. Como diz o Regimento Interno aprovado em 1917:

Art. 24 – Para o concurso ao jogar logar de substituto de professor cathedrático ou professor de trabalhos gráphicos, será exigido o diploma de engenheiro pela Escola Polytechnica da Bahia ou Rio de

²⁹³ Chegamos a esse quantitativo somando-se todas tipologias consideradas e ligadas às atividades urbanas. São elas: Bacharel/Jornalista/Político (15,5%), Médico/Jornalista/Político (4%), Militares (3%), Farmacêutico (1,5%), Empresário (pequeno e médio) (24%) e outros (1,5%). Totalizando 49,5%.

²⁹⁴ Já apresentamos alguns casos, em seções anteriores, onde vários dos ex-alunos e docentes ocuparam variados cargos do executivo estadual e municipal ao final dos anos 1920 e por todos os anos de 1930.

²⁹⁵ BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, M. *Agrégation et Ségrégation: le champ des grandes écoles ET le champ du pouvoir*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, 69: 2 - 50, sep., 1987.

²⁹⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Ed Vício de Leitura, 1998, pp. 101-102.

Janeiro, ou outra nacional congênere equiparada, ou por escola equivalente estrangeira²⁹⁷.

Verificamos nas atas da congregação da instituição algumas discussões sobre processos seletivos que, ao final, sempre acabariam beneficiando a “prata da casa”, ou então algum agente com ligações estreitas com o corpo docente, ou ainda com vínculos junto ao poder público. Como exemplo, ainda para o período onde as seleções ocorriam por meio de nomeações, temos um caso típico de ligação corporativa e política: quando Miguel Calmon foi nomeado para o cargo de catedrático da EPBA em 1901, para a cadeira de Geometria Analítica, e não chegou a ministrar o curso. Portanto, por seus vínculos de amizade junto da cúpula que gerenciava a instituição – Arlindo Fragoso, entre outros –, e por terem sido contemporâneos de graduação, já que a maioria esmagadora se graduou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pesaram então os critérios por nós discutidos. Lembramos que o critério para a nomeação de Miguel Calmon tinha como cunho principal o ganho de “*capital político*” para a instituição, já que, para sobreviver durante suas primeiras décadas, a Escola baiana sempre necessitou da benevolência da instância estatal. Portanto, nomear Miguel Calmon, Antônio Moniz e outros seria uma forma de estar no seio do poder.

Mesmo assim, mostraremos no gráfico XV, o período compreendido entre os anos de 1897 a 1917 quando vigorou o ingresso via nomeação, na qual a maior parte do corpo docente, totalizando 54 (cinquenta e quatro) professores, foi contratada. A partir de 1918, com a reforma estatutária da instituição, a forma de ingresso na entidade é alterada passando a ser via concurso²⁹⁸, o quantitativo de docentes contratados é totalizado em 22 (vinte e duas) aquisições até 1952²⁹⁹. O ingresso via concurso nos faz constatar que o quadro de ex-alunos a partir dos anos pós 1920 se postergou como um tipo de “reserva

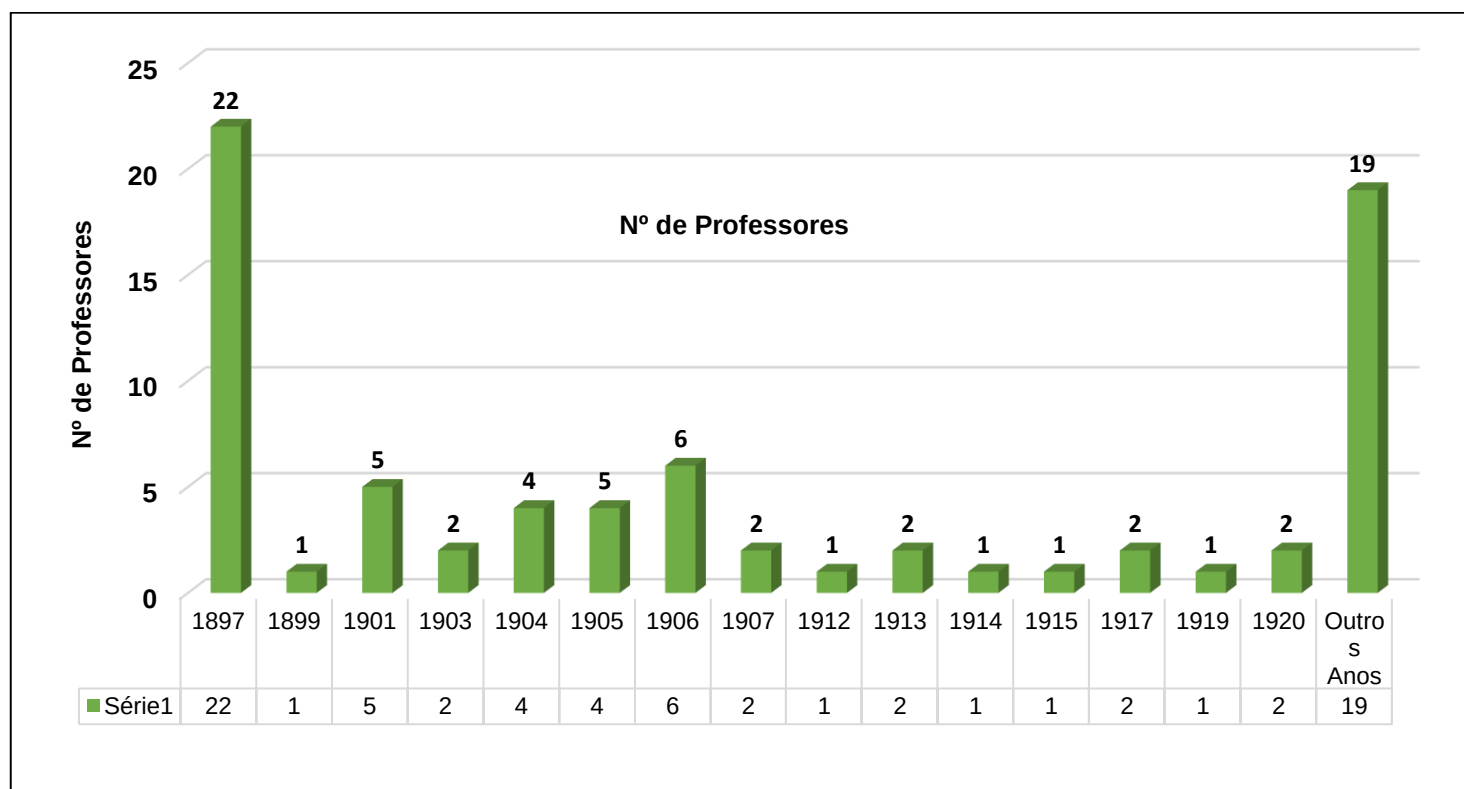
²⁹⁷ Regimento Interno da Escola Polytechnica da Bahia. Livreiros Editor, 1920, p. 15.

²⁹⁸ Lembramos que, desde o “Decreto nº 3.926, de 16/02/1901, legislação que regia a Escola politécnica do Rio de Janeiro, já era sinalizada a realização de concurso para cargos de docência para as escolas de engenharia congêneres espalhadas pelo país, mas com obrigatoriedade facultativa, apenas as instituições oficiais deveriam realizar concursos. Com o Decreto nº 11.530, de 18/03/1915, essa exigência se tornou obrigatória, passando a vigorar na EPBA, após reforma estatutária, em 1917.

²⁹⁹ Apesar de o nosso estudo se balizar para o período de 1896 a 1920, consideramos o ingresso de professores de 1921 a 1952 (categorizados por “outros anos”) por julgar que todos os ingressantes nos anos subsequentes são de ex-alunos graduados até 1920. Ex.: Há ex-alunos formados em 1920 que só ingressam no quadro docente da EPBA em 1952. Por esse fato, optamos por informar os ingressantes até 1952. Vários outros agentes, em sua maioria ex-alunos, ingressaram no corpo docente da escola pós 1920, mas suas diplomações ocorreram até 1920. Para os ingressantes pós 1920, que se diplomaram consequentemente pós 1921, serão contabilizados e analisados na “2ª parte” desse estudo. Portanto, todos os ingressantes no quadro docente da EPBA para todo o período percorrido pelo estudo serão apresentados.

natural” ou “prata da casa” para convocar e continuar a reproduzir o corpo docente da instituição formadora de engenheiros.

Gráfico XV: Ingressos de docentes por ano da EPBA – 1897-1952



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920

Entretanto, nossas ponderações partem de três evidências que consideramos fundamentais. A primeira observação vem do fato de que o corpo docente fundador foi totalmente externo às balizas da instituição, totalizando 22 (vinte e dois) professores, sendo que 19 (dezenove) haviam se diplomado na mesma instituição, consequentemente adquirindo o mesmo *habitus* – Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. As primeiras turmas se graduaram a partir de 1900 e 1902 com os diplomas de engenheiros civis e geógrafos. A segunda ponderação a ser destacada diz respeito à origem social dos “professores fundadores”, dos quais 08 (oito) são advindos das frações médias urbanas, podendo esse número ser ainda maior, já que sobre 04 (quatro) deles não conseguimos qualquer tipo de informação. Nesse sentido, já se percebe uma tendência à mudança na sociedade baiana se compararmos com a EAB. Logo, a maioria dos professores e alunos da EAB era pertencente às frações proprietárias da região produtora de açúcar. A terceira

e última ponderação nos remete para após nossos levantamentos, ao acusar o primeiro ex-aluno a ingressar no corpo docente já em 1903, já sinalizando sua tendência a um caráter endogênico.

De 1903 até 1912, dos 20 (vinte) docentes ingressantes, 10 (dez) professores são advindos da Escola congênere do Rio de Janeiro e apenas 07 (sete) pertencem à “prata da casa”. Completando os 20 (vinte) ingressantes, temos 01 (um) médico e 02 (dois) advogados. Lembramos que, desses 20 (vinte) docentes ingressantes nesse período de 9 anos, todos são baianos nascidos em Salvador, e procedentes das frações urbanas. Por apresentar tais características, no que diz respeito, principalmente, ao seu caráter regional, também destacamos o indício de construção de uma “escola de gestão” segundo Bourdieu³⁰⁰.

Outro aspecto mostrado pelo gráfico XIV diz respeito ao percentual de docentes graduados no Rio de Janeiro, Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro, respectivamente, na porcentagem de 6% e 37%. Com essa constatação, como já havíamos informado em seções anteriores, o fato de, dentre os 22 (vinte e dois) “professores fundadores”, 19 (dezenove) se diplomarem na mesma instituição³⁰¹, evidenciaria a tendência então, no ato da criação da Escola baiana, de serem adotados os regulamentos e as práticas da congênere carioca.

Ao fazer uma análise comparativa e qualitativa entre os gráficos XI, XII e XIII constatamos que além da presença predominante de “politécnicos” junto ao professorado da Escola (37%), percebemos que, desse percentual, 85% são baianos, sendo que 55% nascidos na capital baiana³⁰² e 10% vindos da região do recôncavo. Este quantitativo evidencia mais uma vez a tendência da EPBA em reproduzir as frações médias urbanas da cidade da Bahia.

³⁰⁰ Buscamos o conceito de “escola de gestão” de Pierre Bourdieu. Ao analisar o campo das instituições de ensino superior na França, o sociólogo as conceituou como escolas de “concepção” e escolas de “gestão”. As primeiras seriam aquelas mais respeitadas, ou seja, as mais tradicionais, que preparam para carreiras mais nobres, geralmente procuradas pelos detentores do “capital social” em busca de formação mais fácil. Já as segundas, seriam as entidades formadoras para os cargos mais técnicos, operacionais, especializados, os chamados quadros médios. Logo, a chamada “nobreza de sangue” daria lugar estrito à meritocracia. Saber mais: BOURDIEU, Pierre. *La Nobreza de Estado: Educación de elite y espíritu de cuerpo*. Traducido: Alicia Beatriz Gutiérrez. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, pp. 23 – 50.

³⁰¹ Se considerarmos a Escola Central, já que a mesma foi renomeada para Escola Politécnica do Rio de Janeiro pelo BRASIL. Decreto Nº 5.600, de 25 de abril de 1874, ainda no Império brasileiro.

³⁰² Importante destacar que do percentual de 55% dos nascidos na capital, 30% tinham seus pais vinculados à pequena e à média propriedade. No entanto, a construção de suas trajetórias foram a partir de sua fixação na capital do Salvador. Por esse fato, os consideramos na categoria médio urbana.

O gráfico XVI – mais adiante – nos traz outro dado importante a ser destacado: refere-se à distribuição do professorado por categorias funcionais, seguindo basicamente a mesma hierarquia da Escola oficial do Rio de Janeiro: catedráticos, auxiliar e/ou substitutos³⁰³. Informamos que, no período ora em análise, 39% do corpo docente da EPBA é composto por ex-alunos da própria escola, como já mostrado no gráfico XIV, graduados em distintos momentos até 1920. Esclarecemos, quanto a esse aspecto, que, para o total de professores quantificados, somente foram considerados aqueles que permaneceram junto ao corpo docente por mais de 01 (um) ano consecutivo. Isso porque uma das modalidades de inserção no quadro de professores era a de “auxiliar ou substituto contratado e/ou nomeado”, permanecendo o docente por apenas 01 (um) semestre na instituição³⁰⁴.

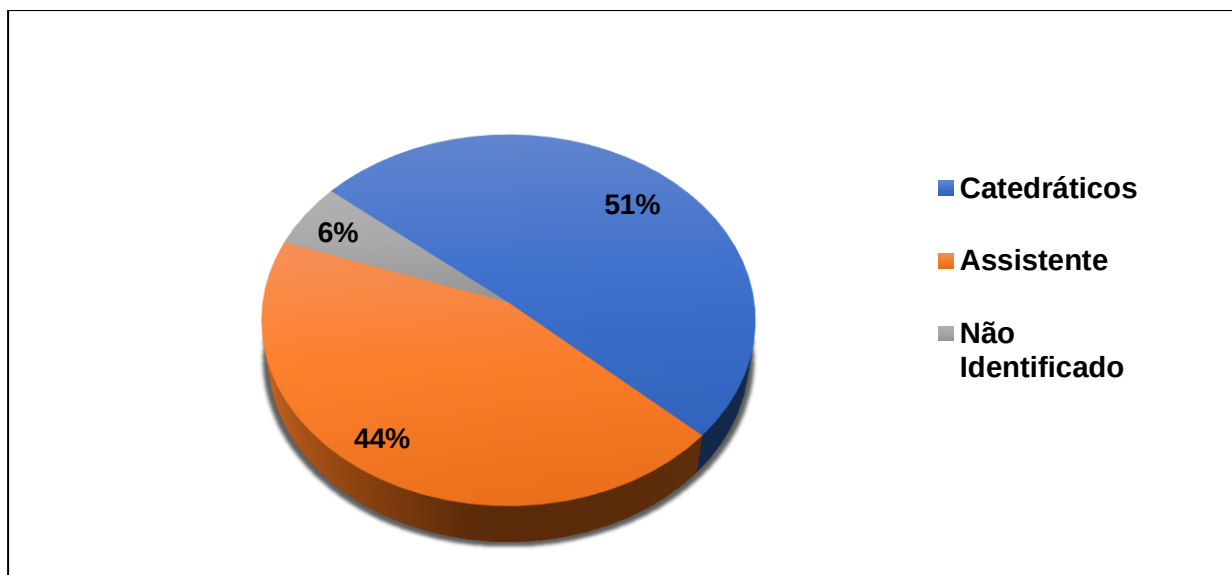
Assim, a totalidade mostrada tanto exclui tal categoria docente como inclui aqueles que foram professores da escola desde seus primeiros anos de fundação, ainda nos anos de 1897 a 1910, como Alpheu Diniz Gonsalves (graduado em 1904), Augusto César Berenguer (graduado em 1902), Octávio Cavalcante Mangabeira (graduado em 1904), dentre vários outros, bem como um dos seus diretores, Archimedes Siqueira Gonsalves (graduado em 1904). Destacamos que Archimedes Gonsalves é o primeiro ex-aluno da instituição a ocupar o cargo de diretor da escola, entre os anos de 1922 a 1934. Outra peculiaridade do corpo docente da escola diz respeito aos seus longevos mandatos na direção, posto que, durante o período investigado, a instituição só teve cinco diretores: Arlindo Coelho Fragozo (1897-1907), que só deixou a direção por aceitar auxiliar Miguel Calmon no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1907, assumindo em seu lugar Alexandre Freire Maia Bitencourt (1907-1913), e posteriormente, Francisco de Souza (1913-1922), Archimedes Siqueira Gonsalves (1920-1934) e Epaminondas dos Santos Torres (1934-1937). Tais dados são reveladores e provam as seguintes características do professorado: a) a tendência em manter um mesmo grupo na direção (poder) da escola, já que os cinco docentes que passaram pela direção são ligados academicamente e politicamente ao grupo liderado por Arlindo Fragozo; b) a predisposição em manter os mesmos ideais e projetos de visão de mundo; c) e uma tendência à reafirmação de um dado *habitus* para a escola. A maior parte do corpo docente

³⁰³ Em nossas análises sobre as atas de congregação e regimento interno, percebemos o uso da expressão “lente” dada aos professores auxiliares ou substitutos, no entanto, após a reforma do regimento interno de 1916 esse termo cai em desuso. Portanto, por este fato optamos em não usar o termo “lente”.

³⁰⁴ Atas de congregação da EPBA.

da instituição no início de sua trajetória era composta por “*politécnicos*”, inclusive os três primeiros diretores citados no parágrafo anterior.

Gráfico XVI: Distribuição do professorado por categoria funcional da EPBA – 1897-1952



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920

Um dado que não podemos deixar de sinalizar é a quantidade de professores com o título de catedrático: 51%. Ao trabalhar os dados de forma qualitativa, percebemos que esse percentual tem relação com o ingresso via nomeação.

Após a reforma estatutária de 1917, quando houve a implantação de concursos para ingresso na instituição, dos 22 (vinte e dois) professores ingressantes até 1952, 15 (quinze) ascenderam à categoria de catedrático. Interessante perceber que, dos 15 (quinze) catedráticos, 13 (treze) são ex-alunos da Escola, 01 (um) formado na Politécnica de São Paulo e outro graduado na Suíça. Outros 08 (oito) docentes na categoria de auxiliar e, por último, 01 (um) sobre o qual não obtivemos informação, são todos ex-alunos da EPBA, porém esses agentes não seguiram carreira docente, apenas ministraram alguns cursos durante alguns anos e se afastaram em seguida da agremiação.

Nas atas da congregação do IPBA e EPBA e suas assembleias de maneira geral, praticamente não há assuntos que não sejam de cunho administrativo, financeiro ou político. Constam praxes como nomear professores substitutos ou catedráticos, realocando-os de tempos em tempos para as diversas cadeiras – prática comum dentro da escola –, debater, apresentar, adequar reformas estatutárias, para ajustar às novas regras acadêmicas, como as reformas educacionais de 1905, a Reforma Maximiliano de 1915,

Reforma Rocha Vaz de 1925 ou mesmo a Reforma Francisco Campos de 1931, pós-movimento de 1930, quando a EPBA foi transformada em fundação³⁰⁵.

Esses foram os tipos de registros que encontramos disponíveis nas referidas atas, com as quais se ocupavam a maioria dos agentes, tanto do IPBA, tanto da EPBA até 1917, quando passamos a verificar registros e relatos sobre os diversos concursos ocorridos a partir daquele ano.

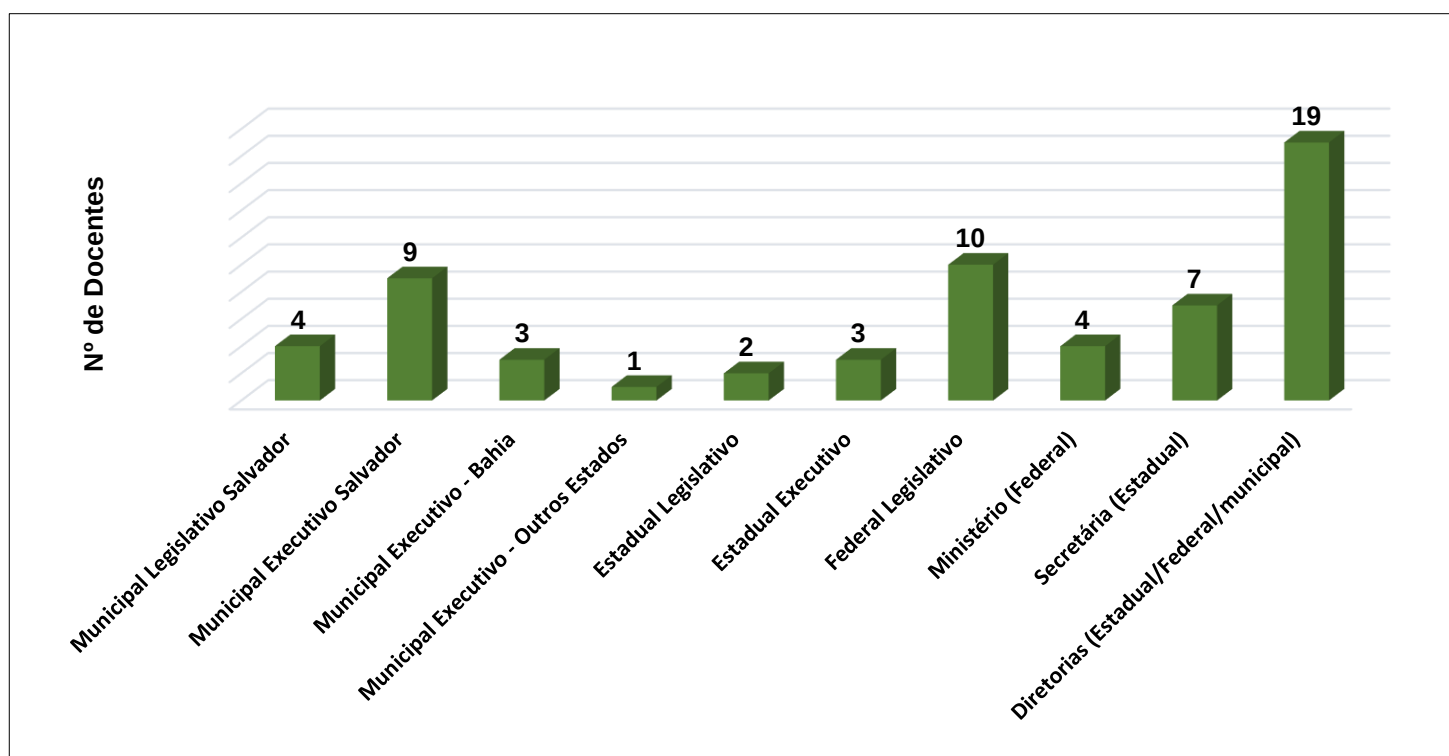
O primeiro concurso realizado para professor da EPBA ocorreu em 1917, quando Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral foi aprovado como docente substituto para a cadeira de Geometria Analítica e Cálculo. Após o concurso de Leopoldo Amaral, sucederam-se vários outros para livre-docência e para distintas cátedras, cujos títulos das respectivas teses aparecem registrados nas “atas da congregação”. Ainda existem algumas pastas individuais de alguns professores no arquivo morto da atual EPBA-UFBA, embora ainda não tenha sido possível localizar grande parte de suas teses.³⁰⁶ Dito isso, podemos afirmar que o quadro do professorado da EPBA amolda-se, fundamentalmente, sobre docentes alocados na categoria máxima – catedráticos – dentro da hierarquia da instituição, contando com a maioria de professores, 51%. Já aos assistentes, cabia 44% do espaço, o que não nos deixa de causar espanto, já que a instituição baiana sempre optou pela excelência de sua congênere do Rio de Janeiro.

³⁰⁵ Em 1931, devido à modificação da legislação federal Reforma Francisco Campos, iniciaram-se as discussões com o objetivo de adequar o IPBA e a EPBA à nova legislação, sendo proposta a criação da Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEPBA) na Assembleia Geral do IPBA: "O Instituto Politécnico da Bahia, reunido em Assembleia Geral resolve transformar a Escola Politécnica numa fundação, com o fim de promover a difusão e o aperfeiçoamento do ensino científico, profissional e técnico, em todos os graus, no Estado da Bahia (...)" GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. *Op. Cit.*, p.190. Portanto, em 1932, foi modificado o Estatuto do IPBA, de maneira a permitir a criação da Fundação Escola Politécnica da Bahia – (FEPBA): "A Assembleia Geral do Instituto Politécnico da Bahia resolve e manda cumprir as seguintes disposições, pelos quais reforma: "Art. 1- Além dos fins constantes do Art. 1o do Estatuto de 17 de julho de 1896, o Instituto também criará e manterá, oportunamente, escolas profissionais de todos os graus, e estabelecimentos de ensino secundário, em qualquer parte do território do Estado (...)" Idem, p. 199.

³⁰⁶ Nos anos 1920 mapeamos os seguintes concursos: Tito Vespasiano Mata Pires foi aprovado no concurso de 1922 e nomeado catedrático de materiais em 1923, mesmo ano em que Aurélio Brito de Menezes foi aprovado e nomeado para trigonometria esférica, astronomia teórica e prática, geodesia. Já em 1928 foram aprovados em concurso e nomeados catedráticos: Elysio de Carvalho Lisboa, para geometria descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva; Paulo de Matos Pedreira de Cerqueira, para física experimental e meteorologia; Albano da Franca Rocha, para topografia, construção de plantas topográficas e legislação de terras; e Jaime Cunha da Gama e Abreu, para arquitetura civil, higiene dos edifícios, saneamento das cidades. Em 1929 foram: Mário Tarquínio, para desenho técnico; Oscar Caetano da Silva, para desenho a mão livre e ornatos; e Archimedes Pereira Guimarães, para química inorgânica, descritiva e analítica e noções de química orgânica. COSTA, Terezinha Pereira. *Teses apresentadas à Escola Politécnica e à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia: levantamento e estudo analítico*. Salvador, 1965. Monografia, Escola de Biblioteconomia, UFBA. Destacamos que todos os concursados são pertencentes ao quadro de ex-alunos da EPBA.

Ainda sobre as atividades e a rotina do professorado da EPBA, percebemos que as diretrizes de ensino da instituição se encontram registradas em um grande livro de ponto – hábito praticado por várias décadas da história da instituição – de uso comum para todos os docentes, no qual cada um, além de deixar sua assinatura para registro de presença, anotava também informações mínimas relativas à aula ministrada no dia. Verificamos que essa regra vigorou até os anos 1940, quando a Escola foi incorporada à recém-criada Universidade da Bahia (UBA), em 1946. Mesmo após essa junção, quando se implantou o sistema de cadernetas específicas para cada disciplina, os professores da EPBA continuaram seguindo a mesma tradição, de não registrar nas cadernetas as matérias ensinadas. Na prática, estas serviam apenas para o registro da frequência e das notas das avaliações dos alunos, de modo que não tivemos muito sucesso na tentativa de recuperar programas das disciplinas ministradas. No entanto, já informamos que os programas adotados seguiam fielmente os padrões da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Gráfico XVII: Cargos públicos ocupados por docentes da EPBA – 1897 – 1920



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1897-1920

A partir do gráfico XVII, assim como identificamos para o corpo discente, faremos agora algumas análises quanto à inserção profissional – fora dos muros da escola – de membros do corpo docente da EPBA. Marcado por um corpo de especialistas dos mais renomados da região Norte-Nordeste, a EPBA forneceu através dos quadros do aparato estatal: 62 (sessenta e dois) docentes para o quantitativo de 72 (setenta e dois) mapeados no período ora analisado.

Ainda que exercendo funções acadêmicas na escola de engenheiros, a maioria desses agentes exercia atividades profissionais junto às agências do poder público – federal, estadual e municipal –, atuando tanto no legislativo, como também nas instâncias do poder executivo.

Assim como já mostramos para o corpo discente³⁰⁷, há uma repetição, em parte, sobre as preferências dos professores em ocupar os cargos operacionais, funções mais “especializadas” e tangíveis à aplicação da engenharia. Entretanto, as diretorias de obras e saneamento na prefeitura da cidade do Salvador, as diretorias do Ministério de Viação e Obras Públicas e as diretorias vinculadas às secretarias da administração estadual são as que apresentam o maior contingente, totalizando 19 (dezenove) docentes.

Vários outros professores dessa 1ª geração preencheram cargos-chave na administração federal, tais como Joaquim Licínio de Souza Almeida (Ministro da Viação e Obras Públicas em 1936); José Pires do Rio (Ministério da Viação e Obras Públicas em 1919 a 1922); Miguel Calmon Du Pin e Almeida (Ministro da Viação e Obras Públicas em 1907 a 1908 e Ministro da Agricultura em 1922 a 1924) e Octávio Cavalcante Mangabeira (Ministro de Relações Exteriores em 1926 a 1930); sendo que Joaquim Licínio e Octávio Mangabeira diplomaram-se já pela EPBA, e o segundo com sua origem social vinculada aos estratos sociais urbanos.

Desse modo, a escola baiana fez em suas duas primeiras décadas de existência um total de 05 (cinco) ministros, todos ligados às “pastas” da Agricultura e Obras Públicas e Saneamento, isso sem falar naqueles professores que chegaram a ser nomeados Secretários estaduais, como pode ser verificado no quadro V.

³⁰⁷ Ressaltamos que, para alguns casos, os nomes que aparecem no levantamento do corpo de ex-alunos irão aparecer também no quantitativo do corpo de docentes, na ocupação de cargos públicos mostrado no gráfico XVIII, já que vários diplomados se efetivaram como docentes da instituição na qual se diplomaram.

Quadro V – Cargos no Executivo Estadual

Arlindo Coelho Fragoso	Secretário de Agricultura em 1893-1895, Secretário Geral de estado em 1912 - 1916.
Arnaldo Pimenta da Cunha	Secretário de Viação do governo do Estado da Bahia na administração Octávio Mangabeira - 1943 – 1947.
Arquimedes Pereira Guimarães	Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo de Lomanto Júnior (1963 - 1967).
Arthur de Sá Menezes	Secretário de Agricultura da Bahia – 1930 – 1931.
Elysio de Carvalho Lisboa	Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, na administração Leopoldo Amaral em 1930 - 1931.
Frederico Ferreira Pontes	Secretário da Agricultura, Viação, Ind. e Obras Públicas em 1905 – 1906.
Miguel Calmon Du Pin E Almeida	Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo Severino Vieira e José Marcelino (1901-1904, 1904 - 1907).

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Esse fato consagrou a EPBA a uma posição institucional responsável por fornecer “quadros” para as principais “pastas” na administração municipal e estadual, reafirmando a sua condição de “escola de gestão” e/ou “escola de execução”, usando uma tipologia bourdieudiana.

É claro que a EPBA para suas primeiras décadas prezou, em seu início, por uma metodologia seletiva, ainda que os “quadros” por ela diplomados tenham vindo a constituir-se – como evidenciou o estudo até aqui – “na verdadeira “nobreza de Estado”, no sentido atribuído por Bourdieu, de uma “nobreza” de méritos escolarmente adquiridos, via de regra, destinados aos altos cargos da burocracia pública”³⁰⁸.

Para além da preferência por cargos mais especializados – principalmente, diretorias e inspetorias – como já analisamos nos parágrafos anteriores, apresentamos os docentes nomeados que exerceram “pastas” de grande importância político-estratégico, como no caso de Arlindo Fragoso para a primeira Secretaria de Agricultura da era republicana” e “Secretaria Geral do Estado”. A primeira nomeação elevou Fragoso a um ganho significativo de “capital político” em um dado momento em que as instituições estavam se reformulando – transição do império para a república – e as correlações de forças sociopolíticas tendiam a se tencionar; e a segunda nomeação representou uma “pasta” que conglomerava todas as secretarias da administração Seabrista, um cargo que lhe autorizava a “gerência administrativa” do governo baiano.

³⁰⁸ Mendonça, *Op. Cit.*, p. 195.

Contudo, a chegada de Fragoso à principal “pasta” na administração do estado baiano levou a escola de engenheiros da Bahia a uma espécie de “reserva técnica especializada”, já imbuída por um “projeto de visão de mundo”, que se colocava de forma estratégica para o estado baiano. Tal premissa elevou e promoveu ainda mais o interesse dos estratos sociais médios urbanos da capital.

Logo, essa “pequena porta” pela via da meritocracia logrou para esses estratos sociais a possibilidade de uma ascensão, ainda que lenta, na escala social e profissional, mas também uma possibilidade de galgar representatividade política.

Dentro dessa mesma lógica, vieram as nomeações de Elysio de Carvalho Lisboa, Arthur de Sá Menezes, Arnaldo Pimenta da Cunha, Arquimedes Pereira Guimarães – todos esses pertenciam a estratos sociais urbanos –, e, representando as frações da classe dominante, temos Frederico Ferreira Pontes e Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

Essa série de fatores autorizou a formação de um “tecido social” que se legitima a partir da reprodução escolar. A composição desses artifícios ao longo dos anos se formulou de maneira orgânica e concisa, por meio de princípios e valores de dominação respaldados e fomentados, essencialmente, pela égide da autoridade “científica”, possibilitando a essa camada social uma “porta” definitiva de ascensão.

Para tanto, a escola de engenheiros da Bahia se tornou, além de um “espaço científico” de prestígio, também uma agência difusora de princípios onde alunos e professores tiveram a oportunidade de articular, organizar, interiorizar e enunciar suas perspectivas, auxiliando e elevando a entidade escolar à sua consagração como agência oficial de um dado projeto de visão de mundo. Ou seja: podemos sinalizar que a EPBA transformou-se num autêntico e significativo aparelho hegemônico dos interesses das frações dominantes³⁰⁹.

Continuando, apresentamos o quantitativo referente aos docentes que chegaram a cargos do executivo e legislativo “federal, estadual e municipal” para o estado da Bahia e outras regiões do país. O quadro VI nos mostra a seguir:

³⁰⁹ A EPBA tinha em seu quadro discente um maior número indivíduos pertencentes aos estratos sociais urbanos. No entanto, destacamos que os agentes e os intelectuais que fomentaram e patrocinaram, mesmo que de forma simbólica, a criação da entidade escolar, pertenciam às frações dominantes locais que já se encontravam na sintonia dos novos tempos.

Quadro VI – Cargos no Executivo e Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)

Aristides Galvão de Queiroz	Prefeito de Valença em 1898 - 1899; Deputado Federal pela Bahia em 1890.
Affonso Glicério da Cunha Maciel	Presidente do Conselho municipal “Câmara de vereadores” de Salvador em 1896.
Arlindo Coelho Fragoso	Prefeito de Santo Amaro em 1893.
Arnaldo Pimenta da Cunha	Prefeito de Salvador em 1935; Deputado Federal pela Bahia em 1917 – 1920.
Arthur de Sá Menezes	Convidado a ocupar o cargo de Prefeito de Salvador em 1912, por J.J. Seabra, entretanto, não aceitou.
Durval Neves da Rocha	Foi prefeito da cidade de Salvador - 1938 – 1942; Senador pela Bahia em 1954 e 1959.
Elysio de Carvalho Lisboa	Prefeito de Salvador - 1942 - 1945.
Epaminondas dos Santos Torres	Prefeito de Salvador em 1921 - 1924. Durante a Administração JJ Seabra. Intendente da cidade de Curuçá em 1908.
Francisco de Souza	Prefeito de Salvador 1928 – 1930; Deputado Federal por São Paulo 1922 - 1924.
José Americano da Costa	Prefeito de Salvador, cargo exercido de 1932 - 1937 e Prefeito da cidade de Jequié.
José Pires do Rio	Ministério da Viação e Obras Públicas 1919 – 1922. Ministério da Fazenda 1945 – 1946. Prefeito de São Paulo em 1926 - 1929. Deputado Federal por São Paulo 1922 – 1924
Joaquim Licínio de Souza Almeida	Ministro da Viação e Obras Públicas em 1936 – 1937.
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	Governador da Bahia 1930 - 1931, Prefeito de Salvador em 1930.
Thyrso Simões de Paiva	Prefeito de Salvador em 1931 – 1932.
Antônio Ferrão Moniz de Aragão	Governador da Bahia 1917 – 1920; Deputado Estadual em 1907 – 1911; Deputado Federal pela Bahia em 1914 – 1916 e Senador pela Bahia em 1921 – 1926.
Octávio Cavalcante Mangabeira	Governador da Bahia 1947 – 1951. Ministro de Relações e Exterior 1926 – 1930. Conselheiro Municipal “vereador”, em 1908; Deputado Federal pela Bahia em 1912 - 1916, 1916 -1920, 1920 - 1924, 1945 – 1947 e Senador federal pela Bahia em 1951 – 1956.
Miguel Calmon Du Pin E Almeida	Ministro da Viação e Obras Públicas 1907 - 1908 e Ministro da Agricultura 1922 – 1924. Deputado Federal pela Bahia e Senador Federal pela Bahia.
Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade	Conselheiro Municipal (Vereador), em 1890.
Salvador Pires de Carvalho Aragão	Deputado Estadual em 1891.
Lauro de Farani Pedreira de Freitas	Deputado Federal pela Bahia em 1945 – 1949.

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Avaliando os dados apresentados no quadro VI, repete-se a tendência e a preferência já mostrada na análise do alunado: a vocação dos agentes ligados à EPBA a ocupar funções no executivo municipal e estadual, somando 12 (doze) cargos – distribuídos entre Prefeituras e Governadorias – e um percentual diminuto exercendo o legislativo, principalmente, após 1920, momento no qual a EPBA já se credenciava como uma agência oficial a fornecer quadros dirigentes para as instâncias públicas estatais.

O caso mais emblemático no período estudado apresenta-se na trajetória de Octávio Cavalcante Mangabeira, que inicia sua vida pública em 1908, mormente, por suas credenciais adquiridas na EPBA, onde se diplomou em 1904 e se tornou docente do quadro efetivo em 1905. Em 1908 Mangabeira é indicado pelo governador Araújo Pinho (1908 – 1911) a ocupar o cargo de conselheiro municipal (vereador), a partir desse momento o professor Mangabeira se torna um dos grandes nomes da política baiana, assim como um dos principais beneméritos da EPBA. Octávio Mangabeira teve atuação determinante na liberação de subsídios para o bom funcionamento da escola, após sua chegada ao legislativo federal (Câmara de Deputados) em 1912. Sua atuação política a partir dos anos de 1920 se revela essencial para as tomadas decisórias e estratégicas no âmbito regional. O professor Mangabeira exerceu variados cargos representativos nas instâncias políticas – exceto, presidência da república – chegando ao seu ápice em 1947, quando ocupou a cadeira de governador da Bahia.

Dito isso, ressaltamos que o Octávio Mangabeira, filho de farmacêutico, foi o legítimo representante dos estratos sociais urbanos da capital Salvador, o que nos leva a reforçar nossas ponderações sobre a escola de engenheiros da Bahia como uma autêntica agência de “novo tipo” para os novos tempos da república. Ou seja, a EPBA tinha por vocação formar e construir uma verdadeira “nobreza de estado” com parâmetros definidos e baseados pela via da “meritocracia”, adquiridos pelas vias e instâncias escolares. Assim como Mangabeira, outros agentes ligados aos estratos urbanos também chegaram a galgar posições importantes nos espaços de poder, como: Durval Neves da Rocha, Epaminondas dos Santos Torres, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, José Pires do Rio e Lauro de Farani Pedreira de Freitas, conforme mostra o quadro VI, todos filhos de pequenos/médios empresários e profissionais liberais (bacharéis e jornalistas).

Ainda que contemplando uma fração importante de filhos de proprietários rurais, 30% ao todo para a 1ª geração de docentes – como já mostramos no gráfico XIII –, esse percentual elevado de professores ligados a núcleos familiares pertencentes à terra se deve a um processo de transição entre os regimes monárquico e republicano. Contudo, esses núcleos se encontravam decadentes e, por estratégia de sobrevivência, passaram a migrar para a capital e a ocupar cargos públicos importantes por meio de influências políticas de momentos de outrora.

A exceção a essa regra se materializa nas figuras de Miguel Calmon Du Pin e Almeida e Antônio Ferrão Moniz de Aragão. O primeiro, com credenciais e vínculos com uma das mais importantes famílias proprietárias da região do recôncavo da Bahia, que,

mesmo com a transição para a república, permaneceu com grande *status* de poder e influência junto à política regional e nacional. Já o segundo, também pertencente a uma das mais importantes oligarquias da região do recôncavo, soube se moldar aos novos tempos, se tornando um dos mais dedicados aliados de J. J Seabra, uma das mais importantes lideranças políticas para o período da Primeira República na Bahia. Antônio Moniz conquistou a confiança e o respeito do governador J. J Seabra e do seu grupo de correligionários, o que levou Moniz à cadeira de governador em 1916, sucedendo o próprio Seabra, que retornou para seu segundo mandato em 1920.

Concluindo, podemos dizer que a EPBA se caracterizou, quanto a este aspecto, pela maior diversidade social de sua clientela, o que, agregando-se os dados dos gráficos, significa que o total de 51% dos docentes eram filhos de pais pertencentes às mais diversas posições sociais não ligadas diretamente à propriedade fundiária. Este fato nos leva a concluir que a escola de engenheiros da Bahia primou por uma menor elitização do acesso a esse tipo de formação e saber, se adaptando aos novos tempos e se tornando uma “pequena porta” para os perfis ligados às frações sociais urbanas.

Capítulo 4 - Engenheiros politécnicos “nova geração”. Consolidação e/ou acomodação aos novos tempos? Uma nova Bahia - Salvador - para velhas práticas

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental.

Antonio Gramsci

1. EPRJ e EPBA: mudanças e consolidações

Para darmos início à seção, é importante destacarmos que o conjunto das mudanças e transformações ocorridas no Brasil, ainda durante o Império, a partir da segunda metade do século XIX, colaborou para o potencial surgimento e consagração de um dado ofício: o engenheiro. Após se sagrar como grupo profissional, esses agentes, depois de um determinado tempo, dão início ao seu *modus operandi* de pensar e agir, inscrevendo seus representantes junto a algumas *pastas* oficiais, principalmente, as vinculadas às “grandes obras” do estado imperial. Percebendo a oportunidade, esses intelectuais, tendo como meta lançar as bases de um “corpo técnico” de engenheiros civis especialistas e diplomados, dão início à transformação da sua principal escola de formação: a antiga Escola Central. Antes vinculada ao ensino de engenharia militar, a

entidade será desvinculada do ensino e da cultura militar sendo reformulada e recriada como Escola Politécnica do Rio de Janeiro - EPRJ. Para o historiador Pedro Marinho, *este seria o grupo capaz de dar impulso, num primeiro momento, ao processo de conformação territorial do império por meio do mapeamento do território e identificação de riquezas.*³¹⁰

Ainda segundo Marinho,

“...os engenheiros militares, entre outros agentes sociais, colaboraram na construção de certa homogeneidade da classe dominante, que se traduzia na manutenção da unidade territorial, manutenção do trabalho escravizado e todas as dimensões morais e intelectuais que se encerravam nessa concepção de mundo. Concomitantemente a esse processo, ampliava-se a arregimentação de engenheiros especializados na realização de obras públicas. Principalmente em estradas de ferro, as quais seriam implementadas nas mais diversas províncias do país. **Esses intelectuais, integrando-se à sociedade política,** garantiam aos dirigentes imperiais o conhecimento e o controle que se faziam necessários à sua administração e, conseqüentemente, à **construção hegemônica das frações dominantes.**”³¹¹ (Grifos Nossos)

Contudo, a inserção profissional desses agentes seria dada pela capacidade de construção de um discurso em condições de agregar os seus próprios interesses específicos, seja como classe profissional, seja como intelectuais “*de novo tipo*”, congregado à capacidade de formular novos projetos para uma sociedade em transformação. Para Marinho, harmoniza-se:

“...assim, uma atividade intelectual (que já se apresentava intensa na sociedade civil) à sua inserção em agências da **sociedade política** (lugar em que poderiam, como agentes especializados, lidar organicamente com as políticas públicas) e se adequarem aos movimentos de “**modernização**”, “**melhoramentos**” e “**progresso**” que nada mais eram do que a expressão ideológica do processo de expansão das incipientes e subordinadas relações sociais capitalistas³¹².” (Grifos Nossos)

³¹⁰ MARINHO, Pedro Eduardo M. Monteiro. *Op. Cit.*, p. 91.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

Dentro dessa lógica, a engenharia e seus profissionais conseguem, de maneira gradativa e homogênea, adequar os seus discursos a um movimento em direção ao “futuro”, seguindo também de forma concêntrica conforme o movimento se constitui. Desta maneira, dá-se a tendência para a construção de uma relação hierárquica de dominação e consenso entre o mundo “civilizado” europeu – representando o progresso – e as zonas periféricas consideradas subdesenvolvidas e presas a um passado longínquo.

Já reconhecidos como indispensáveis, esse grupo de intelectuais – os engenheiros politécnicos, – se tornam uma espécie de benfeitores da “civilização” e “progresso”, conquistando o direito de inscrever suas percepções dentro desse contexto de transformação dinâmico social. A representação da ideia de “progresso” firmada por esses intelectuais não era apenas um artifício recheado de retórica vaga e superficial, mas sim entendido como uma estratégia de edificação e de confirmação de uma dada identidade profissional elencada na ideia de uma concepção de Brasil. Logo, esse grupo de agentes tinham a expertise de almejar e conquistar o tão desejado “progresso”, e para isso, haveria a necessidade de uma marca de profissionais e intelectuais de “*novo tipo*”, agora não mais amalgamados ao aparelho coercitivo militar. Conquistado e sacramentado o espaço de fala junto à sociedade civil, esses agentes já iniciam a inscrição de seus porta-vozes na sociedade política, especificamente nas agências oficiais atreladas ao planejamento e à execução de grandes obras estruturais. É nesse momento histórico que tomam vozes os seus “aparelhos privados”, que, no caso da capital do Império, atendia pelo Clube de Engenharia³¹³. Nesse ínterim, a fim de expandir suas ideias e dar discernimento a seus projetos pelo território nacional, após formar um determinado número de profissionais engenheiros por sua entidade escolar, nesse caso a EPRJ, esses agentes, ao concluírem suas graduações, retornam para suas localidades já com uma dada forma de pensar e agir. Devido a essas condições históricas, nasce a possibilidade de criação de variadas entidades escolares formadoras de engenheiros pelo país, dentre elas a Escola Politécnica da Bahia.

A Escola Politécnica da Bahia teve sua pedra fundamental lançada ainda em fins do século XIX, por meio do Instituto Politécnico da Bahia – IPBA, criado um ano antes, mais precisamente no ano de 1896, por iniciativa de um grupo seleta de engenheiros que tiveram suas graduações adquiridas na antiga Escola Central e na EPRJ. Contudo, ao

³¹³ Para saber sobre o Clube de engenharia, ver: MARINHO. Pedro Eduardo M. Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008.

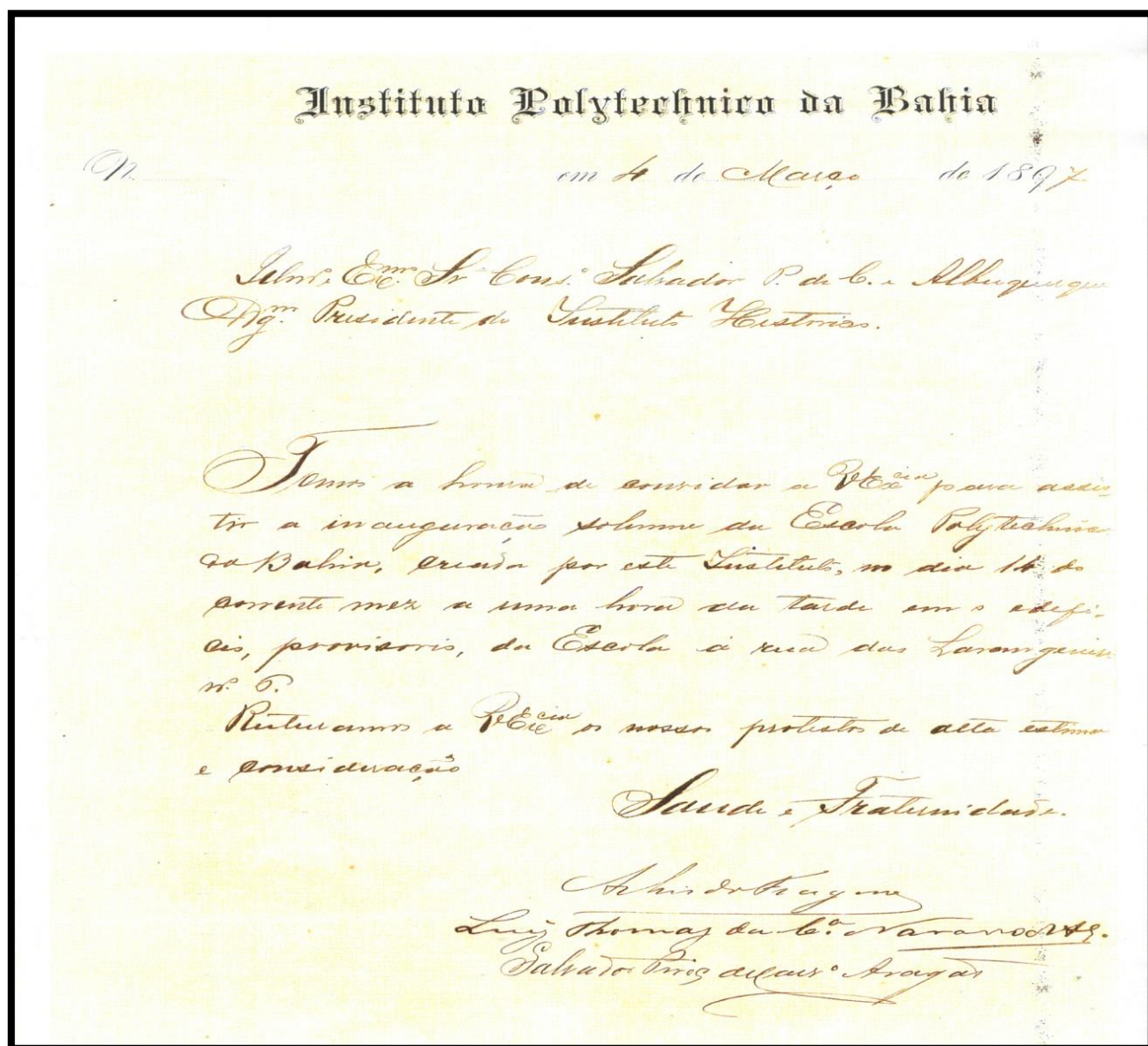
retornarem à Bahia, iniciaram suas atividades como docentes na imperial Escola Agrícola da Bahia – EAB. Não satisfeitos com os rumos da entidade imperial, tendo como pano de fundo algumas questões de cunho político que já apresentamos nesse estudo, esses agentes, liderados pelo engenheiro e professor Arlindo Coelho Fragoso, se insurgem contra os agentes administradores da EAB – que tinha em suas diretrizes graduar agrônomos – e criam a sua própria escola de Engenharia.

Assim como a entidade carioca, podemos afirmar que a trajetória histórica da escola de engenheiros da Bahia nos clarifica o processo gradual de expansão da sociedade civil baiana.

Esses agentes almejavam, por meio de sua instituição, iniciar uma estratégia de dialogar, construir e impor seus projetos através da inscrição de seus porta-vozes em agências oficiais, bem como ansiavam, ao mesmo tempo, formar, instruir e investir para que seus próprios e futuros porta-vozes adentrassem de maneira gradativa junto à sociedade política.

Até se consagrar como uma escola padrão de referência, ou seja, no caso da Bahia, como um legítimo “*aparelho privado*” ocupado e administrado por seus pares, durante a primeira década de fundação da EPBA, vários ajustes e dificuldades institucionais foram vivenciados. Os obstáculos advinham ora do âmbito institucional interno – alteração de regulamento, estatutos, espaço físico e legislação –, ora de dificuldades financeiras *stricto sensu*. A mais grave e significativa destas passou pela administração de Severino Vieira (1900 – 1904), que naquele momento, por pouco, não encerrou suas atividades devido ao corte drástico das subvenções estaduais. Tal fechamento não ocorreu por uma ação inesperada patrocinada pelo Prof. Arlindo Fragoso, que assumiu praticamente todas as cadeiras da graduação, episódio já apresentado no capítulo 2 desse estudo.

Figura I



Convite de Inauguração da Escola Politécnica da Bahia em 14/03/1897. Fonte: Arquivo histórico da EPBA.

Ao superar a quase falência, a EPBA, em 1905, consegue retomar as subvenções estaduais na administração de José Marcelino (1904 – 1908) e, com o apoio de Octávio Mangabeira (ex-aluno e deputado federal), adveio mais um auxílio financeiro com as emendas federais³¹⁴. Ao unificar interesses e difundir concepções de mundo junto aos agentes que já atuavam junto à sociedade política – por conseguinte, como “partido” no

³¹⁴ A retomada dessas subvenções levou o IPBA a adquirir uma nova sede. Episódio já apresentado no Capítulo II.

sentido ampliado conceituado por Gramsci –, a escola de engenheiros da Bahia consegue alcançar outro patamar de importância.

O que buscamos destacar é a importância que os agentes políticos passavam a reservar aos intelectuais engenheiros, já considerados porta-vozes dos quadros técnico-científicos. Tal relevância é visível, em grande parte, devido ao constante cuidado em torno de propostas e formulações que circundavam e regulavam as políticas públicas em 1906, principalmente as que diziam respeito à intendência da capital. Vejamos agora um pedido do intendente de Salvador Antônio Victorino Falcão fez ao IPBA e EPBA, pedido este registrado em ata, que segue:

“O intendente municipal, drº Vitorino Falcão, solicitara o auxílio do Instituto para a organização do regulamento dos serviços de eletricidade do município³¹⁵.

Dessa forma, a entidade escolar baiana aos poucos foi sendo solicitada a participar na elaboração e organização de possíveis projetos de políticas públicas para a capital Salvador. Estabelecia-se, assim, um amálgama entre intelectuais – no interior desse grupo os engenheiros vinculados à EPBA – que já se apresentavam com atividades intensas na sociedade civil. Logo, a consequência desse processo é sua inserção no interior das agências oficiais da sociedade política, local em que se encontrariam, como agentes especializados, construindo e dando organicidade e consenso às políticas públicas.

Mas, é com a chegada de J. J Seabra ao executivo, em 1912, que a Escola Politécnica, realmente dá início à sua consolidação como um verdadeiro “partido”. É neste momento que a colaboração, as diretrizes e os projetos técnicos, ou seja, a “visão de mundo” desse grupo de especialistas, e, os da fração dominante hegemônica, aglutinam-se e se impunha uma pauta necessária de seus interesses. É o que nomeamos de consenso.

Na primeira passagem de J. J Seabra pelo governo da Bahia, o executivo teve Arlindo Coelho Fragoso – fundador e diretor da EPBA – ocupando a principal cadeira no secretariado. Consequentemente, os seus principais auxiliares – diretores – ora pertenciam ao corpo de docentes da EPBA, ora ao de ex-alunos tais como, Frederico Ferreira Pontes (ex-EPRJ, docente da EPBA, Ex-secretário da Agricultura 1905-1906,

³¹⁵ GUIMARÃES, *Op. Cit.* p. 52.

Diretor de Agricultura), Vital Lordello dos Santos (ex-aluno da EPBA, chefe da secretaria de agricultura), Francisco Lopes da Silva Lima (ex-aluno da EPRJ, Docente da EPBA, fundador Do IPBA e EPBA, Diretor de Obras), Thyrso Simões de Paiva (ex-aluno da EPRJ, Docente da EPBA, diretor de Iluminação, futuro intendente de Salvador), Arthur de Sá Meneses (ex-aluno da EPRJ, fundador do IPBA e EPBA, membro da Secretaria Geral), dentre outros nomes. Podemos observar que a EPBA está presente de corpo e alma no fomento e na elaboração das políticas públicas na primeira passagem de J. J Seabra pelo executivo baiano. Nas administrações subsequentes, a presença desses agentes persiste, ora com mais ora com menos capital político, até à ocorrência dos fatos que desencadearam o movimento de 1930. Destacamos que essa influência quase sempre se mantinha como foco para a intendência da capital Salvador, e que, a partir dos anos 1930, ela se aprofunda e se intensifica ainda mais, conforme mostraremos na última seção do capítulo 4 desse estudo.

Consolidada como um verdadeiro “partido” no sentido conceituado por Gramsci, a EPBA passaria por uma mudança drástica a partir dos anos de 1932, quando iria se desvincular de sua agência patrocinadora.

Como já apresentamos durante a trajetória das instituições – IPBA e sua escola EPBA –, indicamos que ambas funcionaram com um indicativo “coerente” e “orgânico”, portanto, não havendo diferenças entre elas. Ao analisarmos as atas das duas instituições, praticamente não haviam divergências entre as entidades, quando ocorriam, com rara exceção, seria por assuntos meramente de cunho burocrático sem grande importância. Apesar da IPBA ser a mantenedora da escola de engenheiros, todas as subvenções se destinavam à escola. É um caso bem peculiar o que ocorreu na Bahia, se compararmos com o que ocorreu no Rio de Janeiro, onde o Clube de Engenharia seria o celeiro de debates e discussões para os projetos desses agentes engenheiros, e a EPRJ seria apenas um braço do Clube de Engenharia, ou seja, uma entidade de formação vinculada às ideias e percepções de mundo do Clube de Engenharia. Lembramos que a escola de engenheiros carioca seria uma entidade pública, o que só iria ocorrer com a escola baiana em 1934. Indicamos que, durante as primeiras décadas de atuação, enquanto esteve formalmente administrando a EPBA, o instituto realizou suas atividades no interior dos muros da escola.

A proposta de um instituto “forte” e mantenedor de uma escola de formação em engenharia se enfraquece de forma consistente com as sucessivas reformas estatutárias, por exemplo, com a diminuição do número de comissões científicas que, num primeiro

momento, se apresentavam subdivididas em 27 (vinte e sete) áreas de conhecimento, com eleições via diretoria, de dois em dois anos. Essas sucessivas mudanças se devem, fundamentalmente, à não contribuição de seus sócios aos cofres da instituição, que tinha, a princípio, a projeção de ser uma agência de cunho privado, o que não se concretizou ao longo das décadas seguintes. Já pontuamos esse debate em seções anteriores.

Ainda que decadente, o IPBA e sua instituição escolar instituíram-se, ao longo da Primeira República, como uma das mais importantes agências de formação de agentes políticos e intelectuais – técnicos científicos – atuantes em limite local. As atuações e ações desses profissionais cresciam conforme seus porta-vozes se inscreviam e participavam das “pastas” oficiais junto aos núcleos decisórios no seio do aparelho estatal. Esse grupo de agentes engenheiros, com o auxílio de sua escola, de forma paulatina foi ocupando espaços nas mais variadas agências, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, assim como em todo o processo de correlação de forças intraclasses, com vistas a estratégias para alcançar aos postos de destaque no poder. A fração social ascendente – que os engenheiros representavam –, ainda que já tendo consciência de seu papel dirigente e pertencimento de classe, esteve, a todo momento, negociando e intercedendo para conglomerar e assentar as velhas frações proprietárias dos tempos de Império.

Concluindo, após 36 (trinta e seis) anos de sua criação no gabinete da SEAGRI-BA em 1896, o IPBA será remodelado a partir de julho de 1932. Neste momento, a entidade que deu vida à primeira escola formadora de engenheiros da Bahia passa a ser controlada, via fundação, e foi criada exclusivamente para administrar o IPBA e seu patrimônio. Contudo, o que estava por trás da remodelação do IPBA, além da perda de sua função institucional frente à EPBA, também se pautava em uma nova estratégia de introjetar, agora pelas vias *stricto sensu* da “ciência e tecnologia”. Neste momento, dava-se o pontapé para o início da construção do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Bahia. Na sequência, a EPBA tornou-se uma instituição pública: foi federalizada em 1934. Neste momento, o papel do IPBA e a sua fundação ficaram pautados ao apoio institucional de fomento à “ciência e tecnologia” assim como à criação e elaboração de um projeto para a construção do Instituto de pesquisas e tecnologia, como nos mostra o fragmento citado:

A FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E SEUS OBJETIVOS

1 – A FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA é uma pessoa jurídica de **direito privado**, que se **não deve confundir com a ESCOLA POLITÉCNICA**, estabelecimento público de ensino superior incorporado à Universidade da Bahia, embora com ela intimamente relacionada, conforme se explica ao seguir.

Aos 30 julho de 1932, o INSTITUTO POLITÉCNICO, que até então mantinha e dirigia a ESCOLA POLITÉCNICA, por êle criada, constituiu, segundo as normas do Código Civil, a referida FUNDAÇÃO, dotando-se com todos os bens que expressamente para a ESCOLA houvera recebido, ao tempo que lhe estipulava o objetivo de promover, através dessa mesma Escola, “o ensino da engenharia em seus diversos ramos”, bem como “o ensino superior das ciências físicas, matemáticas e naturais”, e assim, “pela formação de técnicos competentes e a realização de pesquisas científicas, concorrer para o desenvolvimento econômico e industrial da Bahia e do Brasil”.

2 – As vastas e complexas finalidades que lhe são atribuídas configuram a nossa Escola Politécnica qual um INSTITUTO DE TECNOLOGIA, no sentido mais amplo, como realmente sempre a entendemos, devendo assim abranger não somente um centro de formação profissional – a escola de engenharia, no sentido estrito – senão também, indispensavelmente, um núcleo destinado à realização de pesquisas tecnológicas, necessariamente alicerçadas em aprofundados estudos teóricos. Êste núcleo, já existente, mas em estado, por assim dizer, rudimentar, passará a construir o INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS [..]³¹⁶ (Grifos Nossos)

Com a remodelação do IPBA em 1932, a instituição passa a ter como seu patrocinador e responsável a Fundação Escola Politécnica. A nova agremiação foi administrada pelos próprios engenheiros politécnicos – docentes da EPBA, e ex-alunos. A ideia era criar um Instituto de Pesquisas e Tecnologia, voltado ao ensino de Pós-Graduação como nos mostra o fragmento. Outrossim, o que estava em jogo neste momento? O monopólio do ensino de Pós-Graduação na área de “ciência e tecnologia”. No entanto, o que os engenheiros da EPBA não esperavam é que seria uma nova disputa com os derrotados “agrônomos” da antiga escola imperial EAB, a partir da reestruturação de sua instituição e da mudança para a nova sede na cidade de Cruz das Almas. O interventor Landolfo Alves de Almeida (1938 – 1942), que era agrônomo de formação,

³¹⁶ A Fundação Escola Politécnica da Bahia e seus Objetivos, Salvador, 1962, pp. 5-6.

se encontrava no comando do executivo estadual. Todavia, esse novo grupo de agrônomos – em sua maioria com raízes familiares na região do Recôncavo – também mantinha a pretensão de criar o seu próprio Instituto de Tecnologia. Além disso, tinham a seu favor um próprio colega de profissão: o próprio governador da Bahia. No entanto, avançar nessa investigação seria ultrapassar as balizas para essa pesquisa.

2 - Corpo discente: perfil e procedência da 2ª geração – 1921 – 1937

Assim como mostramos na 1ª parte desse estudo, nessa seção, apresentamos o perfil social “2ª geração” do corpo discente da EPBA. Para que essa análise adquira consistência e veracidade, cumpre darmos sequência, assim como fizemos na primeira parte desse estudo, a uma investigação do perfil de seu alunado, ou seja, pela composição social da clientela presente na instituição. Teremos como objetivo relacionar a regionalização da estrutura de classes vigente no país às possíveis mudanças e procedências geográficas, em particular por se tratar do período anterior e posterior a 1930 quando, supostamente, se teria iniciado um processo de efetiva nacionalização do Brasil.

Gostaríamos de assinalar que o conjunto das “Pastas” de alunos da Escola – cerca de 810 (oitocentos e dez) unidades ao todo – constitui o *corpus* documental mais relevante e original de toda investigação, já que, além de estarmos em posse de fontes totalmente inéditas, obtivemos informações que permitem mapear e traçar a origem social da clientela da EPBA. Apresentaremos também sua extração regional, revelando resultados significativos e específicos ao perfil do alunado da entidade e, por consequência, de sua própria finalidade enquanto instrumento facilitador na formação de engenheiros.

Claro, com as devidas peculiaridades, privilegiaremos compreender os traços e origens sociais dos discentes levando em conta a prerrogativa quanto à sua identidade própria enquanto uma escola de graduação de bacharéis engenheiros³¹⁷. Para essa formulação, investigamos 282 (duzentos e oitenta e duas) pastas de estudantes, o que nos

³¹⁷ Lembramos que, a partir dos anos de 1920, a EPBA já oferecia a formação de engenharia química industrial e engenharia elétrica, além da continuidade de (formação complementar) de geógrafos, matemáticos e físicos.

mostrou algumas mudanças se compararmos ao perfil revelado para “1ª geração”. Ao longo da seção, pontuaremos essas diferenças.

Esses dossiês individuais mantêm informações fidedignas no que diz respeito às origens sociais dos alunos, assim como às suas respectivas vidas escolares – mantendo o padrão encontrado para os da 1ª geração – caracterizando-se, no entanto, por ser um material vasto e completo com um diferencial: as condições de conservação da documentação se revelam bem melhores em comparação às análises anteriores³¹⁸.

Durante a compilação da documentação ainda foi possível encontrar a presença de “guias de transferências” relacionada ao corpo de militares do Exército, ainda que menor, mas ainda presente nos bancos da instituição. É possível também nos depararmos com registros de transferência³¹⁹. Todo esse *corpus* documental foi organizado e sistematizado e será apresentado a seguir.

Ao organizar os gráficos XVIII, XIX, XX e XXI, procuramos privilegiar e determinar a procedência social e regional desses alunos, tabulando e qualificando os dados, o que nos confirmou e evidenciou, pela segunda vez, a sua principal vocação institucional: o fato de se tratar de uma escola com forte caráter regional e, ousaríamos dizer, que a EPBA, pós sua terceira década de fundação, passou de uma escola baiana, que tinha por missão formar engenheiros para as regiões do Norte-Nordeste – apesar de poucas mudanças em números absolutos –, e se tornou uma entidade baiana para formar baianos. Dito isso, os gráficos XVIII e XIX nos mostram que 71% das vagas da instituição estão ocupadas pela clientela baiana, restando para os outros estados do Norte-Nordeste o percentual de 23,5%, sendo que o maior percentual por estado se apresentou por cearenses e sergipanos em 4%. Para o restante da federação, restaram 3% para o Rio de Janeiro – maior contingente para o eixo Sul-Sudeste –, 1% para Minas Gerais e São Paulo, 0,5% para o Rio Grande do Sul e 2% para estrangeiros. Diante do quadro apresentado, podemos perceber que a região Centro-Oeste ficou fora dessa estatística, comparados aos 1% da análise anterior.

Se confrontarmos com os dois períodos da instituição, percebemos que a escola baiana passou por uma discreta modificação, deixando o caráter macrorregional – como

³¹⁸ Nas Pastas analisadas, encontramos, por vezes, um padrão de informação que consta na seguinte sequência: boletins escolares, recibos de taxas, certidão de nascimento - documento importante para nossas análises – provas aplicadas, guias de transferências, além de memorandos de advertências e/ou reivindicações dos alunos.

³¹⁹ Sobre os registros de guias transferências correlacionadas aos militares do exército, ver nota 253 desse estudo.

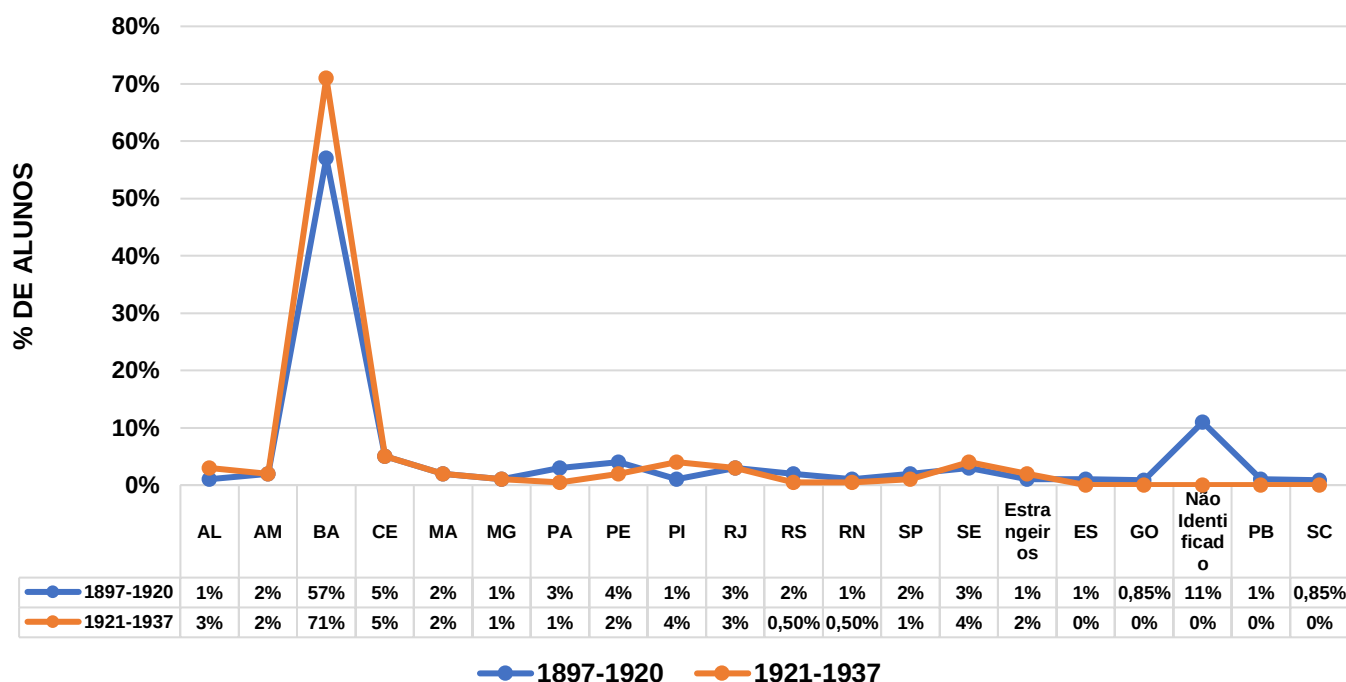
sinalizado no parágrafo anterior – para um perfil estritamente local – estadual – como indica os gráficos XIX. Essa mudança de clientela se deve à abertura de outras escolas de formação nas unidades da federação, conjugado ao desenvolvimento de outros centros urbanos, ligados ao crescimento do eixo Rio-São Paulo, núcleo principal e aglutinador da economia e da política na república e do impacto na diminuição da presença de militares do exército nos bancos da escola.

No que se remete ao Norte-Nordeste, a partir da chegada do modelo republicano, os baianos – que já se encontravam decadentes nas esferas do poder – passam a dividir o protagonismo político regional com os pernambucanos³²⁰. A perda de prestígio, junto ao poder central, e a morte de grandes personalidades baianas – principalmente Rui Barbosa – alavancou a influência dos pernambucanos, que passam a transitar como uma importante voz articuladora nos círculos do poder no Rio de Janeiro³²¹. Nos parece evidente que isso irá levá-los a um novo *status* na arena de disputas no âmbito nacional e regional, tendo influências imediatas nas escolhas e distribuição das clientelas nas instituições de ensino superior da região Norte-Nordeste. Os pernambucanos, que já tinham a primazia de formar tradicionalmente os melhores bacharéis desde os tempos do Império, com a Escola Livre de Direito de Recife, passam, já em tempos republicanos, a formar também engenheiros, atendendo em grande parte os alunos do Norte-Nordeste, passando a dividir protagonismo com a escola baiana a partir dos anos de 1900.

³²⁰ Para saber mais sobre as disputas políticas entre Bahia e Pernambuco, ver: CUNHA, Joaci de Souza. *O fazer política da Bahia na República Velha 1906-1930*. Tese (Doutorado). Salvador: UFBA, 2011, BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: Um às no jogo político da Primeira República – 1920-1926*. Dissertação. Salvador: UFBA, 2014.

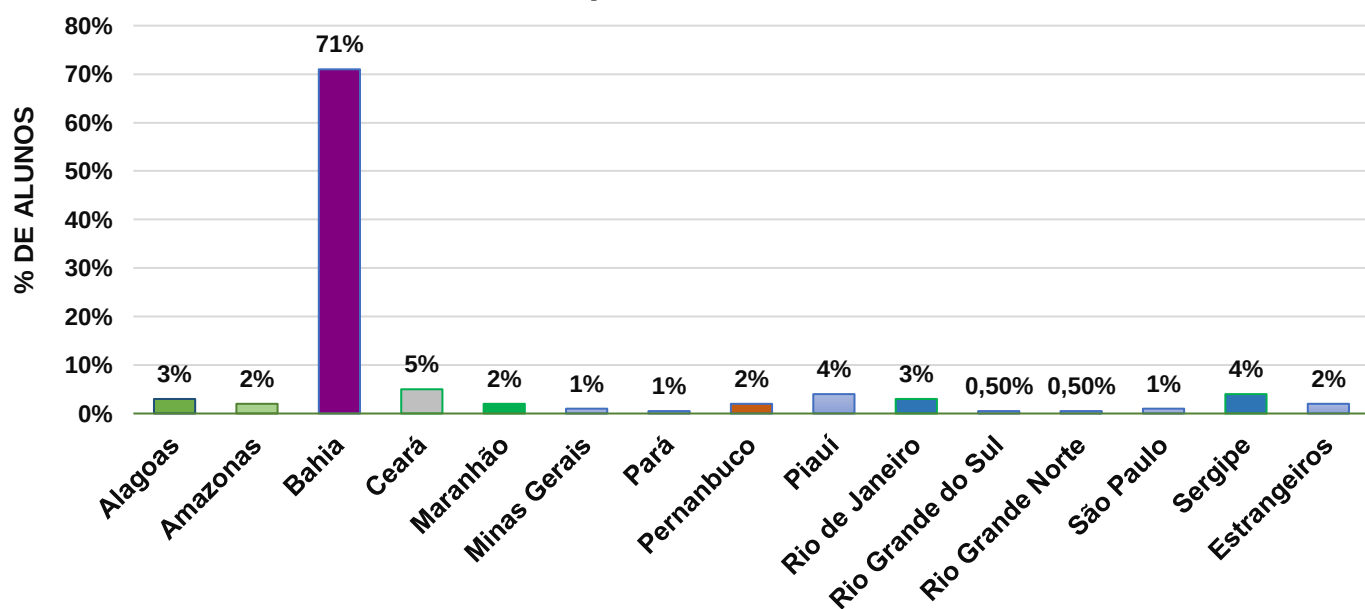
³²¹ Um importante episódio dessa contenda – entre baianos e pernambucanos – ocorreu nas articulações para a formação da chapa presidencial que levou Artur Bernardes e o seu vice, o pernambucano Estácio Coimbra, à presidência da república. Essa disputa sepultou as pretensões do governador da Bahia J.J Seabra de chegar a esferas mais elevadas do poder no Catete. Por esse *meeting*, J.J Seabra foi levado a disputar as eleições na chapa de Nilo Peçanha, que foi derrotada. Por essa querela política, a Bahia foi quase ao ostracismo junto às articulações do poder na capital federal. E, conseqüentemente, levando ao fim o período de poder do grupo seabrista na Bahia.

Gráfico XVIII: Origens estudantes 1ª Geração x 2ª Geração



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

Gráfico XIX: Origem dos estudantes Matriculados na EPBA por UF - 1921 - 1937



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

Outro dado relevante diz respeito às informações precisas e completas encontradas na documentação no corpo do alunado da 2ª geração, em que 100% dos alunos pesquisados possuíam informações básicas e completas. Já para a 1ª geração esse

percentual se apresentou em 89%, ou seja, 11% do contingente analisado não possuíam qualquer tipo de informação referente a sua naturalidade. Para tanto, consideramos que a falta desses dados para o período se apresentou devido à presença marcante de militares na instituição até 1920, pois, ao copilarmos e qualificarmos as fontes, percebemos que as pastas de alunos militares quase não apresentavam conteúdos referentes às suas origens, assim como à sua procedência social. Nesse caso, o documento corriqueiro apresentado era sua “guia de transferência”. O percentual de falta de “identificação” referente às origens sociais dos pais desses alunos “1ª geração” se mostrou em 32%, comparado aos 9% quantificado da “2ª geração” de alunos. Nos próximos parágrafos apresentaremos esses quantitativos. Já a presença estrangeira para os dois períodos se mostrou estável: 1% e 2% com a predominância constante de europeus.

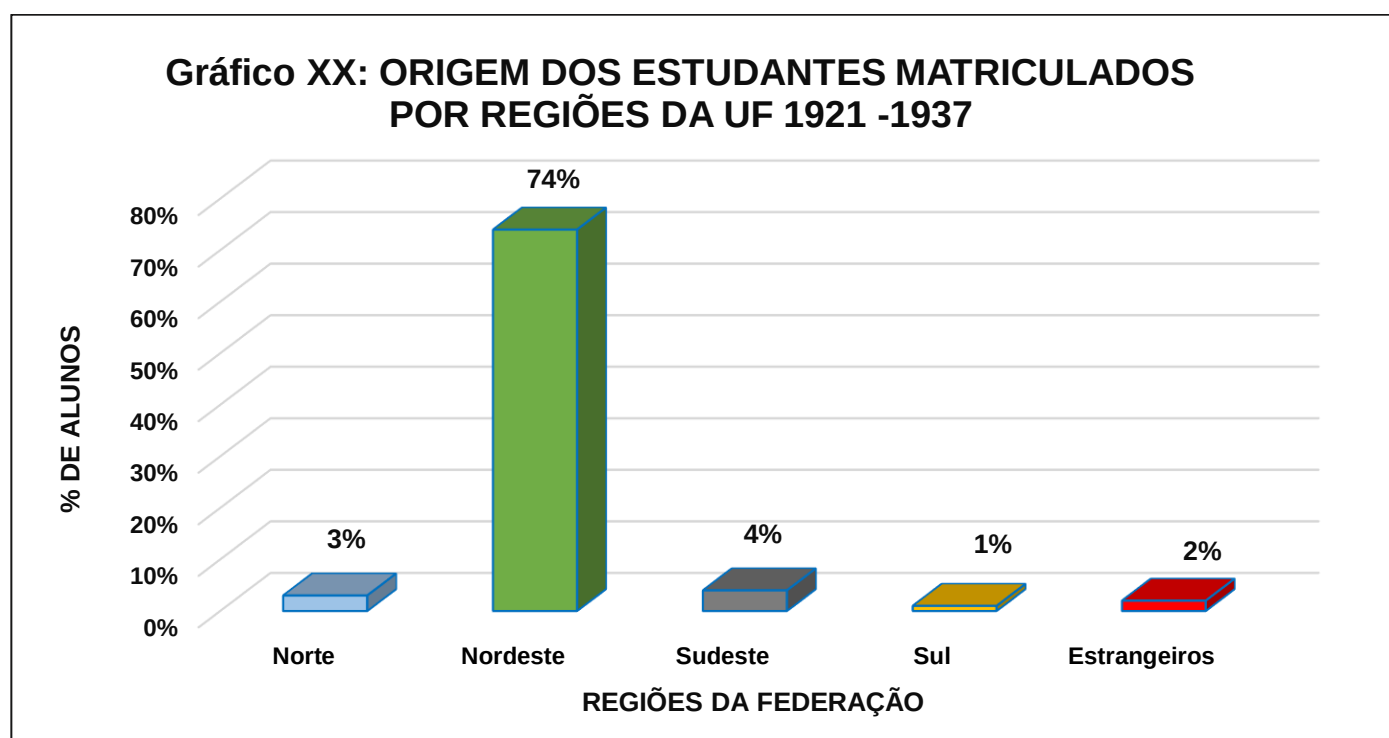
O primeiro dado que salta aos olhos na interpretação dos gráficos XIX, XX e XXI é a presença constante e maciça de baianos 71% e soteropolitanos 55% na composição do corpo discente da escola. A quantificação e qualificação desses dados confirma o que já tínhamos mostrado na 1ª geração de alunos: que a escola de engenheiros da Bahia tinha em seu cerne a missão de formar baianos, ainda que, durante as suas duas primeiras décadas, a presença de alunos do Norte-Nordeste se apresentasse de forma mais constante.

A presença de discentes nordestinos na instituição não se alterou em percentuais gerais, apresentando os mesmos 74% para os dois períodos analisados. A mudança ocorre quando equiparamos os dados macrorregionais e microrregionais³²², comparando com a publicidade das fontes. Ao confrontarmos os percentuais macrorregionais, não percebemos grandes distorções no que tange a números absolutos; o que verificamos, em linhas gerais, foi a diminuição em 2% para cada região – exceto Nordeste – e a ausência da região Centro Oeste, que anteriormente indicava 1%. No entanto, a diferença se mostra quando qualificamos as informações, contabilizando contagem em esfera absoluta. Logo, dos 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos analisados, a 1ª geração – 56 (cinquenta e seis) –, ou seja, 11%, não possuíam qualquer tipo de informe sobre sua vida pregressa à EPBA, ou seja, há a ausência total de dados de cunho familiar, social e regional, restando apenas informações sobre sua vida acadêmica. O quantitativo de 282 (duzentos e oitenta e dois)

³²² Tomaremos como referência para fins didáticos o termo macrorregião, as regiões (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste), e para o termo microrregião, as regiões no estado da Bahia (Salvador, Feira de Santana, Recôncavo, Sul e outras regiões).

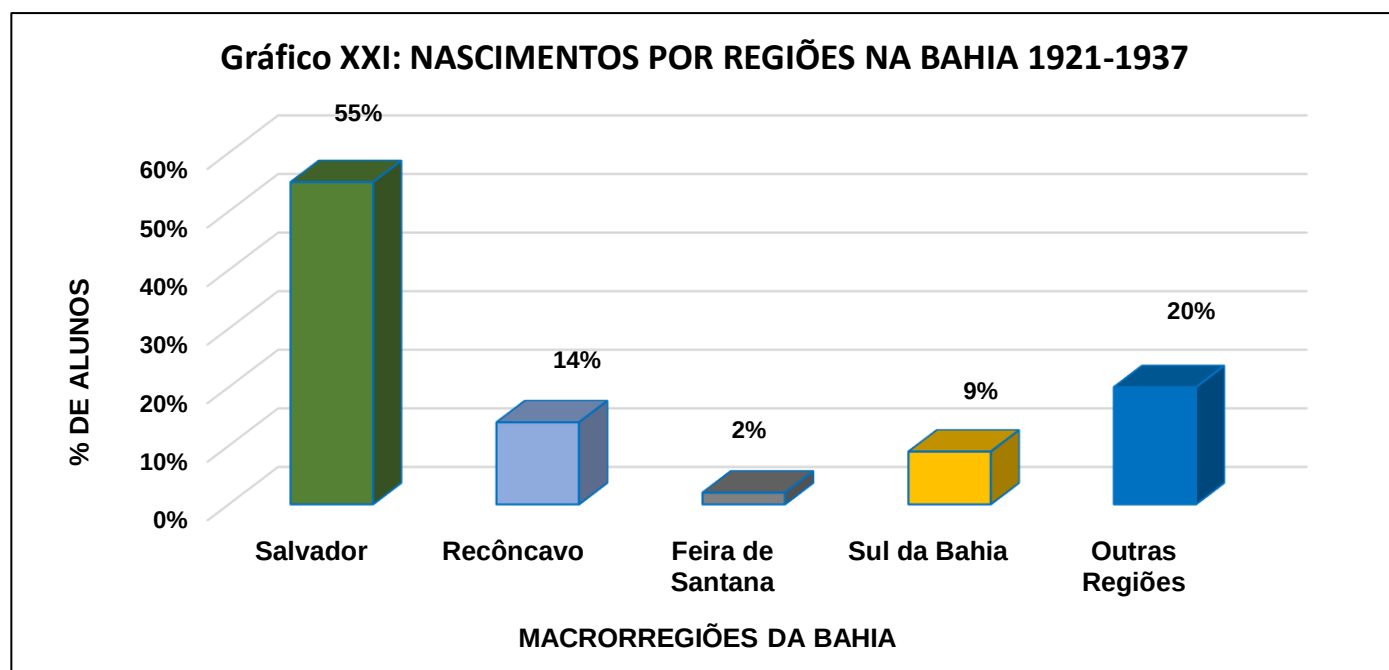
alunos estudados – 2ª geração – apresentaram dados³²³ completos em 100% dos casos, elevando a credibilidade do estudo, fundamentalmente na assimilação da identidade do pai de cada discente. A identificação de paternidade em 100% dos estudantes nos deu uma melhor base de interpretação, na tentativa de codificarmos – com base em nossas opções teórico-metodológicas – um perfil fidedigno da escola de formação de engenheiros da Bahia e o seu respetivo papel na sociedade civil e sociedade política na Bahia para o período estudado.

Ao confrontarmos a presença de nordestinos nos dois períodos analisados, percebemos que os percentuais não se alteram, permanecendo em 74%. A principal mudança se mostra quando adentramos para os dados regionais – estadual – em que a presença de baianos aumenta de maneira significativa, chegando a 71% frente aos 57% do período anterior, como mostrado nos gráficos XVIII e XIX.



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

³²³ Esclarecendo que esses dados dizem respeito às origens sociais dos alunos, entretanto, alguns alunos ainda tiveram informações suprimidas, no caso, atividade econômica do pai, que tivemos que buscar por outras vias de investigação.



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

Através dos dados revelados no gráfico XXI, nota-se a principal mudança no perfil do alunado decorrida para estância microrregional: a partir dos anos de 1921 constatamos uma menor presença de soteropolitanos, que oscilou de 59% – registrado na 1ª geração – para 55% – quantificado para 2ª geração –. Isso significa uma queda de 4% se compararmos com o momento anterior. No entanto, os índices de matrículas advindas do “sul da Bahia” e de “outras regiões” acresceram para 9% e 20% conjugado à identificação de 100% da clientela. Tal acréscimo indica que a entidade, ao longo das suas primeiras décadas, foi se moldando para atender ao público estritamente baiano, ou seja, o acesso aos bancos da instituição se democratizou e se diversificou entre as microrregiões do estado da Bahia após os anos de 1920. Outras duas informações, mostradas no gráfico XXI, são os índices praticamente inalterados de discentes advindos das regiões do “Recôncavo” e “Feira de Santana”, 14% e 2% respectivamente. Por serem regiões historicamente importantes, principalmente a região do recôncavo, esperávamos um percentual um pouco mais elevado, entretanto, entendemos que grande parte do contingente do alunado da capital tinha suas raízes familiares fincadas na região do Recôncavo³²⁴, o que não ocorre tão diretamente com Feira de Santana, que já nos anos de 1920 esta região se firmou como um grande entreposto comercial, fazendo ligação com grande parte das regiões do Sertão e da Chapada.

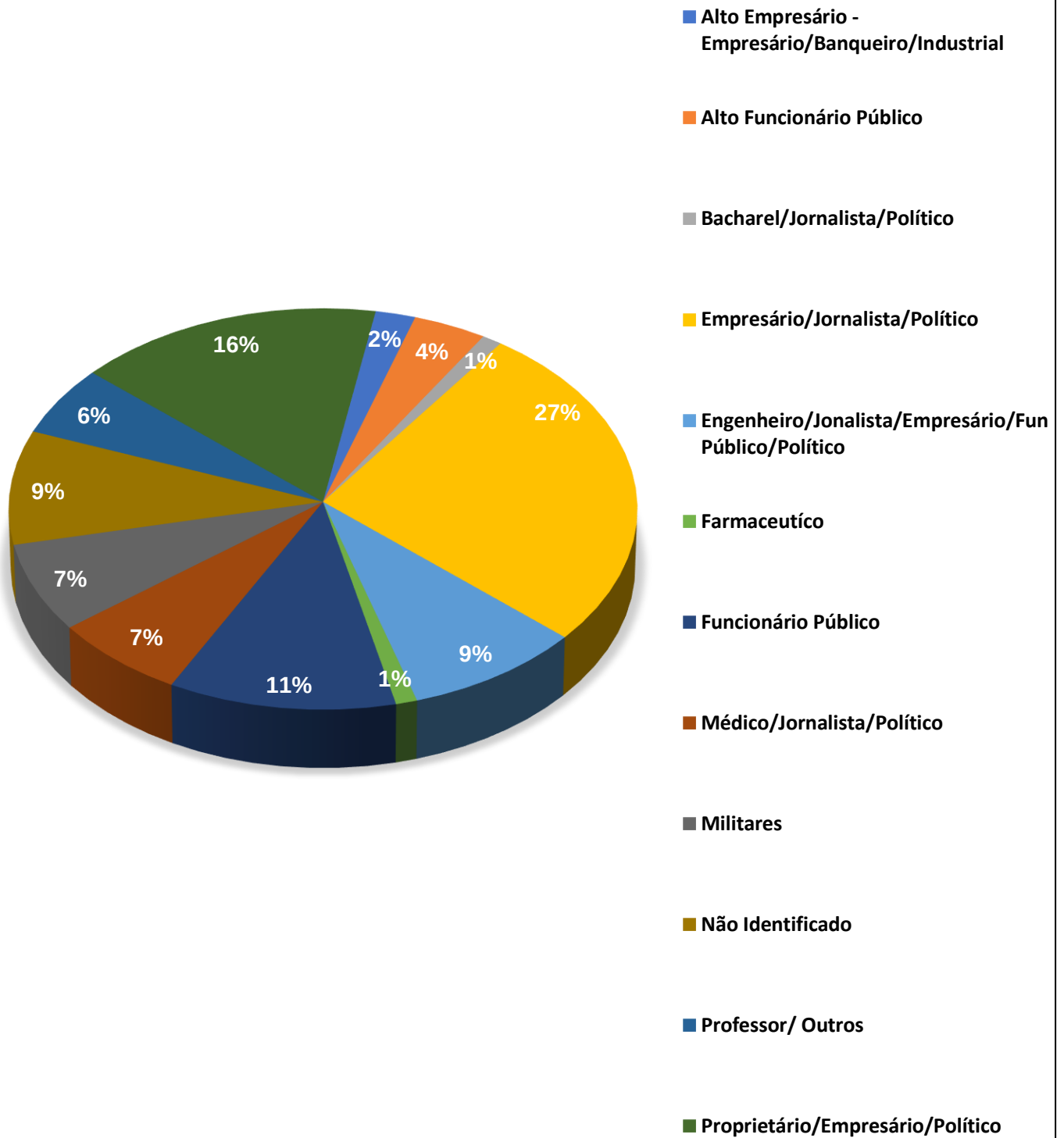
³²⁴ Na primeira parte desse estudo apresentamos os argumentos históricos sobre essa hipótese.

A partir dessa amostra é possível enxergar o alto grau de abrangência regional da clientela da EPBA e o seu papel enquanto instituição voltada para segmentos sociais do Norte-Nordeste, conforme fica patente a partir da soma da participação percentual dos alunos com 77% do total geral.

Portanto, das variadas informações mostradas no gráfico XXI, podemos confirmar que a grande transformação ocorrida junto ao perfil do alunado – nascimentos – foi a diversificação regional – estado da Bahia – que passou por um acréscimo significativo de alunos vindos de várias outras sub-regiões baianas com destaque para o Sul do estado.

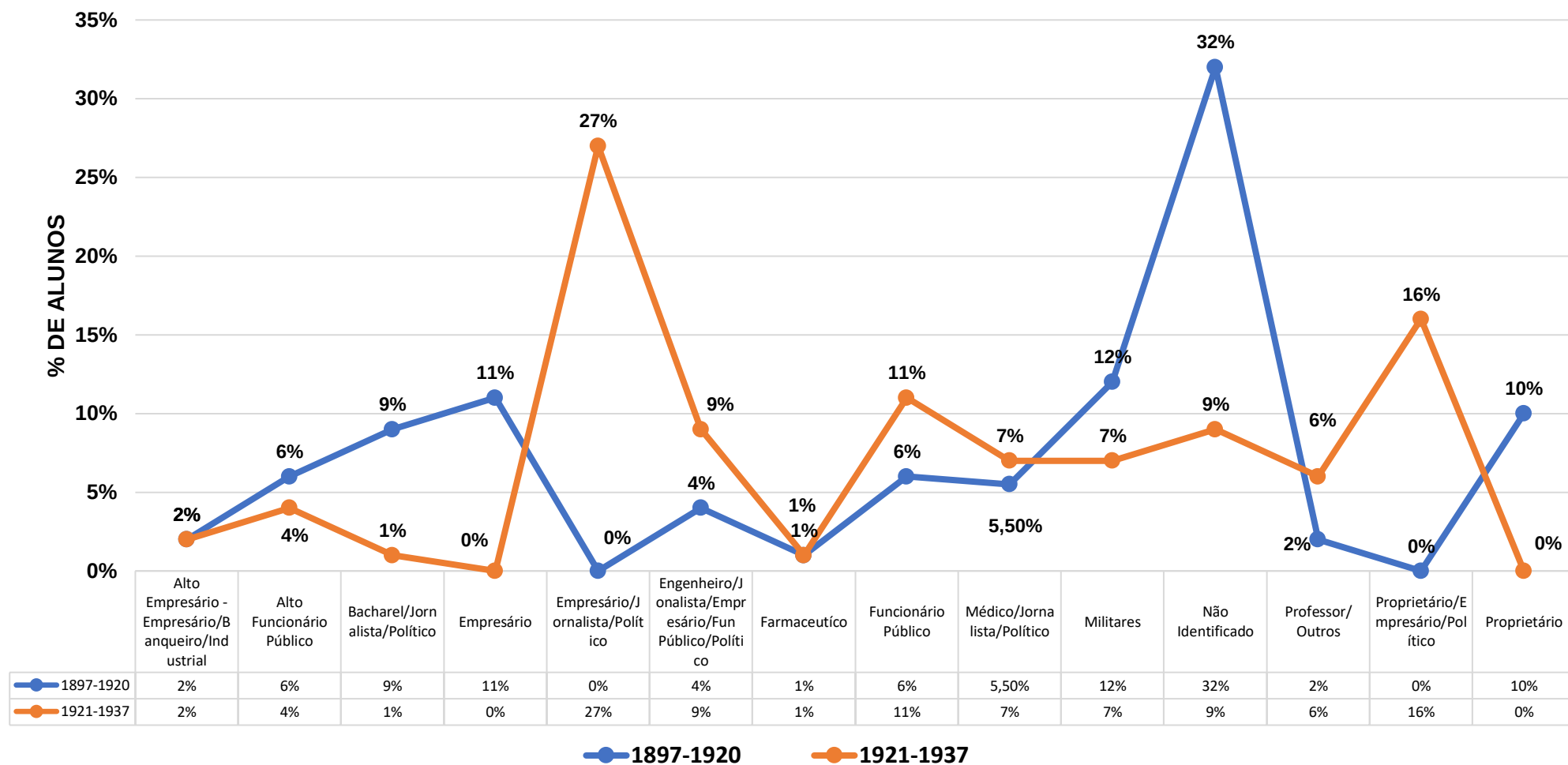
Mas, ainda assim, a entidade manteve-se atendendo, sem muitas variações, a clientela de outros estados do Norte-Nordeste, o que também a credencia como uma entidade minimamente macrorregional.

Gráfico XXII: Profissão dos Pais - 1921 - 1937



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

Gráfico XXIII: Profissão dos Pais 1897-1920 X 1921-1937



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1921-1937.

O gráfico XXII evidencia um caráter mais “democrático” da EPBA no tocante ao perfil social do corpo discente, a começar pela simples constatação do número de categorias “típicas” onde apresentaremos os ofícios profissionais dos pais dos alunos. Contabilizamos o total de 20 profissões, – ainda que a profissão não esteja representada no gráfico individualmente³²⁵ – mas, por questões metodológicas, optamos por unir algumas atividades, já que se tratam de agentes que atuavam em duas ou até três atividades profissionais simultaneamente.

As categorias “típicas” – profissões dos pais – nos fornecem subsídios para uma análise mais fidedigna com vistas a entendermos de qual estrato social é composto o alunado politécnico; essa informação nos auxiliará na construção do perfil social e institucional da entidade para a 2º geração de alunos. Na 1ª geração de alunos, optamos por customizar o uso de algumas categorias profissionais³²⁶ junto a outras atividades econômicas exercidas pelos pais dos alunos matriculados na escola de engenheiros.

As modificações ocorridas para se investigar o perfil da segunda geração – comparada à praticada para a primeira – se apresentam na junção das categorias de “proprietário” e “empresário”, em que as duas tipologias foram suprimidas e unidas às categorias de “empresário e político” e “jornalista e político”, respectivamente. Essa mudança ocorre por termos encontrado durante as nossas investigações várias atividades exercidas de maneira conjunta às suas atividades principais. Por exemplo, a categoria “político”, que sempre esteve associada à profissão de bacharel, médico e engenheiro, passará a estar unida às categorias profissionais de proprietário e empresário. Era corriqueiro esses agentes estarem envolvidos e investidos em outras atividades profissionais econômicas, neste caso, exercendo o segundo ofício: o jornalismo. Esses agentes também estavam vinculados, em vários casos, às atividades de cargos e mandatos políticos. Por estar associado a cargos e funções políticas³²⁷, o jornalismo quase sempre

³²⁵ Chamamos a atenção para a tipologia que nomeamos como “Professor/Outros”: além da categoria de professor, na tipologia “outros”, temos atividades como artesão, músico e alfaiate.

³²⁶ Customizamos as chamadas “profissões liberais” que incluem as profissões de médicos, bacharéis, engenheiros e empresários.

³²⁷ Essas funções políticas poderiam estar associadas a cargos eletivos, mandatos de variadas natureza, e a cargos técnicos ligados a indicações de grupos políticos.

se apresentaria no papel da militância política, ou seja, uma função estaria concomitantemente ligada à outra.

Dentre os números anunciados no gráfico XXII, destacamos com atenção os 9% – não identificados – dentre os quais não foi encontrada nenhuma informação sobre os pais e suas respectivas atividades profissionais. Se confrontarmos com os 32% – gráfico XXIII – mostrados nas análises da 1ª geração, temos uma diferença de 23%, o que nos permite afirmar que as análises referentes ao grupo de alunos da segunda geração se constituíram com maior confiabilidade e menor conflito, se compararmos com as impressões apresentadas para a primeira parte desse estudo. Essa redução se dá pelo fato das pastas individuais dos discentes estarem mais completas, conjugado à obtenção de fontes secundárias e complementares de modo integral, tanto no acervo histórico da instituição, como na base de periódicos de época da Biblioteca Nacional.

Ainda com o percentual de 9% cuja profissão paterna consta como “não identificada”, creio ser esta uma amostragem bem significativa para a análise do perfil do corpo de discentes da EPBA. Trata-se, de fato, neste momento, de uma escola voltada para a reprodução social de classe de agentes vinculados à burocracia estatal, assim como de ativos condicionados a serviços militares e atividades ligadas às práticas de pequenos e médios negócios, em sua grande maioria.

Outro dado que chama a atenção se mostra no percentual de filhos de militares que recuou para 7%, uma diminuição de 5%, em relação à geração anterior. A retração desse percentual se deve ao processo de conciliação nas disputas políticas regionais, que passaram a ocorrer sem a necessidade do uso de força militar do exército, principalmente após a queda do grupo seabrista do poder, como apresentamos em seções anteriores.

Uma mudança relevante apresentada pelo gráfico XXII se traduz na quase ausência de filhos de bacharéis – advogados – nos bancos da escola, que diminuiu para apenas 1% no quantitativo absoluto, frente aos 9% do momento anterior. Essa diminuição de 8% indica e confirma que a vocação da escola de engenheiro da Bahia não era formar uma fração social mais abastada, a “nobreza de sangue” da terra, e sim, graduar uma classe social mais sintonizada a estratos médios urbanos. Essa mesma retração também é confirmada para os filhos dos diplomatas, conselheiros, magistrados e desembargadores, que categorizamos como altos funcionários públicos, que aparecem com 4%, uma diminuição de 2% em relação ao momento histórico da 1ª geração do estudo. O percentual referente aos filhos de médicos teve um acréscimo de 1,5%, alcançando a margem de 7%,

praticamente estável se compararmos ao quantitativo mostrado para o ofício de farmacêutico, que foi 1% para os dois momentos analisados.

Com a chegada e o enraizamento do regime federativo republicano, “parte” significativa de estratos sociais tradicionais “mais abastados”, privilegiados de outrora, viram a sua capacidade de organicidade subtrair junto às instâncias da sociedade civil, como também na sociedade política. A principal diferença entre os dois períodos analisados mostra que, no segundo momento, as disputas entre os estratos sociais envolvidos já adquiriam uma confluência, em que as posições de representatividade junto aos aparelhos decisórios ocorriam de forma mais pacífica, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Ou seja, as disputas entre esses grupos já se apresentavam de forma mais orgânica e homogênea. Entendemos que, nesse caso específico, a EPBA teve um papel aglutinador e pacificador no que tange às correlações de forças sociais, privilegiando e fomentando para que as frações médias urbanas assumissem uma posição de classe em sintonia com os setores mais abastados da sociedade para aquele período histórico³²⁸.

Parte dessas novas gerações – estratos sociais tradicionais – perceberam na formação de engenharia e suas escolas uma oportunidade de se reorganizarem e reconquistarem novos espaços e privilégios, principalmente nas esferas burocráticas do Estado. Mas, para dar segmento a essa estratégia, tinham que passar a “compor” com as frações médias urbanas, que já haviam conquistado, a partir do período seabrista, espaços relevantes nas agências oficiais, assim como nas estâncias ligadas à sociedade civil. Ressaltamos que a escola de engenheiros da Bahia se destacou como um desses instrumentos. Percebemos que o gráfico XXII e XXIII já nos sinaliza o crescimento circunstancial da presença de filhos de engenheiros³²⁹ em 9% e funcionários públicos 11%: um crescimento de 5% se compararmos com a primeira geração de graduados. Pontuamos também que o ofício de engenheiro está diretamente ligado às atividades empresariais, o que é o dado que mais nos chamou a atenção ao tabularmos o gráfico XXII.

³²⁸ Informamos que não precisam ter necessariamente a mesma origem social das classes fundamentais – tradicionais – que representam. Ou seja, eles não são definidos exclusiva e estritamente por sua origem de classe, mas sim pela posição de classe que assumem em determinado momento histórico.

³²⁹ Lembramos que a categoria “típica” de “engenheiro” está associada às categorias de “jornalista”, “Empresário”, “Funcionário Público” e “Político”. Usamos essa junção por questões metodológicas que já exemplificamos nos parágrafos anteriores.

Entretanto, ao qualificarmos a categoria típica de empresário, deparamos com o percentual de 27%, um aumento de 16%, se confrontarmos com o período anterior apresentado no gráfico XXIII, o que nos traz uma diferença na margem de 11%. Ao refletirmos sobre esse crescimento, apresentamos nossas hipóteses dentro de dois aspectos, em que um está atrelado ao outro. O primeiro vem na esteira de uma nova estratégia de projeção socioeconômica, com destaque para as frações médias urbanas, ou seja, falamos aqui de uma geração de pais que se investira de uma importante projeção social, via formação profissional, principalmente pela engenharia³³⁰. Logo, esses “pais” conquistaram projeção socioeconômica e enxergaram, na atividade de engenheiro, uma forma de facilitar e alavancar as conquistas de seus filhos, o que acabou influenciando diretamente na escolha da formação em engenharia.

Portanto, podemos dizer que ser engenheiro nesse momento histórico é ter a oportunidade de investir e de atuar nas principais obras públicas, principalmente nas de infraestrutura, o que lhes oportunizava uma credencial permanente para ocupar cargos técnicos e políticos muito privilegiados na estrutura burocrática estatal. O segundo fator é que, a formação em engenharia, além do credenciamento para atuar nas “grandes” obras estruturais, também os habilitava a um grande poder de influência nos negócios privados.

Sendo assim, podemos afirmar que a atuação direta na engenharia seria uma garantia de participação no mundo empresarial, assim como na sequência dos negócios da família, consequentemente, auxiliando também na organicidade de suas agências representativas junto à sociedade civil e à sociedade política. Nesse ínterim, é legítimo dizer que a atividade empresarial e a engenharia se apresentam de maneira conjunta na quase totalidade dos 282 (duzentos e oitenta e dois) discentes investigados³³¹.

Essa mesma lógica vale para os filhos de proprietários, ou seja, fazendeiros, que também marcam presença no gráfico XXII com 16%, mantendo o contingente, com maioria advinda da região do recôncavo que agora divide espaço com os recém chegados da região centro-oeste do estado. O que diferencia esse período em análise é a associação da categoria “proprietário” à tipologia “empresário”. Optamos por essa junção por encontrarmos, em nossas investigações, várias referências de diversas atividades

³³⁰ Vale lembrar que esses agentes adquiriram sua formação profissional no período final do Império e início da República.

³³¹ Essa lógica tangencia com o que ocorreria com o “bacharelismo” nos tempos do Império, a diferença é que a grande maioria conquistou e mantinha seus privilégios via uma posição de destaque nas esperas burocráticas no Estado Imperial, principalmente, em estâncias de tribunais de justiça. No caso dos engenheiros, esses atuavam nas duas vias, num primeiro momento, nas agências oficiais, num segundo, na migração para a iniciativa privada para atuação nos negócios das “grandes obras” do Estado.

empresariais praticadas por esses agentes³³², o que não se mostrava na geração anterior. É evidente que essas atividades e suas práticas profissionais quase sempre estavam entrelaçadas a cargos e atuações no meio político.

Quanto à amostragem da presença dos “mais bem-nascidos” da sociedade baiana, os filhos de “altos empresários/banqueiros/industriais” se mantiveram na margem de 2% para os dois momentos analisados, ou seja, o percentual se manteve estável. Outro dado relevante se apresenta na porcentagem de filhos de “professores/outros” que obteve um acréscimo significativo chegando a 6%, um aumento de 4%. Essas informações evidenciam a hipótese que temos apresentado ao longo desse estudo: a de que a EPBA tem como vocação formar frações sociais vinculadas aos setores médios urbanos.

A apresentação dos gráficos XXII e XXIII nos deixa claro e novamente confirma que a escola de engenheiros da Bahia, para além de formar estratos médios da sociedade, é também pautada pela sua diversidade social, o que já indicamos em análises anteriores. Por esses fatores ratificam uma menor tendência à elitização do acesso a esse tipo de formação. Sendo assim, a EPBA atuou dentro de uma sincronização e adequação ao perfil populacional da capital baiana, marcado por uma crescente presença de setores médios, ligados às agências privadas como também às instâncias oficiais do aparato administrativo estatal.

Dessa feita, podemos definir que a mais importante característica do corpo discente da EPBA, para os dois momentos analisados, é que a entidade não pode ser definida e qualificada como uma instituição criada e voltada para a reprodução das velhas frações da classe dominante, como ocorreu na imperial escola agrícola do recôncavo. Por tal característica, a escola imperial distancia-se em muito do papel social desempenhado pela escola de engenheiros da capital, posto que indiscutivelmente não se estabeleceu e se firmou como uma instituição voltada para atender, educar e formar as clientelas ligadas às grandes propriedades.

Contudo, a EPBA foi um estabelecimento de ensino voltado para um espectro bem mais variado de alunos, no tocante à sua origem social, ou seja, frequentavam seus bancos tanto os estratos sociais mais privilegiados, como também os filhos das frações sociais

³³² Esclarecemos que, na primeira geração estudada, as atividades empresariais também se faziam presentes, a mudança apresentada neste caso se mostra pelo fato dessas atividades empresariais se diversificarem em várias áreas de atuação, e não apenas nas atividades ligadas à grande propriedade, como ocorria na geração anterior. Essas práticas empresariais estão presentes desde em pequenos e médios comércios, atividades com pedras preciosas, pequenas e médias construções etc. Destacamos que o primeiro grupo analisado vivenciava um período recém-saído de uma economia vinculada à escravidão.

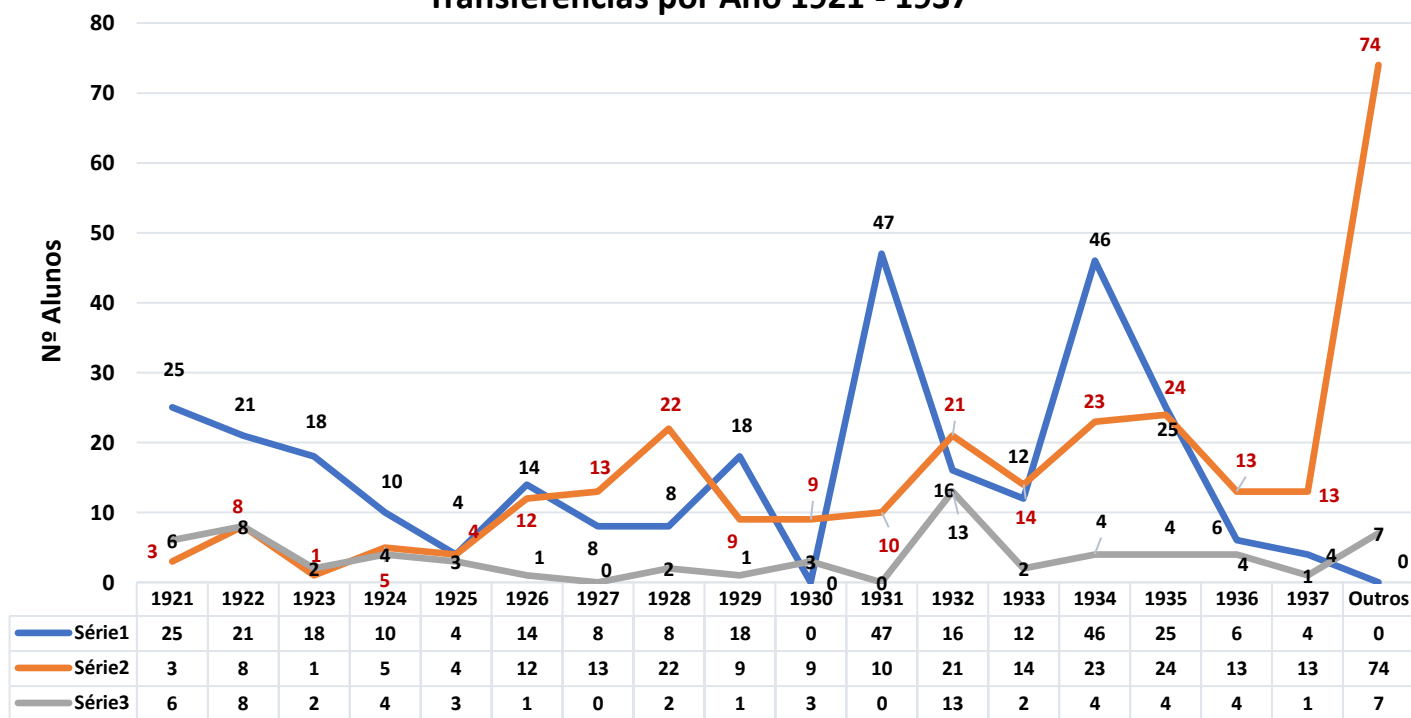
médios urbanos para região Norte-Nordeste, mas principalmente os nascidos na Bahia, quiçá sua capital.

Entretanto, após a análise desses primeiros gráficos, podemos eleger a EPBA como um dos instrumentos de ascensão social por meio do diploma em engenharia, em muito no tocante à composição tão variada de seu corpo discente³³³, e que nos revela o alto grau de entrada de filhos de agentes sociais de menor expressão material junto de seus graduados.

Vamos agora apresentar o gráfico XXIV, que nos indica outro aspecto interessante da instituição baiana: a sua sazonalidade em manter um determinado número de matrículas e formaturas, e o mesmo para as taxas de transferências e evasões – desistências – na entidade. Como já estudamos nas seções anteriores, esse aspecto está diretamente vinculado às intempéries dos acontecimentos políticos tanto na Bahia como no país. Apesar dos impactos, o mundo das articulações e correlações políticas já não afeta com tanta veemência a escola como em momentos anteriores, mas, ainda assim, tais influências ocorriam.

³³³ Assim, como ocorreu na 1ª geração desse estudo, durante a triagem das Pastas dos Alunos, encontramos uma nova modalidade de gratuidade. A expressão usualmente praticada no pós 1921 era o termo “compromisso de honra”, que caracteriza por oferecer todo o curso de forma gratuita – durante o curso -, tendo a contrapartida do aluno a quitação de seus débitos alguns anos após sua formação. Não foi verificada a cobrança de nenhum tipo de juros quando alguns alunos voltaram e quitaram seus débitos. Verificamos que a maioria não cumpria o acordo. Na verdade, essa modalidade de “bolsa” caracteriza uma forma de subsídio estudantil, ou seja, uma bolsa integral para todo o curso. O percentual desses alunos alcançava aproximadamente 1% do quantitativo analisado. Normalmente, esta era uma forma de acordo das instituições de ensino que recebiam subsídios públicos.

Gráfico XXIV: Nº de Matrículas x Concluintes x Não Concluintes e /ou Transferências por Ano 1921 - 1937



Matrícula - Azul x Concluintes - Laranja x N Concluintes e/ou Transferências

Fonte: Pasta dos alunos 1921-1937.

A construção e a qualificação do gráfico XXIV elucida e traz à luz o espectro sazonal da entidade, confirmando novamente as principais reflexões e conclusões tomadas para o momento anteriormente analisado. Percebemos já na 1ª geração do alunado, e nas recorrentes seções da 2ª geração, que as características sazonais da entidade estão diretamente ligadas a dois pontos fundamentais: o primeiro, é a dependência das subvenções públicas – estaduais e federais – que sempre se apresentou como o principal braço financeiro da escola, ainda que sendo uma organização privada. O segundo ponto é que esses subsídios públicos sempre ocorreram com maior ou menor frequência, conforme seus representantes estivessem organizados junto à sociedade política, seja em cargos eletivos – legislativo – seja em cargos no executivo, representados em pastas de agências oficiais (ministérios e secretarias). Afirmamos que essa prática foi marcante para as primeiras décadas de existência da EPBA.

A linha que representa (série 3) o item “não concluinte e/ou transferências”³³⁴, não apresentou tantas discrepâncias, mantendo uma “média de evasão” aproximada em (3 alunos) para cada ano, para o período investigado, exceto em um momento: o ano de 1932, quando o número de alunos saltou para 13, a maioria com transferências de militares para a escola congênere do Rio de Janeiro. Consultamos a historiografia e apresentamos em seções pregressas os pressupostos motivos dessa discreta elevação de transferências. Essa anomalia pontual se deve ao fato das correlações de forças e disputas políticas que levaram aos acontecimentos de 1930. Ainda com reflexos presentes em 1932, principalmente no estado de São Paulo, demandou-se a presença de um contingente maior de militares na capital federal para a manutenção e apoio do regime varguista em confronto com as forças paulistas. Ainda assim, a evasão por transferências e desistências na escola baiana se apresenta em escala bem menor que no primeiro período estudado.

Para a linha representada na (série 1) no item “matrículas”, percebemos, na qualificação dos dados, que o aumento ou a diminuição de ingressantes sempre ficou condicionado às intempéries políticas do calor da hora. No período que vai dos anos de 1921 a 1925, a EPBA apresentou um período de quatro anos no qual o número de matrículas se apresentou em escala descendente, chegando ao seu auge em 1925, com apenas 04 (quatro) novos discentes em seus bancos³³⁵. Esse fato está diretamente ligado aos acontecimentos políticos que decorriam fora dos muros da escola. Esse intervalo de quatro anos foi marcado pela decadência do grupo político ligados a J.J Seabra, e pela ascensão do grupo liderado pelos irmãos Calmon.

A queda do seabrismo na Bahia ocorre por uma conjuntura de fatores que já apontamos em seções anteriores. No entanto, chamamos a atenção do fato que, além da perda da hegemonia política pelos seabristas, essas disputas condicionaram a Bahia a uma posição subalterna no jogo político na esfera federal. Ressaltamos que os baianos já vinham vivenciando um processo de perda dessa influência desde o fim do regime imperial, mas, ainda assim, a Bahia se mantinha presente, e com voz ativa, nos corredores do poder central, principalmente por meio de renomados intelectuais como Rui Barbosa e o próprio J.J Seabra³³⁶. Mas a desastrosa campanha presidencial de 1922, liderada por

³³⁴ Informamos que, para o item – série 3 –, em sua grande maioria, são representadas por transferências, principalmente para militares, ficando muito pouco para alunos que realmente abandonavam e “não concluíam” sua formação em engenharia.

³³⁵ Chegamos a esses dados pelas vias oficiais “pastas individuais dos alunos”, onde são encontradas as fichas completas constando o dia da matrícula ao dia da formatura.

³³⁶ Nota com as referências da historiografia sobre a política naquele momento histórico.

Nilo Peçanha, tendo Seabra ocupando a posição de vice. O pleito ocorreu com a chapa encabeçada pelo mineiro Artur Bernardes, que dentro do contexto da política do café com leite venceu a eleição. A sequência desses episódios levou Seabra à derrota, tanto nas esferas nacionais quanto nas instâncias locais.

Durante a campanha presidencial, Seabra deixou o seu governo e o seu próprio estado à deriva³³⁷, entendendo que a sua estratégia e o seu prestígio junto aos demais estados nordestinos o conduziria e levaria sua chapa à vitória. O que Seabra não esperava seria o apoio de última hora dos pernambucanos, o que acabou fazendo a diferença no quantitativo final das eleições³³⁸. Voltando ao gráfico XXIV, percebemos que o período de 1921 a 1925 no item (série 1) coincide com todo o processo de disputas políticas nas instâncias locais e federais, e isso terá um impacto direto nas subvenções estaduais que o governo seabrasta remetia aos cofres da entidade³³⁹. Já as subvenções federais chegavam via emenda parlamentar do deputado Octávio Mangabeira, professor catedrático da instituição. No entanto, nem sempre essas subvenções chegavam imediatamente, levando, em alguns casos, anos para o pagamento das mesmas. Ata da congregação traz o registro das subvenções solicitadas junto ao orçamento da União por Octávio Mangabeira:

“As subvenções federais passariam a ser estas: 24:000\$000, em 1919; 50:000\$000, em 1921 e 1922. Para 1923, 60:000\$000. A apresentação das emendas ao orçamento, beneficiando a Escola Politécnica da Bahia, 1912, 1916, 1921, 1922 e 1923, deviam-se a Mangabeira³⁴⁰”.

Após a contenda eleitoral de 1922, e as eleições para governador em 1924, o seabrismo entra em colapso com o apoio irrestrito de Bernardes ao grupo político ligado aos irmãos Calmon. Com a chegada do banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon, irmão do Ministro da Agricultura Miguel Calmon Du Pin e Almeida, na cadeira de governador da Bahia, as subvenções estaduais voltam a sanear os cofres da instituição. Oportunamente as matrículas se normalizaram nos anos subsequentes até 1930, quando ocorrem os episódios que levaram à chegada de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete³⁴¹.

³³⁷ Foi nessa ausência que a oposição a Seabra se reorganizou, chegando a um consenso em torno dos irmãos Calmon, Octávio Mangabeira e o jornalista Ernesto Simões Filho.

³³⁸ O apoio dos pernambucanos à chapa de Bernardes acabou levando Estácio Coimbra (governador pernambucano) à cadeira de vice-presidente com a morte de Urbano Santos.

³³⁹ Nesse período de 1921 – 1925, a única subvenção registrada na documentação se deu sob emenda parlamentar via deputado e professor catedrático da instituição Octávio Mangabeira.

³⁴⁰ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia* p. 141.

³⁴¹ A família Calmon sempre esteve envolvida no poder e nos seus respectivos Bastidores; estamos falando de uma família que obtinha uma das maiores lideranças políticas no Império: o Marquês de Abrantes

Outra evidência mostrada no gráfico XXIV, que confirma nossas hipóteses, vem nos anos de 1930 e 1934. Após os acontecimentos de 1930, fica claro que a rotina da escola mais uma vez ficaria comprometida pelos acontecimentos revolucionários, levando a entidade a não realizar nenhuma “nova” matrícula e diplomando apenas 09 (nove) discentes.

Entretanto, com o desenrolar dos fatos, Vargas acabou nomeando como interventor da Bahia o catedrático da instituição Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, o que acarretou no benefício à escola de engenharia da Bahia com uma subvenção na ordem de 3.000:000\$000, em apólices inalienáveis com juros a 6% ao ano. As benesses continuariam com mais uma subvenção de 100:000\$000 da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado, administrada por outro catedrático da entidade, o professor Elysio de Carvalho Lisboa³⁴².

Com essas generosas subvenções, a EPBA deu um salto no número das novas matrículas em 1931, como indica o gráfico XXIV, matriculando 47 (quarenta e sete) novos acadêmicos de engenharia. Na sequência, seus administradores negociaram a compra de uma nova sede, a última antes de ser federalizada no ano de 1934³⁴³, assim se desvinculando, definitivamente, do Instituto Politécnico da Bahia – entidade que a criou e administrou a escola durante as suas quatro primeiras décadas de fundação –. Portanto, fica evidente que a estabilidade da instituição está diretamente vinculada à aquisição ou não de subvenções, principalmente as vindas do estado; a falta delas era logo percebida na rotina institucional da EPBA, seja no número de matrículas, como também no número de concluintes, como é mostrado no item (série 2). Dessa feita, destacamos que os itens (série 1 e série 2)³⁴⁴ estão diretamente ligados aos fatos já apresentados.

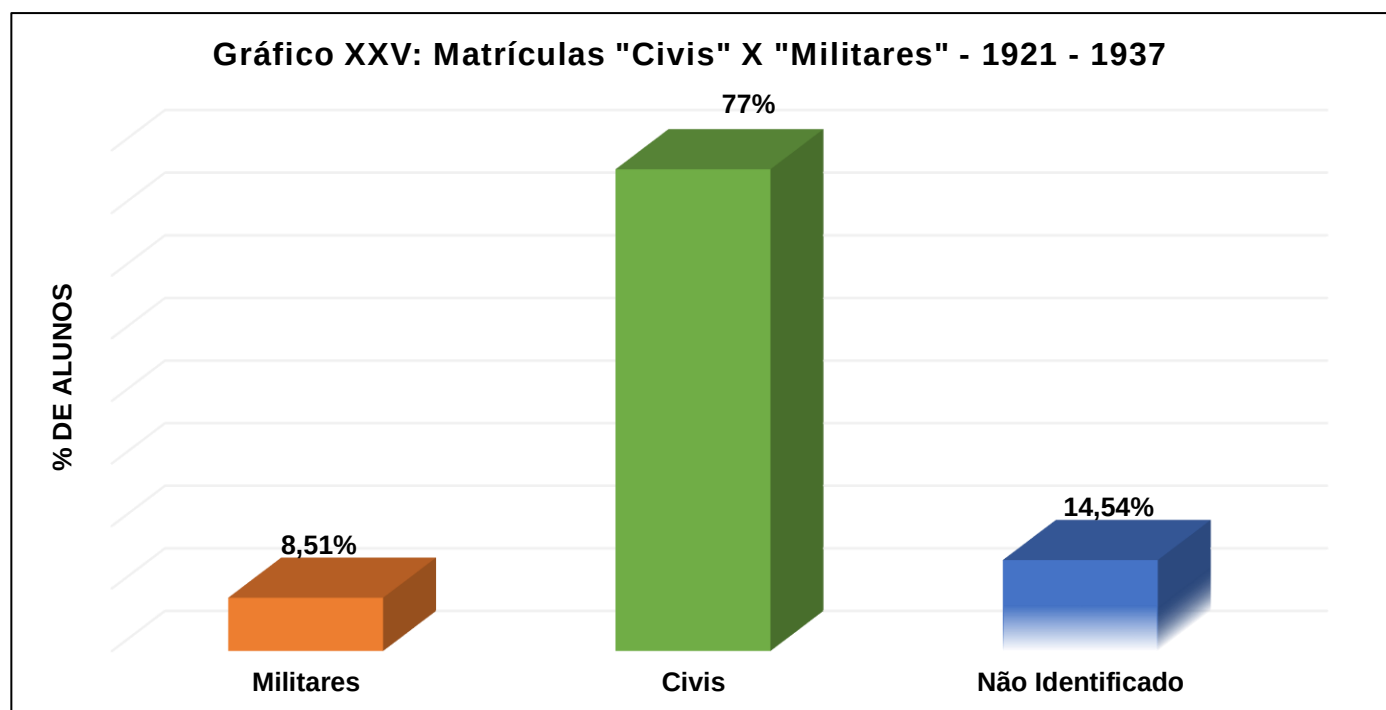
Dando sequência às análises, destacamos agora o gráfico XXV, onde evidenciaremos uma presença, ainda que menor, mais constante nos bancos da escola: a de militares cadetes.

(Miguel Calmon Du Pin e Almeida). Contudo, o domínio da família Calmon nunca deixou de estar presente nas relações de poder tanto na Bahia quanto nas esferas federais, ainda que em menor frequência em períodos da Primeira República. Seu maior representante se fez presente na figura de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, homônimo e sobrinho neto do Marquês de Abrantes.

³⁴² GUIMARÃES, *Op. Cit*, p.189.

³⁴³ Percebemos que em 1934, após a federalização da EPBA, o número de matrículas volta a crescer com 46 (quarenta e seis) novos discentes.

³⁴⁴ O item (outros), que mostra um número recorde de 74 (setenta e quatro) diplomados, está vinculado a discentes que por algum motivo interrompiam suas atividades acadêmicas e retornaram após o ano 1937, quando interrompemos nossas investigações. Mas, por terem iniciado suas graduações nos anos de 1921 a 1936, optamos por adicioná-los em nossas análises quantitativas.



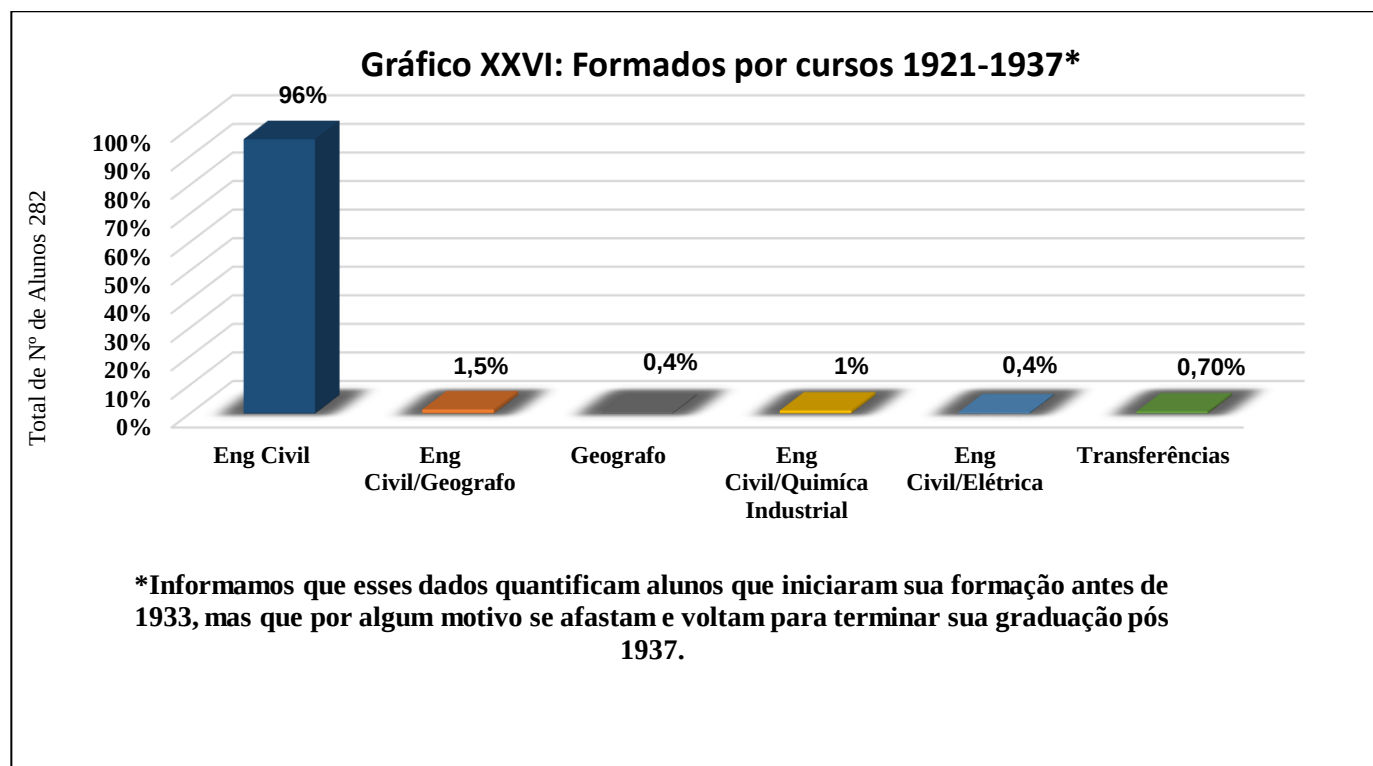
Fonte: Pasta dos alunos 1921-1937.

A presença de militares na EPBA ao longo de suas primeiras décadas esteve muito atrelada às disputas políticas locais, como já mostramos ao longo do estudo. Mas, a partir de 1921, esse contingente diminuiu e se estabilizou na média de 1,5 por aluno a cada ano. Por esse motivo, optamos por elaborar o gráfico XXV de forma mais simples e direta, em consonância com o gráfico anterior que já nos informa, em parte, os mesmos dados na (série 3).

Por certo, só gostaríamos de destacar que, apesar da escola de engenheiros ter a tradição da presença de civis das camadas médias (77%), a entidade nunca deixou de atender e subsidiar a formação de cadetes militares (8,5%), principalmente do exército, que os auxiliava a não interromper o seu processo de formação intelectual, e pela proximidade e raízes históricas que a engenharia tinha junto à formação militar. Assim como ocorreu nos anos de fundação até 1920, a maioria esmagadora desses oficiais não finalizaria suas formações na EPBA, ficando no máximo um ano ou dois e logo se transferindo para outras instituições congêneres espalhadas pelo país, mas principalmente para a escola do Rio de Janeiro. Outra informação apresentada no gráfico XXV é o percentual em enxuto do contingente para o qual não conseguimos qualquer tipo de informação no que se refere à categorização dos que pertenciam à esfera militar e/ou civil, mas, por estimativa, a maior parte desses (14,54%) muito provavelmente se enquadrava

no espectro dos civis, porém, para darmos os dados de forma mais fidedigna, optamos por categorizá-los como “não identificado”.

A fim de refletirmos sobre as demandas por cada curso na instituição, elaboramos o gráfico XXVI:



Fonte: Pasta dos alunos 1921-1937.

Dos primeiros 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos analisados da 1ª geração, evidencia-se que a grande maioria (75%) optou pela formação em engenharia civil pelo simples fato de existir uma demanda³⁴⁵, e podemos dizer até uma reserva – técnica – de mercado, para que esses diplomados ocupassem, principalmente, espaços na estrutura burocrática do estado. Para a 2ª geração, analisamos 282 (duzentos e oitenta e dois) alunos e elaboramos o gráfico XXVI, num recorte cronológico de 17 (dezessete) anos (1921-1937). Ao qualificarmos as informações, para nossa surpresa, 96% dos alunos que passaram pela escola baiana de engenharia decidiram pelo diploma de engenheiro civil. É interessante esse dado, pois, a partir de 1920, a engenharia nacional já se encontra com

³⁴⁵ Na seção que apresentamos os perfis dos discentes da 1ª geração, discorremos sobre os supostos motivos expostos pela historiografia.

um portfólio de mais especialidades. A própria EPBA oferecia outras opções de cursos nas engenharias; como as de química industrial e engenharia elétrica, que diplomaram 1% e 0,4%, respectivamente, em seus cursos.

Para os que se graduaram em “agrimensura” – geógrafo³⁴⁶ –, percebemos uma queda drástica, apenas 0,4% se diplomou na especialidade, comparado aos 18% mostrado no momento anterior. Os que optaram pela dupla formação “engenharia civil e geógrafo” também tiveram quedas, mostrado em 1,5% do quantitativo apurado. Entendemos que essa queda radical está diretamente vinculada aos mesmos motivos que também levaram os estudantes a não darem preferência às novas especialidades da engenharia.

Entretanto, percebemos que a principal razão pela qual a escolha do curso de engenharia civil se dá reside em motivos que foram informados nos parágrafos anteriores: o apelo de estar vinculado ao clube exclusivo de engenheiros civis, que teriam suas carreiras privilegiadas no serviço público³⁴⁷. Essa geração de discentes – muito influenciada pelos pais – já possuía uma estratégia bem definida para sua sequência profissional. Isto posto, estar na condição de diplomado em “engenharia civil” os levaria a uma condição favorável para atuarem, em um primeiro momento, em agências oficiais do estado, marcadas por uma reserva técnica consagrada, que exerceriam cargos de gerências e execuções de obras de infraestruturas. O segundo se materializaria após a saída do serviço público, donde, a partir daí, o caminho estaria aberto para a atuação no mundo empresarial. Neste momento, esses agentes engenheiros se mostravam em condições de proprietários de empresas executoras de “grandes obras”, dando lastro e fôlego para uma nova fase da engenharia nacional: os grandes empresários da construção civil.

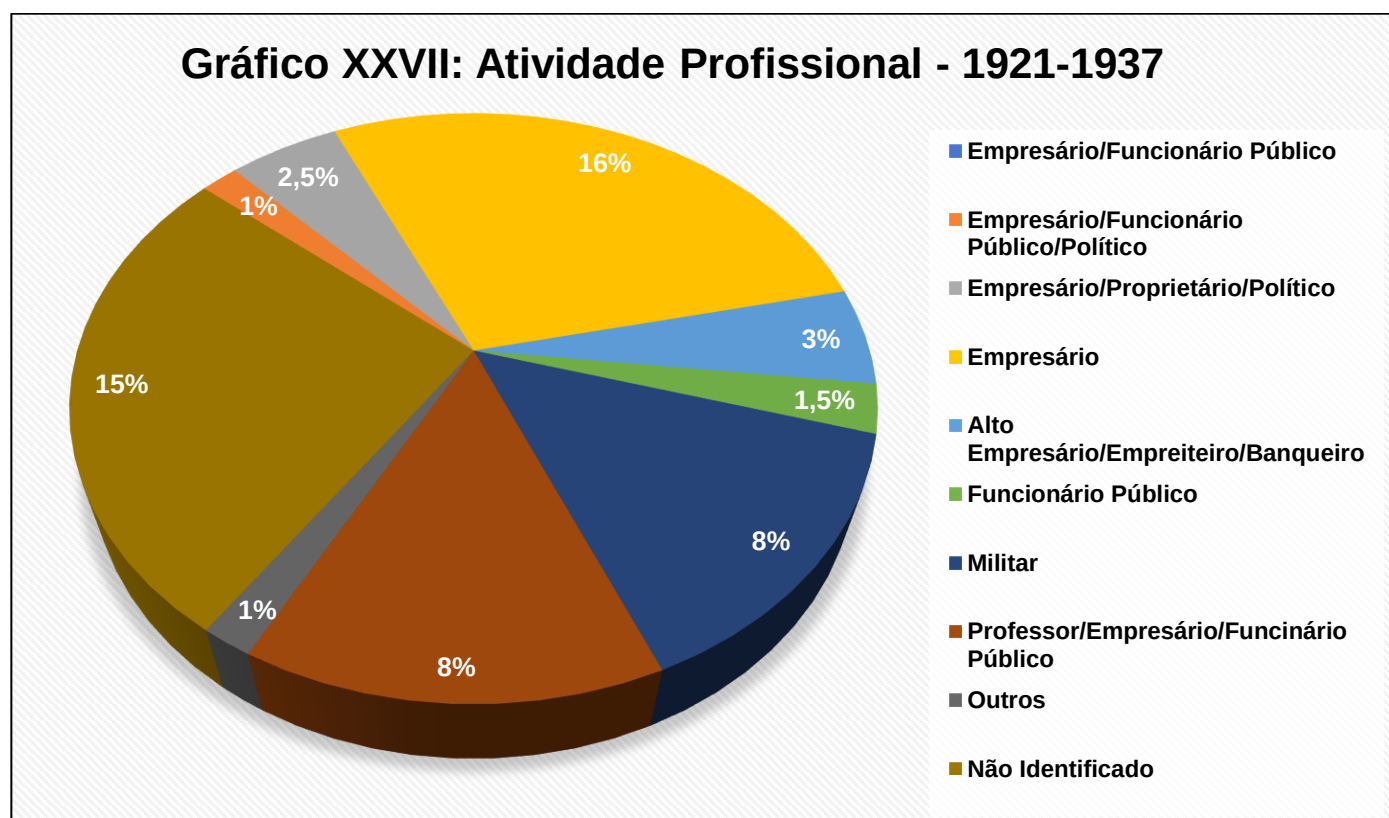
Esse estratagema se mostraria com a execução dessa díade, em muito capitaneado por uma visão de mundo propagada no interior dos muros da EPBA. Esses membros “grupo dirigente da EPBA” tinham com clareza, e construíram ao longo das primeiras décadas da escola de engenheiros, um projeto de direção política e ideológica, que possibilitou formatar referendar uma visão de mundo, para a partir daí, aparelhar quadros no Estado restrito. Consagrada essa estratégia, e com capacidade para elaborar projetos

³⁴⁶ Lembrando que a formação em “agrimensura” se caracterizava por uma formação mais curta: 3 (três) anos. Os que obtinham esse tipo de formação, via de regra, acabavam quase que obrigatoriamente atuando nos negócios da família e/ou ocupavam algum cargo técnico nos quadros da técnicos do estado.

³⁴⁷ Vários desses alunos diplomados passaram a atuar profissionalmente, ainda que por um breve período, nas agências oficiais do Estado – secretarias, diretorias e ministérios –, o que lhe valia uma conquista de capital simbólico que lhes credenciava posteriormente a atuarem como grandes empresários.

ligados às políticas públicas, tais como serviços de saneamento, abastecimento de água, barragens para geração de eletricidade e o fato novo: a inserção do automóvel no cotidiano das grandes capitais pelo país. É nesse momento que surge a oportunidade e a necessidade da criação de empresas executoras de parte dessas grandes obras: as empreiteiras.

Essas indagações ficaram mais evidentes com apresentação do gráfico XXVII, quando estudaremos a trajetória desses discentes pós diplomados.



Fonte: Pasta dos alunos 1921-1937.

Os próximos gráficos XXVII e XXVIII indicam a inserção profissional dos neófitos engenheiros sobre dois aspectos: o gráfico XXVII apresenta o índice de atuação em diversas atividades profissionais, tanto na iniciativa privada, quanto nas funções e cargos públicos. Observamos que essas duas prerrogativas “públicas” e “privadas” se confundem a todo momento e, por opções didáticas, categorizamos “itens³⁴⁸” em que tivemos que unir as duas funções. Tal característica, ao mesmo tempo, indica uma

³⁴⁸ Para as diversas atividades profissionais vinculadas ao meio privado, tais como: empresário, alto empresário, banqueiro, proprietário e professor, associamos os ofícios de funcionário público e/ou político, por sempre encontrarmos essas duas funções conjugadas em algum momento da trajetória dos diplomados.

continuidade e um aprofundamento do que já apresentamos em análises anteriores. No entanto, o percentual total dos que conjugaram os seus ofícios no mundo privado e público somados atingem o percentual de 51%³⁴⁹, comparados aos 44% mapeados para a primeira geração.

O dado que mais nos chamou a atenção ao quantificarmos o gráfico XXVII se mostrou para a categoria “funcionário público”, que, de 29% para a primeira geração, diminuiu para 1,5%³⁵⁰ para a segunda geração de discentes. A queda drástica nesse percentual ratifica e comprova a clara estratégia para os que investissem na formação de engenheiro: ocupar estrategicamente cargos nas agências oficiais da administração pública. Nessa direção, o objetivo principal partiria da experiência de estar na burocracia estatal, ou seja, conhecer todos os caminhos da administração pública seria um tipo de premissa fundamental para a conquista de capital simbólico.

Posteriormente, de posse desse prestígio, e com apoio junto à sociedade política, esses agentes viam seus pares³⁵¹ em momento oportuno com o fim de trabalhar na formulação de políticas públicas que os levassem à aprovação de projetos para “grandes obras”, as quais se realizariam por empresas privadas. Esses mesmos agentes se tornariam fiadores e executores dessas “grandes obras”.

Portanto, o percentual de 42% para a categoria “empresário/funcionário público” mostra a mudança de paradigma já em curso assistida na década de 1920, e sacramentada junto à sociedade civil, tendo como marco a “1ª Semana de Urbanismo de Salvador” em 1934, em que uma das principais sedes se fixou nas instalações da própria EPBA³⁵².

A realização da “1ª Semana de Urbanismo de Salvador” foi patrocinada pela EPBA junto a outras instâncias da sociedade civil com o apoio e patrocínio da intendência de Salvador, que tinha como prefeito o professor da EPBA José Americano da Costa³⁵³ (1932-1937).

³⁴⁹ Esse percentual é atingido se somarmos as tipologias: Empresário/Funcionário Público 42%, Empresário/ Funcionário Público//Político 1% e Professor/Empresário/Funcionário Público 8% que somados chega-se aos 51%. Quanto à categoria de militares, por opções metodológicas optamos por não enquadrá-la na tipologia de funcionários públicos.

³⁵⁰ Consideramos nessa categoria apenas diplomados que exercessem atividades na esfera pública.

³⁵¹ Mostraremos no próximo gráfico como esses engenheiros ocupavam cargos no executivo e legislativo estadual e federal, de onde partiam a elaboração de execução de políticas pública ligadas às grandes obras de infraestruturas.

³⁵² UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935- 1945)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2006.

³⁵³ José Americano da Costa também foi fundador do Conselho regional de Engenharia da Bahia – CREA-BA. Veremos mais sobre a 1ª Semana de Urbanismo de Salvador no capítulo IV do estudo.

Para os que seguiam o caminho dos negócios “empresários” assim que diplomados, esse percentual chegou a 16%, uma regressão de 4% se compararmos com o momento anterior analisado. Esse é outro indicativo de que passar pela vivência e a experiência nas agências oficiais seria uma condição *sine qua non* para as pretensões de um futuro nos negócios privados. Os que chegaram a acumular as funções triplas como a de “empresário/funcionário público/político” e “empresário/proprietário/político” alcançaram apenas 1% e 2,5%, respectivamente. Logo, esse quantitativo, via de regra, se referia, em sua maioria, a cargos políticos com mandatos eletivos no executivo – prefeitos e governadores – e no legislativo – vereadores, deputados e senadores. Os diplomados pertencentes às frações sociais mais abastadas marcaram presença nos bancos da EPBA, com o indicativo de 3%, o que confirma mais uma vez o viés democratizante³⁵⁴ da instituição, no que tange ao espectro de origem social. Os militares somam 8%, mantendo uma presença contínua; no entanto, a presença desses militares tinha características muito peculiares como mostramos nos parágrafos anteriores, já que a grande maioria não finalizaria seus estudos na entidade baiana.

Continuando, percebemos que nas tipologias apresentadas no gráfico XXVII existem “itens” comuns, como as tipologias “empresário” e “político”, que aparecem junto às outras categorias. Esse dado é extremamente relevante para nossas ponderações teóricas, principalmente, pelo momento histórico estudado em que se percebe que a sociedade civil, assim como a sociedade política baiana encontrava-se em um estágio de maior organicidade. Ainda que as correlações de forças intraclasse se mantivessem tensionadas, o que é evidente destacar é a inserção e a incorporação das frações médio urbanas que nesse momento já se amalgamaram e consolidaram o seu lugar no tecido social, de forma consciente. É indubitável que as atividades empresariais estão presentes em quase sua totalidade do contingente investigado. A diferença para o período anterior se percebe na mudança de status dessa atividade, que passa de uma ação secundária para o principal ativo econômico, exceto para a categoria “professores/empresários/funcionário público”, que alcançou 8% e um percentual mínimo de 1% na categoria (outros)³⁵⁵.

³⁵⁴ O viés “democratizante” mostrado e apresentado por nós, é no sentido do acesso, ou seja, havia a possibilidade real de cursar engenharia, sem haver a necessidade de pertencimento das classes dominantes. O que quase não ocorreria com os cursos de Direito e Medicina. Ainda assim, a escola de engenheiros da Bahia tinha pertencimento das frações dominantes.

³⁵⁵ Para essa geração de alunos analisados, reservamos a categoria “outros” para ex-docentes falecidos e outras atividades fora da área e dos negócios correlacionados com a engenharia, e diversas funções deslocadas no funcionalismo público.

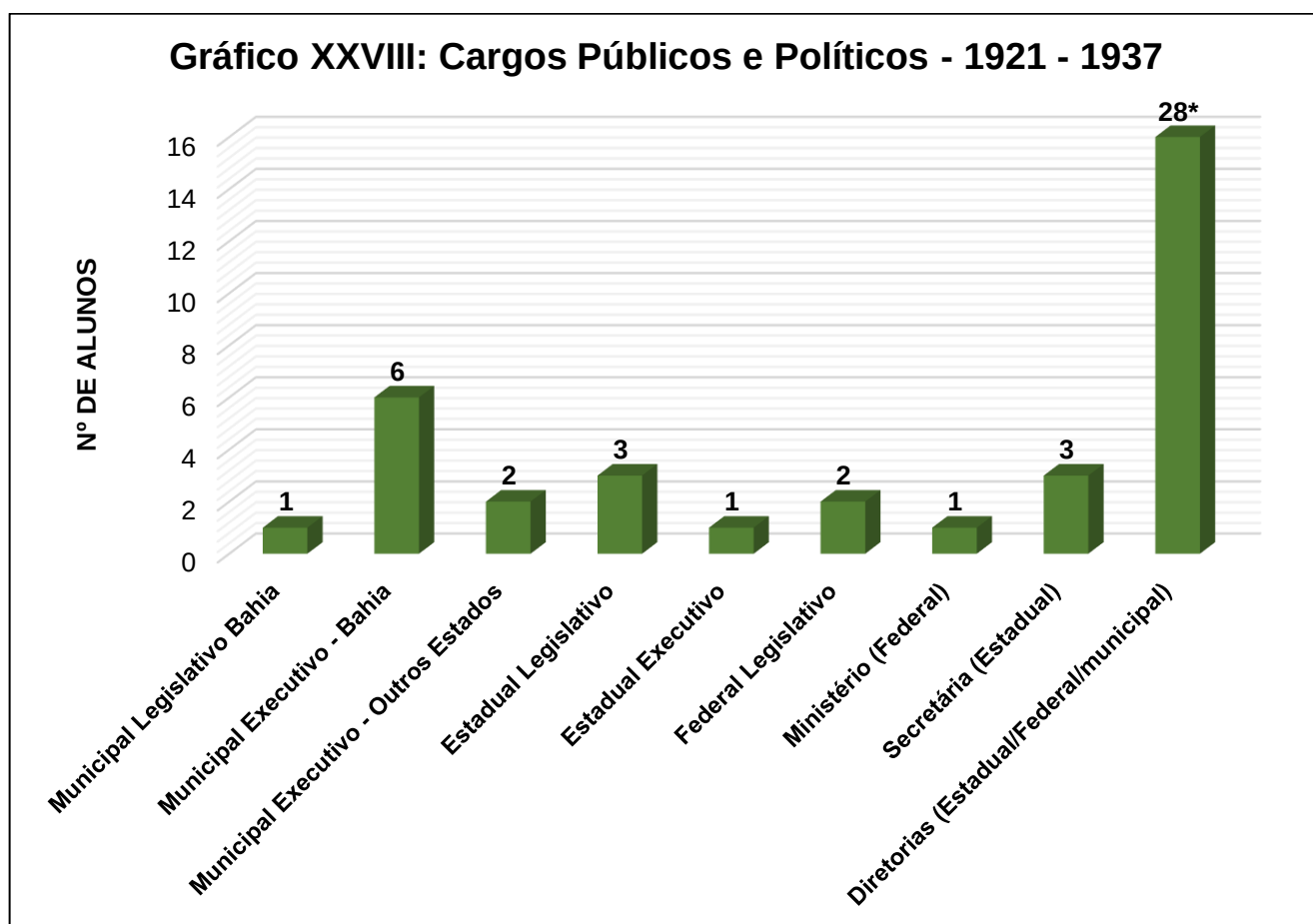
Nesse aspecto temos uma característica bem peculiar, por meio da qual professores da EPBA já se lançavam nos negócios privados em variados casos, acumulando diversos cargos e funções como consultores e idealizadores de projetos executivos junto às “grandes obras de infraestrutura”. No funcionalismo público, ocupavam, por indicação, cargos técnicos em diretorias e secretarias, principalmente, em agências oficiais do aparato burocrático do estado. Seus atributos, nesses casos, partiam de pareceres e fiscalizadores dessas mesmas obras.

Contudo, não houve pouca relevância no tocante à composição das atividades desenvolvidas por esses agentes, neste caso, a principal ocupação se assentava na docência na escola de engenheiros. Aliás, era a presença e o prestígio da EPBA que impulsionavam suas vidas acadêmicas, os levando a atuarem e a ocuparem posições de destaque tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Sendo assim, esses agentes atuavam na construção, divulgação e perpetração de determinado projeto de visão de mundo que advinha de dentro dos muros da EPBA.

Dando sequência ao gráfico XXVII, apresentamos o percentual de 15% de diplomados que não foram identificados em suas atividades profissionais. Entretanto, o que para um quantitativo total de 282 (duzentos e oitenta e dois) alunos, e considerando o período histórico investigado, esse percentual obteve uma diminuição significativa se compararmos com os 28% mostrados para o momento anterior, ainda que as dificuldades em obter informações individuais permaneçam. Dito isto, entendemos que, ainda que seja um percentual elevado e relevante, esse dado não inviabiliza nossas análises e conclusões no exercício de construção do perfil institucional e a sua clientela, assim como o papel social e político para esse segundo ciclo investigado.

Concluimos que a primeira experiência profissional dos recém-formados se estabelecia por duas lógicas bem definidas: a primeira, pela atuação em cargos técnicos ligados às agências oficiais do aparato estatal. Com essa premissa, esses agentes conquistaram *status* de privilegiados por amplos grupos sociais, principalmente na sociedade política. A segunda, após a experiência de conhecer os meandros da burocracia estatal, esses agentes migravam para a atuação nos negócios empresariais. Ressaltamos que essa lógica já tinha sido apresentada em nossas análises anteriores, no entanto, a diferença para esse segundo ciclo se apresenta de forma mais articulada e aprofundada. Isso se comprova ao confrontarmos os dados referentes ao quantitativo de “funcionários públicos”, em que temos 29% – período anterior – contra 1,5% do período em exame. Outro dado comprobatório se materializa na amostragem que indica o acúmulo das duas

funções: funcionalismo público + empresário (42%). Vimos que frequentemente essas duas vias se fundiam, o que potencializava a importância sociopolítica desses agentes na administração do Estado, agora de forma muito mais orgânica. Portanto, tal condição acabaria elevando esses agentes a uma posição de “divulgadores”, passando a marcar pautas com suas presenças em “agências oficiais” o que, conseqüentemente, influenciaria diretamente na elaboração e construção de políticas públicas ligadas às grandes obras estruturais³⁵⁶.



*Incluídos os agentes que ocuparam cargos de Inspetorias, Superintendências, Comissões e Chefias.

Fonte: Pasta dos alunos 1921-1937.

O gráfico XXVIII nos apresenta a trajetória profissional dos neófitos engenheiros que optaram por se alojar em agências oficiais, preferencialmente em cargos comissionados. Mapeamos também os que decidiram por trajetórias, ainda que por tempo

³⁵⁶ As “grandes obras” se apresentavam nas mais variadas linhas como: modernização e ampliação das vias públicas – para chegada do automóvel – hidrelétricas, túneis, pontes, canais, ampliação do saneamento básico, rede de distribuição de água, aqueduto, barragens, portos, docas e etc.

determinado, em cargos eletivos no poder público; seja em instâncias federal e estadual, seja na municipal. Ou seja, esses indivíduos atuavam em frentes no legislativo – (1) municipal, (3) estadual e (2) federal –, como também no executivo³⁵⁷ – (8) municipal, (4) estadual e (1) federal –, colocando e executando na prática um dado projeto de visão de mundo. Nota-se, em grande parte, a presença desses agentes engenheiros em superintendências, diretorias, inspetorias e chefias, que em grande maioria se encontravam em pastas ligadas às obras de infraestrutura e saneamento. Não por acaso, essa tipologia apresenta o maior quantitativo informado no gráfico XXVIII, totalizando 28 (vinte e oito) agentes.

Por serem funções burocráticas e especializadas, grande parte dessas vagas se impunha por indicações políticas, por exemplo, as nomeações ocorridas para a intendência – prefeitura – de Salvador, concomitantemente aos demais cargos técnicos burocráticos da administração municipal³⁵⁸.

Já sinalizamos, na primeira parte desse estudo, que essa lógica política auxiliou a EPBA a alcançar uma posição estratégica de ser a responsável por fornecer vários “quadros” para as principais “pastas” na administração municipal e estadual. Leva-se em conta que naquele momento histórico – anos iniciais do modelo republicano – a correlação de disputas se fazia de *front* com a tradicional Escola Livre de Direito. Contudo, para o segundo período analisado, essa disputa não ocorria com tanto impulso. É a partir dos anos de 1920 que a escola de engenheiros da Bahia dá início a sua longa presença junto à administração da capital Salvador, contando que nesse momento seus agentes ocupavam as principais posições e “pastas” na burocracia da intendência, assim como nos postos importantes na administração estadual³⁵⁹.

Evidenciamos tal conclusão ao mapearmos e qualificarmos os dados do gráfico XXVIII, que será suplementado ao apresentarmos o perfil dos docentes, na próxima seção.

³⁵⁷ Somamos ao poder executivo todos os cargos correlacionados, como por exemplo: ministérios e secretarias.

³⁵⁸ Como já ressaltamos na nota 287, o cargo de intendente e/ou prefeito da capital Salvador era de prerrogativa exclusiva de nomeação do governador do estado. Portanto, nesse caso, há uma forte tendência dos que estavam em sintonia com o “grupo orgânico do poder” serem nomeados para ocupar a administração da capital. A partir da década de 1920, praticamente todos agentes que passaram pela cadeira de prefeito da capital tinham ligações estreitas com a escola de engenheiros. Esses nomes foram de professores a ex-alunos da EPBA. Foi apenas em 1963 que os aspirantes ao cargo de prefeito passaram a concorrer e a serem eleitos pela população.

³⁵⁹ Sobre as administrações da intendência de Salvador, apresentaremos mais detalhes no capítulo IV desse estudo.

Percebemos que a partir da nomeação do fundador e professor da EPBA, Arlindo Coelho Fragoso, em 1912, para a “Secretaria Geral do Estado”, no primeiro período seabrista, posteriormente, vários outros professores e ex-alunos da escola de engenheiros da Bahia passaram a ocupar sistematicamente cargos importantes na administração pública. No entanto, o que será marcante nos anos subsequentes será a presença permanente de engenheiros na administração da cidade de Salvador, principalmente, após os anos de 1920. Entretanto, a nomeação em sequência de engenheiros politécnicos elevou a EPBA, parafraseando Sônia Mendonça, a uma espécie de “reserva técnica”³⁶⁰, neste caso, a intendência. Esse fator ajudou e impulsionou, ainda mais, o interesse dos estratos sociais médios urbanos da capital, seja enquanto uma ascensão e melhora de perspectiva social e profissional, seja como possibilidades estratégicas de representatividade na sociedade civil e na sociedade política.

Essa sequência de episódios permitiu a construção de um corpo social de agentes que se legitima, baseando-se sobre uma composição e harmonização de princípios de dominação e prerrogativas respaldadas às “grandes instituições”, gerando corpos unidos por uma verdadeira solidariedade e organicidade, em oposição às concorrências que as opunham no âmbito da sociedade política. Essa estratégia evoca e edifica a exaltação da “Ciência” como uma das condições de alcançar dominação e ascensão social, mas não a única. No período de 1921 a 1937³⁶¹, dos nomeados para intendência que ocuparam o cargo por mais de um ano, 07 (sete) agentes no total, 06 (seis) eram engenheiros ligados à EPBA³⁶², fora os cargos e pastas técnicas da intendência que, via de regra, eram ocupados quase que em 100% por alunos recém diplomados. O auge dessa ocupação aconteceu no período da administração do professor José Americano da Costa, que fomentou e organizou o *1º Semana de Urbanismo de Salvador*, tendo como principal celeiro de ideias os principais dirigentes da EPBA.

³⁶⁰ Tomamos aqui o método que a historiadora Sônia Mendonça praticou ao analisar a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária – ESAMV para o período da 1ª República. Nesse estudo, Mendonça concluiu que a ESMV se tornou após um tempo uma espécie de “reserva técnica” do Estado que, via de regra, os que ali se diplomavam, passariam a ocupar cargos técnicos no Ministério da Agricultura, passando, a partir de então, a implantar seus projetos de visão de mundo. MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Vício de Leitura, 1998.

³⁶¹ Consideramos intendentess e/ou prefeitos que ocuparam o cargo por mais de 01 (um) ano, já que os vários outros nomes que ocuparam o mesmo cargo, só o fizeram por alguns meses, sem completar o ciclo mínimo de 1 (um) ano. Portanto, só consideramos os nomeados que ocuparam a intendência por mais de doze meses.

³⁶² Esses agentes eram: Epaminondas Torres – 1921-1924 (professor), Francisco de Souza 1928-1930 (professor), Thyrso Simões de Paiva 1930-1931(ex-aluno e professor), Leopoldo Amaral 1931-1931 (ex-aluno e Professor), Aurélio Brito de Meneses 1932-1932 (ex-aluno) e José Americano da Costa 1932 – 1937 (Professor).

Portanto, a EPBA se tornou, para além do “espaço acadêmico” onde, durante um período de 05 (cinco) anos, esses engenheiros tiveram a oportunidade de formular, organizar, interiorizar e consolidar suas perspectivas de visão de mundo, um *locus* de fortalecimento da entidade de formação. Mesmo com um quantitativo menor – 47 (quarenta e sete) agentes – mapeados no gráfico XXVIII, comparados aos 85 (oitenta e cinco) apresentados na geração anterior, entendemos que as ideias e os projetos propagandeados pela EPBA se encontram bem mais assimilados e colocados em prática pelos seus dirigentes e diplomados. Destacamos também que, nesse momento histórico, esses mesmos agentes também se encontram em um estágio de atuantes nos negócios empresariais, vinculados às grandes obras estruturais do poder público.

Mostraremos agora tal evidência com o quantitativo dos 47 (quarenta e sete) diplomados mapeados e distribuídos nas três esferas do executivo – municipal, estadual e federal – partilhados na seguinte ordem: 28 (vinte e oito) diplomados ocupando as diretorias como já fora colocado em parágrafos anteriores. É importante destacar que uma parte relevante desses 28 (vinte e oito) diplomados viria a ocupar cargos em “diretorias/superintendências/comissões/inspetorias/chefias³⁶³” de destaque na hierarquia pública, seja na instância federal e estadual, seja na instância municipal, tal como apresenta quadro VII a seguir.

**Quadro VII – Diretorias, Superintendências, Comissões, Inspetorias e Chefias
Públicas (Federal - Estadual - Municipal)**

Diplomados 1921 – 1937	Cargo
Accioly Vieira de Andrade	Diretor de Obras Públicas de Salvador, diretor do Setor de Conservação do DERBA, 1954-1958, Membro do Sindicato dos Engenheiros da Bahia - SENGE/BA.
Adelmar Ribeiro Vidal	Chefe da Seção de Projetos e Chefe da Seção de Viação e Obras da Prefeitura de Vitória-ES.
Adherbal Menezes	Diretoria de Demografia e Educação Sanitária

³⁶³ Apresentaremos no quadro VI apenas os cargos de primeiro escalão na hierarquia pública de cada instância (federal, estadual e municipal); os demais cargos de segundo e terceiro escalão nos demandaria mais tempo hábil para pesquisa.

Almir Aguiar Marques	Diretoria de Instrução Pública do Estado do Maranhão. Diretor de Obras Públicas da Prefeitura de São Luiz, 1946. Secretário de Obras públicas e viação, 1948.
Alonso de Azevêdo	Diretor da Empresa Tração Elétrica Aracajú.
Américo Furtado de Simas Filho	Diretor do Centro de Estudos de Arquitetura. Membro do conselho estadual de cultura
Ananias Ferreira de Andrade	Superintendência da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré. Anos 1940.
Anísio Lage Filho	Ocupou uma das Chefias da Conselho Nacional do Petróleo-CNP - na Bahia.
Arthur Cesar Rios Júnior	Inspetor.
Clovis Mozart Teixeira	Chefe da Delegacia de patrimônio da União.
Enéas Vivas Ribeiro	Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco.
Estevam Marinho	Engenheiro Chefe de obras Estruturais no Nordeste.
Flaviano da Silva Guimarães	Diretor do Departamento de Estrada e Rodagem -DERBA/BA.
Francisco Cardoso e Silva Filho	Diretoria de Obras Públicas, Seção Construção e Fiscalização
Galdino Mendes Filho	Diretoria de Planos e Obras da CODEVASF.
Gilvandro Simas Pereira	Chefe da Secção de Levantamentos Mistos do. Serviço de Cartografia do Conselho. Nacional de Geografia
Honório Beserra	Chefe da Seção de Nivelamento - Sni. Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, dando partida ao estabelecimento da Rede Altimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB).
Joaquim de Araújo Lima	Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico/SAVA.
José Augusto Fiúza Pequeno	Vale do São Francisco Comissão e chefia. Nomeado.
José de Freitas	Diretor e Superintendente da Viação São Francisco.
José Martins Leite Pereira	Departamento Nacional de Portos e Rios Navegáveis/PI.
José Moreira Caldas	Na Assembleia Legislativa, presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1957); vice-presidente das Comissões: Agricultura (1955), Viação e Obras Públicas (1955-1956); titular das Comissões: Negócios Municipais (1955), Agricultura (1956-1958), Especial para Estudos de Seca (1956), Finanças, Orçamento e Contas (1956), Viação e Obras Públicas (1958); suplente das Comissões: Indústria e Comércio (1955, 1957-1958), Serviço Público (1955, 1957-1958). Diretor do Departamento de Construção-DC e do Departamento de Melhoramento de Estradas-DME. diretor-presidente do Departamento das Municipalidades; membro e presidente do Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos da Bahia - CREA-BA, 1959-1962 e do Sindicato dos Engenheiros, 1969-1972; funcionário no Juizado de Menores, conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura-CONFEA, 1966-1969.
Nelson Sampaio Tavares	Cargo de Chefia na Estrada de Ferro São Luiz - Teresina em 1941.
Numa Pompilio Correa da Cunha	Chefe do Telegrafo (SR-6).
Paulo Peltier de Queiroz	Presidente da Comissão do Vale do São Francisco.

SeBastião Guaracy do Amarante	Inspetor e Engenheiro Auxiliar da Central do Brasil 4ª Divisão.
Sidney Campos Hesketh	Subchefe de Gabinete do Ministério de Viação e Obras Públicas – 1963.
Vasco Azevedo Neto	Chefiou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), no Departamento Estadual de Rodagem da Bahia (DER-Ba). Coordenação de transportes da Superintendência de Transportes Coletivos de Salvador.

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital.

Apresentamos o quadro VII, mostrando os agentes catalogados nominalmente que ocuparam variados cargos de superintendências, diretorias, inspetorias e chefias de ministérios, secretarias – estaduais e municipais –. Percebemos que todas as funções eram vinculadas em áreas estratégicas ligadas à infraestrutura. Essas funções “técnicas” eram quase que obrigatoriamente frequentadas por engenheiros politécnicos e, especificamente, no nosso estudo de caso, todos diplomados pela EPBA. Logo, temos a percepção de que esse fenômeno ocorria para todo o país. Entretanto, para os que se diplomavam pela EPBA, o quadro VII, nos mostra uma concentração de atuação profissional em localidades que circundam a capital Salvador, Bahia e região Norte-Nordeste e apenas um agente atuando na região sudeste – Vitória-ES.

Esse dado contradiz nossas ponderações para a geração anterior para a qual, apesar de a grande maioria atuar no Norte-Nordeste, tínhamos também a presença desses engenheiros em números consideráveis em outras regiões do país. Confrontando esses dados, confirmamos novamente uma de nossas principais hipóteses apresentadas ao longo das seções e capítulos desse estudo: a de que a EPBA se ratificou, pós 1912, como uma entidade responsável pela reprodução de condição de classe e, principalmente, aquelas voltadas para a preparação de “técnicos especialistas” para atuarem em pastas e agências da burocracia estatal, ou seja, qualificar e formar uma nobreza de Estado.

Dando sequência, mostramos agora o quadro VIII, que se refere ao quantitativo de diplomados que exerceram cargos no executivo “estadual” e “municipal” para o estado da Bahia e outras regiões do país.

Quadro VIII – Cargos no Executivo (Federal, Estadual e Municipal)

Diplomados 1921 – 1937	Cargo
Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho	Ministro da Fazenda 1962-1963
Joaquim de Araújo Lima	Governador do Território Federal de Guaporé (1948 a 1951)
Mário Beléns Pinto	Prefeito de Camaçari/BA na década de 1940.
Miguel Argollo Ferrão	Prefeito da Cidade de Marília-SP por 2 (duas) vezes - 1948 a 1951 e 1959 a 1963.
Edson Lopes de Castro	Prefeito de Canavieiras/BA
José Martins Leite Pereira	Prefeito de Teresina 1948-1951
Accioly Vieira de Andrade	Nomeado prefeito de Feira de Santana, 1946 e eleito prefeito em Cipó, 1947-1951
Helenauro Soares Sampaio	Prefeito da Cidade de Cipó/BA
Jorge Maron	Prefeito da cidade de Medeiros Neto/BA 1963-1964
José Vaz Sampaio Espinheira	Prefeito de Itapetinga por 3 (três) gestões - 1959 -1963/ 1967-1971/ 1977-1983.
Helenauro Soares Sampaio	Secretário de Aviação e Obras Públicas - 1945 - 1946.
Flaviano da Silva Guimarães	Secretário de Viação e Obras Públicas da Bahia - 1963-1967
Luiz de Moura Bastos	Secretário da Educação do Estado da Bahia de 1958 a 1959. Governo Otávio Mangabeira

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital.

O quadro VIII nos mostra a presença significativa dos politécnicos baianos no executivo federal, estadual e municipal. O quadro VIII apresenta um quantitativo de 03 (três) diplomados nomeados para secretarias estaduais (Bahia) ao longo de suas trajetórias políticas. Tomando o caso do ex-aluno Joaquim de Araújo Lima, além de ocupar a cadeira de governador do Território Federal de Guaporé (1948 a 1951), também passou pelas “pastas” de superintendências e diretorias vinculadas ao Ministérios de viação e Obras Públicas – MVOP, como indica o quadro VII. O percurso de atuação do engenheiro Joaquim Lima nos deixa mais uma vez a evidência do que já apresentamos nos parágrafos

anteriores: de que um quantitativo relevante de ex-alunos se iniciava no serviço público ao finalizar seus cursos. Dito feito, após alguns anos, esses agentes se lançam nos negócios privados. Nesse exemplo, lembramos que o engenheiro Joaquim Lima também atuou no mundo empresarial. Vamos agora ao exemplo do ex-aluno Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho, que traz no sobrenome uma das famílias mais tradicionais da sociedade baiana desde os tempos do Brasil Império. O sobrinho tetraneto do Marquês de Abrantes e filho do governador Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), Miguel Calmon, além de se graduar na EPBA, se tornou docente da instituição em 1936 e ocupou o cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia no período 1964-1967. Junto às suas atividades acadêmicas, Calmon também acumulou a presidência do Banco Econômico da Bahia e da Associação Comercial da Bahia, quando veio a óbito. Logo, Miguel Calmon também ocupou cargos de importância nas esferas públicas, como a de Deputado Federal e Ministro da Fazenda, durante o curto período parlamentarista experimentado pelo Brasil na década de 1960.

Portanto, diante da qualificação das informações mostradas no quadro VIII, fica patente a escolha desses diplomados em ocupar o executivo municipal. Nesse levantamento, foram 09 (nove) prefeituras, sendo 08 (oito) na Bahia e 01 (um) no estado do Piauí. Entretanto, a partir da década de 1920, a EPBA se firmava como uma agência oficial credenciada a formar e a fornecer quadros dirigentes os quadros estatais e, neste caso, as intendências passariam a ser a melhor opção. Ao assumirem o *status* de prefeitos, esses agentes engenheiros passam a participar e a influenciar na formulação de políticas públicas a serem implementadas, como ocorreu na administração do professor José Americano da Costa (1932-1937), quando este ocupou a intendência da capital Salvador.

Contudo, o ofício de engenheiro entregava a esses agentes uma espécie de “credencial”, que lhes garantia a presença no “círculo do poder”, passando nesse momento a partilhar diretamente seus projetos de “visão de mundo” na organização e na edificação de consenso junto às frações dominantes.

Quadro IX – Cargos no Legislativo (Federal, Estadual e Municipal)

Diplomados 1921 – 1937	Cargo
Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho	Deputado Federal 1958-1962
Vasco Azevedo Neto	Deputado Federal - 1971-1974/1974-1978/1978-1980/1986-1990
Walter Lopes Pimentel Bittencourt	Deputado Estadual (1935-1937)
José Moreira Caldas	Deputado Estadual pelo Partido Libertador-PL, 1955-1959.
Accioly Vieira de Andrade	Deputado da Assembleia Legislativa da Bahia, 1959-1963, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979.
Olympio Balduino da Costa Vargens	Vereador de Camacan/BA – 1967

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital.

O quadro IX nos mostra os agentes engenheiros que alcançaram as instâncias públicas ligadas ao poder legislativo. Podemos perceber que a maioria desses ex-alunos chegou ao legislativo após o ano de 1937, período para o qual encerramos nossas investigações. A exceção à regra foi o engenheiro Walter Lopes Pimentel Bittencourt, eleito para Assembleia Legislativa da Bahia em 1935, nos anos da administração de José Americano da Costa na prefeitura de Salvador. Entretanto, não é o nosso objetivo aprofundar na atuação parlamentar desses agentes, o que nos demandaria tempo com um recorte cronológico mais extenso, mediada com outras análises apropriadas e criteriosas com a finalidade específicas³⁶⁴. O que gostaríamos de destacar é como a escola de engenheiros da Bahia se tornou ao longo de suas primeiras décadas uma das principais instituições a formar quadros “técnicos” e “capacitados”, principalmente junto ao executivo, mas também para o legislativo.

Concluindo, a elaboração dos quadros VII, VIII e IX a partir do gráfico XXVIII teve a intenção de apontar e aprofundar indícios – mostrados ao estudarmos a 1ª geração de discentes – de que a EPBA é o âmago de todo um aparato estratégico de uma parte dos

³⁶⁴ Na historiografia baiana, temos um trabalho que se debruçou sobre essa categoria de análise. Apesar de não dissertar sobre as nossas opções teóricas-metodológicas, o trabalho criterioso da historiadora Consuelo Novais Sampaio sobre a Assembleia Legislativa da Bahia é uma contribuição importante para quem se dispuser a trabalhar com perfis e anais legislativos. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na Segunda República 1930 – 1937*. Salvador: Assembleia legislativa da Bahia, 1992.

estratos médios urbano da sociedade baiana em tempos de era republicana. A entidade de formação de engenheiros se aperfeiçoou de forma gradativa enquanto uma agência legítima que serviu de amparo para vários setores sociais, inclusive para as frações abastadas, mas, preferencialmente, a EPBA foi uma escola criada para atender os espectros da sociedade mais sintonizados a um cotidiano urbano. Esse propósito credenciou e levou a instituição a se formatar como uma agência adepta de um determinado projeto ideário, ou seja, uma entidade precursora de uma *práxis* de pensar e agir, impetrada por agentes engenheiros advindos da escola de formação da capital Rio de Janeiro. Nesse sentido, a agremiação baiana ao longo dos seus primeiros anos se tornou um importante “aparelho privado” de hegemonia pertencente à sociedade civil que auxiliou e impulsionou a formação de novos quadros dirigentes.

3 - Corpo docente: perfil e procedência da 2ª geração - 1921 - 1937³⁶⁵

As características relacionadas ao perfil da segunda geração de docentes da EPBA nos mostram um corpo de agentes mais engajados na sociedade civil quanto na sociedade política naquele momento histórico. Seus projetos de visão de mundo, ou seja, a visão de ideário propagandeada pela escola de engenheiros da capital baiana, encontram-se interiorizados por todos que por ali passaram. O papel e a atuação da EPBA como um “aparelho privado” encontram voz e ressonância fundamentalmente junto ao seu corpo de professores. Suas perceptivas de lutas e projetos encontram consenso em várias frentes sociais, dentre elas, as frações médio urbanas, que nutrem um sentimento de interiorização de pertencimento de classe.

Ao iniciarmos nossas investigações para mapearmos o perfil da segunda geração de docentes da EPBA, a disponibilidade de fontes institucionais, registros, pastas individuais e periódicos em geral, foram catalogados com mais tranquilidade se compararmos com os primeiros docentes analisados, que careciam de pastas individuais,

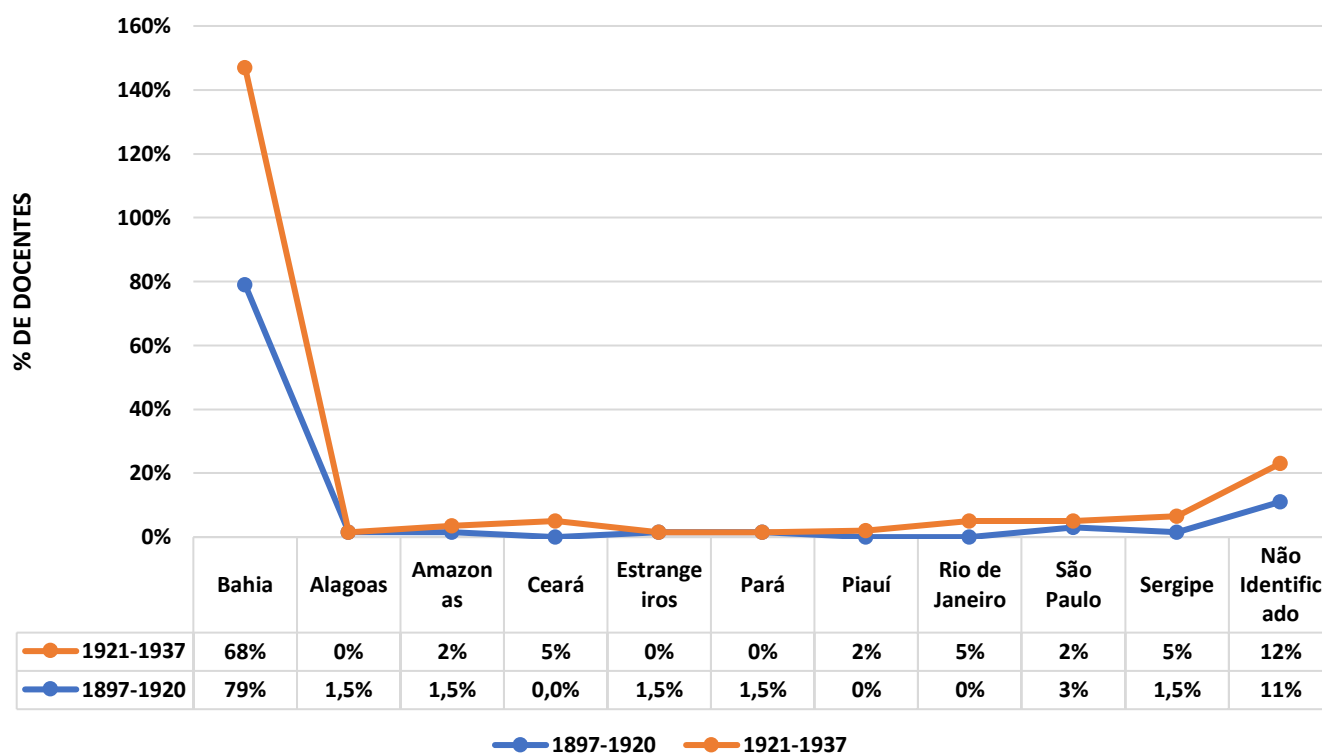
³⁶⁵ Lembramos que os dados a serem apresentados são exclusivamente para o grupo de professores que adentram na EPBA a partir de 1921. Portanto, isto não quer dizer que parte do corpo docente da entidade continue com membros ativos pertencentes à geração anterior analisada. Esses docentes se apresentam em um número reduzido, já os remanescentes em sua maioria ingressam na instituição entre os anos de 1911 a 1920. Destacamos que, a partir de 1917, os ingressos no corpo docente da EPBA passam a ser obrigatoriamente por concurso.

o que nos dificultou bastante. Nossas primeiras impressões ao nos debruçarmos junto ao arquivo da escola de engenheiros da Bahia nos possibilitou a localização em processos, livros de atas do conselho técnico administrativo e protocolos, uma série de informações que nos permitiram formatar uma planilha muito mais fidedigna. Destacamos que grande parte desses agentes professores que ingressaram na instituição após os anos de 1920 foram diplomados pela mesma instituição. Esse fator também nos beneficiou ao fazermos as análises individuais de cada um desses indivíduos, pois grande parte dessas informações se encontrava catalogada junto à tabela de alunos pertencentes à primeira geração de graduados. Outra constatação evidenciada na pesquisa, que será destacada e mostrada nos gráficos, é o alto índice de característica endógena do corpo docente, especificidade identitária após a diplomação das primeiras turmas de engenheiros.

Portanto, os métodos que aplicaremos para nossas ponderações serão os mesmos princípios aplicados nas análises anteriores que consistiram em: cruzar os dados das mais diferentes origens, na tentativa de recuperar os modos e os aspectos práticos do corpo docente em tela. A maior parte do *corpus* documental é constituída de informações advindas do arquivo histórico da instituição, que hoje se encontra arquivado no espaço “Memorial Histórico Arlindo Coelho Fragoso³⁶⁶”, em ambiente adequado com climatização específica. No Memorial histórico, já é possível localizarmos uma catalogação mais concisa e precisa de docentes da escola, sem qualquer discriminação. A exceção é para o corpo de professores pertencentes à primeira geração, que ainda possui dados escassos e fragmentados, em muito devido às condições de precariedade às quais a documentação ficou exposta ao longo do tempo. A fim de complementar nosso quadro de dados, tomamos como base as informações catalogadas e confrontadas retiradas de periódicos de época na seção de Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio da Biblioteca Nacional. Ao término da coleta desses dados, elaboramos uma planilha geral com o total de 44 (quarenta e quatro) professores. Verificamos os Programas de Disciplinas, nos quais se discriminam, em alguns casos, seus catedráticos, docentes livres e assistentes. De posse desses dados, elaboramos os gráficos a seguir:

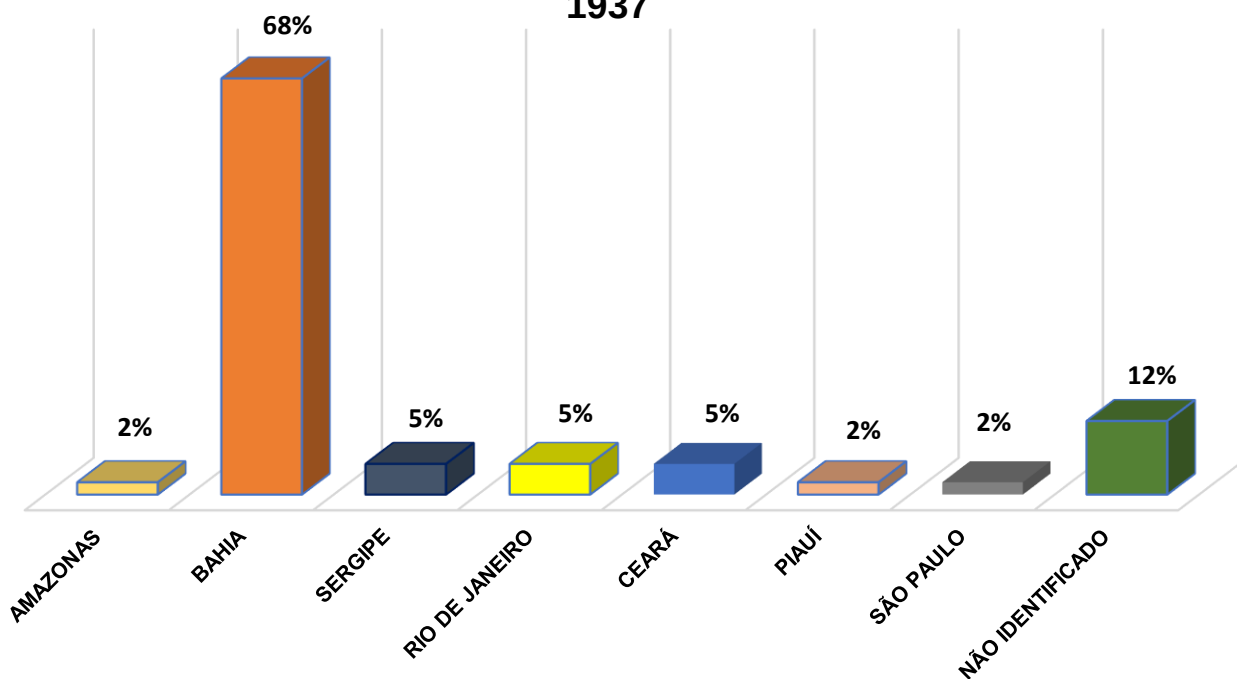
³⁶⁶ Por meio do nosso incentivo e alguns trabalhos publicados, principalmente a pesquisa de mestrado, que foi publicada pela EdUFBA, logramos, junto com outros funcionários da instituição, sensibilizar a direção da EPBA para investir na construção de um centro de memória para salvaguardar todo o acervo histórico da centenária escola de engenheiros da Bahia. O centro de memória Memorial Arlindo Coelho Fragoso foi finalmente entregue à sociedade e à comunidade acadêmica em março de 2019.

Gráfico XXIX: Origens dos Docentes 1ª Geração x 2ª Geração



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

GRÁFICO XXX: ORIGENS DOS DOCENTES EPBA - 1921 - 1937



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

O gráfico XXIX nos traz a confrontação entre os dois períodos analisados na pesquisa. Tal como no caso do corpo discente, também se destaca a preponderância de baianos junto aos professores da escola, como nos mostra o gráfico XXIX, quantificado para os dois períodos em 79% e 68%, deixando apenas 10% e 20%³⁶⁷ para agentes vindos de outros estados. Percebemos uma queda de 9% em relação à primeira geração de docentes baianos, mas indicamos o acréscimo de 5% de professores advindos do Rio de Janeiro e Ceará. Portanto, nota-se que os agentes desses estados não foram aferidos pelo mapeamento e incluídos nas estatísticas do grupo pertencente à primeira geração de professores. A exceção, nesse caso, é o estado de Sergipe, que aparece com o percentual de 1,5%, na primeira amostra e alcança o quantitativo de 5%, nesse segundo grupo em análise, ou seja, um acréscimo de 3,5%. A seguir, temos os percentuais de 2% do estado do Amazonas, um aumento de 0,5% frente ao período anterior, e os 2% do estado de São Paulo que teve um decréscimo de 1%.

Dando sequência, temos os estados de Alagoas e Pará que nos mostraram um percentual de 1,5% para o período anterior, mas que não pontuaram nas estatísticas para esse momento em análise. Outro dado a se inserir junto às estatísticas oficiais do corpo de professorado da EPBA é a presença de agentes nascidos no estado do Piauí com 2%. Outro dado importante é a taxa de professores estrangeiros, que no momento anterior apresentou uma amostragem de 1,5%. Contudo, para esse segundo período, não diagnosticamos nenhuma amostragem desses agentes, o que nos indica a possibilidade de uma engenharia “nacional” mais consolidada em suas práticas, não havendo assim a necessidade de espaço e a presença de estrangeiros³⁶⁸.

É importante destacar o dado que emerge do quantitativo de professores cujas origens não tivemos condições de identificar (origens “não identificadas”), o que se manteve estável para os dois períodos, mostrados nos percentuais de 12% e 11%.

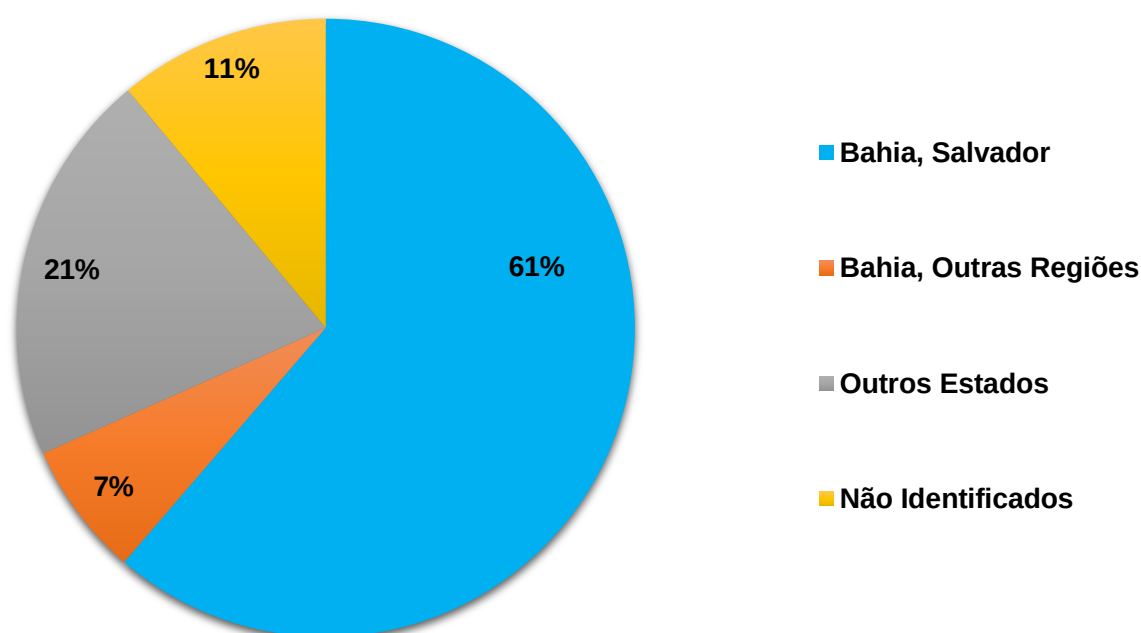
Entretanto, o que gostaríamos de destacar nos gráficos XXIX e XXX é a confirmação da tomada de um perfil mais democrático de acesso ao corpo de docentes da instituição. Apesar da maciça presença de baianos nas cátedras da EPBA, a possibilidade de agentes providos de outras unidades da federação ascenderem à condição de membros do corpo docente da entidade seria uma possibilidade bem razoável. Logo, essas

³⁶⁷ O percentual de 10% e 20% foi calculado retirando do quantitativo total as frações percentuais de 11% e 12% dos “não identificados”.

³⁶⁸ Destacamos que esse fenômeno ocorre também para outras instituições de ensino, tais como a Escola Nacional de Agronomia – EN - RJ e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ-SP. Dados verificados pela pesquisa da historiadora Sônia Regina de Mendonça.

condições aumentariam exponencialmente em casos de candidatos que se diplomavam pela própria instituição, o que confirmaremos no gráfico XXXII. Destacaríamos também que essas vagas eram preenchidas, principalmente, por agentes vindos da região Norte/Nordeste, com exceção apenas de um percentual mínimo de cariocas e paulistas. Por certo, apesar da EPBA ser uma escola de baianos para baianos, não podemos negar que a entidade formadora de engenheiros é acima de tudo uma escola de base e perfil nordestino.

Gráfico XXXI: Procedência dos docentes Bahia "outras UF - 1921 - 1937



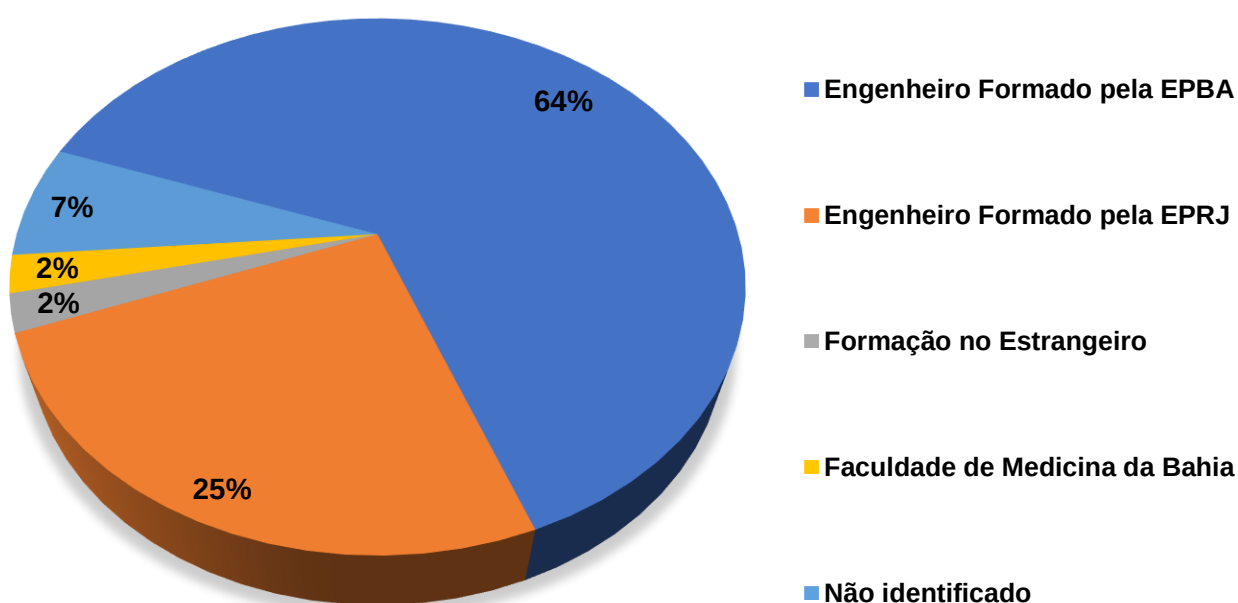
Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

O gráfico XXXI nos mostra a procedência regional dos docentes baianos. O primeiro aspecto que nos salta aos olhos é a ausência de professores vindos da região do recôncavo, que na geração anterior aferimos com um quantitativo de 10%. Acreditamos que essa falta se dá pelo simples fato de que a segunda geração de docentes da EPBA é constituída por agentes ambientados fundamentalmente nos centros urbanos, ou seja, estamos falando de uma geração de indivíduos que cresceram e se qualificaram nas grandes cidades.

Dessa feita, caso sejam somados os quantitativos percentuais indicados no gráfico XXXI, chega-se a um total de 89 %³⁶⁹ de docentes que em sua grande maioria são filhos do que se pode com certeza chamar de setores médios urbanos, sendo essa uma das principais características do perfil do professorado da segunda geração da EPBA. Outra característica ratificada e aprofundada, ao longo da trajetória da entidade, é a vocação em privilegiar o modelo marcado pela endogenia, quanto à formação e à reprodução de seus quadros docentes, respondendo seus graduados, entre 1921 e 1937, por 64% do total pesquisado, como destacamos no gráfico XXXII.

Nesse sentido, essa característica peculiar indica, ao mesmo tempo, uma prerrogativa já apresentada junto à primeira parte desse estudo, e confirmada novamente, nessa nova amostragem. Esse fato faz com que a EPBA se distanciasse em muito do papel social desempenhado pela escola imperial EAB, posto que, indiscutivelmente, não se constituiu numa entidade voltada para atender, exclusivamente, as frações dominantes.

**Gráfico XXXII: Instituição de Formação do corpo docente
1921 - 1937**



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

³⁶⁹ Veremos esse percentual de forma mais qualificada quando apresentarmos o gráfico referente às atividades econômicas dos pais dos docentes.

Outra informação importante destacada no gráfico XXXII é a presença consistente e digna de politécnicos cariocas quantificada em 25%, apesar da queda percentual de 12% frente ao professorado da primeira geração. A presença dos politécnicos cariocas na escola baiana indica que, apesar de passadas algumas décadas de sua criação, a escola da capital ainda mantinha uma forte influência na maneira de pensar e agir na entidade baiana. Contudo, essa tendência fica muito clara e lúcida ao nos debruçarmos nas leituras das atas oficiais do conselho técnico administrativo, assim como no regimento interno da instituição, em que regras e práticas da escola “padrão” do Rio de Janeiro são sempre lembradas e implantadas, raras ocasiões com adaptações³⁷⁰. Segue um trecho do Regime Interno praticado em 1933:

“...a Escola em apreço, em linhas gerais, como lhe cumpre, ao prescrevem a respeito o Estatuto das Universidades Brasileiras, decreto 19.851, de 11 abril de 1931, e o Regulamento da Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro, estabelecimento de ensino superior congênere, ao qual foi equiparada a citada Escola da Bahia...”³⁷¹

Percebemos pelos dados do gráfico XXXII que a segunda geração de docentes da EPBA confirma e aprofunda uma tendência já mostrada no momento anterior: o perfil permanentemente endógeno. Esse professorado que compõe a instituição nesse segundo momento apresenta uma característica mais homogênea se compararmos com o grupo anterior. Nesse sentido, confirmamos o percentual de engenheiros politécnicos – cariocas e baianos – no somatório total, que alcança 89%. Entretanto, se confrontarmos o quadro docente da primeira geração, veremos que na composição, tínhamos, apesar de predominância de politécnicos, um quadro docente composto por um perfil mais diverso, com membros diplomados em direito 4%, medicina 3%, agronomia 3% e farmácia 1%. Na prática, o perfil acadêmico mais heterogêneo evidenciado na primeira geração de professores se constitui em um núcleo docente mais aguerrido, com embates mais

³⁷⁰ Vale lembrar que as legislações relacionadas a qualquer mudança e/ou orientação metodológica de caráter “novo” sempre tinham como ponto de partida a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

³⁷¹ Regimento Interno da Escola Politécnica da Bahia de 1933, p. 75.

frequentes no interior do próprio núcleo do professorado; isso fica evidente em leituras de fontes oficiais da instituição³⁷².

Continuando, outras formações que completam o quadro de docentes da EPBA, mostrados pelo gráfico XXXII, vêm na presença de 2% de médicos – baianos – formados pela Escola de Medicina da Bahia e 2% de engenheiros químicos – baianos – formados na prestigiada École Des Ingénieurs da Université de Lausanne na Suíça. Já o percentual de “não identificados” alçou o percentual de 7%, um acréscimo de 6% comparado à geração anterior. Sendo assim, percebemos que, no geral, o perfil de formação intelectual da segunda geração de professores da EPBA é mais distinto e “fechado” do que a geração anterior, o que oportunizava espaço para outros agentes com outras formações ministrarem disciplinas fora das áreas mais técnicas³⁷³ das engenharias, tornando a composição do corpo docente mais diversificada. Um dado importante a se destacar é a ausência de “longevidade” do grupo de docentes fundadores da instituição. Dos 22 (vinte e dois) fundadores da EPBA, apenas Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade se manteve efetivo na instituição depois de alguns anos afastado, retornando em 1921, dando sequência às suas atividades acadêmicas até início dos anos de 1930. Outros nomes como os de Arlindo Fragoso, Arthur de Sá Menezes, Aristides Galvão de Queiroz, Salvador Pires de Carvalho Aragão, Alexandre Freire Maia Bittencourt dentre outros, não atuaram de maneira longa na instituição, seja por idade avançada, ou por seus negócios particulares, seja por exercerem atividades parlamentares, como é o caso de Fragoso.

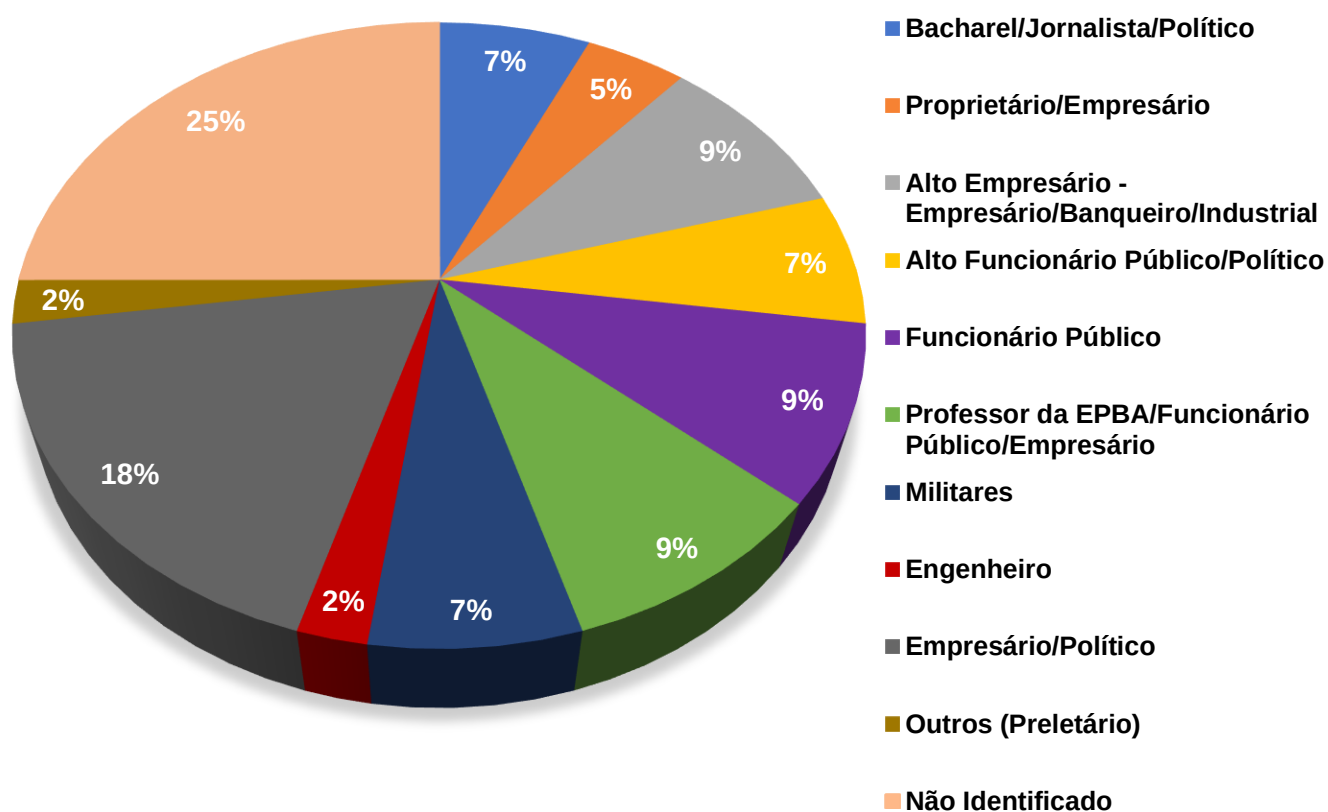
É no gráfico XXXIII que se evidencia uma mudança relevante ao confrontarmos os dois momentos analisados no que demanda à origem social dos docentes. Ainda que o caráter “aberto” e diversificado se mantenha, a informação que merece destaque é os 5% de agentes docentes vinculados à média e à grande propriedade, uma diminuição drástica de 25% em relação ao período anterior. Esse dado indica o aprofundamento do ciclo pelo qual o estado da Bahia e o próprio Brasil passavam: a transição de um país agrário para um país urbano, processo este que se acentua ainda mais pelas décadas seguintes. Outra informação destacada no gráfico XXXIII diz respeito aos 25% do professorado, cujos dados familiares não foram identificados em nenhuma das fontes pesquisadas e

³⁷² Ressaltamos que nossa intenção nesse estudo é apontar apenas o perfil macro das gerações de docentes da EPBA. Portanto, para uma confrontação mais delimitada do corpo de professorado, precisaríamos de um outro estudo mais específico, o que nos tomaria por um outro viés de análise.

³⁷³ Enquadram-se nessas áreas de disciplinas: Economia Política, Química Inorgânica, Desenho Topográfico, Trabalhos gráficos de estatística, Orçamentos e contabilidade e Direito administrativo e estatística.

investigadas. Apesar de se tratar de uma margem percentual relevante, entendemos que os 75% mapeados e quantificados viabilizam de forma fidedigna o perfil social da segunda geração de professores da entidade.

Gráfico XXXIII: Origem Social dos Pais dos docentes - 1921 - 1937



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

O gráfico XXXIII também confirma uma tendência assimilada no período anterior de que 75% dos professores estão vinculados diretamente e/ou indiretamente às atividades econômicas mais sintonizadas aos meios urbanos, com exceção dos pertencentes à categoria “Alto empresário/banqueiro/Industrial” 9%, que, apesar de estarem ligados às atividades urbanas, também possuíam ativos consideráveis junto às atividades ligadas à grande propriedade. Ainda assim, tal percentual divulgado está bem acima dos 3% mapeados para o momento anterior. Ademais, inúmeras outras categorias

sociais tiveram seus representantes enquanto docentes da EPBA, em sua maioria ligados às atividades urbanas, ou seja, mais uma vez se confirma que a escola de engenheiro da Bahia tinha em seu cerne a missão de formar e de atender os filhos dos estratos médios da sociedade. No entanto, isto condiz com o perfil do próprio corpo discente, igualmente mais “democrático” quanto à sua origem de classe. Entre os docentes da EPBA, tiveram presença no corpo docente da entidade, conforme indica o gráfico XXXIII, os filhos de funcionários públicos 9%, militares 7% e outros (proletários) 2%. Completando, ladeado por profissões liberais temos: bacharel/jornalista/político 7%, alto funcionário Público/Político 7%, engenheiros 2%, empresário/político 18% e professor da EPBA/funcionário público/empresário 9%.

Podemos perceber que a maioria das categorias profissionais supracitadas são funções vinculadas aos “grandes” e “pequenos” negócios privados, exceto para as categorias dos “militares” e “funcionários públicos” *stricto sensu*. Em parte, esse contingente mapeado tinha como estratégia para alçar ao poder público o vínculo junto à EPBA, que se tornou durante suas primeiras décadas uma porta importante para se alcançar a sociedade política, e a partir daí passam a implantar seus projetos, arbitrando na elaboração de políticas públicas³⁷⁴.

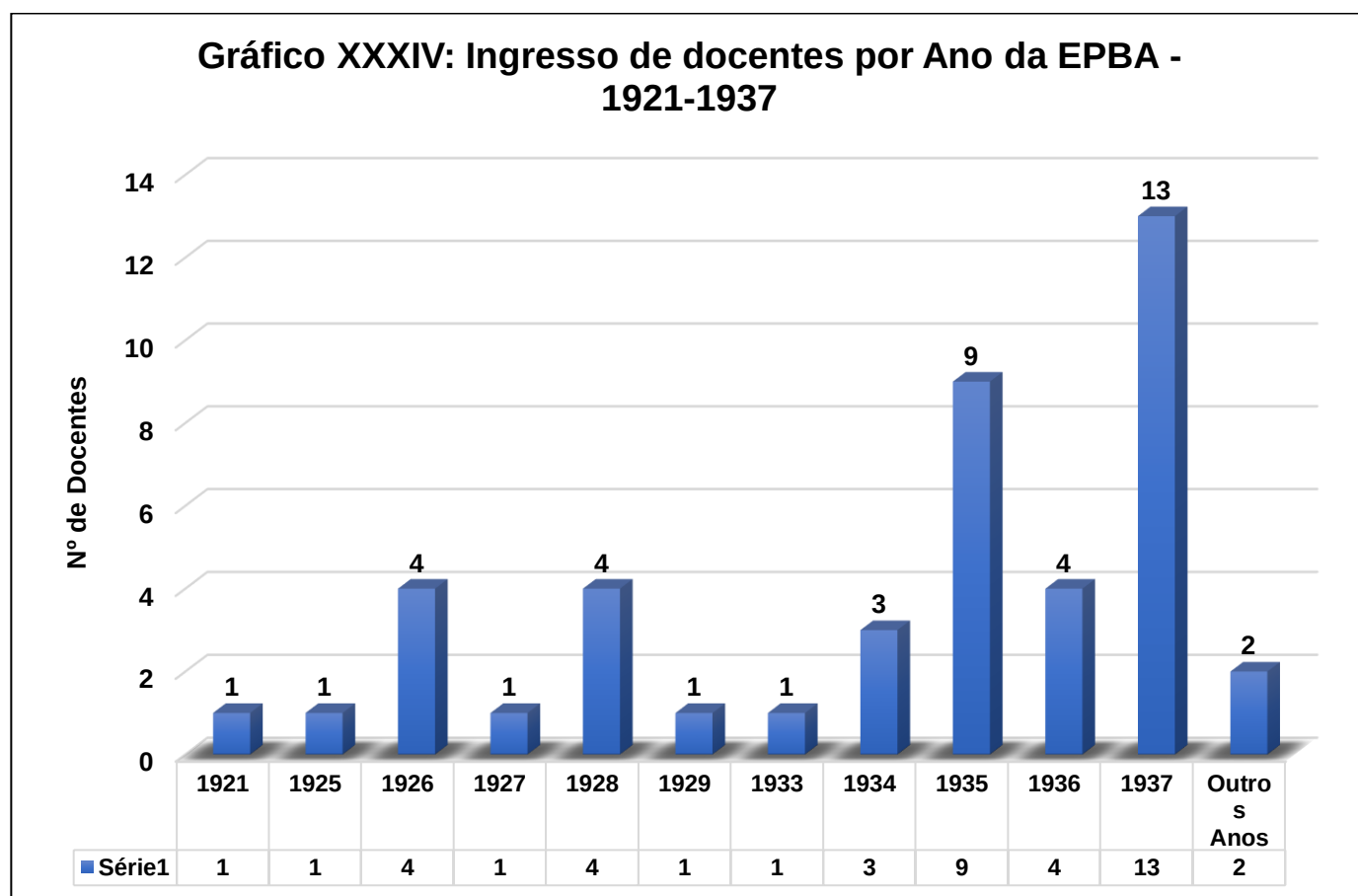
Os dados apresentados pelo gráfico XXXIII vêm apenas confirmar uma tendência já sinalizada na primeira parte do estudo, a tendência a uma maior receptividade no que tange a frações sociais distintas. Logo, tanto o corpo do alunado como o núcleo do professorado possuíam uma representação social mais heterogênea, o que já não ocorria na imperial escola de agricultura – EAB. Essa diversidade é uma das principais características da escola de engenheiros da Bahia: dar voz às frações sociais médias urbanas, a partir de uma consonância com uma parte das frações dominantes, o que constituiu um dos caminhos tomados para dar seguimento na construção de consenso entre as frações dominantes e as frações médias urbanas em ascensão.

Lembramos que a EPBA nasce de um processo de ruptura entre “parte” das frações dominantes da região do recôncavo, onde os tradicionais produtores de açúcar apoiavam a continuidade da presença da monárquica Escola Agrícola da Bahia - EAB sob seus domínios. Contudo, essa estratégia não agradava o grupo de professores

³⁷⁴ Com a chegada de J. J. Seabra ao executivo estadual, os engenheiros politécnicos passaram a ter grande influência na elaboração das políticas públicas vinculadas às “grandes obras” de infraestrutura, principalmente, na intendência de Salvador.

politécnicos – frações médias – da EAB, assim como uma outra parte da fração dominante mais progressista e em sintonia com o regime republicano.

No gráfico XXXIV, mostraremos o quantitativo de agentes que ingressaram no corpo docente da EPBA até 1937. Lembramos que, a partir de 1918, por meio de uma reforma estatutária institucional, a forma de ingresso na entidade é alterada, passando a ser única e exclusivamente por via de concurso. Portanto, as novas contratações de professores, via concurso, se constituíram em 22 (vinte e dois) aquisições, dos 44 (quarenta e quatro) mapeados para o período investigado. Os 22 (vinte e dois) docentes restantes são professores que já se encontravam no quadro efetivo, assim como outros casos de docentes que se afastavam e retornavam anos depois para dar sequência às suas atividades acadêmicas.



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

Isto posto, nossas ponderações para o gráfico XXXIV partem de três aspectos já fundamentados e confirmados na primeira, como na segunda parte do estudo em tela. A primeira evidência parte da contínua presença dos “politécnicos” com formação no Rio

de Janeiro, o que consagra um processo de enraizamento profundo das práticas e uma dada forma de codificar o mundo, ou seja, a garantia de continuidade de um modelo de *habitus*, onde a Escola politécnica do Rio de Janeiro é a principal referência³⁷⁵.

A segunda observação a ser destacada diz respeito à origem social dos “professores neófitos”, dos quais 18 (dezoito) são pertencentes das frações médias urbanas. Ou seja, nesse momento histórico, já há um aprofundamento e uma conciliação de classe entre os estratos médios e parte da fração dominante. É evidente que a EPBA se tornou uma dessas agências difusoras de um ideário de mundo, que era partilhado por ambos estratos sociais. Logo, a conquista de uma vaga na escola de engenheiros, por parte das frações médias, seria uma garantia de ascensão social, via diploma, assim como, o acesso irrestrito a cargos das agências públicas, que lhes credenciavam a atuar algum tempo depois junto aos negócios privados. Como já mostramos em seções anteriores, o ingresso junto ao corpo docente, por meio de concurso, nos atesta que o quadro de diplomados da EPBA se configurou após 1920 em um tipo de “reserva natural” da própria instituição, levando a entidade a continuar a se reproduzir o corpo docente da escola de engenheiros³⁷⁶.

O terceiro aspecto evidenciado pelo gráfico XXXIV nos remete aos acontecimentos na linha temporal, que indicam, a princípio, uma sazonalidade nas contratações de novos docentes para a instituição, intercalando de uma a quatro admissões, no intervalo de um ano para o outro. Entretanto, com a federalização da EPBA pelo decreto lei 23.782 de 14 de fevereiro de 1934, as contratações de novos professores dobram em 1935 e quase quadriplicam em 1937, chegando a 09 (nove) e 13 (treze) admissões. O fator potencializador para as novas admissões – todas por meio de concurso – se deve à promessa de novas subvenções federais após o decreto lei 23.782. É interessante destacar que os anos em que não ocorreram contratações de novos docentes foram anos em que a entidade não prospectou novas subvenções na esfera estadual, o que levou a entidade a passar por 03 (três) longos anos em dificuldades junto as suas finanças. Destacamos, contudo, que os anos de 1922 a 1924 foram marcados pelo segundo mandato

³⁷⁵ Destacamos que dos 22 (vinte e dois) professores fundadores da EPBA, 19 (dezenove) tiveram suas graduações adquiridas na escola do Rio de Janeiro. Portanto, consequentemente, é natural que a mesma forma de enxergar o mundo fosse implantada e impetrada na instituição baiana.

³⁷⁶ Sobre a implantação dos concursos para acesso ao corpo docente, ver nota 296.

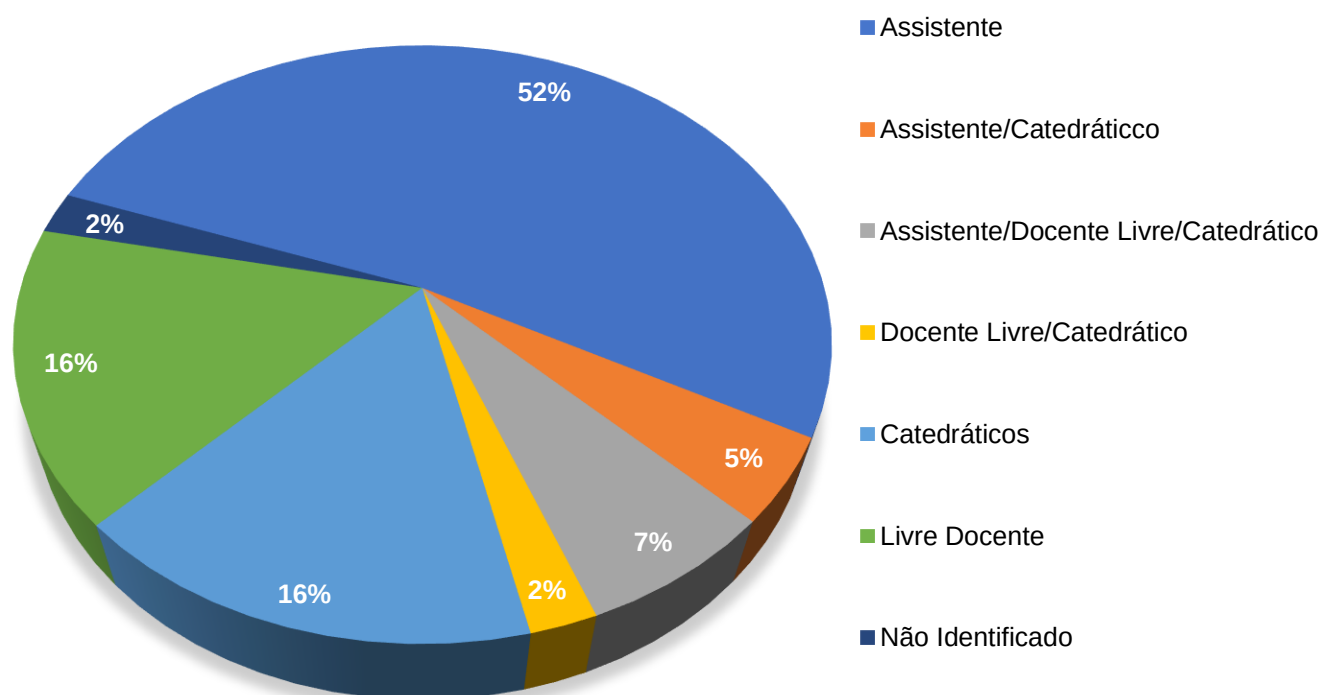
de J.J Seabra (1921 – 1924), período marcado por uma ostensiva crise política, principalmente, após a campanha presidencial de 1922³⁷⁷.

Esse fator refletiu diretamente no estancamento das pomposas subvenções anuais advindas do executivo estadual para a escola de engenheiros. Outro período marcado por interrupções e dificuldades se apresentou entre o período de 1930 a 1932, neste caso, devido aos episódios do movimento de 1930, que, para além das dificuldades financeiras, interrompendo a contratação de novos professores, também impactou diretamente no ingresso de novos alunos e também forte impacto no número de diplomados, como já indicamos no gráfico XXIV. Portanto, mais uma vez fica registrado que o processo de desenvolvimento da EPBA ficou sempre atrelado às intempéries e acontecimentos políticos ocorridos seja na estância estadual seja na federal.

Apresentaremos agora o gráfico XXXV que nos mostra outro dado importante a ser destacado. Refere-se à distribuição do professorado por categorias funcionais, seguindo basicamente a mesma hierarquia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: catedrático, docente livre e/ou livre docente e assistente.

³⁷⁷ Salientamos que na campanha de 1922 Seabra se lançou junto com Nilo Peçanha à presidência da república, tendo o seu nome para a vice-presidência. Ao final do pleito, a chapa encabeçada por Artur Bernardes saiu vitoriosa, o que elevou a crise política e econômica do estado.

Gráfico XXXV: Distribuição do professorado por Categoria funcional da EPBA - 1921 - 1937



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

Para além de indicarmos os percentuais de cada categoria individualmente, conseguimos mapear a trajetória de cada docente desde o seu processo de admissão via concurso. Contudo, a maioria dos candidatos à docência, via de regra, tem sua admissão inicial na categoria professor assistente, tendo, a partir daí, toda uma trajetória até alcançar o topo da carreira chegando a catedrático. Por esse motivo, optamos por adicionar tipologias suplementares para aqueles que galgavam pelas categorias funcionais. Nesse sentido, criamos as tipologias: “assistente/catedráticos”, para aqueles que entravam como professor assistente, e, após alguns anos, através de concurso interno, conquistavam a vaga de catedrático³⁷⁸. A mesma lógica foi usada para as tipologias “docente livre/catedrático” e “assistente/docente livre/catedrático”.

³⁷⁸ Eram poucos os que conseguiam galgar de professor assistente para professor catedrático, mas conseguimos mapear alguns casos.

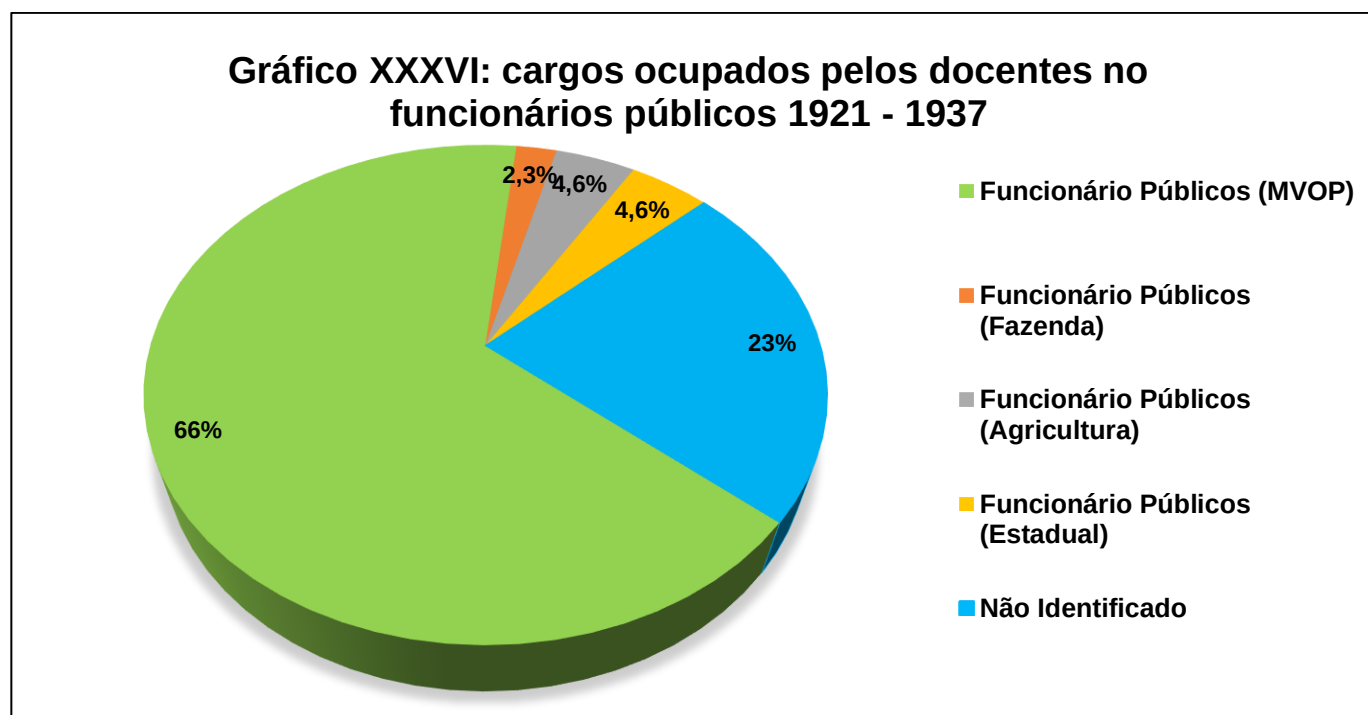
Quanto aos professores da categoria “catedrático” – topo da carreira –, mapeamos com o percentual de 16%. Lembramos que os docentes que ocupavam essa categoria eram os professores responsáveis por uma determinada “cadeira” de disciplina. O professorado vinculado à categoria de “assistente” é mostrado no gráfico XXXV com 52%. Esses agentes eram docentes colaboradores diretos dos catedráticos, que oportunamente os substituíam em suas ausências, seja por estarem em viagens administrativas seja por assumirem cargos nas esferas públicas. Vale destacarmos que boa parte dos professores catedráticos da EPBA era corriqueiramente designada para ocuparem variados cargos de confiança nas agências do poder público, sejam elas vinculadas ao poder municipal, sejam ligadas aos poderes estadual e federal³⁷⁹.

Já a categoria “docente livre” alcançou o percentual de 16%. Os docentes livres eram categorias funcionais de professores que já tinham uma relativa autonomia metodológica e acadêmica na elaboração de planos de disciplinas dos cursos ministrados na ausência ou/não dos catedráticos. Os “docentes livres” também tinham uma participação bem efetiva nas reuniões do Conselho Técnico-Administrativo - CTA, com direito a voto e tomadas de decisões junto à congregação e colegiados da entidade. Para as tipologias “assistente/catedráticos”, quantificamos um percentual mínimos de 5%; o mesmo caso encontramos para a tipologia “assistente/docente livre/catedrático” mostrada em 7%. Entretanto, é interessante destacar esses docentes que galgavam por todas as categorias funcionais, pois esses agentes eram os que adquiriam a maior respeitabilidade junto a todo o corpo de docentes efetivos, além de sempre ocuparem a posição de direção da EPBA. Esses agentes também eram os que, geralmente, viriam a ocupar variados cargos em pastas técnicas como, por exemplo, secretarias e diretorias – primeiro escalão – vinculadas às esferas públicas, esses em grande maioria pertencentes à primeira geração de docentes. Notemos que estas funções eram quase sempre exercidas sistematicamente em conjunto com as atividades acadêmicas. A tipologia “docente livre/catedrático” foi quantificada em apenas 2%, o mesmo percentual apurado para os docentes “não identificados”.

Elaboramos os gráficos XXXVI e XXXVII, dada a iniciativa de mapear o lugar de atuação desses agentes. Sendo assim, parte circunstancial dos professores “assistentes”, antes de passarem pela experiência docente na EPBA, logo ao se diplomarem, passavam por agências vinculadas às esferas públicas, neste caso, em cargos

³⁷⁹ Veremos nos quadros a seguir os cargos ocupados pelos docentes catedráticos.

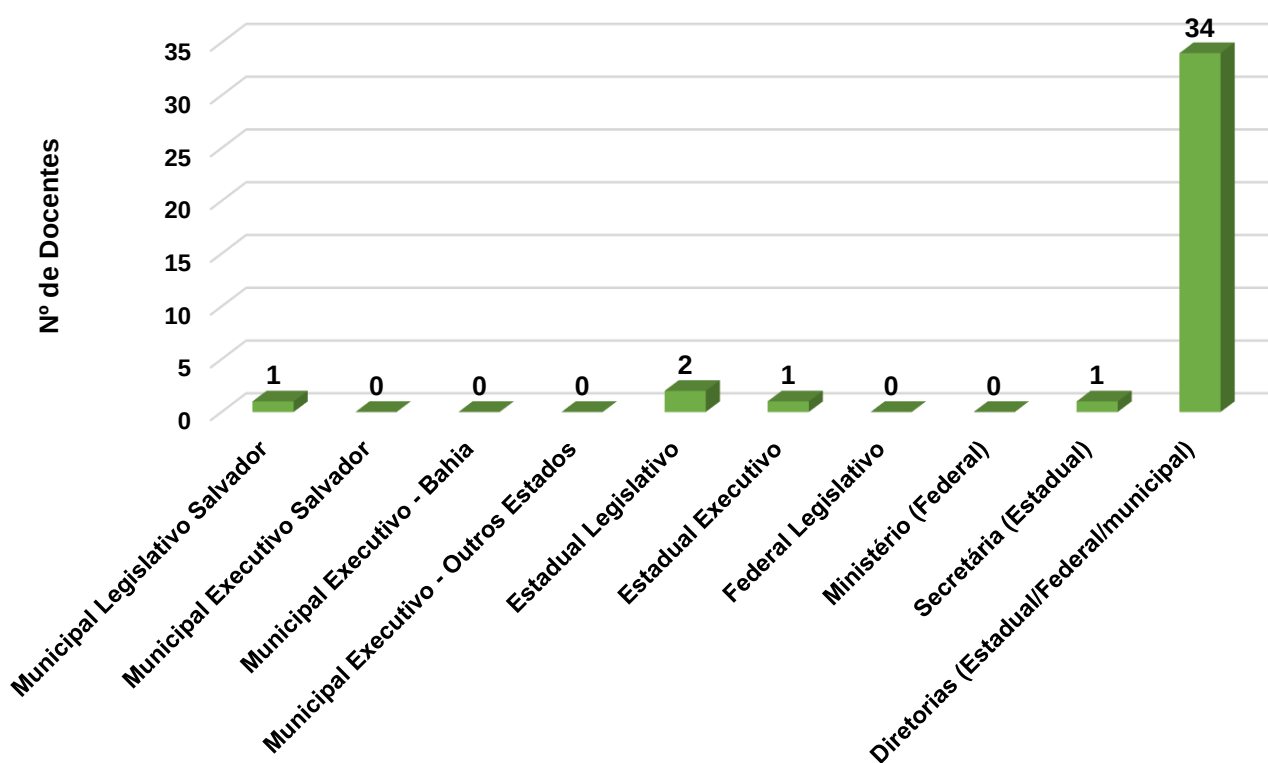
de 3º e 4º escalão³⁸⁰; via de regra, em cargos que passavam pelo Ministério de Viação e Obras Pública – MVOP. Na verdade, essas funções técnicas constituíam uma espécie de “reserva de mercado” da pasta, ocupada por profissionais “politécnicos” nas mais variadas subáreas. Esses ofícios eram distribuídos conforme a maior ou menor ascensão de seus porta-vozes junto aos quadros de comando dos ministérios. Em variados casos, percebemos uma dupla jornada praticada por esses agentes, ora atuando como professores na EPBA, ora atuando em consultorias junto às diretorias e superintendências, principalmente no Ministério de Viação e Obras Públicas – MVOP.



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

³⁸⁰ Essa evidência se enquadra para o caso dos professores neófitos da 2ª geração.

Gráfico XXXVII: cargos públicos e políticos 1921 - 1937



Fonte: Atas de congregação, periódicos, manuscritos e catálogos da EPBA 1921-1937.

Isto posto, podemos quantificar em 66 % os docentes que passaram pela pasta do MVOP, completando com 2,3 % para o Ministério da Fazenda, 4,6 % para o Ministério da Agricultura e 4,6 % para cargos em pastas técnicas da administração estadual. Os 23% de “não identificados” provavelmente tiveram suas carreiras iniciadas em atividades ligadas à iniciativa privada. O gráfico XXXVII traz os professores que acumularam dupla jornada funcional, ora no exercício acadêmico, ora em atividades de consultorias em agências do poder público. Fica claro que os docentes da segunda geração ocupavam, fundamentalmente, posições estratégicas no MVOP, em particular as suas superintendências, diretorias e funções no corpo de engenheiros da pasta, totalizado em 34 (trinta e quatro) politécnicos. Logo, restou apenas 01 (um) agente no “legislativo municipal” (Salvador), 02 (dois) no “legislativo estadual”, 01 (um) no executivo estadual e 01 (um) ocupando uma secretaria estadual³⁸¹. Ou seja, os cargos de primeiro, segundo

³⁸¹ Ressaltamos que, no mapeamento mostrado para a primeira geração de docentes, para além de terem números mais elevados, os politécnicos ocupavam mais cargos vinculados ao legislativo e executivo. Consequentemente, esses mesmos agentes mapeados junto à primeira geração de docentes, continuam a ocupar outros cargos de primeiro escalão para o segundo período estudado.

e terceiro escalão com visibilidade deram organicidade a esse grupo de intelectuais junto à pasta da “viação e obras públicas” da União e das estâncias estaduais e municipais.

A presença significativa desses agentes nas pastas ligadas às “*grandes obras*” não deve ser vista como um vínculo imediato com a estrutura econômica, e sim como um dos elementos de construção e manutenção de um dado projeto de “*visão de mundo*”, adquirida por esses intelectuais por via de suas instituições escolares. É importante destacarmos, entretanto, que o cerne na análise de um dado grupo social, nesse caso, os engenheiros politécnicos, pertencentes a um dado “*campo científico*”³⁸², se materializa com as suas devidas identificações, correlações internas e diferentes práticas e relacionamentos criados e consagrada no interior do próprio campo.

Dito isso, afirmamos que esses aspectos se ancoram, fundamentalmente, em contraposição do “*campo*” em relação às variadas “outras” áreas da vida em sociedade, assim como na construção e na valorização dos diversos “*campos*” e saberes. Desse modo, somente a partir de embates e posições contraditórias diversas é que os distintos saberes se constituem na vida social, levando-os a adquirirem, portanto, materialidade, passando a se manifestarem e desenvolverem os seus próprios códigos de convencimento, podendo, assim, orientar ações e trajetórias institucionais e suas práticas. É por meio dessa forma de pensar e agir, perpetrados e interiorizados durante suas formações, que os “engenheiros” politécnicos por meio de sua escola passam de maneira gradativa a atuar e implantar sua forma de enxergar e codificar o mundo, agora no interior das agências estatais, ou seja, no seio da sociedade política (Estado restrito).

E, conforme os escritos de Antonio Gramsci, a capacidade de argumentação e de convencimento desses intelectuais – politécnicos – é a principal fonte e ferramenta de construção para uma dada organicidade em trajetória de edificação para uma nova hegemonia, que não será pautada por um único indivíduo, mas de:

[...] um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Esse organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.³⁸³

³⁸² O conceito “campo científico” é entendido por Pierre Bourdieu, “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, e o lugar, o espaço do jogo de uma luta concorrencial.” (BORDIEU, Pierre. “O Campo Científico”. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p.122).

³⁸³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 16.

Podemos afirmar que a adesão desses intelectuais engenheiros – as agências vinculadas à “infraestrutura” –, assim que se graduavam junto a seus aparelhos privados de hegemonia, em nossa hipótese, deve-se em parte, entre outros fatores, às próprias peculiaridades e características de sua formação acadêmico escolar.

Assim como fizemos junto ao corpo discente, apresentaremos agora os quadros X e XI. Para tanto, a segunda geração de docentes também ocupou cargos na administração pública que convergiram para áreas mais técnicas, com destaque para o Ministério de Viação e Obras Públicas – MVOP, como mostra o quadro XI. Esses docentes eram sistematicamente chamados para ocuparem cargos junto ao segundo e terceiro escalão, principalmente, MVOP, em particular suas Diretorias, já que os cargos de primeiro escalão em muitos casos se encontravam ocupados, em muitos casos, por colegas “politécnicos” ligados à própria EPBA, mas também a outras entidades congêneres como a escola do Rio de Janeiro. O quadro X indica a amostragem dos agentes politécnicos que ocuparam cargos mais voltados à área “política” em detrimento da “técnica”, apesar da Secretaria de Obras públicas da Bahia também ser de orientação técnica, mas também tendo a política como uma das principais prerrogativas³⁸⁴.

Quadro X – Cargos no Legislativo e Executivo Estadual

Joaquim Licínio de Souza e Almeida	Deputado Estadual
Albano da Franca Rocha	Deputado Suplente do Estado da BA em 1947 pela UDN
Leibnitz Vieira Reis	Secretário de Obras Públicas, 1946 - ADM Lomanto Júnior

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Quadro XI – Cargos no Executivo Federal e Estadual (gerências, diretorias e superintendências)

Octávio de Britto Figueiredo	Funcionário Público (MVOP)
Jaime Furtado de Simas	Funcionário Público (MVOP)
Gustavo Maia	Funcionário Público (MVOP)
Newton Vaccarezza Cordeiro de Almeida	Funcionário Público (Ministério da Agricultura)

³⁸⁴ Destacamos que a ocupação desses cargos se fizera vários anos após no recorte de investigação, o que não ocorre na amostragem do quadro X.

Emar do Prado Torres	Funcionário Público (MVOP)
Didier do Rêgo Maciel Neto	Funcionário Público (MVOP)
Luis de Moura Bastos	Funcionário Público (MVOP)
Manoel Ferreira Sobral	Funcionário Público (MVOP)
Afonso de Souza Pitangueiras	Funcionário Público (MVOP)
Luiz Tarquínio Bittencourt	Funcionário Público (MVOP)
José Lourenço de Almeida Costa	Funcionário Público (MVOP)
Pedro Muniz Tavares Filho	Funcionário Público (MVOP)
Oscar Tarquínio Pontes	Funcionário Público (MVOP)
Miguel Ferreira Dultra	Funcionário Público (MVOP)
Leonardo Mário Carícchio	Funcionário Público (MVOP)
Thales Barreto de Paiva	Funcionário Público (MVOP)
Quintino Ferreira SteinBach	Funcionário Público (MVOP)
Oyma de Matos Pedreira de Cerqueira	Funcionário Público (MVOP)
Aristides da Silva Gomes	Funcionário Público (MVOP)
Leibnitz Vieira Reis	Funcionário Público (MVOP)
Eloyvaldo Chagas de Oliveira	Funcionário Público (MVOP)
Octávio Tourinho Junqueira Aires	Funcionário Público (MVOP)
Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade	Funcionário Público (MVOP)
Antônio Joaquim de Souza Carneiro	Funcionário Público (Ministério da Fazenda)
João Rodrigues da Costa Dórea	Funcionário Público (Estadual)
Armando Navarro Ramos	Funcionário Público (Ministério da Agricultura)
Oscar Caetano da Silva	Funcionário Público (MVOP)
Joaquim Licínio de Souza e Almeida	Funcionário Público (MVOP)
Paulo de Matos Pedreira de Cerqueira	Funcionário Público (MVOP)
AlBano da Franca Rocha	Funcionário Público (MVOP)
Jayme Cunha da Gama	Funcionário Público (MVOP)
Cyro Moreira Spínola	Funcionário Público (Estadual)
Francisco de Freitas Guimarães	Funcionário Público (MVOP)
Aristides Barreto Neto	Funcionário Público (MVOP)

Fonte: Periódicos diversos na Base da Biblioteca Nacional - BN – Seção Hemeroteca Digital

Percebemos que inúmeros docentes da escola de engenheiros da Bahia preencheram cargos chave na administração da Pasta do MVOP, tais como **Luiz Tarquínio Bittencourt** (diretor do Telegrafo/RS), **Aristides Barreto Neto** (diretoria de portos/CE), **Jayme Cunha da Gama** (diretor e inspetor na área de urbanismo e obras públicas/BA) – também um dos professores mais atuantes da EPBA, se tornando catedrático da cadeira de Arquitetura e empresário na área de projetos arquitetônicos –, **Jaime Furtado de Simas** (Inspetor e diretor da inspetoria de Obras Contra a Secas da secção Bahia) – empresário na área de projetos, consultorias e materiais –, dentre outros nomes importantes. O que mais nos chamou a atenção ao compararmos as duas gerações

estudadas foi a posição que cada geração ocupou tanto no espaço público (sociedade política), quanto na iniciativa privada. O que podemos destacar é que a segunda geração de graduados da EPBA, apesar de iniciarem suas atividades profissionais nas pastas vinculadas ao poder público, depois de algum tempo, optavam por atuar nos negócios privados, principalmente na área de consultorias. Mas, claro que essas consultorias, quase sempre, passavam pelas demandas das agências públicas. Sendo assim, concluímos que, para o incentivo, a coisa privada passava por uma demanda das agências públicas, ou seja, uma simbiose naturalizada sempre para as demandas de novos negócios.

Portanto, para ocorrer esse interesse, haveria de ter, no comando das agências ligadas às “grandes obras”, porta-vozes, que, via de regra, eram ocupados por politécnicos da geração anterior, seja da escola baiana, seja de suas congêneres, com destaque para a do Rio de Janeiro. Contudo, concluímos dizer que a escola baiana de engenheiros se firmou, e confirmou, nesse segundo ciclo estudado, a diretriz por uma clientela de maior diversidade social, o que podemos ratificar pelos dados dos gráficos apresentados e analisados. Este fato nos leva a concluir que a escola de engenheiros primou e garantiu uma escola mais democrática e com menor viés elitista, optando por esse tipo de formação e saber, se adaptando aos novos tempos e oportunizando, para os estratos sociais médios, ascensão social, pertencimento de classe e atendimento a seus ensejos e demandas sociais.

4 – Primeiro Congresso de Urbanismo e Arquitetura em 1935³⁸⁵

Às 20 horas e trinta minutos, em 20 de outubro de 1935, deu-se início o 1º Congresso de Urbanismo e Arquitetura³⁸⁶, que teve a sua conferência de iniciação proferida pelo governador Juracy Magalhães (1931 – 1937) no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB. Também estavam presentes o prefeito da capital, José Americano da Costa (1932-1937), e várias autoridades tanto da sociedade civil quanto da sociedade política. Na sequência da conferência de abertura, palestrou o politécnico, ex-aluno da EPBA e futuro Secretario de Urbanização do Município do Rio de Janeiro, Milton da Rocha Oliveira, que discorreu sobre “Urbanismo e sua aplicação à Cidade do Salvador”³⁸⁷.

O politécnico Milton Oliveira, naquele momento histórico, atuava como consultor junto a algumas empresas e como membro efetivo representando a prefeitura de Salvador na “*Comissão do Plano da Cidade do Salvador*”. Em sua apresentação, o engenheiro Milton destacou a importância de um plano urbanístico para a capital baiana, e destacou a influência da escola norte-americana sobre os urbanistas Baianos. Podemos observar uma mudança de tendência no cenário do pensamento urbanístico: sai o modelo europeu haussmanista e entra o modelo americano, mais adaptado à nova ordem burguesa pós Primeira Guerra, na qual a popularização do “automóvel” e o transporte por “ônibus” se tornariam os fatos “novos” no contexto desse modelo de cidade.

Segundo Uzêda, “*Milton de Oliveira, após lembrar que a iniciativa de organizar a Semana do Urbanismo tinha paralelo com a ação de sociedades americanas como:*

³⁸⁵ Para essa seção, destacaremos apenas as principais apresentações do “1º Congresso de Urbanismo e Arquitetura de 1935”, para que, ao final, possamos ponderar dentro de nossas balizas teóricas e metodológicas. Portanto, nossa intenção é mostrar como esses agentes politécnicos se pronunciavam junto à sociedade civil e à sociedade política em um evento público.

³⁸⁶ Entre os dias 20 e 27 de outubro de 1935 foi organizado pela Comissão do Plano da Cidade de Salvador e pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres o primeiro seminário de Urbanismo do Brasil. A primeira Semana de Urbanismo tinha o intuito de tornar público e discutir os planos para a cidade de Salvador. O evento teve como eixo central de discussão a tentativa de “mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir, a fim de torná-la uma cidade modelo”.

Verbete: www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=582 Acesso em março/2020.

³⁸⁷ A tese do historiador Jorge Uzêda traz com detalhes o projeto de modernização da Bahia e suas nuances dentro de um contexto da ordem capitalista. Contudo, seu estudo tem como objeto e hipóteses outras questões e suas opções teórico metodológico diferem das nossas. Mas consideramos que os nossos estudos se tangenciam e se complementam em informações. Por esse motivo, o citaremos por algumas vezes nessa seção por trabalharmos com as mesmas fontes históricas. UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935- 1945)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2006.

“Civic Associations”, “Civic Improvements”, “City Planning Associations”, “Chamberts of Civic Affairs”³⁸⁸, Uzêda ainda cita Milton, que declarava:

[...]a Bahia pode se orgulhar de possuir não uma, mas duas destas beneméritas sociedades, às quais tenho a grande honra de presidir: A Comissão do Plano da Cidade do Salvador e o Núcleo Baiano da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres[...]³⁸⁹ **Comissão do Plano da Cidade do Salvador.** (CPCS, 1935. p. 1 **apud** UZÊDA, 2006).

Segundo Jorge Uzêda, “Milton Oliveira, o objetivo da Semana de Urbanismo era transformar a cidade da Bahia na “verdadeira Rainha do Norte” e na segunda cidade do país. Procurava chamar a sociedade para a discussão e organização da cidade e conjuntamente com a Sociedade Amigos de Alberto Torres³⁹⁰:

[...]é não só um “amigo da cidade”, mas de **todo o Estado**; haja visto a sua organização interna com secções de **educação, higiene, clubes agrícolas, urbanismos e arquitetura paisagista, publicidade, agricultura etc.** Levando avante esta santa cruzada, com um pugilo de jovens abnegados, capitaneados por Oscar Carrascosa na Bahia e orientada pelo patriotismo invulgar de Raul de Paula, **secretário geral da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres**, no Rio de Janeiro[...]³⁹¹(**Grifos Nossos**) “Urbanismo e sua aplicação a Cidade do Salvador” (OLIVEIRA, 1935. p. 3 **apud** UZÊDA, 2006)

Nesse contexto, o engenheiro Milton Rocha Oliveira expõe um “novo” modelo urbanístico que, nas palavras de Uzêda, “*interage frente à “ciência e arte” e “filosofia*

³⁸⁸ UZÊDA, *Op. Cit.* p. 70.

³⁸⁹Idem

³⁹⁰ Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi fundada em 1932 no Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres. Dissolveu-se provavelmente em 1945. A lista de fundadores da sociedade contava com cerca de 50 (cinquenta) assinaturas, dentre as quais as de Ari Parreiras, Cândido Mota Filho, Juarez Távora, Plínio Salgado e Ildefonso Simões Lopes. Em seu processo de expansão, a entidade chegou a criar núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo. A atividade básica da sociedade era promover estudos — em geral na área socioeconômica — que eram divulgados através de conferências e publicações. A educação rural, a imigração e o aproveitamento dos recursos naturais como fonte de energia foram alguns dos temas abordados. No período 1935-1936, sob a presidência de Rafael Xavier, a sociedade sofreu um processo de aproximação com o movimento integralista. Entretanto, a despeito dos esforços de Plínio Salgado — chefe da Ação Integralista Brasileira —, a sociedade rejeitou um compromisso oficial, preferindo manter-se como entidade apartidária. Uma das principais promoções da sociedade foi a conferência sobre problemas da siderurgia, realizada em novembro de 1938. Verbetes retirados de: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres> Acesso Março/2020.

³⁹¹ *ibid.*, p. 71.

*social”, recorda que só há alguns decênios o urbanismo passou a ser uma preocupação para engenheiros, arquitetos e sociólogos. Para tanto, Milton Oliveira deixa claro a sua preferência pelo modelo urbanista norte americano. Descreve Milton Oliveira que “onde devemos beber os ensinamentos para os nossos trabalhos, adaptando ao nosso meio as leis e métodos americanos do Norte, esses grandes fazedores de cidades”*³⁹².

É clarividente que nesse momento histórico ocorreria uma “nova” mudança de paradigma, no que tange às referências e à percepção de mundo. Logo, ao voltarmos no tempo, veremos que esse processo se intensifica a partir da segunda metade do Século XIX, dentro de uma sequência de fases de expansão do grande capital estrangeiro. A primeira vem com o fomento das construções de ferrovias, com vistas a dar mais agilidade e dinâmica aos ativos da agricultura nacional, principalmente o café. A segunda fase vem com a transição de Império para República, quando o modelo urbanístico francês do Barão Haussmann se torna a maior referência em planejamento urbano. Os intelectuais e seguidores do padrão Haussmann vinculariam a ideia do higienismo ao controle de doenças, o que é também fortemente identificado com o chamado urbanismo demolidor. Todos os dois modelos tinham como berço a Europa, que tinha na cidade de Paris o grande referencial.

Com o término da Primeira Guerra, os Estados Unidos se tornam a principal potência capitalista do mundo, e conseqüentemente, as suas percepções de mundo passariam a ser exportadas para os países periféricos das Américas. Portanto, é esse “novo” projeto estadunidense que passa a ser perpetrado e difundido no Brasil, a partir dos anos de 1930, na era Vargas. Uma grande preocupação mostrada pelo axioma norte-americano vem da necessidade de preparar os grandes centros urbanos para a inserção da máquina, e, para isso, haveria a necessidade de modificar as funcionalidades dos centros urbanos. Nesse contexto, Milton Oliveira apresenta a sua fórmula de urbanística dentro do arcabouço de matriz norte-americana:

[...] devemos considerar para o caso da Bahia os elementos de ordem moral e os ordem física; entre os primeiros contamos o preparo do ambiente público ou para dizermos **com Lethaby “We have to bign with the formation of town psychology and civic desire”** e é para formarmos esta psicologia, propicia aos ideais urbanísticos que, achamos perante vós; para que todos nós solicitemos ao poder competente a legislação apropriada, para que a obra projetada se realize

³⁹² OLIVEIRA, Milton Rocha. *Urbanismo e sua aplicação a Cidade do Salvador*. (OLIVEIRA, 1935. p. 3 apud UZÊDA, 2006, p. 71.

sempre com primazia dos interesses coletivos. Os principais elementos de **ordem física** resumamo-los:

- 1) ruas;
- 2) trânsito;
- 3) transporte (aéreo, terrestre e marítimo);
- 4) divertimento públicos;
- 5) zoneamento;
- 6) arte cívica.

(Grifos Nossos) “Urbanismo e sua aplicação a Cidade do Salvador” (OLIVEIRA, 1935. p, 5 **apud** UZÊDA, 2006)

Percebemos no trecho citado que o conferencista proclama que se pense um novo desenho para a capital baiana, e que os equipamentos de “*ordem física*” seriam fundamentais no preparo para, principalmente, receber a modernidade do momento: o automóvel e suas respectivas variações.

Com inovações dos mais variados equipamentos urbanos, como indica o fragmento citado: automóveis, bondes, o ônibus, o caminhão, a motocicleta, o cinema e as fábricas passaram a ordenar entre os soteropolitanos novas identidades e costumes de convivência social, o que levaria a suprimir para sempre as antigas culturas e a forma de interação em sociedade.

Continuando, Milton Oliveira, após discorrer por cada item de *ordem física*, convoca todos presentes e os baianos para um novo projeto urbanístico para a capital baiana:

Meus senhores, estou abusando por demais da vossa paciência e vou terminar; não quero porém fazer, sem primeiramente dirigir um caloroso apelo ao vosso civismo e ao vosso patriotismo: auxilie, com vossa sugestão valiosas a **Comissão do Plano da Cidade** e ajude-a a organizar a “**Caixa de Urbanização**”, pois, a remodelação de nossa capital depende dos governos do Estado e do Município, mas depende sobretudo de todos nós; sigamos o exemplo dos **povos anglo-saxões** e, ainda para a atual geração a apoteose de uma Bahia Maior e Melhor. “Urbanismo e sua aplicação a Cidade do Salvador” (Grifos Nossos) (OLIVEIRA, 1935. p, 21 **apud** UZÊDA, 2006)

Para Jorge Uzêda, “*a conferência de Milton da Rocha Oliveira revela um sentimento de inferioridade da cidade do Salvador em relação a outros centros do país.*” Continua Uzêda, “*forma da cidade e grau de desenvolvimento da urbanização era um incômodo constante aos intelectuais que pensavam a cidade. A ‘cidade de uma só rua’*

era um embaraço aos que queriam livrar Salvador do estigma de uma cidade provinciana”³⁹³. Constatamos que na historiografia baiana, dentro do recorte do estudo, é evidente esse tipo de sentimento no que tange às fontes trabalhadas em várias perspectivas de análises.³⁹⁴

Já no segundo dia 21 de outubro de 1935, foi apresentada na Associação Universitária da Bahia, pelo engenheiro politécnico Nelson Pinto de Almeida, a temática “Segurança Pública e os Incêndios”. Nelson chama a atenção para o problema da Segurança pública na capital e faz um paralelo com outras capitais do país, mas praticamente nada apresentou para a questão dos incêndios. Sobre a segurança, afirma Nelson que:

A Segurança Pública pela ordem e vigia toda a cidade de modo a ser prestada imediata garantia a quem dela necessitar. Mas, se os seus representantes exercitam-se numa cidade de difíceis comunicações, cujas pessoas carentes dos seus serviços, ou cujos logradouros envolvidos, de momento, na desordem, distam muito longe da central em que permanecem as suas reservas de prontidão, não se pode esperar a eficácia recomendável e completo êxito na intervenção da autoridade, salvo se os cofres públicos estivessem nadando em ouro e um Governo, perdulário, quisesse manter cortejos enormes de profissionais hábeis, incumbidos de tais serviços, em flagrantes contrastes com o bom senso que está a indicar que se melhorem as condições de aproximação ao centro urbano³⁹⁵. (PINTO, 1935. p, 69 **apud** UZÊDA, 2006)

Ainda Nelson:

E a polícia impossibilitada de imediata repressão a esse vício, porque a dita rua é de difícil acesso, metida num recanto do arrabalde, e constitui um perigo para a existência de um policiador sem cobertura.³⁹⁶
(PINTO, 1935. p, 69 **apud** UZÊDA, 2006)

Nelson Pinto destaca no fragmento a importância da “segurança pública” para esse modelo de cidade, e que a sua instrumentalização atuaria como uma espécie de controle social, ou seja, essa seria uma forma racional da vida urbana. Na argumentação do

³⁹³ *ibid.*, p. 72.

³⁹⁴ Uma das principais referências dessa temática é o estudo apresentado por LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em seu estudo, Rinaldo argumenta sobre a origem desse sentimento melancólico da fração dominante tradicional após a chegada da República.

³⁹⁵ PINTO, Nelson de Almeida. *Segurança Pública e Incêndios*. p. 69.

³⁹⁶ *Idem.*

palestrante, as vias públicas – ruas e avenidas – estando com fluxo facilitado, haveria uma ação sistemática e rápida das forças de segurança para possíveis atos criminosos, e isso manteria a necessária ordem na fluidez da cidade.

A terceira conferência foi ministrada na Escola Politécnica pelo engenheiro e professor da EPBA Jayme Cunha da Gama. O politécnico discorreu sua apresentação com a temática “zoneamento das cidades”.

Além de ministrar a cadeira (Arquitetura, Civil, Higiene de Edifícios e Saneamento das Cidades), Jayme era membro efetivo da “*Comissão do Plano da Cidade do Salvador*” e sócio da “*Associação dos Engenheiros Civis*”. O professor Jayme Abreu era a grande referência para a temática apresentada por ele, que se baseava em propor um debate sobre possíveis soluções para uma nova formatação do tecido urbano soteropolitano. Nas palavras de Jayme Abreu, o “zoneamento urbano” se caracterizava por:

Eis uma palavra nova para muita gente. Zoneamento é base do plano duma cidade e consiste em dividida numa série de zonas ou áreas regulamentadas de forma que numa dada área possam ter lugar atividades comerciais, noutras, só atividades fabris e noutras ainda só possam ser construídas residências. Consiste ainda em regular as alturas dos edifícios conforme o local.³⁹⁷ (PINTO, 1935. p, 13 **apud** UZÊDA, 2006)

Na sequência, o professor Abreu apresenta sua definição de urbanismo:

“Armando Godoy definindo magistralmente urbanismo como a ciência de ordenar e harmonizar os elementos estáticos e dinâmicos das cidades, colocou a questão precisamente dentro do campo científico”³⁹⁸

Para Jayme, a fim de dar diretrizes de “zoneamento e urbanismo” aos núcleos urbanos, haveria a necessidade de se aplicar uma ordem para a partir daí harmonizar, nesse caso, as atividades de cunho social. Ao alcançar êxito na harmonização, se aplicaria o “zoneamento” de maneira pacífica, sem maiores conflitos junto à população, procurando manter a observância e o respeito da sua cultura. Assim finalizou Jayme:

³⁹⁷ Comissão do Plano da Cidade do Salvador. Conferências. p. 13

³⁹⁸ ABREU, Jayme da Cunha da Gama e. *Zoneamento da Cidade*. p. 42.

[...]os usos, os costumes, bons e maus, não importa as tendências e as aspirações em geral observáveis pelo mimação por parte do povo de o que existe em outras aglomerações urbanas; o urbanista dividirá a Cidade em zonas[...]³⁹⁹

O que Jayme estabelece em sua argumentação é que um núcleo urbano devidamente “zoneado” não daria autonomia por completo a uma dada região geográfica, mais sim consistiria em uma complementação de uma região para a outra, ou seja, dever-se-ia circundar as outras regiões para preenchimento de atividades complementares, sejam elas residencial, médica, industrial, sejam elas comercial, de serviços, entre outras. Mais uma vez, temos um discurso que reforça a necessidade de aplicar no planejamento urbano uma metodologia para lhe dar mais funcionalidades e fluidez, ou seja, aplicar uma racionalidade ao espaço público. Contudo, para se implementar todo esse axioma de ideias, no caso de Salvador, haveria a necessidade urgente de redesenhá-la.

Ao comentar o trecho supracitado, o historiador Jorge Uzêda nos chama a atenção sobre a cidade de Salvador, que:

[...] foi concebida antes do capitalismo e da modernidade e essa cidade portuguesa tinha, em primeiro lugar, o papel de ser uma cidade baluarte e garantir a defesa do capital mercantil português. De 1549 para 1930, a cidade se expandiu, tendo como Base a escarpa e o centro da cidade continuou a ser a freguesia da Sé. Era na Sé que estava estabelecido o poder público estadual e municipal. Era na Sé que estava presente à imprensa oficial e a biblioteca pública e forçosamente era o local de convergência entre a cidade alta e baixa quer seja pelos meios mecânicos (Elevador Lacerda, Plano Inclinado Gonçalves) quer pelos meios físicos (a Ladeira da Montanha, Conceição e Preguiça). Ainda que tenha ocorrido uma certa espacialização da cidade o centro se manteve na Sé. A própria rua Chile que era a vitrine social e cultural da cidade estava localizada nessa freguesia, como se dizia no século XIX.⁴⁰⁰

Continua Uzêda:

A cidade do Salvador, na década de trinta, era ainda uma cidade não medicalizada ou zoneada. Havia uma verdadeira confusão entre as áreas mantendo o caráter comercial, a função pública e residencial. O zoneamento era exatamente a proposta de medicalizar a cidade e definir

³⁹⁹ Idem. p.45.

⁴⁰⁰ UZÊDA, *Op. Cit.*, pp. 77-78.

a organização do espaço. A questão não era fácil para os habitantes da cidade, pois o espaço da morada se constituía também no espaço de trabalho. Ainda que desde a Primeira República (1889-1930), [...] o Bairro Comercial e a própria Sé tenham perdido população e pouco a pouco se especializavam em atividades econômicas; o primeiro nos escritórios e casas de negócios e segunda na área político - administrativa da cidade.⁴⁰¹

O método de zoneamento conceituado pelo prof. Jayme Abreu exalta, como já destacamos, um entendimento pela racionalidade econômica urbana que seria um dos pilares dos “novos” tempos do pensamento liberal burguês, o qual maximiza o discurso pelo zoneamento, na justificativa de carência de recursos “financeiro” e “material” das esferas públicas. Afirma Jayme Abreu:

Água, esgoto, luz, pavimentação e recreio constituem encargos que a municipalidade assume pelo dever indeclinável em que se acha de prover cada zona com os requisitos que a higiene e a civilização exigem. Para cada zona, entretanto, o modo por que estas obrigações se manifestam variam.⁴⁰² (ABREU, 1935. p, 49 **apud** UZÊDA, 2006)

O Professor da cadeira de eletrotécnica da EPBA José Lourenço de Almeida Costa teve a primazia de ministrar dois trabalhos: *“Uma Cidade Errada e uma Cidade Certa”* e *“Propaganda do Urbanismo”*, nos quais também discursa sustentando-se no axioma da racionalidade. O professor José Lourenço, assim como os seus colegas docentes, Milton Oliveira e Nelson Pinto, também era membro efetivo da *“Comissão do Plano da Cidade do Salvador”* e pertencia aos quadros técnicos da Companhia de Energia Elétrica da Bahia.

Contudo, em sua primeira apresentação, José Lourenço prezou e orientou a informar aos presentes que seus escritos eram apenas sugestões de um plano urbanístico para a capital Salvador, e que o arcabouço de ideais presentes em sua apresentação estava dentro de uma linha teórica de matriz urbanista. Consideramos que a *práxis* desses escritos ainda não se materializava como uma realidade, pois ainda não existia um grupo de trabalho sistematizando e operando.

Ao dar início a sua argumentação, José Lourenço apresenta uma série de variadas fotos de cidades, ordenando uma classificação de cidade certa e/ou errada. No caso da

⁴⁰¹ Idem

⁴⁰² Idem. p. 49.

cidade errada, José Lourenço Costa mostra como uma ultrapassada e equivocada metodologia aplicada à edificação pôde dar início ao caos nas *urbes*. Evidenciando a realidade em suas palavras, Lourenço afirma que “*a imprevidência, o descaso e o egoísmo deram em resultado esta calamidade*”⁴⁰³. Ao exemplificar a cidade de Salvador, o professor José Lourenço confirma que a capital baiana cresceu sem nenhum tipo de racionalidade e, por isso, redesenhá-la causaria um custo econômico enorme, além dos desgastes e variados transtornos sociais e urbanos.

Com grande sacrifício levanta-se o capital necessário, muitas vezes por meio dum empréstimo e, visando respectivamente a zona afastada, executa-se o melhoramento para no fim de contas descobrir que se chegou apenas a um resultado problemático. Novo melhoramento, maiores despesas e maiores sacrifícios ...e no resto da cidade, idêntica situações continuando a criar-se. Pois bem, a Bahia desenvolveu-se assim: errada completamente errada. Considere as fotografias que ora vos apresento e que por sinal não são dos piores lugares⁴⁰⁴ (Costa, 1935. p, 59 **apud** UZÊDA, 2006)

Ao finalizar a sua fala, o politécnico Lourenço exaltou e destacou os projetos urbanísticos pensados para a capital, que se orientam pela racionalidade no sentido de melhorar a qualidade e o bem estar de seus habitantes.

Em suma, uma cidade perfeita começa por ter um plano em que todos os detalhes, desde o rancho a beira da estrada até o mais imponente edifício recebem a devida consideração, e termina com a execução fiel e completa desse plano! Não pode haver perfeição ou economia onde não existe um plano⁴⁰⁵ (Costa, 1935. p, 63 **apud** UZÊDA, 2006)

Após destacarmos algumas apresentações do evento em tela, finalizaremos com a conferência do Professor catedrático da EPBA das cadeiras de “Máquinas Motrizes” e “Termodinâmica”, Américo Furtado de Simas⁴⁰⁶. O politécnico Américo Simas, como outros já citados, também foi membro efetivo da Comissão do Plano da Cidade do Salvador. Com grande prestígio junto a seus pares, Simas apresentou a temática: “Sugestão para o Plano Diretor da Cidade do Salvador”. Com um olhar humanista, mas

⁴⁰³ COSTA, José Lourenço de Almeida. *Cidade Errada e a Cidade Certa*. p. 58.

⁴⁰⁴ Idem. p. 59.

⁴⁰⁵ Idem, p. 63.

⁴⁰⁶ O professor Américo Simas também foi professor e diretor da Escola de Belas Artes da Bahia.

sem fugir da racionalidade, as ideias de Américo Simas foram de longe as que mais se engajavam com uma cidade para o futuro, não por acaso, o intelectual Simas também se tornou uma grande referência na Escola de Belas Artes da Bahia. Nas palavras de Américo Simas;

Não podemos deixar de reconhecer a importância formidável da estética das cidades sobre a sua população, e, o urbanismo, que se ocupa da instalação racional das aglomerações humanas governa-se por leis que a observação metódica e cuidadosa tem estabelecido. É a intervenção da vontade humana no modo de agir das leis naturais de existência e crescimento das aglomerações.⁴⁰⁷ (SIMAS, 1935. p, 118 **apud** UZÊDA, 2006)

Para o professor Américo Simas, as premissas para a elaboração de um plano para a capital deveriam obrigatoriamente passar pelo crivo de uma discussão junto à sociedade soteropolitana. Contudo, para Jorge UZÊDA, *“entre todos os conferencistas da I Semana de Urbanismo a obsessão era pela circulação. Essa preocupação maior pela circulação era em função do impacto que a máquina causou nas cidades após a Revolução Industrial.”*⁴⁰⁸ Fica claro que a obsessão desses intelectuais é em garantir a presença das máquinas no meio urbano. Logo, haveria a necessidade de assegurar uma melhor circulação congregando as largas avenidas com as ruas, garantido por uma melhor racionalidade e fluidez na circulação tanto de máquinas quanto de pessoas. Dentro desse contexto, Américo Simas diz:

A criação de um centro, coração da Urbs para onde converjam às artérias que da cidade e arrabaldes, tragam, confortavelmente, os habitantes à sede de Governo, às escolas, museus, teatros, cinemas, lojas de modas, armazéns, cafés, etc., deve ser indicada para que a população habituando-se à convivência social, torne-se mais artística, instruída e civilizada.⁴⁰⁹ (SIMAS, 1935. p, 118 **apud** UZÊDA, 2006)

Na concepção de ideias do conferencista Simas, assegurar uma cidade com fluxo constante também é ofertar um estado de bem-estar social a seus habitantes. No entanto, o rápido deslocamento na cidade os levaria a vivenciar melhor as oportunidades na

⁴⁰⁷ SIMAS, Américo Furtado de. *Sugestão Para o Plano Diretor da Cidade do Salvador*. p. 118.

⁴⁰⁸ UZÊDA. *Op. Cit.*, p.83.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 118.

convivência social assim como nas ofertas de entretenimentos tais como: cinemas, bailes, cassinos, escolas, comércio, dentre outras. Portanto, a cidade também deveria ser uma vitrine a céu aberto para seus ocupantes. A garantia dessas premissas apresentadas levaria em conta alguns princípios basilares do urbanismo, mostrados por Américo Simas, o qual os nomeou como parte do plano diretor, que são:

1) Centro da cidade; 2) Artérias principais e secundárias; 3) Parques, jardins e praças; 4) Transportes em comum; 5) Quarteirões industriais; 6) Universidades, escolas; 7) Distribuição de água, esgoto e esgotos; 8) Fornecimento de energia para indústria e iluminação; 9) Habitação para proletários; 10) Plano financeiro.⁴¹⁰

Dos itens apresentados no fragmento, Simas apenas observou a racionalidade na circulação, principalmente no centro da cidade. Nesse sentido, idealizou e redesenhou todo sistema de fluxo viário. Esse fato ocorreu pela capital baiana ainda não ter passado por grandes mudanças no seu tecido urbano, exceto para a breve e enxuta reforma do período seabrista. O pungente impacto causado por um parque industrial moderno, como já havia ocorrido em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, ainda seria um caminho distante da cidade de Salvador. Portanto, a população operária na cidade da Bahia praticamente não despontava, como ocorria nos grandes centros. Apenas em algumas localidades, como na península Itapagipana, cidade baixa, por exemplo, ocorria um fluxo tradicional da classe operária, todos agarrados às velhas indústrias de tecidos e alimentos.

Para Américo Simas, um plano urbano ideal para a cidade da Bahia levaria em conta as condições e a flexibilidade de ser modificado, obedecendo à chegada do automóvel e a suas variações. Assim, corroborou o que Le Corbusier conceituou nos anos vinte, durante os quais o mesmo já havia antecipado a vida urbana na presença das máquinas, que impactaria as cidades e a convivência em sociedade. Disto isso, Américo Simas já tinha essa percepção, ao prelecionar:

O telégrafo, as ferrovias e rodovias, as navegações marítimas e aérea, e as máquinas térmicas e elétricas, têm aumentado de tal modo a rapidez das comunicações, que a transmissão do pensamento, oral ou escrito, é feita com grande rapidez, transformando completamente o modo de agir do homem.⁴¹¹

⁴¹⁰ SIMAS. *Op. cit.* p. 119.

⁴¹¹ *Idem.*

Para Jorge Uzêda, “*Há uma identidade entre o pensamento de Américo Simas com o de Le Corbusier quanto à questão das mudanças que as máquinas produziram na cidade, principalmente o automóvel, daí a criação de um sistema viário para dar condições a esse novo agente.*”⁴¹²

Com essa influência, Américo Simas desenvolve um novo projeto viário para assegurar que a capital baiana convivesse de forma pacífica junto aos seus habitantes com a modernidade do momento: o automóvel. O professor Simas redefine o eixo viário soteropolitano com 03 (três) grandes avenidas na cidade Alta, sendo a primeira a avenida Sete, já requalificada pelas reformas seabristas, a segunda marcada pela Independência e a terceira pela avenida Itapoan. Para a cidade Baixa, outras 03 (três) vias completavam esse sistema de circulação da capital. Complementando o sistema, se encaixaria a ligação de novos elevadores entre as cidades Alta e Baixa e os antigos e longevos planos inclinados. Assim indica Américo Simas:

[...] e a avenida do Porto (França) com 36 metros, ligarão a Porto à estação da Leste, Aeroporto, estradas de rodagem para o interior e subúrbios, e bairros de Itapagipe, com auto-ônibus da mesma capacidade dos tramwys. Teremos assim 6 linhas capazes de transportar mais de 100.000 passageiros por hora, que serão suficientes. Pelo que acabamos de dizer, projetamos 6 artérias que partam da parte central e se dirijam para os arrabaldes, sendo 3 da cidade Alta e 3 da Baixa⁴¹³ (SIMAS, 1935. p, 119 **apud** UZÊDA, 2006)

As modificações elaboradas pelo professor Américo Simas estavam calcadas na importância da inserção do automóvel e suas variações, mas também e, principalmente, na circulação e fluidez da população pelas variadas regiões da cidade da Bahia. Contudo, sem as devidas requalificações, a cidade não poderia alcançar um novo *status* de progresso e modernidade.

Portanto, a *práxis* do pensamento *técnico-científico* dos engenheiros politécnicos, apresentada no evento de urbanismo de 1935, garantiu e consagrou um dado projeto de concepção de mundo. Essa ação conjunta junto à sociedade civil e à sociedade política, representativa das frações hegemônicas urbanas, garantiu em grande parte as características específicas à prática profissional dos engenheiros civis politécnicos e suas

⁴¹² UZÊDA. *Op. Cit.*, pp 85-86.

⁴¹³ SIMAS. *op. cit.* p. 119.

respectivas atuações no interior de “pastas” oficiais. Destacamos, por exemplo, a intendência de Salvador, frequentada seguidamente por esses agentes desde a década de 1920, como já apresentamos. É evidente que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus agentes, desempenhou um papel de destaque nesse processo, seja por meio da ascensão social seja através da ascensão profissional e, por consequência, havia um pertencimento de classe, conquistado graças à formação tecno-científica adquirida no interior de uma entidade escolar.

Conforme mostramos durante o estudo, uma vez aparelhados em “pastas” estratégicas, no início na condição de coordenadores e consultores das principais obras, os engenheiros civis, em alguns casos, convertem-se em planejadores, diretores, administradores, concessionários e até proprietários de empresas vinculadas ao seu ofício profissional. Sendo assim, é na administração de J. J Seabra, período compreendido entre 1912 e 1916, que a EPBA se consolida como um “aparelho privado”, elevando seus agentes à condição de propulsores, conciliadores e organizadores dos grupos sociais dominantes, assim como os insere na correlação de forças no seio das disputas intraclasse dominante para aquele momento histórico. Mais tarde, esse mesmo grupo de agentes inicia uma atuação direta frente à intendência de Salvador, donde passam a atuar como “organizadores da cultura”, com uma rigorosa disciplina e frequência, o que restou consolidado na administração do professor e prefeito José Americano da Costa (1932-1937). E entendemos que o 1º Congresso de Urbanismo e Arquitetura se caracteriza como um momento de consagração desses agentes e sua escola. Após esse período, esses agentes politécnicos ocupam verdadeiramente a administração do Estado da Bahia com a chegada de Octávio Mangabeira (1947 – 1951) ao poder. No entanto, essa investigação deverá ser proposta para uma outra oportunidade.

Conclusão

Durante nosso estudo, procuramos privilegiar o processo de institucionalização da Escola Politécnica da Bahia — EPBA. Esta investigação percorreu os primeiros quarenta anos da instituição e se propôs a analisar e discutir as razões pelas quais a Escola Politécnica da Bahia foi criada. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta de agentes encampados na sociedade civil e na sociedade política, situação que nos traz à luz as estratégias das frações da classe médio-urbanas em ascensão — no caso, engenheiros que se estabelecem firmando alianças com as frações da classe dominante, levando-os oportunamente a um pertencimento de classe —, classes estas preocupadas em alcançar representatividade e, a partir daí, em inscrever seus projetos de “visão de mundo”. Mas, para chegarmos a nossas hipóteses, procuramos fazer o caminho trilhado por esses agentes, e, pudemos constatar que suas concepções de mundo refletiam claramente as práticas, as diretrizes e os programas da instituição na qual se educaram — a Escola Politécnica do Rio de Janeiro —, já que a maioria absoluta dos agentes fundadores da EPBA é advinda da congênere da capital federal. Após perfazer essa trajetória, identificamos que o grupo ligado à EPBA tem um projeto ideológico comum: alçar a Bahia para a “civilização” e “modernidade” para então poder se abrir para o “grande capital”. Pelo menos naquele momento histórico, segundo apresentamos ao longo da pesquisa, cada vez mais havia uma compreensão por *parte* das frações da classe dominante da província da Bahia de que a consolidação de um projeto político hegemônico deveria conter também a capacidade de construção de seus interesses particulares, com vistas a apresentá-los como interesse da sociedade em geral. Essa *parte* dos dirigentes estava disposta a congregar, se necessário fosse, a articulação de outras frações sociais em ascensão. Logo, a partir da sociedade civil, com o propósito de inseri-los no Estado em sentido *restrito*, passaram a buscar intervenção desses agentes sociais — engenheiros politécnicos — nas formulações e definições de políticas públicas. Para tanto, demonstramos que tal relação social efetivava-se de maneira harmônica e concordante nas agências ligadas à elaboração e à efetivação de “grandes obras” estruturais, bem como na formação de agentes técnico-cientificamente capacitados para implementá-las.

Percorremos todo o cenário “jogo” político na Bahia republicana, destacando todo o processo de crise de hegemonia, apontando os agentes principais das disputas, envolvidos na criação da EPBA, e seus representantes dentro deste processo, com

destaque para JJ Seabra, que, ao galgar ao poder, toma a EPBA como seu principal instrumento para difundir seus projetos – “modernizar Salvador”.

Contudo, o interesse na “modernização” estava intimamente relacionado aos interesses dessas frações – principalmente as frações ligadas às atividades urbanas – que, por sua vez, fortaleciam gradativamente o poder da administração estatal. Nesse sentido, atuar conjuntamente fez com que as atividades desses agentes referendassem essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”, baseada na edificação de um Estado “moderno” nos moldes do capitalismo ocidental. Assim, como apontamos durante todo o estudo, a construção e a configuração do “modernizar” para o “progresso” pelos dirigentes aprofundavam-se nesse momento. A título de exemplo: anos depois, já consolidada como instituição escolar, a EPBA e seus agentes, junto com todo aparato estatal, organizam o 1º Congresso de Urbanismo e Arquitetura em 1935. Durante 07 (sete) dias, o evento foi protagonizado pelos engenheiros da EPBA, e todos, sem exceção, tinham como tema em seus trabalhos uma proposta para requalificar todo o centro urbano da capital baiana. Para tanto, esse “novo” conceito atenderia também a uma “nova” ordem do capital, onde os europeus – pós Primeira Guerra – deixaram para os Estados Unidos a primazia do epicentro do capitalismo mundial. Portanto, esses mesmos agentes propõem através de seus estudos uma cidade construída dentro dos preceitos da “racionalidade”, com o fim de prepará-la para a inserção do automóvel e suas variações. Logo, temos novamente o discurso para adentrarmos para a “modernidade”, “progresso” e chegarmos à “civilização”; teríamos que nos adequar aos “novos” tempos, e os agentes politécnicos não poderiam deixar de intervir junto as “pastas” oficiais.

Concluindo com essas indagações e mobilizados por estas constantes lutas é que poderemos situar a política baiana e suas respectivas transformações e, ao mesmo tempo, deslocar a dimensão da história da Bahia para o interior da referida instituição. Podemos então afirmar a hipótese principal do nosso estudo: que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus dirigentes, construiu e discerniu projetos de visão de mundo. Constata-se, então, à guisa de conclusão, que a instituição formadora de engenheiros da Bahia foi, portanto, um aparelho “*privado de hegemonia*”.

Bibliografia

6 - Fontes

Documentação impressa

Anais da Câmara Legislativa da Bahia. (1890 – 1936) ____Anais da Câmara Federal. (1890 – 1913) – (1922 – 1936).

Relatório do Engenheiro Civil José Americano da Costa. Prefeito de Salvador Exercício 1932-1935. Bahia, 1938.

Relatório Apresentado ao Dr. Landulfo Alves de Almeida, Interventor na Bahia, Pelo Eng. Civil Durval Neves da Rocha. (1938-1940). Bahia, 1940.

Relatório Apresentado ao Dr. Landulfo Alves, Interventor na Bahia, Pelo Eng. Civil Durval Neves da Rocha. (1940-1941). Bahia, 1942.

Arquivo da Associação Comercial da Bahia- ACBA

Relatório da Associação Comercial da Bahia de 1930 a 1945.

Boletins da Associação Comercial da Bahia 1932 a 1944.

Arquivo histórico da EPBA. Documentação manuscrita

Atas da congregação da Escola Polytechnica da Bahia – 1897-1920.

ABaixo Assinado dos acadêmicos da Escola Polytecnica da Bahia, 27 de set. 1934. In:.

A Fundação Escola Politécnica da Bahia e seus objetivos, Salvador, 1962.

Amaral, Leopoldo Afrânio do. *Pasta funcional*. Salvador, Arquivo da EPBA-UFBA.

DEPARTAMENTO CULTURAL (UFBA). *Documentos Históricos*. SALVADOR, 1971.

INSTITUTO POLYTECHNICO DA BAHIA. *Estatutos*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

Regimento Interno: Escola Polytechnica da Bahia, Imprensa Oficial, Salvador, 1920.

Lisboa, Elysio de Carvalho. *Pasta funcional*. Salvador. Arquivo da EPBA-UFBA.

Tavares Filho, Pedro Muniz. *Pasta funcional*. Salvador, Arquivo da EPBA-UFBA.

Arquivo Público do Estado da Bahia. Documentação manuscrita:

APEB. *Documentação da Secretaria de Agricultura (1896-1931)*. Seção Republicano. Secretaria da Agricultura.

APEB. *Termos de Entrega e Relatório para Governo pela Comissão nomeada para receber o IAB*, 1911.

Documentação Oficial

BRASIL. Decreto N. 8.584 – De 1o de Março de 1911. Regulamento a que se refere o decreto n. 8.584, de 1 de março de 1911. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

BRASIL. Decreto Nº 5.600, de 25 de abril de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil.

Brasil. Decreto N. 2.221 – De 23 de Janeiro de 1896.

Brasil. Decreto N. 1.159 – de 3 de Dezembro de 1892.

Brasil. Decreto N. 230 – De 7 de Dezembro de 1894.

Brasil. Decreto N.2893 – De 9 de Maio de 1898.

Brasil. Decreto N. 3.926 – De 16 de Fevereiro de 1901.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatórios apresentados à Assembleia Geral pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1911-1916. Obtido via Base de dados projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. Capturado em 18 de março de 2009. Online. Disponível na Internet: <http://brazil.crl.edu/bsd/hartness/agricultura.html>.

SBA, Correio Agrícola, 1924-1932.

Coleção de Leis da República.

Fundação Pedro Calmon

Fundo pessoal de José Joaquim Seabra

Fundo pessoal de Octávio Cavalcante Mangabeira

IGHBa – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SBA. *Comício Agrícola da Bahia. Sessão de Instalação da Sociedade Baiana de Agricultura, presidida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino dos Santos Vieira, Governador do Estado. Discursos dos Exmos. Srs. Drs. Severino dos Santos Vieira e Joaquim Ignácio Tosta.* Bahia: Oficinas do <<Diário da Bahia>>, 1902.

Periódicos publicados pela instituição.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Periódicos

Jornal “Gazeta da Tarde” (Rio de Janeiro) - Jornal A Bahia (Salvador) __O Democrata (Salvador) - Diário de Notícias (Salvador) – Jornal “A Gambiarra” (Santo Amaro) – O Commercial (Salvador) – Jornal de “Notícias” (Salvador) – Jornal “ A Maçonaria” (Salvaador) Diário Oficial (Salvador) - O Imparcial (Salvador) - Jornal de Notícia (Salvador) - A Tarde (Salvador) - Tribuna da Bahia (Salvador) – Jornal “ Correio da Tarde”

7 - Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Alfredo. “*José Marcelino de Souza, sua marca na política dos coronéis e sua primeira semana de governo*” in: Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. (org) *Bahia: Construindo nossa história recente.* Salvador, UCSal, 2001.

- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006.
- _____. *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia 1832-1911*. Tese de Doutorado – PPGH. Niterói: UFF, 2010.
- BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo São Francisco: berço da engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica / Clube de Engenharia, 1973.
- BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Saber, poder e política na Bahia Republicana: Escola Politécnica da Bahia 1896 – 1920*. 2ª Ed., Salvador: EdufBa, 2017.
- BARDIN, Lurance. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BARROS, Jose D’assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BATALHA, Silvio. *Cartilha Histórica da Bahia*. Salvador: 8º Edição do Autor. 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004.
- _____. Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Perspectiva, 1975.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*/ tradução Denice Bárbara Catani. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- _____. *La Nobleza de Estado: Educación de elite y espíritu de cuerpo*. Traducido: Alicia Beatriz Gutiérrez. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- _____. *Homo Academicus*. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle; Revisão técnica Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2. Ed - Florianópolis: Ed. EDUFSC, 2013.
- BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: Um às no jogo político da Primeira República – 1920-1926*. Dissertação. Salvador: UFBA, 2014.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURKE, Peter. “O estudo das elites” In: *Veneza e Amsterdã - um estudo das Elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CAMPS, G. *Prosopografia*. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

- CARDOSO, Ciro F.S., VAIFAS, Ronaldo. “História e análises de textos” in: Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS. (org). *Domínios da História*. 5. ed. Campus. 1997.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Papiros Editora, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ªEd Revisada: Ed UFMG, 2002.
- _____. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *TraBalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado). Salvador:UFBA, 2008.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822 – 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, Caiuby Alves da. *Arlindo Fragosos: o construtor de futuros*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson, Teixeira, Andréia de Paula (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, Joaci de Souza. *O fazer política da Bahia na República Velha 1906-1930*. Tese (Doutorado). Salvador: UFBA, 2011.
- DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2002.
- DINIZ, Marli. *Os Donos do Saber: profissões e monopólios profissionais*. IUPERJ, UCAM, Revan, 2000.
- FAIRCLOUG, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed da UNB, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato brasileiro*. 5ª ed. Vol.2, Porto Alegre: Globo,1979.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil: Didático*. Edusp: São Paulo, 1999.
- FERREIRA, Luís Otávio. *Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro 1862 – 1922*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- FONTANA, Joseph. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Tradução Luiz Roncari. São Paulo, Edusc, 1998.
- FRAGOSO, Arlindo. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893.

- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”*. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- _____. *Cadernos do Cárcere. Vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia*. Belo Horizonte: Sergraf, 1972.
- _____. *A Escola Politécnica da Bahia: sob à administração do estado de 1940 à 1944*. Bahia, 1957.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Resistências as Reforma”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. VII. São Paulo: Difel, 1977.
- KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiros: traBvalho e ideologia*. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1979.
- LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, Rômulo de Araújo. *A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ensino, Filosofia e História das Ciências – PPGEFHC. Feira de Santana/Salvador: UFBA/UEFS, 2009.
- LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil. (org)*, 9ªEd, Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2V.
- LONER, Beatriz Ana. *O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha*. História-Unisinos (Dossiê traBvalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6. 2006.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: UFF, 2002.

- _____. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Marx. *A Sagrada Família ou crítica da crítica*. Lisboa: Presença, 1976.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 3a ed., São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.129-130.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. “O lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *História: Pensar e Fazer*. (org), Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Revista Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. V1, EDUFF, Niterói, RJ, 1996.
- _____. “Estado e Sociedade” in: Mattos, Marcelo Badaró (org), Rio de Janeiro, *História: Pensar e saber*, Laboratório Dimensões da História, 1998.
- _____. *Estado e ensino agrícola no Brasil: da experiência escolar ao assistencialismo-extensionismo (1910-1961)*. Relatório Técnico ao CNPq, Março, 2008.
- _____. “Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil pós-30 (1930 - 1945)”. Relatório Técnico ao CNPq, Fevereiro, 1997
- MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clínico dos anatólicos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1977.
- MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Escola Central: a academia do Largo de São Francisco de Paula que consolidou o ensino de engenharia civil no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia - HCTE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

- NAVA, Pedro. *Capítulos Da História Da Medicina No Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.
- PARDAL, Paulo. *140 anos de doutorado e 75 de livre-docência no ensino de Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Engenharia da UFRJ, 1986.
- PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- PIÑERO, Théo LoBarinhas. “Negócios e Política no Brasil Império”. In: *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ROCHA, J. A. *A criação da Escola Politécnica da Bahia e a Guerra de Canudos*. Salvador. Revista UNEB, Julho. 1997.
- _____, Freire Júnior, Olival, Ribeiro Filho, Aurino. *Escola Politécnica da Bahia, um século de existência*. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, V, Ouro Preto, 1995. Anais. São Paulo: SBHC, 1998.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições do Rio de Janeiro: 1870 – 1920*.
- ROQUE, Rita de Cássia Menezes. *Os Bandeirantes dos tempos modernos: a Escola de Minas de Ouro Preto e o Bloco no Poder em Minas (1889-1945)*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898 – 1927)*. Bauru, SP: Edusc, 2010.
- SAES, Décio. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. Tradução de Malu Gitahy. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SALDAÑA, J. J. “Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina”. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- _____. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na Segunda República 1930 – 1937*. Salvador: Assembleia legislativa da Bahia, 1992.
- _____. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Salvador, UFBA, 2009.
- SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.
- SANTOS, Paulo. *Âncoras de Tradição: luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 – 1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SIMÕES, Lindinalva. *As Estradas de Ferro do Recôncavo*. Dissertação de Mestrado Salvador: UFBA. 1970.
- SIMONSEN, Roberto C. *A engenharia e a indústria*. São Paulo: s.e., 1945.
- SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- VALENCIA, Marta, MENDONÇA, Sônia R. (org) *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.
- UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935-1945)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2006.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
- TEIXEIRA, Cid. *Conferência Pública: Sessão especial comemorativa do 75º aniversário da morte de Arlindo Fragoso, fundador da Escola politécnica da Bahia*. Salvador, Reitoria da UFBA, 05/01/2001.

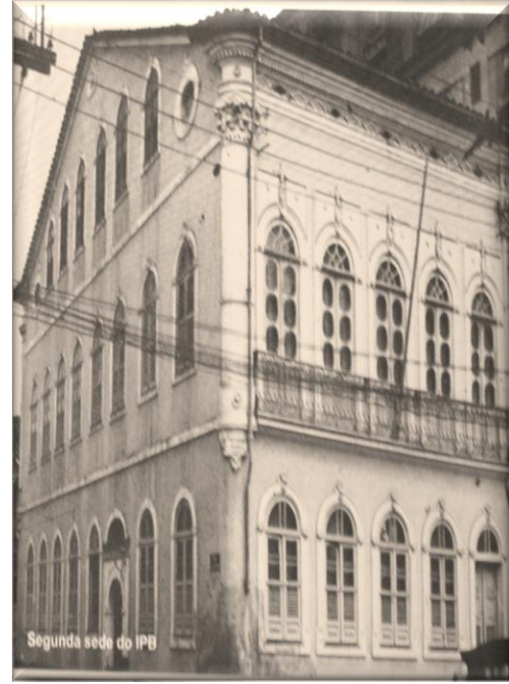
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – séculos XVI – XIX*, V. 1, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Clavero, 1994.
- TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.
- TURAZZI, Maria Inês. *As artes do ofício: fotografia e memória da engenharia no século XIX*. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1997
- ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e Rede urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- ZUZA, José Vieira Camelo F.º . *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

Anexos

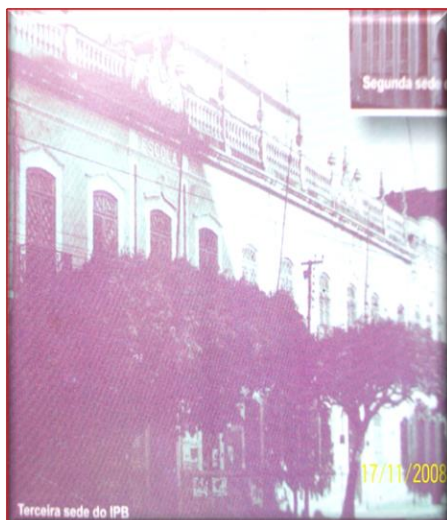
Escola Politécnica da Bahia – 1897
(Primeira Sede da Escola)



Escola Politécnica da Bahia - 1901
(Segunda Sede da Escola)



Escola Politécnica da Bahia – 1905
(Terceira Sede da Escola)



Primeiro Brasão
Instituto Politécnico da Bahia





Arlindo Coelho Fragoso

Sócios Fundadores do Instituto Politécnico da Bahia (IPBA)

1ª Administração eleita do Instituto Politécnico da Bahia (IPBA)

- ✓ Arlindo Coelho Fragoso – Presidente
- ✓ Austriciano Honório de Carvalho – 1ª Vice – Presidente
- ✓ Alexandre Freire Maia Bitencourt 2ª Vice – Presidente
- ✓ Salvador Pires de Carvalho e Aragão – Secretário
- ✓ Furtunato Fausto Galo – Secretário
- ✓ Justino da Silveira França - Tesoureiro

Fonte: Atas da Congregação do Instituto Politécnico da Bahia (1896 – 1920)

Diretores da Escola Politécnica da Bahia (EPBA) até 1937

- ✓ Arlindo Coelho Fragoso (1897 – 1907)
- ✓ Alexandre Freire Maia Bitencourt (1907 – 1913)
- ✓ Francisco de Souza (1913 – 1920)
- ✓ Arquimedes de Siqueira Gonsalves (1920 – 1934)
- ✓ Epaminondas dos Santos Torres (1934 – 1937)

Fonte: Atas da Congregação do Instituto Politécnico da Bahia (1896 – 1920)

Tabela dos Alunos da Escola Politécnica da Bahia 1897 – 1920

OBS: Os alunos se encontram por ano de entrada na instituição e, não por ordem alfabética. Adotamos esse critério obedecendo a ordem das pastas e dossiês arquivados.

ESTUDANTE	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA	FORMATURA	CURSO	INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL, ACADÊMICA, POLÍTICA, PROJETOS CAPITALISTAS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS PAIS DOS ALUNOS
Adolfo Pinto Vasconcelos	08/02/1879	Bahia, Salvador	Ana Pinto de Vasconcelos	Frederico Pinto de Vasconcelos	1897	1900	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Adalberto Pedreira	1880	Piauí, Teresina	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio nos Estados (PI, AM, RJ, BA)	Militar do Exército	Não Identificado
Afonso de Castro Rebello Boggi	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Afonso Ramos Accioly	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Agenor Augusto Miranda	03/08/1877	Bahia, Salvador	Maria Amanda de Mello Miranda	Ernesto Augusto Cezar Miranda	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Diretor do Distrito de Telégrafos Implantou a Rádio Sociedade em Salvador, onde, teve seus transmissores apreendidos pela Alfândega, e só no fim do ano de 1924 foram liberados com uma iniciativa do Governador Góes Calmon, o que tornou possível a criação dos seus programas. Trabalhou para a implantação dos telégrafos na Ba de 1906 - 1930.
Álvaro Gonçalves Guimarães	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1897	1901	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor de Obras e Aviação da Prefeitura de Santos 1912.
Antenor da Silva Campos	23/07/1878	Piauí, Teresina	Maria José da Silva Campos	Jacole Carneiro de Campos	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio Joaquim de Souza Carneiro	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário (Funcionário Público)	Contador do Ministério da Fazenda, Professor catedrático da EPBA, Professor da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP) 1939, Professor substituto da cadeira de Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, e logo em seguida toma posse da cadeira de estatística da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1934, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), O engenheiro Antônio Carneiro em seu casamento com D. Laura Coelho de Souza Carneiro teve 8 filhos dentre os mais ilustres Édison de Souza Carneiro, Jornalista, poeta, etnólogo, folclorista e professor (formado em Direito em Salvador em 1935) e o ex deputado, senador (Rio de Janeiro) e Professor Nelson de Souza Carneiro (formado em Direito). Sua Neta Maria Laura de Souza Carneiro ex deputada pelo Partido Democratas pelo Rio de Janeiro.
Antônio Lopes Moreira Júnior	25/09/1868	Bahia, Salvador	Elisa Maria Moreira	Antônio Lopes Moreira	1899	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado
Antônio Mendes Diniz da Gama	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1897	1897	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Pires Godoy	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Arquimedes Siqueira Gonsalves	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor da Escola Politécnica da Ba entre 1922-1934, Professor da Escola Politécnica da Ba; Trabalhou na implantação da tele radiofônico
Augusto Pires de Campos	1879	São Paulo, Tatuí	Gertrudes Maria de Freitas	Bento Pires de Campos	1899	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário - Coronel - Guarda Nacional - Presidente da Associação Comercial de São Paulo	Não Identificado

Francisco Penalva de Farias	11/07/1873	Não Identificado	Maria Ephifânia de Farias	Benício Penalva de Farias	1897	1901	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Oficial de Registros de hipotecas)	Não Identificado
Guilherme Moreira de Carvalho	03/12/1878	Amazonas, Manaus	Maria José Moreira de Carvalho	Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio nos Estados (AM, MA e BA)	Militar do Exército	Não Identificado
Gustavo de Castro Rebello Koch	19/05/1882	Bahia, Salvador	Não Identificado	Fernando de Castro Koch	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Herculano de Campos Toledo	1878	São Paulo, São Paulo	Ana Campos Toledo	Manoel Maximiano Toledo	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Músico (Funcionário Público)	O pai do aluno era Músico no estado de São Paulo (Violinista) e taquígrafo
João Geraldo da Silva	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1901	Engenheiro Geógrafo	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
João Gomes de Oliveira Carvalho	06/10/1877	Bahia, Belmonte	Guilhermina Ferreira de Oliveira	José Gomes de Oliveira (Capitão)	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Capitão da Guarda Nacional	O pai do aluno. Intendente da cidade de Belmonte
José Antônio Soares	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Araújo Goés	17/04/1877	Bahia, Catu	Carolina dos Reis de Araújo Goés	Paulino de Araújo Goés	1897	1901	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário (Major da Guarda Nacional)	O pai do aluno. Na cidade de Catu, com o Título de Barão de São Miguel dado por D.Pedro II (Dec 10.08.1888) era também Major da Guarda Nacional
José Peixoto Simões	06/06/1876	Bahia	Maria Peixoto	Antônio Domingues Simões	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Vaz Lordello	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1900	1905	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Ferreira Mendes Praia	1875	Amazonas, Tefé	Maria do Carmo Mendes Praia	Isidoro Marques Praia	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado

Manoel Pereira de Almeida Filho	23/07/1880	Bahia, Salvador	Cândida América de Almeida	Manoel Pereira de Almeida	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Guarda Civil)	Não Identificado
Pedro Gonçalves de Almeida	10/04/1879	Bahia, Salvador	Anolina Gonçalves de Almeida	Antônio Eusebio Gonçalves de Almeida	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Plínio Alves Dias Gomes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1897	1900	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário	Não Identificado
Rosentino Mário Pereira da Motta	30/11/1879	Bahia, Salvador	Pereira da Motta (Baroneza)	Pereira da Motta (Barão)	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário	Não Identificado
Silvano Evaristo Maiffre Júnior	05/06/1877	Bahia, Salvador	Euthália Pinto Maiffre	Silvano Evaristo Maiffre	1898	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Sylla Mário de Vasconcelos Borralho	1880	Pará, Belém	Igrez Vasconcelos Borralho	Antônio Pedro Borralho (Capitão do Exército)	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Capitão do Exército	Não Identificado
Vital Cordello dos Santos Souza	15/07/1878	Bahia, Salvador	Maria das Nery Cordeiro Santos Souza	Camillo Cordeiro dos Santos Souza	1897	1902	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alpheu Diniz Gonçalves	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA a partir de 1905. Ministrou várias disciplinas, dentre elas Meteorologia.
Antônio Joaquim Valente	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1902	Não Identificado	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Araldo Damasceno Vieira	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Militar do Exército	Não Identificado
Artur da Rocha Rodrigues Torres	19/10/1885	Bahia, Salvador	Maria do Carmo da Rocha	Joaquim José Rodrigues	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Tenente do Exército	Não Identificado
Artur Ribeiro	30/07/1875	Não Identificado	Romana da Silva Ferreira	Antônio Francisco Ribeiro	1902	1905	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado
Augusto Rodrigues de Souza Figueredo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1912	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Aurélio Dias Moraes	08/02/1886	Bahia	Rita Costa de Moraes	Eduardo Dias de Moraes	1902	1907	Engenheiro Civil	Formado	Alto Empresário - Banqueiro - Engenheiro	Não Identificado
Carlos da Rocha Rodrigues Torres	1881	Bahia, Salvador	Maria do Carmo da Rocha Torres	Joaquim José Rodrigues Torres	1902	1905	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Naval)	Militar do Exército	Não Identificado
Cezar Godinho Spinola	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1902	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Cornélio Daltro de Azevedo	17/03/1881	Bahia, Salvador	Maria Daltro de Azevedo	Antônio Martins de Azevedo Júnior	1901	1904	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Funcionário Público (estadual)	Não Identificado

Eliseu Mário de Jesus	13/06/1883	Bahia, Salvador	Maria Tecla de Jesus de Brito	Maximiano Sátiro de Brito	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Eurico Monteiro de Mattos	28/12/1880	Pernambuco, Recife	Maria Monteiro de Mattos	Eduardo Barros de Mattos	1903	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário - Empresário	Não Identificado
Eurípedes Gonçalves Ferro	Não Identificado	Santa Catarina, Florianópolis	Não Identificado	Não Identificado	1901	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Evandro Soares de Pinho	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1901	1907	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA em 1907. Ministrou a cadeira de Desenho Técnico.
Francisco Ronaldo Dias Guimarães	07/02/1881	Bahia, Bonfim	Epifania Amélia Guimarães	Alexandrino Dias Guimarães	1902	1907	Engenheiro Civil	Formado. cursou o ginásio nos Estados (RN e PB)	Alto Funcionário Público	Não Identificado
João Chrysostomo da Silva Campos	27/01/1886	Amazonas, Manaus	Maria Virginia do Santos	Não Identificado	1902	1904	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João de Cerqueira e Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1899	1899	Não Identificado	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Francisco Gonçalves Júnior	12/09/1881	Bahia	Maria Isabel da Cunha Gonçalves	João Francisco Gonçalves	1901	1902	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário (Major da Guarda Nacional)	Não Identificado
José Conrado	1881	Bahia, Salvador	Domingas Carlota	João Conrado	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado
José Rodrigues Nunes	03/01/1882	Bahia	Maria Isabel da Motta Nunes	Luís Rodrigues Nunes	1900	1902	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
José Veríssimo da Silva Júnior	3/12/1882	Bahia, Ilhéus	Maria Lopes da Silva	José Veríssimo da Silva	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário – Capitão da Guarda Nacional	Não Identificado

Júlio Thomaz Costa Júnior	Não Identificado	Maranhão, São Luís	Não Identificado	Não Identificado	1902	1904	Engenheiro Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Empresário	Não Identificado
Manoel Antônio Reish Luna	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1901	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Militar Exército	Não Identificado
Octávio Cavalcanti Mangabeira	27/8/1886	Bahia, Salvador	Augusta Mangabeira	Francisco Cavalcanti Mangabeira	1901	1905	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Governou a Ba entre 1947 e 1951; Ministro da Relações Exteriores no Governo Washington Luís; Senador Federal 1959; Deputado Federal em 1912, 1946, 1955; Deputado Estadual 1910 -1912; Vereador da Cidade de Salvador nos anos 1908 a 1910; Membro associado do Instituto Politécnico da Ba; Professor Catedrático da Escola Politécnica da Ba; Membro da academia Brasileira de Letras
Octávio Flores	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1903	1903	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Renato Bittencourt	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1904	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Rodrigo Meira Castro	15/07/1875	Bahia, Vitória da Conquista	Maria de Castro Meira	Matiniano de Souza Meira	1900	1901	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Militar Exército	Não Identificado
Themistocles Ninas Rodrigues	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1904	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Thyrso Simões de Paiva	21/01/1874	Bahia, Santo Amaro	Maria do Amaral Simões de Paiva	Felippe Simões de Paiva	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Prefeito de Salvador (1930 - 1930); Secretário da EPBA; Professor da EPBA a partir de 1904. Ministrou várias disciplinas. Em 1936 se tornou catedrático da cadeira de Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial
Abílio Nery	1882	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Silvério José Nery	1904	1905	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Militar do Exército	Não Identificado
Adolpho José Moreira	1881	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Tetulina Sarmento Moreira	Emilio José Moreira	1902	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Empresário - (Presidente da Associação Comercial Do Amazonas)	Não Identificado
Affonso de Miranda Freire de Carvalho	28/12/1885	Bahia, Salvador	Maria Augusta Miranda Freire de Carvalho	José Eduardo Freire Carvalho Filho	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Álvaro Alencar da Costa	03/02/1886	Bahia, Salvador	Rosa Soares da Costa	José Ezequiel da Costa	1904	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado

Antônio Maria de Souza Araújo	12/01/1886	Bahia, Salvador	Honorata Maria de Souza Araújo	Antônio Maria de Araújo	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Arnaldo Ribeiro de Oliveira	13/07/1884	Bahia, São Gonçalo	Maria Carolina de Oliveira	João Ribeiro Oliveira	1904	1906	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário - Corretor	Não Identificado
Artur Moreira de Carvalho	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1904	1905	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Artur Valente Pereira	18/12/1883	Pará, Belém	Josephina Amelia Valente Pereira	Artur Moraes Pereira	1905	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Militar do Exército	Não Identificado
Bertino Barbosa de Lima Júnior	04/03/1879	Pará, Belém	Maximiana Barbosa de Lima	Bertino Barbosa de Lima	1904	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Não Identificado
Boaventura Elias Ribeiro	14/04/1882	Bahia, Canavieiras	Carolina Siveriana Ribeiro	João Dias Ribeiro	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Carlos da Silva e Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Silveira Eiras	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1903	1906	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Militar do Exército	Não Identificado
Dagoberto de Menezes	Não Identificado	Bahia	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Militar do Exército	Não Identificado
Eduardo Pirajá Martins da Silva	23/09/1884	Bahia	Tereza Pirajá Martins	Gonçalo Martins da Silva	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado
Enéas Vasconcelos de Queiroz	07/08/1885	Bahia	Não Identificado	Aristides Galvão de Queiroz	1904	1910	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro. Professor da EPBA em 1897	Não Identificado

Eurico da Costa Coutinho	Não Identificado	Alagoas, Maceió	Não Identificado	Não Identificado	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Guilherme Pacheco Guimarães	1885	Bahia, Salvador	Thereza Soares Pacheco	José Gomes Pacheco	1904	1907	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Funcionário Público (Federal)	Não Identificado
Hermelindo de Barros Luís	1885	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio nos Estados (AL, PE e BA)	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim Wanderley de Araújo Pinho	28/06/1887	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria Luiza Wanderley de Araújo Pinho	João Ferreira de Araújo Pinho	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Médico – Político	Prefeito de Salvador (1924 - 1926); Sobrinho do Barão de Cotegipe, Batizado na capela particular do Marquês de Abrantes no Rio de Janeiro pelo cardeal da Cidade do Rio de Janeiro; Grande nome dentro da República Velha na Ba, (deputado do Império, Governador da Ba, Senador pela Ba) A mãe é filha de João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)
José Americano da Costa	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Álvaro Antônio da Costa	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Político (governador do Rio Grande do Norte) em 1885.	Prefeito de Salvador e Jequié (1932 - 1937); Professor da EPBA, a partir de 1923
Luiz Affonso de Sá Adami	20/08/1887	Bahia, São Jorge dos Ilhéus (atual Ilhéus)	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Silvestre Gomes Coelho	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não Terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Teixeira de Carvalho	07/08/1882	Bahia, Salvador	Maria Augusta de Carvalho	Francisco Teixeira de Carvalho	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado

Manoel Luiz Osório	Não Identificado	Rio Grande do Sul, Pelotas	Não Identificado	Não Identificado	1904	1904	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Octávio Godilho de Castro	Não Identificado	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Não Identificado	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Antônio Carvalhal	28/06/1887	Bahia, Salvador	Maria Dias Carvalhal	José Antônio Carvalhal	1904	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Empresário	Não Identificado
Tertuliano Antônio da Fonseca Lessa	27/04/1880	Bahia, Salvador	Hermelina Marcionilla Campelo Lessa	Antônio Lessa	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Sobrinho e afilhado de Deodoro da Fonseca
Agenor Pedreira de Freitas	28/11/1888	Bahia	Tiburtina Cardoso de Freitas	Leôncio Marques de Freitas	1906	1912	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Anselmo dos Anjos Moreira Filho	08/05/1884	Bahia, Salvador	Cândida Laje Moreira	Anselmo dos Anjos Moreira	1905	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Celso Torres	14/10/1886	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1905	1911	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Domingos Romulo da Silva Campos	Não Identificado	Pará, Belém	Não Identificado	Não Identificado	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Domingos Romulo da Silva Campos	1885	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio no Estado do Pará	Não Identificado	Não Identificado
Egas Muniz Carneiro de Campos	10/01/1885	Bahia, Santo Amaro	Clotilde Burgos Campos	Egas Muniz Barreto Carneiro de Campos	1905	1906	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário (Capitão da Guarda Nacional)	Não Identificado

Floro Edmundo Freire	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Haroldo de Freitas Paranhos	10/09/1883	São Paulo, São Paulo	Julia Pereira Paranhos	Dantas Manoel de Freitas Paranhos	1907	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP))	Não Identificado	Não Identificado
Jaimino Chagas Teles	1889	Rio Grande do Sul	Perpétua Chagas Teles	Joaquim Pantaleão de Queiroz	1906	1912	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. Kursou o ginásio no Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco.	General do Exército	Não Identificado
Joaquim Licínio de Souza Almeida	13/02/1884	Bahia, Salvador	Maria Deonília de Miranda	Fernando de Souza Almeida	1905	1916	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Empresário - Padaria	Não Identificado
José Maia	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1905	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
José Soares Espinheira	06/08/1886	Bahia, Salvador	Anna Soares Espinheira	João Gomes Espinheira	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Empresário - Político	Sócio Fundador do Sindicato dos Engenheiros da Bahia em 1937
Júlio de Mello Resende	04/04/1881	Piauí, Teresina	Cândida Nypha de Mello de	Simplicio Coelho de Resende	1905/ 1906	1919/ 1921	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Tática e Preparatória de Realengo Porto Alegre)	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Lourenço Ferreira da Rocha Fleury	Não Identificado	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Não Identificado	1906	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Carlos de Lima Pereira	17/06/1889	Bahia, Salvador	Ermelinda Dias Lima Pereira	Antônio Pacífico Pereira	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado

Luizio Chagas Teles	16/11/1889	Rio Grande do Sul	Perpétua Chagas Teles	Joaquim Pantaleão de Queiroz	1906	1912	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. cursou o ginásio no Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco.	General do Exército	Não Identificado
Manoel de Azevedo Gordilho	12/12/1888	Bahia, Salvador	Isabel de Azevedo Gordilho	Pedro dos Reis Gordilho	1905	1908	Engenheiro Geógrafo	Formado. cursou o ginásio em Alagoas	Bacharel	Não Identificado
Manoel Dias Barroso Júnior	30/05/1883	Amazonas, Manaus	Thereza de Magalhães Barroso	Manoel Dias Barroso	1905	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado
Manoel Firmino de Almeida	1884	Bahia, Salvador	Não Identificado	José Firmino de Almeida	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Manoel Izidoro Silveira e Souza	25/05/1885	Pará, Belém	Maria do Carmo Silveira e Souza	Juerino Silveira e Souza	1906	1910	Engenheiro Civil	Formado. cursou o ginásio no Rio de Janeiro	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Mário Castilho do Espírito Santo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Milton da Rocha Oliveira	09/11/1886	Ceará, Fortaleza	Alexandrina da Rocha de Oliveira	Antônio Feliciano de Oliveira	1906	1910	Engenheiro Civil	Formado. cursou o ginásio no Maranhão	Empresário	Não Identificado
Paulo Pereira de Araújo	25/01/1885	Pernambuco, Recife	Joana Barbosa de Araújo	José Pereira de Araújo	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Alto Funcionário Público - Comendador	Não Identificado
Raymundo de Paula Avelino	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1907	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Não Identificado	Não Identificado

Samuel Ribeiro	08/01/1882	Santa Catarina	Maria Isabel Coutinho Ribeiro	Francisco de Paula Ribeiro	1906	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Empresário	Não Identificado
Severo de Albuquerque	Não Identificado	Mato Grosso, Cuiabá	Não Identificado	Não Identificado	1905	1906	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Abelardo Andréa dos Santos	10/04/1886	Amazonas, Manaus	Maria Augusta Andréa dos Santos	João Alves dos Santos	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Alexandre Lopes da Costa	06/06/1884	Bahia, Salvador	Francisca Lopes de Araújo Costa	Francelino Dias da Costa	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alicio Lopes de Carvalho	10/06/1883	Bahia, Canavieiras	Sophia Maué Lopes	Augusto Luiz de Carvalho	1907	1911	Engenheiro Geógrafo	Formado. Kursou o ginásio em Sergipe	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado
Antônio José da Silva	20/04/1887	Goiás, Goiânia	Não Identificado	Joaquim José da Silva	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Archias de Aguiar Pereira	1890	Pernambuco, Recife	Heraclides de Aguiar Pereira	Nilo José da Silva Pereira	1907	1918	Engenheiro Civil	Formado. Kursou o ginásio no Ceará e Paraíba	Militar do Exército	Não Identificado
Ciro Moreira Spinola	5/02/1890	Bahia, Caetité	Sizenanela Angelica Moreira Spinola	Joaquin Antônio de Souza Spinola	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Conselheiro de Estado	Família Spinola (Anísio Teixeira)
Edgardo Autran Dourado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1908	1909	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Filinto de Mello	26/02/1887	Bahia, Salvador	Adelaide Luiza de Carvalho Mello	Thomaz Cyrillo de Mello	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário (Funcionário Público)	Não Identificado

Francisco Pereira Sodré	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Henrique Ascendino de Mattos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1910	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Jacinto Ferreira de Andrade Sobrinho	5/01/1890	Bahia, Salvador	Maria Francisca de Andrade	Francisco Ladislau de Andrade	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Guimarães	20/10/1888	Bahia, Salvador	Lirintina Elidia de Andrade Guimarães	Carlos Guimarães	1907	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Militar do Exército	Não Identificado
Jayme Torres	20/02/1889	Bahia, Salvador	Maria da Purificação da França Torres	Tranquilhino Leonigildo Torres	1907	1911	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Joaquim Leite de Oliva	03/06/1887	Sergipe, Aracaju	Josepha Dantas Leite de Oliva	José Leite de Oliva	1907	1926	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Empresário	Não Identificado
José Luiz da Costa Carletto	22/03/1888	Bahia, Pojuca	Joaquina Maria da Costa Carletto	Casemiro Ciriaco Carletto	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado. Coursou parte do ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Gomes Coelho Borges	12/05/1887	Bahia, Salvador	Desdecia de Assis Coelho Borges	Francisco de Assis Coelho Borges	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado
Mário de Lacerda Gordilho	6/12/1888	Bahia, Salvador	Maria Lacerda Gordilho	Adriano Lacerda Gordilho	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Moisés Alves da Silva	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio Grande do Sul)	Não Identificado	Não Identificado
Octaviano de Souza Gomes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	Não Identificado

Philemon Muniz Barreto	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Thomaz de Miranda Freira de Carvalho	25/08/1889	Bahia, Salvador	Maria Augusta de Miranda Freira	José Eduardo Freira de Carvalho	1907	1911	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Zeferino Graciliano Penalber	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso da EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Afonso Moreira	08/02/1989	Bahia, Salvador	Idalina Pinto Moreira	José Pinto Moreira	1908	1915	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Afonso de Almeida Galeão	17/06/1889	Bahia	Amélia Cândida de Almeida Galeão	Diogo Caetano de Almeida Galeão	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado	Funcionário Público (Escriturário)	Não Identificado
Álvaro Pinto Soares	12/10/1890	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1908	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Empresário	Não Identificado
Antônio Telles de Souza	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Não Identificado	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Augusto Câmara Alves da Silva	27/12/1888	Pará, Belém	Não Identificado	Manoel Alves da Silva	1908	1909	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar de Manaus)	Não Identificado	Não Identificado
Auréli Britto de Menezes	30/01/1890	Bahia	Não Identificado	Não Identificado	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Camillo Lelles Monteiro	1886	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Não Identificado	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Candido Ferreira Trancoso	1887	Bahia	Rosana Alves Trancoso	João Ferreira Trancoso	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Alto Funcionário Público	Não Identificado

Carlos Augusto Freire de Carvalho Filho	24/08/1890	Bahia, Salvador	Estephânia Freire de Carvalho	Carlos Augusto Freire de Carvalho	1908	1912	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Francisco Tertuliano de Albuquerque Filho	20/05/1890	Pernambuco, Recife	Raymunda Adelaide Sabaia Albuquerque	Francisco Tertuliano Albuquerque	1907	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso da EPBA. (Egresso da Escola de Engenharia de Pernambuco)	Bacharel	Não Identificado
Franklin de Oliveira Ribeiro	06/12/1893	Sergipe, Aracaju	Lavínia Diniz de Oliveira Ribeiro	Candido de Oliveira Ribeiro	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Hemillo Afonso Guerreiro	10/09/1890	Bahia, Salvador	Elasia Affonso	Felinto Dias Guerreiro	1908	1916	Engenheiro Civil	Formado	Médico - Professor Medicina	Não Identificado
João de Carvalho Goês	19/11/1890	Bahia, Salvador	Adele de Carvalho Góes	José Antônio Góes	1908	1910/ 1935	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
João Paranhos da Santos Braga	5/12/1891	Bahia, Salvador	Guilhermina Paranhos dos Santos Braga	João Vieira dos Santos Braga	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Os avós tinham títulos (Barão e Baronesa de Palma)
Joel Artur de Sá Ademi	02/03/1891	Bahia, Ilhéus	Deolinda Carolina Ademi	José Carlos Ademi	1908	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Sá Roriz	27/06/1887	Bahia, Salvador	Não Identificado	Arlindo Gomes Sá Roriz	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Lino Calmon de Araújo Góes	20/03/1892	Bahia, Salvador	Baronesa de Camaçary	Barão de Camaçary	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário - Político	Não Identificado
Mário Soares Pereira	07/03/1890	Paraíba, João Pessoa	Camila Soares Pereira	Constantino da Costa Pereira	1908	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Octacílio Leal	1891	Bahia, Salvador	Não Identificado	Maximiano de Araújo Leal	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado. Curso o ginásio em Alagoas	Funcionário Público (Telegrafista)	Não Identificado

Paulo de Mattos Pedreira de Cerqueira	08/09/1889	Bahia, Salvador	Maria Josepha de Mattos Pedreira de Cerqueira	Álvaro Pedreira de Cerqueira	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Diretor da EPBA em 1939; Professor da EPBA em 1928. Catedrático da cadeira de física. Aposentou-se como professor Emérito
Reinaldo Soares da Silva Lima	23/07/1892	Bahia, Salvador	Emília Soares da Silva Lima	Francisco Lopes da Silva Lima	1909	1914	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Engenheiro - Empresário	O avô paterno era o Comendador José Lopes da Silva Lima
Américo Nery	02/04/1888	Pará, Belém	Não Identificado	Antônio Constantino Nery	1909	1912	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Escolas Militares Escola de Guerra de Porto Alegre, e Escola Militar do Rio de Janeiro	Tenente Coronel do Exército	Não Identificado
Benjamin da Costa Ribeiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Tática do Realengo Porto Alegre)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Antônio Alves Fernandes Távora	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Tática do Realengo Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

Argemiro Vidal Pessoa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1909	1910	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Arbaldo Cabral Botelho Benjamin	19/10/1887	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Ana Cabral Benjamin	Alfredo Botelho Benjamin	1909	1909	Engenheiro Civil	Não Terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Bacharel	Não Identificado
Edgard Luz	04/10/1888	Bahia, Salvador	Maria Eliza Devoto Luz	Fernando Antunes da Luz	1909	1915	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Euphrasio Grescencio Borges	16/01/1886	Bahia, Santo Amaro	Heleonôra Dias Borges	José Marcelino Borges	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Goés Filho	02/06/1889	Bahia, Catu	Antônia Pinheiro de Araújo Goés	Alexandre dos Reis Araújo Goés	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	O apadrinhado de Manoel José dos Reis Araújo Goés (Capitão da Guarda Nacional)
Francisco Luís de Oliveira Chaves	Não Identificado	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1908	1910	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Augusto da Silva	15/02/1890	Bahia, Catú	Josepha de Guimarães Silva	Manoel Augusto da Silva	1909	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Elysio de Moura Godin	12/04/1891	Bahia, Salvador	Não Identificado	Clemente Otonú da Silva Godin	1909	1917	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio de Inojosa Varejão	28/08/1887	Paraíba, João Pessoa	Anastásia França de Inojosa Varejão	Maximiano José de Inojosa Varejão	1909	1918	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. Na pasta do discente consta um amplo processo referente a indisciplina. Motivo: Ofensa e ameaça a um Docente da Escola. Provavelmente o aluno foi expulso da Instituição.	Professor	O pai do aluno. Professor de Língua Portuguesa no Liceu da Paraíba. Jornalista do jornal paraibano (O Norte).
Artur Lopes de Castro Pinto	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Mário Cabral	10/12/1890	Ceará, Fortaleza	Jovina Cabral	Fausto Cabral	1910	1916	Engenheiro Civil	Formado. Kursou o ginásio no Ceará	Empresário	Não Identificado
Alberto Pereira Espinheira	26/11/1888	Bahia, Salvador	Não Identificado	Antônio Pereira Espinheira	1910	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Empresário	Não Identificado
Mário Tarquínio	24/12/1892	Bahia, Salvador	Adelaide Figueiredo Tarquínio	Luiz Tarquínio	1910	1915	Engenheiro Civil	Formado	Médico - Empresário	Professor da EPBA em 1929. Catedrático da cadeira de Desenho Técnico.
Armando Augusto da Silva Freire	23/03/1889	Bahia, Salvador	Não Identificado	Eduardo Nunes da Silva Freire	1910	1910	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Militar do Exército	Não Identificado

Joaquin Vidal Pessoa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Caio Mário Pedreira	02/06/1890	Bahia, Salvador	Carolina de Gouveia Pedreira (Portuguesa)	João de Mello Pedreira	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Salvador	Empresário	Professor da EPBA em 1947. Ministrou várias disciplinas
Gustavo da Silva Lopes	1891	Bahia, Salvador	Eulina Seixas da Silva Lopes	Amado da Silva Lopes	1909	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Salvador	Empresário	Não Identificado
Humberto Monte	15/08/1888	Ceará, Fortaleza	Carolina Monte	Antônio Sabino do Monte	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Advogado formado em 1870, pela Faculdade de Direito do Recife.	O pai do aluno foi advogado formado em 1870, pela Faculdade de Direito do Recife. No Rio de Janeiro, foi Promotor de Justiça de Cantagalo e Juiz de Órfãos de Mangaratiba, respectivamente em 1872 e 1873. Em 1878, foi nomeado Chefe de Polícia do Ceará e no ano seguinte, 4º Vice-Presidente da Província do Ceará. Em 1880, Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz, em Alagoas, vindo a ocupar em 1881, a Chefia de Polícia da Província da Paraíba do Pará, sendo neste mesmo ano, nomeado Juiz de Direito de Santana do Acaraú, no Ceará. Pela Carta Imperial datada de 09 de agosto de 1874, foi nomeado Presidente da Província da Paraíba do Norte. Em 1885 retornou à Comarca de Santana do Acaraú, onde permaneceu até janeiro de 1891, quando por ato do Governo Provisório da República, foi removido para a 2ª Vara Cível de Fortaleza. Como Deputado, integrou a primeira Constituinte do Estado, vindo a ser distinguido por ato do Presidente General Clarindo de Queiroz de 06 de Julho de 1891,

										Desembargador do Tribunal de Apelação do Ceará, sendo posteriormente nomeado Procurador Geral do Justiça. Foi Professor Fundador da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903), lecionando Direito Civil. Secretário da Justiça e Segurança públicos (1900-1904).
Aderbal de Mello Duarte	19/11/1890	Bahia	Não Identificado	Ermínio José Duarte	1911	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Coursou o ginásio em Salvador	Não Identificado	Não Identificado
Armando Rêgo Carneiro da Rocha	11/09/1892	Bahia, Salvador	Rosa da Silva Rêgo Carneiro da Rocha	Arthur Carneiro da Rocha	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Salvador	Bacharel	Prefeito da Salvador (1946 - 1946); Antônio Carneiro da Rocha (TIO DO ALUNO). Advogado e político, foi ministro da Marinha, de 6 de maio a 3 de julho de 1882, ministro dos Transportes de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885, e ministro da Agricultura, de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885. Também foi senador e prefeito de Salvador, de janeiro de 1908 a fevereiro de 1912, além de fundador do Instituto dos Advogados da Ba, e seu primeiro presidente.
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	1894	Pará, Belém	Bernardina Pinheiro Bastos do Amaral	José Bransforão da França Amaral	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Tenente do Exército	Diretor da Estrada de Ferro de Nazaré. Diretor de jornais; Professor da EPBA e do Ginásio da Bahia. Catedrático da cadeira Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal; Prefeito de Salvador em 1930 governando até 1931

Jayme de Meirelles Costa Pinto	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lucillo Wolfgang Nascimento	31/10/1890	Bahia, Salvador	Maria Augusta Nascimento	João Ricardo do Nascimento	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Formado. Cursou o Ginásio em Salvador	Professor	Não Identificado
Edgard Pereira Vianna Bandeira	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1911	1914	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	03/03/1892	Ceará, Ipú	Jacyntha de Saboya Magalhães	João Pompeu de Saboya Magalhães	1911	1913/ 1937	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Engenheiro Agrônomo - Empresário	Prefeito de Fortaleza; Deputado 1946 - 1946; Deputado em 1935 a 1937; Senador (1946 - 1955); Diretor de Obras Públicas do Ceará. Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana. Superintendente da Fundação da Casa Popular, Chefe na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). Chefe na construção de estradas (ferrovias e rodovias) em S. Paulo. Engenheiro na Construção da Estrada de Ferro Cearense. Chefe da Construção da Estrada de Ferro Ceará-patos.
Francisco Teixeira de Araújo Júnior	15/11/1891	Não Identificado	Córdula Honorina de Castro Teixeira	Francisco Teixeira de Araújo	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado. Cursou o ginásio em Salvador e Alagoas	Proprietário (Major da Guarda Nacional)	Não Identificado
Reynaldo Moreira de Albuquerque Laffitti	1880	Bahia	Isaura Florentina de Albuquerque Laffitti	Domingos Moreira dos Santos Laffitti	1911	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Elba Pinheiro Dias	21/04/1889	Rio de Janeiro, Campos	Ana Pinheiro Dias	Antônio Bernardino Dias Furtado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Formado	Funcionário Público (MVOP)	Diretor do Serviço Telegráfico Oficial, cujo sistema restaurou totalmente durante sua gestão, e diretor do Plano Postal Telegráfico; Secretário da Confederação Brasileira de Radiodifusão, considerada, na época, a entidade máxima do rádio no Brasil.; Responsável pela criação, em 1924, da segunda emissora do então Distrito Federal, e uma das primeiras do país, a Rádio Clube do Brasil. Fundou a revista Antena em 1926 e a dirigiu durante 15 anos. trabalhou no Departamento de Correios e Telégrafos. 51 anos de serviços prestados; instalou linhas telegráficas no Norte e Nordeste do Brasil, da Ba ao Pará. Em 1922 Trabalhou na Estação Westinghouse instalada na Praia Vermelha por ocasião da Exposição do Centenário da Independência, quando foi realizada a primeira transmissão de rádio no país. Integrou a equipe de Roquette Pinto na montagem da primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923; Nos anos 20, quando a maioria dos radio difusores ainda não havia despertado para as possibilidades do rádio como negócio, a Rádio Clube do Brasil deu os passos decisivos nesse sentido, sendo a primeira emissora brasileira a transmitir publicidade. Elba Dias foi o pioneiro na apresentação de ídolos da música popular, como Mário Reis, Francisco Alves, Patrício Teixeira e Gastão Formenti. Com o estímulo surgiram os chamados programistas, que arrendavam espaços nas emissoras e cuidavam da apresentação, produção e comercialização de programas que fizeram sucesso na época.

Mário da Costa Requião	03/10/1892	Bahia, Salvador	Rosa Maria da Costa Requião	Isaías Alves Requião	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Empresário	Pai do aluno, era agente exclusivo para a Ba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, de automóveis de fabricação inglesa, e representante da sociedade de seguros Garantia da Amazônia.
Jayme Lopes Villas Bôas	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1910	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Horácio Cesar Jordão	02/12/1894	Bahia, Salvador	Jovina Coelho Jordão	Fernando da Silva Jordão	1910	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
Carlos Müller	18/07/1889	Bahia, Salvador	Luiza Daltro Müller	João Carlos da Silva Müller	1910	1920	Engenheiro Civil	Formado. Kursou o ginásio em Salvador e Alagoas	Proprietário	Não Identificado
Oldgard Leal MarBack	26/11/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Augusto Lassano MarBack	1910	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alcides de Souza Ramos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
João Pessoa Cavalcante de Albuquerque	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado

Luiz Gaudié Ley	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Philemon Moreira Lima	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Manoel Alexandrino da Luz	11/11/1883	São Paulo, Redenção	Maria Joaquina da Luz	Manoel Alexandrino da Luz	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Emygdio José Ribeiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
José Bina Fonyat	29/09/1885	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Mônica Bina Fonyat	Napoleão Fonyat	1911	1915	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado. (Egresso da Escola Tática e Preparatória de Realengo Porto Alegre e Escola de Guerra de Porto Alegre)	Engenheiro - Empresário	Militar do Exército (Oficial)

Tito de Barras	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Joaquin Cardoso da Silveira	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática de Realengo e Escola de Guerra de Porto Alegre)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Franklin Barbosa Lima	04/06/1888	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Euclides Nunes Seabra	07/04/1887	Maranhão, São Luiz	Germana Francisca Nunes Seabra	João Pires Seabra	1911	1918	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Militar do Exército (Oficial)
Rodolpho Figueiredo de Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

João Fellippe Bandeira de Mello	13/05/1887	Maranhão, São Luiz	Maria Francisca Bandeira de Mello	Boaventura Catão Bandeira de Mello	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Oscar Moreira Fenôco	23/01/1889	Bahia	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra, e Escola de Artilharia e Engenharia)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Caio de Souza Leão Lustosa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Waldemiro Montenegro de Oliveira	12/08/1894	Bahia	Não Identificado	Ponciano Ferreira de Oliveira	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Conselheiro de Estado	Não Identificado
Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres	10/04/1895	Bahia, Salvador	Ana Tourinho Junqueira Ayres	José Carlos Junqueira Ayres de Almeida	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Conselheiro de Estado	Ministro interino do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 29.06.1950 a 04.08.1950; Diretor Presidente do Crea durante os anos de 1937 até 1939, Chefe no Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Homenageado em 2002, com a Medalha do Mérito, criada em 1958, pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, para homenagear os grandes nomes da Engenharia e Arquitetura no Brasil; O Jaime Tourinho Junqueira Ayres (Irmão do Aluno) foi advogado, Jornalista e Deputado Estadual em 1934-1937 e 1947-1951.

João Maribondo da Trindade	1890	Goiás	Maria da Trindade	Francklin Tupinambá Maribondo da Trindade	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Alto Funcionário Público - Comendador	Não Identificado
Eteocles de Souza Maciel	04/02/1893	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Octávio de Souza Leite	1911	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Coursou o ginásio em Salvador	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Funcionário Público. Trabalhou na estrada de Ferro Central do Brasil que fundou a AECB - Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 19 de junho de 1937, com a finalidade de organizar e fundar uma associação de classe).
Francisco de Freitas Guimarães	06/11/1889	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	José de Freitas Guimarães	1911	1916	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Empresário - Cabotagem	Não Identificado
Edgard Soares de Pinho	19/08/1893	Bahia, Salvador	Maria Carolina Vianna de Pinho	Luintino Soares de Pinho	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
Alcebíades Goés	29/07/1892	Bahia, Catu	Antônia Pinheiro de Araújo Góes	Alexandre dos Reis Araújo Góes	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em São Paulo	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
Luiz Marinho de Albuquerque Andrade	10/02/1887	Ceará, Fortaleza	Maria Carolina Saboya de Albuquerque	João Marinho de Andrade	1911	1915	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Médico	Participou do Congresso Constituinte que elaborou a Carta Constitucional de 1934; O pai do aluno foi Prefeito de Fortaleza, Deputado Estadual e Deputado Federal; Ernesto Marinho de Albuquerque Andrade (Tio do Aluno) foi Prefeito de Sobral de 1924 a 1928.
Francisco de Salles Capinan	1886	Alagoas, Maceió	Não Identificado	Não Identificado	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Henrique de Azevedo Futura	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado

Aristóteles Góes	12/10/1895	Bahia, Alagoinhas	Antônia Pinheiro de Araújo Goés	Alexandre dos Reis Araújo Goés	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Prefeito de Salvador 1954 - 1955
Affonso Feijó da Costa Ribeiro	24/01/1893	Ceará, Fortaleza	Maria Feijó da Costa Ribeiro	José Carlos da Costa Ribeiro	1912	1917	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Alto Funcionário Público	Sócio do clube de engenharia do Ceará; um dos colaboradores na fundação da antiga escola de engenharia do Ceará 1955.
Argeu Costa	29/08/1890	Sergipe, Aracaju	Maria Ignacia Costa	Philadelpho Costa	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel – Empresário – Funcionário Público	Não Identificado
Candido de Vargas Freire	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1912	1914	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Pio Lopes Pereira	Não Identificado	Minas Gerais, Uberabinha	Não Identificado	Não Identificado	1912	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Francisco de Lacerda	20/05/1890	Bahia, Salvador	Emília Pinho de Lacerda	Antônio Carlos de Lacerda	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	O aluno deve ter sido parente de Antônio Francisco de Lacerda fundador do Elevador Lacerda em Salvador.
Raymundo da Silva	1874	Maranhão, São Luiz	Laura Rosa da Silva	Luiz Coveia de Negreiros da Silva	1912	1915	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

Alcebiades de Oliveira Brasil	26/11/1882	Bahia, Porto Seguro	Maria Nobre de Oliveira	Isidoro de Oliveira Guimarães	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro, e Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Artilharia e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Octávio Alves de Araújo	03/12/1883	Espírito Santo, São Mateus	Marcolina Isabel de Araújo	Bernardino Alves Pereira de Araújo	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Militar do Exército	Prefeito de Vila Velha 1923 a 1925; Militar do Exército (Oficial)
Eduardo Jausen	1813	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Carlos Jausen Júnior	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro)	Militar do Exército	Militar do Exército (Oficial)
Luiz Tolomeu de Mello Castro	1878	Pernambuco, Recife	Francisca Avelina Rodrigues de Castro	Domingos de Mello Castro	1913	1914	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro)	Militar do Exército	Militar do Exército (Oficial)

Sifredo Pedral Sampaio	22/06/1893	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Carolina Pedral Sampaio	Alexandre José de Almeida	1912	1918/ 1939	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Funcionário Público (Chefe de Polícia)	Não Identificado
Hildeberto de Albu	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Fausto Garrida de Menezes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Arnoldo Marques Mancebo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Vasco Octávio dos Santos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

José Monteiro de Andrade	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1912	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Joaquim do Nascimento Fernandes Távora	1881	Ceará, Jaguaribe	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Tenente do Exército Brasileiro (Em 1922, comandava o 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT), quando liderou a rebelião nesse estado, em solidariedade ao levante deflagrado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, contra o governo de Artur Bernardes, dando início ao ciclo de levantes tenentistas daquela década. Foi preso e libertado em 1922. Em fins de 1923, após desertar do Exército, aderiu a uma nova conspiração contra o governo federal, articulada sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Joaquim Távora, ocupou posição de destaque na rebelião responsável pela prisão do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar. Juarez Távora, irmão de Joaquim Távora, participou dos movimentos rebeldes da década de 20 e teve destacada participação na vida política nacional após a Revolução de 1930

Fausto Netto de Albuquerque	1890	São Paulo	Cândida de Albuquerque	José Balbino Albuquerque	1913	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro, e Escola de Artilharia e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Antônio Alves de Almeida	1891	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Ana Augusta de Almeida Sampaio	Aprígio Alves de Almeida	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Landolfo Alves de Almeida (irmão do aluno) foi um Político; interventor da Ba (25/03/1938 a 05/11/1942), incrementa a economia interiorana; Senador da República pela Ba (1946 a 1955); Presidente do PTB/BA, defende a Lei 2004, que cria a PETROBRÁS e o monopólio estatal do petróleo. Seu irmão mais velho, ISAIAS ALVES DE ALMEIDA deu a iniciativa de criar a Faculdade de Filosofia da Ba, cujos cursos foram iniciados em 15 de março de 1943. foi Professor e Diretor da Faculdade de 1941 a 1958, e foi sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Ba, ocupou, na Academia de Letras da Ba, a cadeira número 32. Sócio honorário do Lions Clube Salvador e membro da Loja Maçônica Força e União Segunda.
Carlos de Seixas Ferreira	21/06/1893	Bahia, Santo Amaro	Celina América de Seixas	Augusto de Seixas Pereira	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário (Capitão da Guarda Nacional)	Não Identificado
Heitor Novis	05/03/1894	Mato Grosso	Não Identificado	Armando Novis	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
José Dias Laranjeiras	18/07/1893	Bahia, Caitité	Lisínia de Carvalho Laranjeiras	José Dias Laranjeiras	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Durval Ribeiro SaBack	05/01/1895	Bahia, Baixa Grande	Não Identificado	David SaBack	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário (Capitão da Guarda Nacional)	Pai do aluno foi Prefeito da cidade de Baixa Grande 1889; David SaBack (pai do aluno), foi um imigrante judeu radicado na Ba em meados do século XIX. Era oriundo do Leste Europeu,

										provavelmente a Sérvia, e se estabeleceu primeiro na cidade de Feira de Santana.
Alfredo Nogueira Passos	1894	Pernambuco, Recife	Theodolinda Nogueira Passos	Alfredo Veloso da Rocha Passos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Diretor Presidente do Crea Ba em 1946 a 57
José Antônio de Freitas	1895	Bahia, Salvador	Brasília Aguiar de Freitas	Luiz Antônio de Oliveira	1911	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	Militar do Exército (Oficial)
Mário Leite Leal Ferreira	08/01/1896	Bahia, Santo Amaro	Izana Leite Leal Ferreira	Joaquim Leal Ferreira	1912	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Almirante da Marinha	Diretor do IPASE; Diretor (Organizador) do Laboratório do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e Diretor de Engenharia Sanitária dos Serviços de Saúde do Estado do RJ, Chefe do Serviço de Água de São Paulo (adução de Rio Claro); Funcionário Público. Engenheiro da Viação do Rio Grande do Sul; Professor Livre Docente da Escola Nacional de Engenharia (EPRJ), lecionou por vários anos na cadeira de Higiene, Saneamento e Urbanismo assim como na Escola Nacional de Belas Artes lecionou a disciplina Higiene da Habitação; Especializado em Engenharia Sanitária em Harvard - E.U.A. Bolsista da Rockefeller Foundation entre 1930 e 1932, dedicando-se a estudos em engenharia e em sociologia. criou o EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, em 1943 e 1947, que congrega uma equipe multidisciplinar arquitetos, advogados, historiadores, geógrafos, topógrafos, médicos e biólogos e trabalha a partir de uma tradição de pensamento sobre a cidade Baseada nas teorias do biólogo e urbanista escocês Patrick Geddes; O pai do aluno. Presidente do Senado Estadual e que assume interinamente o governo do Estado da Ba entre 1891 e 1892.

Antenor Borges de Barros	18/02/1893	Bahia, Salvador	Ceciliana Borges de Barros	João Borges de Barros	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Funcionário Público. Engenheiro ferroviário da antiga Noroeste do Brasil
Durval Neves da Rocha	01/03/1892	Bahia, Salvador	Umbelina Dias Neves da Rocha	Alfredo Nunes da Rocha	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Prefeito de Salvador 1938 - 1942; Secretário de Viação e Obras Públicas; Inspetor Federal de Obras Contra As Secas, Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas; Diretor-geral do Departamento de Saneamento do Estado; Diretor do Serviço de Águas e Esgotos Superintendente da Navegação Baiana; Diretor do Departamento dos Serviços Industriais, Chefe do Departamento Das Estradas de Ferro Nazaré; Chefe da Locomoção da Navegação Baiana.
Oscar Spinola Teixeira	17/11/1894	Bahia, Caetité	Ana Spínola Teixeira	Deocleciano Pires Teixeira	1912	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Deputado estadual em 1925-1926, reeleito 1927-1928; Deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional- UDN, 1947-1951, suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático- PSD, 1951-1955, assumiu por diversos períodos.; Instalou o serviço de água encanada em Caetité, 1920; nomeado inspetor geral do Telégrafo na Estrada de Ferro no Noroeste do Brasil, 1923; criou a 1ª usina de algodão e uma técnica de alimentação para gado com caroços de algodão, Guanambi-BA; instalou o serviço de luz em Caetité, 1925; construiu a estrada de Contendas-BA a Caetité, 1927; instalou o serviço de luz elétrica em Urandi-BA, 1928, em Palmas de Monte Alto-BA e em Jacaraci-BA, 1950; Funcionário Público; O pai do aluno é formado na faculdade de Medicina da Ba no ano de 1870. Deputado provincial de 1888 a 1889 e candidatara-se à legislatura seguinte quando se proclamou a República. Consolidando sua liderança, presidiu o Conselho Municipal e, na legislatura de 1893 a 98, figurou entre os senadores estaduais, mandato que se renova para a seguinte de 1899 a 1904. Às

										sessões de 1901 a 1902 não compareceu e, recebendo os subsídios, destinou-os ao Abastecimento de água da cidade. Renunciou em 1903; Médico (pai do aluno), diplomando-se em 1870. No segundo ano do curso partiu juntamente com toda a turma a servir por dois anos nos hospitais de sangue do Paraguai. De seu primeiro e único cargo oficial, nomeado em 1873, o de segundo Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, exonerou-se.

João da Matta Barros	08/02/1891	Pará, Belém	Não Identificado	Antônio Joaquim de Barros	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Antônio Figueiredo Souza Júnior	21/01/1891	Bahia, Salvador	Adelina Figueiredo de Souza	Antônio Figueiredo Souza	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA, da cadeira de Física. Concurso impugnado não chegando a assumir a cadeira de Física.
Eliezer de Souza Santos	12/04/1894	Bahia, Salvador	Não Identificado	Antônio Joaquim de Souza Santos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

José de Freitas Jatobá	22/11/1894	Bahia, Campo Formoso	Cecília de Freitas Jatobá	Guilhermino de Freitas Jatobá	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército - Proprietário	Deputado Suplente pela Ba em dezembro de 1945 (UDN), tendo exercido o mandato de abril de 1947 a julho de 1950. Foi sucessivamente reeleito suplente nos pleitos de 1950 a 1954 ocupando uma cadeira na Câmara Federal de novembro de 1955 a fevereiro de 1956; de maio a julho de 1956 e de abril a junho de 1958; Deputado Estadual em 1935 e, após a promulgação da Constituição, continuou a exercer o mandato legislativo, até o golpe de estado de novembro de 1937; Secretário da Fazenda no segundo Governo Juracy Magalhães, no período de 8 de abril de 1960 a junho do mesmo ano; Diretor-Financeiro da Companhia Vale do Rio Doce (1951-1952) ; Tornou-se Prefeito do município de Senhor do Bonfim e, em seguida, munido de amplos poderes, organizou e presidiu a “Aliança Social e Política Municipal” que, englobando 10 municípios, foi instrumental para a criação do Partido Social Democrático no ano de 1933; Funcionário Público. Atuou no Mato Grosso, retornando à Ba em 1925; ocupou o cargo de presidente da COELBA (foi o 1º presidente) até o fim do Governo Juracy Magalhães (7 abril 1963). Aposentado, passou a dedicar-se mais à pecuária, sendo membro atuante da Associação Baiana de Criadores (ABAC).
Esmeraldo Augusto Borges	09/08/1892	Bahia	Não Identificado	José Marcelino Borges	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
José Maria Leal de Macêdo	26/07/1891	Maranhão, São Luiz	Maria Thereza Leal de Macêdo	Manoel Simeão Macêdo	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado. cursou o ginásio no Maranhão	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial - Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado

Tito Vespasiano Augusto Cesar Pires	27/09/1892	Amazonas, Manaus	Raymunda Baptista Pires	Aristides Augusto Cesar Pires	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Tabelião-AM)	Diretor da EPBA 1944-1946; Professor da EPBA em 1920. Ministrou várias disciplinas. Professor Emérito em 1959
Rodolpho de Mello Gouvêia	21/09/1894	País: Portugal	Amélia Jamel de Mello Gouvêia	Ricardo Pinto Leite de Mello Gouvêia	1912	1916/ 1921	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Empresário - Construção civil (Fabricante de tijolo)	Não Identificado
Lauro de Andrade Sampaio	19/04/1894	Bahia, Salvador	Anna Andrade Sampaio	Joaquim Ribeiro Sampaio	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Secretário de agricultura, indústria e Comércio do Estado da Ba 1946-1947; Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas.
José Sobral da Silva Moraes	26/09/1894	Bahia, Salvador	Delma Sobral da Silva Moraes	Joaquim Pereira da Silva Moraes	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Francisco da Nova Monteiro	18/03/1894	Bahia, Salvador	Anna da Nava Costa Monteiro	José da Nova Monteiro	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	Diretor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA)1944-1945
Jorge Carlos de Sá Adami	23/04/1893	Bahia	Deolmida Caroini Adami	José Carlos Adami	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Urbano Pedral Sampaio	17/04/1892	Bahia, Salvador	Carolina Pedral Sampaio	Alexandre José de Almeida Sampaio	1912	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Após abandonar engenharia, cursou direito da Faculdade de Direito da Ba.	Não Identificado	Secretário de Segurança Pública da Ba - 1938 - 1942 na administração Landulfo Alves; Conselheiro do Tribunal de contas da Ba 1941 - 1955. Foi Vice-Presidente do Tribunal de contas de 1953 - 1955. Aposentou-se em 1955
Lamartine Portella Passos	24/10/1891	Bahia, Salvador	Hortência Portella Passos	José Portella Passos	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
José Gonsalves de Carvalho Mello	23/02/1889	Paraíba, João Pessoa	Maria Rosa de Carvalho e Mello	João Lourenço de Maria e Mello	1912	1916	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário (Major da Guarda Nacional)	Não Identificado

Arthur Francisco dos Anjos	1894	Pará, Belém	Maria Francisca dos Anjos	José Francisco dos Anjos	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Orlando Ventura	03/04/1894	Bahia	Maria da Glória Lucas Ventura	Francisco Ventura	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Estadual) Fiscal de Alfandega	Não Identificado
Mário Carlos da Silva	25/07/1895	Bahia, Cachoeira	Durvalina Baleeiro da Silva	Servílio Mário da Silva	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é médico formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1887
Lydio Campos	20/09/1892	Bahia, Salvador	Lydia Campos	Manoel Felix Campos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Alberto de Aguiar Costa Pinto	06/11/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Joaquim da Costa Pinto	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Comendador	A família Costa Pinto é uma das mais importantes da Ba no Período Imperial e Primeira República. O Sr Joaquim Costa Pinto (Pai do Aluno) foi: Comendador, Senador Estadual, Deputado Estadual e Federal. O seu primeiro filho "Carlos Aguiar Costa Pinto" foi importante personalidade na Ba Republicana ocupando vários cargos políticos.
José Rastelli de Menezes	19/03/1895	Bahia, Salvador	Aurélia Rastelli de Menezes	José Antônio de Menezes	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Jayme Vianna	14/03/1895	Bahia, Salvador	Adelaide de A. Vianna	Carlos Rodrigues Vianna	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Professor da EPBA em 1919. Ministrando diversas cadeiras; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1892.
Aníbal Torres Costa	05/06/1895	Bahia, Salvador	LiBania Torres Costa	Plínio Magalhães Costa	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Político (Ex-Deputado Federal)	Não Identificado

Pedro Gonçalves Teixeira	16/01/1893	Bahia, São Felix	Anita Cardoso Gonçalves Teixeira	Henrique Pereira Teixeira Filho	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim dos Santos Pereira Filho	09/06/1892	Bahia, Salvador	Isaura Lisboa dos Santos Pereira	Joaquim dos Santos Pereira	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Escriturário)	Vereador na Cidade de Presidente Epitácio 1965-1969; ocupou a Vice-Presidência da Câmara de vereadores da Cidade de Presidente Epitácio, SP. 1967-1968.
Antônio Eurico Saraiva	21/05/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	José Antônio Saraiva	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Alto Funcionário Público - Conselheiro de Estado	O pai do aluno foi umas das principais personalidades do Império e República Velha. O conselheiro Saraiva ocupou diversos cargos, dentre elas: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Fazenda, Fiscal da Fazenda, Promotor em Jacobina, Ba, Ministro da Marinha, Ministro do Império, Juiz Municipal. Além de ocupar a Presidência de várias Províncias durante o Império. Ocupou o Senador no Império na República, e fundador da cidade de Teresina no Piauí. O Conselheiro Saraiva (Natural de Santo Amaro, Ba
Manoel Brito Dantas	23/07/1893	Pernambuco, Recife	Euplirosina Brito Dantas	Ceciliano de Souza Dantas	1912	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
João Schaun	04/04/1894	Bahia, Ilhéus	Elvira da Silva Schaun	Luiz Napoleão Schaun	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Há informação que o neto do aluno João Schaun é Presidente do SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DA Ba. Proprietário de indústria na cidade de Ilhéus.
Edmundo da Silva Visco	20/05/1892	Bahia, Mata de São João	Clotilde da Silva Visco	José Visco	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Secretário de Agricultura, indústria e Comércio do Estado da Ba 1937-1938
Álvaro Nuno de Barros Pereira	16/07/1891	Bahia, São Bento das Lajes	Jardelina Guedes Barros Pereira	José Nunes Barros Pereira	1912	1922	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Não Identificado

Antônio Wanderley de Araújo Pinho	14/09/1895	Bahia, Salvador	Maria Luiza Wanderley de Araújo Pinho	João Ferreira de Araújo Pinho	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Médico – Proprietário - Político	O aluno era neto ou sobrinho do Barão de Cotegeipe.; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1900
Rodolpho Paraíso Godinho	1890	Bahia, Salvador	Anna Paraíso Godinho	Ursecino de Lima Godinho	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Gentil Tavares da Motta	11/10/1892	Sergipe, Aracaju	Amélia Tavares de Jesus	João Tavares da Motta	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Capitão da Guarda Nacional	Deputado em 1922 na vaga aberta com a saída do Dr. Graccho Cardoso para o Senado após o falecimento do General Oliveira Valadão; É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi vice-presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	07/02/1895	Piauí, Teresina	Amália Mendes Gonçalves	Ribeiro Gonçalves	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Senador em (1935-1937); Diretor-Geral do DNOCS entre 29 de junho de 1953 a 14 de setembro de 1954.
José Furtado de Freitas	11/01/1895	Bahia	Amélia de Monquedes Simas	Arthur Furtado Simas	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Alto Empresário - Importação e Exportação	Não Identificado
Climério Veloso de Oliveira	28/01/1897	Espírito Santo, Vitória	Thereza Veloso De Oliveira	Arthur Cardoso de Oliveira	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Mario Pires de Oliveira e Silva	04/06/1891	Bahia	Orminda Roza de Almeida e Silva	José Pires Oliveira	1912	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Caetano de Almeida	05/10/1892	Bahia	Maria Baiana de Jesus Almeida	José Domingues de Almeida	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Ignácio Bastos	20/03/1891	Bahia, Salvador	Odélia Paranhos Bastos	Ignácio Bastos (Manoel Bacharel)	1912	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Funcionário Público - Bacharel (Delegado de Polícia)	Funcionário Público. Engenheiro da Delegacia de Terras e Minas, sendo responsável pela 1ª descoberta de petróleo em solo brasileiro.

Bento Baggi	18/04/1891	Bahia, Salvador	Maria José Cerqueira Martis Baggi	Raphael Jacome Martins Baggi	1912	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Jogou futebol, no S. C. Ba e venceu o campeonato de 1911; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1885
Ismael da Silva	10/05/1894	Bahia, Salvador	Não Identificado	Ismael Cândido da Silva	1912	1919	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado
Raimundo Guimarães Costa	12/06/1895	Bahia, Alagoinhas	Julia Guimarães Costa	André Costa	1913	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário - Jornalista	Não Identificado
Manoel Gonçalves da Silva Torres	02/06/1894	Bahia, Bonfim	Julia Gonçalves da Silva Torres	Manoel Nascimento da Silva Torres	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Deisuc Moscoso de Oliveira	26/09/1893	Bahia	Amélia Moscoso de Oliveira	José Baldoino de Oliveira	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Guarda Nacional	Não Identificado
AlBano da Franca Rocha	14/06/1896	Bahia, Salvador	Leobina da Franca Rocha	Alfredo Rocha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Professor	Deputado Suplente do Estado da Ba nas eleições de 1947 pela UDN; Diretor da EPBA nos anos de 1950-1952
Jorge de Lacerda Kelsch	13/12/1896	Bahia, Salvador	Clara Lacerda Kelsch	Frederico Kelsch	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário - Pedras Preciosas e Ouro)	Senador Suplente pelo PSD, eleito em 02 de dezembro de 1945; O avô materno do aluno era o Coronel Augusto Francisco de Lacerda (Fazendeiro)
Oswaldo Bezerra Studart	29/03/1894	Ceará, Fortaleza	Julia Bezerra Studart	Oswaldo Studart	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico - Empresário	Não Identificado
Álvaro Pereira Rocha	20/10/1896	Bahia, Salvador	Eulália Bonfim da Rocha	Gustavo Pereira Rocha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Estadual)	Professor da EPBA a partir de 1933 da Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos. (catedrático)
George Moreira Teixeira	23/04/1897	País: Paris, França	Adelaide Moreira Teixeira	Antônio Geraldo Teixeira	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Antônio Guerra Júnior	30/08/1893	Bahia, Feira de Santana	Baibina Magalhães da Costa Guerra	Antônio Ramos Guerra	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Alto Empresário - Importação e Exportação	Não Identificado

Carlos da Silva Lima Pereira	07/07/1896	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria Amélia da Silva Lima Pereira	Manoel Victorino Pereira	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico - Político (ex-governador) - Jornalista - Proprietário	O Pai do Aluno foi Escritor na imprensa Baiana. Foi presidente do estado da Ba e também senador federal. Foi presidente interino do Brasil entre 1896-1897 quando Prudente de Moraes afastou-se por motivos de saúde. Foi então o único Baiano a assumir a presidência da república do Brasil. Durante sua interinidade na presidência da república, transferiu a sede do governo, do Palácio Itamarati para o Palácio do Catete que ele adquirira.
Jayme Passos Leoni	28/03/1896	Bahia, Salvador	Alice Passos Leoni	Luiz Baptista Leoni	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Bacharel - Coronel da Guarda Nacional	Não Identificado
Raul Leal	Não Identificado	Bahia, Alagoinhas	Não Identificado	José Joaquim Leal	1913	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário	pai do aluno. Presidente conselheiro e coronel e foi o 1º administrador municipal de Alagoinhas.
Teivelino Guapindaia	07/02/1895	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Luzia Guapindaia	Fernando Guapindaia	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário	Professor da cadeira de Cálculo Infinitesimal da Escola de Engenharia do Pará
Fábio Marinho Figueira de Saboya	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Carmina Marinho Saboya	José Figueira de Saboya	1913	1916	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário	Não Identificado
Arthur Alves Barreira	11/02/1892	Bahia, São Gonçalo dos Campos	Maria Guilhermina Barreiras	Tibricio Alves Barreiras	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Walfrido dos Santos Luz	13/10/1893	Bahia, Salvador	Idalina de Castro Rosa Luz	Manoel Lopes Santos Luz	1913	1920	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Telegrafo)	Não Identificado
Alberto de Almeida Motta	21/01/1895	Bahia	Guilhermina de Almeida	Não Identificado	1913	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Cesar Teixeira de Freitas	05/09/1895	Bahia	Ana Carolina Gomes Freitas	Camorino Teixeira de Freitas	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro Agrônomo - Empresário	Não Identificado

Frederico PE Simas Saraiva	24/04/1892	Bahia, Salvador	Vania Simas Saraiva	Manoel Joaquim Saraiva	1912	1921	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1864. Era Segundo Cirurgião Segundo Tenente da Marinha do Brasil. O Dr. Manoel Joaquim Saraiva, era um dos responsáveis pela enfermaria Pectenkofer. (ensino de medicina na BA)
Octávio Britto de Figueiredo	08/05/1895	Bahia, Salvador	Mathilde De Caldas Britto Figueiredo	Cândido de Souza Figueiredo	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Professor da EPBA da cadeira (Estradas de ferro de Rodagem), em 1936
Aristides Borges Mendes	1896	Bahia, Salvador	MinerviBa Borges da Silva	João Mendes da Silva	1913	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Sócrates Mariani Bittencourt	07/12/1896	Bahia, Salvador	Anna Mariani de bittencourt	Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	O pai do aluno. Foi Presidente do Tribunal Judiciário da BA. Avô paternos Conselheiro Sócrates (Santo Amaro) de Araújo Bittencourt
Durval Martins Muylaert	19/12/1897	Bahia, Salvador	Theodora Martins Muylaert	Alberto Muylaert	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Diretor da Estrada de Ferro de Sorocaba de 1951 até 1955, quando sucedeu a Álvaro de Souza Lima; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1893
Ciridão Ferreira da Silva	16/12/1896	Bahia, Salvador	Virginia de Oliveira e Silva	Vicente Ferreira da Silva	1913	1919	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
José Gonçalves de Sá	02/08/1894	Bahia	Emiliana Gonçalves de Sá	Jesuino Martins de Sá	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Diretor- presidente da Companhia Indústria e Viação de Pirapora
Alfredo Guimarães Aranha	21/05/1893	Sergipe, Aracaju	Maria Guimarães Aranha	José Silvino da Silva Aranha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Telegrafista)	Não Identificado
Flávio Gomes da Cruz	20/01/1894	Pernambuco, Recife	Captulina de Freitas Sampaio Gomes	José Gomes da Cruz	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Nicanor Pereira da Silva	10/01/1893	Bahia, Salvador	Hercília Carvalho da Silva	Bernardo Pereira da Silva	1913	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado

José Elias da Lima	20/07/1896	Bahia, Salvador	Theotonia Maria da Trindade	João Alves da Lima	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Deocleciano Martins Conceição	30/01/1897	Bahia, Nazareh	Durvalina Emilia da Costa	Manoel Antônio da Conceição	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Raphael Dias Lima	03/10/1837	Bahia, Salvador	Clotildes Sá Pereira Dias Lima	Agostinho Dias Lima	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Carlos Sepúlveda	1891	Bahia	Florentina Amélia Sepúlveda	Carlos Sepúlveda	1913	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Carlos de Carvalho Paisea	1895	Ceará, Fortaleza	Ignacia Garcez de Carvalho Motta	Zepherino de Carvalho Motta	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Alves de Almeida	18/02/1895	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Ana de Augusta de Almeida Sampaio	Aprício Alves Almeida	1913	1914	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Antônio de Souza	05/02/1893	Bahia	Maria José Gonçalves de Souza	José Antônio de Souza	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Marinho Barboza	31/08/1894	São Paulo, Ribeirão Preto	Anna Marinho Barboza	Manoel Barboza de Souza	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Militar do Exército	Não Identificado
Antônio San'tana Junior	1894	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Antônio Joaquim San'tana	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Lopes Bittencourt	16/03/1897	Bahia, Nazareh	Doria Lopes Bittencourt	José Pimentel de Barros Bittencourt	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Abelardo Paulo da Motta	01/10/1895	Bahia, Nazareh	UrBana Meirelles da Motta	Eurico Joaquim da Motta	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado

Júlio Abreu Filho	1894	Ceará, Quixadá	Maria Queiroz Abreu	Júlio Abreu	1913	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Professor em 1934-1935 no Estado de São Paulo, no magistério secundário; trabalhou na Delegacia de Terras, da Sec. de Agricultura da BA, foi funcionário da prefeitura municipal e da estrada de ferro Inglesa, participando da construção da estrada que ligava Ilhéus a V Conquista; trabalhou na companhia Light, no RJ. Em SP participou da construção da usina hidroelétrica de Cubatão. em 1936 virou funcionário da Secretária da Agricultura do Estado de S. Paulo, secção de engenharia rural; Diretor da União Federativa Espírita Paulista
Waldemar Paranhos Mendonça	1897	Bahia	Blanodina Paranhos de Mendonça	Lúcio Leonildes de Mendonça	1913	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Octávio dos Santos	11/02/1894	Bahia	Não Identificado	Cyrillo Bernardes dos Santos	1913	1915	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Salvador da Trindade Mello	20/05/1894	Bahia	Não Identificado	Tibricio Raiz da Trindade Mello	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Militar do Exército	Não Identificado
Affonso da Rocha Lyra	11/04/1894	Alagoas, Penedo	Maria das Dores da Rocha Lyra	Ihigino da Rocha Lyra	1913	1921	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
José Moreira da Silva	22/07/1896	Bahia	Maria Augusta de Freitas e Silva	José Moreira da Silva	1913	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado
Antônio Antunes Esmeraldo Dantas	17/05/1894	Bahia, Inhambripe	Maria Eliz Esmeraldo Dantas	Marcelino de Souza Dantas	1913	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Flodualdo de Souza Bentes	18/04/1896	Bahia, Salvador	Honestina Virgilina Bentes	Antônio de Souza Bentes	1913	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Nelson de Oliveira	1895	Ceará, Fortaleza	Alexandrina Nunes de Oliveira	Antônio Feliciano de Oliveira	1913	1933	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
José Martins de Souza Filho	1885	Bahia	Thereza Maria de Souza	José Martins de Souza	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Carlos Augusto Cardoso	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1913	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Padilha de Souza	27/07/1896	Pernambuco, Recife	Amélia Padilha de Souza	Octávio Nunes de Souza	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Pércles Fabrício de Barros	28/08/1894	Ceará, Fortaleza	Maria Amélia Fabrício	Joaquim Fabrício de Barros	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Antônio Mariani Bittencourt	31/03/1898	Bahia, Salvador	Anna Mariani Bittencourt	Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	O pai do aluno. Foi Presidente do Tribunal Judiciário da BA
Humberto Anselino da Fonseca	30/01/1896	Bahia, Itaparica	Maria Abília Avila da Fonseca	Luiz Anselino da Fonseca	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
José Soares de Senna	20/09/1896	Bahia	Maria Taciana Soares Senna	Francisco Joaquim da Silva Senna	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Constantino dos Reis Rocha	09/04/1898	Minas Gerais, Januária	Anna Paulina dos Reis Rocha	Constantino Netto da Rocha	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Telegrafista)	Não Identificado
Oscar de Souza Carrascosa	25/12/1896	Bahia, Salvador	Enestina de Souza Carrascosa	Pedro da Luz Carrascosa	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Professor (PAI DO ALUNO) da Faculdade de Medicina da Ba em 1881. Deixou o espólio líquido de 110:519\$850 de réis.
Francisco Augusto dos Santos Souza	16/09/1895	Bahia, Salvador	Jusselina dos Santos Souza	Francisco Álvaro dos Santos Souza	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Alcides Teixeira	02/03/1895	Bahia, Salvador	Antônia Ferreira Teixeira	Rogociano Teixeira	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público/ Proprietário - Guarda Nacional	Não Identificado

Gastão de Pinho Pedreira da Silva	11/09/1897	Bahia, São Gonçalo dos Campos (Atual São Gonçalo)	Zulmira de Pinho Pedreira	José Machado Pedreira da Silva	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público	O pai do aluno. Escrivão da Coletoria de Rendas Gerais de São Gonçalo dos Campos
Salvador Rosa de Lima	12/15/1895	Bahia, Salvador	Anna Ribeiro de Lima	Benvinato Priano Lima	1914	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Não Identificado
Epaminondas Lopes de Castro	25/12/1895	Bahia, Canavieiras	Anna Lopes de Castro	Armindo de Castro	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Manoel Soares da Fonseca	09/08/1891	Bahia, Santa Thereza do Pombal (Atual Ribeira do Pombal) BA	Enedina Francisca de Siqueira	Manoel Antônio da Fonseca	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Funcionário Público	Não Identificado
Mordaunt John Moreira Fisher	03/04/1897	País: Bath, Inglaterra	Hercília Moreira Fisher	Sydney Fisher	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado. cursou o ginásio em Salvador	Empresário	Funcionário Público. Trabalhou na Divisão Técnica da CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica) 1940.
Antônio Rodrigues Victoria	07/05/1897	Bahia, Feira de Santana	Honorina Rodrigues Victoria	Eulálio da Costa Victoria	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Maçom de grau 3 (Pai do aluno)
Antônio Newton de Lemos	16/10/1898	Bahia, Salvador	Maria José da Silva Lemos	Manoel Joaquim da Silva Lemos	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Xavier Martins Curvello	31/12/1893	Bahia, Salvador	Maria Amélia dos Santos Curvello	Castriciano Martins Curvello	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Afonso Leite de Oliva	02/05/1896	Bahia, Itapegipe	Josepha Dantas Leite de Oliva	José Leite de Oliva	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Empresário - Cerâmica e Construção	Não Identificado

Raul Borges dos Reis	09/01/1897	Bahia, Salvador	Adelina Neves Borges dos Reis	Antônio Alexandre Borges dos Reis	1914	1921	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Jornalista - Professor - Político Professor, fazendeiro, político, editor e escritor de diversos livros sobre Geografia, Português e História do Brasil.	O pai do aluno, professor Borges foi sócio correspondente das principais entidades de história e geografia do Brasil e do exterior, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros; fazendeiro, político, editor e escritor de diversos livros sobre Geografia, Português e História do Brasil. Além das atividades docentes, o professor Borges dos Reis era uma figura conhecida da intelectualidade Baiana. Foi sócio fundador de duas importantes entidades da cidade: O Instituto Histórico Geográfico da Ba (1894) e da Academia de Letras da Ba (1917). Deputado estadual no governo de Severino Vieira (1905/1906 – 1907/1908) e diretor da Associação Comercial da Ba (1899 – 1900). Era proprietário da Chácara da Boa Vista onde, nos dias atuais, está a Rua da Boa Vista de Brotas.
Octavio Santos Muniz	07/05/1893	Bahia, Salvador	Roberta Maria da Glória Santos	Não Identificado	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Flávio Mendes de Carvalho	20/07/1894	Bahia	Maria Garcia Mendes	Pedro Mendes de Carvalho	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1882
Mariano Sepúlveda da Cunha	06/06/1897	Bahia, Mata de São João	Aurélia Baccellar da Cunha	João Sepúlveda da Cunha	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público - Magistrado	O pai do aluno. Juiz de direito na Comarca de Formosa do Rio Preto, Ba
Octávio de Mendonça Vasconcelhos	05/11/1895	Pará, Belém	Maria da Graça Mendonça Vasconcelhos	Manoel Theofilo de Souza Vasconcelhos	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Sizenando Ademario Carneiro Leão	08/04/1895	Pernambuco, Recife	Maria Isabel Carneiro Leão	José Augusto Leão	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado

Álvaro Ribeiro Sanches	25/09/1895	Bahia, Salvador	Duia Raggio Ribeiro Sanches	José Ribeiro Sanches	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Aristides Milton da Silveira	06/05/1894	Bahia, Cachoeira	Amalulia Milton da Silveira	Guilhermino Adolpho Silveira	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército - Proprietário	Prefeito de Salvador, em 1945. Na Assembleia Legislativa, suplente da Comissão de Serviço Público (1957-1958); Deputado Suplente do Partido Social Democrático - PSD, 1955-1959, assumiu o mandato por diversos períodos, efetivou-se em jan. 1959. Na Assembleia Legislativa, suplente da Comissão de Serviço Público (1957-1958); Deputado Suplente 1946, assumiu o mandato em 15 de agosto de 1946; Diretor de Obras e Jardim da Prefeitura de Salvador; diretor do Patrimônio Municipal de Salvador, Chefe da construção da Estrada de Ferro de Nazaré-BA
Alvaro Rebello	1897	Maranhão, São Luiz	Maria Isabel Alves Rebello	Joaquim José Rebello	1914	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Waldomar Guena Mello	22/07/1895	Bahia, Salvador	Alexandrina Guena Mello	Eduardo Tarquicio do Mello	1914	1920	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Augusto Lopes Filho	10/02/1893	Ceará, Fortaleza	Maria Gloria Lopes	José Augusto Lopes	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Darwin de Andrade Figueiredo	10/09/1897	Bahia, Salvador	Dalila Andrade Figueiredo	Tibério Borges de Figueiredo Sobrinho	1914	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Não Identificado
Oswaldo Augusto da Silva	09/08/1897	Bahia, Salvador	Maria de Freitas Silva	Furtemato Augusto da Silva	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Delegado Estadual da Ba em 1934
Theofilo Marques Valente	05/03/1896	Bahia	Marcelina Rosa de Jesus	Pedro Marques Valente	1911	1917	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lauro Mendes de Araújo Lima	18/05/1895	Bahia, Vila do Conde	Eucundoria de Araújo Lima	Urserio Mendes Lima	1914	1923	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado

Rubens Pereira Reis de Andrade	14/02/1897	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Emília Pereira Reis	Hilário de Andrade	1914	1914	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, no Rio de Janeiro, Chefe da Comissão de Estudos e Obras dos Rios Tocantins e Araguaia; Escritor, Ensaísta, Pesquisador. Intelectual, Idealista, Visionário. Membro de diversas instituições sociais, culturais e de classe, dentre outras, Sociedade Brasileira de Engenharia e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
Arlindo Fernandes Dias	1897	Bahia	Lectícia Fernandes Dias Wash	José Joaquim Fernandes Dias	1914	1916	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Edwaldo Pinto Pithon	14/02/1895	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Clotilde Pinto Pithon	Joaquim de Souza Pithon	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Paulo Ignacio da Silva	10/01/1893	Bahia, Itaparica	Maria Adelaide da Silva	José Inignacio da Silva	1914	1938	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Affonso Fernandes Barros	1896	Maranhão, São Luiz	Maria José Fernandes de Barros Silva	Francisco de Barros Silva	1914	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado
Arnaldo Castro Ferreira	20/04/1894	Bahia, Salvador	Vitalina Fernandes de Castro Ferreira	Ulysses de Castro Ferreira	1914	1938	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Empresário	Não Identificado
Júlio Brandão Netto	1898	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria do carmo Campos Brandão	Júlio Viveiro Brandão	1914	1915	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Empresário - Político	Não Identificado
João Marchesine	11/07/1897	São Paulo, São Paulo	Emília Marchesine	Ângelo Marchesine	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado

Adolpho Espinheira Freire de Carvalho	30/12/1897	Bahia, Salvador	Estephania Espinheira Freira de Carvalho	Carlos Augusto Freire de Carvalho	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Médico - Professor (medicina) - Jornalista - Proprietário - Político Médico, formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1887.	O pai do Aluno foi nomeado preparador da cadeira de Terapêutica da Faculdade de Medicina, exerceu esse cargo por mais de dez anos. Dedicou-se à clínica humanitária nas freguesias da Penha e Mares, BA. Militou na imprensa como repórter e redator nos órgãos do Partido Conservador, "O Estado da Ba" e a "Gazeta da Ba". Conselheiro municipal, 1904-1907. Presidente do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal da Ba, 1926-1931. Eleito vereador da Câmara Municipal de Salvador, 1908-1911. Eleito deputado estadual, na 10ª legislatura, 1909-1910. Senador estadual da 11ª à 13ª legislatura, 1911-1916. Presidente da Câmara Municipal de Salvador, 1904-1907. Na Câmara Estadual dos Deputados, presidente (1909-1910).
Antônio de Mello	13/06/1892	Bahia	Adelaide Luiza de Carvalho Mello	Thomaz Cygrillo Mello	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Martins de Souza	07/11/1888	Bahia, Salvador	Amelia Brasília da Rocha Souza	José Martins de Souza	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (delegado)	Não Identificado
AdherBal Novis	26/08/1895	Mato Grosso, Campo Grande	Elvira Alves Novis	Arnaldo Novis	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Leopoldo de Almeida Boaventura	12/05/1895	Bahia, Cachoeira	Theolinda de Oliveira Boaventura	Leopoldo de Almeida Boaventura	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado
Godofredo Mendes Bandeira	22/08/1891	Bahia, Santo Amaro	Isaura Mendes da Fonseca	Pedro Ferreira Bandeira	1914	Não Identificado	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Proprietário	O pai do aluno. 1º Visconde Ferreira Bandeira. Intendente de Santo Amaro (1893-1896). Foi Vice-Presidente da Província da Ba.
Luiz AlBarelli Rangel	11/02/1896	São Paulo, Santa Rita da Posse	Palmira AlBarelli Rangel	Paulo Araújo Rangel	1914	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Empresário	Não Identificado

AnniBal Maurílio da Silva Corrêa	1897	Pernambuco, Recife	Valesiana Thecenilda da Silva Corrêa	Galbino da Silva Corrêa	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Professora (Mãe)	Não Identificado
Afonso Walsh Guimarães	1897	País: Paris, França	Mariana Wash Guimarães	Domindos Rodrigues Guimarães	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Antônio Alves de Mello Feitosa	21/09/1895	Não Identificado	Maria José de Campos Feitosa	José Alves Feitosa	1915	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Funcionário Público	Não Identificado
Emile Tornillon	31/01/1897	Bahia, Salvador	Maria de Oliveira Tornillon	Julien Tornillon	1915	1920/ 1944	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Almiro Cáceres	19/02/1888	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Palmira Cáceres	Martinhos Cáceres	1914	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Hugo Nogueira de Oliveira	20/12/1890	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Senhorinha Nogueira e Oliveira	Bento Riopareense de Oliveira	1914	1916	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Leopoldo de Azambrija Villanova	12/05/1889	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Justna Rocha Villanova	Antônio de Azambrija Villanova Filho	1914	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

José Custodio Netto	26/03/1890	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Antônia C. de Oliveira Netto	José Antônio Netto	1914	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Álvaro Barros	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Agrippiniano Barros	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Philippe de Araújo Meira	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Marieta de Araújo Meira	Gentil Augusto de Paiva Meira	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Capitão da Marinha	O pai do aluno. Superintendente de navegação de 28/04/1922 a 28/06/1922.
Tertuliano de Almeida Sampaio	11/02/1894	Bahia, Salvador	Maria Sophia de Almeida Sampaio	Alfredo de Almeida Sampaio	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Engenheiro civil, foi responsável pela construção da Estação de Bauru. Antes, nos anos 20, abriu a NOB, criando o primeiro Barracão de obras de cidades como Lins e Penápolis. Trabalhou na construção do ramal até Campo Grande. Foi transferido da NOB para a ferrovia Leste Brasileiro (Ba, Sergipe e Minas Gerais), em 1942
Hugo Rocha	15/08/1894	Ceará, Fortaleza	Francisca C. de Rocha	Guilherme Moreira da Rocha	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Ramiro Pimentel Netto	10/09/1896	Bahia, Cachoeira	Arlinda da Costa Pimentel	Vespaziano da Silva Pimentel	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Euphrosino Moraes Alves Branco	03/01/1886	Não Identificado	Etelvina Moraes Alves Branco	Lizardo Alves Branco	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Francisco Rebouças	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Francisco Candido Rebouças	1915	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alberte de Sá Oliveira	21/03/1896	Bahia, Salvador	Antônia de Sá Oliveira	João Baptista de Sá Oliveira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	O pai do aluno. Dono do engenho "Conceição da Rocha" Vila São Phelippe. 2º Secretário da Assembleia Constituinte da Ba em 1891.
Affonso Cardoso Antunes	11/01/1898	Bahia	Maria de Mattos Cardoso	Nicolar Cardoso Antunes	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Alfaiate	Professor da EPBA em 1945. Catedrático da cadeira de Desenho à Mão Livre e Ornatos
Elysio de Carvalho Lisboa	13/08/1895	Bahia, Muritiba	América de Carvalho Lisboa	Bento da Costa Lisboa	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Prefeito de Salvador (1942 - 1945); Professor da EPBA a partir de 1922. Catedrático da cadeira de Cálculo Infinitesimal, Complementos de Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projectiva, Perspectiva e Aplicações Técnicas
José da Costa Guerra	22/02/1900	Bahia, Salvador	Balbina da Costa Guerra	Antônio Ramos Guerra	1915	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Lydio de Mesquita Chaves	26/12/1896	Bahia, Salvador	Juliana Ribeiro Chaves	Francisco de Mesquita Chaves	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado

Lauro de Mello Andrade	1898	Sergipe, Aracaju	Mariana Angelia de Mello Andrade	José Silveira Andrade	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Ferreira Junior	18/07/1897	Alagoas, Penedo	Joventura Moreira Ferreira	Antônio Ferreira de Souza	1915	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
José Domingos de Mattos	15/06/1894	Maranhão, São Bento	Rosa Maria de Campos Mattos	Manoel dos Santos de Mattos	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Orlando Drummond Margel	1897	Minas Gerais	Ernestina Drummond Margel	Maurício Engênio Margel	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo Leal de Macêdo	31/05/1896	Maranhão, Codó	Maria Teresa Leal de Macêdo	Manoel Simeão de Macêdo	1915	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Cantidio Gonçalves Duarte Burity	08/11/1904	Bahia, Bonfim	Joanna da Silva Duarte	Francisco Gonçalves da Silva	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado

Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	04/01/1894	Bahia, São Francisco do Conde	Maria Isabel Vianna Bulcão	Inácio de Araújo de Aragão Bulcão	1915	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Militar do Exército	Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; dos Institutos Históricos da Ba, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; dos Institutos Genealógicos da Ba e São Paulo; da Societé Academique d'Histoire International de Paris. No Colégio Brasileiro de Genealogia foi sócio correspondente; Funcionário público. Escrevente no extinto Senado da Ba; O aluno se casou a 15 de janeiro de 1919 com Guiomar de Athayde Uzeda, filha de Manoel Martins Uzeda e Joaquina Alexandrina de Athayde Uzeda, tendo as filhas Maria de Lourdes e Maria Bernadette Uzeda Aragão Bulcão
José de Oliveira Machado	19/09/1896	Maranhão, São Luiz	Amélia Rosa de Oliveira Machado	Manoel da Costa Machado	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Ernesto Primo da Costa Pereira	1890	Pará, Belém	Maria Peregrina da Costa Pereira	Primo da Costa Pereira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Antônio Gildo de Freitas Bastos	19/09/1896	Espírito Santo	Carolina de Freitas Bastos	Joaquim Antônio de Abreu Bastos	1915	1915	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	o aluno foi impedido de progredir nos seus estudos, pelo fato de indisciplina na escola livre de engenharia de PE, no entanto por este fato o aluno fica impedido de continuar seus estudos por decisão da congregação da instituição.
João Barbosa de Moura	24/06/1893	Ceará, Fortaleza	Thereza Barbosa de Moura	José Gomes de Moura	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Sócio do Rádio Club Cearense
Joaquim Ribeiro da Cunha	18/02/1897	Bahia, Cachoeira	Ursula Rosa Pauli	Joaquim Ribeiro da Cunha	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Francisco de Azevêdo Costa	26/05/1897	Bahia, Salvador	Maria de Azevêdo Costa	Francisco Magalhães Costa	1915	1919	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado

Ismael Brandão de Oliveira	26/04/1894	Bahia, Bonfim	Rachel Brandão de Oliveira	Gabriel Brandão de Oliveira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Egas Burgos Carneiro de Campos	20/04/1898	Bahia, Salvador	Júlia Burgos carneiro de Campos	Alvaro Moniz Carneiro de Campos	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Hildebrando Veigas da Silva	11/04/1896	Bahia, Salvador	Claudiana Veigas da Silva	Ignácio Veigas da Silva	1915	1921	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado
João Euphrasio de Araújo Souza	27/01/1897	Bahia, São José da Casa Nova (Atual Casa Nova)	Maria de Araújo Souza	João Euphrasio de Souza	1915	1936	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Dantas Mendes de Souza	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Anna Dantas Mendes de Souza	Joaquim Mendes de Souza	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Arthur de Oliveira Torres	14/08/1892	Bahia, Salvador	Amélia Paraízo Torres	José Martins de Oliveira Torres	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Empresário – Pedras Preciosas	Não Identificado
Leandro Maynard Maciel	08/12/1897	Sergipe, Vila do Rosário	Anna Maynard Maciel	Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Governador de Sergipe de 1955 a 1959. Em 1960 foi indicado para ser vice-presidente da República na chapa de Jânio Quadros, mas renunciou em favor de Milton Campos; Senador em 1995-1937 e 1967 - 1975.Foi O líder máximo da UDN - União Democrática Nacional. Ele ingressou na vida pública no Governo Manoel Dantas; Deputado Federal nos anos de 1930-1930 / 1933-1935 / 1946-1951; Diretor de Obras Públicas; Diretor da Energipe (serviço de Luz e Força) Presidente do Iaa (álcool e Açúcar). Fiscal do Serviço de Águas e Esgotos de Aracaju.; Proprietário Rural e Engenheiro e Magistrado. Deputado Provincial - 1851 a 1869; deputado Geral - 1869 a 1872; Deputado Geral - 1877 a 1885; Deputado Federal - 1890 a 1891; Deputado Federal - 1891 a 1894; Senador - 1894 a

										1903; O aluno como político teve um vies progressista, realizando várias obras como: ligou com asfalto Aracaju a Atalaia e desmontou o morro do Bonfim, além de dotar Aracaju de abastecimento de água. O 'Leandrisimo' marcou a política de Sergipe. Ele ingressou na vida pública no Governo Manoel Dantas; o pai do aluno foi um proprietário rural, advogado e político brasileiro. Foi Juiz de Paz e de Órfãos de Rosário do Catete, Maroim e Santo Amaro.
Henrique Lanat	19/10/1899	Bahia, Salvador	Maria Menezes Lanat	José Henrique Lanat	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	O pai do aluno. Industrial e trouxe o primeiro automóvel da Ba que foi importado da França. Macon de 3º grau (Pai do Aluno)
José Pinto Python	08/03/1897	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Clotildes dos Santos Pinto Python	Joaquim Souza Python	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Empresário	Não Identificado
Afrânio Drummond Murgel	18/02/1895	Minas Gerais, Cataguases	Ernestina Drummond Murgel	Maurício Eugênio Murgel	1916	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João de Vasconcellos Martins	22/04/1898	Maranhão, São Luiz	Alice de Vasconcellos Martins	João Pereira Martins	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Sylvio Pimentel Marques	04/01/1898	Bahia, Salvador	Emilia Pimentel Marques	Fausto de Oliveira Marques	1916	1920	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Affonso Cesar Cabussú	01/06/1899	Bahia, Salvador	Dulce Vilas Boas Cabussú	Alfredo Cesar Cabussú	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	O pai do aluno. Diretor da Associação Comercial da Ba em 1910-1911. Membro fundador do IGHB.

João Martins Carvalho	06/05/1895	Bahia, Alagoinhas	Anna Guermina de Carvalho	Antônio Martins de Carvalho	1916	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Empresário	Não Identificado
Arthur Pereira do Lago	06/03/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Francisco Pereira do Lago	1916	1916	curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Militar do Exército	Maçom de 3º grau (Pai do Aluno)
Itamar Moreira Temporal	11/07/1895	Pernambuco, Recife	Maria Carolina Rodrigues Temporal	Affonso Moreira Temporal	1915	1918	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Empresário - Coronel Guarda Nacional	Não Identificado
José Duarte Porto Limeira	Não Identificado	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1916	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco	Não Identificado	Não Identificado
Djalmir Guajarinio Maia	14/12/1896	Pará, Belém	Virgina Paim Maia	José André Maia Filho	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público	O pai do aluno. Inspetor da alfândega de Santos em 1912
Álvaro Hermano da Silva	28/04/1894	Bahia, Feira de Santana	Arlinda dos Santos Silva	Arthur Hermenegildo da Silva	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário (Funcionário Público)	O pai do Aluno Trabalhou na conclusão e em 1918 em uma das ferrovias Baianas que ligava Santo Amaro a Salvador. Arrendou junto ao governo Baiano a Estrada de Ferro de Santo Amaro em 1918, se incorporado a União novamente em 1939 com nomeada Viação Férrea Federal Leste brasileiro. Professor da EPBA em 1914. Catedrático da cadeira de Estudo dos Materiais de Construção
Eduardo Rios Filho	24/10/1900	Bahia, Salvador	Maria Antonieta Maia Rios	Eduardo Cesar Rios	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Ministro da Educação e Saúde, no Governo Gaspar Dutra de 15 de maio até a 4 de agosto de 1950

Francisco Mangabeira Albernaz	03/02/1898	Bahia, Salvador	Cecilia Mangabeira Albernaz	José Garcia Albernaz	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado em 1890 pela Faculdade de Medicina da Ba. Tenente médico do Exército Brasileiro. Em 1913 nomeado diretor do Hospital Militar da Ba, cargo no qual permaneceu até seu falecimento, em 1915, por lesão cardíaca congênita; Avós paternos: Joaquim Albernaz (Major) e Antônia Garcia Albernaz; avós maternos: Francisco Cavalcante Mangabeira (farmacêutico) e Augusta Cavalcante Mangabeira; sobrinho de Mangabeira.
Fernando Elias Borges Bastos	20/07/1895	Bahia, Salvador	Maria Amélia Borges Bastos	Balthazar Leite Bastos	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Antônio Pereira de Menezes	19/11/1895	Ceará, Fortaleza	Margarida P. Pereira de Menezes	Vicente Pereira Sobrinho	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Odilon Borges de Carvalho	06/03/1896	Maranhão, São Luiz	Marianna de Mattos Borges de Carvalho	João Braulino de Carvalho	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Miguel Marques de Souza	24/05/1898	Bahia, Serrinha	Cecília Marques de Souza	Antônio Marques de Souza	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Almeida Santos	02/11/1896	Bahia, Salvador	Joana de Almeida Santos	Antônio José dos Santos	1917	1917	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Celso Almino de Queiroz	06/09/1894	Rio Grande do Norte, Natal	Thereza Gomes de Queiroz	Antônio Almino de Queiroz	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Não Identificado
Agnello Alves Barreiros	03/10/1896	Bahia, Feira de Santana	Maria Guilhermina Barreiros	Tibricio Alves Barreiros	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Professor da EPBA em 1949. Ingresso na EPBA em 1949. Ministrava a cadeira de Estrada de Ferro e Rodagem
Jovino do Prado Pereira	01/12/1896	Bahia, Juazeiro	Olivia do Prado Pereira	Jovino Antônio Pereira	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Professor da EPBA em 1952. Ministrou a cadeira de Estradas de Ferro e de Rodagem

Paulo de Carvalho Fontes	06/12/1894	Bahia, Salvador	Elvira Fiel de Carvalho Fontes	Paulo Martins Fontes	Não Identificado	1928	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola de Minas de Ouro Preto)	Bacharel	Não Identificado
Josué Baptista de Jesus	30/04/1893	Sergipe, Lagarte	Veutina Hermínia da Conceição	João Baptista de Jesus	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Eurico Moscoso	13/01/1898	Bahia, Salvador	Zulmira Seixas Moscoso	Plínio Moscoso	1917	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	Não Identificado
Armando de Oliviera Pernambuco	Não Identificado	Rio Grande do Norte, Natal	Elvira Pereira Pernambuco	José de Oliveira Pernambuco	1917	1918	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Alto Funcionário Público - Magistrado	O pai do aluno. Juiz de Direito e em 1882 criou a comarca de Acari- RN
Goutran de Souza	1895	Sergipe, Estância	Maria Freire de Souza	Antônio Porciano de Souza	1917	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Ávila de Vasconcellos Linhares	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Antônio da Silveira Linhares	1917	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ) e, terminou o 5º ano na Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

Lauro Farani Pedreira de Freitas	15/04/1900	Bahia, Alagoinhas	Mariamina Farani de Freitas	Graciliano Marques Pedreira de Freitas	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Deputado pela Ba, em 1945, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), pela qual concorreu, em 1950, ao Governo da Ba; Diretor da Viação Férrea Leste brasileiro.; Funcionário Público. Construiu uma larga carreira como engenheiro ferroviário. Implantou a fabricação de composições e locomotivas nas oficinas de Aramari, Alagoinhas e São Félix. Construiu uma usina termoeletrica e iniciou a eletrificação ferroviária no Recôncavo; Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas. Professor de Cosmografia e Geofísica do Ginásio da Ba; Desenhista e inspetor de obras de arte. superintendente da Compagnie de Chémins de Fer Fédéraux de L'Est Brésilien, em Salvador; presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Ba e de Sergipe; O nome da Cidade Lauro de Freitas é em sua Homenagem. Morreu em um acidente sério quando candidato ao governo da Ba. Em 1935 assessorou o Ministro da Viação e Obras Públicas; Secretário do Estado da Ba interinamente 1906-1912. Prefeito da cidade de Alagoinhas depois da proclamação da República.
Octávio dos Reis Gordilho	21/06/1894	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria da Glória de Mello dos Reis Gordilho	Joaquim Raul dos Reis Gordilho	1917	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1893
Carlos Alexandre Porto Carreiro	20/09/1895	Pernambuco, Recife	Maria Uchôa Porto Carreiro	Luiz da Costa Ferreira Porto Carreiro	1917	1923	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Bacharel	Não Identificado
Alcides Moreira Benjamim	07/11/1897	Bahia, Salvador	Alzira Moreira Benjamim	José Betelho Benjamim	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Alto Funcionário Público	Não Identificado

Carlo Gama de Araújo Ramos	18/09/1900	Bahia, Salvador	Anna Gama de Araújo Ramos	Álvaro de Araújo Ramos	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Maçom de 3º grau. (pai do aluno)
Durval Garcia Lins	04/12/1896	Bahia, Salvador	Evangelina Garcia Lins	Secundino da Silva Lins	1918	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a EPRJ. Dificuldades financeiras	Não Identificado	Não Identificado
Wenefredo Bacelar Portella	13/11/1898	Piauí, Parayba	Roza Rodrigues Bacelar	Viriatto dos Santos Portella	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Funcionário Público. Responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro entre Leopoldo de Bulhões a Anápolis
José Francisco de Freitas	28/09/1893	Bahia, Salvador	Leopoldina Machado de Freitas	Argeu Antônio de Freitas	1918	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Carlos Velloso Gordilho	21/09/1899	Bahia, Salvador	Maria Margarida Gordilho	Pedro Velloso Gordilho	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Guilherme Moreira da Silva Lima	08/10/1900	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Moreira da Silva Lima	Antônio da Silva Lima	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público	Não Identificado
Thomé Barbosa Ribeiro da Silva Passos	28/01/1896	Piauí, Vila Belein	Leandra Maria da Silva Passos	David Barbosa Ribeiro Passos	1919	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado

Francisco Fernandes Leite	24/02/1898	Bahia, Salvador	Maria Augusta leite	Elias Fernandes Leite	1919	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Bacharel	O pai do aluno. Auditor de guerra em 1920
Mario Barbosa de Moura	05/08/1896	Ceará, Fortaleza	Thereza Barbosa de Moura	José Gomes de Moura	1914	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Alto Funcionário Público - Cônsul	O pai do aluno era cônsul do Paraguai no estado do Ceará
Jaddo Couto Maciel	04/06/1897	Bahia, Salvador	Amélia Ferreira Couto Maciel	Pedro Maciel	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Edgard Velloso da Silva	19/11/1895	Bahia, Salvador	Rosa Velloso da Silva	Agostinho Herme da Silva	1917	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Renato dos Reis Gordilho	16/01/1897	País: Paris, França	Maria da Gloria Mello dos Reis Gordilho	Joaquim Raul dos Reis Gordilho	1917	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1893
Humberto Pacheco da Miranda	31/10/1897	Bahia, Cachoeira	Maria da Glória Gonçalves de Miranda	Joaquim Pacheco Gonçalves de Miranda	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Empresário	Não Identificado
Antônio Alves Freire	21/01/1899	Rio Grande do Norte, Natal	Antônia de Medeiros Freire	Avelino Alves Freire	1919	1919	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Militar do Exército	Não Identificado
Joaquim Guedes Martins	06/07/1898	Ceará, Maranguape	Maria Eugênia	Florêncio Martins Pereira	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público - Bacharel	Não Identificado

			Guedes da Conceição						(Delegado de Polícia)	
Archemino Augusto Jaqueira	30/03/1898	Bahia, Bonfim	Josephina da Motta Jaqueira	Silvério Rodrigues Jaqueira	1919	1921	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Eusebio Gomes de Mello	15/05/1899	Alagoas, Maceió	Candida Gomes de Mello	Antônio Gomes de Mello	1920	1923	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário - Empresário	Não Identificado
Mario Carmelita da Fonseca	16/07/1898	Pernambuco, Recife	Justina Vidal da Fonseca	Antônio Augusto da Fonseca	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
João Meirelles de Almeida Couto	20/05/1894	Bahia, Santo Amaro	Emília Teixeira Couto	Luiz Meirelles de Almeida Couto	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado
Raymundo dos Santos Patury	07/10/1894	Bahia, Salvador	Maria Pacífica dos Santos Patury	Manoel Joaquim dos Santos Patury	1914	1923	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público - Bacharel (Delegado de Polícia)	Não Identificado
Ericssceu Pitombo Jacyobá Cavalcante	22/04/1900	Alagoas, Penêdo	Maria Pitombo Jacyobá Cavalcante	Julio Jacyobá Cavalcante	1920	1923	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Antônio Saraiva	26/02/1900	Bahia, Pojuca	Francisca Velloso Saraiva	Luiz Antônio Saraiva	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Vicente de Albuquerque Porciúncula	19/07/1895	Alagoas, Maceió	Ignácia de Albuquerque Porciúncula	Vicente Ferreira da Porciúncula	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Telegrafista)	Não Identificado

Adehmar de Meneses Lessa	11/11/1898	Bahia, Feira de Santana	Cândida Meneses Lessa	Venancio Antônio da Fonseca Lessa	1919	1921	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Augusto Perdigão de Oliveira	19/08/1886	Ceará, Fortaleza	Athilia Brandão de Oliveira	Francisco Perdigão de Oliveira	1919	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Funcionário Público. Engenheiro dos Correios
Durval da Silva Tinoco	02/04/1883	Bahia, Feira de Santana	Maria da Annunciação Tinoco	Aristides José Tinoco	1921	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Professor	Não Identificado
Giuseppe Amado	28/02/1901	Sergipe, Estância	Anna Amado	Melckisededa Amado	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Fernandes de Araújo	24/10/1894	Bahia, Salvador	Elvira Araújo	Francisco de Araújo	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Clovis de Barros Lima	09/01/1900	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Manoel de Barros Lima	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco	Não Identificado	Não Identificado
Aguinaldo das Chagas Carneiro	08/01/1904	Bahia, Cachoeira	Tharcilla Chagas Carneiro	Joaquim Baptista Carneiro Sobrinho	1919	1939	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (Tabelião-BA)	Diretor geral do DER-PA (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará)
Nelson Pinto de Almeida	24/08/1897	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Maria Brazilia Pinto de Almeida	Virgílio Venâncio de Almeida	1919	1923	Engenheiro Geógrafo	Formado	Proprietário (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado

Jefferson Fernandes Balleiro	30/09/1898	Pernambuco, Palmares	Carlote Rios Balleiro	Propórcio Fernandes Balleiro	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro - Empresário	Não Identificado
Rodrigo José Fernandes Filho	17/08/1897	Pará, Santarém	Maria Fernandes	Rodrigo José Fernandes	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Francisco Ferreira da Silva	28/01/1898	Bahia, Salvador	Maria Ferreira da Silva	Joaquim Ferrira Italiano	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário – Político	Não Identificado
Antônio Barreto Filgueira	12/06/1902	Bahia, Mundo Novo	Julia Barreto Filgueira	João Alves Filgueira	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Eunapio Peltier de Queiroz	05/10/1900	Bahia, Valença	Eugênia Peltier de Queiroz	Eunapio Rosa de Queiroz	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Proprietário	Deputado em 1945, exercendo importante papel na expansão viária do País e em medidas que beneficiaram os estados localizados no Polígono das Secas. Voltou a se eleger deputado depois 1955; Prefeito de Nazaré e de Ilhéus; Secretário de Viação e Obras Públicas (1951), época em que entrou para a história da hoje Eunápolis, então "64", transformando o pequeno povoado num lugar progressista.; Diretor Presidente da Coelba e da Chesf (Cia. Hidroelétrica do São Francisco), tendo sido o idealizador do complexo energético de Sobradinho; Funcionário Público. Trabalhou no serviço de topografia e medições que muito contribuíram para a implantação das malhas ferroviária e rodoviária em nosso Estado, especialmente no Recôncavo; O nome da cidade de Eunápolis - Ba é em sua homenagem.
Arthur de Carvalho Magalhães	08/01/1888	Bahia	Não Identificado	Leonel Carvalho Magalhães	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lecenido de Siqueira Menezes	31/03/1902	Bahia, Salvador	Anna de Carvalho Menezes	José de Siqueira Menezes	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército - Marechal do Exército - Político	Não Identificado

Oswaldo Cabral Vieira de Campos	06/09/1898	Bahia, Salvador	Bellaniza Cabral Vieira Campos	Francisco Terencio Vieira de Campos	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Fotógrafo	Não Identificado
João Garcez de Aguiar	26/07/1900	Bahia, Salvador	Maria J. Garvez de Aguiar	Octávio Accioly de Aguiar	1919	1927	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Álvaro Wellington Landulpho Medrado	07/04/1901	Bahia, Castro Alves	Guiomar Lopes Medrado	José Joaquim Landulpho Medrado	1919	1936	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Professor catedrático da EPBA da cadeira de Química Industrial e inorgânica; O pai do aluno. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e SEC. da Agricultura, Ind. Com Viação e Obras Públicas interinamente nos anos de 1920-1924.
Alberto Japi - Assú	04/07/1900	Bahia, Salvador	Maria Anna Sabrão Japi - Assú	Cleto Ladislau Tourinho Japi - Assú	1919	1922	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Militar da Marinha - Vice-Almirante da Marinha	Não Identificado
Lafayette Pereira Fraga	25/07/1890	Bahia, Muritiba	Thereza Minervina Fraga	Clementino Pereira Fraga	1919	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Militar do Exército	O pai do aluno. Presidente do Conselho Municipal de Muritiba em 1899
Rubem Pires Ferreira	24/05/1899	Bahia, Salvador	Maria Amélia Pires Ferreira	Manoel da Silva Pires	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	pai do aluno. Lutou na guerra de Canudos.
Almiro Queiroz da Silva	24/02/1901	Bahia, Salvador	Leonor de Queiroz Silva	Eurydes da Silva	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Spinola Teixeira	22/10/1901	Bahia, Caetité	Anna Spinola Teixeira	Deocleciano Pires Teixeira	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Médico, formado pela Faculdade de Medicina da Ba no ano de 1870.	O pai do aluno foi 2º. Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, funções que exerceu até 1876. Político; membro do "Partido Liberal" no regime monárquico. Eleito Deputado à nossa Assembleia Provincial na legislatura de 1888 a 1889 e era um dos candidatos do mesmo Partido a reeleição nas eleições que se deviam realizar em 7 de dezembro de 1889 para a legislatura de 1890 a 1891, quando foi proclamada a República. Na República, 1890 nomeado membro e presidente do Conselho Municipal de Caetité, funções que exerceu até 23 de março de 1892. Em 23 de março de 1892 foi nomeado, em

										substituição ao dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima (Ex governador da BA), intendente (Prefeito) do citado município de Caetité, até janeiro de 1893. Eleito Senador Estadual em 1892 e reeleito em, 1899 a 1904, não o concluindo seu mandato após renunciar ao cargo.
Manoel dos Passos Barros	17/04/1898	Amazonas, Manaus	Clotildes de Salles Barros	José Alexandre Barros	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Diretor Geral do DER/ES (Depto de Estradas de Rodagem do ES); Engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo, deve-se a ele o Batismo de diversas localidades como nomes originários do tupi-guarani como Aracê, Indaiá, Iuna, Irupi, Caparaó, Ibitirama, IBatiBa, Manhauçu, Manhumirim, Itarana, Itagassu, etc; Professor. Teve grande empenho na fundação da “Escola Politécnica de Engenharia”, atual “CENTRO TECNOLÓGICO DA UFES” na Universidade Federal do Espírito Santo; Primeiro Presidente da Igreja Cristã Maranata, essa Igreja criou uma Fundação que leva o seu nome no estado do ES.
Enéas Gonçalves Pereira	09/04/1901	Bahia, Salvador	Adelaide Bahiense Gonçalves Pereira	João Gonçalves Pereira	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Professor	Não Identificado
Quintino Barbosa de Figueiredo	30/04/1899	Minas Gerais	Anna Angélica de Figueiredo	José Barbosa Primo	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Chefe do Distrito de Terra de Teófilo Ottoni (MG) e de Guaçuí (ES). Chefe do Domínio da União, no Espírito Santo, nos anos 30; Funcionário Público. Engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce em 1942; Professor de Desenho Técnico da Escola Politécnica da UFES; Membro da Associação Mineira e da Associação Espírito – Santense de Engenheiros.

Álvaro Guimarães Santos	08/08/1896	Bahia, Salvador	Maria Cecília Guimarães Santos	Alberto Magno de Freitas	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (telegrafo)	Não Identificado
Walkiria Reis de Freitas	03/04/1900	Bahia, Machado Portela	Ceria Reis de Freitas	Alabero Magno de Freitas	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público (telegrafo)	Não Identificado
Júlio Alberto de Castro Lima	16/05/1901	Pará, Santarém	Amélia Champion Castro	Francisco de Paula Castro	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Se tornou Bancário do Banco Francês do RJ.	Bacharel	Não Identificado
Dirceu Possidio Coelho	14/03/1899	Bahia, Salvador	Carlota Coelho Nascimento	Possidio Nascimento	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Delegados da Ação Integralista Brasileira registrados no Tribunal Regional Eleitoral no período de 23/12/1935 a 08/01/1936
João de Perouse Pontes	05/01/1897	Bahia, Salvador	Alice Amélia Oliveira Pontes	João de Perouse Pontes	1919	1919	Curso Geral	Formado	Capitão da Marinha	Não Identificado
Áttila de Siqueira Menezes	22/01/1900	Bahia, Salvador	Anna de Carvalho Menezes	José Siqueira Menezes	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Marechal do Exército, engenheiro, Jornalista	O pai do Aluno foi Prefeito e Senador. Chefe da Comissão de Engenharia da Ba; Ajudante de Ordens do Presidente de Sergipe; Encarregado Das Obras Militares de Sergipe; Diretor de Obras Militares da Ba; Diretor do Hospital de Caridade de Sergipe; Comandante da Escola Militar do Ceará; Comandante da Brigada Policial do Distrito Federal; Comandante do Terceiro Distrito Militar da Ba Alferes;

Tito Lívio de San'tanna	09/01/1897	Sergipe, Simões Dias	Maria V. de San'tanna	João Lucas de San'tanna	1919	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Bráulio de Oliveira Martins	25/05/1898	Bahia, Vila Bom Conselho (Atual Cícero Dantas)	Maria Gomes Oliveira	Vicente José Martins	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Empresário	Não Identificado
Antônio de Mello Carvalho	10/05/1902	Bahia, Salvador	Maria Eutália Pereira de Mello Carvalho	Tito de Mello Carvalho	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Gustavo de Souza Martins	05/07/1902	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Dias	Rodolpho de Souza Martins	1920	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	O pai do aluno. Presidente da Associação Comercial da Ba em 1919/1920 e 1923/1924
Mario Prisco Paraíso	05/06/1901	Bahia, Salvador	Helena Oliveira de Souza Paraíso	Francisco Prisco Paraíso	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	O pai do aluno. Presidente da OAB-BA e criou a Caixa de Assistência dos Advogados da Ba.
Carlos Cohin Ribeiro da Silva	20/12/1901	Bahia, Mundo Novo	Maria Cohin Ribeiro da Silva	Raymundo Ribeiro da Silva	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Jayme Gonçalves Cerqueira Lima	01/09/1903	Bahia, Salvador	Albertina Gonçalves Cerqueira Lima	Jayme Cerqueira Lima	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Jorge Oliveira de Souza e Silva	09/11/1901	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Alzira Oliveira de Souza e Silva	Pedro Alexandrino de Souza e Silva	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Militar do Exército	Não Identificado

Bertoldo Gurgel	27/06/1892	Rio Grande do Norte, CarauáBa	Anna Gurgel de Oliveira	João Gurgel de Oliveira	1919	1939	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Alto Funcionário Público - Desembargador	O pai do aluno. Presidente do Tribunal Superior da Relação do Rio Grande do Norte em 1891
Antônio Monteiro da Cruz	25/05/1894	Pernambuco, Recife	Maria da Cruz	Joaquim Monteiro da Cruz	1919	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	02/06/1889	Pará, Belém	Gabrina de Magalhães Barata	Antônio Marcelino Cardoso Barata	1920	1920	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Militar do Exército	Governador no Pará eleito em 1955. Interventor federal no Pará, de 12 de novembro de 1930 a 12 de abril de 1935. Governador no Pará eleito em 1955; Senador em 1945; O pai do aluno. Primeiro administrador das colônias de Monte Alegre - PA; Militar do Exército (Oficial)
Frederico da Costa Nunes	03/08/1898	Maranhão, Grajaú	Eurydice da Costa Nunes	José Fernandes da Costa Nunes	1919	1926	Engenheiro Civil	Formado	Empresário - Político	Não Identificado
Oscar Alves da Costa	19/11/1894	Bahia, Juazeiro	Pastora Leal Costa	Domingos Alves da Costa	1920	1926	Engenheiro Civil	Formado	Empresário - Político	Não Identificado
José Frederico Martins	21/08/1903	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Dias Coêlho Martins	Rodolpho de Souza Martins	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	O pai do aluno. Presidente da Associação Comercial da Ba em 1919/1920 e 1923/1924

Oswaldo Cesar Rios	19/05/1904	Bahia, Salvador	Maria Antonieta Maia Rios	Eduardo Cesar Rios	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Deputado estadual Constituinte pelo Partido Social Democrático - PSD, 1947-1951; reeleito, PSD, 1951-1955 e 1955-1959.; Secretário estadual de Viação e Obras Públicas da BA, 1942-1945; Vice-presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1947); 1948, 1951, 1955-1956; Diretor da Rede Ferroviária Federal S. A. - R.F.F.S.A., 1928-1968; diretor da Viação Férreo Federal Leste Brasileira, 1956; diretor da Comissão do Vale do São Francisco, 1960, Chefe de Construção da Leste, superintendente da R.F.F.S.A., nos governos de Jânio Quadros e Costa e Silva, 1975; Funcionário Público. Engenheiro de estradas de ferro no Estado de Santa Catarina. Atuou na firma Motor S. A. Brasileira; Como Deputado ocupou várias comissões na Assembleia Legislativa, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas (1955-1956); titular das Comissões: Finanças, Orçamento e Contas (1947-1951, 1953-1954), Administração Municipal (1949), Indústria e Comércio (1950, 1952), Polícia Civil e Militar (1950); suplente da Comissão de Indústria e Comércio (1953).
Cícero Simões da Silva Freitas	27/10/1900	Bahia, Salvador	Emília Simões da Silva Freitas	Ernesto Simões da Silva Freitas	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel - Jornalista	Secretário de Educação e Cultura e Secretário de Saúde Pública e Assistência Social de 1951 - 1955

Fonte: Pastas dos Alunos (dossiês do corpo discente)

Tabela dos Professores da Escola Politécnica da Bahia 1897 - 1920

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ADOLFO NAEGELI	Não Informado	Não Informado	Advogado	1897	Tecnologia Química Industrial	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Suiça, Berna	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Afonso Glicério da Cunha Maciel	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Estradas, Architectura, Higiene dos Edifícios, Saneamento e construção civil	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. Fiscal da Companhia Carris Elétricos da Bahia	Diretor e fiscal da estrada de ferro de cachoeira e Nazaré, Diretor de obras públicas da Secretária de Agricultura da Bahia (Seagriba), Presidente do conselho municipal "Camara de vedadores" de Salvador em 1896.	Não Informado
AFONSO CARDOSO ANTUNES	Bahia, Salvador	Nicolau Cardoso Antunes	Não Informado	1945	Desenho à Mão Livre e Ornatos	Catedrático da cadeira de Desenho à Mão Livre e	0	Não Informado	Formado na EPBA em 1920	Não Informado	Não Informado	Não Informado
AGNELLO ALVES BARREIRO	Bahia, Feira de Santana	Tibério Alves Barreiros	Não Informado	1949	Estrada de Ferro e Rodagem.	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1921	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Albano da Franca Rocha	Bahia, Salvador	Alfredo Rocha	Não Informado	1928	Topografia e diversas outras disciplinas.	Catedrático	Diretor da EPBA 1950 - 1953	Não Informado	Formado na EPBA em 1918	Foi membro do Conselho Técnico Administrativo a partir de 1932. Nomeado Professor Emérito da EPBA em 1982	Não informado	O pai do Aluno exercia a carreira de Professor
Alexandre Freire Maia Bittencourt	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Construção Civil e outras diversas disciplinas. Arquitetura, higiene dos edifícios e saneamento das cidades, após a reforma de 1901.	Catedrático	Diretor da EPBA em 1909 - 1913	Professor de matemáticas do Colégio São José, em Salvador.	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro em 1867	Membro fundador do IPBA e EPBA. Ocupou do cargo de Presidente do Instituto Politécnico da Bahia em 1913.	Foi engenheiro superintendente e diretor do setor de obras públicas da capital e do estado da Bahia em 1883; dirigiu também a confecção da Carta Geográfica da Província da Bahia, uma remodelação do Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, e ampliação da Companhia das Queimadas, responsável pelo abastecimento de água de Salvador, da qual foi diretor.	Membro da família Maia Bittencourt, de influentes proprietários de terras na região açucareira do Recôncavo baiano, ligada à família Calmon por casamentos.

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ALFREDO ANTONIO DE ANDRADE	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1904	Química	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor catedrático de química analítica na Faculdade de Medicina da Bahia em 1919	Médico. Formado na Escola de Medicina da Bahia em 1889	Foi perito químico do Serviço Médico-Legal	Diretor do Laboratório Bromatológico de Saúde Pública. Nomeado, em 1916, chefe dos laboratórios de química (Laboratório de Química Analítica e Laboratório de Química Vegetal) do Museu Nacional, na gestão de Bruno Alves da Silva Lobo (1915-1923). Em função da Lei Orçamentária de 1916, pelo decreto nº 11.896, de janeiro daquele ano, os dois laboratórios se fundiram no "Laboratório de Química".	Não Informado
ALPHEU DINIZ GONSALVES	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1905	Física Molecular; Ótica aplicada à eng.; Eletro-técnica e Meteorologia.	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Não Informado	Não Informado	Não Informado
ALVARO DA SILVA RAMOS	Bahia, Salvador	Não Informado	Médico	1915	Não Informado	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Agrícola da Bahia - EAB	Não Informado	Não Informado	Não Informado
ALVARO PEREIRA ROCHA	Bahia, Salvador	Gustavo Pereira Rocha	Advogado	1933	Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos	Catedrático da Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1908	Não Informado	Não Informado	Não Informado
ALVARO WELLINGTON LANDULFO MEDRADO	Bahia, Castro Alves	José Joaquim Landulpho Medrado	Advogado	1945	Química Industrial e Inorgânica	Catedrático de Química Industrial	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1936	Não Informado	Não Informado	O pai do docente. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e SEC. da Agricultura, Ind. Com, Viagem e Obras Públicas interinamente nos anos de 1920-1924.

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Américo Furtado de Simas	Bahia, São Felix	Não Informado	Proprietário/Negociante	1901	Física, Física Molecular, Ótica Aplicada à Engenharia, Eletrotécnica e Meteorologia após 1901, Mecânica Aplicada, Eletrotécnica, Resistência e Termodinâmica e Motores Térmicos.	Catedrático da cadeira Máquinas Motrizes e Operatrizes em 1913 e Termodinâmica - Motores Térmicos em 1936.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Escola de Belas Artes da Bahia em 1928 e foi seu diretor entre 1941 e a data de seu falecimento.	Formado na EPRJ	Membro do Conselho Técnico Administrativo em 1936. Comissão do Plano da Cidade do Salvador em 1935	É destacada sua participação nos estudos, projetos e construção do bairro de Monte Serrat em Salvador. Tem atuação importante na área de energia, projetando e construindo várias hidroelétricas (a primeira foi projetada em 1907) e elaborando, em 1943 um, "Plano de Utilização das Energias do Estado da Bahia" a pedido do governador estadual General Renato Onofre Pinto Aleixo(1943 - 1945)	O docente participou de vários congressos de Arquitetura e Urbanismo em Salvador na década de 1930, com o intuito de discutir possíveis planos diretores para a cidade.
ANTONIO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1907	Economia política	Catedrático da cadeira de Economia Política	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Advogado. (Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia)	Membro do IPBA. Foi jornalista por longo tempo e deixou vários trabalhos publicados. Membro da Academia de Letras da Bahia.	DEPUTADO ESTADUAL 1907, Deputado Federal 1914 - 1916, Senador Federal 1921 - 1926, Governador da Bahia em 1917 - 1920,	O docente é pertencente a uma das famílias mais tradicionais "PROPRIETÁRIOS" da Bahia.
Antônio Figueiredo Souza Júnior	Bahia, Salvador	Antônio Figueiredo Souza	Não Informado	1917	Física	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	O docente teve o seu concurso impugnado para a cadeira de Física	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ANTÔNIO GONÇALVES GRAVATÁ	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1901	Máquinas Motrizes e Operatrizes	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Foi fiscal da empresa Schomoor, no Mato Grosso, encarregada da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Mato Grosso, encarregada da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Trabalhou na implantação do ramal ferroviário de Divinópolis, no desmonte hidráulico da Avenida dos Andradas e Horto Florestal, e na construção de oficinas. Dedicou-se à construção civil, em obras da Igreja Nossa Senhora de Lourdes (1916-1922), da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (1920-1922) e da Igreja Nossa Senhora das Dores (1922), na Avenida do Contorno, o Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência (1922-1924) em BH. Sabe-se também que foi autor do projeto da ponte do Ilha das Garças, no Parque Municipal de Belo Horizonte.	Em 1920, teve matrícula registrada na Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte	O docente foi o primeiro diretor-proprietário da Usina de Alcool Motor de Minas Gerais, que produziu combustíveis de base vegetal, principalmente a partir da mandioca.
ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO	Sergipe, Aracaju	Não Informado	Advogado	1904	Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação; Geologia Econômica e Noções de Metalurgia.	Catedrático da cadeira Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação e da cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP) 1933, Professor substituto da cadeira de Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, e logo em seguida toma posse da cadeira de estatística da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1934, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	Formado na EPBA em 1904	Contador do Ministério da Fazenda	Não Informado	O Docente casou-se com D. Laura Coelho de Souza Carneiro teve 8 filhos dentre os mais ilustres Edison de Souza Carneiro, Jornalista, poeta, etnólogo, folclorista e professor (formado em Direito em Salvador em 1935) e o ex-deputado, senador (Rio de Janeiro) e o Professor e político Nelson de Souza Carneiro (formado em Direito). Sua Neta Maria Laura de Souza Carneiro ex-deputada pelo Partido Democratas pelo Rio

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ANTONIO LUIZ FREIRE DE CARVALHO	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Topografia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
ARCHIMEDES DE SIQUEIRA GONSALVES	Não Informado	Não Informado	Negociante	1905	Química Inorgânica, Descritiva e Analítica, Estradas de Ferro e de Rodagem, Hidráulica: líquidos e gases; Abastecimento de Água; Esgotos; Hidráulica Agrícola, Estradas de Ferro e de Rodagem e Pontes e Viadutos	Catedrático da cadeira Estradas de Ferro e de Rodagem	Diretor da EPBA em 1922 - 1934.	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Membro do IPBA. Trabalhou na implantação da teleradiofônico em Salvador	Não Informado	Não Informado
Aristides Galvão de Queiroz	Não Informado	Não Informado	Proprietário	1897	Economia e finanças	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Deputado Federal em 1890, Prefeito de Valença em 1898 - 1899, 1903	O docente era irmão do Marechal Inocêncio Galvão de Queiroz. Nasceu em 06 de agosto do ano de 1841 e faleceu em 12 de maio do ano 1903, era formado em Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pacificador do Rio Grande do Sul, exerceu vários cargos do exército brasileiro, desde de soldado até Marechal, com brilhantismo que era peculiar dele, foi eleito Senador Estadual pelo Estado da Bahia, foi agraciado pelo Governo Imperial, com as condecorações: Ordem de Cristo, São Bento de Avis, Cruzeiro e Rosa, possuía as Medalhas do Mérito Militar pela campanha: do Uruguai, Paraguai e da Argentina.

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ARLINDO COELHO FRAGOSO	Bahia, Santo Amaro	Não Informado	Proprietário	1897	Ministrou diversas cadeiras na EPBA	Catedrático	Diretor da EPBA em 1897 - 1908	Professor catedrático da Imperial Escola Agrícola da Bahia em 1886.	Formado na EPRJ em 1885	Fundador da EPBA e do IPBA, fundou também a Academia de Letras da Bahia em 1917. Escreveu para periódicos, presidente do IPBA 1896 - 1900, DEPUTADO FEDERAL em 1917 - 1920, Secretário de Agricultura em 1893, Secretário Geral de estado em 1912 - 1916, Auxiliar do Ministério de Viação e Obras Públicas em 1907 - 1908. (Boletim do Ministério)	Prefeito de Santo Amaro em 1891-1893, Diretor da Secretaria de Agricultura (SEAGRIBA) 1896 - 1900, DEPUTADO FEDERAL em 1917 - 1920, Secretário de Agricultura em 1893, Secretário Geral de estado em 1912 - 1916, Auxiliar do Ministério de Viação e Obras Públicas em 1907 - 1908. (Boletim do Ministério)	Não Informado
ARNALDO PIMENTA DA CUNHA	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1943	Resistência dos Materiais e Grafo-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1901	Não Informado	Prefeito de Salvador em 1935.	Arnaldo era Primo Do Escrito Euclides da Cunha.
Arquimedes Pereira Guimarães	São Paulo, SP	Não Informado	Não Informado	1929	Química Inorgânica Descritiva e Analítica	Catedrático	Diretor da EPBA 1939 - 1943	Professor e diretor da Escola Agrícola de São Bento das Lages e foi docente na Escola de Agronomia, dirigindo a instituição a partir de 1932. Professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Sergipe em 1925.	Formado na Escola Politécnica de São Paulo	Foi membro do Conselho Técnico Administrativo. Arquimedes chegou à capital baiana em função do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Politécnica da Bahia para implantação do curso de Química Industrial.	Diretoria de Instrução Pública na Bahia em substituição a Anísio Teixeira em 1927, Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo de Lomanto Júnior (1963 - 1967) interino,	Não Informado
Arthur de Sá Menezes	Bahia, Salvador	Argemiro de Souza Menezes	Proprietário	1897	Economia e finanças, Desenho e Construção de Cartas Geodésicas e desenho e Projeto de Mecanismos	Catedrático. Professor Honorário da EPBA em 1938	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Convocado a ocupar o cargo de Prefeito de Salvador em 1912, por JJ Seabra, portanto, não aceitou. Diretor da Estrada de Ferro Bahia-Minas na década de 1890. Em 1920 presidiu a comissão de Obras Públicas do Estado da Bahia, Secretário "interino" de Agricultura da Bahia. O docente era muito próximo ao Engenheiro Idelfonso Simões Lopes, na qual, foi seu colega de Turma durante a Graduação na EPRJ.	Não Informado
ARTHUR HERMENEGILDO DA SILVA	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1914	Topografia; Estradas; Astronomia e Navegação	Catedrático de Geometria e Trigonometria	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Trabalhou na conclusão e em 1918 em uma das ferrovias baianas que ligava Santo Amaro a Salvador	Não Informado	Arrendou junto ao governo baiano a Estrada de Ferro de Santo Amaro em 1918, se incorporado a União com nomeada Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Professor da EPBA em 1914.

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1837	Química	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da IPBA e EPBA e Instituto Geográfico Histórico da Bahia.	Não Informado	Não Informado
AUGUSTO CÉSAR BERENGUE R	Bahia, Salvador	Não Informado	Médico	1903	Desenho Mecânico	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1902	Não Informado	Não Informado	Não Informado
AURÉLIO BRITTO DE MENEZES	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1921	Trigonometria Esférica, Astronomia teórica e Prática, Hidráulica, Topografia, Desenho Mecânico, Mecânica Aplicada, Estradas, Geodesia Elementar- Astronomia de Campo, Estradas de Ferro e de Rodagem.	Catedrático da cadeira de Geodesia Elementar- Astronomia de Campo em 1936 e Geodesia Elementar - Astronomia de Campo em 1942	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1914	Não Informado	Não Informado	Não Informado
CAIO MÁRIO PEDREIRA	Bahia, Salvador	João de Mello Pedreira	Advogado	1947	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1914	Não Informado	Não Informado	Não Informado
DURVAL NEVES DA ROCHA	Bahia, Salvador	Alfredo Nunes da Rocha	Não Informado	1943	Resistência dos Materiais e Grafo-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Não Informado	Não Informado
DYONISIO GONÇALVES MARTINS	Bahia	Não Informado	Negociante	1837	Arquitetura e Engenharia Sanitária	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. O docente ajudou nas obras para a construção da Escola Agrícola se iniciaram em 1864 onde, também formulou ainda os estatutos e planos de estudos tanto dos cursos teóricos, de nível superior, como dos práticos, de nível secundário	Diretoria de obras públicas na Bahia, ligado posteriormente a Seagraba.	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
ELYSIO DE CARVALHO LISBOA	Bahia, Curitiba	Bento da Costa Lisboa	Proprietário	1920	Geometria Descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva	Catedrático da cadeira Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projectiva, Perspectiva, Aplicações Técnicas	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Professor da Escola Agrícola da Bahia, cargo exercido interinamente até 1935, quando foi nomeado catedrático.	Formado na EPBA em 1920	Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Engenheiros de São Paulo, da Sociedade de engenheiros da Cidade Salvador. Obras: Evolução da Geometria; Superfícies Retilíneas; Perspectiva Cavalreira; Perspectiva Axonométrica	Prefeito de Salvador, cargo exercido de 01/12/1942 a 31/07/1945, Auxiliar técnico da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, cargo que exerceu de 11/1919 a 08/1920, quando foi nomeado pelo secretário da agricultura da Bahia para estudar as fronteiras do estado ao sul do rio Jequitinhonha, tarefa que cumpriu de 03/1920 a 30/04/1921. Nomeado delegado baiano na comissão mista de demarcação dos limites entre os estados da Bahia e Espírito Santo, cargo exercido de 10/1927 a 04/1928. fiscal do governo estadual junto ao Instituto de Cacao da Bahia, de 03/12/1931 a 05/12/1937; e dirigiu como empreiteiros obras da avenida Jequitiba em Salvador. Em 1945, fez uma visita de três meses a instituições científicas, acadêmicas e industriais americanas, a convite do governo norte-americano; foi diretor técnico da Cia. Industrial de Ilhéus S.A. desde 1947.	Como construtor empreiteiro, dirigiu obras na capital e atuou na construção de um trecho da estrada de ferro de Machado Portela a Tremendal, na Bahia, de 10/1923 até 07/1925; e no traçado e na locação da estrada de rodagem ligando Cajueiro a Cipó, de 03/1926 até 03/1927.
EPAMINON DAS DOS SANTOS TORRES	Bahia, Salvador	Não Informado	Negociante	1901	Mineralogia Sistemática, Geologia e Paleontologia, construção Civil, Máquinas, Materiais, Navegação, Hidráulica.	Catedrático da Cadeira de Hidráulica e Abastecimento	Diretor da EPBA em 1934 - 1937	Não Informado	Formado na EPRJ	Presidente do IPBA. Membro fundador da Rádica Sociedade de Salvador e Membro do conselho fiscal de Salvador em 1924	Prefeito de Salvador em 1921 - 1924. Durante a Administração JJ Seabra.	Não Informado
EUGENIO RAMOS CARNEIRO DA ROCHA	Não Informado	Não Informado	Negociante	1901	Cálculo das Variações e Mecânica Racional	Catedrático da cadeira de Cálculo das Variações; Mecânica Racional	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Diretor da Estrada de Ferro Petrolina/Teresina em 1922. Docente era Capitalista "acionista" da Cia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais.	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
EVANDRO SOARES DE PINHO	Bahia, Salvador	Não Informado	Negociante	1907	Desenho Mecânico	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1907	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Fortunato Fausto Gallo	Bahia	Não Informado	Proprietário	1897	Máquinas	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Diretor e chefe da locomoção do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia, ligada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	Não Informado
FRANCISCO DE SOUZA	Alagoas, Piranhas	Não Informado	Proprietário	1905	Astronomia e Cálculo de Astronomia	Catedrático da cadeira de máquinas motrizes e perfuratrizes.	Diretor da EPBA em 1907 - 1922	Não Informado	Formado na EPBJ	Não Informado	Prefeito de Salvador em 1928 - 1930. Diretor e chefe de seção da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas	Não Informado
FRANCISCO LOPES DA SILVA LIMA	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1897	Geometria descritiva	Catedrático da cadeira Geometria Descritiva.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ em 1884	Membro fundador do IPBA e EPBA. Fiscal da Companhia Carris Elétricos da Bahia	Não Informado	Não Informado
FREDERICO FERREIRA PONTES	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1906	Estabilidade das Construções, Materiais de Construção e verificação experimental da sua resistência; Estabilidade das Construções; Tecnologia das profissões elementares e do construtor mecânico, Resistência dos Materiais: Construções, Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado para a cadeira de Resistência dos Materiais; Grafoestática por requerimento seu da cadeira de Resistência dos	Catedrático da cadeira de Construção e verificação experimental da sua resistência e Resistência dos Materiais - Grafoestática.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Não Informado	SECRETÁRIO da Agricultura, Viação, Ind. e Obras Públicas em 1905 - 1906.	Não Informado
Giuseppe Martins	Francês, Paris	Não Informado	Não Informado	1897	Mineralogia e Geol.	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Farmacêutico. Formado na França, Paris	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
Hans Schleier	Bahia, Salvador	Joseph SCHLEIER (Alemão)	Negociante	1897	Mineralogia e Geol.	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
JAYME VIANNA	Bahia, Salvador	Carlos Rodrigues Vianna	Médico	1919	Mineralogia e Geologia, Desenho à Mão Livre e Econômica, Noções de	Catedrático da cadeira de Econômica, Noções de Mineralogia	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1917	Não Informado	Não Informado	Não Informado
JOÃO PEREIRA NAVARRO DE ANDRADE	Bahia	Não Informado	Advogado	1897	Navegação interior e portos de mar	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ em 1893	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
JOAQUIM ARTHUR PEDREIRA FRANCO	Bahia, Cachoeira	Não Informado	Não Informado	1897	Direito e Estatística	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Docente era capitalista, possui Acionista do Banco de Crédito da Lavoura da Bahia (20 Ações)	Não Informado
JOAQUIM LICÍNIO DE SOUZA ALMEIDA	Bahia, Salvador	Fernando de Souza Almeida	Não Informado	1922	Portos de Mar, Rios e Canais: projetos e orçamentos	Catedrático da cadeira de Portos de Mar, Rios e Canais: projetos e orçamentos	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Diretor e Presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas em 1947, foi Ministro da Viação e Obras Públicas em 1936	Não Informado
José Allioni	Bahia	Não Informado	Negociante	1897	Geometria Descritiva Aplicada, Química Inorgânica e Analítica	Catedrático da Cadeira de Geometria Descritiva	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. Projetou a Academia de Belas Artes da Bahia em 1881	Não Informado	Não Informado
JOSÉ AMÉRICO DA COSTA	Bahia, Salvador	Álvaro Antônio	Proprietário. Político no Império	1923	Cadeira de Materiais de Construção, Tecnologias e Processos Gerais de Construção	Catedrático de Materiais de Construção, Tecnologias e Processos Gerais de Construção	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1908	Presidente fundador do CREA da 3ª Região, engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, construtor de várias estradas de ferro e de rodagem. Como prefeito executou várias obras de construção de ruas, avenidas e estradas de rodagem	Prefeito de Salvador 1932 - 1937, prefeito de Jequié em 1931 - 1932, pode-se citar também a doação do terreno para a construção do Instituto de Cegos da Bahia, recuperação das praças do Campo Grande e da Piedade e embelezamento desses e de outros pontos da cidade do Salvador, com a	José Americano Costa era filho de Álvaro Antônio da Costa Presidente da Província do Rio Grande do Norte em 1885.
José Antônio da Costa	Bahia	Não Informado	Proprietário	1897	Hidráulica	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
JOSÉ ANTONIO RODRIGUES VIANNA	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da EPBA	Inspetor do 3º Distrito de Portos Marítimos da Bahia, Delegado fiscal do governo federal junto a EPBA em 1904.	Não Informado
JOSÉ GABRIEL DE LEMOS BRITO	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1913	Economia Política e Finanças	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Advogado. (Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia)	Não Informado	Não Informado	Não Informado
JOSÉ NUNO DE BARROS PEREIRA	Bahia	Não Informado	Negociante	1897	Ministrou diversas cadeiras na EPBA	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Agrícola da Bahia - EAB	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
JOSÉ PIRES DO RIO	São Paulo, Guaratinguetá	Não Informado	Não Informado	1912	Hidráulica: líquidos e gases; Abastecimento de água; Esgotos	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Politécnica de São Paulo	Não Informado	Prefeito de São Paulo 1926 - 1929, Deputado Federal por São Paulo 1922 - 1924, foi diretor da Comissão de Obras do Porto do Rio de Janeiro, na construção do Porto do Rio Grande do Sul, na Inspeção de Obras do Nordeste, na Estrada de Ferro Central do Brasil e no Conselho Nacional de Águas e Energia, no Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo na Pasta de 1919 a 1922. Ocupou o Ministério da Fazenda no governo de José Linhares (Presidente Interino após a saída de Getúlio Vargas), de 29 de outubro de 1945 a 1 de fevereiro de 1946. Em 1918, já Inspetor das Estradas de Ferro na Bahia, foi convidado pelo eleito Presidente da República, Epitácio Pessoa, para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo na Pasta de 1919 a 1922, quando transfere residência para São Paulo.	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
JOVINO DO PRADO PEREIRA	Bahia, Juscelino	Jovino Antônio Pereira	Proprietário	1952	Estradas de Rodagem	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1922	Não Informado	Não Informado	O pai do Docente era proprietário e Coronel da Guarda Nacional.
JUSTINO DA SILVEIRA FRANCA	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1899	Trigonometria Esférica, Astronomia Teórica e Prática, Geodésia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Não Informado	Não Informado
LAURO DE ANDRADE SAMPAIO	Bahia, Salvador	José Joaquim Ribeiro Sampaio	Negociante	1943	Resistência dos Materiais e Gráfico-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Não Informado	Não Informado
LAURO DE FARANI PEDREIRA DE FREITAS	Bahia, Alagoinhas	Graciliano Marques Pedreira de Freitas	Advogado	1943	Resistência dos Materiais e Gráfico-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor de Cosmografia e Geofísica do Ginásio da Bahia	Formado na EPBA em 1922	Desenhista e inspetor de obras de arte, superintendente da Companhia de Caminhos de Fer Fédéraux de L'Est Brésilien, em Salvador; presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Bahia e Sergipe.	Diretor do Ministério da Viação e Obras Públicas em 1935, em 1950, o docente concorreu ao Governador da Bahia, no entanto, morreu em um acidente aéreo quando candidato. O nome da Cidade Lauro de Freitas é em sua homenagem.	O pai do docente ocupou o cargo de Secretário Geral do Estado da Bahia interinamente 1906-1912. Prefeito da cidade de Alagoinhas depois da proclamação da República.
LEOPOLDO AFRÂNIO BASTOS DO AMARAL	Pará, Belém	José Bransforão da França Amaral	Militar	1917	Geometria Analítica e Cálculo; Geometria Descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva; Cálculo das Variações e Mecânica Racional,	Catedrático da cadeira Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal	Diretor da EPBA em 1947 - 1949	Professor do Ginásio da Bahia e da Escola de Belas Artes da Bahia na cadeira de Matemática. Foi fundador da Faculdade de Filosofia em 1942, onde ocupou a cadeira de estatística aplicada	Formado na EPBA em 1916	Membro do IPBA	Prefeito de Salvador em 1930, Governador da Bahia em 1930 - 1931, Diretor e Fiscal da estrada de ferro de Nazaré, Foi redator e diretor do periódico "O jornal" na década de 1920,	Não Informado
LINO DE SÁ PEREIRA	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1906	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor de Estatísticas em Universidades em São Paulo e Rio de Janeiro.	Formado na EPRJ	O docente se tornou uma grande referência nacional na cadeira de Estatística; especialista em "elasticidade" especialidade que adquiriu na Alemanha.	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
LUIZ THOMAZ DA CUNHA NAVARRO DE ANDRADE	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1897	Navegação interior e portos de mar	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Membro fundador da EPBA	Não Informado	Não Informado
MANOEL LUIZ DO REGO	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1904	Economia política	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Advogado. Formado na Faculdade Livre de Direito de Recife	Não Informado	Diretor da Companhia Geral Commercial de São Salvador da Bahia, o docente era capitalista. Acionista de várias empresas ligadas ao comércio.	O docente era capitalista. Acionista de várias empresas ligadas ao comércio.
MÁRIO TARQUINIO	Bahia, Salvador	Luiz Tarquinio	Negociante/Industrial	1929	Desenho Técnico	Catedrático da cadeira de desenho Técnico	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1915	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Miguel Calmon Du Pin E Almeida	Bahia, Salvador	Antônio Calmon Du Pin e Almeida	Proprietário. Político no Império	1901	Geometria Analítica; Cálculo Diferencial e Integral	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBJ	Não Informado	Deputado Federal, Senador Federal, Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo Severino Vieira e José Marcelino (1901-1904, 1904 e 1907), Ministro da Viação e Obras Públicas (1907 - 1908) e Ministro da Agricultura (1922 - 1924), Miguel Calmon além de trilhar uma carreira política de prestígio, também era membro atuante da Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Baiana de Agricultura. Instituições organizadas na sociedade civil com fins de fazer inscrever seus projetos junto a sociedade política, com o fim de elaborar políticas públicas.	A tradicional família Calmon teve como ícone o Primeiro Miguel Calmon "Marques de Abrantes" que foi um dos mais respeitados políticos do Império, os Calmon desde sempre esteve envolvida com uma rede de interesses que se estendia da cultura do açúcar ao comércio e à atividade bancária. Francisco Goês Calmon, o mais velho, foi presidente do Banco Econômico, da Ordem dos Advogados da Bahia e governador da Bahia (1924-1928); Antônio foi deputado federal; Miguel formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro- 1900.
MIGUEL FERREIRA DULTRA	Bahia, Salvador	Não Informado	Proletário	1921	Química Orgânica, Biológica, Bromatológica, Elementos de Bioquímica, Química Industrial Inorgânica e orgânica, Química Analítica parte qualitativa, Noções de Mineralogia e Química	Catedrático da cadeira de Química Orgânica e Elementos de Bioquímica.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Engenheiro Químico. Formado PELA ÉCOLE DES INGENIEURS DA UNIVERSITÉ DE LAUSANNE, Suíça	Os estudos do docente na Suíça foi custeado por um tio, já que, sua família era muito pobre e sem condições financeiras. Estudou também no Colégio jesuíta de Campolide em Portugal.	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Octávio de Brito Figueiredo	Bahia, Itaparica	Cândido de Souza Figueiredo	Advogado	1936	Estradas de Ferro e Rodagem	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1918	Não Informado	Não informado	Não Informado
Octávio Cavalcante Mangabeira	Bahia, Salvador	Francisco Cavalcanti Mangabeira	Farmacêutico	1905	cadeira de Navegação Interior precedida do estudo de Hidráulica Fluvial, Portos de Mar, Química Inorgânica Descritiva e Analítica, Estatística, Economia Política e Finanças da Escola.	Catedrático da cadeira de Química Inorgânica Descritiva e Analítica e Estatística, Economia Política e Finanças da Escola.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Mangabeira foi Benemérito da EPBA e do IPBA, em 1913 foi homenageado com a colocação do seu retrato na galeria do salão nobre da Escola; em 1923, os laboratórios e gabinetes do curso de química industrial foram batizados com seu nome e seu busto em bronze foi colocado no salão nobre. Mangabeira possui muito prestígio junto a Associação Comercial da Bahia, sendo também seu benemérito. Foi eleito em 1930 para a Academia Brasileira de Letras - ABL.	Governador da Bahia em 1947 - 1951, Vereador em Salvador em 1908 - 1912, Deputado Federal em 1912 - 1916, 1916 - 1920, 1920 - 1924, 1945 - 1947, SENADOR FEDERAL em 1951-1956, faleceu no exercício do cargo, Ministro das Relações Exteriores em 1926 - 1930, Octávio Mangabeira é exilado, em 1930 a 1937 pelo movimento de 1930, mas o Estado Novo forçou-o novamente a exilar-se, retornando apenas com a redemocratização em 1945.	Mangabeira esteve sempre atuante diante das instituições ligadas a sociedade civil na Bahia. A principal delas IPBA e ACBA, no qual, esteve no quadro dos Beneméritos. Seu outro irmão João Mangabeira, teve uma carreira bastante atuante na região do sul Bahia (Ilhéus), Membro da Academia Brasileira de Letras
OSCAR FREIRE DE CARVALHO	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1913	História Natural com desenvolvimento da botânica sistemática, Física, Química; Mineralogia e História Natural	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Professor catedrático da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo	Médico. Formado na Escola de Medicina da Bahia	Não Informado	Não Informado	Não Informado
PAULO DE MATTOS PEDREIRA DE CERQUEIRA	Bahia, Salvador	Alvaro Pedreira de Cerqueira	Não Informado	1928	Física Experimental e Meteorologia, Estatística, Economia Política e Finanças e Física	Catedrático da cadeira de Física	Diretor da EPBA em 1937 - 1939	Não Informado	Formado na EPBA em 1913	O docente se tornou professor Emérito da EPBA em 1962. Presidente do IGHB em 1970 quando faleceu.	Não Informado	Não Informado
Pedro Alexandrino de Souza e Silva	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1897	Mecânica Racional	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro	Membro fundador do IPBA e EPBA. O docente era Major do Exército	Não Informado	Não Informado
RAUL MALBOUIS SON	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1903	Desenho Mecânico	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Gerente da Companhia Valença Industrial na década de 1940.	Não Informado	Não Informado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
SALVADOR PIRES DE CARVALHO ARAGÃO	Não Informado	Não Informado	Militar	1897	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro. Major do Exército	Membro fundador do IPBA e EPBA. Major Salvador Pires de Carvalho Aragão, comandante do 5º Corpo de Polícia da Bahia (integrado por sertanejos da zona do São Francisco) e auxiliar do Coronel Manuel Campelo França, responsável pelo transporte e abastecimento da Quarta Expedição	Deputado Estadual em 1891.	Não Informado
THYRSO SIMÕES DE PAIVA	Bahia, Santo Amaro	Felipe Simões de Paiva	Não Informado	1904	Aritmética e Álgebra, Mecânica Aplicada e Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial.	Catedrático da cadeira de Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Membro do IPBA	Prefeito de Salvador em 1931 - 1932.	Não Informado
TITO VESPASIANO AUGUSTO CESAR PIRES	Amazonas, Manaus	Aristides Augusto Cesar Pires	Não Informado	1920	Máquinas Motrizes, Resistência dos Materiais, Grafoestática, Estabilidade das Construções e Construtor Mecânico, Geometria Analítica, Cálculo Infinitesimal, Arquitetura Civil, Higiene dos Edifícios, Saneamento das Cidades, Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado e Estabilidade das Construções.	Catedrático da cadeira de estudo dos Materiais de Construção.	Diretor da EPBA em 1944 - 1946.	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Professor Emérito em 1953.	Não Informado	Não Informado

Tabela dos Alunos da Escola Politécnica da Bahia - 2ª Geração – 1921 - 1937

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Carlos Koch de Carvalho	31/07/1904	Bahia, Salvador	Elisa Koch de Carvalho	Aloysio Lopes Pereira de Carvalho	1921/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário - Jornalista - Poeta	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Fundador do Clube Esporte Bahia. Família com grande relevância política no cenário Baiano na primeira metade do séc XX. O irmão O irmão Aloysio Lopes Pereira de Carvalho Filho, ocupou variados cargos públicos (Promotor Federal - Bahia - Oficial de Gabinete do Governo Vital Soares, Dep Federal por vários mandatos e Senador da República entre 1946 a 1970. Correligionário de Octávio Mangabeira.
Clovis Mozart Teixeira	03/12/1902	Maranhão, Caxias	Maria Tereza Teixeira	João de Deus Teixeira	1921/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcinário Público Federal - Chefe da Delegacia de patrimônio da União.	Não Identificado	Foi candidato a Senador pelo estado de Sergipe no ano de 1947 pelo PR obtendo apenas 129 votos. Candidato A Dep Federal no ano de 1950 pelo estado de Sergipe, obtendo 254.	Militante do Partido Comunista no período da Ditadura. Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geografico de Sergipe. Sócio da Fundação Arquidiocesana de Cultura.
Estevam Marinho	6/09/1896	RN, Natal	Isolina Benevides Marinho	Estavam José Marinho	1921/ 1925	Engenharia Civil - Geógrafo	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Empresário	Empresário Engenheiro Chefe de obras Estruturais no Nordeste.	Não Identificado	Não Identificado	O engenheiro Estevam Marinho é reconhecido, principalmente, nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte por suas obras estruturais. Atualmente existem Ruas e Faculdades que levam o seu nome nos estados da Paraíba, Pernambuco e RN. O pai do aluno foi Chefe da Construção da maior obra de engenharia brasileira dos anos 1940, (Açude Coremas-Mãe d'água, atual Açude Estevam Marinho) a qual foi concluída no dia 8 de maio de 1942. Na época, Coremas-Mãe d'Água foi considerada a maior barragem do Brasil, assim permanecendo até 1960. Família com várias gerações de Engenheiros sendo o Primeiro deles o pai Estevam José Marinho, vindo com a segunda geração com o Ex aluno da EPBA Esvam Marinho e a 3ª geração do filho que Esvam o engenheiro José Estevam Marinho, que ficou muito conhecido na cidade do Recife por suas grandes obras estruturais.
Euclides Pereira da Conceição	28/06/1897	Bahia, Cachoeira	Emiliana Francisca da Conceição	Antônio Pereira da Conceição	1921/ 1926 - 1960	Engenharia Civil - Geógrafo	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Fadigas de Souza Filho	03/06/1901	Bahia, Salvador	Esther Przendonska Fadigas de Souza	Francisco Fadigas de Souza	1921/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Pereira Filho	11/11/1900	Bahia, Salvador	Secundina Gomes Pereira	Francisco Pereira Júnior	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Galdino Francisco de Assis	18/03/1898	Bahia, Cachoeira	Henriquela Bahia de Assis	Manoel Ubaldino do Nascimento de Assis	1921/1921	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	O pai do Aluno, além de sua importância de homem Público, teve cinco filhos: Benigno de Assis, procurador da República em Sergipe, Ubaldino de Assis Filho, deputado estadual, Galdino, Norberto e Ernesto Francisco de Assis, funcionários federais no Rio de Janeiro. O avô do Aluno era um renomado Médico o Dr Norberto Francisco de Assis. O pai do aluno se formou na formado na Escola de Direito do Recife. Foi Promotor de Justiça da Câmara de Nazaré e Maragogipe. Militou na política sob a chefia de Prisco Paraíso, exercendo o mandato de deputado estadual de 1893 a 1894. Em 1904, enquanto Francisco Prisco de Souza Paraíso, então secretário do governo Severino Vieira (1900-1904), era indicado para a vaga de deputado federal, foi eleito para o Senado Estadual, onde ocupou uma cadeira de 1905 a 1909, tornando-se chefe político do município de Cachoeira. Deputado Federal. Ainda renovou seu mandato de Dep Federal em 1909 até 1920. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, adversário político de J.J Seabra.
Gentil Marinho Barbosa	10/11/1899	São Paulo, Ribeirão Preto	Anna Marinho Barbosa	Manoel Barbosa de Souza	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor Assistente da EPBA Cadeiras - Estatística Geral e Aplicada, Economia Política e Finanças e Direito Administrativo. A partir do Ano de 1952	Não Identificado	Gentil Marinho Barbosa Publicou diversos trabalhos como acadêmico, tais como O manual do Engenheiro e outros trabalhos em parceria com o IBGE.
Gilberto da Cunha Moreira	18/12/1904	Bahia, Salvador	Maria Constança da Cunha Moreira	Francisco Moreira	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Militar da Aeronáutica	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Sebastião Guaracy do Amarante	28/03/1900	RS, Porto Alegre	Luiza Barbosa de Oliveira	Bento Plácido Peivoto do Amarante	1922/ Transferido para EPRJ	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Engenheiro - Médico - Funcionário Público	Empresário - Funcionário Público (MVOP) Inspetor e Engenheiro Auxiliar da Central do Brasil 4ª Divisão.	Não Identificado	Não Identificado	Na pasta do aluno consta uma certidão de idoneidade Moral. O pai do aluno foi um engenheiro pela EPRJ e Médico pela Faculdade de Medicina no RJ, teve relativa importância como engenheiro, sendo o criador, idealizador e construtor da 1ª Estação de rádio de Fernando de Noronha, Diretor regional de Telegrafo nos estados DO RJ, BA, PR, ES e RGS.
Arthur Cesar Rios Júnior	16/05/1903	Bahia, Salvador	Carlota Liguori Rios	Arthur Cesar Rios	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Médico - Político	Empresário - Funcionário Público - Ministério da Justiça e Negócios Interiores Inspetor	Não Identificado	Não Identificado	Cursou 2 cadeiras do 2 ano na EPRJ. O pai do aluno foi eleito deputado nos anos 1890-1891. Reeleito para a 2ª e 3ª Legislaturas foi presidente da Câmara dos Deputados nesta última. Solicitou renúncia do cargo de presidente da Câmara dos Deputados a 23 de maio de 1897, a qual foi concedida pelo plenário da Casa. Tomou posse no Senado Federal em 1898 na vaga aberta pela renúncia do Senador Severino Vieira. Foi reeleito senador em 1903 por um mandato de nove anos, que não chegou a completar, pois faleceu em 1906.
Eduardo Reis de Freitas	20/08/1902	Bahia, Castro Alves	Ceria Reis de Freitas	Alberto Magno de Freitas	1921/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Gilberto Dantas Guimarães	01/04/1900	Bahia, São Felix	Elisa Dantas Guimarães	José Egydio Ferreira Guimarães	1921/ 1921	Engenharia Civil	Não Formou	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
João Tavares Filho	24/04/1900	São Paulo, SP	Anna Tavares da Motta	João Tavares da Motta	1921/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Provavelmente o aluno não terminou o curso por falta de condições financeiras. O pai do aluno foi Contribuinte da Filarmônica Noassa Senhora da Conceição.
Nelson Sampaio Tavares	21/10/1922	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Maria da Glória Sampaio Tavares	Manoel Dias Tavares	1921/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP) Cargo de Chefia na Estrada de Ferro São Luiz - Teresina em 1941.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Newton Oliveira de Souza e Silva	29/10/1899	Rio de Janeiro, RJ	Alzira Olivieri de Souza e Silva	Pedro Alexandrino de Souza e Silva	1921/ 1925/1944 - 1945	Engenharia Civil - Geógrafo	Formou	Militar do Exército	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Almeida de Araújo Pinho	08/05/1903	Bahia, Salvador	Herculia Lima de Almeida Pinho	Landulpho Caribé de Araújo Pinho	1921/ 1924	Engenharia Civil	Formou	Médico - Político	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi Deputado Estadual pela Bahia 1908 - 1911. Senador Estadual
Samuel de Andrade Servio Ferreira	22/06/1922	Rio de Janeiro, RJ	Lepoldina Andrade Servio	Job Servio Ferreira	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Pertencente a umas das famílias mais importantes do Recôncavo Baiano. A família Caribé e Pinho, de grande importância no período imperial. Grandes proprietários de terras e escravos. Núcleo familiar composta por uma família importante na política baiana no período do Império e início da República
Walter Lopes Pimentel Bittencourt	09/07/1902	Bahia, Nazareth	Daria Lopes Bittencourt	José Pimentel de Barros Bittencourt	1921/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Engenheiro	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Político	Professor na Escola Normal, Ginásio da Bahia, Escola Comercial.	Deputado Estadual (1935-1937)	Pertencente a umas das famílias mais importantes do Recôncavo Baiano. A família Bittencourt, de grande importância no período imperial. Grandes proprietários de terras e escravos. Um dos patriarcas foi um dos grande responsáveis por construir a estrada de ferro Nazareth - Amargosa. Núcleo familiar composta por uma família importante na política baiana no período do Império. O pai do aluno foi prefeito e presidente do Conselho Municipal da cidade de Nazareth.
Adherbal Menezes	11/07/1905	Bahia, Salvador	Jovita de Oliveira Menezes	Themistocles de Menezes	1922/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Diretoria de Demografia e Educação Sanitária	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alonso de Azevêdo	30/03/1904	Sergipe, Nossa Senhora das Dores	Joventina Rosa de Azevêdo	Francisco Vieira de Azevêdo	1922/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Diretor da Empresa Tração Elétrica Aracajú.	Não Identificado	Não Identificado	Vice-presidente do Club Sergipense de Xadrez

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Antônio Alves de Noronha	16/03/1904	Piauí, Teresina	Joaquim Antônio de Noronha	Amélia da Costa Noronha	1922/ 1924	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Militar do Exército	Empresário Presidente da Noronha Engenharia S.A até 1962, quando se suicidou em Paris, França.	Não Identificado	Não Identificado	Um dos maiores especialistas em concreto armado de sua época. Publicou vários livros: Fundações Comuns do Concreto Armado, 1932; Métodos dos Pontos Fixos; As pontes em Quadro de Apoio e de Concreto Armado; Curso de Estabilidade das Construções e Curso de Pontes e Grandes Estruturas. Uma das obras mais importantes da Noronha Engenharia: ponte sobre o Rio Parnaíba, no Piauí, Metrô carioca, Linha Amarela (lote 2) no RJ, túnel da Covança, apontado como um dos maiores túneis urbanos do mundo; a estação metrôviária e Passarela Cidade Nova no metrô carioca e projetos também na Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, em Pernambuco, complexo da Ponte Rio-Niterói, ferrovias de norte a sul do Brasil, sistemas de transporte em massa e para a indústria de petróleo, plataformas offshore. Uma filha de Antônio Alves de Noronha se casou com um irmão de Ângelo Calmon de Sá, que foi presidente do Banco do Brasil Fundador da Empresa: Noronha Engenharia S.A em 1932.
Francisco Cardoso e Silva Filho	22/03/1904	Bahia, Salvador	Bernardina Maria de Jesus	Joaquim Antônio de Noronha	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Diretoria de Obras Públicas, Seção Construção e Manutenção	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Gonçalves Duarte	05/03/1903	Bahia, Bonfim	Joanna Duarte Gonçalves	Francisco Gonçalves Silva	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Rosa Filho	18/02/1905	Bahia, Santo Amaro	Senhorinda Pires	José Pereira Rosa	1922/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Lauro Diniz Gonçalves	20/06/1901	Bahia, Salvador	Julietta Diniz Velloso	Henrique Diniz Gonçalves	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Farmacêutico	Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz de Moura Bastos	21/06/1903	Bahia, Salvador	Julita Alves de Moura Bastos	Sylvio Vieira Bastos	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPBA, Professor do Ginásio da Bahia - Empresário - Funcionário Público - Vice-diretor do Ginásio da Bahia a partir de 1939.	Professor de matemática contratado da Faculdade de Medicina (1936 e 1937), da Escola Politécnica (1938-1939); catedrático interino de Matemática em 1939.	Secretário da Educação do Estado da Bahia de 1958 a 1959. Governo Otávio Mangabeira. Foi presidente da comissão organizadora do I Congresso Nacional de Ensino da Matemática no Curso Secundário, em 1959.	Sócio da construtora Guimarães e Bastos, com obras executadas na capital e na região sudoeste do Estado
Mário Beléns Pinto	03/07/1896	Bahia, Salvador	Maria Gertrudes Belens	Manoel Ribeiro Pinto	1921/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Prefeito de Camaçari/BA na década de 1940. Como prefeito de Camaçari, Mário foi o grande responsável por substituir a iluminação da cidade de Lâmpioes para iluminação elétrica.	Não Identificado
René Becker	19/09/1892	Rio de Janeiro, RJ	Delminda Becker	Georges Becker	1922/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Um dos maiores especialistas em barragens de seu tempo. A mãe do René era escritora de contos infantis.
Ernani de Souza Machado	19/07/1899	Alagoas, Maceio	Maria Amélia de Souza Machado	Luiz da Rosa Machado	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Francisco da Fonseca Linhares	16/07/1903	Sergipe, Aracaju	Luinhars de loucha da Fonseca Linhars	Joaquim da Silveira Linhars	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco de Paula e Azevedo Pondé	06/08/1905	Bahia, Salvador	Adriana de Azevedo Pondé	João de Souza Pondé	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Professor (FMBA) - Médico	Militar do Exército (General)	Não Identificado	Não Identificado	General de divisão, patrono de cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil e entre suas obras destaca-se A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro Em Quatro Séculos (1957) e O Gás na Iluminação e na Calefação da Cidade do Rio de Janeiro (1971). Realizações: Convênio com o IHGB de cessão de uma sala. O pai do aluno foi médico do Serviço de Profilaxia da Peste Bubônica, ocasião em que - na companhia de Afrânio Peixoto e Gonçalo Moniz—investigou, na cidade de Feira de Santana, a etiologia de uma epizootia murina ali reinante. Trabalhou no Hospital de Isolamento, em Salvador e dirigiu o Laboratório o Laboratório Municipal de Análises Químicas e Bromatológica. Dando início à carreira docente, concorreu ao título de professor livre de Higiene, com a tese "Estudo Químico das Águas Potáveis da Capital". Além de competente médico e higienista, era poeta e profundo conhecedor dos clássicos e filósofos.
Gilberto Queiroz de Salles	24/12/1900	Bahia, Salvador	Alice Queiroz de Salles	Mário Érico de Salles	1922/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Sindicato dos Engenheiros da Bahia - Sengen/BA Membro fundador da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura e Salvador - 4044	Não Identificado	Não Identificado	O pai do Aluno era Maçon
Gustavo Sá Pereira Silva Moreira	10/04/1904	Bahia, Salvador	Matilde de Sá Pereira Silva Moreira	Antônio Domingos da Silva Moreira	1922/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Furtado de Simas	16/01/1903	Bahia, Salvador	Rachael Bompert de Simas	Américo Furtado de Simas	1921/ 1926	Engenharia Civil	Formou	Professor da EPBA	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor da EPBA	Não Identificado	Trabalhou e elaborou diversos projetos para obras públicas no Estado da Bahia.
José Nunes de Mattos Filho	20/04/1902	Bahia, Mata de São João	Eliza Alves de Mattos	José Nunes de Mattos	1922/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Lourival Pereira Mello	15/08/1900	Sergipe, Estância	Adelia Pereira Mello	Ernesto França Mello	1922/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Tarquinio Bittencourt	11/04/1904	Bahia, Salvador	Adelaide Tarquinio Bittencourt	Otto Bittencourt	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor Assistente da EPBA - Física II - a partir de 1938	Não Identificado	Não Identificado
Orlando Camardelli	10/08/1902	Bahia, Salvador	Filomena Coruso Camardelli	Ubaldo Mário Camardelli	1922/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Oyama de Mattos Pedreira de Cerqueira	13/11/1905	Bahia, Juazeiro	Maria Josepha de Mattos Pedreira Cerqueira	Alvaro Pedreira de Cerqueira	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Terminou - Transferiu-se para outra Instituição	Alto Funcionário Público - Político	Professor da EPBA	Professor Assistente da EPBA, a partir de 1935.	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Costa Passollo	05/04/1905	Rio de Janeiro, RJ	Judith da Costa Passollo	Oscar Passollo	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Maia Filho	25/03/1904	Bahia, Salvador	Aurelina Hasselmann Maia	Alexandre Maia	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Presidente do CREA/BA 1964-1966	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Amélia Godinho	07/03/1905	Espanha, Salamanca	Lucrecia Alonso Godinho	Felipe Caldeira Godinho	1923/ 1925	Engenharia Civil	Não Formou	Engenheiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Augusto Maia Bittencourt Menezes	19/09/1899	Bahia, Salvador	Maria Amélia Maia de Bettencourt Menezes	Augusto de Bettencourt Carvalho Menezes	1922/ 1925	Engenharia Civil - Transferido da EPRJ	Formou	Funcionário Público - Federal	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Ferreira de Freitas	01/05/1902	Pernambuco, Roseiro do Norte	Maria Medeiros de Freitas	Bruno Ferreira de Freitas	1923/ 1923	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Lopes de Oliveira Reis	31/01/1905	Bahia, Salvador	Maria Augusta Lopes Reis	José Gonçalves de Oliveira Reis	1923/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Frederico Almeida de Araújo Pinho	03/11/1905	Bahia, Salvador	Hercília Lima de Almeida Pinho	Landulpho Caribbé de Araújo Pinho	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi Senador estadual pela Bahia
Herberto Adeodato de Souza	16/11/1902	Bahia, Salvador	Olivia Adeodato de Souza	José Adeodato de Souza	1922/ 1922	Engenharia Civil	Não Formou	Professor (FMBA) - Médico	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi médico e Chefe da enfermagem militar provisória, na Faculdade de Medicina, durante a guerra de Canudos; preparador, por concurso, de Anatomia Médico-Cirúrgica, de 1896 a 1902. De 1902 a 1911, Professor substituto, por concurso, de Clínica Obstétrica e Ginecológica. Em 1907, visitou a Europa em viagem de aperfeiçoamento, oportunidade em que frequentou os melhores serviços de Ginecologia do Velho Mundo. Em 1911, com o desdobramento da cadeira, passou a catedrático de Clínica Ginecológica, assim permanecendo até 1925. Em 1925, por força da Reforma Rocha Vaz, ficou em disponibilidade. Mais de cinquenta trabalhos científicos de grande valor, foram publicados pelo Prof. José Adeodato de Souza, a maioria deles na Gazeta Médica da Bahia e no Brasil Médico, bem como na revista Gynécologie et Obstétrique, e outros periódicos estrangeiros. São de sua autoria os livros "Propedêutica Ginecológica" e "Lições de Emenologia Clínica". Foi titular da Academia de Medicina da Bahia e de numerosas instituições científicas e culturais do Brasil e do exterior.
Hormindo José Marques	24/04/1906	Bahia, Alagoinhas	Lina Marques	Antônio José Marques	1922/ 1927 - 1943	Engenharia Civil - Geógrafo	Formou	Engenheiro	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Mário Teixeira Rodrigues Lima	24/05/1899	Bahia, Calitité	Alzira Spinola Teixeira Rodrigues Lima	Joaquim Manoel Rodrigues Lima	1922/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Médico - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Foi feito pagamento de \$ 611\$00 para colar Grau de Engenheiro Civil em 1927. O pai do Aluno foi o primeiro governador da Bahia 1889 - 1892
Raul Velloso Saraiva	12/05/1909	Bahia, Pojuca	Francisca Velloso Saraiva	Luiz Antônio Saraiva	1923/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Político	Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Romeu de Albuquerque Gouveia e Silva	09/07/1902	Alagoas, Maceio	Julia de Albuquerque Gouveia e Silva	João Hemetério de Gouveia e Silva	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Solón Nelson de Souza Guimarães	07/06/1903	Bahia, Salvador	Arminda Candida de Souza Guimarães	Bernardo Carleoni de Oliveira Guimarães	1922/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Farmacêutico	Empresário - Conselho Diretor da SENGIBA 1937- 1939	Não Identificado	Não Identificado	Aluno Quitou para matrícula do 5º ano uma quantia de R\$ 251\$000. PTG para prestar todos os exames do 5º ano no valor de R\$ 201\$000. Pagou 2º Chamada no valor de R\$ 1\$000. Exame de 1ª Época no 4º ano no Valor de R\$ 221\$000. Pgt matrícula 3º ano no valor de R\$ 251\$000. Pag para prestação de Exame no valor de R\$ 201\$000. PGT Matrícula do 2º ano no valor de R\$ 251\$000. Pgt de inscrição para prestar exames do 1º ano no valor de R\$ 151\$000. Pgt para prestar o Exame vestibular no valor de R\$ 202\$000.

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Amado Borges Bahia	26/02/1903	Bahia, Salvador	Henrique Amado Soares Bahia	Amélia Borges Bahia	1923/ 1924	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Médico	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Anquises Oliveira Boaventura	18/02/1906	Bahia, Cachoeira	Theodolina de Oliveira Boaventura	Leopoldo de Almeida Boaventura	1924/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Benjamin Teixeira Rodrigues Lima	10/03/1900	Bahia, Caeté	Alzira Spinola Teixeira Rodrigues Lima	Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior	1924/ 1924	Engenharia Civil	Não Formou - Transferência para Escola de Minas de Ouro Preto	Médico	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	O aluno se casa com uma das descendentes da família Spinola Teixeira, anos mais tarde dará luz a Haroldo Borges Rodrigues Lima um importante político na Bahia. O aluno descende de uma família tradicional na política baiana. Bisneto do Barão de Caeté e neto do primeiro governador eleito do Estado da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues Lima.
Caio dos Santos Seabra	19/02/1905	Bahia, Belmonte	Onísia dos Santos Seabra	Antônio José Seabra	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Proprietário	Não Identificado	Não Identificado	Família de importância política no para o período republicano, na Bahia. O pai do aluno atuava no ramo agropecuário, produção de cana-de-açúcar.
Carlos de Carvalho	15/12/1906	Sergipe, Laranjeiras	Eliza Diniz de Oliveira Carvalho	Luiz Ozório de Carvalho	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Professor (Atheneu Pedro II Sergipano)- Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Moreira Caldas	14/08/1903	Bahia, Itapicuru	João Moreira Sobrinho	Donata Caldas Moreira	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário e Funcionário Público. Na Assembleia Legislativa, presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1957); vice-presidente das Comissões: Agricultura (1955), Viação e Obras Públicas (1955-1956); titular das Comissões: Negócios Municipais (1955), Agricultura (1956-1958), Especial para Estudos de Seca (1956), Finanças, Orçamento e Contas (1956), Viação e Obras Públicas (1958), suplente das Comissões: Indústria e Comércio (1955, 1957-1958), Serviço Público (1955, 1957-1958). Diretor do Departamento de Construção-DC e do Departamento de Melhoramento de Estradas-DME. diretor-presidente do Departamento das Municipalidades; membro e presidente do Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos da Bahia - CREA-BA, 1953-1962 e do Sindicato dos Engenheiros, 1963-1972; funcionário no Juizado de Menores, conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura-CONFEA, 1966-1969	Não Identificado	Deputado Estadual pelo Partido Libertador-PL, 1955-1959.	Comenda do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura-CONFEA. Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia-DERBA
Jovino da Silva Ramos	4/08/1898	Alagoas, Penedo	Maria Francisca da Solidade Ramos	José de Almeida Ramos	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Político	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz de Araújo Góes	25/08/1902	Bahia, Salvador	Julia C. de Araújo Góes	Inocência Antônio de Araújo Góes	1923/ 1924	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Victoriano Cantanhede de Almeida	2/11/1894	Maranhão, São Luiz	Beatriz Cantanhede de Almeida	Saturnino Nunes de Almeida	1923/ 1927	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Eduardo Sá Pereira Silva Moreira	02/06/1907	Bahia, Salvador	Matilde de Sá Pereira Silva Moreira	Antônio Domingues Silva Moreira	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Emar do Prado Torres	18/11/1905	Bahia, Salvador	Maria do Prado Torres	Epaminondas Dos Santos Torres	1926/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público - Político	Professor da EPBA, Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro civil responsável pela abertura de estrada na região de Canudos, entre 1930 e 1932. Atuação de diversas obras públicas.
Enéas Vivas Ribeiro	26/08/1905	Bahia, Barra Grande	Bomfília Vivas Ribeiro	Eduardo Gomes Ribeiro	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP) Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Fernando de Almeida Baggi Filho	03/05/1908	Bahia, Salvador	Helena Lima de Almeida Baggi	Afonso de Castro Rebello Baggi	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Humberto Carlos Porto	19/01/1908	Bahia, Salvador	Isaura Pontes Porto	Antônio Moreira Porto	1924/ Não Terminou	Engenharia Civil	Não Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	O aluno abandonou o curso e virou compositor. Compos várias machinha de carnaval como "A Jardineira".
João Salles Britto Machado	25/02/1905	Bahia, Salvador	Jovina Salles Britto Machado	Antônio Luiz Machado	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim de Araújo Lima	31/12/1905	Bahia, Catú	Maria Alexandrina de Souza	José de Cúptino e Araújo Lima	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Ex-Padre - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Político - Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico/SAVA - Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.	Não Identificado	Governador do Território Federal de Guaporé (1948 a 1951).	Ativista político integrante da Ação Integralista Brasileira. Essa colocada na ilegalidade em 1938 e posteriormente seus membros foram presos confinados em Fernando de Noronha. Anistiados, ele se dirigiu à Amazônia escolhendo Porto Velho para fixar residência. Isto na primeira década de 1940, cidade na qual moravam muitos dos seus correligionários.
Manoel Ferreira Sobral	07/01/1905	Plaui, Amarante	Maria Elisa Sobral	Antônio Sobral Júnior	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPBA, Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Muniz Tavares Filho	18/09/1902	Bahia, Amargosa	Eulina Pereira Tavares	Pedro Muniz Tavares	1924/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Alto Empresário - Exportação	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	EPBA e Escolas Secundárias	Não Identificado	Não Identificado
Waldenor Conrado Veiga	11/12/1904	Bahia, Salvador	Josephina Conrado Veiga	Clarimundo Tibúrcio da Veiga	1924 / Transferiu-se para a EPRJ	Engenharia Civil	Não Formou	Funcionário Público - Federal	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto Sinay Neves	20/07/1908	Bahia, Salvador	Jeanette Sinay Neves	Genésio Sampaio Neves	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário	Empresário (Executivo empresarial GE)	Não Identificado	Não Identificado	Executivo de Multinacional (Genaral Electric)
Alfredo de Amorim Coelho	26/10/1898	Pernambuco, Petrolina	Maria Durqulina de Amorim	Bernardino Chrispiniano Coelho Brandão	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Participou da demarcação de terras indígenas " índios pataxós - Terra Indígena Caramuru-Paraguassu" em 1938.
Aloysio Freitas Melro	02/10/1907	Alagoas, Penedo	Candida de Medeiros Melro	Hermilo de Freitas Melro	1923/ 1928	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público	Professor e Fundador da Escola de Engenharia de Maceió. 1º Diretor da Escola de Engenharia de Maceió.	Professor e fundador da Escola de engenharia de Maceió.	Não Identificado	O pai do aluno foi Deputado Federal pelo Estado de Alagoas
Aristides da Silva Gomes	10/11/1902	Ceará, Fortaleza	Anna Cecília da SILVA	Júlio Gomes da Silva	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPBA - Empresário - Faculdade de Filosofia da Bahia	Professor de Geometria da Faculdade de Filosofia da Bahia.	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Cornélio Teixeira de Azevedo	15/03/1907	Bahia, Salvador	Adelaide Teixeira de Azevedo	Cornélio Daltro de Azevedo	1923/ 1928	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Gustavo Maia	22/02/1905	Bahia, Salvador	Aurelina Hasselmann Maia	Alexandre Maia	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público - Membro fundador da Sociedade dos	Professor Assistente da EPBA (Geodésia)	Não Identificado	Não Identificado
Abelardo Raul de Lemos Lôbo	18/11/1909	Alagoas, Maceio	Maria de Lemos Lôbo	Raul Muniz Tavares Lôbo	1926/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Militar do Exército (General) Diretor da Policlínica Militar do Rio de Janeiro	Professor de Física na Escola Militar, RJ	Não Identificado	Informações constam que o aluno ao se formar em engenharia, trilhou uma outra profissão (médico)
Antônio Nunes de Aquino	05/03/1908	Bahia, Itabuna	Avelina dos Santos de Aquino	Ramiro Nunes de Aquino	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Cláudio Bezerra Medrado	30/08/1907	Pará, Belém	Rita Bezerra Medrado	Armado Appio Medrado	1925/ Transferido em 1928	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Médico	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Fernando de Pinho Pedreira da Silva	08/03/1906	Bahia, São Gonçalo dos Campos	Zulmira de Pinho Pedreira da Silva	José Machado Pedreira da Silva	1925/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	O aluno descende de uma família de importância na Bahia republicana. Seu irmão o Magistrado Luiz de Pinho Pedreira da Silva foi um dos grandes nomes da área trabalhista da magistratura baiana e brasileira.
José Carvalho Vianna	22/08/1904	Bahia, Juazeiro	Alice Carvalho Vianna	Alípio Vianna	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Empresário - Proprietário	Não Identificado	Não Identificado	Autorizado a pesquisar gipsita pelo Decreto nº 35.208, de 17 de Março de 1954. Gipsita é a chamada pedra de Gesso. Cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.
Manoel Oscar de Souza Lelis	19/10/1897	Bahia, Mucugê	Maria José Evangelista	Olimpio Oscar de Souza Lelis	1925/ 1927	Geógrafo	Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Marcionílio Cirne Dantas	14/08/1904	Bahia, Entre Rios	Maria Augusta Cirne Dantas	Pedro Dantas da Silva Novaes	1926/ 1926	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Coronel da Guarda Nacional	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Pertencente a Família de Grandes Proprietários na localidade de Conde-Ba
Eloyaldo Chagas de Oliveira	03/06/1909	Bahia, Salvador	Osvalda Chagas de Oliveira	Arthur Eloy de Oliveira	1926/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor Catedrático, percebendo pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, no período de 13 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1951	Não Identificado	Não Identificado
Leonardo Mário Caricchio	16/11/1909	Bahia, Salvador	Margarida Caricchio	Nicolau Caricchio	1926/ 1929	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor Assistente da EPBA de Construção Civil,	Não Identificado	Não Identificado
Miguel Argollo Ferrão	30/03/1909	Bahia, Salvador	Alice Bulcão de Argollo	Victor André de Argollo Ferrão	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Político	Não Identificado	Prefeito da Cidade de Marília-SP por 2 vezes - 1948 a 1951 e 1953 a 1963.	Assumiu a Secretaria de Engenharia em Marília em 1935. Coordenou e elaborou vários projetos de engenharia relacionados a abastecimento de água na cidade de Marília, o que levou a capitania-lo a ser prefeito da cidade por 2 vezes.
Nelson Baptista de Mello e Silva	22/01/1909	Bahia, Salvador	Anna Flor de Mello e Silva	Esequiel Baptista da Silva	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Diretor Superintendente da Cia de Viação sul Bahiano S.A	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Octávio Tourinho Junqueira Ayres	01/03/1906	Bahia, Salvador	Anna Tourinho Junqueira Ayres	José Carlos Junqueira Ayres de Almeida	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Bacharel - Político	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público - Membro fundador da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura e Salvador em 1941.	Professor Assistente da EPBA 1934, (Química e Geologia)	Não Identificado	Família do aluno é de grande importância "Junqueira Tourinho Ayres", principalmente na área do direito nos dias atuais. O pai do aluno Ocupou a Secretaria de Estado do Governo de José Marcelino.
Odilon Jorge Franco Sobrinho	06/05/1907	Bahia, Salvador	Maria Christina de Jesus Franco	Egídio Jorge Franco	1926/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado	Atleta do Esporte Club Bahia.

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Pedro Tenório de Albuquerque	21/03/1905	Alagoas, Atalaia	Maria Adelia Maia Albuquerque	Antônio Tenório de Albuquerque	1926/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Professor - Empresário - Funcionário Público - Diretor e fundador de uma Escola em Salvador. Foi professor da Escola Central.	Foi professor da Escola Central.	Não Identificado	Profi Tenório teve durante sua trajetória fortes relações com a Família Barradas Carneiro.
Quintino Ferreira Steinback	20/03/1908	Bahia, Salvador	Elvira Ferreira Steinback	Walter Steinback	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Professor da UFBA - Empresário - Funcionário Público. Integrou a Comissão do "Escritório do Planejamento de Urbanismo da Cidade de Salvador - EPUCS. Na década de 1940 para se pensar uma grande reforma urbana para a capital Baiana.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Salomão Serebrenick	23/01/1909	Romenia/Ro - Estrangeiro	Debora Serebrenick	Samuel Serebrenick	1926/ 1930	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da UFRJ e UFRRJ - Empresário. Membro do Comitê da Associação de Geógrafos Brasileiros. Membro do Clube de ENGENHARIA, CONSELHEIRO DA Associação Brasileira de engenharia Sanitária. Fundador e presidente da Associação Israelita-Brasileira de Organização, Reconstrução e Trabalho (ORT) EM 1943.	Professor da disciplina hidrologia e meteorologia na Universidade Rural do Rio de Janeiro, Lecionou matemática na UFRJ.	Não Identificado	Trabalhou como colunista para Bloch Editores, na consultoria para assuntos científicos.
Danilo Galvão Peixoto	28/02/1911	Bahia, Salvador	Laura Galvão Peixoto	Fernando da Silva Peixoto	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado	O aluno era irmão da poetiza Zúrica Peixoto de Penedo - AL. O pai do aluno foi Vice-Prefeito da cidade de Penedo - AL.
Edson Lopes de Castro	26/04/1908	Bahia, Canavieiras	Anna Lopes de Castro	Armindo de Castro	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Alto Empresário - Exportação	Empresário - Proprietário - Político	Não Identificado	Prefeito de Canavieiras/BA	Não Identificado
Emmanuel Conceição Silva	13/05/1910	Bahia, Salvador	Irene Carolina da Silva	Raul Soares da Silva	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José de Freitas	24/02/1909	Bahia, Salvador	Carolina Rodrigues d' Oliveira Silva	Antônio Freitas da Silva	1927/ 1931	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP) - Diretor e Superintendente da Viação São Francisco.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Grinaldo Pinho Saback	15/06/1910	Bahia, Castro Alves	Amalia Pinho Saback	Bolívar Ribeiro Saback	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Martins Leite Pereira	08/10/1902	Piauí, Teresina	Amélia Leite de Assupção Martins	Antônio José Leite Pereira	1928/ 1930	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para outra Instituição	Proprietário - Empresário	Professor (Escola de Belas Artes) - Empresário - Funcionário Público - Político. Departamento Nacional de Portos e Rios (NAPOR) (1931).	Professor da Escola de Belas Artes da Bahia.	Prefeito de Teresina 1948-1951	Não Identificado
Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho	02/05/1912	Bahia, Salvador	Maria Julieta Maia de Góes Calmon	Francisco Marques de Góes Calmon	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial - Político	Professor da EPBA - Empresário (Banqueiro) - Funcionário Público - Político. No período de 1952 a 1958 representou o Brasil no Conselho Interamericano do Comércio e Produção. Reitor da UFBA em 1964, diretor-presidente da Associação Comercial da Bahia, primeiro presidente do conselho de reitores das Universidades Brasileiras, diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia S/A	Professor catedrático da EPBA, ministrando várias disciplinas.	Ministro da Fazenda 1962-1963	Em agosto de 1962 foi nomeado Subsecretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Pertence a uma das mais importantes famílias do Estado baiano e Brasileiro. O Aluno é sobrinho neto do Marquês de Abrantes e o importante político da 1ª República brasileira seu tio Miguel Calmon du Pin e Almeida. O pai do aluno foi governador da Bahia 1924-1928).

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Rolando Ramos Costa	15/09/1910	Bahia, Entre Rios	Maria Lúcia Ramos Costa	João da Motta Ramos Costa	1928/ 1930	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Thales Barreto de Paiva	04/04/1907	Bahia, Salvador	Adalgisa Barreto de Paiva	Thyrso Simões de Paiva	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Professor da EPBA	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor Assistente da EPBA 1935, (Topologia)	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Bendocchi Alves	12/06/1905	Bahia, Salvador	Maria Bendocchi Alves	Deocleciano Luiz Alves	1929/ 1931	Engenharia Civil - Transferido da EPRJ	Formou	Empresário - Membro da Associação Comercial da Bahia.	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi membro da Associação Comercial da Bahia.
Joaquim Ribeiro Monteiro	06/11/1906	Sergipe, Aracaju	Clotilde Ribeiro Monteiro	Lourenço Pinto Monteiro	1929/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Palma Lima	31/08/1911	Bahia, Salvador	Elvira Baraúna de Lima	Vivaldo Palma Lima	1929/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Professor (Fac de medicina no AM) - - Médico - Bacharel - Jornalista - Político	Empresário - Funcionário Público - Presidente da Sociedade Espirito Santense de Engenheiros.	Não Identificado	Não Identificado	Membro fundador do CREA-ES em 1960. O pai do aluno foi Professor de Medicina Legal no Amazonas. Sócio da Academia Brasileira de Imprensa (ABI) sendo redator-chefe do jornal A Tribuna Popular (Manaus, Amazonas) e colaborador de diversos jornais. Foi Deputado federal pelo estado do Amazonas.
Mário da Costa Mendes	27/10/1909	Amazônas, Manaus	Sarah da Costa Mendes	Galdino Mendes Bezerra Cavalcanti	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Mário de Souza Gomes	12/11/1908	Bahia, Salvador	Alcina de Vasconcelos Gomes	Francisco de Souza Gomes	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Empresário - Funcionário Público (MVDOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Nelson de Oliveira	27/03/1903	Bahia, Itabuna	Philomena Olima de Oliveira	Cherubim José de Oliveira	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Membro da célula integralista na cidade de Itabuna/BA, nos anos de 1940
Oswaldo Veiga de Araújo	02/08/1906	Pernambuco, Nazareth	Anna Veiga de Araújo	Arthur Araújo de Albuquerque Mello	1929/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Gilvandro Simas Pereira	28/08/1912	Bahia, Cachoeira	Helena Simas Pereira	Aurino Pereira	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVOP). Chefe da Seção de Levantamentos Mistos do Serviço de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia. Presidente do Esporte Clube Vitória em 1938.	Não Identificado	Não Identificado	Membro efetivo da Associação Brasileira de Geografia. Pesquisador e cartógrafo, onde desenvolveu e coordenou diversas expedições ao interior do Brasil.
Haroldo Alberto de Cerqueira Lima	06/11/1908	Bahia, Pojuca	Jovina Calmon de Cerqueira Lima	Augusto Humberto de Cerqueira Lima	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Augusto Fiúza Pequeno	02/03/1910	Ceará, Fortaleza	Maria de Lourdes Fiúza	Augusto Fiúza Pequeno	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVOP). Foi Chefe de Seção e participou da Comissão do Vale do São Francisco. 2º Presidente do CREA/CE.	Não Identificado	Não Identificado	Ocupou diversos cargos na Federação das Indústrias do Ceará - FIEC.
José João Neves Rodrigues	05/01/1907	Piauí, Teresina	Honorina Neves Rodrigues	Delbão Rodrigues	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno atuava no ramo da mineração
José Pompeu de Souza Brasil	12/10/1907	Ceará, Sobral	Maria Elise Pompeu	Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Empresário - Funcionário Público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Membro do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
Roberto Sinay Neves	08/01/1910	Bahia, Salvador	Jeanette Sinay Neves	Genesio Sampaio Neves	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Professor Liceu - Engenheiro - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Syndoro Carneiro de Souza	25/02/1913	Bahia, Salvador	Maria Oliveira de Souza	Bernardino José de Souza	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Professor Faculdade de Direito BA - Bacharel - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno marcou época na sua atuação junto a área jurídica. Foi considerado um dos grandes juristas e docente de sua geração junto com Rui Barbosa. Assim afirmava os periódicos da época. Seu pai foi da faculdade de Direito -BA.
Waldeck Peltier dos Santos Cajueiro	03/10/1909	Bahia, Canavieiras	Melena Peltier dos Santos Cajueiro	Boaventura dos Santos Cajueiro	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Waldir Diogo de Siqueira	05/04/1910	Ceará, Fortaleza	Eliza Vianna de Siqueira	Antônio Diogo de Siqueira	1928/ 1932	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário - Político	Empresário - Empreiteiro. Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA/CE. Diretor da Escola Industrial do Ceará (Atual IFCE), Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará.	Professor da Escola Industrial do Ceará - (Atual - IFCE)	Não Identificado	Tesoureiro da Confederação Nacional da Indústria - (CNI). Participou das fundações A. D. Siqueira & Cia., CIMBRASOL, Siqueira Gurgel S.A. e Construtora Waldir Diogo Ltda. (por ele fundada em 1953).

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Zozimo de Sá Mariani	11/01/1907	Bahia, Morpará	Fausta Alves Torres	Francisco de Sá Mariani	1929/ 1929	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (Municipal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Adhemar Torres Brandão	04/10/1905	Bahia, Curaçá	Tarcylida Torres Brandão	Pedro Jacome Brandão	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público, Membro fundador da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura e Salvador - 1941	Professor Regente da EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Antônio de Almeida Souza Filho	16/07/1912	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Eulina Barreto de Almeida Souza	Antônio de Almeida Souza	1929/ 1930	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para outra Instituição	Proprietário - Empresário	Empresário - Empreiteiro	Não Identificado	Não Identificado	Antônio de Almeida Souza Filho pertencia a um importante clã familiar, onde se destacaram na vida pública os seguintes membros: agrônomo Landulfo Alves de Almeida, interventor que governou a Bahia durante quatro anos e oito meses (1938-1942); educador Isaías Alves de Almeida, secretário de Educação do Estado e diretor- fundador da Faculdade de Filosofia da Bahia; economista Rômulo Barreto de Almeida, que ocupou relevantes cargos nos governos federal e estadual; e o monsenhor Fernando de Almeida Carneiro, que foi pároco de Cachoeira, a Cidade Monumento Nacional, localizada no Recôncavo baiano.
Clorindo Bartilotti	23/12/1911	Bahia, Amargosa	América Bartilotti	Miguel Bartilotti	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edgard Braga Godinho	09/02/1909	Bahia, Salvador	Julia Braga Godinho	Constantino Augusto Godinho	1929/ 1933	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Marcelindo de Souza Lacerda	15/06/1905	Bahia, Salvador	Julietta de Souza Lacerda	Augusto Francisco de Lacerda	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Paulo Peltier de Queiroz	03/06/1911	Bahia, Valença	Eugência Peltier de Queiroz	Eunápio Rosa de Queiroz	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP) - Presidente da Comissão do Vale do São Francisco.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Ananias Ferreira de Andrade	25/01/1912	Bahia, Ilhéus	Maximiana Ferreira de Andrade	Sebastião Roberto de Andrade	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público. Superintendência da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré. Anos 1940.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Armando Vianna de Castro	24/03/1911	Bahia, Casa Nova	Antônio Honorato de Castro	Isabel Vianna de Castro	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Político	Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado	Seu primo, Luís Viana Filho, foi, entre outros cargos, governador da Bahia (1967-1971) e senador pelo mesmo estado (1975-1983).
Jorge Attuá Negrão	01/12/1910	Bahia, Barra do Rio Grande	Georgina Mariani Attuá Negrão	Jacob Negrão	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
José Olympio Sampaio	02/12/1903	Bahia, Itaberaba	Aureliana Mascarenhas Sampaio	Valentim José Sampaio	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Miguel José Vita	19/03/1914	Bahia, Salvador	Ainda d'Oliveira Chaves Vita	José Vita	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Randolpho Pinheiro Cunha	16/11/1911	Bahia, Itabuna	Edivirges Pinheiro Cunha	Rodolfo Cunha de Cerqueira	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Militar da Aeronáutica	Não Identificado	Não Identificado	Membro da célula integralista na cidade de Itabuna/BA nos anos de 1940.
Waldemar Ribeiro Veiga	07/03/1907	Bahia, Salvador	Christina Ribeiro Veiga	Melchades da Silva Veiga	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Accioly Vieira de Andrade	16/07/1907	Bahia, Cícero Dantas	Josepha de Carvalho Andrade	Francisco de Souza Andrade	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (Estadual e Municipal). Diretor de Obras Públicas de Salvador, diretor do Setor de Conservação do DERBA, 1954-1958. Membro do Sindicato dos Engenheiros da Bahia - SENGEB/BA.	Não Identificado	Nomeado prefeito de Feira de Santana, 1946 e eleito prefeito em Cipó, 1947-1951. Deputado da Assembléia Legislativa da Bahia, 1959-1963, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979.	Pecuarista, no município de Cícero Dantas. Na Assembléia Legislativa, 3º secretário da Mesa Diretora (1953, 1973); 1º suplente da Mesa Diretora (1963); vice-presidente das Comissões: Constituição e Justiça (1971-1972), Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares (1972-1973); titular das Comissões: Viação e Obras Públicas (1959), Economia e Transportes (1960, 1962-1965), Finanças e Serviços Públicos (1961), Orçamento e Fiscalização Financeira (1961), Saúde Pública e Assistência Social (1962), Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares (1966), Economia e Finanças (1967-1968), Ciências e Tecnologia, Economia e Desenvolvimento (1969), Constituição e Justiça (1969-1970, 1973, jul.-dez. 1976), Desenvolvimento Econômico (1975-1976), Educação, Saúde e Serviços Públicos (1977-1978); suplente das Comissões: Constituição e Justiça (1960, jan. 1975 - jun. 1976, 1977-1978), Economia e Transporte (1961), Orçamento e Fiscalização Financeira (jan. 1963 - maio 1964, 1967-1968), Finanças e Serviços Públicos (1964-1965), Negócios Municipais (1964-1965), Redação Legislativa e Leis Complementares (1971).
Alberto Muxlaert Gonçalves	28/02/1912	Bahia, Salvador	Olga Muxlaert Gonçalves	Francisco Jeronimo Gonçalves	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	O aluno Voltou em 1942 para cursar Eng Eletrica
Almir Aguiar Marques	15/12/1911	Maranhão, São Luiz	Henriqueta Aguiar Marques	Gerson Correa Marques	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Estadual). Diretoria de Instrução Pública do Estado do Maranhão. Diretor de Obras Públicas da Prefeitura de São Luiz, 1946. Secretário de Obras públicas e Aviação, 1948.	Não Identificado	Não Identificado	A mãe do aluno foi juíza no Estado do Maranhão.
Carlos Cesar Rêgo	12/08/1912	Alagoas, Maceio	Isabel da Silva Rêgo	Benjamin Cesar Rêgo	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Bancário - Gerente do Banco de Alagoas	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Cesar Telles Ferreira	13/08/1909	Bahia, Itaparica	Rozentina Telles Ferreira	Estevam Marinho Ferreira	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Galdino Mendes Filho	10/11/1907	Amazônas, Manaus	Sarah da Costa Mendes	Galdino Mendes Bezerra Cavalcanti	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVDOP) - Diretoria de Planos e Obras da CODEVASF.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Heladio Marques de Carvalho	16/10/1911	Bahia, Salvador	Porcina Marques de Carvalho	Victor Antunes de Carvalho	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno atuava no ramo da mineração
Orlando Ferreira Alves	03/03/1911	Rio de Janeiro, RJ	Adelina Ferreira Alves	Avelino Ferreira Alves	1931/ 1934	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Existiam Exames Orais (Organização e Economia e Portos e Pontes. Preso em 1936 por suspeita de militância para o Partido Comunista do Brasil.
Aderson Rayol dos Santos	22/05/1911	Amazônas, Manaus	Theodolinda Rayol dos Santos	Não Identificado	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVDOP). Secretário geral da UDN local no ano de 1957.	Não Identificado	Não Identificado	Fundadores do Rotary Clube de Itabuna no ano de 1941
Alcides Baptista de Lima	09/03/1909	Ceará, Fortaleza	Maria América de Lima	Bernardo Baptista de Lima	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Funcionário Público (Ministério da Fazenda)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Antero Paulo Fernandes de Souza	15/11/1914	Bahia, Salvador	Alexandrina Ramos de Souza	Epiphânio Fernandes Tuda de Souza	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Adelson Coelho	17/04/1913	Bahia, Alagoinhas	Florência da Rocha Coelho	Theodoro Ferreira Coelho	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVDOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Áezio Baptista da Fonseca	24/06/1903	Bahia, Salvador	Maria Benedita da Fonseca	Arthur Áezio da Fonseca	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário - Funcionário Público (MVDOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Marighella	05/12/1911	Bahia, Salvador	Maria Pitta Marighella	Augusto Marighella	1931/ 1933	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Operário	Militante Político do (PCB). Ocupou cargo de direção no Partido Comunista Brasileiro - PCB.	Não Identificado	Não Identificado	Militante profissional do partido Comunista Brasileiro - PCB. O aluno Marighella construiu uma biografia vasta, via sua militância política. Marighella teve diversos episódios considerados fora do padrão de comportamento para a EPBA. Poderíamos aqui descrever e preencher toda a vida de militante do aluno, no entanto, não é o foco desta trabalho. Por isso optamos colocar apenas informações básicas do aluno.
Edmundo de Brito Lopes	30/11/1909	Bahia, Salvador	Joanna de Brito Lopes	Domingos Xavier Lopes	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou	Funcionário Público - Municipal	Funcionário Público (Promotor de Justiça)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Fernando Carlos Koch	18/12/1910	Bahia, Salvador	Maria Loup	Fernando de Castro Rebello Koch	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Bacharel - Político	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi Deputado estadual por duas legislaturas
Frederico Espinheira de Sá	22/08/1910	Bahia, Salvador	Alice Espinheira de Sá	Pedro Bacellar de Sá	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Atuou em projetos de edificações importante no seu tempo. EX: Edifício Oceania. Tombado pelo IPACIBA.
Frederico Maron	15/11/1913	Bahia, Itabuna	Maria Soussa Maron	Elias Maron	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para outra Instituição	Empresário	Empresário - Empreiteiro	Não Identificado	Não Identificado	A empresa fundada pelo aluno Frederico, está até hoje nas mãos da família. Passando pelas mães do filho e atualmente neto. A família Maron também tem estreitas relações com a família Magalhães.

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Gerson Gonçalves do Couto	20/05/1913	Bahia, Itabuna	Minervina Pereira do Couto	José Gonçalves do Couto	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Helenauro Soares Sampaio	09/03/1913	Bahia, Salvador	Maria Helena Sampaio	Lauro Sampaio	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Estadual) - Político	Não Identificado	Prefeito da Cidade de Cipó/BA, Secretário de Aviação e Obras Públicas - 1945 - 1946.	Não Identificado
João Freitas Melo	14/10/1914	Alagoas, Maceio	Aurora Costa Melo	Arthur Freitas Melo	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
João Vicente Portela Couto	05/04/1912	Bahia, Salvador	Adriana Portela Couto	Manoel Gregório de Almeida Couto	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	O aluno Pediu reingresso na EPRJ para o curso de Engenharia Industrial e Metalurgica em 1943
Joaquim Bento de Moraes Filho	05/06/1910	Bahia, Salvador	Joanna Maria dos Santos	Joaquim Bento de Moraes	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim Thomaz Pereira Diegues Junior	10/09/1905	Alagoas, Maceio	Maria Angélica Ramires Diegues	Joaquim Thomaz Pereira Diegues	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Professor - Empresário - Funcionário Público. Comissão que cordenou e fundou a Escola de Engenharia de Maceió em 1951.	Professor de física do Liceu Alagoano por vários anos (dec 1940), Professor (Calculo vetorial) e fundador da Escola de Engenharia de Maceió em 1954.	Não Identificado	Não Identificado
Alvaro Dantas da Silva	10/12/1895	Bahia, Alagoinhas	Maria Augusta Cime Novaes	Pedro Dantas da Silva Novaes	1915/ 1916	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Josias Coelho Júnior	05/08/1905	Bahia, Salvador	Maria Martins Coelho	Josias da Silva Coelho	1931/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Leonidas Alves de Oliveira	29/08/1910	Bahia, Itabuna	Theonila Alves de Oliveira	José de Oliveira Sobrinho	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Magno Martins Ferreira	01/01/1909	Maranhão, São Luiz	Cecília Martins Ferreira	Máximo Martins Ferreira	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou	Funcionário Público - Estadual	Funcionário Público (Ministério da Fazenda)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Marques de Souza	23/04/1911	Bahia, Pojuca	Cecilia Marques de Souza	Antônio Marques de Souza	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Nicolau Afonso Godinho	08/03/1912	Argentina, Buenos Aires	Lucrécia Alonso Godinho	Felipe Caldeira Godinho	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Nilo Lavigne de Lemos	16/11/1910	Bahia, Ilhéus	Maria Luiza Lavigne de Lemos	Antônio Lavigne de Lemos	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Numa Pompilio Correa da Cunha	13/08/1910	Bahia, Salvador	Eugenia Bittencourt da Cunha	Manoel Correa da Cunha	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Correios) - Chefe do Telegrafo (SR-8) - participou da Comissão Central da Reforma Administrativa - CERAF (DEC 1960).	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Alves Filho	18/04/1900	Piauí, Teresina	Marcia Alves Feitosa	Antônio Alves Feitosa	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou	Marceneiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Jorge Maron	13/09/1911	Bahia, Andaraý	Maria Maron	João José Maron	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Proprietário - Empresário	Empresário - Proprietário - Político	Não Identificado	Prefeito da cidade de Medeiros Neto/BA 1963-1964	Não Identificado
Olympio Baldoino da Costa Vargens	28/05/1912	Bahia, Canavieiras	Luiza Edyale da Costa Vargens	João Ribeiro Vargens	1931/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Médico - Político	Empresário - Proprietário - Político	Não Identificado	Vereador de Camacan/BA - 1967	Integrante da juventude Integralista. O aluno terá um filho José Rogério da Costa Vargens, formado pela EPBA que será professor da EPBA e Reitor da UFBA durante os anos (1988- 1992)
Oséas Oisiovici	08/10/1912	Rumania	Rachel Oisiovici	Leivi Oisiovici	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Estrangeiro Naturalizado
Osvaldo Rocha da Fonseca	12/11/1906	Sergipe, Aracaju	Veridiana Rocha da Fonseca	Francisco Joaquim da Fonseca	1931/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou	Não Identificado	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Osvaldo Cohim Ribeiro da Silva	15/03/1913	Bahia, Amargosa	Maria Cohim Ribeiro da Silva	Raymundo Ribeiro da Silva	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Médico - Político	Empresário - Funcionário Público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Simplicio Rubim de Pinho	11/10/1911	Amazônas, Manaus	Mercedes Rubim de Pinho	Alvaro Madureira de Pinho	1931/ 1935	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Político	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Armando Ribeiro Gonçalves	31/01/1913	Piauí, Teresina	Josepha Fernandes Gonçalves	Luiz Fernando Ribeiro Gonçalves	1931/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDOP)	Não Identificado	Não Identificado	O aluno deu nome a uma das maiores barragens do nordeste, localizada na cidade de Açul/RN. A barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, do Açude Açul, está localizada no rio Piranhas.
Christovão Burlamaqui Nogueira	14/01/1913	Piauí, Teresina	Cornelia Burlamaqui Nogueira	Luiz Silva Nogueira	1932/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edgard Fontes	15/01/1911	Sergipe, Aracaju	Anita de Jesus Fontes	José Andrade Fontes	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou - Aluno com Gratuidade	Médico - Político	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Catunda Martins	21/03/1912	Ceará, Fortaleza	Noemi Catunda Martins	Francisco Martins Filho	1932/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi Prefeito Santa Quitéria
Laerte do Carmo Chaves	16/11/1913	Amazônas, Manaus	Maria Julia Chaves	Alfredo do Carmo Chaves	1932/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público - Federal	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Nivaldo Prado Fontes	15/03/1914	Sergipe, Aracaju	Ritta do Prado Fontes	Domingos Martins Fontes	1932/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Empresário	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Pedro dos Santos Coutinho	23/06/1914	Bahia, Salvador	Adalgisa dos Santos Coutinho	Eurico da Costa Coutinho	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo Paes Barreto Pessoa	26/10/1913	Amazônas, Manaus	Francisca Paes Barreto Pessoa	Sérgio Rodrigues Pessoa Filho	1932/ 1932	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Militar do Exército	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Rômulo de Souto Proença	23/06/1914	Ceará, Fortaleza	Maria de Souto Proença	Amarillo Proença	1932/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	Professor da UFCE - Empresário - Funcionário Público -Membro do Crea/CE - 93ª Região - Conselheiro do Ministério da Educação e Cultura - 1964	Professor de concreto da Escola de Engenharia do CEARÁ - a partir de 1960.	Não Identificado	Membro fundador da Sociedade Técnica de Construções Ltda - SOTECO/CE - 1950.
Alvaro de Sousa e Silva	11/06/1911	Bahia, Itabuna	Adilia de Sousa e Silva	Manoel Soares e Silva	1932/ 1933	Engenharia Civil	Não Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Anibal da Silva Ramos	08/09/1912	Bahia, Salvador	Maria Prima Ramos	José Maria Ramos	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Augusto Alves dos Santos	22/10/1914	Bahia, Santo Amaro	Josephina Alves da Costa	Não Identificado	1932/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Mãe Proprietária de Fazenda na Reigão do Recôncavo em Santo Amaro. Avós Maternos Antônio Alves dos Santos e Maria Joaquina da Silva	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Frederico Alberto Landulpho Velloso	03/03/1915	Bahia, Salvador	Consuelo Landulpho Velloso	José Abdias de Oliva Velloso	1932	Engenharia Civil	Formou	Bacharel	Empresário - Funcionário público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Humberto Menezes Machado	25/04/1913	Bahia, Salvador	Alzira Menezes Machado	José Ferreira Machado	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou - Aluno com Gratuidade	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Vaz Sampaio Espinheira	10/09/1914	Bahia, Ilhéus	Alice Vaz Sampaio	Pompilio Lopes Espinheira	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Político	Não Identificado	Prefeito de Itapetinga por 3 (três Gestões) - 1959 - 1963/ 1967-1971/ 1977-1983	Não Identificado
Xerxes Lima de Oliva	23/10/1912	Bahia, Salvador	Alice Silva Lima de Oliva	José Leite de Oliva Filho	1932/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio de Padua Bompert	15/10/1913	Piauí, Teresina	Emerita Passos Bompert	Samuel Bompert	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Aristides Barreto Neto	17/05/1913	Ceará, Fortaleza	Alzira Barreto Araújo	Francisco das Chagas Araújo	1933/ 1934	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público - Federal	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público	Professor da EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Maria Cardoso de Souza Martins	22/06/1915	Bahia, Salvador	Bernardina Cardoso	Francisco Cardoso e Silva	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Professor (FMBA) - Médico	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Sidney Campos Hesketh	14/09/1913	Rio de Janeiro, RJ	Hilda Campos Hesketh	Roberto Alexandre Hesketh	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Subchefe de Gabinete. Fez parte da Comissão que coordenou a criação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária- ABES; sendo posteriormente Vice-Presidente da mesma em 1966	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Abeillard Benedicto Lamaignère Hasselmann	26/04/1915	Bahia, Salvador	Helena Lamaignère Hasselmann	Abeillard Edmundo Hasselmann	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Antônio Alberto de Oliveira Abrantes	17/01/1903	Rio de Janeiro, RJ	Maria Eugênia Abrantes	Alberto de Oliveira Abrantes	1933/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Barbosa Romeu	04/05/1912	Bahia, Salvador	Flora Barbosa Romeu	Antônio Romeu	1934/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edmundo Vieira	26/08/1905	Ceará, Pedra Branca	Anna Maria Vieira	Augusto Vieira	1933/ 1936	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Emanuel de Araújo Doria	01/02/1913	Bahia, Salvador	Maria da Glória Martins Doria	Tarciano Martins Doria	1934/ 1940	Engenharia Civil	Formou - Aluno com Gratuidade	Funcionário Público - Estadual	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Ernesto Leite Machado	30/10/1902	Bahia, Alagoinhas	Cecília Ismeria Leite Machado	Celso Altino Machado	1933/ 1934	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Leonidas de Carvalho Fernandes Pereira	25/09/1912	Bahia, Caitité	Declinda de Carvalho Fernandes	Adolpho Fernandes Pereira	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Ramiro Herculano da Fonseca	25/09/1914	Bahia, Salvador	Maria Benedita da Fonseca	Arthur Arezio da Fonseca	1933/ 1934	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Funcionário Público - Estadual	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Augusto Carvalho Valverde	26/02/1916	Bahia, Itará	Thereza de Jesus Valverde	Pedro Carvalho Valverde	1934/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Belmiro Guimarães da Silva	12/03/1916	Bahia, Salvador	Alcina Guimarães da Silva	Joventino Pereira da Silva	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Empreiteiro	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno era proprietário da fazenda Pituba junto com Manuel Dias da Silva. Foi por meio do pai do aluno que nasce por um projeto do engenheiro Teodoro Sampaio o primeiro bairro planejado de Salvador, a Pituba. Projeto desenhado por Sampaio em 1919 e aprovado pela prefeitura de Salvador em 1932. Época que aconteceu o primeiro grande congresso de arquitetura de Salvador com apoio da EPBA.
Heraldo Ribeiro de Oliveira	25/10/1913	Bahia, Serrinha	Alzira Ribeiro de Oliveira	Manoel Geraldo de Oliveira Filho	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Militar da Aeronáutica	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Maia Filho	21/02/1915	Sergipe, Aracaju	Hemeteria Lobão Maia	José da Motta Maia	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Milton de Souza Carneiro	26/04/1907	Bahia, Salvador	Laura Coelho de Souza Carneiro	Antônio Joaquim de Souza Carneiro	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Professor da EPBA	Empresário - Funcionário Público (MVOP) - Político	Não Identificado	Não Identificado	A família Carneiro vem de uma tradição nas letras e nas ciências exatas, como também na política. Destaque para o Senador da República Nelson Carneiro - irmão do aluno Milton Carneiro. Nelson foi Autor da lei do Divórcio.
Oswaldo Nobre Fontes	01/12/1910	Bahia, Salvador	Maria Augusta Nobre Fontes	Antônio Leite Fontes	1934/ 1945	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da EPPB - Empresário - Funcionário Público	Docente da Escola Politécnica da Paraíba, criada em 1962	Não Identificado	Atuou no ramo de construção de prédios na Paraíba, na cidade de João Pessoa.
José Maria Maia de Queiroz	02/06/1912	Bahia, Valença	Beatriz Maia de Queiroz	Antônio Bernardo Vasconcelos de Queiroz	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Médico - Político	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Joel dos Santos Vasconcellos	30/12/1912	Bahia, Itacaré	Maria dos Santos Vasconcellos	Manoel Eusebio de Vasconcellos	1934/ 1963	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Retorna no ano de 1963 para dar continuidade ao curso, mas não há registros de que o mesmo tenha finalizado.

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Carlos Augusto da Costa Chaves	14/10/1911	Bahia, Salvador	Argemira Vieira Chaves	João Adrião Chaves	1934/ 1946	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos da Silva Guimarães	31/01/1915	Bahia, Salvador	Hilda da Silva Guimarães	Jaime Guimarães	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Fábio Valverde Rodrigues Bastos	24/04/1916	Bahia, Alagoinhas	Lydia Valverde Bastos	Augusto Celso Rodrigues Bastos	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP) e (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Geraldo de Araújo Góes	13/01/1914	Bahia, Catú	Maria Pereira de Araújo Góes	Pedro de Araújo Góes	1934/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
João Gomes da Fonseca	11/05/1911	Bahia, Salvador	Maria Amélia Gomes da Fonseca	Joaquim Antônio da Fonseca	1933/ 1934	Engenharia Civil	Não Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Tasso Lisboa Freire	23/07/1914	Bahia, Salvador	Eleonora de Carvalho Lisboa	Floro Edmundo Freire	1933/ 1937	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto Andrade Galvão	11/05/1911	Bahia, Brejões	Anisia Galvão	Pedro Andrade Galvão	1934/ 1936	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para a EPSP	Proprietário - Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Carvalho Sampaio	07/07/1916	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Antonieta Carvalho de Sampaio	José de Almeida Sampaio	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edmund Werner Behrmann	29/07/1917	Bahia, Salvador	Maria Sá Pereira Behrmann	Johann Wilhelm Behrmann	1934/ 1937	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para outra Instituição	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edvaldo Motta Almeida	08/04/1915	Bahia, Jequié	Anisia Motta Almeida	Odilon Viterbo de Almeida	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Paulino Ribeiro do Couto Filho	03/03/1913	Bahia, Camamu	Thereza Gama do Couto	Paulino Ribeiro do Couto	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Paulo Moreira de Souza	09/05/1912	Bahia, Itapicuru	Constancia Moreira de Souza	Antônio Felix de Souza	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo Carlos Nery	12/02/1916	Bahia, Feira de Santana	Alzira Costa Nery	Carlos Ferreira Nery	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Farmacêutico	Empresário - Funcionário Público (Municipal). Membro fundador da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura e Salvador - 1941.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo Omellas Freire	25/02/1916	Bahia, Salvador	Maria José Omellas Freire	João da Cunha Freire	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Walter Velloso Gordilho	08/10/1916	Bahia, Salvador	Maria Margarida Gordilho	Pedro Velloso Gordilho	1934/ 1938 - 1946	Engenharia Civil - Engenharia Química e Industrial	Formou	Médico	Professor da UFBA - Empresário - Funcionário Público. Integrou várias comissões no CREA-BA. Primeiro Diretor da Faculdade de Arquitetura da UFBA EM 1959. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil 1971-1975, Presidência do CREA-BA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - 1973-75).	Faculdade de ARQUITETURA da UFBA.	Não Identificado	O Aluno ao ter uma vida acadêmica intensa, escreveu vários artigos, com grandes impactos no pensamento arquitetônico.
Adelmar Ribeiro Vidal	02/08/1914	Bahia, Salvador	Almerinda Ribeiro Vidal	Adrião Martins Vidal	1934/ 1941	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Militar do Exército - Empresário. Chefe da Seção de Projetos e Chefe da Seção de Viação e Obras da Prefeitura de Vitória-ES. Membro da comissão de administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos trabalhadores do Vale-CRETOVALE-ES.	Não Identificado	Não Identificado	Fundador da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros.
Aloy Correia Leitão	30/10/1914	Ceará, Fortaleza	Julia Correia Leitão	Francisco Ribeiro Leitão	1934/ 1935	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Américo Furtado de Simas Filho	02/06/1916	Bahia, Salvador	Rachel Bompert de Simas	Américo Furtado Simas	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Professor da EPBA - Engenheiro - Político	Professor da UFBA - Empresário - Funcionário Público - Membro do conselho estadual de Cultura. Diretor do Centro de Estudos de Arquitetura.	Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Disciplina: Prática Profissional.	Não Identificado	Professor Emérito Post Mortem da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Título concedido em 10/09/2010.
Armando Rodrigues Pedreira	16/02/1913	Bahia, Salvador	Heloisa de Souza Dias Pedreira	Francisco José Rodrigues Pedreira Júnior	1934/ 1935	Engenharia Civil	Não Formou	Empresário - Diretor da Associação Comercial da Bahia 1926 - 1930	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi membro da Associação Comercial da Bahia 1926 - 1930.
Aurelio de Almeida	04/04/1915	Minas Gerais, Vila Fortaleza	Joanna Baptista de Almeida	Tertuliano de Almeida	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVDOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Flaviano da Silva Guimarães	18/06/1916	Bahia, Salvador	Hilda da Silva Guimarães	Jaime Guimarães	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (Estadual). Diretor do Departamento de Estrada e Rodagem DERBA/BA.	Não Identificado	Secretário de Viagem e Obras Públicas da Bahia - 1963-1967	Não Identificado
Humberto de Araújo Gonçalves	21/12/1913	Bahia, Salvador	Anna de Araújo Gonçalves	Durval de Araújo Gonçalves	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Médico	Militar da Aeronáutica	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Alberto Pacheco Fiúza	21/04/1917	Bahia, Salvador	Maria Noelia Pacheco Fiúza	José Maria Fiúza	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (Municipal). Membro fundador da Sociedade dos Engenheiros da Prefeitura e Salvador - 1941.	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Joaquim Lopes de Brito	22/05/1915	Bahia, Feira de Santana	Amélia Lopes de Brito	Pedro Brito Sobrinho	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor (Ginásio Santanópolis) Matemática, Desenho Técnico - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Lavigne de Lemos	17/01/1916	Bahia, Ilhéus	Maria Luiza Lavigne de Lemos	Antônio Lavigne de Lemos	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Honório Beserra	25/06/1916	Ceará, Fortaleza	Maria Augusta Beserra	José Alves Beserra	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Federal). Chefe da Seção de Nivelamento - Sni. Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, dando partida ao estabelecimento da Rede Altimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB).	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Humberto Gordilho Freire de Carvalho	19/04/1917	Bahia, Salvador	Regina Gordilho Freire de Carvalho	Afonso de Miranda Freire de Carvalho	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Empresário - Empreiteiro. Diretor executivo e fundador da empresa Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S. A - TERMISA.	Não Identificado	Não Identificado	A Empresa Termisa é possuidora de várias concessões públicas. Ex: concessão do Porto Salineiro de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte - Decreto 63.138/1968, onde o Diretor executivo era o Aluno Gordilho.
João Augusto Calmon Du Pin e Almeida	27/03/1917	Bahia, Salvador	Maria Julieta Maia de Goés Calmon	Francisco Marques de Goés Calmon	1934/ 1938 - 1942 a 1945	Engenharia Civil - Engenharia Química e Industrial	Formou	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	Empresário - Banqueiro	Não Identificado	Não Identificado	O pai do aluno foi Governador da Bahia 1925 a 1928. Pertence a uma das mais importantes famílias do Estado baiano e Brasileiro. O Aluno é sobrinho neto do Marquês de Abrantes e o importante político da 1ª República brasileira seu tio Miguel Calmon du Pin e Almeida.
Lesko de Araújo Júnior	16/08/1916	Ceará, Fortaleza	Maria Luiza Freire de Araújo	Lesko de Araújo	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Costa Falcão	10/07/1911	Bahia, São Gonçalo dos Campos	Ritta Freitas Costa Falcão	José Cerqueira Costa Falcão	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Proprietário - Empresário	Empresário - Proprietário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Milton Mendes de Carvalho	02/06/1915	Bahia, Esplanada	Maria Baptista Mendes	Oscar Mendes de Carvalho	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Donizzetti do Rêgo Monteiro	02/10/1912	Piauí, Teresina	Zulmira Pereira do Rêgo Monteiro	João do Rêgo Monteiro Sobrinho	1934/ 1935	Engenharia Civil	Não Formou - Transferiu-se para EPRJ	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Edgar Coelho dos Reis	11/11/1914	Bahia, Juazeiro	Lindalva Coelho dos Reis	Durcio Guimarães dos Reis	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Militar do Exército - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Fundador da entidade ligada a sociedade civil "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES" - ABER, fundada em 14/01/1954.
João Guimarães e Souza	16/11/1916	Bahia, Cachoeira	Anita Maddalena Marques Guimarães	João Guimarães e Souza	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Torres de Aquino	16/09/1912	Bahia, Curaçá	Julia Torres de Aquino	Scipião Coelho de Aquino	1934/ 1938	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Ladislau Febrônio de Andrade Neto	03/05/1913	Sergipe, Aracaju	Maria de Sousa Andrade	Ladislau Febrônio Andrade Filho	1934/ 1935	Engenharia Civil	Não Formou - Retorna para terminar o curso em 1963, mas não há dados sobre a sua formatura.	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Mário Reis Chaves	06/01/1917	Bahia, Salvador	Maria Balbina Chaves	Maurílio José Chaves	1935/ 1948	Engenharia Civil	Não Formou	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	O aluno teve gratuidade de 2 ao 3 ano entre os anos de 1936 a 1938. Voltou em 1948 para terminar, mas não há informações de que o discente tenha finalizado o curso.
Pedro de Sá Sodré	29/06/1914	Bahia, Salvador	Sophia de Sá Sodré	Jeronymo Sodré	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado	Aluno com Gratuidade
Reginaldo Dias Mariano	25/04/1912	Piauí, Teresina	Judith Dias	Joaquim Gonçalves Mariano	1934/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Funcionário Público (Ministério da Fazenda)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Afonso de Almeida Galeão Filho	01/08/1917	Bahia, Salvador	Maria Dulce de Oliveira Galeão	Afonso de Almeida Galeão	1935/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (Ministério dos Transportes)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto Marques Lima	08/06/1917	Bahia, Feira de Santana	Ulbadina Marques Lima	Antero dos Reis Lima	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto Martins Catharino	18/09/1917	Bahia, Salvador	Leocádia de Sá Martins Catharino	Alberto Moraes Martins Catharino	1935/ 1939 - 1942	Engenharia Civil - Engenharia Química e Industrial	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Angélica Sinay Neves	27/01/1918	Bahia, Itaparica	Jeannette Sanay Sampaio	Genésio Sampaio Neves	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Funcionária Pública UFBA	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Anísio Lage Filho	01/04/1917	Bahia, Itabuna	Cornélia Cunha Lage	Anísio Lage	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Federal - Foguista	Empresário - Funcionário Público (Conselho Nacional do Petróleo - CNP). Ocupou uma das Chefias da Conselho Nacional do Petróleo- CNP - na	Não Identificado	Não Identificado	O aluno foi um dos engenheiros responsáveis pelas primeiras escavações para exploração de petróleo na Bahia.
Antônio de Araújo e Silva	01/11/1912	Maranhão, São Luiz	Adelaide de Oliveira e Silva	Manoel Pedro de Araújo e Silva	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Aristoteles Manuel Contreiras	05/08/1910	Bahia, Salvador	Maria Lourença da Conceição	Eugênio Contreiras	1935/ 1943	Engenharia Civil	Formou	Não Identificado	Empresário - Funcionário Público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Bernadette Sinay Neves	28/11/1913	Bahia, Salvador	Jeannette Sanay Sampaio	Genésio Sampaio Neves	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Professora da UFBA	Professora da UFBA da área de Biblioteconomia e arquivologia.	Não Identificado	A aluna os Bernadette Sinay Neves (até onde se sabe, foi umas das pioneiras a desenvolver e implantar a área de biblioteconomia e arquivologia na Bahia. A primeira biblioteca brasileira a realizar estudos sistematizados sobre a criação de uma federação do gênero), Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior apresentaram a proposta durante o evento.
Evandro Vianna de Araújo	15/11/1915	Bahia, Casa Nova	Isabel Vianna de ARAÚJO	Durval Vianna de Araújo	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Aluno com Gratuidade
Fernando Cysneiros	19/06/1918	Pernambuco, Recife	Lúcia Bezerra Cysneiros	Hemeterio Cysneiros	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Professor da UFRN - Empresário - Funcionário Público. Comandou a comissão que elaborou o projeto de criação da Escola de engenharia de Natal/UFRN do Rio Grande do Norte.	Professor da Escola de Engenharia de Natal/UFRN	Não Identificado	Idealizador do projeto que criou a Primeira escola para formação de engenheiros do Estado do Rio Grande do Norte em Natal. A Escola foi criada por meio do decreto lei 2.045 de 11/09/1957 da Assembleia legislativa do estado.
Frederico Maia	13/10/1917	Bahia, Salvador	Aurelina Hasselmam Maia	Alexandre Maia	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Aluno com Gratuidade
Gilberto Muiyaert Gonçalves	23/02/1918	Bahia, Salvador	Olga Muiyaert Gonçalves	Francisco Jeronymo Gonçalves	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Médico	Professor da UFRJ - Empresário	Professor da UFRJ	Não Identificado	Não Identificado
Jacques Machado Pedreira Ferraz	19/04/1917	Bahia, São Gonçalo dos Campos	Gilda Machado Pedreira Ferraz	Elysio Pedreira do Couto Ferraz	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Ganem	09/11/1917	Bahia, Andaraý	Alfife Ganem	Felipe Ganem	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Valdelino das Neves Baraúna	26/12/1917	Bahia, Salvador	Adelina das Neves Baraúna	Durval Baraúna	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Departamento de Aeronáutica Civil)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO P	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Vasco Azevedo Neto	25/02/1916	Minas Gerais, Guaxupé	Josefina Azevedo	Vasco Azevedo Filho	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou - Aluno com Gratuidade	Engenheiro - Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Professor da EPBA - Empresário - Funcionário Público. Chefiou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), no Departamento Estadual de Rodagem da Bahia (DERBA). Coordenação de transportes da Superintendência de Transportes Coletivos de Salvador. Diretor da EPBA 1967-1970.	Professor Emérito da UFBA/ EPBA	Deputado Federal - 1971- 1974/1974-1978/1978- 1980/1986-1990.	Candidato a Presidente da República (1998). Na Câmara Federal, reatou o Plano Viário/73 e continuou a luta do seu pai, Deputado Vasco Filho, em favor da construção da rodovia BR-030 e da Ferrovia Marau-Brasília. Membro efetivo de uma cadeira no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Aluno com Gratuidade. É portador de várias honrarias e condecorações: Mérito Mauá (medalha e diploma), Mandacaru de Duro, Cidadão Honorário de Marau, (Ba, 1965), Cidadão Honorário de Ubaitaba (Ba, 1969), Medalha e Diploma Integração do Brasil pelas Telecomunicações, Medalha do Sesquicentário do Poder Legislativo (1972), Cidadão do Estado de Sergipe (1973), Medalhas do Mérito Tamandaré (1973), Santos Dumont (1973 e Mauá (1973), e Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico (1974). Mentor do O traçado da atual Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) é inspirado no projeto denominado "Ferrovia Transulamericana".
Wilson Montanha Peixoto da Silva	09/06/1916	Bahia, Santa Inez	Climéria Montanha Peixoto da Silva	Abílio Montanha da Silva	1935/ 1936	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Militar da Aeronáutica	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos da Costa Batalha	31/07/1914	Bahia, Salvador	Augusta da Costa Batalha	Zacharias de Mello Batalha	1935/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Funcionário Público - Estadual	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Mont' Alegre de Souza	15/07/1915	Bahia, Salvador	Leonildes Souza	Severino Rodrigues de Souza	1935/ 1945	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Militar do Exército	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Fontes Torres Lima	18/12/1915	Bahia, Itabuna	Laurinda Torres Fontes	Francisco Fontes Torres	1936/ 1938	Engenharia Civil	Não Formou	Proprietário - Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz de Azevedo Bernardo da Cunha	18/03/1917	Bahia, Salvador	Sophia Gomes de Azevedo Cunha	Vicente Bernardo da Cunha	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Renato da Silva Duarte	17/12/1916	Bahia, Bonfim	Dinorah Lopes Duarte	Cantídio da Silva Duarte	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Borges Moreira	17/10/1915	Ceará, Fortaleza	Narciza Borges Moreira	José da Rocha Moreira	1935/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (Federal)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Quintiliano da Fonseca	06/07/1914	Bahia, Salvador	Virgínia Cardoso da Fonseca	Alfonso Quintiliano da Fonseca	1936/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
João Batista Ferreira Conrado	06/11/1916	Bahia, Cruz das Almas	Ciria Pereira Conrado	José Conrado	1935/ 1941	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Aluizio Gomes Maia	30/11/1911	Pernambuco, Recife	Maria do Carmo Freitas Maia Luz	José Joaquim Gomes da Luz	1936/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Médico	Empresário - Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
José Sterenberg	27/07/1916	USA, Nova York	Rosa Sterenberg	Julio Sterenberg	1935/ 1939	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário - Funcionário Público (MVOP) (Ministério da Fazenda)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Walter Teixeira Barretto	17/10/1916	Bahia, Itabuna	Lindaura Teixeira Barretto	Nicodemos Barretto	1936/ 1938	Engenharia Civil	Não Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Amado Camões Filho	21/01/1916	Bahia, Santo Amaro	Tereza de Jesus Silva	Amado Bispo Camões	1936/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

ALUNO	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA/ FORMATURA	CURSO	INFO. ACADÊMICA	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR	TRAJETÓRIA POLÍTICA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/ RELAÇÕES FAMILIARES (SE HOUVER)
Mário Mendes de Oliveira	04/07/1912	Bahia, Salvador	Amélia Mendes de Oliveira	Albino Gonçalves de Oliveira	1937/1942	Engenharia Civil	Formou	Empresário	Empresário	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Papírio Carleial	06/08/1916	Ceará, Fortaleza	Antonia Alves de Carvalho Leite	José Bernardino de Carvalho Leite	1936/ 1940	Engenharia Civil	Formou	Militar do Exército	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Angelo José Ghislandi	23/08/1911	Itália, São Pellegrino	Emma Pagliani	Luigi Ghislandi	1937/ 1941 - 1951	Engenharia Civil - Engenharia Elétrica	Formou	Médico	Professor - Empresário - Funcionário Público	Professor de Ensino Industrial técnico	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Vieira Mendonça	17/08/1917	Sergipe, Aracaju	Maria Rosa Mendonça	Manoel Antônio Mendonça	1937/1941	Engenharia Civil	Formou	Alto Funcionário Público - Político	Empresário - Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Raphael Soares de Carvalho	23/03/1909	Pernambuco, Recife	Maria Julia de Carvalho	Afonso Soares de Carvalho	1937/1950	Engenharia Civil	Não Formou	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

Tabela dos Professores da Escola Politécnica da Bahia - 2ª Geração – 1921 – 1937

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e Projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Galdino Mendes Filho	Amazôas, Manaus	Galdino Mendes Bezerra Cavalcanti	Militar do Exército	1935	Construção Civil, Higiene dos Edifícios.	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Empresário	Não Informado	Não Identificado
Jorge Oliveira de Souza e Silva	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Pedro Alexandrino de Souza e Silva	Militar do Exército	1935	Estabilidade das Construções	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Não Identificado	Não Informado	Não Identificado
Humberto de Souza Melo	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Militar do Exército	1935	Cálculo, Mecânica Aplicada.	Assistente e tornou-se Docente livre em 1937. Catedrático em concurso - 1944 - Estradas.	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Militar do Exército. O docente era Coronel do Exército	Não Informado	Não Identificado
Octávio de Brito Figueiredo	Bahia, Salvador	Cândido de Souza Figueiredo	Bacharel	1935	Hidráulica e Navegação	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Jaime Furtado de Simas	Bahia, Salvador	Américo Furtado de Simas	Empresário - Professor da EPBA - Funcionário Público - Político - Jornalista	1935	Eletrotécnica, Motores, Materiais	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Miguel Calmon Du Pin E Almeida Sobrinho	Bahia, Salvador	Francisco Marques de Goês Calmon	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial - Político	1936	Materiais	Catedrático	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Alto Empresário/Banqueiro	Empresariado	Não Identificado
Carlos Costa Pinto de Pinho	Bahia, Salvador	Evandro Soares de Pinho	Empresário	1937	Mecânica Aplicada	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Empresário/Ex-Presidente do Esporte Clube Bahia. A empresa do Professor (construtora) foi responsável por erguer um dos prédios mais imponentes na Bahia até a década de 1950 - o edifício Oceania, na Barra.	Empresário	Não Identificado
Gustavo Maia	Bahia, Salvador	Alexandre Maia	Empresário	1936	Geodésia	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Newton Vaccarezza Cordeiro de Almeida	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1937	Geologia; Química	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Funcionário Público (Ministério da Agricultura)	Empresário	Não Identificado
Emar do Prado Torres	Bahia, Salvador	Epaminondas Dos Santos Torres	Professor da EPBA/Político/Empresário/Funcionário Público	1937	Hidráulica	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Didier do Rêgo Maciel Neto	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1937	Desenho Técnico	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Foi membro autante junto a movimento conservador ligado à Igreja Católica que fundou a Universidade Católica de Salvador. Funcionário Público (MVOP).	Empresário	Não Identificado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e Projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Luis de Moura Bastos	Bahia, Salvador	Sylvio Vieira Bastos	Empresário	1937	Geologia	Assistente	Não Identificado	Ginásio da Bahia	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Gentil Tavares da Mota	Sergipe, Aracaju	João Tavares da Motta	Proprietário - Empresário	1937	Navegação	Docente Livre	Não Identificado	Atheneu Sergipense	EPBA	Empresário	Empresariado	Não Identificado
Manoel Ferreira Sobral	Piauí, Amarante	Antônio Sobral Júnior	Empresário	1937	Pontes	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Afonso de Souza Pitangueiras	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1937	Não Identificado	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Luiz Tarquínio Bittencourt	Bahia, Salvador	Otto Bittencourt	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	1937	Física II	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
José Lourenço de Almeida Costa	Não Identificado	Não Identificado	Empresário	1937	Eletrotécnica	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Pedro Muniz Tavares Filho	Bahia, Amargosa	Pedro Muniz Tavares	Alto Empresário - Exportação	1936	Mecânica Aplicada	Docente livre em 1937 - Materiais - Concurso, Assistente em 1934, Catedrático em concurso - 1944 (mesma disciplina)	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado
Oscar Tarquínio Pontes	Bahia, Salvador	Frederico Pontes	Alto Empresário - Banqueiro - Industrial	1937	Resistência dos Materiais	Docente livre	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado
MIGUEL FERREIRA DULTRA	Bahia, Salvador	Não Informado	Outros (Proletário)	1921	Química Orgânica, Biológica, Bromatológica, Elementos de Bioquímica, Química Industrial Inorgânica e orgânica, Química Analítica parte qualitativa, Noções de Mineralogia e Química Orgânica e Elementos de Bioquímica.	Catedrático da cadeira de Química Orgânica e Elementos de Bioquímica. Docente Livre a partir de 1940.	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro Químico. Formado PELA ÉCOLE DES INGENIEURS DA UNIVERSITÉ DE LAUSANNE, Suíça	Os estudos do docente na Suíça foi custeado por um tio, já que sua família era muito pobre e sem condições financeiras. Estudou também no Colégio jesuíta de Campolide em Portugal. Foi Funcionário Público (MVOP).	Não identificado. (Ele foi um acadêmico)	Não Identificado
Gentil Marinho Barbosa	São Paulo, Ribeirão Preto	Manoel Barbosa de Souza	Engenheiro	1928	Não Identificado	Docente livre	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Empresário	Empresariado	Não Identificado
Raimundo dos Santos Patury	Bahia, Salvador	Manoel Joaquim dos Santos Patury	Bacharel (Funcionário Público) Delegado de Polícia	1937	Não Identificado	Docente livre	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Empresário	Empresariado	Não Identificado
Leonardo Mário Caricchio	Bahia, Salvador	Nicolau Caricchio	Empresário	1937	Desenho, Topografia e Geodésia	Docente livre, Assistente, Catedrático a partir de 1943	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Thales Barreto de Paiva	Bahia, Salvador	Thyrso Simões de Paiva	Professor da EPBA	1935	Topografia	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Quintino Ferreira Steinbach	Bahia, Salvador	Walter Steinbach	Não Identificado	1935	Não Identificado	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Oyma de Matos Pedreira de Cerqueira	Bahia, Juazeiro	Alvaro Pedreira de Cerqueira	Alto Funcionário Público - Político	1935	Não Identificado	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Aristides da Silva Gomes	Ceará, Fortaleza	Júlio Gomes da Silva	Empresário	1935	Não Identificado	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Leibnitz Vieira Reis	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1934	Construção Civil/ Higiene	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Empresário e Secret. de Obras Públicas, 1946 - ADM Lomanto Júnior	Não Identificado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e Projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Eloyvaldo Chagas de Oliveira	Bahia, Salvador	Arthur Eloy de Oliveira	Funcionário Público - Federal	1934	Economia	Assistente em 1934. Docente livre - 1936. Catedrático de Estatística e Economia - 1944.	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVDP)	Não Identificado	Não Identificado
Octávio Tourinho Junqueira Aires	Bahia, Salvador	José Carlos Junqueira Ayres de Almeida	Bacharel - Político	1934	Química; Geologia	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVDP)	Empresário	Não Identificado
Álvaro Pereira Rocha	Bahia, Salvador	Gustavo Pereira Rocha	Funcionário Público (Estadual)	1933	Mecânica Aplicada	Docente Livre	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Empresário	Empresariado	Não Identificado
Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade	Bahia, Salvador	Não Identificado	Proprietário - Empresário	1897 / 1932	Navegação interior e portos de mar	Catedrático	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Empresário. Fundador do IPBA e EPBA. Interrompeu suas atividades na docência em 1910 e retornou nos anos 1920. Funcionário Público (MVDP)	Membro do Conselho Municipal (vereador) em 1890. Empresário. Fundador do IPBA e EPBA.	Membro de uma famílias mais tradicionais na Bahia - Visconde do Rio Vermelho. Comandante superior da Guarda Nacional, foi membro do conselho municipal, vice-presidente da província da Bahia em 1835, e senador do Império do Brasil de 1829 a 1850. Era comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1839
Antônio Joaquim de Souza Carneiro	Bahia, Salvador	Antônio Joaquim de Souza Carneiro	Bacharel/Jornalista/ Político	1904 / 1928	Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação, Geologia Econômica e Noções de Metalurgia. Desenho à mão Livre/Geometria Descritiva	Catedrático da cadeira Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação e da cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia.	Não Identificado	Professor da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP) 1939, Professor substituto da cadeira de Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, e logo em seguida toma posse da cadeira de estatística da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1934, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	EPBA	O ex-discente e professor ingressou na EPBA assim que se formou em 1904, mas por motivos que justiça foi afastado em 1918, retornando por via judicial na década seguinte assumindo a cadeira de catedrático em Desenho a mão Livre Funcionário Público (Ministério da Fazenda)	Não Identificado	O Docente casou-se com D. Laura Coelho de Souza Carneiro teve 8 filhos dentre os mais ilustres Edison de Souza Carneiro, Jornalista, poeta, etnólogo, folclorista e professor (formado em Direito em Salvador em 1935) e o ex-deputado, senador (Rio de Janeiro) e o Professor e político Nelson de Souza Carneiro (formado em Direito). Sua Neta Maria Laura de Souza Carneiro ex-deputada pelo Partido Democratas pelo Rio de Janeiro.
João Rodrigues da Costa Dória	Sergipe, Propriá	Gustavo Rodrigues da Costa Dória	Empresário/Jornalista/Político	1926	Química Industrial	Assistente	Não Identificado	Faculdade de Medicina da Bahia	Faculdade de Medicina da Bahia	Militar do Exército e Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Não Identificado
Armando Navarro Ramos	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1926	Química Industrial	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (Ministério da Agricultura)		Não Identificado
Roberto Darin	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1926	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e Projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Oscar Caetano da Silva	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1929	Desenho à Mão Livre e Ornatos	Docente Livre	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Joaquim Licínio de Souza e Almeida	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1925	Navegação interior e portos de mar	Catedrático	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Empresário e Deputado Estadual	Não Identificado
Paulo de Matos Pedreira de Cerqueira	Bahia, Salvador	Alvaro Pedreira de Cerqueira	Alto Funcionário Público	1928	Física Experimental	Catedrático	Diretor da EPBA em 1939	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado
Albano da Franca Rocha	Bahia, Salvador	Alfredo Rocha	Professor	1928	Topografia, Plantas Topográficas e Legislação de Terras.	Catedrático	Diretor da EPBA nos anos de 1950-1952	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (MVOP)	Deputado Suplente do Estado da BA, nas eleições de 1947 pela UDN	Não Identificado
Jayme Cunha da Gama	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1928	Arquitetura, Civil, Higiene de Edifícios e Saneamento das Cidades.	Catedrático	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado
Cyro Moreira Spínola	Bahia, Caitité	Joaquim Antônio de Souza Spinola	Alto Funcionário Público	1927	Física Experimental	Catedrático	Não Identificado	Não Identificado	EPBA	Funcionário Público (Estadual)	Não Identificado	Família Spinola (Anísio Teixeira)
Francisco de Freitas Guimarães	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1926	Higiene de Edifícios e Saneamento das Cidades, Organização	Docente Livre	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Não Identificado	Não Identificado
Aristides Barreto Neto	Ceará, Fortaleza	Francisco das Chagas Araújo	Funcionário Público - Federal	1936	Não Identificado	Assistente	Não Identificado	Não Identificado	EPRJ	Funcionário Público (MVOP)	Empresário	Não Identificado

